PRÁTICAS DA HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY, AND USES OF THE PAST

Nº 21 - 2025





This journal is funded by National funds through FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., under the projects UID/HIS/04666/2013, UID/HIS/04666/2019, UIDB/04666/2020 (https://doi.org/10.54499/UIDB/04666/2020), UIDP/04666/2020 (https://doi.org/10.54499/UIDP/04666/2020), UID/4666/2025 (https://doi.org/10.54499/UID/04666/2025), UIDB/04209/2020, UIDP/04209/2020, UID/4209/2025 (https://doi.org/10.54499/UID/04209/2025) and LA/P/0132/2020 (DOI: https://doi.org/10.54499/LA/P/0132/2020)

As normas de publicação podem ser encontradas em: http://www.praticasdahistoria.pt/pt.

PRÁTICAS DA HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY, AND USES OF THE PAST

Nº 21 - 2025

www.praticasdahistoria.pt

Práticas da História

Conselho Editorial
Alice Santiago Faria [CHAM – Centro de Humanidades (CHAM – NOVA FCSH/UAç)]
Ana Lucia Araujo [Department of History, Howard University]
Elisa Lopes da Silva [Instituto de História Contemporânea (IHC NOVA FCSH / IN2PAST)]
Inês Nascimento Rodrigues [Centro de Estudos Sociais (CES-UC)]
José Miguel Ferreira [Instituto de História Contemporânea (IHC NOVA FCSH / IN2PAST)]
José Neves [Instituto de História Contemporânea (IHC NOVA FCSH / IN2PAST)]
Margarida Rendeiro [CHAM – Centro de Humanidades (CHAM – NOVA FCSH/UAç)
e Universidade Lusíada]
Matheus Serva Pereira [Instituto de Ciências Sociais (ICS-ULisboa)]
Noemi Alfieri [CHAM – Centro de Humanidades (CHAM – NOVA FCSH/UAç)]
Pedro Martins [Instituto de História Contemporânea (IHC NOVA FCSH / IN2PAST)]
Rui Lopes [Instituto de História Contemporânea (IHC NOVA FCSH / IN2PAST)]
Sandra Ataíde Lobo [CHAM – Centro de Humanidades (CHAM – NOVA FCSH/UAç)]
Víctor Barros [Instituto de História Contemporânea (IHC NOVA FCSH / IN2PAST)]

Conselho Científico
Alessandro Portelli [Università di Roma La Sapienza]
António M. Hespanha [Universidade Nova de Lisboa] †
Enzo Traverso [Cornell University]
Fernando Catroga [Universidade de Coimbra]
Fernando Rosas [Universidade Nova de Lisboa]
Francisco Bethencourt [King's College London]
Henrique Espada Lima [Universidade Federal de Santa Catarina]
João Luís Lisboa [Universidade Nova de Lisboa]
Lilia Moritz Schwarcz [Universidade de São Paulo]
Luís Trindade [Universidade de Coimbra]
Maria de Lurdes Rosa [Universidade Nova de Lisboa]
Robert Rowland [ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa] †
Rui Bebiano [Universidade de Coimbra]
Sérgio Campos Matos [Universidade de Lisboa]
Simona Cerruti [École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris]
Verónica Tozzi [Universidad de Buenos Aires]

Composição de capa: Lais Pereira
Fotografia da capa: Maria da Conceição Neto, 2013. Cortesia do artista

Índice

Editorial

História e memória: releitura epistemológica do passado de África em contexto pós-colonial 7
João Pedro Lourenço e Maria da Conceição Neto

Dossier África

Cyber GRIOT: From Oral Tradition to Digital Reconstruction 23
Gourab Chatterjee and Mukulika Dattagupta

Chinua Achebe: entre a Nigéria pré-colonial e as reimaginações do passado igbo 49
Luiz Henrique Costa de Santana e Imara Bemfica Mineiro

Entre a mirada colonial e o discurso humanista: a representação visual de etíopes pelas lentes ocidentais 77
Henrique Germano Etges

Revisitando o passado colonial e suas margens: memória e escrevivência em Tsitsi Dangarembga 111
Evander Ruthieri da Silva e Victor Evangelista Santos

O poder da voz: para uma etnografia de reparação do passado colonial guineense 145
Ana Temudo

Aline Sitoé Diatta: As lutas pela memória na construção da heroína senegalesa 171
Paul Diedhiou, Mariana Bracks Fonseca e Papis Comakha Fall

Entrevista

Monólogos e diálogos com a História. Entrevista com o cineasta moçambicano Sol de Carvalho 211
Renata Flaiban Zanete, Lurdes Macedo e Viviane Almeida

Dossier Arquivos

Apresentação. História e ciência arquivística: questões comuns na construção de conhecimento complexo 225
Maria de Lurdes Rosa

Unveiling Context: The Contribution of Documentary Typology Studies to Knowledge 235
Sonia Troitiño and Gabrieli Fonseca

História custodial ou de como o guardião importa: as consequências da custódia para a informação arquivística 257
Sandra Patrício

L'histoire administrative et sa contribution à la pratique archivistique 281
Édouard Vasseur

Fifteen Years after 'The Genealogical Gaze'. Constructing Family Archives 305
Eric Ketelaar

Ensaios

O silêncio *gay* e lésbico nas práticas da História da Arte portuguesa: reflexões sobre a dessexualização disciplinar 327
João Miguel Góis

Investigación interdisciplinaria e historia de la ciencia: entre fronteras y cruces 365
Rodolfo Reyes Macay y Barbara Kirsi Silva

Recensões

Étienne Anheim, Massimo Miglio e Catherine Virlouvet, dir. *Jacques Le Goff. L'Italia e la storia. Atti del Convegno Internazionale di Studi (Roma, 4-5 giugno 2015)* 391
Felipe Brandi

Amélia Polónia, coord. *Construtoras de Impérios. Vozes de Mulheres na Expansão Portuguesa* 401
Cátia Teixeira

Iracema Dulley e Marlon Miguel, eds., *Stella do Patrocínio, Falatório / Chatter* 407
Marcela Santander

Editorial
História e memória: releitura epistemológica do passado de África em contexto pós-colonial

João Pedro Lourenço
e Maria da Conceição Neto*

O desafio colocado à presente edição da revista *Práticas da História* foi o de discutir, mais uma vez, a tão estimulante quanto problemática relação entre Memória e História, mas colocando o foco no modo como se transmite, nas sociedades e instituições académicas africanas, o conhecimento da História da África.

Como foi mencionado na chamada para artigos, os extraordinários avanços da historiografia *sobre* África e *em* África nos anos 60 e 70 do século XX, correndo paralelamente à contestação e ao fim dos impérios coloniais, não foram acompanhados por um ritmo equivalente de transformação do ensino da História nos países africanos, quanto a teorias, métodos e organização de conteúdos a transmitir. Houve a preocupação de reivindicar o passado histórico africano silenciado durante a colonização, papel assumido por investigadores como Cheickh Anta Diop, Djibril Tamsir Nyane, Amadou Hampâté Bâ, Théophile

* João Pedro Lourenço (jplourenco76@gmail.com). https://orcid.org/0000-0002-4762-9477. Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda, Angola; Maria da Conceição Neto (saoneto@yahoo.com). Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Agostinho Neto, Luanda, Angola.

Obenga e muitos outros. Uma das formas de alcançar esse objectivo foi através da valorização da História nacional de cada novo Estado independente, uma empreitada desafiante mas ao mesmo tempo usada como símbolo de afirmação identitária e como veículo para a ansiada unidade nacional.[1]

A historiografia africana continuou a avançar nos anos seguintes, à medida que se multiplicavam pólos académicos de investigação e ensino no próprio continente e em universidades europeias e norte-americanas (mais tarde, também asiáticas), colocando a História de África lado a lado com as de outras regiões do mundo, retirando-a progressivamente do lugar periférico e exótico que por muito tempo lhe fora atribuído.

Passadas várias décadas, porém, mantém-se a distância entre o esforço "descolonizador" na produção historiográfica, com algum sucesso, e o modo como a História é ensinada aos jovens africanos, reflectindo ainda uma visão eurocêntrica da História da humanidade, seja na periodização ou na selecção dos temas mais relevantes. No geral, a História de África continua a ser estudada de forma fragmentada, com pouco destaque para as suas conexões com a História mundial, na qual só aparece plenamente integrada com (em consequência de) a expansão europeia e a posterior colonização. Apesar da já clássica referência ao continente como "berço da humanidade", são ainda correntes narrativas que não têm em conta a profundidade temporal da História africana, a sua relação milenar com outros espaços e a diversidade de situações históricas antes, durante e depois da exploração colonial europeia. Igualmente prevalecem periodizações inadequadas e eurocêntricas, seja para a História mundial (a já muito criticada divisão das quatro "Idades") seja para a História de África: percebemos o problema quando, em materiais didácticos (e não só), tudo se articula em torno do "colonial", contrapondo-se um "período colonial" (de apenas algumas décadas na maior parte do continente) a um "período pré-colonial" correspondente a milénios de História. Os louváveis esforços da UNESCO foram importantes mas insuficientes para vencer a dependência africana em

1 Ibrahima Baba Kaké, *Combats pour l'histoire africaine* (Paris: Présence Africaine, 1982), 25-34.

relação ao exterior (sobretudo dos antigos países colonizadores) no que se refere à produção de conteúdos didácticos e de meios de ensino da História, do nível básico ao nível universitário.[2]

Apesar de, num contexto de grande diversidade tanto linguística como de tradições académicas, ser difícil uma observação mais ampla e abrangente, é importante conhecer melhor o que se passa em diferentes países africanos, a nível das academias mas também de outros espaços onde memória social e História se confrontam, e como nessa realidade interferem factores políticos, ideológicos, económicos e linguísticos. No caso das antigas colónias portuguesas, que celebraram em 2023 e 2025 os 50 anos das suas independências, há factores adicionais, como o fim mais tardio do domínio colonial e o atraso da historiografia sobre África que se verificou até décadas recentes nos países de língua portuguesa, tanto em Portugal quanto no Brasil. Apesar dos progressos actuais, a maior parte da bibliografia fundamental para o estudo da História do mundo, e do continente africano em particular, não está disponível em língua portuguesa.

Este número especial da *Práticas da História* pretendeu reunir contributos, referentes a contextos africanos coloniais e pós-coloniais, que explorassem, questionassem e/ou reflectissem sobre aspectos da relação entre o discurso histórico validado por instituições científicas e outras formas de memória social e colectiva, geralmente ignoradas nas instituições de ensino, apesar da sua importância social. Em que medida terá sucesso uma revolução epistemológica capaz de abarcar diferentes formas de conhecimento histórico, endógenas ou incorporadas nas sociedades africanas a partir de diversas influências, sem renunciar aos fundamentos metodológicos essenciais da historiografia, é uma questão a que só o futuro dará resposta.

Na abordagem aqui trazida pelos vários autores, percorrendo diversos espaços do continente (ocidental, oriental e austral), também se

2 A título de exemplo, a UNESCO desenvolveu os projectos *História Geral de África* (1964-1999), *Rota do Escravo* (1994) e *Uso Pedagógico da História Geral de África* (2009). Também realizou, entre muitas outras, a conferência "Integrating the General History of Africa into School Curriculum" (2021).

discute o modo como memória, História e as políticas contemporâneas dos Estados nacionais africanos se cruzam nos espaços de debate e de produção de conhecimento, no continente e fora dele. Igualmente se reflecte sobre a penetração e o impacto na historiografia das humanidades digitais e as possibilidades e dificuldades, no contexto africano, de articulação do ensino da História com o mundo da informação digital. Os textos permitem analisar o lugar e contributo da historiografia e do ensino da História na construção da memória em África, considerando a relação múltipla entre as construções dos discursos historiográficos, dos espaços públicos e da esfera pública. Percebe-se a importância das políticas de construção de arquivos, bibliotecas públicas e outras infraestruturas, bem como de constituição, divulgação e condições de acesso a fundos e colecções, condição de democraticidade dos processos de construção de memórias públicas, com impacto na própria afirmação dos direitos de cidadania e dos direitos humanos em geral. Finalmente, trata-se de reconhecer a utilização do passado (conhecido, imaginado, manipulado) por diferentes actores sociais (partidos políticos, sindicatos, igrejas, grupos e movimentos sociais, indivíduos e colectivos de cidadãos ou outros) como lugar de confrontação, contradição e legitimação.

O artigo intitulado "Cyber Griot: From Oral Tradition to Digital Reconstruction", da autoria conjunta de Gourab Chatterjee e de Mukulika Dattagupta, é o primeiro de uma série de cinco textos. Nele é apresentado o programa informático *Griot*, designação inspirada nos detentores da tradição oral das comunidades da África Ocidental, que incorpora inteligência artificial para a criação de textos literários com base na História Oral. O programa, enquanto ferramenta digital, foi usado no projecto *Living Liberia Fabric*, que se destina a produzir narrativas para a memória colectiva sobre a guerra civil da Libéria. Conscientes das ambiguidades do uso da IA, os autores questionam se experiências como esta são efectivas para preservar a História ou se acabam por reforçar pontos de vista dominantes.

No segundo artigo, "Chinua Achebe: entre a Nigéria pré-colonial e as reimaginações do passado igbo", Luiz Henrique Costa de Santana

e Imara Bemfica Mineiro nos mostram como a narrativa literária é usada para questionar e reformular a forma como o passado daquela comunidade é apresentado em termos de organização social, de valores éticos comunitários e de espiritualidade. Com base em duas obras clássicas do consagrado escritor nigeriano e metodologicamente apoiado nas propostas de Edward Said, Valentim Mudimbe e Achile Mbembe, o artigo mostra como a literatura africana é um elemento importante para a preservação e valorização da memória colectiva das comunidades, no caso particular da Igbo, para a construção do saber histórico do continente com o objectivo de dar visibilidade e voz aos invisibilizados e silenciados.

No artigo "Entre a mirada colonial e o discurso humanista: a representação visual de Etíopes pelas lentes ocidentais", de Henrique Germano Etges, apresenta-se uma questão recorrente na historiografia visual sobre África: a construção do homem africano (da imagem da pessoa africana em geral) através do olhar do colonizador. O autor estabelece uma comparação entre as fotografias feitas na Etiópia no século XIX no âmbito da chamada "mirada colonial" e as feitas no século XXI, que designa como discurso humanista, e procura diferenciar os dois modelos na forma de narrar o povo etíope, por meio de construções teóricas e epistemológicas sobre o assunto. O estudo de caso é a Etiópia, mas o tema é perfeitamente extensivo a qualquer espaço colonizado de África, onde o sujeito africano é apresentado sempre de forma subalternizada. As consequências dessa forma de representação ainda estão presentes em muitas práticas dos nossos dias, o que o autor chama de "persistência de dinâmicas de exotização e de construção de uma alteridade intemporal, voltada ao consumo ocidental".

O texto de Victor Evangelista Santos e Evander Ruthieri Saturno da Silva, intitulado "Revisitando o passado colonial e suas margens: memória e *escrevivência* em Tsitsi Dangarembga", analisa o modo como o trabalho literário e ensaístico da escritora zimbabueana funciona como instrumento reformulador para olhar a História africana, interrogar a narrativa dominante e apresentar outros e novos protagonistas, principalmente as mulheres. Ancorada no binómio História e Literatura,

na crítica documental e nos aportes teóricos de vários estudiosos, o texto incorpora conceitos de "memórias subterrâneas" e "escrivivências" e mostra como a escrita literária e académica de Tsiti Dangarembga reinterpreta o passado colonial, questiona os postulados nacionalistas e pós-coloniais e mobiliza para novas formas de olhar a construção do saber histórico do Zimbabué.

No quinto texto, "O poder da voz: para uma etnografia de reparação do passado colonial guineense", Ana Temudo entra no debate sobre a restituição dos bens culturais africanos levados ilegalmente durante o período colonial, tendo como exemplo o caso da Guiné-Bissau e Portugal. O texto resulta de um trabalho de investigação em unidades de informação da Guiné-Bissau em que se apresentam o conteúdo dos acervos ou as dificuldades em termos de infraestruturas e de recursos humanos que as mesmas enfrentam para a preservação e valorização do património cultural do país. Apresenta um inquérito que foi realizado sobre a percepção que os entrevistados têm da importância dessas instituições e sobre o retorno dos bens culturais ilegalmente retirados no período da colonização portuguesa. Não sendo conclusivo, o texto levanta questões sobre a "perspectiva africanista" no debate sobre a devolução dos bens e propões "alternativas que aceitem a pluralidade de vozes e contextos".

No último texto, "Aline Sitoé Diatta: as lutas pela memória na construção da heroína senegalesa", Paul Diedhiou, Mariana Bracks Fonseca e Papis Comakha Fall explicam a questão da disputa política no Senegal sobre a personagem e a memória da sacerdotisa da região de Casamance, por parte das autoridades locais e por forças independentistas locais. Consagrada como heroína por ambos os lados por causa do seu papel no período da luta anticolonial contra a França, Aline Sitoé é um claro exemplo de como, na etapa pós-colonial em África, as narrativas sobre muitas figuras históricas se converteram em "campo de batalha" no quadro das lutas políticas contemporâneas, principalmente como símbolo de legitimação ideológica. O caso de Aline Sitoé mostra ainda que o debate pós-colonial sobre o retorno não se resume ao património cultural, mas também se alarga ao regresso dos restos

mortais de personalidades da resistência africana vítimas das políticas de desterro das autoridades coloniais.

Finalmente, algumas palavras sobre a imagem da capa e sua relação com a temática desta revista. A foto foi tirada nas rochas de Kandumbu a 30 de Julho de 2013, durante uma visita de estudo a lugares históricos do Huambo, região do Centro de Angola, a cerca de 600 quilómetros de Luanda. A viagem, organizada pelo Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais (Universidade Agostinho Neto, Luanda) visava permitir o contacto directo com marcas do passado colonial (século XX, no caso daquela região) e também do período anterior a ele. Kandumbu é um local emblemático da resistência à conquista colonial, que ali terminou com os combates de 18 e 19 de Setembro de 1902, parte da campanha militar que, a pretexto da repressão da "revolta do Bailundo", conquistou regiões do planalto ainda autónomas. Fortaleza natural, reforçada com paliçadas fortes e beneficiando da proximidade de um curso de água, permitia o refúgio de combatentes e da população das aldeias vizinhas. A sua posição estratégica dominava o planalto em redor, dificultando qualquer ataque inimigo. Nos meados do século XX, os colonos portugueses do Huambo ali celebravam, anualmente, a "sua" vitória sobre um dos mais difíceis redutos da resistência africana. Uma coluna em pedra, evocativa da vitória portuguesa, permanece no alto dos rochedos, ao lado de uma placa já colocada em anos mais recentes, assinalando o lugar como centro de resistência anticolonial. Contudo, Kandumbu é pouco reclamado pelas celebrações e pela historiografia pós-independência. Logo a seguir à independência, na onda de africanização de nomes das instituições, Ndala Kandumbu (o chefe africano morto em 1902) foi o nome atribuído a uma importante escola secundária do Huambo, substituindo o nome colonial. Mas pouco tempo depois, a escola recebeu outro nome, na sequência de acontecimentos políticos do pós-independência. O relativo "apagamento" de Kandumbu das narrativas mais comuns sobre a campanha portuguesa de 1902 reflecte circunstâncias da História de Angola independente. Por um lado, durante as guerras pós-independência, a militarização do local, pela sua ímpar posição

estratégica, tornou-o inacessível a visitas e a celebrações; por outro lado, a centralidade actualmente dada ao Mbalundu/Bailundo em tudo o que diz respeito à História da região do Huambo, numa convergência de interesses de chefias tradicionais do Bailundo e das instituições políticas do Estado, dificulta e remete para uma posição subalterna o conhecimento/reconhecimento de outras antigas entidades políticas e seus locais históricos. Vemo-nos assim perante uma situação, que não é invulgar nos países africanos, em que um lugar de inegável valor para a memória da resistência anticolonial acaba por ser mais conhecido a partir dos registos deixados pelo colonizador do que com base no trabalho de resgate de memória (institucional ou privado) dos herdeiros dos colonizados. As visitas de estudo de estudantes e professores, quando não cedem ao "passeio turístico", estimulam a discussão dessa e de outras questões envolventes, associando o impacto emocional da presença num local carregado de história à consciência da necessidade de rever a própria História (escrita ou narrada).

Esperamos que este número da revista abra caminho para mais reflexões sobre todas estas questões.

Referência para citação:
Lourenço, João Pedro e Maria da Conceição Neto (2025). "História e memória: releitura epistemológica do passado de África em contexto pós-colonial". *Práticas Da História. Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, (21), 7-14. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n21.46027

Editorial
History and memory: an epistemological reinterpretation of Africa's past in a postcolonial context

João Pedro Lourenço
and Maria da Conceição Neto*

The challenge posed to this edition of *Práticas da História* was to discuss, once again, the stimulating yet problematic relationship between Memory and History, but focusing on how knowledge of African history is transmitted in African societies and academic institutions.

As mentioned in the call for papers, the extraordinary advances in historiography *on* Africa and *in* Africa in the 1960s and 1970s, running parallel to the contestation and end of colonial empires, were not accompanied by an equivalent pace of transformation in the teaching of history in African countries in terms of theories, methods, and the organization of content to be transmitted. There was a concern to reclaim the African historical past that had been silenced during colonization, a role assumed by researchers such as Cheick Anta Diop, Djibril Tamsir Nyane, Amadou Hampâté Bâ, Théophile Obenga, and many others. One of the ways to achieve this goal was to value the national history of each new independent

* João Pedro Lourenço (jplourenco76@gmail.com). https://orcid.org/0000-0002-4762-9477. Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda, Angola; Maria da Conceição Neto (saoneto@yahoo.com). Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Agostinho Neto, Luanda, Angola.

state, a challenging undertaking that served as a symbol of identity affirmation and a vehicle for the long-awaited national unity.[1]

African historiography continued to advance in the following years, as academic research and teaching centres multiplied on the continent itself and in European and American (and later Asian) universities, placing African history side by side with that of other regions of the world, gradually removing it from the peripheral and exotic place that had long been attributed to it.

Several decades later, however, there remains a gap between the somewhat successful "decolonizing" effort in historiographical production and the way history is taught to young Africans, which still reflects a Eurocentric view of human history, both in terms of periodization and the selection of the most relevant themes. In general, the history of Africa continues to be studied in a fragmented way, with little emphasis on its connections with world history, in which it only appears fully integrated as a result of European expansion and subsequent colonization. Despite the now classic reference to the continent as the "cradle of humanity", narratives that do not take into account the temporal depth of African history, its millennial relationship with other spaces, and the diversity of historical situations before, during, and after European colonial exploitation are still common. Inadequate and Eurocentric periodisations also prevail, both for world history (the much-criticized division into four "ages") and for the history of Africa: we perceive the problem when, in teaching materials (and elsewhere), everything revolves around the "colonial," contrasting a "colonial period" (lasting only a few decades in most of the continent) with a "pre-colonial period" corresponding to millennia of history. UNESCO's commendable efforts have been important but insufficient to overcome Africa's dependence on the outside world (especially the former colonizing countries) for the production of teaching content and history teaching materials, from basic to university level.[2]

1 Ibrahima Baba Kaké, *Combats pour l'histoire africaine* (Paris: Presence Africaine, 1982), 25–34.

2 For example, UNESCO implemented the projects *General History of Africa* (1964-1999), *Slave Route* (1994), and *Pedagogical Use of the General History of Africa* (2009). It also held the conference *Integrating the General History of Africa into School Curriculum* (2021), among many others.

In a context of great linguistic diversity and academic traditions, it is difficult to make broader observations. However, it is important to gain a better understanding of what is happening in different African countries at an academic level, as well as in other spaces where social memory and history intersect, and of the ways in which political, ideological, economic and linguistic factors influence this reality. In the case of the former Portuguese colonies, which celebrated 50 years of independence in 2023 and 2025 respectively, additional factors come into play. These include the late end of colonial rule and the lack of a strong historiographical tradition dedicated to Africa in Portuguese-speaking countries such as Portugal and Brazil, a situation which has only recently begun to change. Despite current progress, most of the fundamental bibliography for the study of world history, and of the African continent in particular, remains unavailable in Portuguese.

This special issue of *Práticas da História* brings together contributions relating to colonial and post-colonial African contexts that explore, question, and/or reflect on aspects of the relationship between the historical discourse validated by scientific institutions and other forms of social and collective memory, which are generally ignored in educational institutions despite their social importance. The extent to which an epistemological revolution capable of encompassing different forms of historical knowledge, whether endogenous or incorporated into African societies from various influences, without renouncing the essential methodological foundations of historiography, will be successful is a question that only the future will answer.

In the approach taken here by the various authors, covering different areas of the continent (western, eastern, and southern), there is also discussion of how memory, history, and the contemporary policies of African nation states intersect in spaces of debate and knowledge production, both on the continent and beyond. It also reflects on the penetration and impact of digital humanities on historiography and the possibilities and difficulties, in the African context, of linking the teaching of history with the world of digital information. The texts allow us to analyse the place and contribution of historiography and the

teaching of history in the construction of memory in Africa, considering the multiple relationships between the constructions of historiographical discourses, public spaces, and the public sphere. The importance of policies for the construction of archives, public libraries, and other infrastructures, as well as the constitution, dissemination, and access to funds and collections, is understood as a condition for the democratic nature of the processes of constructing public memories, with an impact on the affirmation of citizenship rights and human rights in general. Finally, it is a matter of recognizing the use of the past (known, imagined, manipulated) by different social actors (political parties, unions, churches, social groups and movements, individuals and collectives of citizens, or others) as a place of confrontation, contradiction, and legitimation.

The article entitled "Cyber griot: From Oral Tradition to Digital Reconstruction", co-authored by Gourab Chatterjee and Mukulika Dattagupta, is the first in a series of five texts. It presents the *Griot* computer program, a name inspired by the keepers of the oral tradition of West African communities, which incorporates artificial intelligence to create literary texts based on oral history. The program, as a digital tool, was used in the *Living Liberia Fabric* project to produce narratives for the collective memory of the Liberian civil war. Aware of the ambiguities of using AI, the authors question whether experiences like this are effective in preserving history or whether they end up reinforcing dominant points of view.

In the second article, "Chinua Achebe: between pre-colonial Nigeria and reimaginings of the Igbo past", Luiz Henrique Costa de Santana and Imara Bemfica Mineiro show us how literary narrative is used to question and reformulate the way in which that community's past is presented in terms of social organization, community ethical values, and spirituality. Based on two classic works by the renowned Nigerian writer and methodologically supported by the proposals of Edward Said, Valentim Mudimbe, and Achille Mbembe, the article shows how African literature is an important element for the preservation and enhancement of the collective memory of communities, in the particular case of the Igbo, for

the construction of the continent's historical knowledge with the aim of giving visibility and voice to the invisible and silenced.

"Between the colonial gaze and humanist discourse: the visual representation of Ethiopians through Western lenses", by Henrique Germano Etges, presents a recurring issue in visual historiography on Africa: the construction of the African man (the image of the African person in general) through the eyes of the colonizer. The author compares photographs taken in Ethiopia in the 19th century within the scope of the so-called "colonial gaze" with those taken in the 21st century, which he refers to as humanist discourse, seeking to differentiate the two models in the way they narrate the Ethiopian people, through theoretical and epistemological constructions on the subject. The case study is Ethiopia, but the theme is perfectly applicable to any colonized area of Africa, where the African subject is always presented in a subalternised way. The consequences of this form of representation are still present in many practices today, which the author calls the "persistence of dynamics of exoticization and the construction of a timeless otherness, geared towards Western consumption."

The text by Victor Evangelista Santos and Evander Ruthieri Saturno da Silva, entitled "Revisiting the colonial past and its margins: memory and escrevivencias (writing-as-living) in Tsitsi Dangarembga", analyses how the literary and essayistic work of the Zimbabwean writer functions as an instrument for reformulating the view of African history, questioning the dominant narrative, and presenting other and new protagonists, especially women. Anchored in the binomial of History and Literature, in documentary criticism, and in the theoretical contributions of various scholars, the text incorporates concepts of "underground memories" and "writings" and shows how Tsiti Dangarembga's literary and academic writing reinterprets the colonial past, questions nationalist and postcolonial postulates, and mobilizes new ways of looking at the construction of historical knowledge in Zimbabwe.

In the fifth text, "The power of the voice: towards an ethnography of repairing Guinea's colonial past", Ana Temudo enters the debate on the restitution of African cultural property illegally taken during the

colonial period, using the case of Guinea-Bissau and Portugal as an example. The text is the result of research carried out in information units in Guinea-Bissau, presenting the contents of the collections and the difficulties in terms of infrastructure and human resources that these units face in preserving and promoting the country's cultural heritage. It presents a survey conducted on the interviewees' perception of the importance of those institutions and about the return of cultural illegally removed during the period of Portuguese colonization. While not conclusive, the text raises questions about the "Africanist perspective" in the debate on the return of property and proposes "alternatives that accept the plurality of voices and contexts."

In the last text, "Aline Sitoé Diatta: the struggles for memory in the construction of the Senegalese heroine", Paul Diedhiou, Mariana Bracks Fonseca, and Papis Comakha Fall explain the issue of political dispute in Senegal over the character and memory of the priestess from the Casamance region, on the part of local authorities and local independence forces. Consecrated as a heroine by both for her role in the anti-colonial struggle against France, Aline Sitoé is a clear example of how, in the post-colonial era in Africa, narratives about many historical figures have become a "battleground" in the context of contemporary political struggles, mainly as a symbol of ideological legitimation. The case of Aline Sitoé also shows that the post-colonial debate on repatriation is not limited to cultural heritage but also extends to the remains of African resistance figures who were victims of the colonial authorities' policy of exile.

Finally, a few words about the cover image and its relationship to the theme of this magazine. The photo was taken on the rocks of Kandumbu on July 30, 2013, during a study visit to historical sites in Huambo, a region in central Angola, about 600 kilometres from Luanda. The trip, organized by the Department of History of the Faculty of Social Sciences (Agostinho Neto University, Luanda), aimed to provide direct contact with traces of the colonial past (20th century, in the case of that region) and also of the period before it. Kandumbu is an emblematic site of resistance to colonial conquest, which ended there

with the fighting on September 18 and 19, 1902, part of the military campaign that, under the pretext of repressing the "Bailundo revolt," conquered regions of the plateau that were still autonomous. A natural fortress, reinforced with strong palisades and benefiting from the proximity of a watercourse, it provided refuge for combatants and the population of neighbouring villages. Its strategic position dominated the surrounding plateau, making any enemy attack difficult. In the mid-20th century, Portuguese settlers from Huambo celebrated "their" victory over one of the most difficult strongholds of African resistance there every year. A stone column, evocative of the Portuguese victory, remains at the top of the rocks, next to a plaque placed there in more recent years, marking the place as a centre of anti-colonial resistance. However, Kandumbu is little mentioned in post-independence celebrations and historiography. Shortly after independence, in the wave of Africanization of institutional names, Ndala Kandumbu (the African chief killed in 1902) was the name given to an important secondary school in Huambo, replacing the colonial name. But shortly afterwards, the school was given another name, following post-independence political events. The relative "erasure" of Kandumbu from the most common narratives about the Portuguese campaign of 1902 reflects circumstances in the history of independent Angola. On the one hand, during the post-independence wars, the militarization of the site, due to its unique strategic position, made it inaccessible to visitors and celebrations; on the other hand, the centrality currently given to Mbalundu/Bailundo in everything related to the history of the Huambo region, in a convergence of interests between the traditional leaders of Bailundo and the political institutions of the state, hinders and relegates to a subordinate position the knowledge/recognition of other former political entities and their historical sites. We are thus faced with a situation, which is not unusual in African countries, in which a place of undeniable value for the memory of anti-colonial resistance ends up being better known from the records left by the colonizer than on the basis of the work of memory recovery (institutional or private) by the heirs of the colonized. Study visits by students and teachers, when they

do not give in to "sightseeing," stimulate discussion of this and other related issues, associating the emotional impact of being in a place steeped in history with an awareness of the need to review one's own history (written or narrated).

We hope that this magazine will pave the way for further reflection on all these issues.

Referência para citação:
Lourenço, João Pedro e Maria da Conceição Neto (2025). "History and memory: an epistemological reinterpretation of Africa's past in a postcolonial context". *Práticas da História. Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, (21), 15-22. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n21.46027

Práticas da História, n.º 21 (2025): 23-47

Gourab Chatterjee and Mukulika Dattagupta

Cyber GRIOT: From Oral Tradition to Digital Reconstruction

Given the absence of scriptural documentation in many African societies, the Enlightenment-era conception of history and oral memory represent distinct, often conflicting epistemological frameworks. While the former relies on verifiable textual records qualified as 'facts', the latter is a subjective realm of personal and communal reconstruction. This interplay exposes the power structures shaping historical narratives and certain identities. The advent of the internet and AI further complicates matters, blurring the relationship between history as a 'recorded past' and memory as an 'undocumented' understanding of chronology. This article examines the digital storytelling program GRIOT, developed by MIT Professor Fox Harrell, to investigate AI-human historiography and the role of memory within this framework — determining whether memory, as captured and modified in digital space, preserves history or reinforces specific ideological narratives.
Keywords: Memory, Oral History, African Literature, Digital Culture, Cyberspace.

Cyber GRIOT: Da tradição oral à reconstrução digital

Dada a ausência de documentação escrita em muitas sociedades africanas, a conceção da história da era do Iluminismo e a memória oral representam estruturas epistemológicas distintas e, muitas vezes, opostas. Enquanto a primeira se baseia em registos textuais qualificados como "factos", a segunda é um domínio subjetivo de reconstrução pessoal e comunitária. Esta interação questiona o papel da memória e do esquecimento na formação das narrativas históricas e nas estruturas de poder que moldam determinadas identidades. O advento da Internet e da Inteligência Artificial complica esta situação, confundindo a relação entre a história, enquanto "passado registado", e a memória, como compreensão subjetiva "não documentada" do tempo. Este artigo analisa o programa GRIOT, desenvolvido pelo professor do MIT Fox Harrell, para investigar a historiografia IA-humana e o papel da memória neste processo — questionando se a memória, capturada e modificada no espaço digital, preserva a história ou reforça narrativas ideológicas específicas.
Palavras-chave: Memória, História Oral, Literatura africana, Cultura digital, Ciberespaço.

Cyber GRIOT: From Oral Tradition to Digital Reconstruction

Gourab Chatterjee and Mukulika Dattagupta*

Introduction

Time, intertwined with textual space, may contribute to the temporal dimension of a narrative in at least three distinct ways: the time that produces the text, the time the text describes, and the time during which the text is consumed. In all these aspects, the temporality of the narrative interacts with its historicity, embedding a complex network of temporal layers within it. Oral verbal arts or orature (a name given by the Ugandan linguist Pio Zirimu), being essentially performative and characterized by its "integration of art forms",[1] as observed by Thiong'o, adds further nuance to this process. Orature appeals to different sensory organs by employing diverse channels of communication and thus creates different formal scopes for the interaction of time within the textual space, which may not be documented in scripts but is reflected in diverse other manifestations. The participatory, collaborative, and fluid nature of orality allows it to serve as a carrier of history embodying its multiple subjectivities and dynamic transformation. Memory plays a significant role in this entire process. Joubert writes:

* Gourab Chatterjee (gou86rab@gmail.com) https://orcid.org/0000-0002-5799-9666. Centre for Comparative Literature and Cultural Studies, School of Liberal Studies, Kalinga Institute of Industrial Technology, Bhubaneswar, Odisha, India; Mukulika Dattagupta (dmukulika@gmail.com) https://orcid.org/0000-0001-5920-8939. Independent Scholar. Both authors contributed equally. Original article: 09-6-2025; Revised: 30-11-2025; Accepted: 20-01-2026.

1 Ngũgĩ wa Thiong'o, *Penpoints, Gunpoints and Dreams: Toward a Critical Theory of the Arts and the State in Africa* (New York: Clarendon Press, 1998), 117.

> Oral cultures seem ... to use more activity-based knowledge and memory, which they extract largely from their 'performed' lifestyles. Memory, through oral art, represents actively collective experiences: what is memorable to remember in a particular community, and how it will be remembered – indeed, serving as a vehicle in the preservation of the past.[2]

Orality, which manifests itself into diverse forms including oral epics, songs, idiomatic expressions, puzzles, narratives, and so on, and can hardly be reduced to a singular cultural practice, records time through memory. It documents time while simultaneously redefining, reinterpreting, and reorienting temporality, history, and memory in myriad ways. Through the collective effort to narrativize time via performances, orality probes into the subjective understanding of history and genealogy (as it has been used in Foucauldian discourses) and creates a complex network of textuality reflecting and documenting past and contemporary. Orature documents memory not as an individual or personal engagement with time, not something belonging to a distant past, like Aristotle's definition of memory as "time elapsed".[3] Instead, it portrays memory as a communal inheritance, "an active reproduction of the past",[4] akin to Paul Ricœur's interpretation of *anamnesis* in his study of the Aristotelian notion of memory and recollection[5] Once integrated into the art form, this communal and collective memory supplements the grand narrative of history and gets interweaved with the identity of the community. Orature creates an epistemology to archive the beliefs, practices, and worldviews of a community. Akinyemi identified orature as a "vast field of knowledge", "a complex corpus of

2 Annekie Joubert, "History by Word of Mouth: Linking Past and Present through Oral Memory," in *Historical Memory in Africa: Dealing with the Past, Reaching for the Future in an Intercultural Context*, ed. Mamadou Diawara, Bernard C. Lategan and Jörn Rüsen, 27–52 (New York: Berghahn Books, 2010). 29.

3 Richard McKeon, ed., *The Basic Works of Aristotle* (New York: Random House, 1941), 607.

4 Myrian S. Santos, "Memory and Narrative in Social Theory: The Contributions of Jacques Derrida and Walter Benjamin," *Time and Society* 10, no. 2–3 (2001): 169. https://doi.org/10.1177/0961463X01010002.

5 Paul Ricoeur, *Memory, History, Forgetting*, trans. Kathleen Blamey and David Pellauer (Chicago: University of Chicago Press, 2004), 19.

oral arts created to recall, honor, and preserve the past" and "a verbal legacy contributing significantly to cultural and national identity."[6] This complex corpus, inherently intermedial, evolved along with the change in the mode of artistic production and, in the passage of time, incorporated different media, including the use of music CDs by the Alter-Native poets in Nigeria, making performance poetry by poets like Lesego Rampolokeng, and playing kora in music videos by singers such as Toumani Diabaté.

However, the digital turn in the history of orature seemed to add more layers to the practice of orality. The interactive space provided by Web 2.0, where users can generate content, allows it to be compared with orature. Ngugi notices that "[i]n the electronic space, or the virtual space, orality in general and orature in particular are coming back."[7] To him, "[t]he lines between the written and the orally transmitted are being blurred in the age of the internet and cyberspace"[8] as it replicates the performatory and collaborative nature of orature. This new oral space, which Thiong'o termed as 'cyborature', not only altered the traditional understanding of orature but also changed the epistemological landscape as well as the way memory is reconstructed within its textual space. Digital memory which is "not fixed to durable objects, not constrained by the limits of time and place",[9] builds a vast shared space of subjective, personal, and collective lived experiences, digitally documented in various media, accessible from different spatiotemporal locations.

D. Fox Harrell, a professor of Digital Media and Comparative Media Studies at MIT, identifies that this intermedial, collaborative, and shared space of the internet, which resembles orality in general has the potential to "play roles in constructing ideas that we unconsciously accept as true and institutive of reality yet are in fact imaginatively grounded

6 Akintunde Akinyemi, *Orature and Yoruba Riddles* (New York: Palgrave Macmillan, 2016), 1.

7 Ngũgĩ wa Thiong'o, "Notes towards a Performance Theory of Orature." *Performance Research* 12, no. 3 (2007): 7. https://doi.org/10.1080/13528160701771253.

8 Ngũgĩ wa Thiong'o, *Globalectics: Theory and the Politics of Knowing* (New York: Columbia University Press, 2012), 84-85.

9 Abby S. Rumsey, *When We Are No More: How Digital Memory Is Shaping Our Future* (New York: Bloomsbury Publishing, 2016), 160.

constructions based in particular worldviews."[10] In other words, computational media, with the help of artificial intelligence, can re/store and generate a memory-informed epistemological system that reflects a community's behavioral patterns and belief system sedimented (as discussed by Merleau-Ponty in his *Phenomenology of Perception*) through generational practices and rituals. He designed a computer program, namely GRIOT (named after the group of West African historians and storytellers), that integrates narrative, poetry, and games to narrativize history, mostly by taking elements from the creator's subjective understanding of memory, experience, and reality. This program combines the user's phantasmic behavior with the feedback given by Artificial Intelligence to generate verbal expressions. GRIOT was implemented in *Living Liberia Fabric*, "an interactive, web-based narrative supporting the goal of lasting peace after years of civil war (1979-2003)."[11] The narrative used a "West African-based GUI metaphor that arose through a combination of empirical fieldwork and research into cultural needs, values, histories, and aesthetics."[12] This process of creating, restoring, and generating memory in the digital space, not only in collaboration with the community's members but also with the machine, problematizes and complicates the human understanding of memory and history. The primary objective of this article is to look into the way digital space and Artificial Intelligence intervene in the epistemology of memory and how it is invoked in oral performances. It seeks to explore how the place of memory in historiography is redefined in the digital space. It also attempts to find out the ideological groundings of computer programmes and whether they impact the formation of memory, thereby becoming instrumental in altering the historiography.

10 D. F. Harrell, *Phantasmal Media: An Approach to Imagination, Computation, and Expression* (Cambridge: MIT Press, 2013), 29.

11 D. F. Harrell *et al.*, "A Cultural Computing Approach to Interactive Narrative: The Case of the Living Liberia Fabric," in *Computational Models of Narrative: Papers from the AAAI Fall Symposium, November 11–13, 2010, Arlington, Virginia*, ed. Mark Finlayson. Arlington: AAAI Press, 2010), 18.

12 Harrell *et al.*, "A Cultural Computing", 18.

History and Memory

Aristotle, in his discussion of memory, categorized it into two types: an experience that is involuntarily remembered and one that is actively recalled. Paul Ricœur identified three distinct epistemological phases of historiographical development within this Aristotelian framework of memory: "from the stage of witnessing and of the archives [...] through the usages of 'because' in the figures of explanation and understanding; [to] the scriptural level of the historian's representation of the past."[13] These three stages, as noticed by Ricœur, underscore the narrativizing potential of memory. Bernstein and Loftus write:

> Memory is inherently a reconstructive process, whereby we piece together the past to form a coherent narrative that becomes our autobiography. In the process of reconstructing the past, we color and shape our life's experiences based on what we know about the world.[14]

Memory not only reconstructs past events into often logical historical accounts but also acts as a form of resistance in order to preserve the undocumented, unregistered past, which may have escaped from the grand narrative of history. Wole Soyinka, who states that "[a] people who do not preserve their memory are a people who have forfeited their history",[15] evidently demarcates the boundary between the domain of memory and that of history. These two distinct but interdependent and interrelated epistemological categories are often conjoined together with a process of "forced memorization"[16] to celebrate the historical account, which always reflects the intricate power relations among different social positions that are the driving force behind the

13 Ricœur, *Memory, History, Forgetting*, xvi.

14 Daniel Bernstein and Elizabeth Loftus, "How to Tell If a Particular Memory Is True or False", *Perspectives on Psychological Science* 4, nº 4 (2009), 373.

15 Wole Soyinka, *The Burden of Memory, the Muse of Forgiveness* (London: Oxford University Press, 1999), 58.

16 Ricœur, *Memory, History, Forgetting*, 85.

formation of the 'logical' narrative of history as well as the construction of truth. The historical narrative's claim of truth, which, according to Foucault, is "undoubtedly the sort of error that cannot be refuted because it was hardened into an unalterable form in the long baking process of history",[17] is often challenged by the 'not-so-logical' and subjective understanding of past through memory.

Memory, on the one hand, has the potential to destabilize the coherent and linear narrative of the documented past with its claim of 'objectivity' and 'factual reliability', and on the other hand, it reconstructs the past through its multiple subjectivities, fragmented realities, and suppressed voices. Naubudere observes, "[t]he process of historical memory should therefore contribute towards the re-empowerment of people so that they can face one another in dismantling ideologies of superiority and dominance that lead to conflicts and wars."[18] Thus, suggesting that memory may undermine the discourse that assigns identities to people and provides space for an alternative identity formation and a counter-history that may not align with the dominant voices. In the relationship between memory and history, while the former reflects a representational distance, the latter, by engaging actively in the process of looking back and recollecting, make the past a part of the collective epistemology of the community. Yoruba understanding of memory is always a communal activity which is performative in nature. It emphasizes on the spiritual aspect. The sense of collectivity seems to contradict the western model of understanding memory as an individual's mental act. According to Barber, in Yoruba context memory functions like a text, which a performer needs to grasp before his/her performance.[19] In Ubuntu philosophy too memory is an intersubjective communal repository, celebrating the essence of personhood by acknowledging the presence of beings and their connections with other

17 Michel Foucault, *Language, Counter-Memory, Practice: Selected Essays and Interviews*, ed. Donald F. Bouchard, trans. Donald F. Bouchard and Sherry Simon (New York: Cornell University Press, 1977), 144.

18 Dani W. Nabudere, *Ubuntu Philosophy: Memory and Reconciliation* (Kigali: Centre for Basic Research, 2005), 7.

19 Karin Barber, "Text and Performance in Africa," *Oral Tradition* 20, no. 2 (2005): 272.

persons in the community. As it has been argued by Jewsiewicki and Mudimbe that, collective memory, which "does not signify facts about the past", is "a meaningful configuration of selected, negotiated events around 'sites of memory'."[20] Andreas Huyssen echoes them while he talked about the dynamic nature of collective memory which is "always subject to subtle and not so subtle reconstruction".[21] To him, collective memory can hardly be distinguished from the way the past is inherited by a society and the history is preserved. Its memory "is negotiated in the social body's beliefs and values, rituals and institutions".[22]

The narratives, emerging from collective recollection of past events, thus emerge as a discursive space that embeds the ideologies and values of the community. Orature, as it has been discussed by Ngugi wa Thiong'o, often represents that space.

'Orality' and Historiography

'Textuality' is often associated with something that is scripted; in other words, it is printed in form. This particular understanding of 'textuality' seems to place the understanding of 'orality' at the opposite pole, and thus these two terms appear to be contradictory in nature. Often the analytical approach towards the relationship of 'orality' and 'textuality' imbibes this sense of contradiction in it. According to Sen,[23] there are certain markers that showcase this difference in approach. For instance, 'orality' is first associated with the 'verbal art' form and then is understood to be relevant to the pre-literate or even non-literate phases of society. 'Textuality' on the other hand is associated with 'literature', which is scriptable or printable and thus is considered as the creative expression of literate society. Similarly, 'orality' becomes the marker of

20 B. Jewsiewicki, and V. Y. Mudimbe, "Africans' Memories and Contemporary History of Africa," *History and Theory* 32, no. 4 (1993): 10. https://doi.org/10.2307/2505629.

21 Cited in Tim Woods, *African Pasts: Memory and History in African Literatures* (Manchester: Manchester University Press, 2012), 263.

22 Cited in Woods, *African Pasts*, 263.

23 Soumen Sen, "Orality and Beyond," *Jadavpur Journal of Comparative Literature* 43 (2005–2006): 63–72.

backwardness, whereas, 'textuality' turns out to be the marker of advancement. This hints towards the social positionality of 'orality' and 'textuality', which Ngugi wa Thiong'o termed as 'aesthetic feudalism'.[24] These two are different forms of creativity and of aesthetic manifestations of verbal arts. Harrell's work presents a possibility where computational techniques could interact with human experiences and human expressions through language to produce a textual manifestation of artistic expression, also creating a room for intertextuality.

'Orality', which is inherently participatory and characterized by the absence of a singular authorial locus, is frequently problematized as a mode of historiographical documentation, particularly with regard to questions of authenticity, which enjoys a longstanding association with individualized authorial authority; hence 'textuality', as a single-authorial form, is perceived as having a greater claim to authenticity. However, the authorship of 'orality' belong to the entire community. It is the members of the community who are responsible for the survival of 'oral narratives' by passing them down verbally from generation to generation. In 'orality' a story is told and re-told and during this process, additions, omissions, and modifications take place as per the requirement of the time and space. Though this process of telling and re-telling makes an 'oral narrative' liable to changes, but, at the same time, these changes are made not by any single individual, rather these are the changes that are brought in by the community in accordance to the spatiotemporal shifts. It is also the community that endorses these changes in the 'oral narrative'. While this lack of authorship often puts the authenticity of 'orality' under the scanner, it is this particular aspect of 'orality' that problematizes the idea of 'authenticity' itself, thereby revealing 'orality' as a necessary resource for the historiographers to consider while working with the communal history. This lands 'orality' at the very important juncture where it builds a complex relationship with the evidentiary foundation of 'textuality' and contributes to the understanding of the community's history.

24 Thiong'o, *Globalectics*, 61.

The distinctions between 'textuality' and 'orality', according to Sen[25] are arbitrary. She also refers to these demarcations as artificial as they are the result of the impositions made by the ever-changing power dynamics among the communities. Taylor[26] while commenting on the same, said that 'orality' tends to retain the conventional aspects of stories, whereas, 'textuality' engages with different experiments in the literary manifestations of creative expression. In report on the GRIOT system in 2005, Harrell begins with a discussion on the poem generated by the system named "The Girl with Skin of Haints and Seraphs", where the lines seem to vary widely, keeping the theme still quite coherent. Probably it was because of the system that has the capability to return to the central figure, in this case it is the girl with a blended identity that has been fed to it. Thus, this particular poem though sounds improvisational at the same time it also sounds thematically quite unified.[27] Taylor, though, seems to refer to a particular difference as the obvious one, as 'orality' is more concerned with the preservation of the knowledge systems, and 'textuality' has the tendency to keep itself charged with the production of the new content. According to Brooker,[28] as per the conventional understanding of 'orality' seems to be the carrier of the original meaning, whereas, 'textuality' is related to the delayed understanding of the same.

In their work, Blackburn and Ramanujan,[29] while talking about verbal artists, made it quite clear that stories do not emerge individually or singularly from nowhere. The stories always evolve from one another. 'Orality' has this pattern where stories are born from one story and the process continues. The process is also true for 'textuality', where again stories do not exist separately rather, they are connected

25 Sen, "Orality and Beyond".

26 Archer Taylor, "Folklore and the Student of Literature", in The Study of Folklore, ed. Alan Dundes (Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1965).

27 D. Fox Harrell, "Shades of Computational Evocation and Meaning: The GRIOT System and Improvisational Poetry Generation," in *Proceedings of the 6th Digital Arts and Culture Conference* (Copenhagen: IT University of Copenhagen, 2005), 1.

28 Peter Brooker, *A Glossary of Cultural Theory* (London: Bloomsbury, 2003).

29 Stuart H. Blackburn and A. K. Ramanujan, eds., *A Glossary of Cultural Theory* (Berkeley: University of California Press, 1986).

to one another. Thus, at this juncture, it is important to understand and recognize the continuum between the two. From this discussion, it might be derived that 'orality' and 'textuality' are not actually water-tight categories, continuously borrowing elements from one another. To understand this relationship, it becomes necessary to acknowledge the dynamic exchange between the two, insofar as texts continually constitute both their own pre-texts and the contextual conditions through which they are understood. The conventional demarcation based on power dynamics between orality and 'textuality' where the former is positioned in a marginal state, and the latter enjoys the hegemonic privileges, must be questioned at this very juncture, as the sense of intertextuality, that comes into being with the dialogue between 'orality' and 'textuality'. Thus, the expanse of intertextuality could be felt at every stratum of the society and its creative expression. Systems like GRIOT are contemporizing the possibilities of intertextuality by percolating within academia and affirming the understanding of digital humanities within its realm.

From the above discussion, it may be derived that a complete rupture in the dialogue between 'orality' and 'textuality' is hardly possible, as these categories are characterized by their interdependence and thus, create a platform of intertextuality. It could be considered that the two often seem to coexist. According to Singer,[30] most of the historians do consider 'orality' as an important medium. They refuse to look upon it as just a reflective memory, rather they tend to put emphasis on the negotiations between the past and the present into which an oral historian often engages in, while passing down a piece of information. Oral narratives could be considered as the reservoirs of human history surviving in various communities as they tend to archive information about the respective community. Oral narratives too, engage in the act of recording and accumulating events relevant to various human activities.

30 Wendy Singer, *Creating Histories: Oral Narrative and the Politics of History-Making* (Delhi: Oxford University Press, 1997).

It is important to note that 'memory' is greatly associated with orality and thus again with the question of 'authenticity'. 'Memory' is also associated with a biased narration, but at the same time, the same association could also be applicable for the written document too, as hegemony at both the power and cultural levels might be at work here as well. Sometimes oral narratives may also respond to any established and conventionally documented history. Thus, oral narratives may be a helpful medium in creating an alternative historiography.

It is important to recognize that historiography is not about archiving past events. Historiography is also about the formation of a society and its cultures. The communities, which lack the scriptural form of documentation, have an extremely strong and robust body of oral narratives, which contributes to their historiographical practices and help them register their past not through writings, but through memorization and narrativization of memories. It could be said that oral narratives participate in the historiography of the 'people's history'. According to Sen,[31] every community has its own history. The failure in recognizing this idea occurs when the understanding of historiography is limited to written documentation, negating the practice of oral documentation. He also adds that 'people's history' is the real history,[32] as it imbibes the lifestyle, religion, socio-political institutions, and economy of a community.

For instance, in the Indian context the term *katha*, which could be translated into English as story, could be used as a medium to develop a better understanding of historiography. It might be said that history is actually the story of the dominant community. Story, on the other hand, seems to give voice to the marginalized. It archives their knowledge systems and creativity. Through stories, these communities set up a dialogue between their past and present. In 'orality' story is not limited to fiction, it expands itself as the narrative of living cultural contexts of the respective community. Stories thus participate in the

31 Sen, "Orality and Beyond".

32 Sen, "Orality and Beyond", 70.

formation of a 'collective memory' of a particular community. 'Collective memory' could act as a powerful medium of historiography. In other words, 'orality', participates in historiography through 'collective memory'.

Digital Space and Memory

With the advent of various technologies, people have gradually changed their ways of storing memories. This in turn has also had an impact in the way they interact and negotiate with their collective memory. Currently, people depend on and use use digital platforms extensively. These digital spaces have gradually turned into the spaces of collective memory. Digital spaces seem to have changed even the way memories are formed and archived. For obvious reasons, this has an impact on the ways collective memory is studied. According to Yasseri,[33] this intersection between collective memory and digital spaces could have both expected and unexpected outcomes.

Collective memory is often interfered with by authority in order to form a homogenized nation. Across the world, the involvement of the respective governments in shaping the collective memory of the nation is quite noticeable. They often take up projects of memorialization, such as memorials, museums, and so on. This could be seen as an attempt to initiate a dialogue between the national memory and the national past, as they both participate in the formation of the identity of the nation. As it was discussed earlier about the memorialization projects that are often taken up by governments across the globe, tend to archive the events of the human past. This could thus be read as the participation in the negotiation with the socio-political understanding of the politics behind the formation of identity. This also highlights the power dynamics of social representation.[34]

33 Taha Yasseri, Patrick Gildersleve and Lea David, "Collective Memory in the Digital Age," 2022, https://arxiv.org/abs/2207.01042.

34 Jay Winter and Emmanuel Sivan, eds., *War and Remembrance in the Twentieth Century* (Cambridge: Cambridge University Press, 1999).

The advent of information technology and its impact in enhancing the academic interest in collective memory should be recognized at this juncture. Digital spaces often turn into platforms for the formation of cosmopolitan memories. Cosmopolitan memories add to the complexities of social memory. It engages in the continuous process of questioning the memory-based knowledge of the past of the common mass and at the same time becomes a part of the production of memory in digital spaces. Discussion on digital spaces opens up the room to talk about screen memory, a very relevant aspect of digital platforms. Screen memory makes the understanding of social memories more complex in nature. Rothberg's[35] concept of 'multidirectional memory' too seems to be extremely relevant when the discussion about the formation of memories in the digital space takes place. The understanding of the conventional memory in culture has now eventually shifted to the cultures of memory. This shift seems to be a result of the advent of digital spaces that gradually emerged with the rise of advanced information technology. This could also be read as the impact of globalization that has become so very material in every sense again with its engagement with the newly emerged digital spaces. Digital spaces tend to provide room for the development of the concept of collective memory at a global scale.

Digital spaces have not only limited themselves in archiving memory, rather they have evolved as a different knowledge system. It has also created opportunities for revisiting the realms of collective memory and thus redefine collective memory. Digital space facilitates an interaction between the collective memory and the present, as it is also the platform for daily communication among the netizens. When considering netizens' access to digital spaces, it is crucial to recognize that they do not emerge from a single nation or community; rather, they come from diverse locations across the world, entering into dialogue with one another. In doing so, they engage with collective memory in the present moment while simultaneously contributing their own

35 Michael Rothberg, *Multidirectional Memory: Remembering the Holocaust in the Age of Decolonization* (Stanford: Stanford University Press, 2009).

experiences and modes of identification to the evolving understanding of the world around them. This is how 'collective memory' eventually turns itself into a global set of memories. It cannot be ignored that at its initial stages, it was promoted to serve the purposes of the political interests of a few dominant authorities. It was thus used in the formation of the National Identity. This may trigger the sense of hegemony and might also act as the starting point of an etymological understanding of the term cosmopolitan. 'Collective memory' is never neutral, as digital spaces are capable of providing room for the creation of new communities. In the digital spaces, these community members could further be found to be anonymous, though they too contribute in the formation of 'collective memory'. Probably this could be read as the liberalizing aspect of 'collective memory', which is becoming possible in the digital spaces, as the conventional boundaries seem to blur. It could now be derived that 'collective memory', through digital spaces, participates in the mapping of cultures and communities. This process is probably not possible without the use of language. Harrell in his report of 2005 on GRIOT, refers to Gilles Fauconnier and Mark Turner's theory of conceptual bending, which talks about mind spaces and argues that human mind has the tendency to bend concepts from different mental spaces. Mapping is one such aspect of this bending of spaces that could link the connecting elements from these spaces. He adds, "Although concepts are often viewed as packets of meaning, really they arise from connections across multiple meanings that are dynamic and distributed."[36]

Digital spaces have altered the conventional ways of human memory. It seems that human memory is more and more device-based. It no longer exists with its organic essences as it mostly now remains stored in digital spaces, to which a comparatively larger number of people could have access. The way digital spaces are used and to the degree to which humankind uses it, must also be brought under consideration during the discussion. In the current world, it seems that digital spaces

36 Harrell, "Shades of Computational", 2.

have a major impact on human memories. For instance, people nowadays do not tend to memorize phone numbers as they now depend on the digital memory of mobile phones for the same. In classrooms students could hardly be found taking down notes or doing assignments in pen and paper, they rather prefer to record the lecture again in the form of digital memory on their mobile phones and refer to it later on. Digital memory thus seems to act like a virtually omnipresent entity, which is just a click away. 'Collective memory' is now not limited only to telling stories and passing them down verbally from one generation to another generation. The community seems to be getting more and more dependent on digital spaces. The advent of digital spaces has changed the ways in which people learn, think, and memorize and thus, in turn, contribute to the 'collective memory' of the community. As discussed earlier digital spaces have also changed the nature of the human communities and thus have changed the nature of 'collective memory' as well.

GRIOT, Polypoem and Preservation of Past

D. Fox Harrell, who sought to simulate the phantasms of human beings through computational media, adds another layer to the dynamics between digital memory and human memory. Human memory, which according to Merleau-Ponty oscillates between "conservation" and "construction",[37] is a recollection of the past "which acts no longer but which might act, and will act by inserting itself into a present sensation of which it borrows the vitality".[38] In this way, memory becomes an active agent to experience the world, both in an immediate and personal way ("*erlebnis*") or through the accumulation of knowledge deriving from a collective source ("*erfahrung*"). Bergson argues that "memory and perception become states of the same nature".[39] Phantasm, Harrell defines, is a form of phenomenological understanding of the world, as it has

37 David F. Krell, "Phenomenology of Memory from Husserl to Merleau-Ponty," *Philosophy and Phenomenological Research* 42, no. 4 (1982): 503.

38 Henri Bergson, *Matter and Memory* (New York: Zone Books, 1988), 240.

39 Bergson, *Matter and Memory*, 240.

been shaped by sociocultural experiences. At the beginning of his book on Phantasmal Media, he defined phantasm as

> a particular pervasive kind of imagination, one that encompasses cognitive phenomena including sense of self, metaphor, social categorization, narrative, and poetic thinking. This type of imagination influences almost all our everyday experiences, across diverse domains of experience, including art, entertainment, commerce, culture, and power relationships.[40]

Phantasm is the sense of reality informed by the Bergosian idea of "pure memory", which contributes to the epistemological domain of a community or an individual. However, if this subjective understanding of history with its cultural rootedness is produced in algorithms, and is manifested in interconnected semiological phenomena, replicating the oral performances to rejuvenate a community's past and reshape its identity, it transforms the entire epistemic structure of memory and redefine the space it holds to construct and narrativize historical discourses. Harrell blends the computational media with the human perception in such a way that it "result[s] in phantasms".[41]

GRIOT, the computer program Harrell designed, is named thoughtfully to commemorate the West African oral historians who play an instrumental role in preserving history through orature, even after the fact that it could be "grossly simplified",[42] as the program does not substitute a GRIOT, rather it functions on the basis of an orality-informed logic, and may not play the role a griot performs in the society. However, the cultural texture of the name not only suggests its reliance on memory in the preservation of the past, the way it molds the identity of people, and its role in building a social fabric, but also its preoccupation with the intermedial approaches of oral narratorial art. Harrell argues that certain

40 Harrell, *Phantasmal Media*, ix.

41 Harrell, *Phantasmal Media*, 21.

42 Harrell *et al.*, "A Cultural Computing".

cultural forms are "culturally metamedial", which "are not dependent on any particular medium and thus can be expressed and shared via a range of media, including computational media".[43] The integrative cultural system, according to him, often allows a space where culture combines abstract and representational ideas with material media, and thus gives birth to a complex dialogue between conceptual cultural logics and the specific affordances of the medium through which they are expressed. He defines GRIOT as "a computer program developed as a platform for implementing interactive and generative computational narratives"[44] which can 'generate' polymorphic poems with the help of computational algorithms and user inputs. Polymorphic poems, or polypoems, as Harrell has termed it, is a form of AI-generated poetry that "can have fixed narrative structure," but each time the program is run, "the poem will be generated differently with completely new metaphors, tone, and other forms of figurative language."[45] The polypoem, partially created by the user and partially generated by the machine, may address the subjective location of the person and the cultural nuances of the language.

For processing the user input, GRIOT is designed with a set of epistemologies, a set of media assets, and an event structure machine. While event structure helps the system differentiate between different genres, epistemologies will guide the user in generating the output. Thus, the output, which might take the form of a poem, is designed according to the chosen episteme by the user. However, the system does not merely execute what the user wants. The system is not created to produce result-output as it has been designed by the algorithm of the machine, rather the "Subjective AI", as named by Harrell, *responds* to the prompt. The machine's response is trained with the datasets the system has been fed.

The program of GRIOT was used in a project titled *Living Libera Fabric*, a "computer-based memorial and an interactive narrative",[46]

43 Harrell, *Phantasmal Media*, 209.

44 Harrell *et al.*, "A Cultural Computing".

45 D. Fox. Harrell, "Living Liberia Fabric," MIT Docubase, 2010. https://docubase.mit.edu/project/living-liberia-fabric/.

46 Harrell, *Phantasmal Media*, 99.

done in collaboration with the Truth and Reconciliation Commission (TRC) of Liberia after the end of the Liberian Civil Wars from 1979 to 2003. During this 20-year-long Civil War in Liberia, the country has gone through numerous instances of structured and unstructured violence which not only include the killing of 250,000 people and rape and murder of men and women, but also "economic mismanagement, lawlessness, resource extraction without value addition, rampant corruption, crumbling infrastructure, and deteriorating education and health outcomes".[47] Though the TRC, Al-Jazeera reports, is "the most extreme example of Liberia's 'negative peace'",[48] it is the recommendations made by the TRC, that facilitated Harrell, an external non-Liberian member, to come up with the idea of *Living Liberia Fabric*. However, Harrell's location within the diasporic African-American community gave him a cultural ownership,[49] marked by historical affinities and identifications, that helped him understand the nuances of power dynamics embedded in historical narratives. For this project, his team conducted a survey for one or two years to interact with the war victims from "ethnic groups, including the 'Congo' people in Liberia who were repatriated in Liberia from slavers' ships embarking from Central Africa and from the Caribbean islands",[50] and war memorials to gain a perspective on the historiographical values of the war and how the memorial could be created. They tried to address all the nuances of human understanding of history by studying the phantasms of people and looking at the diversified community relations and ethnic bonds in Liberia.

The home page of the project resembles a West African fabric or a piece of cloth having the motif of flowers containing archival pictures or videos of the civil wars. The project, as stated by Harrell, is a "dynamic document that can be explored at multiple levels".[51] The user,

47 Robtel N. Pailey and Aaron Weah, "Liberia Has Suffered 20 Years of 'Negative Peace'. It's Time for Change," *Al Jazeera*, 17-08-2023, https://www.aljazeera.com/opinions/2023/8/17/liberia-has-suffered-20-years-of-negative-peace-its-time-for-change.

48 Pailey and Weah 2023, "Liberia Has Suffered".

49 Harrell, *Phantasmal Media*, 219-220.

50 Harrell, *Phantasmal Media*, 218.

51 Harrell, *Phantasmal Media*, 103.

or the member of the project, who has experienced the wars in various ways, gave different inputs, navigated through different spaces on the page, and participated in the construction of the narratives of the civil wars. The webpage says that the project "uses an artificial intelligence (AI) system to explore how multiple narratives can be integrated into a single storytelling project"[52] and create stories that are customized and different for different users. Since it is a multimedia platform, it uses audio, visuals, and languages to create the narratives. The polymorphic poems were a part of the narratives that were created through the data and keywords received from the user, according to his or her own subjective understanding, or phantasm, as Harrell would like to call it. As a symbolic-AI system, GRIOT operationalizes structured representations of culturally situated identity, following an intentional, inspectable, and theoretically grounded approach different from the deep learning systems, not only in terms of technology, but also, in terms of the transparency of the data which is used. GRIOT does not simulate human comprehensibility and reproduce orality, rather functions on the logic of oral storytelling techniques and with the algorithmic support, it produces the desired result. Harrell modified his system in such a way that it can allow a person to assert his/her subjective restructuring of the world. He writes:

> The expressive function of phantasms, those blends of cultural ideas and sensory imagination that the computer can so effectively conjure, is not restricted to purely aesthetic dimensions. More substantively, phantasmal media can express and construct the types of meaning central to the human condition.[53]

Harrell wanted to construct the system of GRIOT in tandem with Ngugi's reflections on orature. To him, the "elements of performance as described by Ngugi are also central in many forms of subjective

52 Harrell, "Living Liberia Fabric".

53 Harrell, *Phantasmal Media*, xv.

computing with their virtual worlds, procedurality, and user-machine interaction".[54] He enlists five characteristics of the program which may relate this to the collaborative, participatory, performatory, and holistic experience of orature. To him,

> (1) The basis in cognitive semantics allows for a systematic approach to culture that admits concerns such as orature into my computational practice.
>
> (2) The architecture allows computational narrative authors to enable subjective content generation and improvisational, collaborative relationships with the audience/users.
>
> (3) Interaction with polymorphic poetry is structured as call and response interaction as opposed to command execution.
>
> (4) Polymorphic poetry implemented in GRIOT addresses issues related to African diasporic orature and relies upon thematic ontologies in which questions explicitly related to the African diasporic contexts are raised.
>
> (5) Oral performance has been central to polymorphic poetry execution and performative deployment has been theorized as one of four levels of using GRIOT.[55]

Modelling the improvisational dynamics of orature in cyberspace, the ways Harrell enlists them, with its audience-generated participatory narratives, GRIOT alters the historiographical mode in which memory in an oral community function. Instead of replacing a griot, GRIOT declares its own subjective position, while allowing other subjectivities to be incorporated and thereby replicates the collaborative space orature offers. This cyboratory project combining human agency of memory and forgetfulness, with a machine-made framework of people's perception of history, shifts the way memory and identity have

54 Harrell *et al.*, "A Cultural Computing".
55 Harrell *et al.*, "A Cultural Computing".

been forged in historiographical accounts. Orature-informed history, like other semiological systems, is a narrative full of ruptures. It reflects a web of power relations among different socio-cultural positions, where memory functions not only through speeches but also through silences. The history of collective trauma, which is essentially referential and "not fully perceived as it occurs" or "can be grasped only in the very inaccessibility of its occurrence",[56] is marked by its departure. This departure underscores how the inaccessibility of collective trauma complicates its transformation into a historical account. The process becomes even more intricate when it is mediated by the dynamics of human-machine interactions. The traumatic memories of the Civil Wars, which could have produced a historical account of the collective sufferings of the war, are instead contested by the nuanced presence of both human and a non-human entity. This dual agency adds complexity to the process of not only remembering the past but also the associated activities related to the act of remembrance, which include orature and its contribution to the formation of identity.

Conclusion

In Sembene Ousman's *White Genesis*, the low-born griot, Dethye Law, says,

> I know my place in our community. However, one thing is certain. When it is the question of speaking the truth, or seeking it, there is no *nawle* ['peers' in Wolof]. It is a known fact that many of my caste have been murdered in the cause of truth. ... Nowadays people do not conduct themselves in this way. But truth belongs to all times, and will do so even after we are dead.[57]

His speech elucidates the role of griots in West African communities. In an oral community, where speech is held with utmost importance and

56 Cathy Caruth, "Unclaimed Experience: Trauma and the Possibility of History," *Yale French Studies* 79 (Literature and the Ethical Question) (1991): 187.

57 Ousmane Sembene, *The Money-Order with White Genesis* (London: Heinemann, 1972), 43.

possesses the gravity of unquestionable authority, any attempt to preserve the past, even though recalling it, whenever uttered, is synonymous with the notion of truth. Oral utterances in a community that relied on speech, are for "not to give pleasure, but to impress on their hearers the meaning of duty and dignity".[58] Harrell wants to make his GRIOT perform a similar task in post-war Liberia in forging a community tie among war survivors by building narratives with the agenda of survival and reconciliation.[59] Nevertheless, the Subjective AI's intervention in the memory (or *anamnesis*, which Aristotle talked about to discuss the creative and active nature of memory) to create the narrative of war, with its ideological footing, has the potential to redefine orature's association with truth in narratives. It records a past, which is not only seen and experienced by people but also modified and interjected by the machine, through its complex algorithms designed to comprehend human memory and perception and respond accordingly. Along with the alteration in the archiving of memory, GRIOT may also raise certain questions regarding social function, community values, and the accessibility of the narratives. Although Liberians do participate in digital spaces through various media, in a society, where even in 2023, "75%-80% of Liberians are "offline," and "unable to benefit from the digital economy and with limited access to higher quality education, healthcare, and financial resources",[60] a historiographical account made by a Cyber GRIOT may always represent a lopsided version of the 'collective memory' of the civil war. However, though GRIOT's orature-informed model and its social role in weaving community ties differs greatly in the context of algorithmic reproduction, the language it uses, and the neoliberal economic forces it reflects, it has an immense potential to change the human memory scape in building culturally loaded narratives to document history, through its complex algorithms designed to comprehend human memory and perception and respond accordingly.

58 Sembene, *The Money-Order*, 43.

59 Harrell, *Phantasmal Media*, 103.

60 Light Reading, "Building a Network Bridge Over the Digital Divide in Liberia," 2024, https://www.lightreading.com/digital-transformation/building-a-network-bridge-over-the-digital-divide-in-liberia.

Bibliography

Akinyemi, Akintunde. *Orature and Yoruba Riddles*. New York: Palgrave Macmillan, 2016.

Barber, Karin. "Text and Performance in Africa." *Oral Tradition* 20, no. 2 (2005), pp. 264–77.

Bergson, Henri. *Matter and Memory*. New York: Zone Books, 1988.

Bernstein, Daniel and Elizabeth Loftus. "How to Tell If a Particular Memory Is True or False". *Perspectives on Psychological Science* 4, nº 4 (2009), 370-374.

Blackburn, Stuart H., and A. K. Ramanujan, eds. *A Glossary of Cultural Theory*. Berkeley: University of California Press, 1986.

Brooker, Peter. *A Glossary of Cultural Theory*. London: Bloomsbury, 2003.

Caruth, Cathy. "Unclaimed Experience: Trauma and the Possibility of History." *Yale French Studies* 79 (Literature and the Ethical Question) (1991): 181–92.

Dundes, Alan. "The Study of Folklore in Literature and Culture: Identification and Interpretation." *The Journal of American Folklore* 78, no. 308 (1965): 136–42. https://doi.org/10.2307/538280.

Foucault, Michel. *Language, Counter-Memory, Practice: Selected Essays and Interviews*, edited by Donald F. Bouchard, translated by Donald F. Bouchard and Sherry Simon. New York: Cornell University Press, 1977.

Harrell, D. Fox. "Shades of Computational Evocation and Meaning: The GRIOT System and Improvisational Poetry Generation." In *Proceedings of the 6th Digital Arts and Culture Conference*. Copenhagen: IT University of Copenhagen, 2005, 133–43.

Harrell, D. Fox. "Living Liberia Fabric." MIT Docubase. 2010. https://docubase.mit.edu/project/living-liberia-fabric/.

Harrell, D. F. *Phantasmal Media: An Approach to Imagination, Computation, and Expression*. Cambridge: MIT Press, 2013.

Harrell, D. F., Chris Gonzalez, Hank Blumenthal, Ayoka Chenzira, Natasha Powell, Nathan Piazza, and Michael Best. "A Cultural Computing Approach to Interactive Narrative: The Case of the Living Liberia Fabric." In *Computational Models of Narrative: Papers from the AAAI Fall Symposium, November 11–13, 2010, Arlington, Virginia*, edited by Mark Finlayson. Arlington: AAAI Press, 2010, 18–20.

Jewsiewicki, B., and V. Y. Mudimbe. "Africans' Memories and Contemporary History of Africa." *History and Theory* 32, no. 4 (1993): 1–11. https://doi.org/10.2307/2505629.

Joubert, Annekie. "History by Word of Mouth: Linking Past and Present through Oral Memory." In *Historical Memory in Africa: Dealing with the Past, Reaching for the Future in an Intercultural Context*, edited by Mamadou Diawara, Bernard C. Lategan and Jörn Rüsen. New York: Berghahn Books, 2010, 27–52.

Krell, David F. "Phenomenology of Memory from Husserl to Merleau-Ponty." *Philosophy and Phenomenological Research* 42, no. 4 (1982): 492–505.

Light Reading. "Building a Network Bridge Over the Digital Divide in Liberia." 2024. https://www.lightreading.com/digital-transformation/building-a-network-bridge-over-the-digital-divide-in-liberia.

McKeon, Richard, ed. *The Basic Works of Aristotle*. New York: Random House, 1941.

MIT Open Documentary Lab. "The New Digital Storytelling Series: D. Fox Harrell." *Filmmaker Magazine* (*2013*). https://filmmakermagazine.com/70611-the-new-digital-storytelling-series-d-fox-harrell/.

Nabudere, Dani W. *Ubuntu Philosophy: Memory and Reconciliation*. Kigali: Centre for Basic Research, 2005.

Pailey, Robtel N., and Aaron Weah. "Liberia Has Suffered 20 Years of 'Negative Peace'. It's Time for Change." *Al Jazeera*. 2023. https://www.aljazeera.com/opinions/2023/8/17/liberia-has-suffered-20-years-of-negative-peace-its-time-for-change.

Ricoeur, Paul. *Memory, History, Forgetting*, translated by Kathleen Blamey and David Pellauer. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

Rothberg, Michael. *Multidirectional Memory: Remembering the Holocaust in the Age of Decolonization*. Stanford: Stanford University Press, 2009.

Rumsey, Abby S. *When We Are No More: How Digital Memory Is Shaping Our Future*. New York: Bloomsbury Publishing, 2016.

Santos, Myrian S. "Memory and Narrative in Social Theory: The Contributions of Jacques Derrida and Walter Benjamin." *Time and Society* 10, no. 2–3 (2001): 163–89. https://doi.org/10.1177/0961463X01010002.

Sembene, Ousmane. *The Money-Order with White Genesis*. London: Heinemann, 1972.

Sen, Soumen. "Orality and Beyond." *Jadavpur Journal of Comparative Literature* 43 (2005–2006): 63–72.

Singer, Wendy. *Creating Histories: Oral Narrative and the Politics of History-Making*. Delhi: Oxford University Press, 1997.

Soyinka, Wole. *The Burden of Memory, the Muse of Forgiveness*. London: Oxford University Press, 1999.

Taylor, Archer. "Folklore and the Student of Literature". In *The Study of Folklore*, edited by Alan Dundes. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1965.

Thiong'o, Ngũgĩ wa. *Penpoints, Gunpoints and Dreams: Toward a Critical Theory of the Arts and the State in Africa*. New York: Clarendon Press, 1998.

Thiong'o, Ngũgĩ wa. "Notes towards a Performance Theory of Orature." *Performance Research* 12, no. 3 (2007): 4–7. https://doi.org/10.1080/13528160701771253.

Thiong'o, Ngũgĩ wa. *Globalectics: Theory and the Politics of Knowing*. New York: Columbia University Press, 2012.

Winter, Jay, and Emmanuel Sivan, eds. *War and Remembrance in the Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

Woods, Tim. *African Pasts: Memory and History in African Literatures*. Manchester: Manchester University Press, 2012.

Yasseri, Taha, Patrick Gildersleve, and Lea David. "Collective Memory in the Digital Age." 2022. https://arxiv.org/abs/2207.01042.

Referência para citação:

Chatterjee, Gourab and Mukulika Dattagupta (2025). "Cyber GRIOT: From Oral Tradition to Digital Reconstruction". *Práticas da História. Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, (21), 23-47. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n21.41953

Práticas da História, n.º 21 (2025): 49-76

Luiz Henrique Costa de Santana
e Imara Bemfica Mineiro

Chinua Achebe: entre a Nigéria pré-colonial e as reimaginações do passado igbo

Este artigo analisa como Chinua Achebe reimagina o passado igbo por meio da ficção, evidenciando a riqueza cultural e histórica da sua comunidade. A partir de *O mundo se despedaça* (1958) e do conto *Dead Men's Path* (1953), compreende-se como o autor formula uma contranarrativa que resgata as singularidades da experiência africana, articulando memória, espiritualidade e organização social. Achebe apresenta a vivência igbo em sua complexidade — valores comunitários, práticas culturais e relação com o sagrado — ao mesmo tempo que retrata os conflitos da colonização britânica. A pesquisa dialoga com Said, Mudimbe e Mbembe, ressaltando como a literatura africana opera como instrumento de resistência e preservação da memória coletiva. Conclui-se que a obra de Achebe constitui-se como espaço de disputa epistemológica, permitindo reinscrever a experiência igbo na sua pluralidade e afirmar outras possibilidades de leitura do passado africano.
Palavras-chave: Nigéria; literatura e história; reimaginar; comunidades igbos.

Chinua Achebe: Between Pre-Colonial Nigeria and Reimaginings of the Igbo Past

This article examines how Chinua Achebe reimagines the Igbo past through fiction, highlighting the cultural and historical richness of his community. Drawing on *Things Fall Apart* (1958) and *Dead Men's Path* (1953), the study investigates how Achebe constructs a counternarrative recovering the singularities of the African experience by intertwining memory, spirituality, and social organization. Achebe portrays Igbo life in its complexity — community values, cultural practices, and the relationship with the sacred — while depicting the conflicts triggered by British colonization. Engaging with Said, Mudimbe, and Mbembe, the article underscores how African literature operates as an instrument of resistance and a repository of collective memory. Achebe's work transcends the aesthetic dimension, positioning itself as a site of epistemological dispute that reinscribes the Igbo experience in its plurality — recovering silenced humanities and asserting alternative readings of the African past.
Keywords: Nigeria; Literature and History; Re-imagining; Igbo communities.

Chinua Achebe: entre a Nigéria pré-colonial e as reimaginações do passado igbo

Luiz Henrique Costa de Santana
e Imara Bemfica Mineiro*

Introdução

A literatura é um território propício para analisar uma sociedade. Por meio dela, é possível diagnosticar os fragmentos que determinados movimentos suscitam e propiciam. Dessa forma, há obras que solicitam um repertório robusto de autores para que seja possível pensar o texto e seus ecos. Chinua Achebe figura na lista de autores literários necessários que nos possibilitam pensar o contexto africano e, mais restritamente, o cenário igbo nas regiões Sudeste e Sudoeste da Nigéria. Entre as suas contribuições, destacam-se a trilogia africana *O mundo se despedaça* (1958); *A paz dura pouco* (1960); e *A flecha de Deus* (1964), assim como as obras de contos.

Entre esses, gostaríamos de pensar a partir da obra inicial da trilogia, *O mundo se despedaça* (*Things Fall Apart*), e do conto *Dead Men's Path* ([1953] 1972) (*O caminho dos ancestrais*) – ainda sem tradução oficial para o português brasileiro – como narrativas que tecem estratégias de confronto ao discurso colonial, reiterado por uma

* Luiz Henrique Costa de Santana (santanaluizhc@gmail.com). https://orcid.org/0000-0003-3707-7119, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil; Imara Bemfica Mineiro (imara.mineiro@ufpe.br). https://orcid.org/0000-0002-5616-8457. Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil. Original article: 26-05-2025; Revised: 1-10-2025; Accepted: 12-10-2025.

literatura canônica (em ênfase aqui textos de Joseph Conrad) que visa encerrar o continente africano debaixo dos signos da servidão, miséria, pobreza e caos. Por meio de uma pesquisa qualitativa, objetiva-se comparar discursos coloniais com o discurso literário de Achebe, que reimagina o contexto igbo e, assim, formula uma contranarrativa. Com isso, pretende-se mostrar que o escritor nigeriano revisita um passado que singulariza a experiência africana igbo, devolvendo o sujeito a si mesmo, e lança um olhar que se dispõe a refletir sobre as múltiplas realidades da comunidade igbo.

A obra *O mundo se despedaça* apresenta um panorama da vivência igbo no contexto pré-colonial, encaminhando a narrativa até a situação da colonização. A partir das nuances da narrativa, é possível perceber a tentativa de esmiuçar as formas de autogerenciamento e autonomia dessas sociedades anteriores ao processo colonial. Com essas formas sintagmáticas de pensamento, a obra protagoniza-se e constitui o que se pode chamar de contranarrativa[1] ao operar uma releitura epistemológica do passado que se contrapõe ao discurso colonial que associava os povos africanos à selvageria.[2]

Além disso, nota-se uma tentativa exitosa de Chinua Achebe em fundamentar a arte literária e a contação de histórias como formas de disseminar a memória social e coletiva de um povo. Para tanto, o romance, publicado em um momento anterior à independência da Nigéria, demonstra uma preocupação singular em notar que existem civilizações e outras formas de organização social para além da hegemonia europeia. Em virtude disso, no conto *Dead Men's Path*, uma preocupação emerge das contradições sociais instauradas pela colonização britânica:[3] em consonância com os avanços desmedidos sobre a vegetação nativa do contexto igbo, os colonos britânicos decidem passar uma ferrovia por um caminho considerado sagrado para os igbos. A partir dessa

1 Edward Said, *Cultura e imperialismo*, trad. Denise Bottman (São Paulo: Companhia das Letras, 2011).

2 Yves V. Mudimbe, *A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento* (Petrópolis: Vozes, 2019).

3 Sven Lindqvist, *Exterminem todos os malditos: uma viagem ao coração das trevas e à origem do genocídio europeu* (São Paulo: Editora Fósforo, 2023).

premissa, o conto retrata o surgimento de um conflito étnico-geracional entre, por um lado, os interesses da colonização e, por outro, o sagrado igbo sendo profanado.

Em ambos os textos – no romance *O mundo se despedaça* e no conto *Dead Men's Path* –, Achebe revisita o passado evidenciando a singularidade da experiência africana igbo, para além da homogeneização simplificadora tradicionalmente presente nos discursos coloniais. No contexto literário e de lutas políticas da Nigéria, Chinua Achebe olha de perto para essas múltiplas realidades da comunidade igbo, e confere a seus personagens a profundidade e a complexidade próprias das subjetividades dos sujeitos históricos. Com isso, contrapondo-se à estereotipia plana historicamente conferida aos subalternizados e marginalizados pelos discursos coloniais e por aqueles investidos das lentes da colonialidade, realiza um feito excepcional na literatura anglófona sobre África. Este artigo busca compreender, pois, como Chinua Achebe reimagina o passado igbo por meio da ficção, contrapondo-se ao discurso colonial presente na literatura canônica.

A Nigéria igbo pré-colonial

Um dos pontos cegos das análises historiográficas reside na falta de uma arqueologia cuidadosa do passado pré-colonial. Por vezes, as análises que tendem a ser mais contundentes acerca do continente africano deixam evidente que o real propósito da pesquisa é pensar o continente a partir da partilha de África[4] e da invasão europeia por todas as localidades do continente. Assim sendo, é imprescindível destacar que o continente africano é bem mais que os anos de opressão colonial, e que existe todo um universo epistemológico e cosmológico que se perde ao

4 Esse argumento é utilizado por Max Siollun na condução de seu livro em prol de uma perspectiva que lança luz sobre a Nigéria no contexto pré-colonial (ver: Max Siollun, *The Forgotten Era: Nigeria before British Rule* (Londres: Pluto Press, 2025). Como justificativa catalisadora do fazer historiográfico, Siollun aponta para a necessidade de pensar um continente africano anterior à partilha. Desse modo, ele reivindica uma historiografia que descentralize a razão do fazer histórico e a justifique em virtude da importância exacerbada que os europeus tiveram na memória do continente. Assim, interessa-nos seguir na esteira do pensamento de Siollun, reproduzindo criticamente a perspectiva de um continente que não deve ser reduzido à historiografia europeia e à sua ânsia por protagonismo e centralidade.

não dedicarmos nosso olhar ao momento anterior à colonização. Com isso, iniciamos uma breve explanação acerca da Nigéria anterior à chegada dos britânicos.

Max Siollun, na obra *O que o poder britânico fez com a Nigéria?: uma breve história da conquista e do domínio*[5] (2021), destaca o contexto dos povos negros que residiam naquelas localidades, haja vista que todo o território não era composto unicamente por uma etnia, mas por vários povos distintos – os hauçás, os iorubás e os igbos são alguns desses povos que compreendiam o território nigeriano antes que a colonização avançasse por sobre as coletividades negras.

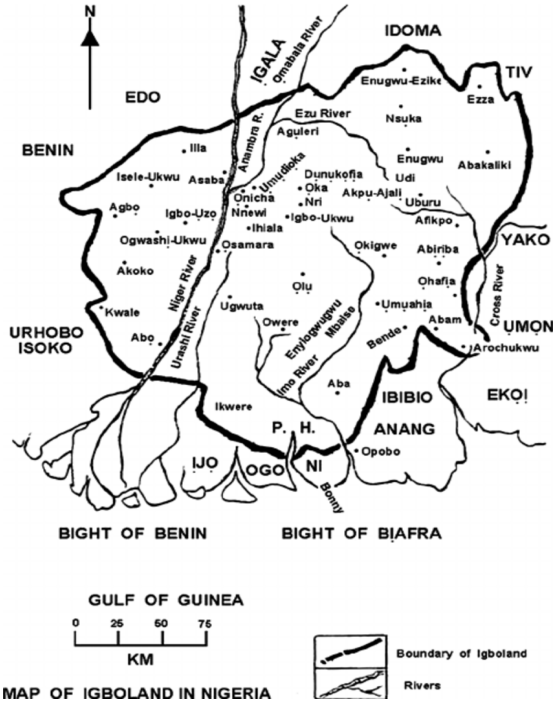


Figura 1. Mapa da região igbo da Nigéria. Fonte: Ugochukwu, "The Nigerian Civil War and Its Media: Groping for Clues".[6]

5 Max Siollun, *What Britain Did to Nigeria: A Short History of Conquest and Colonial Rule* (Londres: Hurst, 2022).

6 Francoise Ugochukwu, "The Nigerian Civil War and Its Media: Groping for Clues", *Media, War & Conflict* 3, n.º 2 (2010), 182-201: "Following months of political instability in Nigeria and the massacres of Igbo people in the north of the country during the summer and fall of 1966, the situation deteriorated rapidly. On 30 May 1967, the Eastern Region (Igboland) unilaterally declared its independence, triggering a civil war that, coupled with a tight economic blockade of the secessionist region and the logistic support of foreign powers, turned into a three-year conflict that claimed over three million lives. Nigerian and Biafran troops were

Segundo Siollun,[7] no momento anterior à colonização britânica no território que viria ser a Nigéria, temos uma economia bastante entrelaçada à agricultura, como a base econômica das comunidades igbos, com relações de troca, mercados públicos periódicos e uma criação mais comunitária das crianças igbos. A experiência com a ancestralidade era um componente perene dessa cultura.

Siollun constrói uma série de exposições acerca dos conflitos entre as aldeias igbos. Segundo o pensador nigeriano, não havia um poder supremo que unificasse todas as aldeias igbos. Em vez disso, as comunidades eram organizadas em clãs independentes, com conselhos de anciãos e lideranças locais que tomavam decisões coletivamente. Essa estrutura política fragmentada permitia uma certa flexibilidade na governança, mas também gerava disputas territoriais e rivalidades locais. Os conflitos entre as aldeias igbos não eram apenas motivados por questões de terra ou de recursos, pois também estavam entrelaçados com noções de honra, vingança e equilíbrio espiritual.[8] A crença na justiça ancestral e nos deuses locais desempenhava um papel crucial na resolução de disputas, muitas vezes através de rituais e consultas aos oráculos. Essas práticas não apenas consolidavam a coesão social, como também reforçavam as hierarquias culturais e religiosas que estruturavam a sociedade igbo.

Ao analisar essas dinâmicas pré-coloniais, Siollun[9] desafia a visão simplista de que a Nigéria pré-colonial era um espaço de harmonia e estabilidade. Pelo contrário, ele mostra que a complexidade política e

engaged in battle from 6 July 1967 until 12 January 1970, when the war ended with Biafra's surrender. All through the conflict, but especially from 1968-9, the world media converged on Nigeria, trying their best to cover the conflict for their audiences, with mixed fortunes. This study, based on radio bulletins gathered daily in France from 1968 to 1970 from the BBC World Service, Voice of America, France-Inter, Radio-France International, Europe n.1, Radio-Brussels, Radio-Lausanne and Radio-Canada, reveals the way the media groped their way through a flurry of contradicting nuggets of information in a desperate hunt for the truth on a far-away nightmare, with unreliable sources contributing to the confusion and a proliferation of unreliable pieces of news. In spite of these limitations, the media succeeded in covering the progress on the ground, the unfolding of the humanitarian situation and mounting casualties, the arms race and the political scene, and eventually achieved their aim — that of attracting the world's attention to Nigeria."

7 Siollun, *What Britain Did to Nigeria.*

8 Siollun, *What Britain Did to Nigeria.*

9 Siollun, *What Britain Did to Nigeria.*

social das aldeias igbos revelava um cenário dinâmico e multifacetado, no qual alianças e conflitos coexistiam, moldando as identidades locais e as relações de poder. Com isso, respondendo à pergunta proposta no título da obra de Max Siollun (*O que o poder britânico fez com a Nigéria?*), pode-se afirmar que o poderio britânico desmantelou a percepção de mundo que os indivíduos pertencentes à comunidade negra igbo detinham, agindo com truculência para com a comunidade ancestral.

A partir dessa percepção, é necessário observar que existem algumas obras que esmiúçam e analisam a questão dos povos igbos no território ancestral. Nesse sentido, a coletânea da Unesco, mais restritamente o volume acerca da *África do século xix à década de 1880*,[10] visa perceber como se sucederam algumas tentativas de modernização no período anterior às múltiplas tentativas da colonização europeia do território. Observe-se que a colonização britânica investira potencialmente nas comunidades originárias.

Acerca desse momento anterior à colonização, o historiador Jacob Festus Adeniyi Ajayi nos diz:

> No século xviii, a população atingia uma forte densidade em regiões como a Baixa Casamansa, o país dos igbo no Sudeste da Nigéria, as pastagens de Camarões e a região dos Grandes Lagos da África Oriental. Contudo, acrescentando-se às catástrofes naturais, o tráfico de escravos e as guerras mortíferas por ele acarretadas causaram perdas demográficas de grande escala e, notadamente, a diminuição, durante um longo período, do número de mulheres em idade de procriar.[11]

Tais considerações atestam um desvio do propagado pelo senso comum acerca da imagem inventada[12] da África como um continente

10 Jacob Festus Ade Ajayi, ed., *História geral da África, vi: África do século xix à década de 1880* (Brasília: Unesco, 2010).

11 Ajayi, *História geral da África*, 6.

12 Valentin-Yves Mudimbe, *A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento* (Petrópolis: Vozes, 2019).

de densidade espaçada, povos distantes entre si e localidades inóspitas. Ajayi nos mostra como as comunidades negras de África, em especial os povos igbos, atingiram "uma forte densidade" que fora freada, entre outros fatores, pelo tráfico de escravos e pelas guerras resultantes de conflitos relacionados ao tráfico. Assim, considera-se o século XVIII como um marco, pois essa densidade local demonstra os conflitos que os colonizadores europeus iriam enfrentar ao tentar "civilizar" os povos igbos. É digno de nota perceber que os igbos foram os últimos povos a ter a influência dos colonos europeus de forma tão incisiva e frequente.

Vale observar que o intento de implementar uma narrativa que perscrute a comunidade igbo de forma holística aparece como esforço basilar da coletânea de textos da Unesco e, nesse sentido, descreve-se a extensão territorial igbo: "O imenso interior igbo estendia-se de cada lado da porção norte do delta do Níger, nas duas margens do curso inferior do rio. O país igbo era muito mais vasto na parte ao leste do rio, prolongando-se até o norte da bacia do Cross."[13]

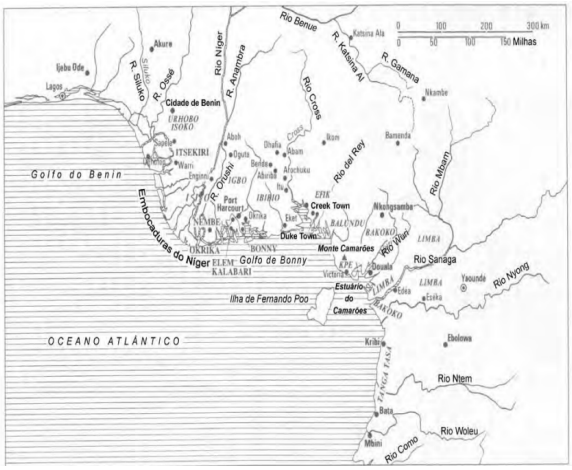


Figura 2. O delta do Níger e os Camarões no século XIX.
Fonte: Alagoa, "O imenso interior igbo".

A partir da citação e do mapa acima, ressalta-se que os povos igbos detinham boa parte do território que viria ser a Nigéria, além de esta-

13 Ebiegberi J. Alagoa, "O imenso interior igbo", in *História geral da África, VI*, 843.

rem de posse da bacia do rio, o que favorecia as trocas comerciais. Essa localização estratégica permitia não apenas o desenvolvimento de uma economia baseada no comércio inter-regional, como também o fortalecimento de redes de contato com outros povos e comunidades vizinhas. Ademais, a organização social dos igbos, caracterizada por um sistema descentralizado e pela valorização do consenso nas decisões políticas, demonstrava a complexidade e a riqueza de suas estruturas sociopolíticas antes da chegada dos colonizadores europeus. Assim, ao longo dos séculos, consolidaram-se como um grupo de grande influência na região, exercendo um papel fundamental na dinâmica econômica e cultural do território que posteriormente seria moldado pelas imposições coloniais.

Acerca disso, o acadêmico chefe Ebiegberi Joe Alagoa pondera:

> Durante muito tempo, o país igbo aparentemente caracterizou-se por uma população relativamente densa e pela sua organização em pequenas unidades políticas. Estas características transformavam-no em um país especialmente vulnerável aos efeitos destruidores do tráfico de escravos, na justa medida em que não havia Estados assaz potentes a ponto de protegerem os seus residentes. Com efeito, as diversas comunidades igbo, tudo leva a crer, envolveram-se em guerras entre grupos, incursões e capturas de homens, por eles posteriormente vendidos aos Estados do delta e aos efik de Calabar, os quais atuavam como intermediários. Em outros termos, embora o país Igbo tenha fornecido a maioria dos escravos vendidos nos portos de Bonny, de Elem Kalabari, no delta do Níger, e em Calabar, no estuário do Cross, os igbo não entraram em contato direto com os europeus antes dos últimos anos do século xix e no início do século xx.[14]

Esse trecho destaca a vulnerabilidade do país Igbo ao tráfico de escravos devido à sua fragmentação política e ausência de um Estado

14 Alagoa, "O imenso interior igbo", 856.

centralizado capaz de proteger seus habitantes. Essa descentralização facilitou a atuação de intermediários locais, como os efik, e os Estados do delta que participaram ativamente do comércio transatlântico de escravizados.

O ponto central da passagem é a aparente contradição entre o fato de os igbos terem sido uma das principais populações escravizadas e, ao mesmo tempo, não terem tido contato direto com os europeus até o final do século XIX. Isso evidencia que o tráfico negreiro não ocorreu apenas como uma imposição externa, mas também como um fenômeno mediado por estruturas locais de poder e conflito.

A questão da fragmentação política dos igbo pode ser analisada à luz da crítica pós-colonial, especialmente a partir de autores como Achille Mbembe e Frantz Fanon, que discutem como o colonialismo se aproveitou de divisões internas e as amplificou para manter sua dominação. Além disso, a ausência de contato direto com os europeus até um período relativamente tardio reforça a ideia de que a colonização e o tráfico de escravos não foram eventos monolíticos, mas processos complexos, mediados por agentes africanos e europeus em diferentes níveis.

Portanto, nota-se que os povos igbos são vistos enquanto demograficamente densos, envolvidos em conflitos bélicos e em trocas comerciais. Para além desse pressuposto e a partir da coletânea mencionada é possível perceber que existem caminhos de aproximação ao rico e complexo passado igbo a partir da História Oral, Arqueologia, Linguística Histórica, Epigrafia e Escritas Locais, Fontes Escritas Europeias e Árabes, Antropologia e Etnografia, Perspectivas Pós-Coloniais e Decoloniais. São todas metodologias interdisciplinares que juntas possibilitam pensar sobre um passado remoto. Distante dessas metodologias, porém nem tanto, encontra-se a literatura, que de forma ficcional consegue reimaginar esse passado. Sigamos!

As reimaginações do passado igbo

A partir dessa contextualização histórica, passamos à análise das reimaginações literárias do passado igbo. Para além dos dados que atravessam

as percepções historiográficas – mapas, relatos e as apreensões do passado –, encontra-se a literatura. Por meio dela, é possível individualizar e particularizar as questões relativas aos sujeitos no mundo. Parte da literatura expressou maneiras de indivíduos que transitam pelo mundo dizerem algo acerca dos sujeitos com os quais se deparam no caminho. A literatura europeia,[15] tida por Valentin-Yves Mudimbe[16] como hegemônica, nessa tentativa de dizer do outro, terminou por inventar um continente a partir da sua perspectiva e de seus julgamentos. Tal fato culminou na construção de narrativas e discursos que perpetuaram a história do território africano vista por apenas um prisma. Por sua vez, a disseminação das crônicas e dos relatos de viagens contribuiu para que o imaginário do continente europeu repudiasse o continente africano, independentemente de seu conhecimento efetivo sobre a região.

Dessa forma, ao perceber que a literatura por vezes reforça o estereótipo acerca de determinadas localidades, é possível atentar-se para a literatura de Chinua Achebe enquanto um elemento necessário para desarmar os estereótipos criados acerca das comunidades negras de África. O autor nigeriano, por meio de seus romances, contos, poemas e novelas, realizou um feito exitoso: reimaginar o passado igbo ancestral, mostrando de forma racional uma imagem do continente africano antes não vista/lida. Com isso, gostaríamos de pensar a partir da obra inicial da trilogia, *O mundo se despedaça* ([1958] 2009) – *Things Fall Apart* – e do conto *Dead Men's Path* ([1953] 1972) – *O caminho dos ancestrais*, como narrativas que tecem estratégias de confronto ao discurso colonial, reiterado por uma literatura canônica que visa encerrar o continente africano debaixo do signo da servidão, miséria, pobreza e caos.

Em *O mundo se despedaça* encontramos uma Nigéria ainda não invadida pelos europeus. Durante toda a narrativa, acompanhamos a vida de Okonkwo, um guerreiro de uma comunidade igbo da região de Umuófia. O romance em questão pondera diversas interfaces da comunidade igbo, mostrando como os costumes e todas as práticas estavam

15 A título de exemplificação, Joseph Conrad, em *O coração das trevas* (1902), pensa a África como um continente imerso em trevas.

16 Mudimbe, *A invenção da África*.

integradas àquilo que se configura como espiritualidade originária. Assim, no momento inicial do romance, temos a seguinte descrição:

> Toda a gente conhecia Okonkwo nas nove aldeias e mesmo mais além. Sua fama assentava-se em sólidos feitos pessoais. Aos dezoito anos, trouxera honra à sua aldeia ao vencer Amalinze, o Gato, um grande lutador, campeão invicto durante sete anos em toda a região de Umuófia a Mbaino. Amalinze recebera o apelido de o Gato porque suas costas jamais tocaram o solo. E foi ele quem Okonkwo derrotou, numa luta que, na opinião dos mais velhos, fora das mais renhidas desde a travada, durante sete dias e sete noites, entre o fundador da cidade e um espírito da floresta. Os tambores rufavam. As flautas cantavam. Os espectadores prendiam a respiração. Amalinze tinha uma destreza manhosa, mas Okonkwo era tão escorregadio quanto um peixe dentro d'água. Todos os nervos e todos os músculos estufavam em seus braços, em suas costas e em suas coxas, e quase se podia ouvi-los a se distenderem como se fossem arrebentar. Finalmente, Okonkwo derrubou o Gato.[17]

Essa descrição, durante uma leitura corriqueira do romance, pode passar despercebida. Porém, entre as várias releituras realizadas entre o período da licenciatura até a conclusão do mestrado, pude notar que Chinua Achebe comunica bem mais que o preâmbulo inicial de uma narrativa. Nesse trecho é possível apreender que Okonkwo, protagonista do romance, busca um título maior, o de guerreiro mais respeitado de Umuófia, mas, para que tal feito se efetivasse, era necessário derrotar o atual guerreiro, entronizado entre as canções louvadas pelas multidões igbos: Amalinze, chamado de o Gato. Tal feito seria difícil de conseguir alcançar, haja vista que o Gato detém esse apelido pois suas costas jamais tocaram o chão. Nessa passagem, Chinua Achebe evoca a

17 Chinua Achebe, *O mundo se despedaça*, trad. Vera Queiroz da Costa e Silva (São Paulo: Companhia das Letras, 2009), 23.

imagem de um sujeito em uma comunidade igbo em busca de conquistar a glória, o respeito e um lugar de destaque diante dos anciãos de Umuófia.

A partir disso, segue-se o entendimento de que o conhecimento advindo das crônicas de viagens dizem de um mundo que não é partilhado, nem respaldado historicamente. As crônicas de viagens dos colonos europeus demonstram uma leitura estereotipada dos mundos africanos. No excerto acima, Chinua Achebe demonstra como é possível reimaginar o passado; alicerçando-o na narrativa oral, na cultura oralizada e nos costumes ventilados pelos povos antigos no território igbo. Acerca desse pressuposto, sob o qual se assenta a escrita de Achebe, é produtivo recorrer aos escritos de Jacques Rancière, que aponta para a ficção e o pensamento dizendo que "o real precisa ser ficcionalizado para ser pensado".[18] Tal afirmação enseja uma prerrogativa basilar dos estudos literários na medida em que se concebe a ficção como uma possibilidade crucial de entender outros mundos, mas não só, sendo essa mesma ficção o que enseja a racionalização do real.

Nesse trecho, em que Okonkwo realiza o impossível, derrubando o lutador Gato, é perceptível que valores como honra e reconhecimento estão em voga na narrativa. Achebe, ao incutir isso no texto, possibilita o pensamento discordante em relação à narrativa hegemônica: os sujeitos africanos no contexto igbo possuem valores! Tais sujeitos não são meros animais selvagens e indiferentes.[19]

Existem humanidades para além dos moldes europeus.

Dessa forma, ao longo do trecho anteriormente citado, Chinua Achebe demonstra como a manifestação do sagrado também se dá pelos rituais de luta. Por meio de tantos embates, é possível perceber como a narrativa perscruta a cultura igbo em uma tentativa exitosa de imaginar o passado pré-colonial, subjetivando, particularizando a experiência no mundo pré-colonial. Todavia, por intermédio dessa particularização, a narrativa do escritor

18 Jacques Rancière, "Se é preciso concluir que a história é ficção. Dos modos de ficção", in *A partilha do sensível: estética e política*, 2.ª ed. (São Paulo: EXO Experimental Org. e Editora 34, 2009), 58.

19 Vocabulário utilizado na narrativa conradiana.

nigeriano consegue fazer-nos enxergar o coletivo, o plural: o horizonte. Ao particularizar a vida de Okonkwo, é possível enxergar o entorno, as ruas da comunidade de Umuófia, o dia de mercado e as narrativas oralizadas.

Para além dos contornos bélicos, dos embates corporais desses sujeitos, Chinua Achebe evoca, enquanto ponto fulcral da comunidade igbo, a experiência com o sagrado, as formas através das quais esse sagrado se manifesta, os modos como a espiritualidade se dá. No trecho a seguir acompanhamos tal experiência:

> Ninguém jamais vira Agbala, exceto sua sacerdotisa. Mas nenhum daqueles que se arrastaram para dentro do terrível santuário dali saíra sem o temor do poder do Oráculo. Sua sacerdotisa ficava de pé, perto do fogo sagrado, que ela própria acendera no coração da caverna, e proclamava a vontade do deus. O fogo era um fogo sem chamas. [...] Há muitos anos, quando Okonkwo ainda era menino, seu pai, Unoka, fora consultar Agbala. Naquele tempo, a sacerdotisa era uma mulher de nome Chika. Estava cheia do poder de seu deus e era muito temida. Unoka ficou de pé diante dela e começou sua história.[20]

A partir do excerto em questão, nota-se que as possibilidades de interação para com o sagrado partem da necessidade do indivíduo de compreender a si e o seu entorno. Achebe representa a cultura igbo de forma complexa. Tal perspectiva fica evidente durante a leitura do trecho acima. A sacerdotisa, a porta-voz do seu deus, era recebida pela comunidade com uma mulher de poder oracular, capaz de mostrar o que estaria prestes a acontecer como também revelar os intentos da divindade para os demais indivíduos partícipes dessa comunidade. A sacerdotisa de Agbala era conhecida como Chika, quando não estava sob o poder de seu deus. Em dado momento, Unoka, pai de Okonkwo, leva-o a conhecer a sacerdotisa de Agbala para que, por meio dela, fosse conhecida a vontade de Agbala para a vida

20 Achebe, *O mundo se despedaça*, 36-37.

de Okonkwo. Nesse trecho, a ancestralidade, isto é, a espiritualidade igbo, é vista não como uma forma de culto restrita, oculta e isolada, mas como uma maneira horizontal de entender a realidade anterior à colonização. A espiritualidade igbo compreendia o mundo de forma plena, abarcando todas as interfaces da vida do coletivo na aldeia; tal possibilidade é vista como uma maneira de estimular a reflexão crítica acerca da comunidade igbo. Chinua Achebe representa a cultura ancestral como forma de potencializar essas reimaginações do passado por meio da ficção africana.

Consoante a essa experiência de representação, Yves Mudimbe nos diz: "As artes baseiam-se em critérios e é difícil imaginar que estes padrões possam emergir do exterior do campo 'conhecimento-poder' de uma dada cultura, um campo que, num período histórico, institui a sua bíblia artística."[21]

O conhecimento acerca do mundo igbo possibilita a representação exitosa de uma sociedade em contexto pré-colonial. O que Yves Mudimbe representa, enquanto critérios e conhecimento-poder, é a possibilidade de lidar com a capacidade da arte. Em análise neste artigo, estão a arte literária e sua capacidade de confrontar, representar e dar a conhecer determinados mundos. Isto é, seria propício, no campo da arte, a representação da realidade, a possibilidade de se entremear por entre a cultura, por entre os períodos históricos e mostrar-se enquanto necessária para a construção do conhecimento.

Na esteira desse pensamento, Mudimbe projeta que:

> Desta forma, não lidamos com um eventual museu imaginário, mas com constrangimentos concretos produzidos por duas ordens principais: uma dimensão topográfica que explica como e porquê os discursos sobre o Mesmo e o Outro são interpretados, e uma ordem cultural que, na desordem do que hoje parece ser uma humanidade comum, indica claras divisões, fronteiras subtis e por vezes as denominadas aberturas à singularidade.[22]

21 Mudimbe, *A invenção da África*.

22 Mudimbe, *A invenção da África*, 39.

Desse modo, entendendo-se a arte enquanto um campo de representação do mundo, é possível perceber que existem mundos que foram melhor representados e outros que foram depreciados. Nisso, Mudimbe conjectura que a arte negra, a literatura negra em África, é um ponto de ruptura e de quebra da ordem colonial, haja vista que, por meio dessas novas representações, tem-se uma tentativa exitosa de singularizar a experiência africana ao invés de estereotipá-la. A ficção africana, a literatura em África, mais especificamente na Nigéria, consegue evocar a percepção de que existem outras formas de ver o mundo, para além das lentes eurocentradas.

Dando sequência à análise dos escritos de Achebe, no conto *Dead Men's Path* vemos que o autor retrata um embate entre igbos e os colonos europeus. O conto *Dead Men's Path* apresenta o choque entre modernidade e tradição por meio do personagem Michael Obi, um jovem diretor de escola que tenta impor uma visão "progressista" ao fechar um caminho ancestral. O caminho ligava o cemitério do vilarejo a um santuário, simbolizando a conexão entre os vivos e os ancestrais.

> "Look here, my son," said the priest bringing down his walking-stick, "this path was here before you were born and before your father was born. The whole life of this village depends on it. Our dead relatives depart by it and our ancestors visit us by it. But most important, it is the path of children coming in to be born..." [...]
>
> "The whole purpose of our school", he said finally, "is to eradicate just such beliefs as that. Dead men do not require footpaths. The whole idea is just fantastic. Our duty is to teach your children to laugh at such ideas."[23]

23 Tradução nossa: "Olhe aqui, meu filho", disse o sacerdote baixando sua bengala, "esse caminho estava aqui antes de você nascer e antes de seu pai nascer. Toda a vida desta aldeia depende disso. Nossos parentes falecidos partem por ela e nossos ancestrais nos visitam por ela. Mas o mais importante é que esse é o caminho das crianças que chegam para nascer..." [...] "O objetivo de nossa escola", disse ele finalmente, "é erradicar exatamente essas crenças! Homens mortos não precisam de trilhas. A ideia toda é simplesmente fantástica. Nosso dever é ensinar seus filhos a rir de tais ideias." Chinua Achebe, *Dead Man's Path*, in *Hopes and Impediments: Selected Essays* (Nova Iorque: Anchor, 1972 [1990]), 12.

Nesse nível, nota-se que a colonização já está bastante avançada, haja vista que o sacerdote em diálogo com Obi ouve que a educação colonial tem um propósito delimitado: "is to eradicate just such beliefs as that" (erradicar tais crenças nocivas ao progresso da colonização). Dessa forma, é possível perceber que o intento dos sujeitos colonos era o de inviabilizar o trânsito naquela localidade. Tal fato se configura como uma afronta às divindades, uma vez que aquele caminho serve de passagem para os espíritos ancestrais visitarem a comunidade igbo, para as crianças nascerem. Todos esses fatores mobilizam a crença do sujeito. Todavia, o Sr. Obi, ao ouvir os usos atribuídos àquele caminho, compreende que seria necessário tornar as crenças motivos de riso, escárnio e zombaria. Afinal, um dos intentos da colonização é ridicularizar crenças com o objetivo nítido de deslegitimá-las.

Atrelado a isso, Achebe representa a cultura igbo como fortemente ligada à oralidade. Todos os causos, todos os contos, todas as possibilidades de narrativa eram vinculadas aos saberes ancestrais, transmitidos oralmente. Por meio disso, acreditava-se que o caminho em questão trazia as crianças à aldeia igbo e, também, levava os espíritos ao local de descanso, além de possibilitar que os igbos fossem de igual modo visitados por eles.

Destaca-se, a propósito, que a colonização configura-se enquanto uma estrutura administrativa-discursiva. Tal processo pode ser percebido na narrativa de Achebe quando ilustra a educação igbo, no momento anterior à colonização, como do domínio dos pais, dos anciãos e dos sacerdotes da comunidades. Após a colonização, vê-se a desautorização dos pais por intermédio das escolas agenciadas pela companhia de exploração.

> "It amazes me," said Obi to one of his teachers who had been three years in the school, "that you people allowed the villagers to make use of this footpath. It is simply incredible."
>
> "The path," said the teacher apologetically, "appears to be very important to them. Although it is hardly used, it connects the village shrine with their place of burial."

> "And what has that got to do with the school?," asked the headmaster.[24]

Para a comunidade igbo, todas as coisas estão interligadas: espiritualidade, amizade, família, guerra e comércio. Nada do que existe, existe só. Essa cosmologia compreende o mundo de forma perene e completa. Ao perguntar o que isso tem a ver com a escola, o diretor perde de vista que o cruzamento faz parte da cultura igbo como um todo. Dessa forma, fica evidente que uma das engrenagens da colonização foi despersonificar o sujeito no contexto colonial, para que o indivíduo perdesse de vista todo o sistema de referências no qual está inserido. Ao perder de vista o sistema complexo de referências, causos, contos, narrativas orais, cerimônias e celebrações o sujeito se perde e, com ele, também se perde a sua comunidade.

Considerações finais

A literatura, ciência do texto, produto cultural cujo elemento central e basilar é a palavra, possibilita as representações acerca do mundo. Em um primeiro momento, os mundos representados pelos textos literários consistiam e faziam referência ao território europeu, bem como aos lugares desbravados por tais territórios: o mistério, a angústia e a solidão, em meio à vastidão de possibilidades que acompanhavam os navegantes, eram alguns dos temas que se faziam frequentes nos textos literários e/ou nas crônicas de viagem.

A História, na esteira dos pensamentos próximos à escola dos *Annales*, começou a perceber a necessidade de contar uma história mais achegada aos sujeitos comuns, tendo em vista que as minúcias do cotidiano movimentam a história. Dessa forma, a historiografia redireciona seus esforços para pensar o povo, a periferia, o trabalhador; contudo,

24 Tradução nossa: "Surpreende-me", disse Obi a um de seus professores que estava há três anos na escola, "que vocês permitiram que os aldeões fizessem uso dessa trilha. É simplesmente incrível." "O caminho", disse o professor desculpando-se, "parece ser muito importante para eles. Embora seja pouco utilizado, ele conecta o santuário da aldeia com seu local de sepultamento". "E o que isso tem a ver com a escola?", perguntou o diretor da escola. Achebe, "Dead Man's Path", 11.

ainda se tinha uma perspectiva eurocentrada para a formulação das análises, pois não se pensava o sujeito em África ou, no momento seguinte, nas Américas.

Seguindo o fluxo das independências dos países em África, Chinua Achebe percebera que a independência da Nigéria[25] não estava distante. Todavia, era necessário pensar sobre quais seriam os traumas acarretados pela colonização. O que era nosso? O que era deles? Nesse contexto, Achebe decide escrever *O mundo se despedaça*, numa tentativa exitosa de reimaginar o contexto pré-colonial da comunidade igbo. Em um momento seguinte, cerca de 20 anos após a primeira escrita de *O mundo se despedaça,* Achebe lança um livro com contos, *Esperanças e impedimentos* – incluso nesse livro, temos *O caminho dos ancestrais* (tradução nossa). Nessa obra, percebe-se a colonização mais avançada e as vontades dos anciãos igbos em conflito com o desejo impetuoso da colonização britânica e do diretor da instituição escolar.

Portanto, próximo ao relato historiográfico encontra-se a escrita de Chinua Achebe. No desejo singular de representar a cultura igbo para além dos relatos geográficos de densidade populacional ou dos numerosos embates com outras etnias, com o intuito de representar a vida do sujeito no contexto pré-colonial, busca singularizar a experiência de mundo do sujeito igbo; mostrar como esse sujeito tem medo, ama, erra, acerta, foge e luta; e construir uma humanidade igbo omitida pelos relatos dos sujeitos europeus (que caracterizavam os africanos como selvagens) e negligenciada pela história oficial. Chinua Achebe, por meio da ficção africana, através dos romances, contos e poemas, devolve à comunidade negra em África a possibilidade de ser vista e lida como composta por seres humanos.

25 Chamada inicialmente Protetorado Britânico do Sul e Protetorado Britânico do Norte.

Bibliografia

Achebe, Chinua. *Dead Man's Path*. In *Hopes and Impediments: Selected Essays*. Nova Iorque: Anchor, 1972 [1990].

Achebe, Chinua. *O mundo se despedaça*. Traduzido por Vera Queiroz da Costa e Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Ajayi, Jacob Festus Adeniyi de. "África no início do século XIX: problemas e perspectivas". In *História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880*, editado por Jacob Festus Adeniyi Ajayi. Brasília: Unesco, 2010.

Alagoa, Ebiegberi J. "O imenso interior igbo". In *História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880*, editado por Jacob Festus Adeniyi Ajayi, 843. Brasília: Unesco, 2010.

Burke, Peter. *A revolução francesa da historiografia: a escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

Falola, Toyin, e Max Siollun. *Warfare and Diplomacy in Pre-Colonial Nigeria*. Madison, WI: University of Wisconsin-Madison, 1992.

Falola, Toyin. *A History of Nigeria*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

Lindqvist, Sven. *Exterminem todos os malditos: uma viagem ao coração das trevas e à origem do genocídio europeu*. São Paulo: Editora Fósforo, 2023.

Mbembe, Achille. "As formas africanas de auto-inscrição". *Estudos Afro-Asiáticos* 23, n.º 1 (2001): 171-209.

Mbembe, Achille. "A arte de narrar o acontecimento pós-colonial". In *África insubmissa: cristianismo, poder e Estado na sociedade pós-colonial*, 95-100. Lisboa: Edições Pedago, 2013.

Mbembe, Achille. *Crítica da razão negra*. Traduzido por Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

Mbembe, Achille. *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Traduzido por Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

Mudimbe, Yves V. *A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2019.

Rancière, Jacques. "Se é preciso concluir que a história é ficção. Dos modos de ficção". In *A partilha do sensível: estética e política*, 52-62. 2.ª ed. São Paulo: EXO Experimental Org. e Editora 34, 2009.

Said, Edward. *Cultura e imperialismo*. Traduzido por Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Siollun, Max. *What Britain Did to Nigeria: A Short History of Conquest and Colonial Rule*. Londres: Hurst, 2022.

Siollun, Max. *The Forgotten Era: Nigeria Before British Rule*. Londres: Pluto Press, 2025.

Ugochukwu, Francoise. "The Nigerian Civil War and Its Media: Groping for Clues". *Media, War & Conflict* 3, n.º 2 (2010): 182-201.

Apêndice A – Tradução nossa de *Dead Men's Path*

O caminho dos ancestrais

As esperanças de Michael Obi foram cumpridas muito antes do que ele esperava. Ele foi nomeado diretor da Escola Central Ndume em janeiro de 1949. Sempre tinha sido uma escola pouco progressista, por isso as autoridades da Missão decidiram enviar um homem jovem e enérgico para dirigi-la. Obi aceitou essa responsabilidade com entusiasmo. Ele tinha muitas ideias maravilhosas, e essa era uma oportunidade para colocá-las em prática. Ele tinha tido uma educação secundária sólida, o que o designou como um "professor pivotal" nos registros oficiais e o destacou dos outros diretores de missão. Ele era franco em sua condenação das visões estreitas desses mais velhos e muitas vezes menos instruídos.

"Vamos fazer um bom trabalho, não vamos?", perguntou ele à sua jovem esposa quando ouviram pela primeira vez a alegre notícia de sua promoção.

"Faremos o nosso melhor", respondeu ela. "Teremos jardins tão bonitos e tudo será moderno e delicioso..."

Em seus dois anos de vida de casada, ela havia ficado completamente infectada por sua paixão por "métodos modernos" e por sua difamação "dessas pessoas velhas e ultrapassadas no campo do ensino que seriam melhor empregadas como comerciantes no mercado de Onitsha". Ela começou a se ver já como a admirada esposa do jovem mestre chefe, a rainha da escola.

As esposas dos outros professores teriam inveja de sua posição. Ela colocaria a moda em tudo... Então, de repente, lhe ocorreu que talvez não houvesse outras esposas. Entre a esperança e o medo, ela perguntou a seu marido, olhando ansiosamente para ele.

"Todos os nossos colegas são jovens e solteiros", disse ele com um entusiasmo que, pela primeira vez, ela não compartilhou. "O que é uma coisa boa", continuou ele.

"Por quê?"

"Por quê? Eles darão todo o seu tempo e energia para a escola."

Nancy estava abatida. Por alguns minutos, ela ficou cética em relação à nova escola; mas foi apenas por alguns minutos. Seu pequeno infortúnio pessoal não podia cegá-la para as perspectivas felizes de seu marido. Ela olhou para ele enquanto ele se sentava dobrado numa cadeira. Ele estava com os ombros baixos e parecia frágil. Mas às vezes ele surpreendia as pessoas com súbitas explosões de energia física. Em sua atual postura, porém, toda a sua força corporal parecia ter se retirado atrás de seus olhos profundos, dando-lhes um extraordinário poder de penetração. Ele tinha apenas vinte e seis anos, mas parecia ter trinta ou mais. De modo geral, ele não era feio.

"Um centavo por seus pensamentos, Mike", disse Nancy depois de um tempo, imitando a revista feminina que ela leu.

"Eu estava pensando que grande oportunidade temos finalmente para mostrar a essas pessoas como uma escola deve ser administrada."

A Escola Ndume estava atrasada em todos os sentidos da palavra. O Sr. Obi dedicou toda a sua vida ao trabalho, e sua esposa também. Ele tinha dois objetivos. Insistia em um alto padrão de ensino, e o complexo escolar deveria ser transformado em um lugar de beleza. Os jardins dos sonhos de Nancy ganharam vida com a chegada das chuvas, e floresceram. Belas sebes de hibisco e alamandas em vermelho e amarelo brilhantes marcaram o complexo escolar cuidadosamente tratados, em contraste com os arbustos densos do bairro.

Uma noite, enquanto Obi estava admirando seu trabalho, ele ficou escandalizado ao ver uma velha mulher do vilarejo coxear do outro lado do complexo, através de um canteiro de flores de calêndulas e das sebes. Ao subir até lá, ele encontrou sinais tênues de um caminho quase fora de uso desde o vilarejo através do complexo escolar até o mato do outro lado.

"Surpreende-me", disse Obi a um de seus professores que estava há três anos na escola, "que vocês permitiram que os aldeões fizessem uso dessa trilha. É simplesmente incrível." Ele balançou a cabeça.

"O caminho", disse o professor, desculpando-se, "parece ser muito importante para eles. Embora seja pouco utilizado, ele conecta o santuário da aldeia ao local de sepultamento." "E o que isso tem a ver com a escola?", perguntou o diretor da escola.

"Bem, eu não sei", respondeu o outro com um encolher de ombros. "Mas lembro-me de que houve uma grande discussão há algum tempo, quando tentamos fechá-lo."

"Isso foi há algum tempo. Mas não será usado agora", disse Obi enquanto se afastava. "O que o Oficial de Educação do Governo vai pensar disso quando ele vier inspecionar a escola na próxima semana? Os aldeões podem, pelo que sei, decidir usar a sala da escola para um ritual pagão durante a inspeção."

Foram plantadas varas pesadas bem próximas ao caminho nos dois pontos de entrada e saída da escola. Estes foram reforçados com arame farpado.

Três dias depois, o sacerdote da aldeia de Ani visitou o diretor. Era um homem idoso e andava um pouco curvado. Carregava uma bengala robusta, que costumava bater no chão, para dar ênfase, cada vez que apresentava um novo ponto em seu argumento.

"Ouvi dizer", disse ele após a habitual troca de cordialidades, "que nosso caminho ancestral foi recentemente fechado..."

"Sim", respondeu o Sr. Obi. "Não podemos permitir que as pessoas transformem o nosso complexo escolar em uma rodovia."

"Olhe aqui, meu filho", disse o sacerdote baixando sua bengala, "esse caminho estava aqui antes de você nascer e antes de seu pai nascer". Toda a vida desta aldeia depende disso. Nossos parentes falecidos partem por ela e nossos ancestrais nos visitam por ela. Mas o mais importante é que esse é o caminho das crianças que chegam para nascer..."

O Sr. Obi escutou com um sorriso satisfeito em seu rosto.

"O objetivo de nossa escola", disse ele finalmente, "é erradicar exatamente essas crenças! Mortos não precisam de trilhas. A ideia toda é simplesmente fantástica. Nosso dever é ensinar seus filhos a rir de tais ideias."

"O que você diz pode ser verdade", respondeu o sacerdote, "mas nós seguimos as práticas de nossos pais. Se você reabrir o caminho, não teremos nada sobre o que discutir. O que eu sempre digo é: deixe o falcão empoleirar-se e deixe a águia empoleirar-se." Ele se levantou para ir embora.

"Sinto muito", disse o jovem diretor. "Mas o complexo escolar não pode ser uma via de passagem. É contra nossos regulamentos. Eu sugeriria que você traçasse outro caminho, contornando nossas instalações. Podemos até conseguir que nossos rapazes ajudem a construí-lo. Suponho que os antepassados não vão achar o pequeno desvio muito pesado."

"Eu não tenho mais palavras para dizer", disse o velho sacerdote, já do lado de fora.

Dois dias depois, uma jovem mulher do vilarejo morreu no parto. Um adivinho foi imediatamente consultado e ele prescreveu pesados sacrifícios para apaziguar os ancestrais insultados pela cerca.

Obi despertou na manhã seguinte entre as ruínas de seu trabalho. As belas sebes foram arrancadas não apenas perto do caminho, mas em volta da escola, as flores pisoteadas até a morte e um dos prédios da escola foi derrubado... Naquele dia, o supervisor branco veio inspecionar a escola e escreveu um relatório desagradável sobre o estado das instalações, mas mais seriamente sobre a "situação da guerra tribal que se desenvolve entre a escola e o vilarejo, decorrente em parte do zelo equivocado do novo diretor".

Anexo A – Texto original de *Dead Men's Path*

Michael Obi's hopes were fulfilled much earlier than he had expected. He was appointed headmaster of Ndume Central School in January 1949. It had always been an unprogressive school, so the Mission authorities decided to send a young and energetic man to run it. Obi accepted this responsibility with enthusiasm. He had many wonderful ideas, and this was an opportunity to put them into practice.

He had had sound secondary school education, which designated him a "pivotal teacher" in the official records and set him apart from the other headmasters in the mission field. He was outspoken in his condemnation of the narrow views of these older and often less-educated ones.

"We shall make a good job of it, shan't we?," he asked his young wife when they first heard the joyful news of his promotion.

"We shall do our best," she replied. "We shall have such beautiful gardens, and everything will be just modern and delightful..."

In their two years of married life, she had become completely infected by his passion for "modern methods" and his denigration of "these old and superannuated people in the teaching field who would be better employed as traders in the Onitsha market." She began to see herself already as the admired wife of the young headmaster, the queen of the school. The wives of the other teachers would envy her position. She would set the fashion in everything...

Then, suddenly, it occurred to her that there might not be other wives. Wavering between hope and fear, she asked her husband, looking anxiously at him.

"All our colleagues are young and unmarried," he said with enthusiasm, which for once she did not share.

"Which is a good thing," he continued.

"Why?"

"Why? They will give all their time and energy to the school."

Nancy was downcast. For a few minutes, she became skeptical about the new school, but it was only for a few minutes. Her little personal misfortune could not blind her to her husband's happy prospects. She looked at him as he sat folded up in a chair. He was stoop-shouldered and looked frail, but he sometimes surprised people with sudden bursts of physical energy. In his present posture, however, all his bodily strength seemed to have retired behind his deep-set eyes, giving them an extraordinary power of penetration. He was only twenty-six but looked thirty or more. On the whole, he was not unhandsome.

"A penny for your thoughts, Mike," said Nancy after a while, imitating the woman's magazine she read.

"I was thinking what a grand opportunity we've got at last to show these people how a school should be run."

Ndume School was backward in every sense of the word. Mr. Obi put his whole life into the work, and his wife hers too. He had two aims. A high standard of teaching was insisted upon, and the school compound was to be turned into a place of beauty. Nancy's dream gardens came to life with the coming of the rains and blossomed. Beautiful hibiscus and allamanda hedges in brilliant red and yellow marked out the carefully tended school compound from the rank neighborhood bushes.

One evening, as Obi was admiring his work, he was scandalized to see an old woman from the village hobble right across the compound, through a marigold flower bed and the hedges. On going up there, he found faint signs of an almost disused path from the village across the school compound to the bush on the other side.

"It amazes me," said Obi to one of his teachers, who had been three years in the school, "that you people allowed the villagers to make use of this footpath. It is simply incredible." He shook his head.

"The path," said the teacher apologetically, "appears to be very important to them. Although it is hardly used, it connects the village shrine with their place of burial."

"And what has that got to do with the school?," asked the headmaster.

"Well, I don't know," replied the other with a shrug of the shoulders. "But I remember there was a big row some time ago when we attempted to close it."

"That was some time ago. But it will not be used now," said Obi as he walked away. "What will the Government Education Officer think of this when he comes to inspect the school next week? The villagers might, for all I know, decide to use the schoolroom for a pagan ritual during the inspection."

Heavy sticks were planted closely across the path at the two places where it entered and left the school premises. These were further strengthened with barbed wire.

Three days later, the village priest of Ani called on the headmaster. He was an old man and walked with a slight stoop. He carried a stout walking stick, which he usually tapped on the floor, by way of emphasis, each time he made a new point in his argument.

"I have heard," he said after the usual exchange of cordialities, "that our ancestral footpath has recently been closed..."

"Yes," replied Mr. Obi. "We cannot allow people to make a highway of our school compound."

"Look here, my son," said the priest, bringing down his walking stick, "this path was here before you were born and before your father was born. The whole life of this village depends on it. Our dead relatives depart by it, and our ancestors visit us by it. But most important, it is the path of children coming in to be born..."

Mr. Obi listened with a satisfied smile on his face.

"The whole purpose of our school," he said finally, "is to eradicate just such beliefs as that. Dead men do not require footpaths. The whole idea is just fantastic. Our duty is to teach your children to laugh at such ideas."

"What you say may be true," replied the priest, "but we follow the practices of our fathers. If you reopen the path, we shall have nothing to quarrel about. What I always say is: let the hawk perch and let the eagle perch." He rose to go.

"I am sorry," said the young headmaster. "But the school compound cannot be a thoroughfare. It is against our regulations. I would suggest your constructing another path, skirting our premises. We can even get our boys to help in building it. I don't suppose the ancestors will find the little detour too burdensome."

"I have no more words to say," said the old priest, already outside.

Two days later, a young woman in the village died in childbed. A diviner was immediately consulted, and he prescribed heavy sacrifices to propitiate ancestors insulted by the fence.

Obi woke up the next morning among the ruins of his work. The beautiful hedges were torn up not just near the path but right around the school, the flowers trampled to death, and one of the school buildings pulled down...

That day, the white Supervisor came to inspect the school and wrote a nasty report on the state of the premises but, more seriously, about the "tribal war situation developing between the school and the village, arising in part from the misguided zeal of the new headmaster."

Referência para citação:
Santana, Luiz Henrique Costa de, e Imara Bemfica Mineiro (2025). "Chinua Achebe: entre a Nigéria pré-colonial e as reimaginações do passado igbo". *Práticas da História. Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, (21), 49-76. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n21.43457

Práticas da História, n.º 21 (2025): 77-110

Henrique Germano Etges

Entre a mirada colonial e o discurso humanista: a representação visual de etíopes pelas lentes ocidentais

Este artigo propõe uma análise comparativa da representação visual de povos etíopes a partir de dois objetos: a fotografia colonial do século XIX e a fotografia contemporânea de cariz humanista do século XXI. Através do conceito de mirada colonial de Ann Kaplan e do entendimento da fotografia como prática imperial de Ariella Azoulay, investiga-se como a produção visual dos fotógrafos franceses Hippolyte Arnoux e Eric Lafforgue, apesar das suas distâncias temporais, partilha estratégias visuais que ocultam a realidade social e política dos sujeitos retratados. A análise conclui que, embora o discurso fotográfico contemporâneo de Lafforgue aluda a uma sensibilidade humanista, reproduz as hierarquias e práticas de poder coloniais de Arnoux — demonstrando a persistência de dinâmicas de exotização e de construção de uma alteridade intemporal direcionada ao consumo ocidental.
Palavras-chave: Mirada colonial; Fotografia humanista; História Visual; Etiópia.

Between the colonial gaze and humanist discourse: the visual representation of Ethiopians through Western lenses

This article proposes a comparative analysis of the visual representation of Ethiopian peoples through two objects: 19th-century colonial photography and contemporary humanistic photography. Through Ann Kaplan's concept of the colonial gaze and Ariella Azoulay's understanding of photography as an imperial practice, the article examines how the visual production of French photographers Hippolyte Arnoux and Eric Lafforgue, despite their temporal distance, shares visual strategies that conceal the social and political reality of the subjects portrayed. The analysis seeks to broaden discussion on the representation of Africans through Western lenses and interrogate the practices employed. It concludes that, although Lafforgue's contemporary photographic discourse alludes to a humanist sensibility, it reproduces the colonial hierarchies and power practices of Arnoux — demonstrating the persistence of exoticisation and the construction of a timeless otherness geared toward Western consumption.
Keywords: Colonial gaze; Humanistic photography; Visual History; Ethiopia.

Entre a mirada colonial e o discurso humanista: a representação visual de etíopes pelas lentes ocidentais

Henrique Germano Etges*

Introdução

A partir de Edward Said, a alteridade passou a ser compreendida como construção simbólica, forjada em oposição ao mundo ocidental e instrumentalizada como ferramenta da dominação imperial, atribuindo uma identidade oposta ao sujeito colonizador.[1] Influenciados por esse, diversos teóricos aprofundaram essa dinâmica, observando sua construção como prática discursiva e dispositivo de poder: Homi Bhabha apontou a ambivalência do olhar colonial entre o desejo de fixar e o reconhecimento da instabilidade da imagem.[2] Já Stuart Hall sublinhou que a representação é sempre construção, nunca mero reflexo da realidade.[3]

Essa crítica é corroborada através do conceito "regimes escópicos" proposto por Martin Jay, que denuncia o predomínio da visão como forma de conhecimento no Ocidente moderno.[4] Isso se deveu, em grande parte, ao desenvolvimento da fotografia no seio colonial, o qual, no intuito de apagar

* Henrique Germano Etges (henriqueetges13@gmail.com). https://orcid.org/0009-0006-6052-510X. Erasmus Mundus Master's in Education in Museums and Heritage, School of Education, University of Glasgow, Scotland, United Kingdom. Artigo original: 31-01-2025; Artigo revisto: 7-05-2025; Aceite para publicação: 8-01-2026.

1 Edward Said, *Orientalism* (Nova Iorque: Pantheon Books, 1978).

2 Homi Bhabha, *The Location of Culture* (Londres: Routledge, 1994).

3 Stuart Hall, "Who Needs 'Identity'?", em *Questions of Cultural Identity*, ed. Stuart Hall e Paul du Gay (Londres: SAGE Publications, 1996).

4 Martin Jay, *Downcast Eyes: The Denigration of Vision in Twentieth-Century French Thought* (Berkeley: University of California Press, 1993).

a mediação do dispositivo e do fotógrafo, valorizou o olhar para legitimação e a fotografia como evidência da diferença do "Outro". No entanto, foi na esteira dos estudos feministas e cinematográficos pós-coloniais que Ann Kaplan introduziu o conceito de "mirada colonial".[5] Essa o descreve como o olhar empregado por sujeitos colonizadores na representação de colonizados a partir de um olhar hierárquico e normativo. Mais do que simples observação, a autora advogou que essa mirada é um ato de produção de sentido: ela amplifica diferenças culturais para justificar relações de dominação. Ao ampliar o conceito para o campo da fotografia, o conceito revela-se particularmente frutífero para as representações do Ocidente sobre o "Outro".

A partir das reflexões do campo pós-colonial, pode-se entender a mirada colonial não apenas como forma de observação externa, mas como uma prática ativa da captura e do reforço do "Outro", moldada por interesses políticos, estéticos e epistemológicos. Todavia, se o campo teórico logrou identificar a mirada colonial, essa é eclipsada por uma realidade em que a esmagadora maioria das visualizações estereotipadas dos corpos em situação colonial predomina em diferentes esferas. Nesse intuito, novos estudos pretendem desnaturalizar os códigos visuais que estruturam o olhar sobre o "Outro", não somente deslocando a fotografia do campo estético para o político-cultural, mas inserindo-a em um debate mais amplo na sociedade civil.

A crítica proposta por Ariella Azoulay torna-se central nesse debate.[6] A autora argumenta que a fotografia é um ato relacional entre sujeitos historicamente situados. O conceito de "regime imperial de visualidade" permite compreender a fotografia como tecnologia que estrutura relações de poder e violência simbólica. A imagem, nesse regime, não apenas registra eventos passados, mas reinscreve continuamente relações de dominação. Já em obra mais recente, ela reafirma o potencial histórico da fotografia está justamente na possibilidade de desestabilizar essas narrativas dominantes e criar formas de visibilidade e reconhecimento.[7]

5 Ann Kaplan, *Looking for the Other: Feminism, Film and the Imperial Gaze* (Nova Iorque: Routledge, 1997).

6 Ariella Azoulay, *The Civil Contract of Photography* (Nova Iorque: Zone Books, 2008).

7 Ariella Azoulay, *Potential History: Unlearning Imperialism* (Londres: Verso, 2019).

Dessa forma, a mirada colonial desenvolvida encontrou um campo fértil de fixação que, todavia, como apontou Frederick Cooper, foram vários os instrumentos de poder usados pelo poder colonial que transbordaram seus sentidos e aplicações no período pós-colonial.[8] A fotografia, por sua vez, não se encontra imune, especialmente porque sua gênese se deu no berço colonial.[9]

A fim de averiguar a prática fotográfica em África nas lentes ocidentais contemporâneas, um dos mais recentes casos foi o estudo sobre a representação visual das mulheres Mursi, na Etiópia, de Shauna LaTosky.[10] A antropóloga realiza uma crítica a partir do significativo aumento de turistas no Vale do Omo a partir da década de 1990, atraídos pela possibilidade de fotografar os discos labiais das mulheres Mursi. Segundo a autora, a difusão de imagens exóticas e essencialistas em guias de viagem, reportagens fotojornalísticas e revistas ocidentais impulsionou o interesse pela região, tendência intensificada com o advento do mundo digital, o qual ampliou a circulação dessas imagens em redes sociais e periódicos online sob novas dinâmicas de visibilidade global.

Em um panorama mais amplo sobre a fotografia contemporânea em África, Allen Roberts[11] destaca como se pode observar uma persistência na busca de europeus por "alegoria visual de uma primitividade africana atemporal". Em consonância, David Turton aponta que a produção visual no Vale do Rio Omo é marcada por uma tentativa de encapsular a essência "tribal" e "intocada" dos povos que ali vivem.[12] As fotografias resultantes desse processo, de acordo com os autores, a partir das lógicas de produção de reprodução da fotografia, privilegiam

8 Frederick Cooper, *Colonialism in Question: Theory, Knowledge, History* (Berkeley: University of California Press, 2005).

9 Azoulay, *Potential History,* 131.

10 Shauna LaTosky, "(Re)presenting the Mursi: Photography in the Service of Colonialism, Humanitarianism and the Global Entertainment Industry," in *Ethiopian Images of the Self and the Other*, ed. Sophia Thubauville (Halle an der Saale: Universitätsverlag Halle-Wittenberg, 2014).

11 Allen Roberts, "Review of *African Ceremonies*, by Carol Beckwith e Angela Fisher", *African Arts* 33, n.º 3: (2000): 11.

12 David Turton, "The Meaning of Place in a World of Movement. Lessons from Long-term Field Research in Southern Ethiopia", *Journal of Refugee Studies* 18, n.º 3 (2005): 274. Tradução do autor.

um imaginário de pureza e resgate de uma "África primitiva", em detrimento da divulgação da realidade dos fotografados.

O debate da fotografia na esfera pública proposto por Ariella Azoulay reconhece o espectador como um importante agente nesse contrato social da fotografia, pois, ao ver, pode tanto consolidar quanto desafiar regimes de opressão visual.[13] Porém, confrontar essas imagens em uma abordagem crítica implica a compreensão das condições que conceberam a fotografia e os significados a ela atribuídos. Ainda que exista uma bibliografia crescente que debata sobre a fotografia contemporânea no continente africano[14] ainda há uma escassez na produção sobre a intersecção dessa com a perpetuação de estereótipos através das imagens que circulam na sociedade visual que nos cerca, permitindo uma ampla crítica.

O livro *Ethiopian Images of Self and Other* é uma das poucas iniciativas que, a partir da análise de imagens estereotipadas atuais sobre a Etiópia, busca, para além de compreender como tais representações de africanos foram historicamente construídas em diferentes esferas, desconstruí-las.[15] A obra oferece caminhos para investigar as realidades subjacentes a exemplos visuais amplamente difundidos em suportes como guias de viagem, revistas e periódicos especializados. Um passo fundamental nesse processo foi o resgate da trajetória histórica que consolidou esses estereótipos, destacando o papel central da fotografia – especialmente na transição entre a primeira e a segunda metade do século XIX – como instrumento de produção e disseminação dessas imagens cristalizadas.

Contemporaneamente a esse desenvolvimento teórico-metodológico no campo da história visual em um contexto pós-colonial, o emprego do dispositivo fotográfico ao serviço do colonialismo foi intensamente

13 Azoulay, *The Civil Contract*, 23.

14 Jon Abbink, "Suri Images. The Return of Exoticism and the Commodification of an Ethiopian", *Cahiers d'Études Africaines* 4 (2009); 901; Kylie Thomas e Louise Green, "Stereoscopic Visions: Reading Colonial and Contemporary African Photography", *Social Dynamics* 40, n.º 1 (2014): 8, doi:10.1080/02533952.2014.905246.

15 Sophia Thubauville, *Ethiopian Images of the Self and the Other* (Halle an der Saale: Universitätsverlag Halle-Wittenberg, 2014).

abordado por autores que revelaram uma complexa rede de agentes que se valeram da fotografia de diferentes formas,[16] esforços mais recentes demonstram a partir de circuitos visuais das imagens que o colonialismo em África foi o berço de uma economia visual que se propagou em múltiplos suportes materiais.[17]

Isso se torna possível, especialmente, devido ao avanço do chamado campo dos estágios iniciais da fotografia em África.[18] Mediante esforços de diferentes autores para elaborar quadros que permitem entender como a fotografia desenvolveu-se em diferentes contextos do continente, um conjunto de práticas em comum podem ser observadas nesse contexto, atendendo aos diferentes públicos consumidores das metrópoles coloniais. Ainda que muito se tenha avançado, Jürg Schneider chama atenção para dificuldades nos avanços do campo, os quais incluem o acesso às fontes, a colaboração entre autores em estado incipiente e, especialmente, uma visão das experiências fotográficas dos países africanos como linear e compartilhada.[19] No intuito de discutir soluções para os entraves, o autor propõe observar a experiência fotográfica em África como parte de uma ampla rede de influências internas e externas que, a partir de uma visão holística, torna possível compreender tendências locais e singulares.

Para tal, faz-se necessário, primariamente, que estudos de caso permitam entender os desdobramentos da fotografia em diferentes contextos

16 Émilie Gagnat, *Une histoire de la photographie missionnaire à travers les archives de la Société des missions évangéliques de Paris (1880-1971)* (tese de doutorado, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 2011); Filipa Vicente, "Fotografia e colonialismo: para lá do visível", in *O império colonial em questão (séculos XIX e XX): poderes, saberes e instituições*, ed. Manuel Jerónimo (Lisboa: Edições 70, 2012), 115; Naiara Krachenski, *Dominar, colonizar, classificar: colonialismo alemão, fotografia e racismo (1884-1943)* (São Paulo: Editora Dialética, 2022).

17 Sílvio Correa e Naiara Krachenski, "Kolonie und Heimat: imagens da África e economia visual à época dos impérios coloniais", *Varia História* 40 (2024): 1-34.

18 Jürg Schneider, "The Topography of the Early History of African Photography", *History of Photography* 34, n.º 2 (2010): 134-146; Robert Gordon e Jonatan Kurzwelly, *Photographs as Sources in African History* (Oxford: Oxford University Press, 2016); Paul Jenkins, "Sources of Unexpected Light: Experiences with Old Mission Photographs in Research on Overseas History", *Jahrbuch für Europäische Überseegeschichte* 1 (2001): 157-167. No intuito de debater o campo na língua portuguesa, opta-se por traduzir o termo original.

19 Jürg Schneider, "African Photography in the Atlantic Visualscape: Moving Photographers – Circulating Images", in *Global Photographies: Memory – History – Archives*, ed. Sissy Helff e Stefanie Michels (Bielefeld: Transcript Verlag, 2018), 201-220.

africanos. Nesse sentido, a Etiópia[20] apresenta uma relação com a fotografia que, além de ter sido pouco explorada, mostra-se assaz distinta em relação a outras porções do continente. Ademais, entender a presença da câmara em seus domínios nos permite desafiar registros que buscaram representá-la.

Com esse quadro delineado, o presente trabalho busca contribuir para a discussão da mirada colonial em contextos africanos. Com esse objetivo, apoia-se nos avanços do campo da história visual, especialmente nos estágios iniciais da fotografia em África e no debate sobre a fotografia humanista contemporânea. Para tanto, reuniu um *corpus* iconográfico composto pelos trabalhos de Hippolyte Arnoux, que fotografou a região Norte da então chamada Abissínia no último quartel do século xix e de Eric Lafforgue, que registrou o Vale do Rio Omo, na região Sul do país, nas primeiras décadas do século xxi. A escolha deste *corpus* visa problematizar tanto registros diretamente ligados à empresa colonial quanto imagens contemporâneas que, a despeito das suas narrativas humanistas de celebração cultural, utilizaram os etíopes como meios para reproduzir dispositivos de exotização e congelamento temporal dos sujeitos.

A fotografia humanista surge na metade do século xx, sobretudo no contexto do pós-guerra europeu, como uma resposta ética e estética às imagens de violência e dominação que marcaram o período colonial e os conflitos mundiais. Esse movimento propunha uma imagem mais empática e universalista do ser humano, valorizando a vida cotidiana, os gestos simples e a dignidade mesmo nas condições mais precárias.[21] Acreditava-se, assim, na possibilidade de uma "comunidade humana"

20 Utiliza-se "Abissínia" para designar o território conforme era conhecido durante o período abordado nas fontes de Hippolyte Arnoux e no contexto colonial dos séculos xix e xx. Para referir o trabalho de Eric Lafforgue e o período contemporâneo, recorre-se à designação atual, "Etiópia".

21 Originária no cenário pós-II Guerra Mundial, a fotografia humanista foi uma alternativa para a reconstrução das estruturas morais europeias. De acordo com Beaumont-Maillet, essa foi uma corrente que se caracterizou por fotografar a vida cotidiana, privilegiar a faceta humana, a dignidade e a relação humana com o seu ambiente. Em resposta as atrocidades da guerra, a fotografia humanista encontrou um público sensibilizado e, assim, rapidamente encontrou eco em diferentes países. Cf. Laure Beaumont-Maillet e Françoise Denoyelle, *La photographie humaniste, 1945-1968* (Paris: BnF, 2006), 11.

que transcenderia barreiras geográficas e culturais. Nas décadas seguintes, a estética humanista foi assimilada por instituições como a Magnum Photos e célebres fotojornalistas que marcaram a história da fotografia no período, movimento que a consolidou como um paradigma ético da prática fotográfica documental.[22]

Ao chegar ao século XXI, esse estilo tornou-se uma espécie de rótulo ou selo de legitimidade moral – muitas vezes mobilizado por fotógrafos e plataformas de divulgação visual como forma de atestar um compromisso ético com os retratados, especialmente no contexto da fotografia etnográfica, de viagem ou de denúncia social. Todavia, seu significado foi paulatinamente contestado nas últimas décadas, pois, como apontam autores que estudaram as fotografias empregadas pela organização Médecins sans Frontières em suas campanhas, hoje, o humanismo na fotografia reside em uma dualidade entre "prática moral" e a "prática econômica".[23]

Apesar de sua aura de empatia e respeito ao "Outro", a fotografia humanista tem sido amplamente contestada por teóricos contemporâneos que apontam seus vínculos estruturais com os regimes de visibilidade herdados do colonialismo. Raramente vista como um encontro igualitário, a fotografia carrega em si um contrato implícito entre quem fotografa, quem é fotografado e quem vê a imagem – um contrato muitas vezes assimétrico e marcado por relações de poder.[24] Nesse sentido, mesmo imagens humanistas podem reforçar hierarquias entre o sujeito fotografado (frequentemente de países do Sul Global) e o espectador (maioritariamente situado no Norte Global), ao manter o "Outro" num estado de alteridade permanente. Como demarcaram Susan Sontag e T. J. Demos,[25] a suposta neutralidade ou universalidade da fotografia humanista mascara os mecanismos de controle, exotização e consumo

22 Michel Frizot, *Nouvelle histoire de la photographie* (Paris: Bordas, 1994).

23 Lilie Chouliaraki e Richard Stupart, "Between Morality and the Market: The Circulation of Humanitarian Photography", *International Journal of Communication* 19 (2025): 306-321, https://doi.org/10.1932/8036/20250005.

24 Azoulay, *The Civil Contract*, 13.

25 Susan Sontag, *Diante da dor dos outros* (São Paulo: Companhia das Letras, 2003); T. J. Demos, *Against the Anthropocene: Visual Culture and Environment Today* (Londres: Sternberg Press, 2017).

visual do sofrimento. Assim, longe de representar uma rutura clara com a fotografia colonial, o humanismo fotográfico pode ser visto como sua continuação disfarçada – uma forma mais palatável, porém igualmente problemática, de enquadrar o "Outro".

Ao analisar as imagens de Hippolyte Arnoux e de Eric Lafforgue sob a ótica da mirada colonial de Ann Kaplan e do regime imperial de visualidade de Ariella Azoulay observa-se como ambos os fotógrafos, apesar das diferenças contextuais e das intenções declaradas, ocultam as complexas realidades sociais e culturais dos africanos que retratam. Desse modo, ao confrontar registros do século xix e do século xxi, investiga-se em que medida as estratégias visuais empregues por fotógrafos distintos refletem práticas coloniais de produção da alteridade, ainda que sob roupagens distintas.

As escolhas visuais mantêm o "Outro" em um lugar de diferença radical, apresentado como emblema de uma "autenticidade africana" que oculta transformações sociais e contextos históricos. Tais imagens participam de um regime visual que organiza o que pode ser visto e o que deve permanecer invisível. Trata-se, como argumenta Ariella Azoulay, de pensar a fotografia não como mero reflexo, mas como parte de uma maquinaria visual que define quem pode aparecer, como e sob que condições.[26]

A fotografia na Abissínia na segunda metade do século xix

Durante o século xix, a Abissínia passou por transformações políticas profundas que influenciaram diretamente a forma como o país passou a ser representado por meio da fotografia. Após o período de fragmentação conhecido como "Era dos Príncipes",[27] caracterizado por disputas internas entre potentados regionais, a ascensão de Teodoro II ao trono,

26 Azoulay, *The Civil Contract*, 44.

27 A "Era dos Príncipes" na Abissínia refere-se ao período de 1769 a 1855, caracterizado pela descentralização do poder imperial. Durante esse tempo, o Império Etíope foi fragmentado, com a autoridade central do imperador sendo enfraquecida. O país foi governado por diversos príncipes e líderes locais que controlavam diferentes regiões, conhecidos como *Ras*, resultando numa ausência de uma liderança imperial unificada.

em 1855, marcou uma tentativa significativa de centralização do poder e de modernização. Um dos pilares desse esforço foi a reestruturação das forças armadas, que dependia, entre outros fatores, do conhecimento técnico e militar estrangeiro.

É nesse contexto que missionários europeus, como o alemão Henry Stern,[28] foram autorizados a entrar no território abissínio em 1859. Stern levou consigo um equipamento fotográfico e suas imagens, ainda que hoje perdidas, deram origem a gravuras publicadas em *Wandering among the Falashas*[29] que inauguraram a câmara como ferramenta de mediação visual entre a Abissínia e o imaginário europeu.[30] Ao contrário de outras regiões da África, como o Egito, onde estúdios fotográficos já estavam firmemente estabelecidos desde a década de 1840,[31] a Abissínia desenvolveu uma relação tardia e pontual com a fotografia, que trouxe os primeiros registros cerca de duas décadas depois do primeiro registro realizado em solo africano, ainda em 1839.[32]

À época da entrada de Stern, devido a uma tensão diplomática entre a Abissínia e o Reino Unido – potência a qual o imperador Teodoro II esperava-se apoiar na defesa de seus territórios contra a ameaça turca –, o cônsul britânico Charles Cameron foi tomado como refém em 1864; dois anos mais tarde, Stern também foi capturado.[33] Posteriormente, ao escrever sobre os

28 Henry Aaron Stern (1820-1885) foi um missionário alemão e sacerdote de origem judaica. Após se converter ao cristianismo em Londres em 1840 e estudar com a London Society for Promoting Christianity among the Jews, dedicou-se ao trabalho missionário, especialmente entre as comunidades judaicas no Oriente Médio e os Falashas, na Etiópia.

29 Henry Stern, *Wandering among Falashas in Abyssinia: Together with a Description of the Country and Its Various Inhabitants* (Londres: Wertheim, Macintosh and Hunt, 1862).

30 Richard Pankhurst, "The Genesis of Photography in Ethiopia and the Horn of Africa", *British Journal of Photography* 123, n.º 41 (1976): 878-882.

31 Nissan Perez, *Focus East: Photography in the Near East 1839-1885* (Nova Iorque: Abrams Domino, 1988).

32 Menos de três meses após a apresentação de François Arago à Académie des Sciences e à Académie des Beaux-Arts, a 7 de novembro, o fotógrafo Frédéric Goupil-Fesquet, numa expedição juntamente com o seu tio, o pintor orientalista Horace Vernet, realizou o primeiro daguerreótipo em solo africano, na cidade de Alexandria. As imagens de Alexandria, do Cairo e de outras localidades ao longo do rio Nilo foram publicadas conjuntamente num álbum de 1843. Cf. Frédéric Goupil-Fesquet, *Voyage d'Horace Vernet en Orient* (Bruxelas: C. Muquard, 1844).

33 Além de Henry Stern e Charles Cameron, tinham sido capturados Hormuzd Rassam, o enviado britânico para negociações; o secretário de Cameron, conhecido nas fontes como Kerens; além de outros missionários cujos nomes não figuram nos álbuns e fontes da expedição.

eventos, o missionário alemão descreveu que os abissínios enviados pelo imperador para lhe capturar, ao verem as suas fotografias, ficaram maravilhados e "esqueceram completamente sua missão".[34] Assim, é possível observar que, enquanto em outras porções do continente africano a câmara já tomava as ruas das cidades,[35] na Abissínia, nem os membros próximos das mais altas esferas abissínias tinham tomado conhecimento do então daguerreótipo.

Em 1868, em retaliação a captura do cônsul britânico, a rainha Vitória ordenou o destacamento de uma expedição punitiva em Magdala, liderada então por Robert Napier. Partindo da Índia, o contingente que marchou até a fortaleza de Teodoro II foi o primeiro em solo africano a contar com a presença de engenheiros-fotógrafos na produção de imagens.[36] O rápido êxito britânico em sua campanha militar contra Teodoro II foi catalisado através dos acordos de cooperação realizados com Dajazmach Kassa – posteriormente, imperador Johannes IV – na região do Tigre, norte da atual Etiópia, para desembarque e passagem das tropas britânicas, que em seu regresso recompensaram com 12 canhões, 752 fuzis e muita munição.[37] Dessa maneira, se britânicos se beneficiaram da pilhagem do acervo real,[38] Johannes IV obteve recursos de suma importância para a disputa de poder que duraria de 1868 até 1871.

34 Henry Stern, *The Captive Missionary: Being an Account of the Country and People of Abyssinia* (Londres: Cassell, Petter and Galpin, 1868).

35 A fotografia no Egito, dada a quantidade de fotógrafos que circularam na década de 1840, conta com uma copiosa bibliografia acerca dos estágios iniciais da fotografia em África. Cf. Fatima Hamrat, "Photographie et propagande impériale: la vision coloniale de l'Égypte", *Cultural Intertexts* 11 (2021): 84-99; Irini Apostolou, "Photographes français et locaux en Orient méditerranéen au XIXe siècle: Quelques cas de collaboration", *Bulletin du Centre de recherche français à Jérusalem* 24 (2013): 1-19.

36 A expedição de 1868, curiosamente, foi o primeiro trabalho de Henry Stanley pelo *The New York Herald*. O sucesso de seu relato sobre a expedição, o primeiro a ser publicado, o garantiu o posto de correspondente internacional permanente ao jornal. O livro de Henry Stanley, *Coomasie and Magdala: The Story of Two British Campaigns* (Nova Iorque: Harper, 1876) conta com mapas e ilustrações que, provavelmente, advêm das fotografias realizadas pelos engenheiros-fotógrafos. Ademais, as fotografias realizadas há mais de 150 anos na campanha de Magdala, por terem sido as primeiras realizadas em paisagens etíopes são empregues hoje para comparar o estado da vegetação e o manejo da terra ao longo do tempo. Cf. Jan Nyssen *et al.*, "Desertification? Northern Ethiopia Re-photographed after 140 Years", *Science of The Total Environment* 407, n.º 8 (2009): 2749-2755.

37 Richard Pankhurst, "A Etiópia e a Somália", in *História Geral da África VI: África do Século XIX à Década de 1880*, ed. Jacob Ajayi (Brasília: UNESCO, 2010), 466.

38 Lucia Gunning e Debbie Challis, "Planned Plunder, the British Museum, and the 1868 Maqdala Expedition", *The Historical Journal* 66, n.º 3 (2023): 550-572, https://doi.org/10.1017/S0018246X2200036.

O então líder abissínio havia sido fotografado devido ao contato com os fotógrafos da expedição, tornando-se o primeiro membro real abissínio a ter um registro fotográfico conhecido. Até onde as fontes nos permitem ir, anos mais tarde, em 1885, Johannes IV seria novamente fotografado com a chegada de fotógrafos italianos no porto de Massawa.[39] Nesse ínterim, duas tendências podem ser observadas nos estágios iniciais da fotografia da Abissínia: se, por um lado, Menelik II, rei da região semiautônoma de Shoa, localizada no Sul abissínio, continuou a tendência de Teodoro II de trazer estrangeiros adeptos a prática da fotografia, Johannes IV viveu uma relação conturbada com a presença missionária em seus domínios, expulsando-os por os considerar uma ameaça a coesão religiosa abissínia. Denota-se que, como apontado por Gagnat, missionários foram pivotais para a produção de fotografias na África da segunda metade do século XIX,[40] outro fator que excetua a Abissínia de dinâmicas observadas em outras porções do continente africano.

Na década de 1870, a Abissínia, especialmente na região Norte, tornou-se altamente militarizada, sendo palco de constantes batalhas entre grupos internos dissidentes e contra forças externas, como os egípcios. As vitórias dos exércitos de Johannes IV, particularmente em 1875 e 1876, foram cruciais para o fortalecimento do aparato militar abissínio, pois, ao derrotarem os egípcios, os abissínios capturaram cerca de 20 mil rifles *Remington* – considerados os mais modernos da época –, além de dezenas de canhões.[41]

A fotografia, por sua vez, intensificou-se fortemente na década de 1880 com a presença europeia na região. A coleta feita por Richard Pankhurst[42] permite traçar um panorama dessa entrada fotográfica no território abissínio: no Leste, o fotógrafo francês Georges Revoil documentou a Somalilândia; os exploradores ingleses Frank Linsly James e Henry Swayne registraram o Ogaden em 1884; e após a ocupação italiana do porto de Massawa, em 1885,

39 Gabra Selasse, *Chronique du règne de Ménélik II, roi des rois d'Éthiopie* (Paris: Librairie Orientale et Américaine, 1930).

40 Gagnat, *Une histoire*, 165.

41 Sven Rubenson, *Survival of Ethiopian Independence* (Londres: Heinemann Educational Books, 1976).

42 Pankhurst, "The Genesis of Photography", 880-882.

fotógrafos como Luigi Fiorillo, Filippo Ledru e Luigi Naretti também passaram a atuar na região. Harar foi fotografada pelo austríaco Philipp Paulitschke, em 1886, enquanto no Oeste outro francês, Jules Borelli, encontrou Menelik II em Entoto entre 1885 e 1888 e publicou *Éthiopie Méridionale* (1890). O Sul da Etiópia foi registrado, por último, pelo húngaro Teleki von Szek, em 1888. Com o quadro delineado, pode-se observar uma heterogeneidade nas fotografias dentro da Abissínia, isso se deve, em grande parte, a independência da Abissínia em relação aos países vizinhos, que naquela década teriam seu status de colônias consolidados a partir da partilha da África, entre 1884 e 1885. Os nomes que compõem o que pode ser chamado de "primeira geração de fotógrafos coloniais" na Abissínia foram operadores visuais de uma presença europeia ainda tensa, porém crescente, que se refletia nas imagens tanto quanto nos tratados diplomáticos e nas campanhas militares.

Hippolyte Arnoux e a fabricação visual da alteridade militar abissínia

Nesse contexto, a pesquisa em arquivos e álbuns provenientes do período colonial permite a descoberta de outros registros que também compuseram os estágios iniciais da fotografia da Abissínia. É dentro desse fluxo que se insere a atuação do fotógrafo francês Hippolyte Arnoux.[43] Mais conhecido pelos seus registros da construção do Canal de Suez, ele operava no Egito desde a década de 1860, onde mantinha um estúdio móvel e trabalhava para a Compagnie Universelle du Canal Maritime de Suez. No entanto, a sua atividade ultrapassou seus estúdios em Suez. Um álbum hoje preservado na Bibliothèque Nationale de France, doado em 1893 pelo conde francês Méhier de Mathuisieulx à Société de Géographie, contém cinco fotografias atribuídas a Hippolyte Arnoux realizadas em solo abissínio.[44]

43 Hippolyte Arnoux foi um fotógrafo francês ativo entre as décadas de 1860 e 1890, particularmente no Egito e em outras regiões do Mediterrâneo oriental. Desconhece-se seu ano de nascimento e de sua morte. Em 1996, a exposição "Hippolyte Arnoux: photographie de l'Union des Mers", organizada pelos Archives Nationales de France observa: "O pouco que sabemos sobre Hippolyte Arnoux aprendemos por meio de suas fotografias." Tradução do autor.

44 Méhier de Mathuisieulx, *89 Phot. d'Egypte, de Nubie, de Palestine, d'Éthiopie, de Somalie, certaines par H. Arnoux, phot. à Port-Said, et Zangaki, don Méhier de Mathuisieulx* (Paris: Société de Géographie, 1893).

Essas fotografias são originárias após o embarque de Hippolyte Arnoux numa expedição pelo Leste africano a fim de fotografar o Egito, o Sudão e a Abissínia.[45] Assim como outros fotógrafos da região, Hippolyte Arnoux produzia e distribuía fotografias para viajantes, colecionadores e instituições europeias.[46] O álbum doado por Méhier de Mathuisieulx, para além das cinco fotografias de guerreiros, soldados e artilheiros abissínios, apresenta ainda um registro com artilheiros sudaneses.

Em comum, esses tiveram a sua realização em um estúdio fotográfico itinerante: poses coreografadas, fundos decorativos, objetos cenográficos como troncos, tecidos e vegetação artificial. Os soldados são apresentados em disposição frontal, frequentemente hierarquizados por uma pose de combate, em composições que evocam tanto a militarização quanto a exotização. Tais imagens não visavam capturar o indivíduo, mas produzir um tipo racial e funcional: o "guerreiro africano", útil à construção de uma alteridade colonial que desejava conquistar territórios no além-mar.

No século XIX, o estúdio fotográfico era um espaço de controlo, onde o fotógrafo exercia poder sobre cada elemento da cena – desde a escolha dos modelos até à sua pose e enquadramento.[47] Embora pesquisas mais recentes desafiem essa leitura unívoca, demonstrando que indivíduos fotografados em estúdios – mesmo em contextos coloniais – podiam resistir e negociar a autoridade do fotógrafo,[48] Hippolyte Arnoux, para além do poder exercido no ato fotográfico, valeu-se especialmente do controlo que teve no momento posterior, de circulação e recontextualização das imagens.

45 Hippolyte Arnoux colaborou com diversos fotógrafos estabelecidos em Suez, destacando-se entre eles os gregos Georges e Constantin Zangaki. A parceria entre Arnoux e os irmãos Zangaki perdurou até 1874, quando Arnoux entrou com um processo contra um dos irmãos por reproduzir e comercializar suas fotografias sem autorização. Cf. Apostolou "Photographes français", 14.

46 Christopher Pinney e Vincent Hasselbach, "Unruliness and Exorbitance: Anthropology, Collaboration and the Photographic Event", *Membrana – Journal of Photography, Theory and Visual Culture* 8, n.º 1 (2023): 57-76.

47 Sandra Koutsokos, *Negros no estúdio do fotógrafo: Brasil, segunda metade do século XIX* (Campinas: Editora da Unicamp, 2010).

48 Carlos Barradas, "Descolonizando enunciados: a quem serve objetivamente a fotografia?", in *O império da visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*, ed. Filipa Vicente (Lisboa: Edições 70, 2014), 447-459; Pinney e Hasselbach, "Unruliness and Exorbitance", 72.

Além do álbum de 1893, também se encontram fotografias editadas em formato de cartão-postal. Hoje, dispersas por múltiplos sites de leilão e colecionismo, bem como por coleções de museus de arte, é possível observar uma ampla difusão de imagens de guerreiros, soldados e artilheiros abissínios, apresentando datas e descrições distintas entre si.[49] Há evidências de que algumas das imagens creditadas a Hippolyte Arnoux – como as dos chamados *Tirailleurs abyssins* – podem ter sido, na verdade, editadas, reutilizadas e recategorizadas conforme os interesses mercantis da época.[50] O mesmo retrato podia circular como "Soldats du Soudan" ou "Soldats volontaires de Souakim" em cartões-postais, indicando uma flexibilidade deliberada na identificação dos sujeitos retratados e, em nome do lucro, uma ausência de veracidade etnográfica.

Esse tipo de reaproveitamento visual deve ser compreendido dentro de um contexto mais amplo, marcado pelas tensões geopolíticas e coloniais no Norte e Nordeste africano durante a década de 1880. Em 1881, o Sudão foi palco da revolta madista contra a ocupação egípcia e britânica, um conflito que culminaria em eventos dramáticos, amplamente noticiados e visualmente explorados pela imprensa europeia. Nesse cenário, a figura do "guerreiro" passou a ocupar um lugar central no imaginário colonial. Hippolyte Arnoux, ao aproveitar sua agência como um fotógrafo para alimentar os anseios da população ocidental em relação ao continente africano, forjou uma homogeneização visual que valorizava o exótico em detrimento à realidade dos sujeitos fotografados.[51]

49 O Minneapolis Institute of Art (MIA) conta com 12 fotografias de Arnoux. Sua chegada ao museu é atribuída a doações de George Chase Christian. Ainda que nenhuma delas esteja em exibição nas galerias, pode-se notar que a fotografia de guerreiros encontra-se enquadrada, datada como "século XIX" e tida como realizada no Egito. Outros sítios virtuais dedicados ao comércio de itens antigos apresentam outras fotografias de grupos militares, cada um deles, por sua vez, realiza uma datação própria para comércio. O WorthPoint, por exemplo, data uma das fotografias de grupos militares entre 1860 e 1870. Outros registros de Arnoux, presentes na seção "Eritréia" do Fondo Camperio, em cidade italiana de Villasanta, localizam a temporalidade entre 1860 e 1890, época em que Arnoux esteve ativo como fotógrafo.

50 Katie Hickerson, "Portraits, Postcards, and Politics: Mobilizing Sudanese Visual Culture", *Durham Middle East Papers*, n.º 21 (Durham: Sir William Luce Publication Series, 2023).

51 Krachenski, *Dominar, colonizar, classificar*, 25.

A economia visual daquele momento favorecia imagens ligadas ao Sudão e ao Egito, regiões mais diretamente integradas aos circuitos coloniais franceses e britânicos, em detrimento de representações da Abissínia, que mantinha sua soberania e se mantinha à margem da ocupação direta. Arnoux, atento a esse mercado e já estabelecido como fotógrafo oficial no Egito, parece ter instrumentalizado essa conjuntura para reeditar visualmente seus retratados abissínios sob rótulos mais vendáveis e reconhecíveis, adaptando suas imagens às expectativas de consumo de um público europeu ávido por cenas do fronte africano. Dessa forma, a escassez de fotografias autênticas da Abissínia, somada ao apelo visual das campanhas no Sudão, permitiu a criação de um simulacro colonial rentável, no qual a imagem circulava mais como fetiche exótico do que como registro documental.

Por fim, a circulação intensiva não apenas reforça o estatuto de tais fotografias como artefactos visuais no mercado colonial, mas indica o seu papel como instrumentos pedagógicos e ideológicos. Méhier de Mathuisieulx, explorador e defensor do projeto colonial francês, incluiu os registros dos grupos militares abissínios de Hippolyte Arnoux no seu álbum de entrada na Société de Géographie, consciente que essas serviriam como ilustrações do discurso civilizacional. Isso pode ser observado em detalhe em sua obra *Explorateurs et terres lointaines*, em que defendeu o uso da fotografia realizada em África como ferramenta de formação moral e patriótica da juventude francesa.[52] A seleção visual operada pelo Conde francês reforça, assim, o valor ideológico da fotografia colonial: ela não apenas documenta, mas constrói e projeta um mundo – ou melhor, uma ficção útil ao projeto colonial.

Contudo, por detrás da mirada colonial que enquadra os africanos segundo convenções estéticas e políticas europeias, esconde-se uma realidade complexa. Ao compararmos os registros de Hippolyte Arnoux com o contexto militar da Abissínia no período, nota-se uma brusca diferença entre o representado e o vivido. O explorador alemão Gerhard Rohlfs, ao visitar

52 Méhier de Mathusieux, *Explorateurs et terres lointaines: le livre d'or des explorateurs et voyageurs français* (Tours: Maison Alfred Mame et Fils, 1912).

o Sudão e a Abissínia em 1883, descreveu: "Quase todos os soldados agora carregavam armas de fogo e, embora mosquetes de mecha e pederneira ainda fossem comuns, havia inúmeras armas que disparavam cartuchos de espoleta, assim como muitas armas de carregamento pela culatra."[53] Essa descrição contrasta radicalmente com as imagens estáticas e teatralizadas de Hippolyte Arnoux, que apresentam os soldados desorganizados, desarmados ou com lanças, compondo cenas que mais evocam uma etnografia visual da "África atrasada" do que a realidade de um país africano com acesso a tecnologias que os colocaram em igualdade contra exércitos europeus.

Essa dissociação se tornou ainda mais evidente após a Batalha de Adwa, em 1896, quando tropas abissínias, com cerca de 100 mil armas de fogo, derrotam retumbantemente o exército italiano. Essa vitória – única na história do colonialismo africano moderno – não apenas impôs uma humilhante derrota à Itália como, hoje, serve para desmentir de forma categórica a narrativa visual da inferioridade abissínia. De acordo com Raymond Jonas, os europeus projetaram sobre a Abissínia uma imagem de fraqueza e desorganização que se revelou ilusória no campo de batalha.[54] A fotografia colonial, nesse sentido, não apenas omitia a modernização abissínia: ela a substituía por uma representação simbólica de subalternidade, sustentando a lógica de tutela e intervenção europeia.

O olhar de Hippolyte Arnoux, assim, não revela a Abissínia – mas ele inventa uma versão aceitável e consumível dela. O fotógrafo francês atua como agente de construção simbólica, criando personagens para um teatro visual da alteridade. Essa estratégia insere-se numa "visualidade performativa da dominação", onde o sujeito colonizado aparece como personagem de uma ficção etnográfica.[55] Após os eventos de 1896, essa ficção revelou seus limites ao resistir à colonização.

53 Citado por Richard Pankhurst, "Guns in Ethiopia", *Transition* 20 (1965): 29-30. Cabe destacar que existem outros relatos similares, desde a época que seguiu a Campanha Britânica de 1868, por parte de comandantes do exército. Cf. Clements Markham, A *History of the Abyssinian Expedition* (Londres: Prideaux, 1869).

54 Raymond Jonas, *The Battle of Adwa: African Victory in the Age of Empire* (Cambridge: Harvard University Press, 2015).

55 Elizabeth Edwards, *Anthropology and Photography, 1860-1920* (New Haven: Yale University Press, 1992).

Dessa forma, as fotografias de Hippolyte Arnoux são duplamente reveladoras: mostram como o olhar europeu tentou homogeneizar a experiência africana numa chave de inferiorização em favor de seu lucro como fotógrafo e, simultaneamente, revelam os limites dessa operação diante de uma realidade que resiste à ficção colonial. Ao iluminar esta tensão entre representação e história, a crítica à fotografia colonial permite desmontar os seus códigos e recuperar a complexidade dos sujeitos que ela tentou silenciar.

Eric Lafforgue e a construção visual dos etíopes

Mais de um século separam os registros de Hippolyte Arnoux dos trabalhos contemporâneos de Eric Lafforgue.[56] No entanto, apesar das transformações políticas, tecnológicas e éticas que marcaram o campo da fotografia desde o século XIX, certas permanências visuais são notáveis. Eric Lafforgue, ativo desde o início dos anos 2000, tornou-se amplamente conhecido por seus retratos de povos considerados "tradicionais", sobretudo na África. Com mais de cem mil fotografias disponíveis para aquisição em seu *website*, a Etiópia ocupa um lugar de destaque: são mais de vinte mil registros do país.[57]

Ao adentar em seu *website*, uma descrição sobre Eric Lafforgue é apresentada com poucas características: ele é um fotógrafo de "abordagem humanista" e que oferece ao público uma "mirada benevolente aos países por vezes desconhecidos".[58] A fim de demonstrá-las, Eric Lafforgue usa da criação de portefólios, apresentados em seu *website* como *stories*, que compõem séries organizadas em torno de temas culturais,

56 Eric Lafforgue é um fotógrafo francês em atividade desde 2006. Com trabalhos realizados em dezenas de países ao redor do mundo, suas fotografias foram publicadas em importantes periódicos europeus, como *Le Monde*, *Der Spiegel* e *The Times*. No continente africano, Lafforgue já fotografou em países como Angola, Etiópia, Benim, Djibouti, Quênia, Líbia, Sudão, Somália e Tanzânia. Seu extenso trabalho – composto por quase cem mil fotografias – está disponível para visualização e compra em seu *website*.

57 Eric Lafforgue, "Stories", disponível em https://www.ericlafforgue.com/articles/Stories, consultado em 16 de abril de 2025.

58 Eric Lafforgue, "About", disponível em http://www.ericlafforgue.com/articles/About, consultado em 16 de abril de 2025. "Humanistic approach" e "benevolent gaze" são os respectivos termos originais. Tradução do autor.

étnicos e estéticos. Para além das imagens selecionadas, encontra-se uma narrativa que localiza o consumidor.

Entre essas, destaca-se o portefólio "The Football Stars of Tomorrow", produzido em 2012 no Vale do Rio Omo, no Sudoeste etíope.[59] Composto por 14 imagens, a série tem como eixo temático as camisolas de futebol – peças de vestuário amplamente utilizadas por habitantes locais e adquiridas por meio do mercado de roupas de segunda mão. A escolha do portfólio supramencionado deve-se, sobretudo, pelo apelo de Eric Lafforgue em duas esferas: o simbolismo das camisolas que ostentam escudos e patrocinadores facilmente reconhecidos no Ocidente; além de uma teleologia textual que visa sensibilizar o público que entra em contato com sua produção.

Esses elementos podem ser observados logo na introdução ao portfólio, onde Eric Lafforgue afirmou: "Milhares de camisetas de futebol do Arsenal, Manchester, Chelsea, Milan [...] terminam sua carreira na... Etiópia. Vendidas no Sul profundo, no Vale do Omo, essas roupas de segunda mão são compradas pelas tribos locais. A maioria delas desconhece o significado dessas camisetas e as compra apenas pela cor, pelo logo ou pelo formato."[60] A descrição revela a construção de uma alteridade radical, em que os sujeitos retratados são representados como alheios ao significado dos objetos que utilizam, um elemento recorrente no discurso visual e textual do fotógrafo.

Ainda que Eric Lafforgue mencione o mercado de segunda mão – um fenômeno global com implicações sociais, econômicas e culturais importantes –, sua narrativa minimiza esse contexto. Em vez disso, ele opta por enfatizar a suposta ingenuidade dos habitantes do Vale do Rio Omo diante de símbolos ocidentais. Essa operação discursiva não é neutra. Ao esvaziar a agência dos sujeitos retratados, Eric Lafforgue reforça uma lógica de exotização que se ancora na ideia de um "Outro" não moderno, que consome sem compreender e que se insere no mundo global apenas de maneira passiva.

59 Lafforgue, "The Football Stars of Tomorrow", disponível em http://www.ericlafforgue.com/public/stora ge/files/pages/ethiopia-foot.pdf, consultado em 6 de novembro de 2024.

60 Lafforgue, "The Football Stars of Tomorrow". Tradução do autor.

No entanto, a realidade do mercado de roupas usadas na Etiópia – conhecido localmente como *bonda*[61] – contraria essa narrativa. Estimulado pelo excesso de produção da indústria têxtil e pela lógica de descarte das sociedades de consumo, esse mercado movimenta milhões de toneladas de vestuário por ano e emprega centenas de milhares de pessoas em países do Leste africano.[62] A cidade de Adis Abeba funcionava como um entreposto logístico fundamental, conectando carregamentos vindos de Djibuti, Eritreia e Quênia ao interior do país.[63] Em vez de um simples desvio do consumo global, a *bonda* é parte estruturante da economia local e da vida cotidiana dos etíopes.

A escolha de Eric Lafforgue por representar seus fotografados como inconscientes desse sistema revela, portanto, uma operação simbólica que contribui para sua narrativa visual. Ainda que seu trabalho esteja inserido no que ele próprio denomina "fotografia humanista", o apagamento de estruturas econômicas concretas como o mercado de roupas usadas é sintomático. Ao enfatizar a ignorância e o exotismo em detrimento da agência e da complexidade, o fotógrafo constrói uma imagem que atende às expectativas do público consumidor sem sequer tensionar os estereótipos mobilizados em tais imagens.

As fotografias do portfólio foram amplamente reproduzidas em meios de comunicação britânicos, como os jornais *The Mirror*,[64] *Daily*

61 A própria palavra *bonda* representa uma apropriação do mercado de segunda mão por parte dos etíopes. Essa é uma derivação da palavra inglesa "bundle", referência ao modo em que chegam as roupas em África.

62 Olumide Abimbola, "The International Trade in Second-Hand Clothing: Managing Information Asymmetry between West African and British Traders", *Textile: The Journal of Cloth and Culture* 10, n.º 2 (2012): 184-199; Edward Katende-Magezi, *The Impact of Second-Hand Clothes and Shoes in East Africa* (Genebra: CUTS International, 2017).

63 Karan Khurana e Ruth Tadesse, "A Study on Relevance of Second-Hand Clothing Retailing in Ethiopia", *Research Journal of Textile and Apparel* 23, n.º 4 (2019): 323-339; Cornelia Staritz, Leonhard Plank e Mike Morris, *Global Value Chains, Industrial Policy, and Sustainable Development: Ethiopia's Apparel Export Sector* (Genebra: International Centre for Trade and Development, 2016).

64 Nathalie Evans, "The Football Stars of Tomorrow: Meet the Ethiopian Tribal People Giving New Life to Old Kits", *The Mirror*, agosto de 2017, https://www.mirror.co.uk/news/gallery/football-stars-tomorrow-meet-ethiopian-10955466, consultado em 25 de março de 2025.

Times[65] e a revista de bordo da *British Airways*.[66] Em todas essas reproduções, a narrativa de Eric Lafforgue foi mantida, inclusive com a transcrição literal do trecho final do portfólio: "Essas tribos não existirão em poucos anos, já que o governo etíope lançou um grande plano para desenvolver a área. Logo, uma estrada que vem de Mombasa a Nairobi passará pelas aldeias para chegar a Adis Abeba."[67] A frase, apresentada como conclusão dramática, reitera a teleologia do desaparecimento, traço do imaginário europeu em relação à África do século XIX.

Contudo, essa previsão de desaparecimento dos grupos retratados não apenas carece de base empírica como também revela uma perspetiva exógena, que ignora as dinâmicas locais. A estrada citada por Eric Lafforgue, parte de um projeto de infraestrutura financiado pelo Banco de Desenvolvimento Africano, jamais passou pelas localidades mencionadas no portfólio. Os registros fotográficos foram realizados em Dimeka, Key Afer e Turmi, vilas ao sul do país, enquanto a rodovia ligando Mombasa a Adis Abeba foi construída a centenas de quilômetros de distância.

A estrutura desse tipo de narrativa encontra eco nas estratégias visuais utilizadas por Eric Lafforgue. Em fotografias como a número 7 da série – na qual um homem posa com uma espingarda SVT 40 e uma camisola do clube de futebol Manchester United enquanto uma mulher seminua o acompanha, adornada com colares e pulseiras coloridas – torna-se evidente a construção de um cenário dirigido. A camiseta, cuja relação com o futebol só é percetível a quem conhece o logotipo da seguradora AIG, patrocinadora do Manchester United, aparece como um signo ambíguo: ela funciona tanto como marcador de globalização

65 Anna Edwards, "Football? It's Tribal! African Men and Women Pictured in Their Favourite English Football Shirts... Chosen for Their Vivid Colours Instead of How Well the Team Is Doing", *Daily Mail*, outubro de 2013, https://www.dailymail.co.uk/news/article-2457632/African-Premier-League-fans-pictured-favourite-English-football-shirts.html, consultado em 25 de março de 2025.

66 Eric Lafforgue, "Tearsheets", *Flickr*, novembro de 2012, https://www.flickr.com/photos/mytripsmypics/8 144258363, consultado em 25 de março de 2025.

67 Lafforgue, "The Football Stars of Tomorrow", 2. Tradução do autor.

quanto como símbolo de deslocamento cultural. Para que essa ambiguidade tenha efeito, é necessário um público que reconheça o logotipo e, ao mesmo tempo, aceite a premissa de que os retratados não o reconhecem. A imagem, portanto, opera dentro de um circuito fechado de significação, onde a alteridade é confirmada pela ignorância presumida.

Além disso, a circulação comercial das imagens revela outro aspeto fundamental. Em entrevista concedida em 2017, Eric Lafforgue declarou: "Não me incomoda dizer 'eu dou 1 euro ou 50 centavos de euro'. Na Etiópia, isso é o que lhes dá uma refeição. Podemos dizer que [esse é o valor] para uma pose de 30 segundos, contra algumas centenas de euros, talvez milhares de euros, que eu posso ganhar."[68] A assimetria entre a remuneração dos fotografados e o valor de mercado das imagens, que podem chegar a 3500 euros, evidencia o caráter desigual da produção visual, mesmo sob o rótulo de "fotografia humanista".

Quanto ao lado africano nessa "economia visual pós-colonial", apesar do fluxo de recursos financeiros oriundos do turismo, esse ganho não se converte em melhorias estruturais nem na resolução efetiva das dificuldades cotidianas enfrentadas. No caso do Sul etíope, embora haja uma circulação significativa de dinheiro, muitos dos problemas cotidianos dessas comunidades tendem a persistir e dificilmente encontram espaço para resolução ou debate significativo, uma vez que a exposição constante ao olhar e à presença de visitantes estrangeiros acaba por deslocar o foco das questões estruturais para a manutenção de uma imagem exterior idealizada.[69]

O humanismo de Eric Lafforgue, portanto, não se traduz necessariamente em uma abordagem crítica ou equitativa. Ele se apresenta como marca autoral, como uma ética de superfície que legitima a apropriação estética de sujeitos e contextos alheios. A benevolência, frequentemente invocada por fotógrafos de viagem, funciona mais como dispositivo de marketing do que como princípio de representação. Eric

68 Eric Lafforgue, "Interview with Eric Lafforgue, photographe de voyage (Partie 1)", 2015, postado por Fred Marie, YouTube, Abril de 2017, 13:57, https://www.youtube.com/watch?-v=dea8RKvgKX0&t=382s. Tradução do autor.

69 Abbink, "Suri Images", 908.

Lafforgue não atua inserido em um projeto imperial formal, como Hippolyte Arnoux, mas sua produção está longe de escapar às lógicas coloniais que historicamente organizaram o olhar europeu sobre a África.

A fotografia de Eric Lafforgue opera num espaço ambíguo: entre o testemunho e o espetáculo, entre a documentação e o consumo, entre a empatia e a exotização. A ausência de contexto econômico nas imagens, a ênfase em signos visuais legíveis ao público europeu compõem uma narrativa que, ainda que envolta em estética vibrante e em técnica refinada, atualiza antigos padrões de representação.

A permanência da mirada colonial: entre o projeto imperial e o humanismo presumido

A fotografia, desde sua consolidação no século XIX, desempenhou papel central na construção do imaginário ocidental sobre a África. Os registros de Hippolyte Arnoux e de Eric Lafforgue estão separados por transformações técnicas, políticas e discursivas. No entanto, ambos se alinham a uma mesma lógica de poder: a de representar o "Outro" africano a partir de uma exterioridade, uma posição de autoridade visual que organiza a alteridade em imagens consumíveis. Apesar das diferenças de contexto, o olhar colonial permanece ativo, ainda que, no caso de Lafforgue, disfarçado sob a retórica contemporânea do humanismo fotográfico.

Hippolyte Arnoux, inserido no aparato colonial francês, produziu imagens que serviram diretamente aos interesses militares e administrativos da ocupação em África. Seus retratos de soldados abissínios camuflaram o panorama dos grupos militares em favor de uma estética formalizada da "diferença". Seu olhar colonial operou precisamente nessa capacidade de domesticar a ameaça do "Outro", reduzindo-o a objeto de contemplação em fotografias e cartões-postais. A encenação dos corpos aponta menos para a individualidade dos retratados do que para sua instrumentalização dentro de um projeto visual de classificação e controle.

Como sustenta Ariella Azoulay, a condição colonial da fotografia está inscrita na própria estrutura do ato fotográfico – onde o fotógrafo,

representante do poder imperial, impõe uma narrativa visual unilateral e politicamente funcional.[70] Do mesmo modo, Ann Kaplan sublinha como estas imagens perpetuam estereótipos e a exotização, reforçando relações de poder desiguais e anulando a agência dos sujeitos retratados.[71] A ampla circulação dessas imagens em cartões-postais entre as décadas de 1880 e início do século XX – muitas vezes sem autoria definida ou com atribuições cruzadas entre diferentes fotógrafos – demonstra que o valor da imagem residia menos na sua autenticidade do que na sua capacidade de reforçar visualmente a alteridade colonial em mercados urbanos. Por conseguinte, essas fotografias não são apenas documentos visuais, mas artefactos de uma economia simbólica que configurava a perceção da Abissínia de acordo com as demandas e fantasias imperiais da época.

Mais de um século depois, Eric Lafforgue encena, com outros meios, uma operação análoga. Ainda que se declare um fotógrafo humanista, interessado em "dar voz" a povos ameaçados de desaparecimento, sua produção também se estrutura na criação de uma alteridade fotogênica e sem agência. Assim, cabe questionar aquilo que se entende por humanismo além do título dado a si próprio.

Conforme nos lembra Ariella Azoulay, a fotografia nunca é apenas um registro: ela é um evento político, um "contrato" entre fotógrafo, fotografado e espectador.[72] Romper com o paradigma imperial exige, portanto, não apenas boas intenções, mas uma crítica estrutural à maneira como as imagens são produzidas, postas a circular e interpretadas. Eric Lafforgue, ao ignorar os contextos econômicos e políticos da Etiópia contemporânea, e ao reduzir os sujeitos retratados a símbolos de um passado em extinção, reafirma um pato visual que exclui o "Outro" de sua própria história.

A ideia de um "desaparecimento iminente" dos povos do Vale do Omo, central no portfólio, reproduz uma narrativa amplamente criti-

70 Azoulay, *Potential History*, 140.

71 Kaplan, *Looking for the Other*, 154.

72 Azoulay, *The Civil Contract*.

cada por autores contemporâneos: a de que a modernidade destrói a "autenticidade" cultural.[73] Trata-se de uma ficção profundamente colonial, que naturaliza a ideia de que os povos africanos não são capazes de viver a modernidade em seus próprios termos. Como Marianne Hirsch aponta em seu conceito de "pós-memória", a imagem fotográfica tem o poder de moldar imaginários coletivos e identidades no período pós-holocausto.[74] No caso da fotografia de viagem e do humanismo visual contemporâneo, esse poder é frequentemente mobilizado para manter os regimes de visibilidade que marcaram a era colonial: o africano como corpo, nunca como sujeito. Nas estéticas de representação adotadas por cada um dos fotógrafos, o que os une é a posição de mediador absoluto que evitou ceder espaço para a agência dos fotografados.

Ainda que a fotografia colonial tenda a ser compreendida como um instrumento unidirecional de dominação visual, o exame atento das imagens revela fissuras nessa narrativa autoritária. Novas abordagens propõem uma leitura que descentraliza o papel do fotógrafo, sublinhando a natureza inevitavelmente colaborativa da fotografia analógica.[75] A imagem de Hippolyte Arnoux, à primeira vista, parece reiterar todos os elementos da visão colonial – a pose coreografada, os elementos dispostos ao solo, o fundo cenográfico. No entanto, uma observação mais demorada evidencia que nem todos os sujeitos parecem "em personagem": alguns olham diretamente para a câmara com ar alheado, outros demonstram perplexidade ou até indiferença.

Como assinalam os autores, a ontologia da fotografia – que depende da presença simultânea da câmara, do fotógrafo e do elemento encenado – desafia o controlo absoluto.[76] Ao contrário da pintura, onde a imaginação do artista pode excluir por completo a presença do "Outro",[77] a fotografia envolve sempre uma relação, por mais assimétrica

73 Achille Mbembe, *On the Postcolony* (Berkeley: University of California Press, 2001).

74 Marianne Hirsch, *The Generation of Postmemory: Writing and Visual Culture After the Holocaust* (Nova Iorque: Columbia University Press, 2012).

75 Pinney e Hasselbach, "Unruliness and Exorbitance", 68.

76 Elizabeth Edwards, "Anthropology and Photography: A Long History of Knowledge and Affect", *Photographies* 8, n.º 3 (2015), 245, https://doi.org/10.1080/17540763.2015.1103088.

77 Susan Sontag, *Ensaio sobre a fotografia* (Lisboa: Quetzal Editores, 2012), 28.

que seja. Assim, ainda que Hippolyte Arnoux tivesse uma intenção estética e política clara, o resultado do ato fotográfico também carrega as marcas da agência (ainda que fragmentada ou silenciosa) dos retratados. Esta característica inerente à fotografia mina a ideia de que o fotógrafo colonial pudesse exercer um domínio total sobre o significado da imagem produzida. O humanismo fotográfico contemporâneo, quando não rompe com essas estruturas, apenas as estetiza.

O caso da remuneração dos fotografados por Eric Lafforgue – poucos centavos de euro por imagem – é um exemplo claro da persistência dessa lógica extrativista. A desigualdade material entre fotógrafo e sujeito não é superada pelo discurso humanitário. Pelo contrário: ela é mascarada por ele. O humanismo, nesse contexto, opera como verniz ético para uma prática que continua baseada na assimetria radical de poder. O fotógrafo lucra com imagens que reforçam a exclusão dos retratados, transformando-os em ícones silenciosos de um mundo que supostamente se perde. Como aponta Abbink, ao analisar a forma como os povos Suri do Sul da Etiópia são representados na mídia ocidental, a figura do fotógrafo – impulsionada pelo sensacionalismo e pelo exotismo – contribuiu para que esses grupos fossem "ideologicamente recolonizados".[78]

Novas perspetivas, todavia, colaboram para apontar direções na fotografia humanista contemporânea. Para ficar em apenas um exemplo, pode-se observar a fotografia do bem-querer, proposta pelo fotógrafo brasileiro João Roberto Ripper.[79] O fotojornalista brasileiro advoga que se pense na fotografia como um processo colaborativo, no qual os indivíduos fotografados devem ser reconhecidos como coautores das imagens. Inspirado pela proposição da fotografia como contrato

78 Abbink, "Suri Images", 904.

79 O conceito da "fotografia do bem-querer", segundo João Roberto Ripper, surgiu após ele se deparar com a representação estereotipada de determinadas parcelas da população nas mídias brasileiras. Sua prática fotográfica é construída em três momentos: o conhecimento da realidade dos fotografados, a feitura de fotos dignas e o saber compartilhado para escolha dos registros que irão circular socialmente. Cf. Giovanna Temido, "Bem-querer: Um olhar humanizado na fotografia brasileira a partir da obra de João Roberto Ripper", *Revista Miguel* 7 (2022): 54-56.

civil,[80] essa proposição entra em choque com o modelo de produção de Eric Lafforgue, onde os sujeitos não são nomeados, não são contextualizados e não participam da distribuição das imagens. Como nos retratos coloniais de Hippolyte Arnoux, sua presença serve a um propósito externo, especialmente mercadológico. A diferença é que, hoje, o apelo humanitário torna esse processo mais palatável, mas não menos violento, pois, como apontam Chouliaraki e Stupart, o humanismo no mundo comercial corre riscos de "desumanizar".[81]

Em suma, a crítica ao humanismo fotográfico contemporâneo não se dirige apenas à figura de Eric Lafforgue, mas à estrutura mais ampla em que ele opera: um mercado global de imagens que consome a diferença cultural como espetáculo e exclui os próprios fotografados da circulação simbólica e econômica das imagens. Se Hippolyte Arnoux atuava sob o signo do império, Eric Lafforgue atua sob o signo da solidariedade global – mas ambos perpetuam uma mirada que transforma o "Outro" em objeto visual de um centro distante.

A permanência da mirada colonial na fotografia contemporânea exige, portanto, um reposicionamento ético e político do olhar. Isso não se faz apenas com boas intenções ou com estética vibrante. Exige a construção de relações horizontais, o reconhecimento da agência dos fotografados e a inserção contextual das imagens em sua história social. A fotografia, como evento, deve ser disputada – não como testemunho neutro, mas como campo de luta.

Considerações finais

A análise comparativa entre as obras de Hippolyte Arnoux e Eric Lafforgue evidencia a continuidade de uma estrutura visual sustentada pela exotização, hierarquização e cristalização da alteridade africana, refletindo uma economia visual que os permeia. Embora os dois fotógrafos pertençam a contextos históricos muito distintos – Hippolyte

80 Ariella Azoulay, *Civil Imagination: A Political Ontology of Photography* (Nova Iorque: Verso, 2012), 76.

81 Chouliaraki e Stupart, "Between Morality", 316.

Arnoux inserido no cenário imperial europeu do século XIX e Eric Lafforgue atuando nas dinâmicas do turismo fotográfico globalizado do século XXI –, suas produções compartilham modos de ver que reduzem os sujeitos retratados a arquétipos, comprometendo a complexidade social, histórica e cultural dos povos do Sul da Etiópia. Ao investigar essas continuidades, torna-se evidente que a fotografia não apenas registra o visível, mas também fabrica visões de mundo, inscrevendo e reproduzindo relações de poder.

Ainda que Eric Lafforgue se apresente como um fotógrafo humanista, empenhado em capturar os seus sujeitos com sensibilidade e respeito, a sua produção continua a reproduzir dinâmicas visuais de exotização e hierarquização características da mirada colonial e do regime imperial de visualidade. Tal abordagem, embora aparentemente bem-intencionada, contribui para a manutenção de um imaginário visual que relega esses sujeitos a uma função ilustrativa do "exótico", colocando-os fora do tempo histórico compartilhado.

De forma semelhante, a obra de Hippolyte Arnoux consolidou narrativas de alteridade e subordinação, enquadrando os abissínios em categorias do imaginário colonial. Suas fotografias, frequentemente produzidas em estúdios montados no contexto de sua expedição no Leste africano, não apenas documentava, mas apresentava uma lógica de dominação que convertia os corpos africanos em signos de inferioridade. O aparato fotográfico, nesse contexto, não era neutro: ele operava como uma extensão do projeto colonial, legitimando intervenções e construindo distinções raciais sob a aparência da objetividade documental.[82]

A aproximação entre os dois fotógrafos não deve, contudo, apagar suas diferenças contextuais, mas sim evidenciar um padrão visual que persiste. Esse padrão se ancora na crença de que o olhar da câmara – e, por extensão, o olhar ocidental – é capaz de traduzir e representar culturas alheias sem mediações, como se existisse uma transparência ética e epistemológica nesse ato. Tal ilusão é sustentada pela ideia modernista de um olhar inocente, desinteressado e apolítico. Por isso, como

82 Krachenski, *Dominar, colonizar, classificar*, 3.

afirmou Carlos Barradas, "é imperativo que se desenvolvam movimentos e críticas que desafiem a visão modernista, promotora da ideia do olhar inocente, desinteressado e apolítico".[83] A fotografia, especialmente em contextos pós-coloniais, não pode ser pensada fora de suas implicações ideológicas e históricas.

Nesse sentido, torna-se crucial reconhecer que, mesmo após o fim formal do colonialismo, seus dispositivos simbólicos seguem operando de modo eficaz nos regimes de visualidade contemporâneos. Como aponta Boaventura de Sousa Santos, "é importante identificar em que medida o colonialismo está presente como relação social nas sociedades colonizadoras do Norte, ainda que ideologicamente ocultado pela descrição que estas fazem de si próprias".[84] A fotografia de Eric Lafforgue, consumida em *sites* de turismo, bancos de imagens e redes sociais, inscreve-se nesse circuito global de produção de exotismo, onde a África segue sendo contemplada sob a lógica da diferença radical e da necessidade de mediação pelo olhar europeu.

Compreender essas permanências visuais é também um exercício de responsabilização. A crítica da imagem não pode se limitar à análise técnica ou estilística; ela deve interrogar os circuitos de produção, circulação e receção nos quais essas imagens ganham sentido. Tanto Hippolyte Arnoux quanto Eric Lafforgue, à sua maneira, ignoraram as vozes e os contextos dos retratados, preferindo moldá-los a partir das expectativas visuais e afetivas de seus públicos-alvo – seja o público imperial francês do século xix ou os consumidores globais de imagens culturais do século xxi.

Por isso, ao invés de apenas condenar as imagens, é necessário deslocar o foco para a construção ativa de contra narrativas visuais. Isso inclui o incentivo à produção fotográfica local, o reconhecimento da agência dos fotografados e o questionamento das lógicas de curadoria e circulação de imagens africanas em contextos ocidentais. O

83 Barradas, "Descolonizando enunciados", 459.

84 Boaventura de Sousa Santos, *Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e do outro* (Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2004), 23.

desafio, portanto, não é simplesmente evitar o "olhar colonial", mas reconfigurar os regimes de visibilidade para que novas formas de ver – e de ser visto – possam emergir.

Dessa maneira, este estudo propõe que a comparação entre Hippolyte Arnoux e Eric Lafforgue funcione não apenas como um exercício de crítica iconográfica, mas como um chamado à vigilância ética diante das imagens. Afinal, fotografar é sempre um gesto carregado de escolhas políticas e simbólicas. Questionar quem fotografa, quem é fotografado, sob quais condições, com que finalidade e para qual audiência é um passo essencial para descolonizar o olhar e permitir que novas narrativas – mais justas, plurais e enraizadas nas realidades vividas – possam surgir.

Bibliografia

Abbink, Jon. "Suri Images: The Return of Exoticism and the Commodification of an Ethiopian". *Cahiers d'Études Africaines* 49, n.º 4 (2009): 893-924.

Abimbola, Olumide. "The International Trade in Second-Hand Clothing: Managing Information Asymmetry between West African and British Traders". *Textile: The Journal of Cloth and Culture* 10, n.º 2 (2012): 184-199.

Apostolou, Irini. "Photographes français et locaux en Orient méditerranéen au XIXe siècle: Quelques cas de collaboration". *Bulletin du Centre de recherche français à Jérusalem* 24 (2013): 1-19.

Azoulay, Ariella. *The Civil Contract of Photography*. Nova Iorque: Zone Books, 2008.

Azoulay, Ariella. *Civil Imagination: A Political Ontology of Photography*. Nova Iorque: Verso, 2012.

Azoulay, Ariella. *Potential History: Unlearning Imperialism*. Londres: Verso, 2019.

Barradas, Carlos. "Descolonizando enunciados: a quem serve objetivamente a fotografia?". In *O Império da Visão: Fotografia no Contexto Colonial Português (1860-1960)*, editado por Filipa Vicente. Coimbra: Edições 70, 2014.

Bhabha, Homi. *The Location of Culture*. Londres: Routledge, 1994.

Beaumont-Maillet, Laure, e Françoise Denoyelle. *La photographie humaniste, 1945-1968*. Paris: BnF, 2006.

Chouliaraki, Lilie, e Richard Stupart. "Between Morality and the Market: The Circulation of Humanitarian Photography". *International Journal of Communication* 19 (2025): 306-321. https://doi.org/10.1932/8036/20250005.

Cooper, Frederick. *Colonialism in Question: Theory, Knowledge, History*. Berkeley: University of California Press, 2005.

Correa, Sílvio, e Naiara Krachenski. "Kolonie und Heimat: Imagens da África e economia visual à época dos impérios coloniais". *Varia História* 40 (2024): 1-34.

Demos, T. J. *Against the Anthropocene: Visual Culture and Environment Today*. Londres: Sternberg Press, 2017.

Edwards, Anna. "Football? It's Tribal! African Men and Women Pictured in Their Favourite English Football Shirts... Chosen for Their Vivid Colours Instead of How Well the Team Is Doing". *Daily Mail*, outubro de 2013. https://www.dailymail.co.uk/ne ws/article-2457632/African-Premier-League-fans-pictured-favourite-English-football-shirts.html. Consultado em 25 de março de 2025.

Edwards, Elizabeth. *Anthropology and Photography, 1860–1920*. New Haven: Yale University Press, 1992.

Edwards, Elizabeth. "Anthropology and Photography: A Long History of Knowledge and Affect", *Photographies* 8, n.º 3 (2015): 235-252. https://doi.org/10.1080/17540763.2015. 1103088.

Evans, Nathalie. "The Football Stars of Tomorrow: Meet the Ethiopian Tribal People Giving New Life to Old Kits". *The Mirror*, agosto de 2017. https://www.mirror.co.uk/news/gallery/football-stars-tomorrow-meet-ethiopian1095546 6. Consultado em 25 de março de 2025.

France Archives. "Hippolyte Arnoux. Photographe de l'Union des Mers". *Archives de France*, 1996. https://francearchives.gouv.fr/fr/article/87460835. Consultado em 12 de novembro de 2024.

Frizot, Michel. *Nouvelle histoire de la photographie*. Paris: Bordas, 1994.

Gagnat, Émilie. "Une histoire de la photographie missionnaire à travers les archives de la Société des missions évangéliques de Paris (1880-1971)". Tese de doutorado, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 2011.

Gordon, Robert, e Jonatan Kurzwelly. *Photographs as Sources in African History*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

Goupil-Fesquet, Frédéric. *Voyage d'Horace Vernet en Orient*. Bruxelas: C. Muquard, 1844.

Gunning, Lucia, e Debbie Challis. "Planned Plunder, the British Museum, and the 1868 Maqdala Expedition". *The Historical Journal* 66, n.º 3 (2023): 550-572. https://doi.org/10.1017/S0018246X2200036.

Hall, Stuart. "Who Needs 'Identity'?". In *Questions of Cultural Identity*, editado por Stuart Hall e Paul du Gay. Londres: SAGE Publications, 1996.

Hamrat, Fatima. "Photographie et propagande impériale: la vision coloniale de l'Égypte". *Cultural Intertexts* 11 (2021): 84-99.

Hickerson, Katie. "Portraits, Postcards, and Politics: Mobilizing Sudanese Visual Culture". *Durham Middle East Papers*, n.º 21 (2023): 1-26.

Hirsch, Marianne. *The Generation of Postmemory: Writing and Visual Culture after the Holocaust*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2012.

Jay, Martin. *Downcast Eyes: The Denigration of Vision in Twentieth-Century French Thought*. Berkeley: University of California Press, 1993.

Jenkins, Paul. "Sources of Unexpected Light: Experiences with Old Mission Photographs in Research on Overseas History". *Jahrbuch für Europäische Überseegeschichte* 1 (2001): 157-167.

Jonas, Raymond. *The Battle of Adwa: African Victory in the Age of Empire*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

Kaplan, Ann. *Looking for the Other: Feminism, Film and the Imperial Gaze*. Nova Iorque: Routledge, 1997.

Katende-Magezi, Edward. *The Impact of Second-Hand Clothes and Shoes in East Africa*. Genebra: CUTS International, 2017.

Koutsokos, Sandra. *Negros no estúdio do fotógrafo: Brasil, segunda metade do século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

Krachenski, Naiara. *Dominar, colonizar, classificar: colonialismo alemão, fotografia e racismo (1884-1943)*. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

Khurana, Karan, e Ruth Tadesse. "A Study on Relevance of Second-Hand Clothing Retailing in Ethiopia". *Research Journal of Textile and Apparel* 23, n.º 4 (2019): 323-339.

Lafforgue, Eric. "Stories". Disponível em https://www.ericlafforgue.com /articles/ Stories. Consultado em 16 de abril de 2025.

Lafforgue, Eric. "About". Disponível em http://www.ericlafforgue.com/ articles/ About. Consultado em 16 de abril de 2025.

Lafforgue, Eric. "Tearsheets". *Flickr*, novembro de 2012. https://www.flickr.com/ photos/ mytripsmypics/8144258363. Consultado em 16 de abril de 2025.

Lafforgue, Eric. "The Football Stars of Tomorrow". http://www.ericlaffo rgue.com/ public/storage/files/pages/ethiopia-foot.pdf. Consultado em 6 de novembro de 2024.

Lafforgue, Eric. "Interview with Eric Lafforgue, photographe de voyage (Partie 1)". Filmado em 2015, postado por Fred Marie, YouTube, abril de 2017. 13:57. https://www.youtube.com/watch?v=dea8RKvgKX0&t=382s. Consultado em 10 de novembro de 2024.

LaTosky, Shauna. "(Re)presenting the Mursi: Photography in the Service of Colonialism, Humanitarianism and the Global Entertainment Industry". In *Ethiopian Images of the Self and the Other*, editado por Sophia Thubauville. Halle an der Saale: Universitätsverlag Halle-Wittenberg, 2014.

Markham, Clements. *A History of the Abyssinian Expedition*. Londres: Prideaux, 1869.

Mathuisieulx, Méhier de. *89 photographies d'Égypte, de Nubie, de Palestine, d'Éthiopie, de Somalie, certaines par H. Arnoux, photographe à Port-Saïd, et Zangaki, don Méhier de Mathuisieulx en 1893*. Paris: Société Géographique de Paris, 1893.

Mathusieux, Méhier de. *Explorateurs et terres lointaines: le livre d'or des explorateurs et voyageurs français*. Tours: Maison Alfred Mame et Fils, 1912.

Mbembe, Achille. *On the Postcolony*. Berkeley: University of California Press, 2001.

Nyssen, Jan, Mitiku Haile, Jozef Naudts. "Desertification? Northern Ethiopia Re-photographed after 140 Years". *Science of The Total Environment* 407, n.º 8 (2009): 2749-2755.

Pankhurst, Richard. "Guns in Ethiopia". *Transition* 20 (1965): 26-33.

Pankhurst, Richard. "The Genesis of Photography in Ethiopia and the Horn of Africa". *British Journal of Photography* 123, n.º 41 (1976): 878-882.

Pankhurst, Richard. "A Etiópia e a Somália". In *História Geral da África VI: África do século XIX à década de 1880*, editado por Jacob Ajayi. Brasília: UNESCO, 2010.

Perez, Nissan. *Focus East: Photography in the Near East 1839-1885*. Nova Iorque: Abrams Domino, 1988.

Pinney, Christopher, e Vincent Hasselbach. "Unruliness and Exorbitance: Anthropology, Collaboration and the Photographic Event". *Membrana – Journal of Photography*, Theory and Visual Culture 8, n.º 1 (2023): 57-76.

Roberts, Allen. "Review of African Ceremonies, por Carol Beckwith e Angela Fisher". *African Arts* 33, n.º 3 (2000): 11.

Rubenson, Sven. *Survival of Ethiopian Independence*. Londres: Heinemann Educational Books, 1976.

Said, Edward. *Orientalism*. Nova Iorque: Pantheon Books, 1978.

Santos, Boaventura de Sousa. *Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e do outro*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2004.

Schneider, Jürg. "The Topography of the Early History of African Photography". *History of Photography* 34, n.º 2 (2010): 134-146.

Schneider, Jürg. "African Photography in the Atlantic Visualscape: Moving Photographers – Circulating Images". In *Global Photographies: Memory – History – Archives*, editado por Sissy Helff e Stefanie Michels. Bielefeld: Transcript Verlag, 2018.

Selasse, Gabra. *Chronique du règne de Ménélik II, roi des rois d'Éthiopie*. Paris: Librairie Orientale et Américaine, 1930.

Sontag, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Sontag, Susan. *Ensaio sobre a fotografia*. Lisboa: Quetzal Editores, 2012.

Stanley, Henry. *Coomasie and Magdala: The Story of Two British Campaigns*. Nova Iorque: Harper, 1876.

Staritz, Cornelia, Leonhard Plank, e Mike Morris. *Global Value Chains, Industrial Policy, and Sustainable Development: Ethiopia's Apparel Export Sector*. Genebra: International Centre for Trade and Development, 2016.

Stern, Henry. *Wandering among Falashas in Abyssinia: Together with a Description of the Country and Its Various Inhabitants*. Londres: Wertheim, Macintosh and Hunt, 1862.

Stern, Henry. *The Captive Missionary: Being an Account of the Country and People of Abyssinia*. Londres: Cassell, Petter and Galpin, 1868.

Temido, Giovanna. "Bem-querer: Um olhar humanizado na fotografia brasileira a partir da obra de João Roberto Ripper". *Revista Miguel* 7 (2022): 54-56.

Thomas, Kylie, e Louise Green. "Stereoscopic Visions: Reading Colonial and Contemporary African Photography". *Social Dynamics* 40, n.º 1 (2014): 1-19. https://doi.org/10.1080/02533952.2014.905246.

Thubauville, Sophia. *Ethiopian Images of the Self and the Other*. Halle an der Saale: Universitätsverlag Halle-Wittenberg, 2014.

Turton, David. "The Meaning of Place in a World of Movement: Lessons from Long-Term Field Research in Southern Ethiopia". *Journal of Refugee Studies* 18, n.º 3 (2005): 258-280.

Vicente, Filipa. "Fotografia e colonialismo: para lá do visível." In *O império colonial em questão (séculos XIX e XX): poderes, saberes e instituições*, editado por Manuel Jerónimo. Coimbra: Edições 70, 2012.

Referência para citação:
Etges, Henrique Germano (2025). "Entre a mirada colonial e o discurso humanista: a representação visual de etíopes pelas lentes ocidentais". *Práticas da História. Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, (21), 77-110. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n21.40119

Práticas da História, n.º 21 (2025): 111-143

Evander Ruthieri da Silva
e Victor Evangelista Santos

Revisitando o passado colonial e suas margens: memória e escrevivência em Tsitsi Dangarembga

O artigo analisa a produção literária e ensaística da romancista zimbabuana Tsitsi Dangarembga, com ênfase em Condições nervosas (1988), empregando o conceito de "memórias subterrâneas" de Michel Pollak. O objetivo é investigar como Dangarembga mobiliza a literatura para reinterpretar o passado colonial e questionar discursos históricos dominantes, destacando grupos marginalizados e o protagonismo de mulheres em contextos coloniais e pós-coloniais. A metodologia baseia-se no diálogo teórico entre História e Literatura, incorporando ainda a noção de "escrevivências" de Conceição Evaristo para evidenciar formas de resistência que transcendem a luta armada. Os resultados mostram que Dangarembga revisita o passado colonial e questiona narrativas nacionalistas pós-independência, iluminando tensões entre discursos oficiais e experiências marginalizadas — reafirmando a literatura como instrumento crítico para reinterpretar histórias complexas e resistir às exclusões históricas.
Resumo: História e Literatura; Zimbábue; Tsitsi Dangarembga; nacionalismos.

Revisiting the Colonial Past and Its Margins: Memory and Escrevivencias (Writing-as-living) in Tsitsi Dangarembga

This article examines the literary and essayistic production of Zimbabwean novelist Tsitsi Dangarembga, focusing on Nervous Conditions (1988) and the construction of narratives about the colonial past, utilizing Michel Pollak's concept of "subterranean memories." The objective is to investigate how Dangarembga employs literature to challenge dominant historical discourses, with particular attention to marginalized groups and the agency of Zimbabwean women in colonial and postcolonial contexts. The methodology draws on theoretical dialogue between History and Literature, incorporating Conceição Evaristo's notion of "escrevivências" (writing-as-living) to explore forms of resistance beyond armed struggle. The article shows how Dangarembga's work revisits the colonial past and interrogates post-independence nationalist narratives, illuminating tensions between official discourses and marginalized experiences — reaffirming literature as a critical instrument to reinterpret complex histories and resist historical exclusions.
Keywords: History and Literature; Zimbabwe; Tsitsi Dangarembga; nationalisms.

Revisitando o passado colonial e suas margens: memória e escrevivência em Tsitsi Dangarembga

Evander Ruthieri da Silva
e Victor Evangelista Santos*

Introdução

A situação psicológica do "nativo" enquanto uma "*nervous conditions*", traduzida como a "condição nervosa" – a qual mencionou o filósofo francês Jean-Paul Sartre no prefácio de *Os condenados da Terra* (1961), do escritor e psiquiatra martinicano Frantz Fanon –, serviu de referência para a elaboração do título homônimo do romance de estreia da zimbabuana Tsitsi Dangarembga: *Nervous Conditions* (*Condições nervosas*), publicado originalmente em 1988. O romance, publicado em um contexto político marcado pelo acirramento da violência política no Zimbábue pós-independência, problematiza, a partir de sua protagonista Tambudzai, uma jovem oriunda de uma família shona empobrecida e desterrada, os processos históricos de construção de subjetividades e identidades sociais durante o período colonial, mas também nas reivindicações das lutas por independência ao longo dos anos de 1960 e 1970, buscando, ao longo da narrativa literária, evidenciar as formas de marginalização, de violência e de resistência cotidiana na sociedade colonial.

* Evander Ruthieri da Silva (evander.silva@unila.edu.br). https://orcid.org/0000-0002-5988-3739. Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, Brasil; Victor Evangelista Santos (victorewangelista@gmail.com). Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, Brasil. Artigo original: 16-12-2024; Artigo revisto: 6-8-2025; Aceite para publicação: 1-10-2025.

Ainda que ambientado no contexto da chamada "segunda *chimurenga*", isto é, no período da ação e operações das guerrilhas anticoloniais na antiga Rodésia do Sul, Dangarembga mobilizou a escrita literária para produzir uma outra memória do período colonial, a partir do amadurecimento intelectual e político de Tambudzai, com ênfase nos seus conflitos internos, substancialmente psíquicos e mentais, de como o processo colonial e suas desenvolturas atingem de maneiras distintas os sujeitos que ocupam a esfera política do colonizado. Assim, de forma preliminar, denota-se que seu romance distancia-se da historiografia nacional e "oficial", promovida pelos ideólogos do governo da Zimbabwe African National Union – Patriotic Front (ZANU-PF), com ênfase na vinculação de uma centralidade partidária e guerrilheira. O romance de Tsitsi Dangarembga fornece as perspectivas de outros sujeitos que foram, de uma forma ou de outra, apagados dos processos de formação nacional do Zimbábue.

Deste modo, a partir dos diálogos teórico-metodológicos entre História e Literatura, e de aportes conceituais dos estudos sobre memória e usos do passado, o artigo busca analisar a produção literário-ensaística de Dangarembga, centrando-se em *Condições nervosas,* para investigar a construção de outras narrativas sobre o passado colonial – com ênfase nas suas margens, principalmente nos agenciamentos e resistências cotidianas de mulheres shona diante de contextos de violências interseccionais. A partir de um diálogo com o conceito de "escrevivências" (conforme elaborado por Conceição Evaristo), o artigo procura observar a produção de outras memórias sobre o passado colonial a partir da literatura em caminhos distintos àqueles propostos pela oficialidade partidária da ZANU-PF, oferecendo as matrizes de uma narrativa literária enraizada em outras vozes, sobretudo, com a construção de suas personagens femininas que tentam reivindicar – ou não – espaços negados a elas nessa conjuntura política.

Narrar o passado – e suas margens

A aproximação dos historiadores com os textos literários integra um movimento de ampliação dos temas, objetos e problemas de pesquisa

em História, sobretudo a partir da utilização da literatura como substrato para escrutínio de representações, imaginários sociais e sensibilidades que permeiam a construção do mundo social. No que diz respeito aos estudos africanos e, de forma mais específica, à História da África, a mobilização de fontes literárias, a exemplo do romance contemporâneo, também se relaciona a contextos de ampliação dos aportes teórico-metodológicos utilizados pelos historiadores nas investigações dos passados africanos, sobretudo na produção de pesquisas engajadas com as "historicidades complexas"[1] que demarcam a multiplicidade das experiências africanas ao longo do tempo. Adicionalmente, a literatura configura-se como um espaço privilegiado para a investigação dos contextos sociais e culturais marcados por batalhas de memória, sobretudo nas formas de (re)lembrar experiências marcadas pelo trauma coletivo e pela violência – a exemplo dos contextos coloniais, fortemente caracterizados por estruturas de violência e exploração de terras, recursos naturais e da mão de obra africana, mas também dos processos de descolonização, das lutas de libertação e das complexidades que permeiam a construção das nações africanas e discursos nacionalistas após as independências.

Desse modo, as fontes literárias apresentam-se como possibilidade de investigação das formas de narrar os passados africanos a partir dos seus "enquadramentos de memória"; afinal de contas, a memória, enquanto "operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais".[2] Simultaneamente, a literatura pode ser tomada como espaço de investigação da experiência histórica dos sujeitos nas margens das "histórias" e "memórias" oficiais que também marcaram os processos de construção dos Estados nacionais africanos. A historiografia e a crítica literária recente[3] têm destacado a relevância

1 Carlos Lopes, "A pirâmide invertida – historiografia africana feita por africanos", em *Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África* (Lisboa: Linopazas, 1995), 27.

2 Michel Pollak, "Memória, esquecimento, silêncio", *Revista Estudos Históricos*, 2, n.º 3 (1989): 9.

3 Ver, por exemplo: Inocência Mata, "O pós-colonial nas literaturas africanas de língua portuguesa", comunicação ao X Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Estudos de Ásia e África sobre Cultura, Poder e Tecnologia: África e Ásia face à Globalização,

da memória e da reinterpretação do passado nas literaturas africanas contemporâneas, que frequentemente tensionam os discursos oficiais produzidos pelos regimes políticos pós-independência. Essa dimensão crítica torna-se particularmente evidente em contextos marcados pela centralização do poder, pela violência política e, sobretudo, pela contínua exclusão socioeconômica de determinados grupos. Além disso, tais literaturas assumem o papel de evidenciar experiências históricas para além da nação, ou que ultrapassam os limites da narrativa nacional. Ao remeter-se ao passado recente, essa produção literária tem demarcado uma "dimensão crítica" que "interroga as especificidades do contexto material em que se inscreve",[4] situando-se na perspectiva de "experiências divergentes"[5] que dialogam com as "demandas de descolonização de imaginários culturais e políticos da contemporaneidade".[6]

Outra possibilidade de pensar em tais produções literárias recorre à noção de "escrevivência", tal qual definida por Conceição Evaristo,[7] pois remete a refletir as inter-relações entre a escrita literária, a experiência vivida e a memória intergeracional, sobretudo de mulheres afrodiaspóricas. Em sua concepção inicial, a escrevivência "se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas".[8] Ainda que originalmente pensado para se referir à produção literária de mulheres na diáspora africana rumo às Américas, o conceito de "escrevivência" pode se tornar uma chave

Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2000; Tirop Simatei, "Colonial Violence, Post-colonial Violations: Violence, Landscape and Memory in Kenyan Fiction", *Research in African Literatures*, 36, n.º 2 (2005): 85-94; Tim Woods, *African Pasts: Memory and History in African Literatures* (Manchester: Manchester University Press, 2007).

4 Elena Brugioni, *Literaturas africanas comparadas: paradigmas críticos e representações em contraponto* (Campinas: UNICAMP, 2019), 57.

5 Edward Said, *Cultura e imperialismo* (São Paulo: Companhia das Letras, 2011).

6 Elena Brugioni, "Restos e dobras. Permanência e(m) crise da crítica (na) pós-colonial(idade)", *Mulemba*, 9, n.º 16 (2017): 37.

7 Conceição Evaristo, "A escrevivência e seus subtextos", em *Escrevivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*, org. Constância Lima Duarte e Isabella Rosado Nunes (Rio de Janeiro: Mina Comunicação & Arte, 2020), 27-47.

8 Evaristo, "A escrevivência e seus subtextos", 30.

de leitura para refletir sobre as literaturas produzidas por escritoras africanas contemporâneas, sobretudo por promover usos do passado entre "escrita e vivência, escrita e existência".[9] Afinal, tais produções literárias promovem um processo de conceptualização do passado, ainda que sua recuperação integral seja inviável: para a produção literária africana contemporânea, o passado pode ser visto como uma "matriz de indagação, é porto para interrogar a respeito do presente, é exercício de prospecção do futuro".[10]

A partir dessas iniciais reflexões acerca das relações entre História, Memória e Literatura, o artigo concentra-se na produção literária e ensaística de Tsitsi Dangarembga, romancista e cineasta zimbabuana, com ênfase na construção de uma memória literária do processo colonial no Zimbábue, e com atenção particular aos usos do passado na interlocução da História e da Literatura. A ênfase da investigação histórica incide sobre seu romance *Condições nervosas*, que narra a história de Tambudzai, uma garota de origem shona que vive na zona rural da Rodésia e que busca possibilidades de emancipação social/intelectual e subjetiva através do âmbito educacional. Na primeira parte do texto, discute-se a trajetória da romancista zimbabuana, conectando sua produção literária e escritos autobiográficos/ensaísticos com um contexto marcado pelos processos de descolonização e de construção de discursos nacionais no Zimbábue – e também por um projeto político e literário, promovido por Dangarembga em suas obras, de narrar e relembrar o passado zimbabuano a partir de suas margens, isto é, com atenção especial a grupos marginalizados pela violência colonial na então Rodésia do Sul.

Tsitsi Dangarembga é uma romancista, cineasta e dramaturga de origem shona nascida em 1959 na cidade de Mutoko, na Rodésia do Sul (atual Zimbábue). Seus pais, que eram missionários metodistas, faziam parte da produção intelectual rodesiana, os quais prosseguiram com estudos no Reino Unido e, por isso, parte da infância de Tsitsi foi

9 Evaristo, "A Escrevivência e seus subtextos", 31.

10 Rita Chaves, "O passado presente na literatura africana", *Via Atlântica*, n.º 7 (2004): 158.

vivenciada na metrópole. No final da década de 1970, Dangarembga estudou medicina na Universidade de Cambridge, porém largou o curso em decorrência do racismo e da isolação, retomando seus estudos em medicina e psicologia nos anos 80, na Universidade de Zimbábue. Foi nesse período que iniciou sua inserção no campo da literatura e dramaturgia, escrevendo peças teatrais e contos.[11] Seu romance de estreia, *Nervous Conditions*, foi publicado pouco antes de se mudar para a Alemanha, onde estudou direção de cinema, em Berlim. Posteriormente, realizou estudos de doutoramento na Universidade Humboldt de Berlim, com tese sobre a recepção de filmes africanos. Entre as décadas de 1990 e 2000, sua carreira centrou-se na escrita de roteiros e na direção de filmes. Em seus filmes, tais como *Kare Kare Zvako* (2004), Dangarembga discute questões como o corpo feminino com base em tradições orais shona.[12] Em outras produções, como *Neria*, adaptada de uma novela de Dangarembga, a trama, ambientada em Harare no início da década de 1990, discute os conflitos entre modernidade e tradição e seus impactos nos espaços de ação social de mulheres nos primeiros anos após a independência do Zimbábue. A partir da década de 2000, retomou a publicação de romances que encerram a trilogia de Tambudzai: *O livro do n*ão (2006) e *Este corpo lamentado* (2018), além de uma coletânea de ensaios políticos e autobiográficos, *Preta e mulher* (2022).

No conjunto, sua produção fílmica e literária tem problematizado os discursos nacionalistas e, sobretudo, a continuidade de relações hierárquicas e violências de gênero no Zimbábue, engajando-se nos feminismos africanos e no "desafio de promover transformações sociais, construir a história das mulheres e também simultaneamente evitando ser absorvida por discursos feministas ocidentais".[13] Conforme Shadreck Nembaware, Dangarembga distancia-se do "monolito do nacionalismo

11 Rosemary Marangoly George e Helen Scott, "An Interview with Tsitsi Dangarembga", *Novel: A Forum on Fiction*, 26, n.º 3 (1993): 309-319.

12 Flora Veit-Wild, "Tsitsi Dangarembga's Film *Kare Kare Zvako*: The Survival of the Butchered Woman", *Research in African Literatures*, 36, n.º 2 (2005): 135-138.

13 Shadreck Nembaware, "Novel-film Interface and Postcolonial Dystopia: A Comparative Analysis of Tsitsi Dangarembga's Novel and Film, *Nervous Conditions* and *Neria*", *Imbizo: International Journal of African Literary and Comparative Studies*, 5, n.º 1 (2014): 55.

cultural que caracterizou a primeira geração dos escritores zimbabuanos pós-coloniais", promovendo narrativas literárias e fílmicas que buscam localizar as "falhas tectônicas da memória com o fito de problematizar as concepções há muito consagradas sobre os conhecimentos africanos, sua cultura e história".[14] De forma mais específica, a produção literária e fílmica de Dangarembga se contrapõe às narrativas colonialistas sobre os passados africanos, e também à "história" e "memória oficial" produzidas a partir dos discursos nacionalistas no Zimbábue, recuperando, a partir da ficção, as experiências históricas de grupos invisibilizados nos contextos coloniais e nos processos de descolonização. Assim, Dangarembga aproxima-se das perspectivas de outras romancistas zimbabuanas contemporâneas que, de maneiras distintas, têm mobilizado a literatura como espaço de problematização da construção da memória oficial. No Zimbábue, autoras como Yvonne Vera e NoViolet Bulawayo exemplificam esse movimento, ao evidenciarem que "essas independências não dariam conta do desejo de acertar o passo na direção do projeto utópico que mobilizou os africanos".[15]

Em meio às forças de marginalização que agiram e agem contra as mulheres zimbabuanas, Tsitsi Dangarembga observa na produção artística e literária uma possibilidade de resistência. Ao materializar suas experiências e a história de seu lugar, Dangarembga invoca gritos silenciados das margens sociais.

> O império não suportava ouvir nossos gritos porque sabia que era a causa. Por um lado, nossas expressões de dor são a prova de nossa vida, proclamam que estamos sofrendo, mas ainda respirando. É por isso que existe um ditado no Zimbábue, *chikuru kufema* – "o importante é respirar". O que está morto não sente. Não estamos mortos enquanto protestamos.[16]

14 Nembaware, "Novel-film interface and postcolonial dystopia", 52.

15 Chaves, "O passado presente na literatura africana", 147.

16 Dangarembga, Tsitsi, *Preta e mulher* (São Paulo: Kapulana, 2023), 18.

A problematização dos processos de marginalização e invisibilização das mulheres zimbabuanas pode ser localizado tanto na produção fílmica quanto na literatura de Tsitsi Dangarembga, as quais problematizam os "sustentáculos da ideologia da dominação" ao demonstrar "a terrível carga de discriminação a que está sujeita a mulher negra"[17] tanto no período colonial quanto no pós-independência. A escrita literária, assim como suas produções audiovisuais, assume uma perspectiva de denúncia. De modo similar a outros escritores africanos contemporâneos, a sua escrita literária pode ser observada como uma forma de rememoração de experiências sociais apagadas pelo colonialismo. Afinal, conforme afirmou Rita Chaves:

> O colonialismo deixava uma sucessão de lacunas na história dessas terras e muitos escritores, falando de diferentes lugares e sob diferentes perspectivas, parecem assumir o papel de preencher com o seu saber esse vazio que a consciência vinha desvelando.[18]

A produção literária e ensaística de Dangarembga também potencializa uma crítica ao governo pós-independente e os silenciamentos que marcaram a marginalização política de mulheres zimbabuanas desde a década de 1980. Colonialismo, racismo e gênero são temas recorrentes nas reflexões de Dangarembga a respeito de sua trajetória, conectando-a com as experiências coletivas no Zimbábue contemporâneo. Em *Preta e mulher*, Dangarembga reflete também sobre a experiência diaspórica, especialmente o período em que viveu no Reino Unido, e como esse período impulsionou, através de experiências perversas, a maturação pessoal de forma precoce. Dangarembga relembra que "[nasceu] então, em uma sociedade perversa que me enxergava como

17 Lelia Gonzalez, *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*, org. Flavia Rios e Márcia Lima (Rio de Janeiro: Zahar, 2020).

18 Chaves, "O passado presente na literatura africana", 147.

essencialmente carente de humanidade plena".[19] Essas experiências com a perversidade colonial acompanharam-na até seu primeiro curso de graduação, medicina, na Universidade de Cambridge. O racismo figura, em seus escritos, como um dos elementos estruturantes da experiência colonial, enraizando-se na sociedade rodesiana/zimbabuana e produzindo, mesmo após a independência, um contexto de violências físicas e simbólicas que agravaram os processos de marginalização e invisibilização de vários grupos sociais – especialmente das mulheres zimbabuanas, sobre as quais recaem as violências produzidas na interseccionalidade de gênero, classe e raça..

Outro elemento problematizado em seus escritos ensaísticos e autobiográficos diz respeito ao patriarcado, o qual, em sua perspectiva, causou dano anteriormente ao fato de se conceber como negra. Dangarembga, afirma que

> o patriarcado foi meu primeiro terror criado pelo homem [...] Aprendi cedo como os machos de nossa espécie se unem contra pessoas que julgam ser mais fracas [...] As lições vieram de meu irmão biológico e de meu irmão adotivo, que me maltratavam impiedosamente.[20]

Suas primeiras obras teatrais, *Lost of the Soil* (1983), *She No Longer Weeps*[21] e *The Third One*, serviram como espaço político e artístico para problematizar o patriarcado enquanto uma das matrizes estruturais do colonialismo. Nessas e em outras obras, Dangarembga tem como conjuntura de suas experiências uma práxis da interseccionalidade, conceito fornecido por Kimberlé Crenshaw,[22] no qual diversas camadas de

19 Dangarembga, *Preta e mulher*, 15.

20 Dangarembga, *Preta e mulher*, 18.

21 Já mencionado sucintamente, refere-se ao processo do "roubo" de intelectuais africanos (e de outros locais colonizados) para produzirem e formarem carreira acadêmica em suas respectivas metrópoles.

22 Kimberlé W. Crenshaw, *On Intersectionality: Essential Writings* (Nova Iorque: Faculty Books, 2017). Disponível em: https://scholarship.law.columbia.edu/books/255 Acesso em: 18/08/2024.

opressão circundam as experiências de vida de um sujeito, não sendo, portanto, atingido por uma única dinâmica perversa, mas sim por formas entrelaçadas de violência. Por extensão, o caráter diaspórico de sua trajetória, marcada constantemente por entre Zimbábue, Inglaterra e Alemanha, possibilita configurar a trajetória de Dangarembga como um estado de "entre mundos",[23] marcado pelo despertencimento a locais particulares. O mundo colonial potencializou tais dinâmicas, sobretudo no contexto africano, a partir do "sequestro de cérebros".[24] A romancista, assim como seus pais, não estava a salvo dessa prática colonial, o que por sua vez, os colocou em posição de não-pertencimento. Observemos o trecho a seguir:

> Isso, por sua vez, levantou a questão premente de saber se esses falantes consideravam ou não **Varungu – "Brancos/ Europeus"** – como pessoas. O assunto **era desesperadamente relevante a mim**, porque devido à língua que eu e meu irmão falávamos – e, acredito agora, por causa de outros atributos como nossa *linguagem corporal e aparência* –, **muitas das outras crianças colocavam meu irmão e eu na categoria Varungu**.[25] [*grifo adicionado*]

Dangarembga, neste sentido, sentia-se europeia demais para ser africana e, quando estava na metrópole, era negra demais para ser reconhecida como humana. Tal complexidade identitária no "entre mundos" possibilita compreender os deslocamentos geográficos e simbólicos de Dangarembga, na medida em que reconstrói sua trajetória a partir da escrita ensaística, mas sobretudo, para compreender as violências simbólicas e físicas provocadas pelo colonialismo. O contexto colonial teria transformado Dangarembga em uma "refugiada existencial", isto é, "em

23 Edward W. Said, *Cultura e imperialismo* (São Paulo: Companhia das Letras, 2011), 302.

24 Ver mais em Caroly Shaw, "'You Had a Daughter, but I Am Becoming a Woman': Sexuality, Feminism and Postcoloniality in Tsitsi Dangarembga's *Nervous Conditions* and *She No Longer Weeps*", *Research in African Literatures*, 38, n.º 4 (2007).

25 Dangarembga, *Preta e mulher*, 32.

estado de fuga desde que saí do útero e provavelmente desde antes disso, considerando as circunstâncias em que nasci e o efeito delas em minha realidade pré-natal".[26] Sobre a "realidade pré-natal", Dangarembga aludia ao contexto colonial que marca sua trajetória, bem como os enraizamentos da violência colonial e da colonialidade, principalmente nas violências de gênero, mesmo após as independências no continente africano.

Convém lembrar que o Zimbábue, assim como diversos outros países na África, possui fronteiras que foram fixadas como resultado do impacto das políticas coloniais nas últimas décadas do século XIX. A região conhecida no período colonial como Rodésia do Sul (e, posteriormente, apenas como Rodésia) foi administrada, por meio de concessão do governo britânico, pela British South Africa Company até a década de 1920, a partir de iniciativas promovidas pelo "magnata da mineração" e então primeiro-ministro da Colônia do Cabo Cecil Rhodes, que ambicionava consolidar a presença britânica "do Cabo ao Cairo": do sul ao norte da África. A presença colonial na Rodésia promoveu a desestabilização de diversos centros de poder e formações sociais na região, em especial entre as populações ndebele e shona; os processos de expropriação de terras e exploração da mão de obra africana, sobretudo na mineração e na agricultura; a implementação de impostos coloniais e outras medidas que visavam o controle da população nativa; além de medidas de incentivo à imigração britânica para a região. Desse modo, "uma série de medidas, seguindo geralmente o modelo da África do Sul, foram sendo gradativamente adotadas para obrigar os africanos a trabalharem para os brancos. Primeiro, a alienação de terras, que já começara, foi intensificada. Esta medida visava privar os africanos de qualquer fonte de renda em dinheiro".[27] A elite colonial branca se estabeleceu sobre a região e controlou a exploração de minérios e a agricultura comercial, impondo, principalmente a partir da década de 1920, legislações de caráter segregacionista, a exemplo do Land Apportionment Act (1930)

26 Dangarembga, *Preta e mulher*, 7.

27 Martin Kaniki, "A economia colonial: as antigas zonas britânicas", em *História geral da África, v. VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*, org. Albert Adu Boagen (Brasília: UNESCO, 2010).

que determinava o confinamento da população africana a reservas nativas que equivaliam a aproximadamente 30% do território rodesiano.[28]

Entre as décadas de 1950 e 1960, a onda provocada pelos movimentos de descolonização e libertação reverberou entre as lideranças políticas na Rodésia. Sabe-se que pelo menos desde os primeiros decênios do século xx, diversas associações e organizações de caráter político formaram-se entre a população africana, a exemplo da Industrial Commercial Workers Union, formada na década de 1920 entre trabalhadores rurais e urbanos que passaram a organizar protestos e ações públicas em defesa de melhores condições de trabalho para os africanos na Rodésia e na África do Sul. O contexto pós-Segunda Guerra Mundial intensificou as demandas pela independência e descolonização, principalmente diante de uma percepção de continuidade do regime e da violência colonial, além da exploração de terras e trabalho. A radicalização das lutas pela descolonização levou à formação de partidos políticos, a exemplo do Southern Rhodesia African National Congress (SRANC) em existência entre 1957 e 1959 e, após seu fechamento – quando o governo da Rodésia estabeleceu legislação que baniu diversas organizações políticas –, a criação de grupos políticos articulados à luta armada, sobretudo o Zimbabwe African People's Union (ZAPU) e o Zimbabwe African National Union (ZANU), e suas alas guerrilheiras, respectivamente, o Zimbabwe People's Revolutionary Army (ZIPRA) e o Zimbabwe African National Liberation Army (ZANLA).[29]

O contexto da luta das guerrilhas contra o governo rodesiano a partir da década de 1970 ficou conhecido como a segunda *chimurenga*, denominação adotada pelos revolucionários com o fito de marcar uma

28 Tinase Mitchell Mashihza e Jephias Mapuva, "The Colonial Legislation, Current State of Rural Areas in Zimbabwe and Remedial Measures Taken to Promote Rural Development", *Journal of Asian and African Social Sciences and Humanities*, 4, n.º 3 (2018): 22-35. Tais manifestações sistemáticas da organização colonial britânica são importantes para a compreensão de fatores, por vezes, compreendidos como subjetivos aos indivíduos. A dominação da terra – em qualquer regime colonial – significa um controle sobre aportes metafísicos e, por sua vez, significa uma forma de dominação sobre os costumes e práticas de sobrevivência de determinadas culturas. Dangarembga aborda isso metaforicamente em seu romance *Nervous condition*.

29 Ngwabi Bhebe, *The Zapu and ZANU Guerrilla Warfare and the Evangelical Lutheran Church in Zimbabwe* (Harare: Mambo Press, 2000).

continuidade de lutas anticoloniais e recuperar certa memória coletiva de movimentos de resistência no final do século XIX que passaram a ser interpretados, nesta ótica, como manifestações protonacionalistas vinculadas, sobretudo, às comunidades etnicamente identificadas como shonas. A pressão exercida pelos movimentos de libertação, somado a pressões internacionais, levou a uma série de negociações e a um cessar-fogo a partir de 1979. A partir do Lancaster House Agreement, ficou estabelecido que novas eleições seriam realizadas em março de 1980. No pleito, a ZANU-PF elegeu-se para o cargo de primeiro-ministro, levando Robert Mugabe ao poder.[30] A década de 1980 foi marcada pela ascensão política de Robert Mugabe, num contexto de modernização, crescente centralização política e medidas violentas voltadas a combater grupos de oposição ao governo, em especial a ZAPU, liderada por Joshua Nkomo, e seus apoiadores. Dentre as ações violentas promovidas no período, convém destacar o chamado *gukurahundi*, "período da história do Zimbábue compreendido entre 1983 e 1987, caracterizado por um genocídio não oficial de milhares de pessoas oriundas de uma minoria falante de Ndebele e proveniente do sudoeste do Zimbábue".[31] Ainda que sem números precisos, estima-se que aproximadamente 20 mil pessoas, em sua maioria de origem Ndebele, foram executadas: processos como esses se aproximam da ideia de necropolítica, conforme explicitada por Achille Mbembe, nos quais se denota uma estruturação de política de morte sob o poder estatal da ZANU-PF, reivindicando os espaços e as pessoas as quais podem ou não viver sob essa terra.[32]

Além disso, as contradições e limitações dos projetos de descolonização no Zimbábue podem ser observadas em suas políticas de gênero ao longo das décadas de 1980 e 1990. Conforme Kate Law,[33] o contexto das lutas de libertação no Zimbábue envolveu uma participação ex-

30 Alois Mlambo, *A History of Zimbabwe* (Cambridge: Cambridge University Press, 2014).

31 Nkululeko Sibanda, "*Gukurahundi* em retrospecto: performance teatral como esfera pública cultural", *Ephemera*, 3, n.º 6 (2020): 52.

32 Achille Mbembe, *Necropolítica* (São Paulo: n-1 edições, 2018).

33 Kate Law, "'We Wanted to Be Free as a Nation, and We Wanted to Be Free as Women': Decolonisation, Nationalism and Women's Liberation in Zimbabwe, 1979-85", *Gender & History*, 33, n.º 1 (2021): 5.

pressiva de mulheres nas unidades de combate, e também em redes de assistência e apoio às guerrilhas, muitas das quais eram motivadas pela perspectiva de que a libertação da nação seria o precursor para um programa mais amplo de emancipação cultural e transformação nas relações sociais. Os primeiros anos após a independência foram marcados por um novo aparato legislativo voltado a garantir direitos às mulheres, a exemplo do Equal Pay Regulations, de 1980, ou o Labour Relations Act, de 1984, e do estatuto de maioridade, estabelecido em 1982, o qual garantiu às mulheres o direito de deter propriedades e tomar decisões sem consentimento de seus pais, irmãos mais velhos ou maridos. Além disso, diversos discursos de lideranças políticas da ZANU-PF demonstraram um engajamento com a causa das mulheres.[34] No entanto, as experiências de muitas mulheres nas primeiras décadas da independência contrastavam com o clima de otimismo, em especial diante da continuidade de práticas de opressão, marginalização política e perpetuação de papéis de gênero tradicionais, que compreendiam que, após a guerrilha, as mulheres deveriam retornar ao espaço doméstico para o cuidado da família e dos filhos. Tais fatores podem ser compreendidos como parte de um contexto marcado pela intensificação da violência política promovida pelo governo zimbabuano, e que, dentre outros efeitos, intensificou a exclusão política e socioeconômica das mulheres no Zimbábue. Desse modo, Dangarembga localiza nas contradições internas ao Estado zimbabuano, e principalmente ao papel da ZANU-PF durante o regime de Robert Mugabe, as marcas da continuidade da violência de gênero e de relações desiguais entre homens e mulheres:

> Ao mesmo tempo, a ZANU-PF iniciou sua campanha para **nacionalizar o feminismo**, lançando sua **Liga das Mulheres** por todo o país. As mulheres que dançaram e cantaram "Ah, Sr. Mugabe, quero

34 Podemos presenciar essas posições em prol da causa feminina quando analisamos a vida política de Grace Mugabe e como ela foi utilizada pela ZANU-PF para figurar uma posição de mulher no contexto do partido, sobretudo ao ser a líder da Liga Feminina da ZANU-PF. Dangarembga reflete sobre essa questão ao citar que: "As mulheres são obrigadas a confirmar que seu sucesso cabe dentro da estrutura de uma agenda patriarcal e não a desestabilizar." Ver em Dangarembga, *Preta e mulher*, 69.

> levá-lo em minhas costas" quando a ZANU-PF voltou da Conferência de Lancaster House proclamando uma vitória militar triunfante, agora estavam **sendo usadas para sustentar o partido governante por meio de sua força feminina.** [...] O clima de comemoração pós-independência logo chegou ao fim [...] Então para nosso pesar, em 1999, menos de duas décadas após sua promulgação, a Suprema Corte atacou as disposições da Lei da Maioridade Legal (LAMA).[35] [*Grifo adicionado*]

Na interpretação de Dangarembga, esses processos levaram a um agravamento do "patriarcado de propriedade privada", o qual teria sido implementado no período colonial e rapidamente teria excluído as mulheres *shona* de funções socioeconômicas e culturais tradicionalmente garantidas pela sua inserção em redes de parentesco. A marginalização política e socioeconômica das mulheres seria acompanhada por outras formas de invisibilização e apagamento, especialmente de suas histórias e memórias, em nome de uma história oficial ancorada na ação das guerrilhas anticoloniais.

Parte constitutiva dos discursos de nação construídos pela ZANU-PF e pelo governo de Robert Mugabe desde a década de 1980, as chamadas "histórias nacionalistas" e "histórias patrióticas", que localizam a luta armada e os processos revolucionários como forças motrizes de uma história centrada na ação de guerrilheiros, promoveram uma leitura do passado zimbabuano difundida em diversos espaços oficiais. De acordo com Terence Ranger,[36] essa "história patriótica" tem sido promovida principalmente como uma alternativa à história acadêmica, a qual celebrava a modernização e a noção de resistência, e difundida em diversos espaços, a exemplo da mídia impressa e televisiva; em campos de treinamento de jovens para milícias; em livros didáticos promovidos pelo governo zimbabuano; em publicações de autobiografias de

35 Dangarembga, *Preta e mulher*, 56.

36 Terence Ranger, "Nationalist Historiography, Patriotic History and the History of the Nation: the Struggle over the Past in Zimbabwe", *Journal of Southern African Studies*, 30, n.º 2 (2004): 215-234.

ex-combatentes; e nos discursos de Robert Mugabe e de outros oficiais do governo. Dentre os temas ressaltados pelas "histórias patrióticas" estavam episódios de resistência e revolta contra as forças coloniais, recuperadas e apropriadas pelo governo da ZANU-PF, a exemplo da "*chimurenga*" de 1896-1897, transformada em uma "primeira *chimurenga*" de modo a associá-la às lutas armadas que levaram à independência (a "segunda *chimurenga*") e às reformas agrárias promovidas pelo governo zimbabuano no início dos anos 2000 (categorizada como a "terceira *chimurenga*"). Conforme Ranger, muitas dessas narrativas também têm promovido a heroicização de indivíduos e grupos vinculados à luta armada, ao lado de outros eventos comemorativos, como o Dia Nacional dos Heróis.

A "história patriótica" enfatiza a luta armada, celebra a violência e a continuidade da memória da guerrilha as relacionando em uma narrativa teleológica centrada nas ações do partido, e que compreende como "irrelevante qualquer história que não seja política".[37] Desse modo, a "história patriótica" visa promover uma memória oficial da ZANU-PF, enquadrando-a a partir da experiência dos guerrilheiros (e sua continuidade no tempo presente), e invisibilizando os projetos de modernização e bem-estar social que caracterizavam a retórica do partido até meados da década de 1990. Por extensão, a "história patriótica" visou promover uma narrativa da nação amparada no binômio "nós" e "outros", observando grupos de oposição (a exemplo do Movement for Democratic Change – MDC) como uma manifestação da influência britânica no Zimbábue e, portanto, posicionados "fora de uma narrativa nacional legítima, situados num território de uma força estrangeira, não-africana e traiçoeira que justificaria o uso da coerção do Estado com o intento de conter e destruir tal força".[38]

Em seus textos literários, como por exemplo em *Condições nervosas,* como também nos seus ensaios políticos autobiográficos, tal qual

37 Ranger, "Nationalist Historiography", 218.

38 Brian Raftopoulos, "Nation, Race and History in Zimbabwean Politics", em *Making Nations, Creating Strangers: State and Citizenship in Africa*, org. Sara Dorman, Danniel Hammet e Paul Nugent (Leiden: Brill, 2007), 184.

Preta e mulher, Dangarembga problematiza as formas de lembrar o passado e as estruturas de poder consolidadas durante o período colonial, bem como a continuidade dos processos de exclusão social e política após a independência do Zimbábue. Desse modo, além de questionar o discurso nacionalista mobilizado pela ZANU-PF desde a década de 1980, Dangarembga também contesta a "história oficial" construída pelo partido, apontando para as suas margens, isto é, para as experiências de grupos sociais excluídos social e politicamente. Este elemento possibilita pensar a produção literária de Dangarembga a partir dos usos do passado, conceito mobilizado para se referir às situações de mobilização/reutilização do passado em caráter pragmático e instrumental, mas também no sentido existencial e ideológico, conferindo sentido e finalidade de narrativas que, mesmo produzidas no presente, "não deixam de estabelecer expectativas para o futuro".[39]

Para Dangarembga, o processo de relembrar o passado colonial se reveste de um sentido terapêutico e problematizar as cicatrizes provocadas pelo império assume um papel fundamental, pois enreda a "possibilidade de se afastar daquele que fere e, a partir daí, transformar-se em alguém que aquele que fere não consegue mais desmembrar".[40] Somado aos violentos processos de expropriação de terras, que levaram a um agravamento das condições socioeconômicas da população nativa, Dangarembga demarca que a construção do Estado colonial e, após a independência, de um Estado autoritário e politicamente centralizado, agravou os processos de marginalização política das mulheres zimbabuanas, pois "impactou a posição das mulheres nos espaços públicos e privados e restringiu a habilidade das mulheres zimbabuanas para desenvolver, aproveitar e celebrar sua agência não só como mulheres, mas como humanas".[41] A implementação de valores europeus, durante o período colonial, enraizou na sociedade rodesiana uma concepção que "degradava a humanidade das mulheres africanas",[42] vistas

39 Glaydson Silva, Pedro Paulo Funari e Renata Senna Garraffoni, "Recepções da antiguidade e usos do passado: estabelecimento dos campos e sua presença na realidade brasileira", *Revista Brasileira de História*, 40, n.º 84 (2020): 45.

40 Dangarembga, *Preta e mulher*, 17.

41 Dangarembga, *Preta e mulher*, 47.

42 Dangarembga, *Preta e mulher*, 50.

como "aptas apenas para a subjugação".[43] Adicionalmente, a fragmentação de formas ancestrais de relações sociais, baseadas no parentesco, provocada pelo colonialismo e pelo missionarismo, produziu uma exclusão social (e política) das mulheres no Zimbábue.

A partir dos textos ensaísticos de Dangarembga, fica evidente a complexidade que marca a história social e política do que hoje conhecemos como Zimbábue, de modo similar aos processos de formação dos Estados nacionais africanos ao longo do século xx. Essa história nacional se entrelaça com o contexto colonialista do século xix, o surgimento de movimentos de libertação a partir dos anos 1960 e os processos de centralização e violência política após sua independência. Suas construções se fundamentam em uma particularidade mantida no contexto colonial britânico, que estruturou sociedades segregacionistas na África Austral. Com relação aos contextos coloniais, Dangarembga observa que:

> Ao longo dos séculos, os europeus gradualmente sujeitaram a África a outros usos, em vez de considerar o continente apenas como fonte de trabalho não remunerado. A terra de onde corpos foram roubados não foi, a princípio, considerada importante pelo império [...] O domínio colonial foi exercido por meio de um patriarcado brutal baseado na propriedade privada e na exclusão racial.[44]

A segregação racial, ao lado de outras formas de violência de gênero e classe, marcou os contextos coloniais, produzindo efeitos que persistiram mesmo após a independência. A historiadora Kate Law enfatiza o modo como as mulheres eram um pilar basilar para a dinâmica de resistência na Rodésia do Sul dos anos de 1960 e 1970, sendo portanto fundamentais para a conquista da independência do país, sobretudo no contexto de formação do Zimbabwe African National Liberation Army (ZANLA). Na perspectiva de Dangarembga, sobretudo em seus ensaios autobiográficos, a ZANU-PF, após a independência, promoveu

43 Dangarembga, *Preta e mulher*, 53.

44 Dangarembga, *Preta e mulher*, 21-22.

uma campanha para "nacionalizar o feminismo, lançando sua Liga das Mulheres [Women's League] por todo o país".[45] Ao se referir à Women's League, Dangarembga alude às organizações de mulheres vinculadas à ZANU-PF, originadas a partir do Department of Women's Affair criado no âmbito do partido na década de 1970. Originalmente criada com objetivos militares, relacionados à ação das guerrilhas, a Women's League gradativamente transformou-se em uma organização voltada ao bem-estar social e à mobilização partidária; suas participantes passaram a ser valorizadas como eleitoras e não necessariamente como representantes políticas. Desse modo, a "desmobilização das combatentes no Zimbábue caminhou lado a lado com a sua despolitização".[46]

Assim, na perspectiva de Dangarembga, "o clima das comemorações pós-independência logo chegou ao fim",[47] sobretudo pela gradativa diminuição dos direitos sociais e políticos das mulheres zimbabuanas: Dangarembga relembra, em especial, a aprovação do *Customary Law and Local Courts Act*, em 1990, ato legislativo que estabelecia um novo tipo de tribunal comunitário, voltado a aplicar o direito consuetudinário em casos do direito civil, sob inspiração em modelos coloniais de justiça comunal. Esse tribunal comunitário foi responsável por decisões judiciais que negam às mulheres direitos, como, por exemplo, receber heranças de seus maridos falecidos com base em princípios discriminatórios do direito consuetudinário. Além disso, Dangarembga relembra que a própria Constituição do Zimbábue, ao tratar sobre discriminação, não previa proteção contra discriminação ou violências de gênero. Assim, observa que, a despeito do clima de otimismo que marcou o processo de independência zimbabuana, Dangarembga verifica uma continuidade na marginalização das mulheres, e sua exclusão social, econômica e política, somado às fabricações do "silenciamento e da invisibilidade" em torno das histórias e memórias de mulheres zimbabuanas.

45 Dangarembga, *Preta e mulher*, 56.

46 Gisela Geisler, "Troubled Sisterhood: Women and Politics in Southern Africa: Case Studies from Zambia, Zimbabwe and Botswana", *African Affairs*, 94, n.º 377 (1995): 556.

47 Dangarembga, *Preta e mulher*, 56.

As escrevivências de Tsitsi Dangarembga: o caso de *Nervous Conditions*

A aproximação das escritas literárias de Dangarembga ao conceito de "escrevivência" permite compreender suas particularidades contrapostas a uma macroexperiência vivenciada por mulheres africanas e afrodiaspóricas em âmbito global ou transnacional, sobretudo diante das violências físicas e simbólicas provocadas pelo colonialismo e pelo racismo. As especificidades de cada uma dessas mulheres encontram caminhos plurais de expressão, ao serem afetadas e experienciarem as mesmas práticas de violência e de exclusão socioeconômica e política. Tal experiência compartilhada, conforme Vilma Piedade, é perpassada pelo que caracteriza como "dororidade", neologismo utilizado para se referir a "uma dor específica que une todas as mulheres, mas que é agravada pelo racismo que só a mulher preta, só a juventude preta poderá sentir",[48] e que, longe de idealizar ou reduzir as experiências coletivas à dor, busca refletir sobre formas de solidariedade e recursos de resistência.

Neste sentido, as ferramentas propostas pelos conceitos de "escrevivência" e de "dororidade" auxiliam-nos a compreender a escrita literária de Dangarembga, que fazem com que sua obra *Condições nervosas* se configure como espaço de denúncia das violências que recaem sobre mulheres africanas em situação colonial, bem como uma narrativa que problematiza as "histórias oficiais" produzidas pelo colonialismo e pelos governos nacionalistas do Zimbábue pós-independência. Tal interpretação do romance nos sugere ainda mais uma interlocução literária escrita a partir de si e de várias mulheres, como proposto por Conceição Evaristo, que compreende que a "escrevivência pode ser como se o sujeito da escrita estivesse escrevendo a si próprio, sendo ele a realidade ficcional", mas que, "ao escrever a si próprio, seu gesto se amplia e, sem sair de si, colhe vidas, histórias do entorno".[49] Portanto, para além de uma modalidade de escrita autorreferencial, reverbera experiências coletivas de grupos sociais, a exemplo de mulheres africanas/afro-diaspóricas que

48 Sobre o conceito, ver Vilma Piedade, *Dororidade* (São Paulo: Nós, 2017).

49 Evaristo, "A escrevivência e seus subtextos", 35.

vivenciaram violências físicas e simbólicas, mas que também compartilharam estratégias de resistência e sobrevivência em contextos marcados pela violência colonial.

Nervous Conditions foi publicado originalmente em 1988, mas sua trama é ambientada na Rodésia do Sul entre as décadas de 1960 e 1970, período que, como se sabe, foi marcado pela ação das guerrilhas da ZANU e da ZAPU contra o governo rodesiano. O romance, escrito em primeira pessoa, é narrado por Tambudzai, uma jovem de origem shona que, devido à morte de seu irmão mais velho, tem a possibilidade de continuar seus estudos em uma escola secundária. Desde o início da trama, Dangarembga estabelece a condição social da família de Tambudzai: seus pais são agricultores shona empobrecidos e, muito possivelmente, desterrados como consequência do avanço do colonialismo e dos processos segregacionistas de expropriação das terras. Por incentivo de seu tio, Babamukuru, um homem assimilado pela cultura europeia, bem-sucedido e, por vezes, autoritário com outros membros de sua família, Tambudzai continua sua formação na escola missionária, aproxima-se de sua prima, Nyasha, e toma contato com a tia, Maiguru, as quais, em contato com a escolarização e pelas oportunidades educacionais na Inglaterra, buscam emancipar-se dos valores tradicionais e, sobretudo, da autoridade patriarcal.

A partir dessas personagens, Dangarembga também aborda os conflitos entre valores tradicionais e modernos, bem como a continuidade de violências de gênero e das forças do patriarcado sobre mulheres com oportunidades de ascensão social e assimilação à sociedade colonial: assim, por exemplo, Maiguru alcança oportunidades culturais e educacionais, mas convive com a violência doméstica e um marido autoritário. Na última parte do romance, Tambudzai foi aprovada nos exames de admissão em uma escola secundária religiosa, Sacred Heart, frequentado por meninas brancas, no qual experimentou violências explícitas e microagressões cotidianas. Desse modo, ao longo de *Condições nervosas,* Dangarembga apresenta o processo de formação subjetiva de Tambudzai, ao enfatizar as suas "condições nervosas", isto é, as angústias e ansiedades vivenciadas em uma situação colonial – e também os

desafios enfrentados por mulheres como Tambudzai e Nyasha ao tentarem construir formas de resistir e existir naquela sociedade colonizada.

Enquanto as "histórias patrióticas" promovidas por intelectuais vinculados ao governo da ZANU-PF enfatizam o período em questão (décadas de 1960 e 1970) como uma espécie de nascimento da nação zimbabuana a partir da luta armada e da ação das guerrilhas, Dangarembga desloca a perspectiva para grupos marginalizados pelos processos de colonização e que, nas tramas do cotidiano, buscavam constituir recursos de resistência em situações de violência física e simbólica. Além disso, ao buscar a pluralidade de experiências do passado zimbabuano em contextos coloniais, Dangarembga promove o que pode ser descrito como uma "africanização do passado",[50] ao se contrapor às narrativas colonialistas que interpretavam a história da África a partir de forças motrizes associadas à presença europeia ou, ainda, categorizam as sociedades e culturas africanas como destituídas de um passado. A noção de "africanização do passado" pode ser tomada a partir dos debates suscitados pelos movimentos anticoloniais pelo menos desde a década de 1960, e que buscavam a "reafricanização" dos valores sociais, culturais, econômicos e interpessoais nas sociedades africanas pós-independência. A africanização do passado promovida por Tsitsi Dangarembga surge como parte substancial para a compreensão de processos históricos no continente africano que antecedem os marcos coloniais, mas que, simultaneamente, não tomam as lutas de libertação e descolonização como resultado de um movimento teleológico ou como um "ponto de chegada" do sentido histórico.

Desse modo, em *Nervous Conditions*, Dangarembga dialoga com outras formas de lembrar o passado colonial, enfatizando as experiências históricas de grupos empobrecidos e desterrados pelo colonialismo

50 Podemos aproximar as propostas políticas mantidas nas obras de Tsitsi Dangarembga em uma possível relação com o projeto de reafricanização proposta pelo revolucionário de Guiné-Bissau e Cabo Verde, Amílcar Cabral, o qual propõe a ideia de "reafricanização" dos valores sociais, culturais, econômicos e interpessoais nas sociedades africanas pós-independência. Neste sentido, a africanização do passado exercida por Dangarembga, surge como parte substancial para a compreensão de uma África que tenha como passado comum algo anterior ao que a historiografia mantém, não somente um passado colonial. Para mais informações, ver: Amílcar Cabral, *Nacionalismo e cultura* (Santiago de Compostela: Laiovento. 1999).

e, sobretudo, as estratégias cotidianas de mulheres shona[51] ao lidarem com as violências físicas e simbólicas enraizadas na sociedade colonial. Por isso, o romance de Dangarembga pode ser discutido a partir do que Pollak categorizou de "memórias subterrâneas", isto é, as formas de lembrar o passado silenciadas por determinadas condições sociais, culturais ou políticas, e que "prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível", mas que "afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados", promovendo disputas pela memória.[52]

Essas formas outras de lembrar o passado colonial, e que envolvem um esforço de africanização do passado, podem ser vislumbradas nos episódios que se referem ao uso das terras pelas populações shona, e ao processo de expropriação das terras iniciado nas primeiras décadas da expansão colonial na Rodésia. Logo no início da trama, Tambudzai, a narradora-autora, recupera as narrativas produzidas pela sua avó, uma mulher shona desterrada, cuja narrativa relaciona-se às memórias coletivas daqueles que, diretamente impactados pelo colonialismo e pela legislação de terras de caráter segregacionista, foram forçados a deixar suas terras ancestrais e, como consequência, marginalizados pela sociedade colonial em formação.

> E quantas preces de adoração e reverência eu sussurrei para minha avó naqueles primeiros dias de cultivo para o mercado. Minha avó, que havia incessantemente cultivado terras, plantando sementes e colhendo safras abundantes até, literalmente, seu último momento de vida. Quando eu era pequena demais para ser qualquer coisa além de um obstáculo nos campos, eu

51 Tais estratégias cotidianas podem ser aplicadas a construção conceitual que Michel de Certeau propõe como *Práticas desviantes: astúcias e práticas*, que se refere ao processo de criação de novas maneiras de sobreviver mesmo em contextos tão estruturantes. Tais práticas são o que mantém processos tradicionais ainda vivos e que possibilita com que a resistência a forças motrizes sigam tendo como base de apoio a sociedade popular. É portanto, nas lacunas das estruturas sociais – são estas o capitalismo, racismo, patriarcado, etc. – que a resistência surge como força de reparação e restituição de um *habitus* novo. Michel de Certeau, *A invenção do cotidiano: artes de fazer* (Petrópolis: Vozes, 1998).

52 Pollak, "Memória, esquecimento, silêncio", 4

> passava muitas horas produtivas trabalhando com minha avó no terreno que ela chamava de horta [...] Ela também me dava aulas de história. História que não estava presente nos livros didáticos; um tempo no terreno e um descanso, o começo da história, uma pausa.[53]

Ao aludir à "história" que não estava "presente nos livros didáticos", Dangarembga recuperava narrativas distintas daquelas promovidas pela historiografia colonial ou mesmo pelas "histórias patrióticas" produzidas pela ZANU-PF, enfatizando as memórias de sujeitos marginalizados por camadas de exclusão política e socioeconômica. Desse modo, nas conversações com a avó, relembra que sua família "nem sempre viveu aqui [...]. Nós morávamos lá em Chipinge, onde o solo é fértil e seu bisavô era um homem rico na moeda daqueles tempos, com muitas cabeça de gado gordas, grandes pedaços de terra e quatro esposas que trabalhavam duro para produzir safras abundantes".[54] No entanto, "bruxos versados em traição e magia negra vieram do Sul e forçaram o povo para longe daquela terra. Em burros, a pé, a cavalo, em carroças, as pessoas procuraram por um lugar para viver",[55] levando a família de Tambudzai ao "solo cinza e arenoso da nossa propriedade, tão pedregoso e infértil que os bruxos não o utilizariam".[56] A partir da narrativa da avó da protagonista, Dangarembga revisita os processos de colonização e expropriação de terras na Rodésia do Sul/Zimbábue, recuperando os episódios de deslocamentos forçados e exclusão socioeconômica em uma narrativa que se aproxima da oralidade, assemelhando-se, portanto a outras formas de narrar o passado para além das historiografias colonialista e nacionalista.

Por meio das memórias de Tambuzai, a narrativa promove usos do passado, recuperando as funções socioeconômicas de mulheres shona tradicionalmente relacionadas ao cuidado da terra – seja, de forma literal,

53 Tsitsi Dangarembga, *Condições nervosas* (São Paulo: Kapulana, 2019), 33-34.

54 Dangarembga, *Condições nervosas*, 34.

55 Dangarembga, *Condições nervosas*, 39.

56 Dangarembga, *Condições nervosas*, 34.

como a terra para o plantio ou, ainda, uma metáfora para a própria ideia de nação. Como se sabe, a questão da terra se tornou central nas disputas políticas que marcaram o processo de descolonização e, sobretudo, os projetos políticos adotados pela ZANU-PF no contexto pós-independência. Assim, Dangarembga recupera, nesses e em outros episódios, os processos de expropriação de terras e, paralelamente, de silenciamento e marginalização de grupos sociais, a exemplo das mulheres shona, que, pela perda de suas funções socioeconômicas e ritualísticas relacionadas aos usos comunais da terra, foram forçadas a se enquadrar, sobretudo no contato com a educação missionária e com os projetos coloniais, nas funções de mães e esposas. Diversas personagens na trama, a exemplo da mãe e da tia de Tambudzai, Ma'Shingayi e Maiguru, encontram-se atreladas às tensões entre valores tradicionais e ocidentais, buscando, mesmo sem êxito, escapar de relações de gênero marcadas pela violência.

Portanto, é por meio da construção de uma nova narrativa sobre o processo colonial, através das "memórias subterrâneas" de mulheres marginalizadas ou em busca de emancipação, que Dangarembga exerce uma proposta literária que visa refletir sobre uma realidade que foi superficializada pelas narrativas nacionalistas da ZANU-PF, que observava, sobretudo por meio das suas "histórias patrióticas", a guerrilha como única alternativa para romper com os meandros do colonialismo. Uma dessas possibilidades de resistência refere-se à educação ocidental e escolarização formal, simultaneamente observada por Dangarembga como parte das estratégias políticas do Estado colonial em formar uma massa de africanos assimilados. Em *Condições nervosas*, Dangarembga demonstra os meios pelos quais a educação ocidental poderia ser mobilizada por Tambudzai ou por Nyasha como um recurso de resistência, e não de assimilação; mas, simultaneamente, apresenta outras possibilidades de resistir às violências patriarcais, como no caso de outra tia de Tambudzai, Lucia, uma mulher sexualmente independente que, mesmo sem acesso à educação formal, busca autonomia sexual e financeira – ainda que suas opções sejam estruturalmente limitadas pelas condições socioeconômicas.

Tambudzai, de forma distinta ao seu tio, Babamukuru, que foi assimilado à cultura ocidental pela ação missionária – os missionários,

relembra, "o consideravam um bom menino, cultivável, como a terra, podendo produzir safras que sustentam os agricultores",[57] transformando-o em uma figura autoritária que "estoicamente, [...] aceitava a própria divindade"[58] –, observa na educação uma possibilidade de autonomia e de resistência diante das camadas de invisibilização e de violência na sociedade colonial. No entanto, ao longo da trama, Tambudzai percebe as limitações e contradições dos processos educacionais e de sua premissa de libertação: sua tia Maiguru, apesar de todas as oportunidades educacionais, continuava restringida pelas relações verticalizadas de gênero na esfera doméstica. Além disso, convém lembrar que, no contexto de publicação do romance, os discursos nacionalistas promovidos pelo governo da ZANU-PF exaltavam a autonomia e a superação das estruturas coloniais. Contudo, ao relembrar os contextos educacionais, Dangarembga se atenta à continuidade de valores coloniais, especialmente pela figura de Babamukuru, que representa uma visão de mundo assimilada/colonizada e que, na esfera doméstica, perpetua outras formas de violência e opressão de gênero.

As contradições e violências do contexto colonial também podem ser observadas na caracterização de Nyasha. Desde o início do romance, a personagem é apresentada como uma jovem que, após retornar de um processo educacional europeu, se vê em conflito constante com as normas impostas pelo pai, Babamukuru. Revoltando-se contra a autoridade paterna, Nyasha demonstrava a Tambudzai "outras direções possíveis, outros esforços com os quais me envolver que iam além de emancipar a mim e a minha família".[59] Adicionalmente, em contato com Tambudzai, Nyasha passa a se interessar pelas práticas religiosas shona, ressaltando sobre "os perigos de presumir que os caminhos cristãos eram os do progresso"[60] e se revolta contra a assimilação cultural provocada pelo colonialismo: "Nyasha estava fora de si, enfurecida. Ela estava descontrolada, destruindo o livro de História com os dentes ('A

57 Dangarembga, *Condições nervosas*, 35.
58 Dangarembga, *Condições nervosas*, 105.
59 Dangarembga, *Condições nervosas*, 174.
60 Dangarembga, *Condições nervosas*, 170.

História deles. Mentirosos de merda. As mentiras deles')."[61] Como resultado dos conflitos intergeracionais, e da percepção das hierarquias de gênero, sobretudo no espaço doméstico, Tambudzai considerava que a "natureza exuberante de Nyasha sofria nessas condições frias".[62]

A "condição nervosa" de Nyasha, que ao final da trama evidencia-se por meio de distúrbios físicos e psicológicos, como a anorexia, pode ser lida como resultado das violências coloniais e também como uma metáfora para o sentimento de alienação que muitos zimbabuanos vivenciaram ao tentarem compatibilizar valores culturais considerados como tradicionais e os projetos de modernidade impulsionados pelo governo da ZANU-PF ao longo da década de 1980, o qual buscava construir um Estado moderno, ancorado em desenvolvimento econômico e instituições nacionais, sem perder legitimidade entre as populações rurais. As políticas da ZANU-PF buscaram implementar programas de modernização, como investimentos em saúde pública e campanhas de alfabetização, ao mesmo tempo em que incorporaram elementos associados a um passado "tradicional", como a instrumentalização de lideranças tradicionais e a mobilização de narrativas relacionadas ao passado dito "pré-colonial",[63] inclusive recorrendo a usos do passado e a uma mobilização de eventos históricos e práticas relacionadas às culturas e sociedades shona, mas, paralelamente, excluíam ou invisibilizavam outras histórias e memórias que não se enquadravam na narrativa nacional. Em *Condi*ções *nervosas*, Dangarembga parece buscar localizar as raízes coloniais do problema, ao demonstrar os enraizamentos de violências nas elites nativas formadas naquele contexto. Ao mesmo tempo, convém demarcar que o romance de Dangarembga também recupera outras histórias secundarizadas pelos discursos nacionalistas no Zimbábue pós-independência: as histórias daqueles que, como Babamukuru, colaboraram com a manutenção da sociedade colonial, na função de assimilados.

61 Dangarembga, *Condições nervosas*, 225.

62 Dangarembga, *Condições nervosas*, 86.

63 Tor Skalnes, *The Politics of Economic Reform in Zimbabwe: Continuity and Change in Development* (Londres: Macmillan Press, 1995): 118-150; Mary Ndlovu, "Education in Post-Independence Zimbabwe: Triumph, Decline, Collapse", em *New Leaders, New Dawns?: South Africa and Zimbabwe under Cyril Ramaphosa and Emmerson Mnangagwa*, org. Chris Brown, David Moore e Blair Rutherford (Montreal: McGill-Queen's University Press, 2022), 324-351.

Desse modo, ao buscar outras formas de resistir e existir na sociedade colonial, o romance de Dangarembga surge como fonte de "outras problemáticas e temas [que só] poderiam ser despertados pela leitura [deste] "simples" romance", de modo que, ao reelaborar as memórias de grupos invisibilizados ou marginalizadas pela sociedade colonial, a narrativa se torna "uma preciosa via de acesso à história em seus dados de realidade e suas projeções subjetivas".[64] Além disso, *Condições nervosas* possibilita problematizar a própria natureza do discurso histórico produzido por grupos nacionalistas no Zimbábue, ao demonstrar que a formação da nação decorre não apenas da ação das guerrilhas armadas da ZANU-PF, mas também de um contexto de violências enraizadas nas sociedades colonizadas e em processos de exclusão socioeconômica, política e cultural de mulheres. Se, em muitos discursos produzidos pela ZANU-PF ao longo da década de 1980, havia uma ênfase no papel social das mulheres como mães e esposas, cuja cidadania se definia no âmago da estrutura familiar,[65] Dangarembga norteia suas atenções para demonstrar o amplo leque de violências que afetavam as mulheres no ambiente doméstico e familiar – demonstrando os contextos coloniais e a sobrevida da violência no pós-independência.

Em suma, ao longo do romance, Dangarembga busca revisitar o passado colonial – e as suas margens – para ressignificar as memórias de grupos marginalizados pela sociedade colonial e silenciados nos novos contextos políticos pós-independência. Seja na metáfora de transpor parte de sua vida como processos vivenciados por Tambudzai ou utilizar de sua mãe como uma possível comparação ao continente africano – ou até mesmo o próprio Zimbábue – como um corpo violado pelas violências coloniais que sequestraram e assassinaram seus filhos, a romancista produz uma releitura do passado colonial a partir de grupos marginalizados. Neste sentido, suas escrevivências tecem, juntamente ao contexto da "dororidade", uma comunhão entre as experiências e vidas de mulheres como Ma'Shingayi e Maiguru, Tambudzai e Nyasha.

64 Antonio Celso, "A fonte fecunda", em *O historiador e suas fontes*, org. Tania Regina de Luca e Carla Bassanezi Pinski (São Paulo: Contexto, 2009), 61.

65 Gay Seidman, "Women in Zimbabwe: Postindependence Struggles", *Feminist Studies*, 10, n.º 3 (1984): 419-440.

Neste sentido, quando Dangarembga aborda em seu romance mulheres que vivenciam processos de violência diferentes mas que se interligam, podemos relacionar a construção de uma comunhão através da dor, através da "dororidade". Se por um lado, por exemplo, a mãe de Tambudzai vive confinada aos afazeres domésticos e é marcada pela dor de perder seu filho, a dor de Maiguru vai na negação de suas valorizações intelectuais e pela marginalização provocada pelo patriarcado. De modo semelhante, a dor de Nyasha parte de uma não aceitação das nuances perversas da sociedade e de viver em um estado de "entre mundos", enquanto a dor de Tambudzai é vivenciada pela experiência da assimilação e do sistema escolar colonial. São as experiências que interconectam essas mulheres shona e que fazem com que a obra de Dangarembga produza reflexões a respeito das violências cotidianas e das "condições nervosas" enfrentadas por mulheres na sociedade colonial rodesiana e no Zimbábue pós-independência.

Conclusão

Tsitsi Dangarembga mobiliza, em suas obras literárias e ensaísticas, reflexões profundas sobre o passado colonial e sobre sujeitos marginalizados ou invisibilizados em processos históricos marcados pela violência e pela exclusão política. Nesse sentido, as escrevivências de Dangarembga configuram a literatura como um espaço de resistência e de recuperação de "memórias subterrâneas", por meio da problematização e da reelaboração do legado colonial. O ato de escrever, sob a perspectiva de Dangarembga e de outras intelectuais africanas e afrodiaspóricas, revela-se um instrumento poderoso de autorrepresentação enquanto agentes históricos. Em um contexto político que frequentemente tentou silenciá-las, essas intelectuais ressignificaram a literatura como uma ferramenta de luta e emancipação.

As "condições nervosas" vivenciadas pelos personagens de Dangarembga surgem como metáforas para os processos de formação da nação zimbabuana: das aflições que significam muito mais angústias individuais e coletivas, bem como dos enraizamentos da violência colonial em ambientes domésticos. Destarte, as reivindicações exercidas

por meio da escrita de Dangarembga abriram e abrem o caminho para a formação de uma camada jovem feminina em busca de representatividade atuante, de sujeitos que fazem e são portadores de histórias, memórias e resistências invisibilizadas por processos macro-históricos e por definições estruturantes e partidárias. Ao revisitar o passado colonial – e suas margens –, Dangarembga alude a estados de conflito subjetivo e às condições nervosas de existir em um contexto político marcado por processos de invisibilização, marginalização e negação da existência social de mulheres africanas. Assim, ao aproximar a produção literária de Dangarembga com as ferramentas conceituais produzidas por escritoras afrodiaspóricas, sobretudo afro-brasileiras (a exemplo das noções de "escrevivências" e de "dororidade"), pode-se vislumbrar a necessidade de um diálogo transnacional que ultrapasse as fronteiras de Estados, que não delimitam a partilha de experiências particulares e substancialmente individuais, mas que também carregam em si a comunhão de similaridades.

Como menciona Kwame Appiah, "Dangarembga escreve com a confiança de que a história que está contando fará sentido para leitores de muitos lugares, com muitas preocupações, e que ela pode contá-la sem trair a autenticidade da voz de Tambu".[66] Desse modo, pode-se perceber que a escrita literária de Dangarembga redireciona seus esforços políticos para fazer re-existir as vozes silenciadas; para ouvir as dores destes indivíduos engolidos pelo avanço da modernização partidária e necropolítica da ZANU-PF; para fazer ouvir os gritos que enunciam quem é o agente desta violência com frutos coloniais; para fazer sentido as formações de condições nervosas a todos os nativos atravessados pela perversidade estruturante de uma realidade que os negligência. Por fim, concordamos com a interpretação de David W. Cohen (1992), para o qual "Dangarembga certamente nos lembra bem que há mais coisas acontecendo na vida de mulheres e homens do que a construção de nações".[67]

66 Kwane Anthony Appiah, "Introdução", em Tsitsi Dangarembga, *Condições nervosas* (São Paulo: Kapulana, 2019), 13.

67 David William Cohen, *"With Their Consent": Tsitsi Dangaremba's* Nervous Conditions*: A Novel* (Evanston, IL: Program of African Studies, Northwestern University, 1992).

Bibliografia

Appiah, Kwane Anthony. "Introdução". Em Dangarembga, Tsitsi. *Condições nervosas.* São Paulo: Kapulana, 2019.

Bhebe, Ngwabi. *The Zapu and ZANU Guerrilla Warfare and the Evangelical Lutheran Church in Zimbabwe.* Harare: Mambo Press, 2000.

Brugioni, Elena. *Literaturas africanas comparadas: paradigmas críticos e representações em contraponto.* Campinas: UNICAMP, 2019.

Brugioni, Elena. "Restos e dobras. Permanência e(m) crise da crítica (na) pós-colonial(idade)". *Mulemba*, 9, n.º 16 (2017): 32-43.

Cabral, Amílcar. *Nacionalismo e cultura.* Santiago de Compostela: Laiovento. 1999.

Celso, Antonio. "A fonte fecunda". Em *O historiador e suas fontes*, organizado por Tania Regina de Luca e Carla Bassanezi Pinski. São Paulo: Contexto, 2009.

Certeau, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer.* Petrópolis: Vozes, 1998.

Chaves, Rita. "O passado presente na literatura africana". *Via Atlântica*, n.º 7 (2004): 147-161.

Cohen, David William. *"With Their Consent": Tsitsi Dangaremba's* Nervous Conditions*: A Novel.* Evanston, IL: Program of African Studies, Northwestern University, 1992.

Crenshaw, Kimberlé W. *On Intersectionality: Essential Writings.* Nova Iorque: Faculty Books, 2017. Disponível em: https://scholarship.law.columbia.edu/books/255 Acesso em: 18/08/2024.

Dangarembga, Tsitsi. *Condições nervosas.* São Paulo: Kapulana, 2019.

Dangarembga, Tsitsi. *Preta e mulher.* São Paulo: Kapulana, 2023.

Evaristo, Conceição. "A escrevivência e seus subtextos". Em *Escrevivência: a escrita de nós: Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*, organizado por Constância Lima Duarte e Isabella Rosado Nunes. Rio de Janeiro: Mina Comunicação & Arte, 2020, pp. 27-47.

Geisler, Gisela. "Troubled Sisterhood: Women and Politics in Southern Africa: Case Studies from Zambia, Zimbabwe and Botswana". *African Affairs*, 94, n.º 377 (1995): 545-578.

George, Rosemary Marangoly, e Helen Scott. "An Interview with Tsitsi Dangarembga". *Novel: A Forum on Fiction*, 26, n.º 3 (1993): 309-319.

Gonzalez, Lelia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*, organizado por Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Kaniki, Martin. "A economia colonial: as antigas zonas britânicas". Em *História geral da África, v. VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*, organizado por Albert Adu Boagen. Brasília: Unesco, 2010.

Kate Law, "'We Wanted to be Free as a Nation, and We Wanted to be Free as Women': Decolonisation, Nationalism and Women's Liberation in Zimbabwe, 1979–85". *Gender & History*, 33, n.º 1 (2021): 5.

Lopes, Carlos. "A pirâmide invertida – historiografia africana feita por africanos". *Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África.* Lisboa: Linopazas, 1995.

Mashihza, Tinase Mitchell, e Jephias Mapuva. "The Colonial Legislation, Current State of Rural Areas in Zimbabwe and Remedial Measures Taken to Promote Rural Development". *Journal of Asian and African Social Sciences and Humanities*, 4, n.º 3 (2018): 22-35.

Mata, Inocência. "O pós-colonial nas literaturas africanas de língua portuguesa". Comunicação ao X Congresso Internacional da ALADAA (Associação Latino-Americana de Estudos de Ásia e África) sobre Cultura, Poder e Tecnologia: África e Ásia face à Globalização. Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2000.

Mbembe, Achille. *Necropolítica*. 3.ª ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

Mlambo, Alois. *A History of Zimbabwe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

Ndlovu, Mary. "Education in Post-Independence Zimbabwe: Triumph, Decline, Collapse". *New Leaders, New Dawns?: South Africa and Zimbabwe under Cyril Ramaphosa and Emmerson Mnangagwa*, organizado por Chris Brown, David Moore e Blair Rutherford (Montreal: McGill-Queen's University Press, 2022): 324-351.

Nembaware, Shadreck. "Novel-film Interface and Postcolonial Dystopia: A Comparative Analysis of Tsitsi Dangarembga's Novel and Film, *Nervous Conditions* and *Neria*". *Imbizo: International Journal of African Literary and Comparative Studies*, 5, n.º 1 (2014): 52-60.

Piedade, Vilma. *Dororidade*. São Paulo: Nós, 2017.

Pollak, Michel. "Memória, esquecimento, silêncio". *Revista Estudos Históricos*, 2, n.º 3 (1989): 3-15.

Raftopoulos, Brian. "Nation, Race and History in Zimbabwean Politics". Em *Making Nations, Creating Strangers: State and Citizenship in Africa*, organizado por Sara Dorman, Danniel Hammet e Paul Nugent. Leiden: Brill, 2007, 181-195.

Ranger, Terence. "Nationalist Historiography, Patriotic History and the History of the Nation: The Struggle over the Past in Zimbabwe". *Journal of Southern African Studies*, 30, n.º 2 (2004): 215-234.

Said, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Seidman, Gay. "Women in Zimbabwe: Postindependence Struggles". *Feminist Studies*, 10, n.º 3 (1984): 419-440.

Sibanda, Nkululeko. "Gukurahundi em retrospecto: performance teatral como esfera pública cultural". *Ephemera*, 3, n.º 6 (2020): 41-61.

Silva, Glaydson, Pedro Paulo Funari e Renata Senna Garraffoni. "Recepções da antiguidade e usos do passado: estabelecimento dos campos e sua presença na realidade brasileira". *Revista Brasileira de História*, 40, n.º 84 (2020): 43-66.

Simatei, Tirop. "Colonial Violence, Postcolonial Violations: Violence, Landscape and Memory in Kenyan Fiction", *Research in African Literatures*, 36, n.º 2 (2005): 85-94.

Skalnes, Tor. *The Politics of Economic Reform in Zimbabwe: Continuity and Change in Development* (Londres: Macmillan Press, 1995).

Veit-Wild, Flora. "Tsitsi Dangarembga's Film *Kare Kare Zvako*: The Survival of the Butchered Woman". *Research in African Literatures*, 36, n.º 2 (2005): 135-138.

Woods, Tim. *African Pasts: Memory and History in African Literatures* (Manchester: Manchester University Press, 2007).

Referência para citação:
Silva, Evander Ruthieri e Victor Evangelista Santos (2025). "Revisitando o passado colonial e suas margens: memória e escrevivência em Tsitsi Dangarembga". *Práticas Da História. Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, (21), 111-143. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n21.39537

Práticas da História, n.º 21 (2025): 145-169

Ana Temudo

O poder da voz: para uma etnografia de reparação do passado colonial guineense

A devolução do património cultural aos países de origem é um tema debatido globalmente, incluindo na relação entre Portugal e as suas ex-colónias. Este artigo apresenta resultados de um trabalho de campo etnomuseológico na Guiné-Bissau, realizado ao longo de quatro anos, para entender a relação do povo guineense com o seu património cultural. Centrada nas vozes dos guineenses, a pesquisa propõe a reparação como gesto político, baseada em apoio financeiro e capacitação de recursos humanos. Analisa-se a história das coleções museológicas recolhidas por portugueses durante o período colonial, recorrendo à etnografia para desafiar a narrativa ocidental dominante. Apesar da importância da restituição material, a sociedade guineense não a considera prioridade imediata — muitos defendem a criação prévia de condições, como museus e formação especializada. O artigo não apresenta soluções, mas perspetivas de análise sobre como o passado colonial é vivido quotidianamente na Guiné-Bissau.
Palavras-chave: património cultural, Guiné-Bissau, colonialismo, vozes.

The power of the voice: towards an ethnography of repairing Guinea's colonial past

The restitution of cultural heritage to countries of origin is a globally debated issue, including in Portugal's relationship with its former colonies. This article presents results of four years of ethnomusicological fieldwork in Guinea-Bissau, examining the relationship of the Guinean people with their cultural heritage. Focused on Guinean voices, the research proposes reparation as a political gesture rooted in financial support and human resource training. The study examines museum collections gathered by the Portuguese during the colonial period, amplifying local voices through ethnographic methods to challenge dominant Western narratives. Despite the importance of material restitution, Guinean society does not view it as an immediate priority — many argue for first establishing conditions such as museums and specialized training. The article offers no solutions, but rather perspectives on how the colonial past is experienced daily in Guinea-Bissau.
Keywords: cultural heritage, Guinea-Bissau, colonialism, voices.

O poder da voz: para uma etnografia de reparação do passado colonial guineense

Ana Temudo*

Introdução: uma abordagem ao estudo do património cultural da Guiné-Bissau

Este artigo procura contribuir para delinear uma estratégia de abordagem ao estudo das coleções coloniais em Portugal, bem como questionar o retorno dos bens culturais aos seus países de origem centrando-se no estudo e problematização de coleções museológicas provenientes da Guiné-Bissau. Insere-se no campo dos Estudos de Património e expõe uma metodologia concebida no âmbito do desenvolvimento de uma tese de doutoramento nesta área e adaptada a especificidades relacionadas com o contexto de pesquisa. Esta investigação procurou promover a inclusão e o diálogo entre Portugal e a Guiné-Bissau, reconhecendo a necessidade de trabalhar em conjunto na documentação da história das instituições museológicas de ambos os países e suas respetivas coleções de objetos, na formação e sensibilização dos profissionais e na criação de condições físicas para o regresso do património cultural à Guiné-Bissau. Com a ambição de colocar a Guiné-Bissau no centro da discussão e antecipando a necessidade de estudar as suas coleções com o objetivo de reparar ou restaurar o seu passado colonial, foi privilegiada a recolha de dados empíricos. A opção por uma abordagem *bottom-up* visou

* Ana Temudo (anatglima@gmail.com). https://orcid.org/0000-0002-2463-3975. Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa / IN2PAST e Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal. Artigo original: 14-01-2025; Artigo revisto: 13-01-2026; Aceite para publicação: 20-01-2026.

construir uma narrativa baseada nas vozes de dois grupos da sociedade civil (estudantes universitários e trabalhadores do sector cultural) que ajudasse a quebrar ideias cristalizadas construídas ao longo de décadas sobre a Guiné-Bissau, a sua história, as suas práticas e objetos culturais.

Se, por um lado, o objetivo foi traçar o caminho percorrido pelos objetos, reconstruindo o seu "passado colonial" e registando o valor que lhes foi atribuído na época, por outro lado, foi compreender a importância que têm atualmente na Guiné-Bissau e para as comunidades guineenses da diáspora em Portugal. Inseridos neste movimento de deslocação, os objetos (tal como as comunidades) são sujeitos a um processo que resulta na sua resignificação. Expostas ao fenómeno da globalização, as comunidades são o resultado de múltiplas influências; valorizam objetos que exacerbam o seu sentimento de pertença e identidade e que, muitas vezes, não correspondem àqueles a que é atribuído maior valor económico ou patrimonial no mercado ocidental. Para fazer o levantamento desta realidade, foram inquiridos grupos de cidadãos guineenses na Guiné-Bissau (e também na diáspora em Portugal), analisando-se que tipo de significados atribuem hoje à sua herança colonial. Os cidadãos foram também questionados quanto ao seu posicionamento face à restituição dos bens ao seu país e à presença do seu património cultural nos museus do Ocidente.

A abordagem *bottom-up* serviu para privilegiar a sensibilidade da sociedade civil e documentar as micronarrativas ou narrativas marginais informadas pela comunidade. Desta forma, o objetivo foi encontrar uma alternativa ao discurso oficial sobre o colonialismo português tendo como referência o contexto da Guiné-Bissau. Metodologicamente, o trabalho iniciou-se com a consulta e recolha de fontes primárias em instituições de memória (museus, arquivos e bibliotecas) para reunir o material existente e reconstruir as histórias institucionais. De seguida, os dados recolhidos nas fontes arquivísticas e nas entrevistas foram cruzados. Foram realizadas entrevistas a agentes culturais em Portugal e na Guiné-Bissau, organizados grupos de discussão e distribuídos questionários a estudantes universitários da Guiné-Bissau, com o objetivo

de compreender a teia de relações coloniais e pós-coloniais que existiu (e existe) entre os países e o valor atribuído aos objetos guineenses nos diferentes contextos.

As principais questões de investigação foram mantidas desde o início do projeto, sendo elas: (1) como foram interpretados e utilizados os objetos da colónia na metrópole?; (2) que representações culturais e memórias eles encarnam hoje para diferentes públicos?; (3) que tipo de diálogos podem abrir entre comunidades transnacionais, incluindo guineenses residentes na Guiné-Bissau e na diáspora?

Ao trazer a etnografia para o campo dos estudos museológicos e patrimoniais, explorei novas formas de documentar a história e as suas narrativas. Reconheço que, num assunto tão vasto como a herança colonial portuguesa, existem múltiplas perspetivas possíveis. Admito ainda a existência de uma pluralidade de vozes e visões e, por isso, optei por uma abordagem transdisciplinar com o objetivo de questionar as narrativas consolidadas pelos Estados-nação e evocar vozes de diferentes sectores da sociedade civil. Pretendi, com isso, reconstruir narrativas associadas ao passado, questionar o presente e projetar o futuro do contexto cultural e patrimonial da Guiné-Bissau. O estudo procurou compreender os objetos culturais na Guiné-Bissau como entidades deslocadas, que, numa condição de transnacionalidade, são mediadas por relações de sociabilidade e suscetíveis de mudança. Analisou o valor atribuído ao património cultural de acordo com diferentes temporalidades e perspetivas, questionando até que ponto o trauma vivido durante o período colonial poderá ter ditado a condição de deslocação destes objetos e comunidades. Para sustentar o conceito de transnacionalidade no campo do património adotei a definição de património transnacional cunhada por Merina Bruncevic em 2022,[1] que se alinha com a perspetiva de análise que esta investigação pretendeu adotar. Bruncevic define património transnacional como património que fisicamente existe em diferentes fronteiras nacionais ou aquele que se move de um país para o outro. Mais ainda, o termo pode, segundo

1 Merina Bruncevic, *Regulating Transnational Heritage: Memory, Identity and Diversity* (Nova Iorque: Routledge, 2022).

a autora, ser aplicado a expressões culturais criadas por comunidades em exílio ou na diáspora.

A metodologia utilizada é de natureza transdisciplinar e baseou a construção narrativa na relação entre a investigação histórica e a etnográfica num processo baseado na reflexividade.[2] Procurou ainda responder a outras duas questões, sendo elas: qual o papel destes objetos nos museus ocidentais e qual o seu papel na sociedade africana contemporânea (no caso específico da Guiné-Bissau). Como tal, foi importante começar por refletir sobre a forma como cada Estado-nação cria e consome o seu património. Os Estados pós-coloniais enfrentam um fardo único ao terem de lidar com um património moldado pelo seu passado. Este passado inclui tanto a história do colonizador como as diversas histórias dos grupos étnicos que agora constituem uma nova nação. No continente africano, nomeadamente na Guiné-Bissau, a representação do passado acontece através de processos de memorialização e patrimonialização que ainda refletem modelos ocidentais, moldando as narrativas históricas através de uma lente predominantemente eurocêntrica. As relações coloniais revelam assimetrias de poder que permitiram que as coleções fossem criadas e movimentadas entre geografias.[3] Deste modo, em muitos Estados do Sul Global, partes significativas do património foram removidas e transferidas para antigas metrópoles em diferentes momentos da história. Esta realidade levanta questões complexas sobre a reparação colonial e a forma como esta deve ser efetuada.

Esta investigação procurou confrontar a visão ocidental do património cultural com a visão africana através da realidade vivida na Guiné-Bissau. Tratou-se de compreender o valor atribuído ao património da Guiné-Bissau pelos portugueses, mas sobretudo pelos seus cidadãos que vivem na diáspora e no país. Assim como de debater a importância do património cultural pelos que ficam e pelos que saem

2 Charlotte Aull Davies, *Reflexive Ethnography: A Guide to Researchinh Selves and Others* (Londres: Routledge, 2007).

3 Sharon Macdonald, Henrietta Lidchi e Margareta Oswald, "Special Section: Engaging Anthropological Legacies. Introduction: Engaging Anthropological Legacies towards Cosmo-optimistic Futures?", *Museum Worlds* 13, n.º 1 (2017): 95-107, https://doi.org/10.3167/armw.2017.050110.

da Guiné-Bissau, questionando as representações culturais que melhor transmitem os valores do passado, representam o presente e projetam o futuro do país. Este estudo promoveu a criação de alianças e apelou à memória e à participação ativa dos guineenses. Retratou as "paisagens da memória"[4] da vida cultural da Guiné-Bissau, desde o passado colonial até à atualidade, destacando as transformações ocorridas.

Contextualização: problematizar o lugar do património etnográfico no Ocidente

O meu primeiro contacto com o património cultural da Guiné-Bissau deu-se entre 2014 e 2017, no âmbito do projeto de voluntariado com o Museu Nacional Etnográfico da Guiné-Bissau. Assim que este terminou em 2018, decidi contactar vários museus nacionais portugueses – detentores de património etnográfico – que sabia deterem património colonial deste país. No mesmo ano, foi lançado o relatório apoiado pelo governo francês que defende o estabelecimento de acordos diplomáticos bilaterais com governos africanos para facilitar a devolução de artefactos culturais importantes, com base em propostas de peritos africanos com vista a restituir o património cultural aos antigos países colonizados.[5] Seguiu-se uma série de outros relatórios e projetos de investigação museológica em países como Inglaterra, Holanda, Alemanha e Bélgica, que se centraram na promoção de estudos de proveniência de coleções coloniais com o mesmo objetivo de devolver o património aos países de origem.[6] Comecei então a interrogar-me sobre como poderia ser feito um projeto semelhante em Portugal, que abordasse os estudos de proveniência ajudando a definir um conjunto de políticas públicas para a restituição do património cultural às ex-colónias portuguesas.

O contexto português, no que diz respeito aos arquivos e coleções coloniais, é semelhante – tanto quanto me foi possível perceber ao visitar

4 Paul Basu e Wayne Modest, *Museums, Heritage and International Development* (Nova Iorque: Routledge, 2015).

5 Felwine Sarr e Bénédicte Savoy. *The Restitution of African Cultural Heritage. Towards a New Relational Ethics* (Paris: Ministère de la Culture, 2018)

6 Durante a investigação tive a oportunidade de entrevistar curadores destes países que revelaram indicações sobre a investigação levada a cabo pelas suas instituições.

vários museus europeus – ao que se passa atualmente um pouco por todo o Ocidente. Os estudos de proveniência são dificultados pelo facto de os materiais se encontrarem dispersos por diferentes instituições, o que torna a reconstrução da história das coleções uma tarefa morosa, difícil e nem sempre possível. Esta realidade ressaltou a importância de auscultar a opinião dos cidadãos guineenses no país e na diáspora no âmbito deste estudo, reconhecendo que os seus testemunhos serviriam para eliminar dúvidas e colmatar lacunas encontradas durante o processo. Desta forma, procurei integrar as suas vozes num discurso crítico sobre o património colonial, tentando contrariar a tendência atual de discutir a questão apenas a partir de um diálogo político entre Estados-nação. Ao contrário do entendimento do património e dos museus que existia nos anos 1980-90, em que estes eram vistos como um "processo"[7] que podia ser ativado e questionado pelos profissionais da área, o património cultural encontra-se hoje progressivamente mais encerrado no espaço institucional, onde está sujeito a estudos de proveniência e ao escrutínio político. Apesar disso, há uma abertura crescente no campo do património e da museologia a novos interlocutores, abordagens metodológicas e intersecções interdisciplinares; por exemplo, quando vemos comunidades da diáspora e artistas visuais contemporâneos a serem chamados a dialogar com coleções coloniais em museus europeus. Em Portugal, a diáspora africana cria diálogos no universo da arte contemporânea, não sendo a sua colaboração com museus etnográficos ainda muito frequente.

Optei pelo trabalho de campo em África como forma de questionamento inspirada na museologia participativa em voga nos anos 1980, com o objetivo de interrogar o papel dos museus e do património cultural na sociedade civil.[8] Nesta década, os efeitos da globalização levaram ao surgimento de novas práticas museológicas, fomentando debates relacionados com a negociação e a gestão comunitária em museus,

7 Raymond Silverman, *Museum as Process: Translating Local and Global Knowledges* (Londres: Routledge, 2014).

8 Ivan Karp e Steven Lavine, *Exhibiting Cultures: The Poetics and Politics of Museum Display* (Washington: Smithsonian Institution Press, 1991); Ivan Karp, Christine Mullen Kreamer e Steven Levine, *Museums and Communities: The Politics of Public Culture* (Washington: Smithsonian Institution Press, 1992); e Gustavo Buntix *et al.*, *Museum Frictions. Public Cultures, Global Transformations* (Durham e Londres: Duke University Press, 2006).

promovendo a criação de comunidades transnacionais e gerando movimentos de cooperação, colaboração e partilha que evidenciaram o poder do património cultural como agente de desenvolvimento sustentável e o museu como espaço de negociação.[9] Num contexto histórico em que a reparação e a restituição do legado colonial estão a ser debatidas internacionalmente, é essencial revisitar os princípios que nortearam a museologia e o património após a independência das colónias africanas, de forma a promover o seu empoderamento e a responsabilização das comunidades no sector cultural.

Em Portugal, o património africano tem sido abordado sobretudo na perspetiva da memória social[10] e podem ser identificados estudos de caso pontuais sobre coleções africanas em museus.[11] Em 2023, os antropólogos Nuno Domingos e Elsa Peralta exploraram o legado do império português no Portugal atual, situando-o no contexto mais amplo dos legados coloniais europeus. São os autores do primeiro livro, escrito em inglês, até à data sobre este tema, que coloca Portugal no contexto internacional.[12] Esta investigação procura fazer algo semelhante, na medida em que explora um lugar à margem, empurrando-o para o centro. Fá-lo de duas formas: reconhecendo as consequências do posicionamento político, económico e sociocultural de Portugal face à Europa e encontrando uma realidade de escala semelhante ao comparar a Guiné-Bissau na sua relação com o resto da África Ocidental. Este confronto

9 Viv Golding e Wayne Modest, *Museums and Communities: Curators, Collections, Collaboration* (Londres: Bloomsbury, 2013); Silverman, *Museum as Process*; e Basu e Modest, *Museums, Heritage and International Development*.

10 Isabel Castro Henriques, *A herança africana em Portugal* (Lisboa: Clube do Coleccionador dos Correios, 2009); Nuno Domingos e Elsa Peralta, *Cidade e império: dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais* (Lisboa: Edições 70, 2013); e Pedro Pereira Leite, "Memórias esbranquiçadas: as heranças africanas nos museus de Portugal", em *Dialogos interdisciplinares: literaturas e políticas culturais*, ed. Geraldo Pontes Jr., Maurício Barros de Castro e Myrian Sepúlveda dos Santos (Rio de Janeiro: UERJ, 2014), 253-271.

11 Manuela Maria Cantinho Pereira, *O museu etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: modernidade, colonização e alteridade* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005); Ana Botas, "As máscaras bijagó do Museu Nacional de Etnologia. Questões em torno da informatização do inventário de coleções" (dissertação de mestrado, NOVA FCSH, 2013); Ana Rita Amaral, *Antropologias espiritanas. Colecções coloniais de Angola da Congregação do Espírito Santo* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2025).

12 Nuno Domingos e Elsa Peralta, *Legacies of the Portuguese Colonial Empire: Nationalism Citizenship and Popular Culture* (Londres: Bloomsbury Academic, 2023).

confere à relação entre os dois países (Portugal e a Guiné-Bissau) um lugar de excepcionalidade explorado em diferentes momentos e através da evocação de várias subjetividades.

Ainda no contexto português, e também em 2023, o antropólogo João de Pina-Cabral lançou um livro em que explorou o conceito de "transcolonialidade", associando-o, nas suas palavras, a "espaços onde se cruzam impérios e hegemonias e onde se movem pessoas e grupos dentro do capitalismo global".[13] O mesmo autor define ainda o conceito de "lusotopia" como "uma espacialidade transcolonial que a mobilidade dos portugueses está a promover [e que] acaba por ultrapassar as fronteiras do império, os 'Estados' que os portugueses criaram ao longo dos últimos cinco séculos em todo o mundo".[14] Ambos os conceitos se enquadram no estudo realizado, que visa estudar os trânsitos efetuados por pessoas e objetos em diferentes temporalidades e os efeitos socioculturais daí resultantes.

As coleções coloniais da Guiné-Bissau nos museus portugueses

Esta investigação partiu da vontade de mapear e estudar as coleções coloniais provenientes da Guiné-Bissau (antiga Guiné Portuguesa) que estão em museus de Portugal. Estas coleções, depois de recolhidas, não foram ainda devidamente estudadas, o que impede a construção de um argumento sustentado acerca da legitimidade da sua aquisição durante o período colonial. Somente um grande investimento no estudo das coleções coloniais, como o que está em curso noutros países europeus, permitirá um debate informado sobre a restituição do património cultural às antigas colónias portuguesas. Durante a minha investigação de doutoramento em Estudos do Património pude observar que, nos últimos anos, os principais museus etnográficos europeus têm concentrado os seus esforços em duas áreas principais: o estudo da proveniência e a digitalização das coleções coloniais, bem como a revisão do discurso expositivo colonial. Esta revisão tem ocorrido de duas maneiras distintas: por um lado, promovendo a colaboração e a integração de obras de arte

13 João de Pina-Cabral, *Transcolonial* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2023), 14.
14 Pina-Cabral, *Transcolonial*, 15.

contemporânea africana; por outro, envolvendo a diáspora na criação de conteúdos para exposições temporárias sobre a contemporaneidade africana.

A comparação com o cenário internacional permite-me concluir que, em Portugal, apenas através da inclusão ativa das comunidades por diferentes vias e de um estudo aprofundado da proveniência das coleções coloniais será possível assegurar o acesso público e responsável a acervos museológicos que permanecem amplamente desconhecidos e subvalorizados no contexto nacional. Encontram-se já alguns projetos em curso, nomeadamente, e a título de exemplo, no âmbito do Laboratório Associado In2Past que reúne parcerias entre diferentes áreas de estudo e instituições.

Em Portugal, depois da revolução democrática de 1974 e com a independência das colónias e a consequente dissolução dos organismos de gestão colonial, o património documental e artefactual colonial ficou disperso por diferentes instituições portuguesas. A primeira presença portuguesa encontrada na costa norte da Guiné-Bissau data de 1446. Porém, só em 1920, com o início das campanhas de pacificação, o governo português acaba a dominar politicamente o território até 1974, ano da independência da Guiné-Bissau.[15] Durante este período, que compreendeu várias fases, muitos foram os objetos transacionados entre a antiga colónia e Portugal e mantidos durante anos no obscurantismo das reservas dos museus portugueses.

Para este estudo selecionei as coleções do Museu Nacional de Etnologia (foco principal do estudo), da Sociedade de Geografia de Lisboa, e das coleções dos museus universitários de ciência do Porto, Lisboa e Coimbra. Embora todas elas sejam coleções que podemos entender como sendo de cariz etnográfico, foram recolhidas com diferentes propósitos e apresentam cronologias, contextos de recolha e, consequentemente, tipologias de objetos muito distintas.

O Museu Nacional de Etnologia (antigo Museu de Etnologia do Ultramar) é um projeto colonial público criado em 1965 para receber o

15 Catarina Laranjeiro, *Dos sonhos e das imagens: a guerra de libertação na Guiné-Bissau* (Lisboa: Outro Modo, 2021).

património cultural que estava sob a alçada do Ministério do Ultramar (1951-1974). As primeiras peças da Guiné-Bissau encontradas neste museu datam, assim, do início da década de 1960 e foram recolhidas por administradores coloniais e por um colecionador de arte e viajante, Victor Bandeira (1931-2024), que se torna colaborador informal da instituição a partir da sua criação, realizando várias expedições a África, Ásia e América do Sul.[16] À época, o critério estético desempenhava um papel central na seleção das peças, o que pode ser atribuído à ausência de uma escola consolidada de pensamento etnográfico em Portugal naquele período. Paralelamente, verificava-se um crescente interesse e valorização da arte africana a nível global, refletindo-se isso mesmo nas coleções dos principais museus ocidentais, que começavam a incorporar essas obras com destaque.

A Sociedade de Geografia de Lisboa é um organismo privado que integra um museu desde a sua fundação. Dos objetos da Guiné-Bissau cuja datação é em grande medida desconhecida, destaca-se um conjunto de peças cuja cronologia aponta para a década de 1920, tendo sido adquirido no contexto das grandes exposições internacionais em que era exposta a cultura material dos territórios ocupados por forças coloniais. As coleções universitárias têm duas naturezas distintas: Lisboa apresenta uma coleção que foi transferida do Porto nos anos 1990 e que resulta de uma missão antropológica e etnográfica à Guiné coordenada pelo professor Mendes Correia (1888-1960) entre 1946 e 1947.[17] Mendes Correia foi o fundador da cadeira de Antropologia Biológica no meio académico da cidade. Com os objetivos da missão norteados essencialmente pelos estudos antropométricos, a cultura material vai sendo feita sem critérios de seleção e de forma marginal. Curiosamente, é de notar que são os alunos de Mendes Correia que, anos mais tarde, vêm a criar

16 Ana Temudo, "Victor Bandeira and the collections of the National Museum of Ethnology: notes from fieldwork", *MIDAS* 15 (2022), doi: https://doi.org/10.4000/midas.3512.

17 Mendes Correia foi uma figura central da investigação ultramarina nas décadas de 1930 e 1940. Destacou-se como responsável pela secção portuguesa da Exposição Colonial de Paris (1931) e pelo I Congresso Nacional de Antropologia Colonial, no Porto (1934). Foi presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais (1946) e da Sociedade de Geografia de Lisboa (1951-1958), além de diretor da Escola Superior Colonial, depois Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (1949-1958). Fundou a Academia Portuguesa de História (1936) e integrou o Conselho Ultramarino.

a comissão organizadora que dá origem ao Museu de Etnologia do Ultramar. As coleções dos museus de História Natural e Ciência do Porto e de Coimbra são caracterizadas essencialmente por incorporações feitas a partir de compras e doações feitas por particulares às instituições. No total, a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) tem atualmente 21 peças registadas em inventário; o Museu Nacional de Etnologia (MNE) tem 2119 peças em inventário; e os museus universitários do Porto, Lisboa e Coimbra têm 104, 93 e 215 peças respetivamente.[18]

Nesta primeira fase da investigação e depois de recolher a história das instituições museológicas e respetivas coleções elegeu-se o Museu Nacional de Etnologia e a sua coleção como estudo de caso principal. Esta escolha deve-se ao facto de esta instituição ter uma relação direta com o Museu da Guiné Portuguesa (localizado na cidade de Bissau, fundado em 1947, durante o período colonial, e ativo até 1974) e com o Museu Etnográfico Nacional da Guiné-Bissau (fundado no período pós-independência, em 1988, ativo até 1998 e depois reaberto por breves períodos desde os anos 2000). Interessou-me perceber o trânsito de objetos e pessoas que ocorriam entre Portugal e a antiga colónia, assim como os discursos patrimoniais associados à Guiné-Bissau nos dois territórios. É possível perceber que, embora com um deserto a distanciá-los, nesta época os dois países eram um só e administrativamente partilhavam documentação, pessoas e objetos que era importante estudar de forma integrada. Para colmatar lacunas encontradas na história destas instituições e respetivas coleções foram contactados vários diretores, conservadores e agentes culturais portugueses com quem foram realizadas entrevistas semiestruturadas.

O lugar da etnografia nos Estudos de Património

A pesquisa etnográfica teve um papel essencial nesta investigação. Após a primeira fase de recolha em arquivo, ainda em território português,

18 O Museu da Ciência de Coimbra possui 160 objetos datados do fim do século XIX/início do século XX e 30 peças adquiridas depois de 1976. O Museu da Ciência gere uma coleção de 215 objetos da Guiné-Bissau, 25 dos quais são depósitos de particulares. As peças estavam no Colégio de São Bento, tendo transitado em 2021/2022 para o atual edifício do Colégio de Jesus. O Museu da Ciência concentra-se atualmente no Colégio de Jesus e no Laboratório Chimico. Das três reservas que transitaram para o novo edifício, só a reserva visitável já foi tratada, tendo este trabalho sido começado em janeiro de 2023.

a diáspora foi convidada a visitar o Museu Nacional de Etnologia de Lisboa. Para encontrar a diáspora guineense, comecei por contactar o Alto-Comissariado para as Migrações, a fim de localizar as associações de emigrantes guineenses no país. Não obtive resposta aos emails enviados. Tentei também contactar ativistas políticos da diáspora guineense residentes em Lisboa, sem sucesso. Segui, por isso, a metodologia "bola de neve",[19] que me permitiu criar grupos de discussão a partir de alguns emigrantes guineenses que conhecia. Foram organizadas duas atividades com jovens estudantes da diáspora guineense a viver em Lisboa (a maioria dos quais com cerca de 30 anos). Foram também realizadas conversas individuais com cidadãos guineenses à porta dos museus, em Lisboa e no Porto. O objetivo foi explorar a ligação entre sujeitos e objetos, ambos numa condição de deslocação do seu contexto original, e compreender as perceções identitárias que derivam desta relação. Os resultados obtidos nesta primeira fase da investigação revelaram a importância atribuída pelos guineenses residentes em Portugal à representação da sua cultura no estrangeiro a partir dos objetos encontrados nos museus (que são vistos como embaixadores da cultura guineense), assim como a importância que dão àquele que defini como "património corporalizado" [*embodied heritage*] conceito cunhado por autores como Ruggles e Silverman.[20] Por património corporalizado entende-se aquele que, podendo ser material ou imaterial, é usado ou ativado pelo corpo, como a tecelagem, a música, a dança, a língua, o Carnaval e a gastronomia. Reconhecem a importância de existir um museu no seu país para conservar a sua cultura, ao mesmo tempo que reconhecem que o sector cultural não é uma prioridade para o governo guineense. Esta primeira aproximação comunitária permitiu que me apercebesse da importância que teria o desenvolvimento da investigação no país de origem, a Guiné-Bissau, para onde viajei regularmente nos anos que se seguiram para realizar trabalho de campo.

Em Portugal, no decurso da investigação, realizei várias entrevistas a funcionários de museus portugueses e, em outubro de 2022, tendo

19 Charlie Parker, Sam Scott e Alistair Geddes, "Snowball Sampling", *SAGE Research Methods Foundations* (2019), https://doi.org/10.4135/9781526421036831710.

20 D. Fairchild Ruggles e Helaine Silverman (eds.), *Intangible Heritage Embodied* (Dodrecht: Springer, 2009).

tomado conhecimento da existência de uma coleção da Guiné-Bissau recolhida em duplicado durante a década de 1980 e que se encontrava no British Museum, em Londres, realizei uma visita de investigação para estudar pessoalmente as peças que o arqueólogo Malcolm McLeod, então funcionário da instituição, tinha recolhido para o Museum of Mankind em 1988. Este estudo foi importante para problematizar o papel e o destino dos objetos duplicados nas coleções europeias atuais.

Após as pesquisas realizadas em Portugal e na Inglaterra, iniciei a pesquisa de campo na Guiné-Bissau, elegendo o contexto urbano para a recolha de dados. A primeira viagem de investigação teve lugar em janeiro de 2023. À chegada à Guiné-Bissau, comecei por propor uma sessão informal com estudantes de licenciatura da Universidade Lusófona, aos quais foi entregue um questionário e mostrado um conjunto de imagens das peças etnográficas que se encontram atualmente nos museus portugueses, recolhidas pelos portugueses durante a ocupação colonial. O encontro decorreu num ambiente informal, ao ar livre. À medida que o questionário foi sendo preenchido, vários temas foram sendo discutidos coletivamente, o que permitiu perceber que questões como o património cultural e a cultura são hoje valorizadas pelos jovens da Guiné-Bissau como uma forma de representação cultural do país no exterior e um meio de pertença à comunidade. Este primeiro encontro contou com a participação de 14 alunos.

Durante a mesma estadia, organizei também uma ação de formação para os técnicos dos museus do país, solicitada pela Secretaria de Estado da Cultura, em Bissau. Durante esta formação, foram apresentados e discutidos os conceitos básicos de museologia e património cultural, e foi distribuído o mesmo questionário. Realizaram-se discussões coletivas centradas em questões concretas da prática museológica como a conservação, o estudo das coleções, a necessidade de formação de pessoal técnico e a criação de infraestruturas sólidas para a devolução condigna do património cultural do país. Estiveram presentes 18 técnicos profissionais dos museus e do património da Guiné-Bissau. Foi também possível organizar um encontro em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento com um grupo de jovens ativistas guineenses, o Youth Sounding Board (YSB).

Neste encontro, foi apresentado o tema da investigação e realizou-se um debate. Participaram 14 estudantes. Foram também realizadas várias entrevistas semiestruturadas a agentes culturais, muitos dos quais estiveram envolvidos na criação do museu pós-colonial do país e têm um profundo conhecimento da história colonial do país. Através do seu testemunho, estes agentes culturais guineenses ajudaram a reconstruir a história destas instituições e a justificar o destino de muito do património cultural que acabou por ser destruído ou desapareceu após sucessivos momentos de instabilidade e conflito político. Contribuíram também para a valorização destes objetos na Guiné-Bissau de hoje.

Em maio do mesmo ano, regressei à Guiné-Bissau para participar num seminário/debate entre um grupo de investigadores portugueses e guineenses, intitulado *Violência, memória e patrimonialização possível, um debate a partir da Guiné-Bissau e do contexto pós-colonial lusófono*.[21] Na mesma viagem, realizei pesquisa documental nas instalações provisórias do Museu Etnográfico Nacional no Instituto Nacional do Cinema e Audiovisual (INCA) e no arquivo histórico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, onde recolhi documentação sobre o Museu da Guiné Portuguesa.

Finalmente, regressei à Guiné-Bissau em janeiro de 2025 para devolver os dados recolhidos e discuti-los com os inquiridos. Encontrei-me com um grupo de 32 estudantes na Universidade Amílcar Cabral. Esta sessão, tal como todas as outras sessões de grupo e entrevistas, foi registada em formato audiovisual. Teve a particularidade de ser gravada pelos próprios alunos que se voluntariaram espontaneamente. Os resultados foram discutidos e o questionário foi preenchido por alguns dos participantes. Voltei também a encontrar-me com o grupo de jovens do Youth Sounding Board (YSB). No total, ao longo da investigação, entrevistei e contactei 12 agentes culturais e museólogos portugueses, 60 estudantes guineenses na Guiné-Bissau e 10 da diáspora guineense em Portugal, além de 12 agentes culturais de relevo na Guiné-Bissau. Todos eles tinham idades compreendidas entre os 23 e os 70 anos.

21 Organizado pelo grupo de investigação In2Past nos dias 3 e 4 de maio em Bissau e Cacheu: https://in2past.org/ [acedido em 29.09.2024].

As ferramentas metodológicas da história oral são a base desta investigação por duas razões: a primeira é que quisemos basear esta investigação na cocriação de conhecimento através da partilha da autoria com cidadãos guineenses. A segunda é que a Guiné-Bissau se apresenta como um contexto em que as instituições de memória ainda não dispõem de meios e estabilidade suficientes para salvaguardar o seu património de forma sustentável.[22] Isto significa que a investigação institucional se deve basear na recolha de memórias individuais e coletivas de pessoas-chave envolvidas em determinados acontecimentos e momentos históricos fundamentais. Todos os encontros e testemunhos que tiveram lugar na Guiné-Bissau durante a investigação (2023 e 2024) foram gravados com o consentimento dos entrevistados e participantes nas atividades.

A investigação *in loco* na Guiné-Bissau

Na Guiné-Bissau, dada a precariedade vivida na garantia até das necessidades básicas de sobrevivência, a cultura não se consegue impor como uma prioridade na agenda política e os museus vivem de financiamentos pontuais atribuídos por organizações internacionais. Os modelos de gestão do património mantêm-se intactos desde o período colonial, numa realidade socioeconómica fortemente empobrecida, onde as exigências do quotidiano não permitem espaço para a reinvenção da sociedade. A reinvenção passa, na perspetiva de Amílcar Cabral – considerado o herói do povo guineense –, pela defesa da identidade e da cultura nacionais, a par de uma "assimilação crítica" da cultura do outro e não da sua negação.[23] Os vestígios materiais mais visíveis do período colonial existem no espaço público, foram apropriados e fazem parte do imaginário coletivo dos guineenses. São disputados pelos cidadãos que se dividem em opiniões diversas. Enquanto uns defendem

22 É de salientar que o paradigma museológico e patrimonial na Guiné-Bissau permanece o mesmo desde o período colonial, apesar da existência de vários projetos depois da independência de desconstrução desta matriz epistemológica (sobretudo durante a década de 1980).

23 Amílcar Cabral, "Os objectivos da resistência cultural", em *Malhas que os impérios tecem. Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*, ed. Manuela Ribeiro Sanches (Lisboa: Edições 70, 2011); e Carlos Comitini, *A arma da teoria* (Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1980).

a permanência dos monumentos coloniais como "recursos" e "lugares de memória",[24] outros desprezam-nos, querendo vê-los substituídos por figuras heróicas da independência. O ato de colecionar e de construir instituições de exposição e conservação do património contradiz a organicidade da cultura guineense, reproduzindo os modelos doutrinários do colonialismo. Como lembram Abungu e Ndoro,[25] o modelo centralizado de gestão do património, herdado do período colonial e ainda dominante, entra em tensão com a realidade africana, onde comunidades rurais e urbanas reivindicam o reconhecimento e a valorização do seu património pelas instituições estatais.

O trabalho de pesquisa na Guiné-Bissau envolveu, numa primeira fase, a recolha documental e artefactual em diferentes instituições de memória e de um conjunto muito vasto de testemunhos orais que cumpriram duas funções distintas: por um lado, como já referido, serviram de conectores para a reconstrução do passado histórico das instituições do país; por outro, constituíram um *corpus* de opinião a propósito do estado da cultura e do património no país e da restituição do património aos países de origem. Desde 2021, o museu está de novo num limbo, depois de ter sido novamente despejado do edifício que ocupava na Praça dos Heróis Nacionais, no centro da cidade. Contudo, e apesar da desordem encontrada, com o seu património etnográfico armazenado temporariamente no Instituto Nacional do Cinema e Audiovisual, foi possível localizar ainda um conjunto de objetos assim como as fichas de inventário de registo manual que descrevem os objetos que outrora pertenceram a esta instituição e sobre os quais hoje pouco se sabe e quase nada resta. Além disso, foi localizado o livro de registo que comprova a existência, em 1985 (aquando da criação da comissão que deu origem ao museu), de um conjunto de peças que transitaram da instituição colonial, o Museu da Guiné Portuguesa, para o Museu Etnográfico Nacional. De entre as tipologias de peças mais valorizadas neste período

24 Pierre Nora, "Between Memory and History: Les Lieux de Memoire", *Representations* 26 (1989): 7-24, doi: 10.2307/2928520.

25 George Okello Abungu e Webber Ndoro, "Introduction: The Heritage of the Colonised", em *Cultural Heritage Management in Africa. The Heritage of the Colonized*, ed. George Okello Abungu e Webber Ndoro (Londres: Routledge, 2022), 1-10.

e que resistiram à passagem do tempo encontramos os panos, um bem material ainda hoje muito presente na vida social guineense. À imagem do que aconteceu em Portugal, também a história dos museus colonial e pós-colonial na Guiné-Bissau foi reescrita a partir de testemunhos orais, verificada a dificuldade de encontrar documentação arquivística que permitisse a reconstrução narrativa. É importante notar que, mesmo depois da independência, a Guiné-Bissau passou por vários momentos de conflito, como foi o caso da guerra civil de 1998 que destruiu a maior parte do património existente no Museu Etnográfico Nacional e nos arquivos nacionais localizados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), dois edifícios anexos que formavam um complexo cultural no Bairro da Ajuda, em Bissau. A pesquisa nos arquivos nacionais do INEP permitiu localizar informação referente à história do Museu da Guiné Portuguesa. Essa informação foi complementada em Portugal com documentação encontrada no Arquivo Histórico Ultramarino ou no website da Fundação Mário Soares e Maria Barroso, que financiou a recuperação e acessibilidade online deste fundo documental depois da guerra. A Guiné-Bissau esteve sob o domínio colonial até 1974, quando Portugal reconheceu finalmente a independência da colónia, apesar de esta ter sido declarada unilateralmente pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC) em 1973 e de o exército português ter sido derrotado. Entre o período colonial e a independência, muitos objetos foram deslocados. Hoje, encontramos mais peças da Guiné-Bissau em museus portugueses do que no próprio país. Desta conclusão surgiu a necessidade de reconstruir a trajetória da história destas instituições e coleções.

Resultados da investigação

Os primórdios das instituições etnográficas em Portugal assentaram no conhecimento empírico e no interesse amador, num contexto de escassez de estudos antropológicos. Com a aposta na recolha de objetos do Ultramar, o atual Museu Nacional de Etnologia adotou uma perspetiva universalista, evoluindo de descrições formais para análises funcionais das coleções com o apoio de monografias estrangeiras. A coleção da

Guiné-Bissau adquirida por Victor Bandeira exemplifica práticas que, segundo o próprio, aconteceram com o consentimento das comunidades locais e foram adquiridas pelo valor estético atribuído aos objetos pelo colecionador. A escolha da dimensão estética é evidenciada pela preferência dada à aquisição de objetos das etnias Bijagó e Nalu em detrimento de outros grupos culturais, como tem acontecido em todos os museus ocidentais desde o início do século XX e em estreita relação com os movimentos de arte moderna europeus. Alguns profissionais de museus portugueses que referiram Bandeira destacam a existência de controvérsias em torno da legitimidade dessas aquisições no contexto do debate sobre a restituição de bens culturais ao seu contexto de origem.

A perceção da diáspora guineense sobre os objetos da coleção do MNE foi muito importante na primeira fase deste estudo. Durante esta investigação, à exceção das entrevistas com profissionais do museu (com o objetivo de reconstituir lacunas históricas), foi privilegiado o contacto com jovens guineenses no país e em Portugal. Da comparação dos resultados obtidos, concluí que, independentemente do contexto sociocultural em que vivem, a perceção dos jovens guineenses é semelhante: valorizam o que defini como património corporalizado (*embodied heritage*, em inglês), ou seja, património cultural *utilizado no* ou *ativado pelo* corpo; utilizam a internet para se manterem atualizados sobre as tendências internacionais; e entendem a cultura como um fenómeno global fluido sujeito a influências de todo o mundo. Valorizam a tradição, mas reconhecem a necessidade de estarem abertos à mudança. Neste sentido, são afro-futuristas.[26] Imaginam novos futuros e não se conformam com uma ideia de África como um lugar tradicional onde a cultura se cristalizou em imagens de danças e rituais.

Quando falei com um segurança do MNE, também ele jovem, disse-me que raramente vê grupos de guineenses ou africanos a visitar

26 O afrofuturismo é um movimento cultural que combina ficção científica, tecnologia e elementos das culturas africana e diaspórica para imaginar futuros alternativos e ressignificar o passado. Explora temas como a ancestralidade, a identidade negra e a emancipação em várias formas de arte, como a literatura, a música e o cinema. Destaca-se por projetar narrativas que desafiam as perspetivas eurocêntricas, ver Grace Gipson, "Creating and Imagining Black Futures through Afrofuturism", em Abigail de Kosnik e Keith P. Feldman (eds.), *#identity* (Ann Arbor: University of Michigan Press, 2019), 84-103.

o Museu. Quando o fazem, são geralmente membros das elites sociais e políticas, muitas vezes nascidos na Europa, que visitam a instituição no âmbito de um evento e são frequentemente acompanhados pelo diretor ou pelo conservador da instituição. Durante estas sessões com jovens no MNE, percebi que as narrativas construídas no Ocidente sobre os objetos culturais guineenses, como o *bombolom* (tambor comunitário), nem sempre correspondem ao significado que lhes é atribuído no contexto de uso, algo que confirmei ao observar o instrumento nas aldeias da Guiné-Bissau. Apesar de o MNE possuir mais de 2000 peças provenientes da Guiné-Bissau, muitos dos participantes na minha investigação, estudantes e trabalhadores, não tiveram a oportunidade de entrar em contacto direto com os objetos. Nos encontros que organizei, tanto dentro como fora do Museu Nacional de Etnologia, os temas do multiculturalismo e da globalização surgiram em contraste com os debates sobre a importância da tradição. A manutenção da tradição foi destacada como condição essencial para a existência e valorização do património cultural e como pilar da identidade étnica e nacional.

Ao reconstruir a história do Museu Etnográfico da Guiné-Bissau, considerando a sua trajetória antes e depois da independência, com base na documentação de arquivo e nos testemunhos recolhidos, reconheço um tom de desânimo nas vozes dos entrevistados ao narrarem histórias marcadas pelo abandono, pela perda, pelo conflito e pela destruição. No entanto, como referi anteriormente, a resiliência dos profissionais da cultura do país é notável: apesar de enfrentarem repetidos ataques às suas realizações, nunca desistiram, acreditando na cultura como um pilar fundamental da sociedade. Lembro-me de pensar que não poder sonhar é uma forma de violência. Num país onde muitos cidadãos têm apenas uma refeição por dia, a saúde e a educação não estão garantidas e a cultura não pode ser uma prioridade.

A transição do período colonial para a independência da Guiné--Bissau foi marcada pela ambiguidade. Por um lado, perpetuaram-se modelos epistemológicos resultantes da aculturação imposta pela presença portuguesa no território. Por outro, as estátuas e monumentos no espaço público foram retiradas ou destruídas. Depois da independência,

ouvimos muitas vezes, como me foi dito: "Nós não queremos nada dos portugueses" (Albano Mendes, entrevista a 25.01.2024). No entanto, atualmente, encontra-se uma certa nostalgia na voz de alguns cidadãos guineenses que viveram esse momento de mudança histórica. Este cenário mostra que a relação com a história, o património e a identidade cultural não é fixa, mas exige uma construção ou reconstrução aberta a múltiplas leituras e temporalidades.

Em geral, os guineenses aceitam a perda como um espaço com potencial para ser restaurado e recriar a realidade. Habituaram-se a viver com os fragmentos, a ruína e a ausência. Este facto determinou a sua resiliência e a sua resistência à adversidade. Pode também tê-los feito reconsiderar o valor que atribuíam aos objetos, desvalorizando a sua dimensão material em detrimento da espiritual. As instituições culturais na Guiné-Bissau são como fénixes. Têm uma capacidade natural de regeneração: morrem e renascem. Isto deve-se muitas vezes ao apoio de instituições internacionais que se instalam no território por temporadas, acompanhando e apoiando as comunidades no desenvolvimento de projetos culturais. Juntamente com a instabilidade política e económica vivida no país, esta dependência económica, uma forma de neocolonialismo que se tornou sistémica desde a independência, também contribui para a efemeridade dos projetos culturais implementados, que muitas vezes seguem modelos adaptados do Ocidente e não respondem às necessidades locais.

Se o Museu Nacional tem tido várias "vidas", os museus locais também sobrevivem com recursos quase inexistentes. Os arquivos acumulam documentos em caixas de cartão, os objetos partidos e empoeirados amontoam-se nos museus e as estátuas sobrevivem ao tempo despedaçadas e marcadas pelas cicatrizes do passado. Neste país, os cidadãos aceitam com pesar a perda de instituições, rituais, objetos e estátuas, enquanto veem a perda como um lugar de revalorização e de procura de novos modelos e formas de produzir e divulgar a cultura guineense contemporânea. A recriação tem lugar nesta charneira onde a cultura nacional e local se mistura com referências internacionais, fruto de influências estrangeiras.

Ao longo desta investigação surgiu também a questão do valor atribuído aos objetos culturais pelas diferentes gerações: enquanto os mais velhos ainda se lembram das máscaras rituais relacionadas com os cultos animistas e a tradição, os mais novos já valorizam a cultura e os objetos vindos do exterior, que associam ao desenvolvimento. Além disso, durante o trabalho de campo, testemunhei a forma como diferentes perspetivas culturais moldam a relação com os objetos rituais no país. Na cidade, apercebi-me do valor atribuído às máscaras rituais enquanto objetos novos, associado à durabilidade e à segurança. Além disso, num contexto urbano, a venda de objetos rituais ou de culto é aceite com o consenso da comunidade e através de uma cerimónia, conhecida no meio urbano como "cerimónia de entronização". Por outro lado, no interior, como é o caso da região de Nalu, os objetos sagrados, uma vez imbuídos de espírito, não podem sair da *baloba* [local de culto] a que pertencem sob pena de maldição, e o conceito de "malgoçar" liga o espírito à peça de forma permanente. Estas diferenças mostram como o património cultural guineense tem significados diferentes dentro do mesmo país, pondo em evidência os desafios das políticas de restituição ocidentais, que muitas vezes ignoram a complexidade cultural e os diferentes valores atribuídos aos objetos dentro de uma mesma "comunidade de origem".

A exceção é a cultura imaterial, considerada mais consensual por toda a sociedade guineense e que valoriza a música, a dança, o teatro, o cinema e a língua como formas de património guineense que podem e devem ser facilmente transportadas e exibidas fora da Guiné-Bissau. A par destas formas de património, a tecelagem sempre foi vista como uma das manifestações culturais mais importantes do país, uma vez que é facilmente transportada e exibida noutros contextos, comprada e oferecida a cidadãos estrangeiros que visitam o país, e utilizada em cerimónias importantes da sociedade, como casamentos, nascimentos, funerais e, mais recentemente, até em cerimónias de atribuição de diplomas do ensino superior, em sinal de respeito pela pessoa homenageada. Talvez por reconhecerem a falência das instituições e do próprio Estado enquanto regulador da sociedade civil, é na tradição, na sua

reinvenção e numa certa espontaneidade vivida em relação às artes, que assenta a cultura guineense contemporânea. A arte e a cultura são vividas no presente e são frequentemente efémeras. O valor da arte e do que se entende por objeto "etnográfico" é diferente na Guiné-Bissau. O património é ativado pelo uso e morre quando é deixado ao abandono, sem ser visto ou ativado. O património musealizado é visto como um meio de manter a visibilidade a nível internacional, como um valor turístico que pode contribuir para melhorar a economia do país. Não reflete necessariamente a identidade e a cultura guineense, que se espelha mais genuinamente no património imaterial, em expressões como a língua, a música, a dança e o Carnaval, que são vividos coletivamente.

Para que o seu património seja devolvido à Guiné-Bissau, todos os guineenses que participaram neste estudo colocam um conjunto de condições, salientando a importância que atribuem ao facto de um vasto conjunto de objetos que fazem parte da sua cultura ainda estarem presentes em museus ocidentais como forma de os representar no exterior, tornando a Guiné-Bissau visível para o resto do mundo. Para que este património regresse ao país, os guineenses admitem que primeiro tem de haver uma valorização por parte do poder político, que permita a criação de parcerias internacionais que possibilitem a formação de profissionais da área e a criação de condições infraestruturais. Se estas condições não existirem, a maioria dos inquiridos reconhece que seria melhor que os objetos permanecessem nos museus europeus, pois se regressassem às condições atuais da Guiné-Bissau degradar-se-iam e acabariam por desaparecer.

Bibliografia

Abungu, George Okello e Webber Ndoro. "Introduction: The Heritage of the Colonised". Em *Cultural Heritage Management in Africa. The Heritage of the Colonized*, editado por George Okello Abungu e Webber Ndoro, 1-10. Londres: Routledge, 2022.

Amaral, Ana Rita. A*ntropologias espiritanas. Colecções coloniais de Angola da Congregação do Espírito Santo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2025.

Basu, Paul. "Palimpsest Memoryscapes: Materializing and Mediating War and Peace in Sierra Leone". Em *Reclaiming Heritage: Alternative Imaginaries of Memory in West Africa*, editado por Ferdinand de Jong e Michael Rowlands. Walnut Creek, 231-259: Left Coast Press, 2007.

Basu, Paul, e Wayne Modest. *Museums, Heritage and International Development*. Nova Iorque: Routledge, 2015.

Botas, Ana. "As máscaras Bigajó do Museu Nacional de Etnologia. Questões em torno da informatização do inventário de coleções». Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2013.

Bruncevic, Merina. *Regulating Transnational Heritage: Memory, Identity and Diversity* (Nova Iorque: Routledge, 2022).

Buntinx, Gustavo, Ciraj Rassool, Corinne Kratz, Lynn Szwaja, Tomas Ybarra-Frausto, Barbara Kirshenblatt-Gimblett e Ivan Karp. *Museum Frictions. Public Cultures, Global Transformations*. Durham e Londres: Duke University Press, 2006.

Cabral, Amílcar. "Os objectivos da resistência cultural." Em *Malhas que os impérios tecem. Textos anticoloniais, contextos póscoloniais*, editado por Manuela Ribeiro Sanches. Lisboa: Edições 70, 2011.

Comitini, Carlos. *A arma da teoria*. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1980.

Davies, Charlotte Aull. *Reflexive Ethnography: A Guide to Researching Selves and Others*. Londres: Routledge, 2007.

Domingos, Nuno, e Elsa Peralta, org. *Cidade e império: dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2013.

Domingos, Nuno, e Elsa Peralta, ed.. *Legacies of the Portuguese Colonial Empire: Nationalism, Citizenship and Popular Culture*. Londres: Bloomsbury Academic, 2023.

Fairchild, D. e Helaine Silverman, eds. *Intangible Heritage Embodied*. Dodrecht: Springer, 2009.

Gipson, Grace. "Creating and Imagining Black Futures through Afrofuturism." Em *#identity*, editado por Abigail de Kosnik and Keith P. Feldman, 84-103. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2019.

Golding, Viv, e Wayne Modest. *Museums and Communities: Curators, Collections, Collaboration*. Londres: Bloomsbury, 2013.

Henriques, Isabel Castro. *A herança africana em Portugal*. Lisboa: Clube do Coleccionador dos Correios, 2009.

Karp, Ivan, e Steven Lavine. *Exhibiting Cultures: The Poetics and Politics of Museum Display*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1991.

Karp, Ivan, Christine Mullen Kreamer, e Steven Levine. *Museums and Communities: The Politics of Public Culture*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1992.

Laranjeiro, Catarina. *Dos sonhos e das imagens. A guerra de libertação na Guiné-Bissau*. Lisboa: Outro Modo, 2021.

Leite, Pedro Pereira. "Memórias esbranquiçadas: as heranças africanas nos museus de Portugal". Em *Diálogos interdisciplinares: literaturas e políticas culturais*, editado por Geraldo Pontes Jr., Maurício Barros de Castro e Myrian Sepúlveda dos Santos, 253-271. Rio de Janeiro: UERJ, 2014.

Macdonald, Sharon, Henrietta Lidchi, e Margareta Oswald. "Special Section: Engaging Anthropological Legacies. Introduction: Engaging Anthropological Legacies towards Cosmo-optimistic Futures?", *Museum Worlds* 13, n.º 1 (2017): 95-107. https://doi.org/10.3167/armw.2017.050110.

Nora, Pierre. "Between Memory and History: Les Lieux de Memoire." *Representations* 26 (1989): 7-24. doi: 10.2307/2928520.

Parker, Charlie, Sam Scott, e Alistair Geddes. "Snowball Sampling". *SAGE Research Methods Foundations* (2019). https://doi.org/10.4135/9781526421036831710.

Pereira, Maria Manuela Cantinho. *O museu etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: modernidade, colonização e alteridade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

Pina-Cabral, João de. *Transcolonial*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2023. Ruggles,

Sarr, Felwine e Bénédicte Savoy. "The Restitution of African Cultural Heritage. Towards a New Relational Ethics». Paris: Ministère de la Culture, 2018

Silverman, Raymond. *Museum as Process: Translating Local and Global Knowledges*. Londres: Routledge, 2014.

Temudo, Ana. "Victor Bandeira and the collections of the National Museum of Ethnology: notes from fieldwork." *MIDAS* 15 (2022). doi: https://doi.org/10.4000/midas.3512.

Referência para citação:
Temudo, Ana (2025). "O poder da voz: para uma etnografia de reparação do passado colonial guineense". *Práticas Da História. Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, (21), 145-169. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n21.39912

Práticas da História, n.º 21 (2025): 171-209

Paul Diedhiou, Papis Comakha Fall e Mariana Bracks Fonseca

Aline Sitoé Diatta: As lutas pela memória na construção da heroína senegalesa

Este artigo reflete sobre Aline Sitoé Diatta, sacerdotisa do povo Diola que promoveu o retorno às tradições ancestrais e tornou-se símbolo da resistência à colonização francesa em Casamance. Com base em discursos políticos, correspondências, documentos oficiais, fontes orais e iconográficas, examina-se a instrumentalização da sua história e o conflito memorial entre o Estado senegalês e o Movimento das Forças Democráticas de Casamance, nas décadas de 1970-90. O artigo discute ainda a repatriação dos seus restos mortais — depositados no Mali, onde morreu na prisão colonial de Tombuctu em 1944 — à luz da perceção Diola de morte e dos ritos funerários, problematizando as políticas de memória no pós-independência. Analisa-se igualmente a sua representação em museus, monumentos e escolas, refletindo sobre o processo de construção da heroína nacional na História Pública do Senegal.
Palavras-chave: Resistência, MFDC, espiritualidade tradicional, Diola.

Aline Sitoé Diatta: The struggles for memory in the construction of the Senegalese heroine

This article reflects on Aline Sitoé Diatta, a priestess of the Diola people who promoted a return to ancestral traditions and became a symbol of resistance to French colonization in Casamance. Drawing on political speeches, correspondence, official documents, and oral and iconographic sources, the article examines the instrumentalization of her history and the memorial conflict between the Senegalese State and the Movement of Democratic Forces of Casamance in the 1970s–90s. It also discusses the repatriation of her remains — held in Mali, where she died in the French colonial prison of Timbuktu in 1944 — in light of Diola perceptions of death and funeral rites, interrogating post-independence memory politics. Finally, the article analyzes her representation in museums, monuments, and schools, reflecting on her importance in Senegal's public history and the construction of a national heroine.
Keywords: Resistance, MFDC, traditional spirituality, Diola.

Aline Sitoé Diatta: As lutas pela memória na construção da heroína senegalesa

Paul Diedhiou, Papis Comakha Fall
e Mariana Bracks Fonseca*

Breve síntese biográfica

Aline Sitoé Diatta nasceu por volta de 1920 em Cabrousse (Casamance, Senegal) e era membro do povo Diola. Seus pais faleceram quando ela era bem pequena e ela foi criada pelo seu tio paterno, Eloubaline Diatta, no bairro de Nialou.

No contexto da colonização francesa e da introdução da economia de mercado, os jovens de Casamance eram obrigados a migrar para trabalharem no cultivo do amendoim para exportação ou nos centros urbanos. Ainda bem jovem, Aline Sitoé foi trabalhar em Dakar como empregada doméstica e vendedora de óleo de palma.

Foi no mercado de Sandaga, por volta de 1941, que ela ouviu pela primeira vez o chamado de *Ata-Emit*, o Deus Supremo Diola, que lhe falou para voltar para sua terra natal e ajudar seu povo. Ela recebeu uma missão divina para reunir seu povo e restaurar a espiritualidade ancestral. *Ata-Emit* lhe ensinou como fazer o rito para chamar a chuva – *Kasila* ou *Kasarah* – e retomar o cultivo do alimento sagrado, o arroz. No início ela não acreditou, e por isso foi acometida por uma

* Paul Diedhiou (pdiedhiou@univ-zig.sn). Université Assane Seck de Ziguinchor e Laboratoire de Recherche en Sciences Économiques et Sciences Sociales, Senegal; Papis Comakha Fall (ledeportefall@gmail.com), https://orcid.org/0009-0005-5345-9493. Université Assane Seck de Ziguinchor, Senegal e Chaire HiGeSeT, Melun-Paris, França; Mariana Bracks Fonseca (marianabracks@academico.ufs.br). https://orcid.org/0000-0003-0555-8276. Universidade Federal de Sergipe, Brasil e Université Assene Seck de Ziguinchor, Senegal. Artigo original: 30-05-2025; Artigo revisto: 7-02-2026; Aceite para publicação: 15-02-2026.

imobilização nas pernas, o que foi interpretado como uma cobrança de Deus para aceitar seu destino. Quando ela retornou a sua terra natal, a princípio alguns a julgaram como louca, não acreditavam que uma jovem mulher seria enviada de *Ata-Emit*, mas quando ela começou a realizar os ritos a chuva caiu abundantemente.

Ela passou a reunir centenas de pessoas para realizar os cultos, mobilizando toda a comunidade para retornar as suas tradições e não seguirem as religiões dos estrangeiros. Diante do seu sucesso em fazer cair as chuvas, sua fama se espalhou e pessoas de várias localidades, de Casamance, da Gâmbia e da Guiné Portuguesa, iam até Cabrousse para aprender com a sacerdotisa. Ela ensinava os enviados de cada aldeia como fazer os sacrifícios, chamados de "caridade", com os quais restaurava a fé nos ancestrais, unia e alimentava toda a gente. Os participantes do *Kasila/Kasarah* voltavam para suas comunidades onde erguiam altares e reproduziam as rezas e cantos ensinados por Aline Sitoé. O ano de 1942 foi especialmente chuvoso e trouxe fartura às comunidades, o que contribuiu para reforçar a crença na jovem mensageira de Deus e aumentar seu prestígio na região.

A imposição do cultivo do amendoim pela colonização francesa levava a migrações sazonais e ao consequente esvaziamento das comunidades, sem os braços dos jovens para plantar e colher o arroz. A monocultura do amendoim para exportação causava também o empobrecimento do solo e a destruição das florestas, o que feria os princípios espirituais Diola e fraturava o sistema de produção alimentar ancestral.

Importante destacar que as pregações de Aline Sitoé acontecem no contexto da Segunda Guerra Mundial, que teve impactos desastrosos em Casamance. Os jovens foram compulsoriamente alistados no exército francês, a partir de violentos recrutamentos.[1] Além disso, a

1 A França dispensou grandes esforços para recrutar jovens africanos para servir a seus interesses. Recrutados violentamente, soldados africanos de diversas regiões da Senegâmbia e do Sudão foram recrutados violentamente para servir na capital da África Ocidental Francesa, Dakar, posteriormente enviados a Europa para lutarem na guerra. Ver Papis Comakha Fall, "Les déportés de la Sénégambie et du Soudan: entre résistances et répressions dans un espace colonial de 1840 à 1946" (Thèse de doctorat unique, Sorbonne Université, Centre d'Histoire du XIXe siècle, 2023), sobretudo o capítulo 7, "La question des soldats « indigènes», parmi les déportés", 365-392

população foi obrigada a pagar impostos altíssimos, o que significava o confisco de arroz e gado – dois elementos sagrados da cultura Diola, símbolos de poder e riquezas – sob coação intensa, ameaçando queimar as casas e matar a população.[2]

Com a ocupação nazista da França entre 1940-1942 houve bloqueio inglês da navegação pelo mar Mediterrâneo, particularmente pelo canal de Suez, as colônias francesas na África sofreram desabastecimento de alimentos, já que pela planificação da economia colonial o arroz viria da Indochina, agora sob ocupação japonesa.[3] Durante a chamada "República de Vichy", liderada pelo marechal Phillipe Pétain, a África Ocidental Francesa atravessou uma grave fome e sentiu o endurecimento do autoritarismo e da violência imperialista.

Ao saber que os celeiros das populações Diola tinham estoques enormes, o tenente-coronel Sajous, comandante de Ziguinchor, ordenou requisições de gado e arroz para alimentar as tropas, os funcionários públicos nas cidades do Senegal e na metrópole.[4] O governo colonial agiu com forte repressão às comunidades, com queimas de vilarejos, prisões arbitrárias e assassinato dos chefes. Foi sobretudo esta política de apreensão violenta dos bens mais preciosos para os Diolas – arroz e bois – que levou a conflitos abertos entre administradores e cidadãos em Casamance.

Durante o verão de 1942, o tenente-coronel Sajous apontou em seus relatórios ao governo-geral do Senegal em Saint-Louis a influência espiritual de uma jovem profetisa.[5] O governo colonial estava preocupado, pois

2 O massacre de Effok, em 1944, e a morte do rei Sihalebe (Sihal Ebbe) Diatta, que morreu por inanição na prisão em 1904, são exemplos de violações aos costumes tradicionais Diola causadas pelo colonialismo, episódios históricos que estão na memória social mas carecem de estudos. Ousmane Sembene, no filme Emitai (1971), mostra a violência colonial em Casamance neste período.

3 Frederick Cooper, *Africa since 1940: the past of the present* (Cambridge: Cambridge University Press, 2002). Eric T. Ennings, *Vichy in the Tropics: Pétain's National Revolution in Madagascar, Guadeloupe, and Indochina, 1940–1944* (Stanford: Stanford University Press, 2001). Martin A. Klein, *Slavery and Colonial Rule in French West Africa* (Cambridge: Cambridge University Press, 1998).

4 Archives Nationales du Sénégal (ANS). 11D1368. Notes de tournée du gouverneur en Casamance, 1942.

5 Archives Nationales du Sénégal (ANS). 11D1226. Rapport du colonel Sajous, commandant de cercle de Ziguinchor, 17 avril, 1943.

as pregações de Aline Sitoé atraiam multidões, que vinham de diversas partes ouvir seus ensinamentos, o que levou o general Boisson a ordenar uma investigação sobre o deslocamento da população.[6]

Sajous quis pôr fim às movimentações, temendo que resultassem numa sublevação generalizada. Tété Diédhiou, intérprete Diola que trabalhava para o governo colonial, propôs ir a Cabrousse para averiguar a situação e afirmou que a jovem era apenas uma religiosa, não representava perigo algum e não tinha relação com os motins que eclodiam em diferentes vilarejos.

A mesma opinião foi partilhada por Benjamin Diatta, um personagem importante na história da colonização em Casamance. Nascido em 1887 em Cabrousse, foi educado na fé católica desde muito novo, ingressou na administração colonial em 1909 e ganhou reputação de feroz perseguidor dos ritos tradicionais. Em 1922, ele foi nomeado chefe da recém-criada província de Oussouye, tendo recebido muitas honras e condecorações por sua colaboração fiel à colonização, algo raro em território Diola, onde a maioria dos agentes políticos eram abertamente contrários à cooperação com os franceses. Contudo, devido ao seu fracasso no recrutamento militar dos jovens para II Guerra Mundial, ele foi rebaixado e obrigado a abandonar o posto, em dezembro de 1942[7].

Diante da desintegração social provocada pelo colonialismo, Aline Sitoé se opunha ao recrutamento forçado e à cobrança extorsiva de impostos, defendia o cultivo do arroz e o abandono imediato do plantio do amendoim para exportação, que impunha a destruição das florestas e as migrações sazonais. Ela defendia a manutenção da espiritualidade ancestral, exortando o povo a realizar as oferendas aos *Bachiin*[8], a observar o dia de descanso – o *Huyaye* – segundo a organização do tempo Diola com a semana de seis dias: cinco para o trabalho e um para o descanso da terra. Ela pregava em benefício da manutenção da ordem tradicional, a partir da solidariedade comunitária e do respeito total à natureza e aos ancestrais.

6 Archives Nationales du Sénégal (ANS). 13G13, télégramme-lettre du gouverneur général au gouverneur du Sénégal, 1er octobre 1942.

7 Christian Roche, "L'affaire Benjamin Diatta (1942-1944)", *Notes africaines*, IFAN, 155 (1977).

8 *Bachiin, uekin, boekin* são os termos em língua Diola Kasa para se referir os altares onde estão materializadas as forças ancestrais e onde se depositam as libações, oferendas e sacrifícios.

A mensagem de Aline era de paz, ela jamais instigou seus seguidores a lutar ou pegar em armas, mas as autoridades coloniais francesas a entenderam como uma ameaça a seus interesses na região. Sua grande capacidade de aglutinar multidões e os discursos contra as práticas coloniais foram relacionadas às revoltas populares que se espalhavam por toda a Baixa Casamance no período. Vários povoados Diola estavam sublevados, se recusavam veementemente a pagar os impostos e organizaram ataques que tentavam repelir os agentes coloniais com flechas e lanças. Mas as armas de fogo dos franceses e a dura política de repressão colonial minavam os esforços dos Diolas, que buscavam resistir de múltiplas formas desde o início do século XX.[9]

A simultaneidade dos incidentes nas comunidades Diolas levou o comandante do círculo a conectá-los às peregrinações até a sacerdotisa de Cabrousse. Em junho de 1942, o governador do Senegal ordenou ao comandante do círculo de Ziguinchor, o coronel Sajous, que acompanhasse as atividades de Aline Sitoé e aumentasse o número de patrulhas em toda a área afetada. Ao primeiro sinal de problema, ele deveria usar toda a força necessária para prendê-la e removê-la da região.[10]

As tensões se agravaram em 16 de janeiro de 1943, quando um destacamento da administração colonial foi recebido em Effok com tiros de espingarda e teve que se retirar. A situação complicou-se subitamente com a reação hostil da população da aldeia de Effok a uma campanha de vacinação contra a varíola nos primeiros dias de janeiro de 1943. O médico capitão responsável pela vacinação tinha, de facto, cometido o erro de ser acompanhado por uma enfermeira desprezada pelos moradores, cujo pai tinha má reputação por ser um comerciante

9 Em 1903, o rei sagrado de Huluf chamado Sihahlebeh se revoltou contra a cobrança de impostos, foi preso e morreu de fome na prisão. Sibaye Sondo, um famoso rei-sacerdote da chuva na região de Essil Enampore, foi preso e solto várias vezes por causa da resistência contínua aos impostos dentro de seus domínios. Em 1906, a vila de Bandial se revoltou contra a coleta de impostos e Jinaabo (Jinoeb Badji), um renomado guerreiro e sacerdote do santuário da circuncisão masculina de Bukut, morreu em batalha. Existem vários exemplos de como as autoridades francesas agiram com violência e crueldade contra o povo Joola, que se opunha veementemente à coleta de impostos. A prisão e o assassinato de seus líderes não eram incomuns. Robert M. Baum, *West Africa's Women of God: Aline Sitoué and the Diola Prophetic Tradition* (Bloomington: Indiana University Press, 2016), 82-97.

10 Affaire Aline Sitoué Diatta. Archives Nationales du Sénégal (ANS), 13G 13, versement 17, Cercle de Ziguinchor Tribunaux, 1926-1943.

conhecido por sua ganância pelo lucro durante as requisições de arroz. A enfermeira não era, portanto, bem-vinda nesta aldeia, o que provocou intensas agitações.

Diante da "insubordinação generalizada dos Floups",[11] o inspetor de Assuntos Administrativos informou que uma "ação enérgica é [era] necessária" para garantir as atividades econômicas e administrativas na região e prescreveu a punição dos sublevados.[12] Sajous estava convencido de que esta rebelião tinha relação com as pregações de Aline e então decidiu reprimi-la.

Autorizadas pelo governador do Senegal, Hubert Deschamps, as operações militares começaram em 29 de janeiro de 1943 e em 31 de janeiro Aline Sitoé foi presa e encarcerada na penitenciária de Ziguinchor.

A prisão da sacerdotisa não resolveu muita coisa porque a tensão era alta em todos os lugares. Tanto que, apenas alguns dias após a prisão da sacerdotisa em Cabrousse, em 09 de fevereiro, o sargento Maurice Scobry foi morto pelos populares revoltados em Effok.

Não havia entendimento do comando colonial de Ziguinchor sobre o real propósito das pregações de Aline Sitoé, se sua mensagem era apenas religiosa ou também de evocação política contra os franceses. Não havia crime a condená-la, ela não tinha violado nenhuma lei. Era, portanto, muito difícil invocar a aplicação do artigo 28 do *Code de l'indigénat* de 1904, que punia qualquer oposição direta à ação administrativa.

Em 17 de maio de 1943, a Comissão Permanente do Conselho de Governadores do Senegal decidiu sobre o banimento de Aline Sitoé Diatta e de dezessete de seus seguidores. Neste relatório, Aline Sitoé Diatta foi descrita como uma "feiticeira" ativa e influente que, através de uma ação sustentada, levou a população da subdivisão de Oussouye

11 Floup/Felupe é o etnónimo que os portugueses usaram para designar os Diola, também escrito como Joola. O heteronômio "Diola", utilizado pelos franceses e ingleses, é de origem Mandinga. Este grupo étnico chama a si mesmo de Ajamaat. Atualmente, o etnônimo "Joola" está em vias de suplantar o de "Floup". Paul Diédhiou, "L'identité joola en question. La bataille idéologique du MFDC pour l'indépendance" (Paris: Karthala, 2011). Christian Sina Diatta, *Parlons Jola: langue et culture des Diolas* (Paris: L'Harmatan, 1998).

12 Secrétariat Général. Ier Bureau to Chiffre. Chap. 5. Art. 2. 39 APA/2, de 18 janvier 1943. Archives Nationales du Sénégal (ANS). 11 D 1 226.

a uma desobediência sistemática suscetível de comprometer a segurança interna da colônia. Tal ação teria resultado em sérios distúrbios que geraram uma rebelião armada.[13]

Em 15 de junho de 1943, o governador-geral Boisson baseou-se no artigo 22 do decreto de 15 de novembro de 1924[14] para assinar a sentença que decidiu sobre a prisão por 10 anos de Aline Sitoé Diatta e de dezessete réus, incluindo seu marido, Alougaye Diatta.[15] Essa foi uma decisão administrativa, que não passou pelos tribunais e pelo devido processo jurídico.

Apenas três homens dos que foram presos com Aline Sitoé Diatta regressaram a Cabrousse em 1946. Quatorze dos detidos morreram durante a prisão; oito deles nos sete meses seguintes à detenção. Aline Sitoé foi deportada para a prisão de Kayes, no Sudão francês; no entanto, o governador do Sudão francês, logo em sua chegada, pediu a sua transferência para onde seria mais fácil vigiá-la.[16] Em 27 de agosto de 1943, acusada de mentira, fraude e rebelião, Aline Sitoé foi transferida para a prisão colonial de Tombuctu, no Mali, onde era a única mulher presa, o que revela um esforço deliberado para tornar as suas condições de prisão mais severas.[17]

13 Archives Nationales du Sénégal (ANS). 11 D1 369. Cercle de Casamance.

14 Na segunda metade da década de 1920, o decreto de 15 de novembro de 1924 que regulamentava a aplicação de sanções administrativas aos "nativos não sujeitos aos tribunais franceses" estava em vigor na AEF, AOF, Madagáscar e na costa francesa da Somália. No seu artigo 22.º, este decreto prevê a pena de internamento administrativo por um período máximo de dez anos para "os indígenas não sujeitos à jurisdição dos tribunais franceses que sejam culpados de actos de insurreição contra a autoridade de França ou de grave agitação política". O internamento administrativo é pronunciado pelo governador-geral, segundo procedimento definido pelo mesmo decreto, e resulta na detenção em estabelecimento penitenciário reservado a indígenas, muitas vezes distante do local de residência do condenado. "Décret du 15 novembre 1924, portant réglementation des sanctions de l'administration indigène en Afrique occidentale française, Afrique équatoriale française, à Madagascar et à la Côte française des Somalis", *Bulletin officiel du ministère des Colonies*, 1924, 1814-1822. Silvia Falconieri, "Pathologies de l'«âme indigène»", *Histoire, médecine et santé* 20 (2021). http://journals.openedition.org/hms/5133; DOI: https://doi.org/10.4000/hms.5133. Consultado a 29 de dezembro de 2024.

15 A lista com os dezassete réus está publicada em Fall, "Les déportés de la Sénégambie et du Soudan".

16 Archives Nationales du Sénégal (ANS). 11 D 1 226. Carta confidencial escrita em Ziguinchor em 10 de março de 1943, colónia do Senegal, Círculo de Ziguinchor n.° 137 Cf/APA.

17 Konaté investiga o encarceramento feminino no Senegal e conclui que a prisão de Aline Sitoé pode ter sido uma "anomalia" na prisão colonial francesa, pois, segundo ele, a prisão de mulheres não era comum. A primeira prisão para mulheres no Senegal foi aberta apenas em 1972, em Rufisque. Dior Konaté, "Ultimate Exclusion: Imprisoned Women in Sénégal", in *A History of Prison and Confinement in Africa*, ed. F. Bernault (Portsmouth: Heineman, 2003), 155-164.

O frio, a má higiene e uma alimentação pobre em frutos e legumes provocaram-lhe o escorbuto, causa da morte atribuída. Aline Sitoé Diatta morreu em 22 de maio de 1944; contudo, sua morte não foi revelada à família e permaneceu oculta até a década de 1980, quando o presidente senegalês Abdou Diouf montou uma comissão dirigida pelo historiador Mbaye Gueye para ir a Tombuctu. Nesta expedição oficial comprovou-se a morte da sacerdotisa, ocorrida há décadas, durante as quais muitos acreditaram que a profetisa estava viva e que regressaria a Casamance para libertar seu povo.

A instrumentalização da figura de Aline Sitoé Diatta: conflitos de memória entre o Estado do Senegal e o MFDC

Aline Sitoé Diatta continuou viva na memória popular e sua história foi sendo utilizada por diferentes movimentos ao longo dos últimos anos. Aqui discutiremos o modo como o Movimento das Forças Democráticas de Casamance (MFDC) recuperou a trajetória da sacerdotisa de Cabrousse como figura emblemática no contexto da luta pela independência da região Sul do país.

Em 26 de dezembro de 1982, o MFDC iniciou uma luta pela independência de Casamance, denunciando que a República do Senegal (fundada com a independência em relação a França em 1966) agia como continuidade do colonialismo europeu, pois continuou a reproduzir as práticas de domínio sobre as populações de Casamance.[18]

Buscamos aqui refletir sobre o conflito de memória acerca de Aline Sitoé entre o Estado senegalês e o MFDC, liderado pelo padre Augustin Diamacoune Senghor, líder carismático, porta-voz e secretário geral do MFDC. Desde a década de 1970, o padre escreveu cartas às autoridades senegalesas questionando sobre o destino de Aline Sitoé Diatta, de quem não se sabiam notícias desde sua prisão.[19] A recusa

18 Mamadou Nkrumah Sané, «*La voix de la Casamance*: une parole diola", *La voix de la Casamance*, 46 (1995). Ver também Manga, Mohamed Lamine. *La Casamance dans l'histoire contemporaine du Sénégal* (Paris: L'Harmattan, 2012). Jean-Claude Marut, *Le Conflit de Casamance. Ce que disent les armes* (Paris: Karthala, 2010).

19 A carta de Diacome Senghor endereçada ao presidente do Senegal, Léopold Sedar Senghor, foi escrita em 29 de setembro de 1978 e intitulada "Le ras-bol-casamançais". O texto integral está publicado em Paul Diédhiou, "Processus de construction de l'identité joola. Analyse socio-anthropologique des conflits en milieu ajamat (Casamance, Sénégal)" (Thèse de Doctorat, Université Franche-Comté, Besançon, 2002). A fotocópia deste documento foi enviada a Diedhiou por Mamadou Nkrumah Abou Sané, secretário-geral do MFDC.

do governo em prestar informações sobre o paradeiro da sacerdotisa Diola foi explorada pelo MFDC, que a projetou como uma heroína da independência de Casamance, reforçando a tese de que a população da região Sul sempre resistiu a qualquer tipo de colonização, com uma identidade própria, guerreira, diferente do Norte do Senegal, que teria composto e negociado com os colonizadores ao longo de sua história.

É neste contexto separatista de Casamance que a trajetória de Aline Sitoé vai ser recuperada pelos ideólogos do MFDC e apresentada como figura emblemática da resistência. O padre Augustine Diamacoune Senghor reivindicava: "Ensine aos senegaleses a história de Casamance. Diga-lhes que, ao lado de Moussa Molo, Fodé Kaba, Sounkary Kamara, temos Sihalebe e Diamouyo."[20] Diamacoune denunciou a omissão destes heróis de Casamance nos currículos escolares em favor dos heróis das regiões Norte e Central do Senegal. Entre as figuras históricas de Casamance que merecem ser conhecidas, Aline Sitoé Diatta ganhou relevância em seus discursos e escritos.

Para o líder do MFDC, Casamance e Senegal não viveram o mesmo percurso histórico e teriam identidades distintas, assim, afirmava a sua "*casamancité*/casamancidade" face à "*senegalicité* /senegalescidade". Para ele, o Estado do Senegal propagava o modelo islâmico-Wolof como central e silenciava outras identidades "periféricas", sendo Casamance posta às margens das decisões políticas.

Diamacoume é um dos arquitetos da batalha ideológica em torno da figura de Aline Sitoé. Para retraçar a sua vida, apoiou-se nos relatórios dos administradores coloniais, em particular os do administrador sénior Benquey.[21] A questão do destino de Aline Sitoé estava no centro de suas preocupações, pois para ele já era hora de terminar esse estado de dúvida, sendo importante entender melhor o "Fenômeno Alinsiitowé, essa Rainha que encarna os traços da Mulher Diola Flup em seu ambiente tradicional".[22] Esta preocupação foi expressa publicamente em 20 de maio

20 Abbé Augustin Diamacoune Senghor, "Histoire de la Casamance (1645-1960)", en *Foi- Patriostisme- Hommage* (Paris: L'Harmattan, 2018).

21 Senghor, "Histoire de la Casamance", 118.

22 *Ibidem*, 127-128.

de 1975 no Cinema Rex, em Ziguinchor, durante uma palestra proferida por ocasião do Ano Internacional da Mulher, em que denunciou que o Senegal não dedicou uma única palavra às heroínas da resistência de Casamance. Num estilo enumerativo, evoca a história das mulheres das aldeias de Effok, Diembéring, Karounate (departamento de Oussouye), e a das mulheres de Balingore (departamento de Bignona) que copiosamente insultaram os seus maridos para os incitarem a resistir energicamente aos franceses, mantendo Aline Sitoé no centro da narrativa.

Sua apresentação baseou-se em alguns escritos de investigadores franceses e nas tradições orais. Diamacoume se opunha a Louis-Vincent Thomas, que teria minimizado a importância da resistência dos Diolas,[23] e seguia a tese de Jean Girard, que deu maior centralidade a Aline Sitoé, apelidada de "Joana d'Arc de Casamance".[24] Ele então traçará um paralelo entre essas duas heroínas que têm em comum "por exemplo: juventude, sexo, beleza, fé em Deus, fé na pátria [Casamance], dinamismo".[25] O paralelismo pode ter desaparecido aqui, uma vez que seu objetivo difere: enquanto Girard discute de forma geral a evolução do fetichismo no meio Diola, cujo ápice seria o culto à chuva de Aline Sitoé, Diamacoune, por sua vez, vê nela uma mulher que buscava construir uma nação maior. De facto, para ele, a mensagem da sacerdotisa de Cabrousse é essencialmente o anúncio dos novos tempos. Ela encarnaria, assim, a renovação da nação difusa, "um prelúdio para uma Renovação maior que estava a construir, não por armas assassinas, mas por união de coração e mente, num desejo comum de vida comum: a Nação Casamance."[26]

Diamacoume se apropriou deliberadamente da trajetória da sacerdotisa para sustentar seu projeto de independência de Casamance.

23 Thomas, *Les Diola*.

24 Jean Girard, "Genèse du pouvoir charismatique en basse Casamance (Sénégal)", *Initiations et études africaines*, xxvii (1969): 344. Quem primeiro fez a associação entre Aline Sitoé e Joana D'Arc foi o governador Hubert Dechamps, que a encontrou brevemente na prisão e a descreveu como uma jovem mulher com autoridade impressionante. Hubert Deschamps, *Roi de la Brousse: memóire d'autres mondes* (Paris: Berger-Levreault, 1975), 271, *apud* Baum, *West Africa's Women of God*, 156.

25 Senghor, "Histoire de la Casamance", 258.

26 *Ibidem*, 169.

Para ele, Aline Sitoé não era uma cidadã senegalesa, era apenas uma simples Diola, ou seja, uma mulher de Casamance. A partir de documentos de arquivos, relatórios e trabalhos científicos, Diamacoune a apresenta como liderança de um processo de construção de um espaço maior: a nação Casamance.

Note-se que Diamacoune trava uma dupla batalha ideológica: por um lado, convida o Estado senegalês a investigar sobre a vida de Aline Sitoé porque, para ele, o Estado senegalês, que substituiu a administração colonial em Casamance, "deve lançar oficialmente luz sobre o caso Alinsiitowé, sobretudo tomar as medidas urgentes e necessárias para que viva ou morta, Alinsiitowé ser restaurada para Casamance, sua terra natal".[27] Por outro lado, procura extraí-la do panteão nacional, uma vez que, para ele, Casamance não faz parte do Senegal: "Casamance está com o Senegal e não no Senegal." Uma atitude paradoxal, uma vez que ele denunciava a ausência da história de Aline Sitoé no currículo escolar senegalês e exigia que ela recebesse honrarias tal qual eram dadas aos heróis do Norte.

Durante muito tempo, o regime de Léopold Sédar Senghor privilegiou a aristocracia Sereer e Wolof na construção de um panteão nacional senegalês.[28] Diamacoune denunciou esta discriminação e o esquecimento de outros combatentes da resistência. Com uma espécie de indignação, escreveu o seguinte: "Mas então porquê cansar o povo Casamance com Lat-Dior e outros heróis senegaleses?"[29] Essa discriminação foi entendida como imperialismo cultural, "mãe de todos os imperialismos".[30] Nesta batalha pelo reconhecimento dos heróis de Casamance, Diamacoune vai, portanto, explorar este vazio histórico relacionado com a ausência destes últimos nos programas escolares. De facto, na operação de promoção dos símbolos locais e da integração nos emblemas da República e nos manuais escolares, o presidente Senghor parece ter privilegiado referências culturais da sua terra natal Sereer e das tradições Wolof.

27 *Ibidem*, 170.

28 Adama Djigo, "Patrimoine culturel et identité nationale: construction historique d'une notion au Sénégal", *Journal des africanistes* 85, n.º 1-2 (2015): 312-357.

29 Senghor, "Histoire de la Casamance", 195.

30 *Ibidem*, 190.

Este trabalho de reinterpretação da história e de disputa pela memória de Aline Sitoé com propósitos políticos foi realizado também por outros atores sociais como o Front Culturel Sénégalais, movimento criado em Dakar na década de 1970 pela esquerda senegalesa para denunciar as políticas elitistas e neocoloniais do presidente Léopold Sédar Senghor. O movimento denunciava que o governo havia marginalizado heróis anticoloniais como Lamine Arfang Senghor, Aline Sitoé ou Sidya Diop e buscava reabilitá-los como heróis nacionais. Em 1979, o Front Culturel Sénégalais publicou um texto sobre a vida e a obra de Aline Sitoé Diatta, ampliando o conhecimento de sua história para além das fronteiras de Casamance, entendendo-a como heroína nacional do Senegal.

Diamacoune, por outro lado, exigia que Aline Sitoé fosse inscrita não no patrimônio cultural senegalês, mas no patrimônio da sua própria comunidade. Ele inseriu a luta de Aline Sitóe em prol da independência de Casamace, em nada conectada ao Senegal pós-colonial. Este trabalho de reapropriação do passado e de construção de uma narrativa para provar o caráter histórico da resistência no Sul permitiu a este padre elevar Aline Sitoé ao estatuto de heroína de Casamance –não do Senegal. [31]

Como resultado desta provocação, o governo procurou preencher este vazio a partir do mandato de Abdou Diouf (1981-2000), segundo presidente da República do Senegal, que, assim que assumiu o poder, nomeou uma equipe de investigadores para pesquisarem o que teria acontecido com Aline Sitoé após sua prisão. Como referido acima, a missão a Tombuctu teve caráter oficial, foi financiada pelo governo senegalês, como forma de promover Aline Sitoé como heroína nacional e apaziguar os ânimos de Casamance, que insuflavam a ira popular contra o governo pela suposta "negligência" em averiguar a sua morte. A missão encontrou documentos oficiais da administração da penitenciária colonial atestando sua morte em 1944 por escorbuto; porém,

31 Paul Diédhiou, "Le conflit de Casamance: la «petite phrase» de Léopold Sédar Senghor et le nationalisme casamançais", em *Nouvelles voix/voies des discours politiques en Afrique francophone*, ed. Margareta Kastberg Sjöblom et al. (Besançon: Presses universitaires de Franche-Comté, 2024), https://doi.org/10.4000/books.pufc.53296; Senghor, "Histoire de la Casamance", 189-195.

não conseguiu localizar o local exato de sua sepultura, o que continuou aquecendo o debate público nos anos seguintes.

Transformar Aline Sitoé em heroína nacional foi uma estratégia para refrear os discursos separatistas do Sul, o que gerou um choque de narrativas muito fértil para se refletir sobre apropriação de personalidades históricas para fins políticos, construção de símbolos e identidades – nacionais e regionais – e processos de "heroificação".

Outro exemplo do uso da trajetória de Aline Sitoé para fins políticos é visto na Associação *Yewwu Yewwu* (despertar em Wolof), criada por feministas senegalesas na década de 1980, que veem em Aline Sitoé Diatta uma figura emblemática da luta feminina. Em seu discurso de abertura, Marie Angélique Savané, líder do feminismo senegalês, relembrou a história de Aline Sitoé Diatta como símbolo das mulheres e da nova geração, cujas ideias deveriam ser radicalizadas no presente. Também criaram o prêmio Aline Sitóe Diatta para condecorar figuras públicas e organizações com um notável trabalho pela valorização das mulheres, cujo primeiro agraciado foi o então presidente do Burkina-Faso, Thomas Sankara, como estratégia para pressionar o executivo senegalês a melhorar as condições de vida das mulheres.[32]

Vários movimentos políticos, sociais e culturais contribuíram para trazer uma consciência ao povo senegalês da importância da história de Aline Sitoé Diatta. Aos poucos, a população passa a cobrar dos governos ações concretas de valorização do patrimônio nacional; estudantes e professores passam a questionar a ausência das narrativas de seu próprio povo e pressionam para a descolonização dos currículos escolares e dos lugares de memória, querem ver os seus representados em monumentos, museus e livros didáticos.

A colonização francesa instituiu uma forma de entender e escrever a história que condicionou os africanos a acreditarem nos valores ocidentais como os únicos possíveis.[33] Passamos, assim, de programas

32 Oumar Kane e Hawa Kane, "The Origins of the Feminist Movement in Senegal: A Social History of the Pioneering Yewwu-Yewwi", *African Sociology Review* 22, n.º 1 (2018).

33 Para uma crítica da educação colonial na África: Achebe Chinua, *The Education of a British-protected Child* (Toronto: Doubleday Canada, 2009); Ngũgĩ wa Thiong'o, *Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature* (Oxford: James Currey, 1986); C. Akpabio,

em que se dizia aos africanos que os seus "antepassados eram os gauleses"[34] para uma descolonização dos currículos e dos lugares de memória herdados da colonização. Em Casamance, Diamacoune Senghor mobilizava para uma dupla descolonização: "A descolonização em relação à França, que reabilita a história senegalesa, e a descolonização em relação ao Senegal, que reabilita a história de Casamance."[35]

Ao mesmo tempo, a República do Senegal buscava fazer de Aline Sitoé Diatta uma heroína nacional, para além da sua identidade étnica, desconectando as narrativas oficiais da resistência espiritual e cultural Diola e da especificidade da história de Casamance, em busca de forjar um sentimento de unidade. O governo senegalês passou a propagar "Aline Sitoé Diatta, heroína do Senegal" no contexto de construção da identidade nacional e dos conflitos pela independência de Casamance.

Estamos diante de uma disputa pelas narrativas históricas, do passado como campo de batalha simbólico, que nos leva a refletir sobre as dinâmicas de criação dos "heróis" de acordo com propósitos políticos do presente. Que características são reforçadas, quais são silenciadas? Quais são os objetivos de cada grupo envolvido?[36] A problematização da construção dos heróis nacionais em África é um debate historiográfico rico em possibilidades e percursos, com processos históricos distintos. O que Terence Ranger observou no Zimbabwe no início dos anos 2000, por exemplo, foi um processo distinto, em que o Estado centralizou a narrativa oficial e institucionalizou quem são os "heróis" a serem glorificados, quem foram os "traidores da pátria", não admitindo contestações. Já no Senegal, observamos mais uma disputa de narrativas e produções de sentidos e identidades distintos. De toda forma, em ambos os casos o passado é mobilizado com fins políticos do presente e figuras históricas

"Reclaiming African Identity Through Education", *Journal of African Cultural Studies* 31, n.º 3 (2019): 298-312. A. G. Adebayo, "Colonial Education in Africa: Legacies and Modern Reforms", *African Studies Review* 61, n.º 2 (2018): 83-102.

34 Joseph Ki-Zerbo, *Para quando África?* (Rio de Janeiro: Pallas, 2006).

35 Senghor, "Histoire de la Casamance".

36 Terence Ranger, "Nationalist Historiography, Patriotic History and the History of the Nation: the Struggle over the Past in Zimbabwe", *Journal of Southern African Studies* 30, n.º 2 (2004): 215-234. Para a rainha Njinga Mbandi pelos movimentos nacionalistas de Angola no século XX, ver Mariana Bracks Fonseca, *Ginga e Angola: memórias e representações da rainha guerreira* (Curitiba: Brazil Publishing, 2019).

são promovidas a "heróis" para gerar uma identificação popular com as causas contemporâneas.

A questão do repatriamento dos restos mortais

Um novo capítulo do processo de heroificação de Aline Sitoé dá-se no governo de Abdoulaye Wade (2000-2012), quando se iniciou a tentativa de repatriamento dos seus restos mortais, até hoje em Tombuctu, no Mali.

Durante o período colonial, a deportação de lideranças africanas tornou-se um padrão de dominação frequentemente aplicado pelos franceses. Vários chefes foram exilados e morreram longe de suas terras natais. Assim, a deportação fez parte da lógica de decretar a morte política e sociológica dos líderes locais, uma forma de tentar apagar seus fatos da memória coletiva dos nativos. A questão da transferência dos restos mortais para as suas sociedades de origem aqueceu as discussões sobre políticas de reparação aos danos provocados pelo colonialismo. Um exemplo icônico foi o rei Beházin, que governou o Daomé entre 1890 e 1894, quando foi exilado na Martinica, onde morreu em 1906. Após pressão de seus descendentes, seu corpo foi repatriado em 1928.[37]

A questão da repatriação dos restos mortais de Aline Sitoé foi levantada por Abdoulaye Wade durante a campanha presidencial. Isso provocou um debate em Cabrousse, em que os mais velhos tiveram uma visão negativa da proposta e os mais jovens ficaram entusiasmados, já que Wade havia prometido a construção de um monumento em homenagem a Aline Sitoé, que deveria se tornar um lugar de peregrinação.

Essa proposta política encampada por Wade precisa ser discutida à luz da cosmologia Diola, atentando-se para como esse povo lida com a morte e com as sepulturas, a fim de se evitar a importação de concepções e ritos de outras culturas e provocar assim uma crise de identidade entre os Diola.

Os ritos fúnebres são fundamentais para a sociedade Diola para permitir que o falecido se reúna com seus ancestrais em outro mundo.

37 Patrice Louis, *La mission sacrée du Prince Ouanilo* (Saint-Denis: Ibis Rouge Éditions, 2016).

Deixar um falecido sem as devidas cerimônias fúnebres é considerado uma abominação, pois impediria o finado de alcançar os seus ancestrais e deixaria sua alma a vagar a esmo, o que provocaria desordens no mundo social. Durante as cerimônias fúnebres, dois produtos principais são utilizados ritualmente: arroz (*emano*) e o vinho de palma (*bunuk*).

As sepulturas são lugares de máximo respeito para o povo Diola, que tradicionalmente não medita em frente a uma sepultura como é comum nas sociedades ocidentais. Apenas os coveiros podem aproximar-se da sepultura de uma pessoa falecida e isto em circunstâncias muito específicas, como a reparação de uma sepultura. Acredita-se que quem meditar ou se aproximar de uma sepultura será punido pelo *bachiin* dos coveiros ou será considerado um antropófago (comedor de carne humana).

A morte é percebida como uma extensão da vida em outro reino (a vida após a morte). Entre os Diolas, o funeral é uma oportunidade para formular orações pelo falecido para que ele se torne um ancestral e possa ser bem acolhido no mundo espiritual. Antes do enterro, o corpo do falecido é exposto, o que permite que todos efetivamente certifiquem a morte.

Entre os Diolas, há um rito específico que permite que o defunto seja questionado para descobrir as causas de sua morte, caso esta não seja de ordem natural. É uma espécie de tribunal, que também pode ser encontrado em outras sociedades da África Ocidental. Em algumas localidades da Baixa Casamance, como Oussouye, antes de iniciar o interrogatório, um ou dois tiros são disparados: é um sinal. Assim, durante a cerimónia fúnebre e precisamente durante o interrogatório, quatro pessoas carregam o falecido que as faz mover-se graças à sua força invisível. Às vezes param por vários minutos (de 20 minutos a uma hora e às vezes até mais) para o interrogatório, como pode ser visto nas fotografias abaixo.



Figura 1 - Ritual de interrogatório. Os quatro portadores do falecido param num altar chamado *Djikhindu* que desempenha o papel de proteção. Os movimentos são guiados pelo falecido.
Foto tirada por Papis Fall na ilha de Niomoune,
no distrito de Ouback (Baixa Casamance), em 2017



Figura 2 - Um idoso, na frente do falecido e dos caixeiros, fazendo perguntas ao falecido para descobrir as circunstâncias de sua morte
Foto tirada por Papis Fall na ilha de Niomoune,
no distrito de Ouback (Baixa Casamance), em 2017.

Este ritual de questionar e rezar pelo repouso pacífico da alma do falecido é amplamente praticado hoje em dia na Baixa Casamance e ocupa um lugar muito importante na vida das sociedades Diola, o que permite que se faça justiça em casos de assassinatos.

O processo de repatriação dos restos mortais da sacerdotisa de Cabrousse se iniciou de fato ainda no governo do presidente da República Abdou Diouf, após pressão dos movimentos de Casamance, especialmente do padre Diacoume Senghor, como visto. O local exato do sepultamento de Aline Sitoé não foi confirmado, mas as promessas de trazer seu corpo de volta para sua terra natal continuaram a movimentar o debate político no Senegal.

Abdoulaye Wade, ainda na campanha presidencial das eleições de 2000, prometeu ao povo de Cabrousse que faria o repatriamento de seus restos mortais, o que dividiu opiniões em Casamance. As autoridades espirituais Diola consideram um grande desrespeito mexer em uma sepultura, ainda que ela não esteja em território Diola. Exumar o corpo seria considerado um sacrilégio, uma profanação, algo veementemente interdito e inapropriado.[38]

Importante sublinhar que existe um rito funerário específico dedicado aos líderes do *kasarah*/*kasila* chamado *Kabunen* (purificação ou cura). Como Aline Sitoé Diatta morreu longe de sua família, ela não pôde se beneficiar desse rito. Como a ausência do *Kabunen* pode levar a graves desequilíbrios no mundo espiritual, seus parentes teriam a opção de realizá-lo postumamente para o repouso de sua alma e a paz de sua família, ainda que sem a presença do corpo. Na sociedade Diola, os certos ritos funerários dependem do *status* religioso da pessoa e há interdições ainda mais severas em relação a sepultura de um líder espiritual, nem mesmo o local do enterro é público, sendo restrito apenas a coveiros e a sacerdotes que já passaram por altos níveis de iniciação.

Desta forma, concluímos que as propostas políticas de repatriação dos restos mortais de Aline Sitoé Diatta se chocam com as concepções

38 Entrevista com Philippe (Filidié) Diédhiou, inspetor do Lycée de Nyassia (Ziguinchor) em 15 de janeiro de 2026. Entrevista com L. Manga, professor de História e de Geografia no colégio Joseph Faye d'Oussouye, em 14 de janeiro de 2026. Entrevista com o rei sagrado de Calobone, Kudiossobo Diatta, em 28 de janeiro de 2026.

espirituais do povo Diola. Ainda que os jovens tenham manifestado interesse na proposta, os líderes mais velhos são veementemente contrários a ela. Esse episódio lança luz sobre o descompasso entre políticas de reparação histórica e a cosmopercepção tradicional africana, que muitas vezes é ignorada no debate público.

Aline Sitoé na história pública do Senegal contemporâneo

A história pública se caracteriza pela interação entre o conhecimento histórico e o público amplo em geral, além do âmbito acadêmico. Ela envolve a divulgação e o uso da história em espaços públicos, como mídias, exposições, filmes, romances, redes sociais e é também evidenciada em nomes de ruas, praças, edifícios, associações. A história pública torna o conhecimento histórico mais acessível e ativo na construção das identidades contemporâneas, conecta o passado ao presente e contribui para o debate sobre memória e valores coletivos.[39]

"A história é um campo de batalha", nos lembra Wole Soyinka, alertando que não podemos permitir que as forças do esquecimento e da omissão prevaleçam. A história pública em contextos africanos deve ser encarada como uma luta pela verdade, pelo direito de memória e pela justiça social.[40]

Sophie B. Oluwole destaca o papel da história pública no reconhecimento e na celebração das histórias africanas, muitas vezes negligenciadas ou marginalizadas. Para ela, a história pública deve ser uma plataforma para a reconstrução das narrativas africanas, que muitas vezes foram ofuscadas ou ignoradas pela história colonial.[41]

Nesse sentido, é importante compreender como a história de Aline Sitoé aparece nos museus e espaços de memória no Senegal. Seu nome aparece em obras públicas, escolas, praças e nos mais importantes museus do país. Contudo, há falhas e problemas a serem discutidos, que aqui pretendemos problematizar.

39 Faye Saye, *Public History: A Practical Guide* (Bloomignton: Bloomsbury Publishing, 2015); Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia Rovai, orgs., *Introdução à história pública* (São Paulo: Letra e Voz, 2011).

40 Wole Soyinka, *The Man Died: Prison Notes of Wole Soyinka* (Londres: R. Collings Ltd., 1972).

41 Sophie. B. Olúwolé, *Socrates and Òrúnmìlà: Two patron saints of classical philosophy* (Lagos: Ark Publishers. 2014

O *Musée de la Femme Henriette Bathily*

O *Musée de la Femme Henriette Bathily* foi inaugurado em junho de 1994, o primeiro deste gênero na África, na ilha de Gorée, onde funcionou até 2014, quando foi transferido para Dakar e instalado na *Place du Souvenir Africain.*

No *Musée de la Femme* percebe-se o cuidado e atenção da instituição em dar visibilidade às grandes protagonistas da História do Senegal. Logo no início da exposição permanente há uma instalação artística assinada pela artista e jornalista Ndèye Siga Ndiour que representa Aline Sitoé Diatta com os trajes e colares típicos de uma sacerdotisa Diola.



Figura 3 - Instalação artística representando Aline Sitoé Diatta, por Ndèye Siga Ndiour. Foto tirada em 10 de setembro de 2024, por Mariana Bracks Fonseca

Há também, em local de destaque, a reprodução *fac-similada* do seu retrato, aquele que é indicado como autêntico.



Figura 4 - Retrato de Aline na exposição permanente.
Foto tirada em 10 de setembro de 2024, por Mariana Bracks Fonseca

Junto à área destinada a Aline Sitoé há uma instalação artística de Ndate Yalla e imagens em honra a Yacine Boubou e a Ndjembeut Mbodj, Ndatté Yall, Sokhna Diarra Bousso e Sibeth Diédhiou. O museu mostra não apenas as grandes mulheres dirigentes, mas também busca apresentar ao visitante os modos de vida das mulheres africanas, com seus pilões, cauris de adivinhação, trajes e pérolas de sedução, tecidos, formas de carregar os filhos e mais diversos artefatos que nos fazem bem compreender a centralidade do feminino.

Place du Souvenir Africain

Esta praça pública é um grande projeto cultural inaugurado em junho de 2009, para ser "um receptáculo da memória dos povos negros, dos seus mártires, dos seus ativistas e dos seus símbolos da dignidade africana". Neste amplo espaço estão expostos pinturas e painéis com as sínteses biográficas de importantes personalidades africanas, dos diversos países e de várias temporalidades, de diferentes ocupações: políticos, artistas, escritores, revolucionários, etc.

Aline Sitoé aparece em dois lugares: nos painéis biográficos, acompanhada por Samory Touré, Wangari Maathai, Lat Dior Diop, Yacine Boubou, Ndayé Yalla Mbodj ou Njinga Mbandie Sundjata Keita. A título de curiosidade, é interessante perceber que o nome de Soundjata Keita é registrado como Sogolon Diatta Soundjata Keita, sendo Sogolon o nome de sua mãe e Diatta uma palavra de origem mandinka que significa leão. Sundjata seria a contração do nome de "o leão de Sogolon". Com a aproximação dos Mandinkas com os povos Ajamaat, renomeados Diolas, ao longo dos séculos Diatta tornou-se nome de família Diola, como vemos no sobrenome da nossa protagonista.



Figura 5 - Foto tirada em 10 de setembro de 2024, por Mariana Bracks Fonseca



Figura 6 - Foto tirada em 10 de setembro de 2024, por Mariana Bracks Fonseca

Transcrição da síntese biográfica:

> Rainha e sacerdotisa fazedora de milagres. Heroína da resistência de Casamance face ao colono francês. Para ajudar sua família a pagar o imposto obrigatório, ela se torna estivadora no porto de Ziguinchor e empregada doméstica para uma família francesa em Dakar. De retorno a sua região natal, ele dirigiu a

> resistência e a desobediência civil e pregou o retorno do povo casamancês às crenças tradicionais. De 1940 a 1942, ela reforma a educação, o ensino, a agricultura, etc. ao incitar os camponeses a pararem com as culturas alimentares. Qualificada de insurgente, ela foi presa em 8 de maio de 1943, julgada e aprisionada entre o Senegal e a Gâmbia, depois deportada para Tombuctu, no Mali. Ela foi declarada morta em 1944.

O breve texto – sem indicação de autoria – destaca seu papel como liderança espiritual e associa bem as migrações às cobranças de impostos trazidas pelo colonialismo. Aline é apresentada como quem gerou forte impacto em diversos campos sociais, mas o texto não identifica seu pertencimento étnico: não cita o etnômio Diola, mas usa a ideia de "povo casaçais" (de Casamance, casamancês) duas vezes.

O que chamaram de "parar com as culturas alimentares/*arrêter les cultures vivrières*" significa a luta contra a monocultura do amendoim para exportação, produção que levou à destruição das florestas e às migrações sazonais, um dos pontos centrais da resistência de Aline Sitoé.

Ela foi presa em janeiro de 1943, não em maio, e não teve direito a um julgamento: sua prisão se deu a nível administrativo, podemos dizer que foi arbitrária.[42] Da forma como o texto é apresentado aos visitantes, dá a impressão de que sua prisão foi "justa", não se explicita a violência colonial que sumariamente a eliminou, sem direito à defesa, ao contestatório. Outro equívoco é dizer que ela foi declarada morta em 1944. Hoje sabemos seu ano de morte devido a pesquisas posteriores. É importante frisar que a França oficialmente omitiu essa informação e só na década de 1980 reconheceu a morte de Aline durante a prisão. De acordo com tradições orais, durante muito tempo seu povo acreditou que ela estava viva e que voltaria.[43]

Importante também é discutir a imagem associada a Aline Sitoé Diatta. Trata-se de uma fotografia de Edmond Fortier, nomeada de

42 Papis Comakha Fall, "Trajectoire de deux prêtresses de la Sénégambie méridionale". *Revue sénégalaise d'Histoire* 9 (2019): 563-581.

43 Entrevista com o Sr. Bruno de Nialou, liderança espiritual, continuador das tradições de Aline Sitoé, e com o Sr. Jannot Diatta, líder comunitário de Nialou, em Cabrousse, em setembro de 2024.

"Femme de Saint-Louis",[44] posteriormente vendida como cartão-postal com a legenda "Femme de Dakar". Pelas referências dos locais, provavelmente trata-se de uma mulher Wolof, dificilmente seria uma mulher Diola. Essa é a imagem mais utilizada para se referir a Aline Sitoé; contudo, precisamos questionar o uso desta fotografia de uma mulher de outro povo, outra cultura.

Aline Sitoé também aparece em destaque no grande mural à esquerda de quem olha o mar, junto com Ndate Yalla, Yacine Boubou e Njinga Mbandi. A base para essa pintura seria uma outra fotografia de Aline bem jovem, antes de migrar para Dakar, menos comum nas representações que a anterior.



Figura 7 - Foto tirada em 10 de setembro de 2024, por Mariana Bracks Fonseca

Monument de la Renaissance Africaine

Trata-se do maior monumento construído na África contemporânea, com 52 metros de altura, todo feito em bronze, exibe um forte homem segurando sua mulher pela cintura e elevando seu filho bebê, simbolizando a dignidade do continente, direcionado para um futuro luminoso. Foi inaugurado em 2010, na ocasião do cinquentenário da independên-

44 Ver https://edmondfortier.org.br/postal/02-01-fph021/.

cia do Senegal, para celebrar a riqueza e a diversidade cultural africana, assim como a força e a resistência do povo africano.

No interior do monumento há uma exposição aberta à visitação, sem qualquer referência a autoria ou curadoria. No segundo andar, há painéis com breves resumos temáticos sobre a História da África. Em um dos painéis, remora-se a resistência frente à colonização. Com os dizeres:

> A permanência da resistência: como um junco, o continente tinha-se curvado, mas não quebrado, a resistência nunca cessou. Serão diversos, variados e armados, porque a pacificação, tão desejada, nunca será completa. Esta resistência também foi cultural porque os africanos nunca renunciaram às suas identidades plurais e religiosas com grandes figuras messiânicas que encarnaram a resistência armada e espiritual.

Neste painel, estão retratados Chaka Zulu (1787-1828), líder da resistência Zulu na África do Sul; Ndatté Yalla (1810-1860), última Linguère (rainha) do Waalo; Lat Dior Diop (c.1842-1886), o último soberano do Cayor; Béhenzin (c. 1845-1906) mais conhecido como Béhanzin, último soberano do Daomé independente; e Aline Sitoyé Diatta, que aparece com esta grafia inusual.

É importante notar que Aline é apresentada ao público junto dos mais importantes personagens históricos que lutaram contra a colonização, ainda que a instituição não forneça mais informações sobre sua vida. O mesmo painel é reproduzido também em inglês.

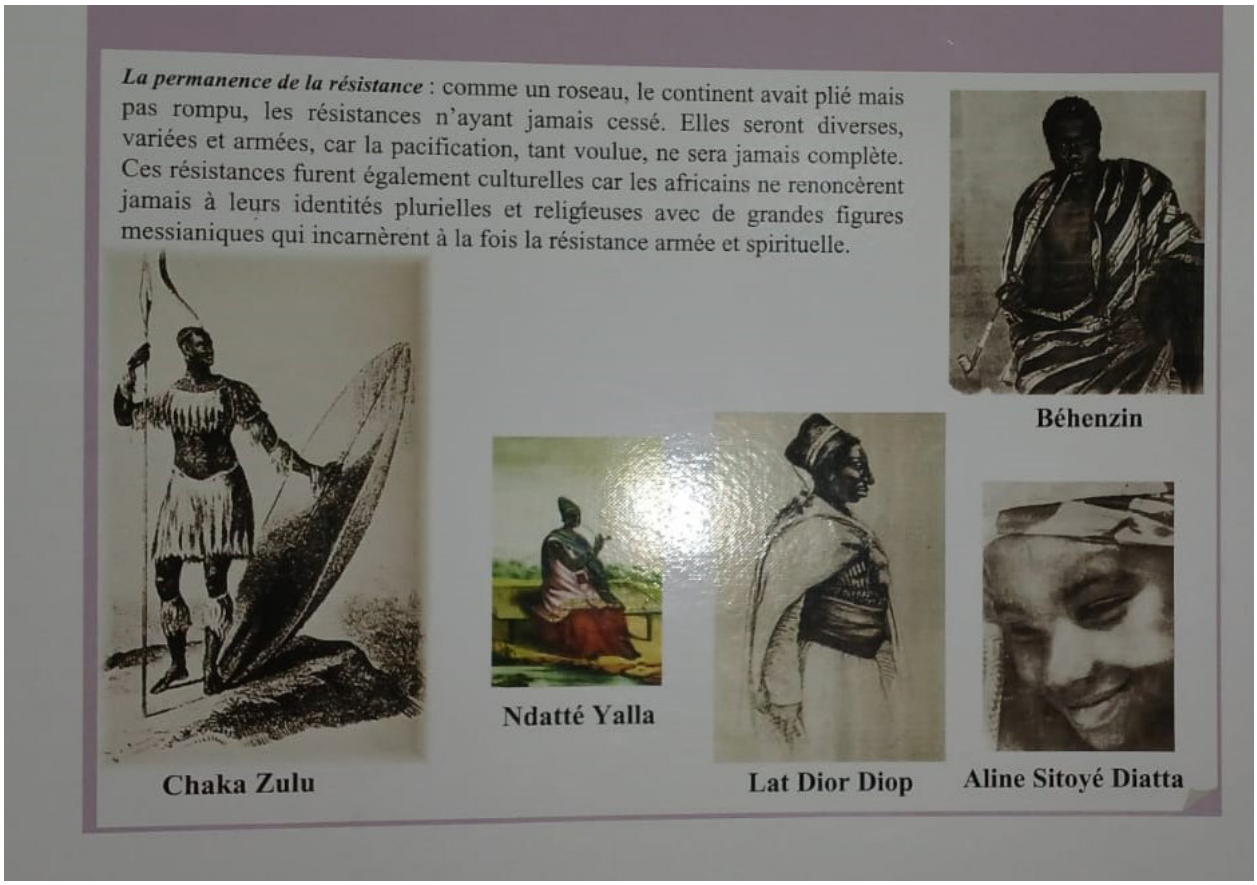


Figura 8 - Foto tirada em 9 de setembro de 2024, por Mariana Bracks Fonseca

Musée des Civilisations Noires

O *Musée des Civilisations Noires*, em Dakar, inaugurado em 2019 com a pretensão de ser o maior museu da África ocidental, tem um mural dedicado às mulheres importantes na história da África, intitulado "Mulheres africanas e líderes políticas". Aline Sitoé Diatta aparece no primeiro painel, ao lado de Makeda, Njinga Mbandi, Sarrouynia Magou ou de Taytoul Betou, em um total de 24 mulheres, incluindo as líderes combatentes dos movimentos de independência. No segundo painel, há 21 mulheres líderes políticas contemporâneas – como ministras, deputadas – e a seguir cinco mulheres que assumiram recentemente o posto de Presidente de nações africanas.



Figura 9 - Foto tirada em 10 de setembro por Mariana Bracks Fonseca



Figura 10 - Foto tirada em 10 de setembro de 2024 por Mariana Bracks Fonseca

Assustadoramente, há um erro grosseiro na data de nascimento. Está escrito na legenda que ela nasceu em 1910! É verdade que não sabemos exatamente o ano de nascimento de Aline Sitoé, mas todas as pesquisas e relatos situam por volta de 1920. Como e porquê o maior e mais importante museu do Senegal mantém um erro assim grave?

Neste mural, cada imagem é acompanhada por um QR-code que direciona a uma página da internet. Foi grande o espanto em ver que a história de Aline Sitoé foi descrita com apenas 62 palavras, que transcrevemos na íntegra.[45]

> Heroína da resistência de Casamance, Aline Sitoé Diatta lidera o seu povo num movimento de desobediência civil contra a autoridade colonial. Começou então a lançar apelos através das aldeias vizinhas, apelos que despertaram a população e fizeram temer os representantes locais da administração colonial, um movimento espasmódico de rebelião. Ela foi deportada para Timbuktu, onde morreu em 1944.

Chama atenção como não há referência a sua identidade étnica nem a sua missão espiritual, não há menção à sua defesa das tradições culturais, não explicita o que foram os seus "apelos". Mesmo sua morte não evidencia a violência colonial a que foi submetida.

Nas referências, apenas seis *links* para *sites*, dentre eles a *Wikipédia*. Nenhuma referência bibliográfica resultante de pesquisas históricas e antropológicas. Não é por falta delas. Existem pesquisas de qualidade sobre Aline Sitoe; mesmo que ainda não se haja publicado um livro exclusivamente sobre sua vida em francês, há muitas pesquisas sérias que discutem sua atuação e há publicações em inglês desenvolvidas com bastante ri-

45 Aline Sitoé Diatta, 1910-1944, Sénégal – Musée des Civilisations noires: "Héroïne de la résistance casamançaise, Aline Sitoé Diatta entraine son peuple dans un mouvement de désobéissance civile face à l'autorité coloniale. Elle commence alors à lancer des appels à travers les villages proches, appels qui ameutent la population et font craindre les représentants locaux de l'administration coloniale, un mouvement spasmodique de rébellion. Elle sera déportée à Tombouctou où elle mourut en 1944." Não há qualquer referência à autoria do texto.

gor.[46] A desatenção com a história de uma das mulheres senegalesas mais importantes do século XX revela uma negligência institucional em se fazer conhecer sua trajetória, o que conflita como o título de "Heroína nacional" a ela concedido pelo presidente Abdou Diouf em 1986.[47]

Aline Sitoé Diatta nos espaços públicos

Atualmente é muito fácil encontrar o nome de Aline Sitoé em diversos espaços públicos. O barco que faz a ligação marítima entre Dakar e Ziguinchor tem o seu nome, foi inaugurado em março de 2008, em substituição do navio *Joola*, tragicamente naufragado em 2002.

Em Ziguinchor, principal cidade de Casamance, há o estádio Aline Sitoé Diatta, inaugurado em 1992 para receber os jogos da Copa Africana de Nações.[48] Há também a rotatória (*Rond-poignard*; *Round--poind)* Aline Sitoé, próximo à região portuária, em local de grande circulação.[49] Apesar de levar seu nome, não há qualquer busto, placa ou monumento em sua homenagem na praça, apenas uma estela de cerca de quatro metros de altura, sem qualquer referência à personagem histórica. Em Ziguinchor há também hotéis, farmácia, autoescola e lojas de doces que usam o nome de Aline Sitoé Diatta.

Na cidade de Oussouye, a 44 km de Ziguinchor, há duas escolas nomeadas com este nome. A escola de ensino fundamental CEM Aline Sitoé e o Lycee Aline Sitoe Diatta, de ensino médio, criada em 1994. Em ambas instituições, os estudantes usam estampas de uniformes com imagens que remetem a Aline Sitoé, o que é uma forma de imprimir sua marca na história, ainda que esta não ocupe grande espaço nos currículos escolares.

46 Paul Diédhiou, "Pour une analyse du processus d'héroïsation d'Aline Sitoué Diatta", em *Comprendre le Sénégal et l'Afrique d'aujourd'hui. Mélanges offerts à Momar-Coumba Diop*, ed. Ibou Diallo, Ibrahima Thioub, Alfred Inis Ndiaye e Ndiouga Benga (Paris: Karthala-Crepos, 2023), 415-462; Papis Comakha Fall, "Trajectoire de deux prêtresses de la Sénégambie méridionale", *Revue sénégalaise d'Histoire* 9 (2019): 563-581.

47 Wilmetta J. Toliver-Diallo, "'The Woman Who Was More than a Man': Making Aline Sitoe Diatta into a National Heroine in Senegal", *Canadian Journal of African Studies / Revue canadienne des études africaines* 39, n.º 2 (2005): 338-360.

48 Localização do estádio. Ziguinchor, Senegal: 12.58°N 16.2588°W.

49 Département de Ziguinchor. Santhiab. Coordenadas: 12.58°N 16.2640° W.



Figura 11 - Foto dos uniformes do *Lycee Aline Sitoe Diatta*, 13 de novembro de 2024, Omar Sarr Badji (Akil Essuk)

Na década de 1990, pessoas originárias do departamento de Oussouye fundaram uma associação chamada URDO (União dos Nacionais do Departamento de Oussouye em Dakar), cujo um dos objetivos é reunir as diferentes aldeias e cidades do departamento: as competições de futebol organizadas pelos membros desta associação designam-se "torneio Aline Sitoé".

O time de futebol *Association Sportive et Culturelle Cabrousse* utiliza a imagem de Aline Sitoé em seu símbolo oficial, levando o nome da heroína para os estádios e campeonatos de futebol por toda a Casamance, o que gera um grande impacto na dispersão de seu nome, sobretudo entre os jovens.



Figura 12 - Foto de internet, ASC Cabrousse | Facebook, em dezembro de 2024

Apesar de ser um nome recorrente em Casamance, há poucas informações históricas sobre a vida de Aline Sitoé disponíveis para o grande público. A comunidade de Nialou em Cabrousse, terra natal da sacerdotisa, busca recursos para inaugurar um museu na casa em que ela nasceu, mas ainda há várias dificuldades que se impõem, sobretudo a falta de apoio dos órgãos públicos.[50]

Atualmente, discute-se como a memória da sacerdotisa que se tornou heroína pode ser honrada e mais conhecida, não apenas em Casamance, mas por todo o Senegal e pelos turistas que o visitam. Seria a construção de um monumento uma resposta? Ou seria essa uma forma importada das sociedades ocidentais, uma ideia externa, "alienígena", que não reflete a concepção do povo Diola de cultivar a memória dos seus grandes filhos, mais sustentada através dos cantos.[51]

50 Entrevista com Charles Diatta, coordenador da *Troupe Théâtrale Aline Sitoé Diatta*, 42 anos, em Cabrousse, realizada em 19 de setembro 2024.

51 Paul Diedhiou, "Les chants comme savoirs historiques locaux: esquisse d'une anthropologie historique des Joola", *Cahiers d'études africaines* LXII, n.º 3 (2022): 247.

Considerações finais

O nome de Aline Sitoé Diatta é amplamente conhecido no Senegal, sobretudo em Casamance. Mesmo que ainda não se veja sua história escrita nos manuais didáticos utilizados no sistema educativo, pode-se dizer que a população conhece sua trajetória, que é de diversas formas evocada para a construção das identidades e lutas contemporâneas.

Sua história também é evocada em músicas populares, na literatura, na dramaturgia, o que oferece material para pesquisas a partir de outras fontes para pensar sobre a circulação e a divulgação de sua trajetória.[52]

Várias mulheres deram continuidade aos ensinamentos de Aline Sitoé, e ainda hoje coordenam os ritos para a chuva, os sacrifícios, o compromisso com os *bachiin.* É importante afirmar que o *Kasila/ kassarah* não foi criado por Aline Sitoé, esses ritos para a chuva já existiam. Em Yotou, as tradições orais registram um culto ancestral muito difundido, liderado por mulheres, anterior a Aline Sitoé.[53] Na espiritualidade Diola, é comum que um *bachiin* seja levado de um vilarejo a outro, assim Aline Sitóe difundiu o culto da chuva ao ensinar as orações e doar um "braço" de seu *bachiin.* Hoje em dia, os ritos *Kasila* e *Kassarah* não são exclusivamente liderados por mulheres, mas elas ainda ocupam posições importantes em cerimônias e na comunicação com o mundo espiritual.

Dentre as mulheres que coordenam os ritos da chuva no presente, destacam-se a sacerdotisa Sibeth Diedhiou, de Éyoune (composta por três aldeias: Niambalan, Karounate e Siganar, no departamento Oussouye), que manteve a tradição espiritual e desempenhou importante papel nas negociações políticas, sendo conhecida como uma célebre "rainha" até sua morte em 1976. Também em Siganar, destacamos a

52 Canção "Aline Sitoé Diatta", de Alioune Kassé (Kassé Star), de 1992. https://youtu.be/CymiEfO472o?si=HyTT5KBTSdhSzbpA Ver: Toliver-Diallo, "The Woman Who Was More than a Man"; Marouba Fall, *Aliin Sitooye Jaata ou la Dame de kabrus* (Dakar: Les Nouvelles Editions Africaines du Sénégal, 1996); Boubacar Boris Diop, *Les tambours de la mémoire* (Paris: L'Harmattan, 1987).

53 Paul Diedhiou, "Pour une analyse du processus d'héroïsation d'Aline Sitoué Diatta", em *Comprendre le Sénégal et l'Afrique d'aujourd'hui. Mélanges offerts à Momar-Coumba Diop* (Paris: Karthala, 2023), 415-462.

sacerdotisa Aïmpène Diédhiou que tinha o poder de fazer cair chuva. Atualmente, Anna Todjé, de Djivente (Kalobone, Oussouye), é a mais conhecida sacerdotisa do *Kasila*, culto que lidera para garantir as chuvas e a harmonia com os ancestrais. Outras tantas mulheres continuam a alimentar os *bachiin* e a manter viva as tradições ensinadas pela sacerdotisa de Cabrousse. O culto aos *bachiin* ocupa um lugar muito importante na vida social Diola, apesar do apoio dado pelas autoridades coloniais aos *marabouts* para islamizar, pacificar e dominar essas sociedades.

Aline Sitoé é uma referência histórica importante para o povo Diola e sua trajetória continua inspirando movimentos diversos na construção das identidades e das agendas de luta. O seu nome é conhecido no movimento *Navétane*,[54] em Ziguinchor, graças à existência de uma Associação Esportiva e Cultural: *ASC Aline Sitoé Diatta*, no distrito de Niéfoulene. Um dos dirigentes dessa associação reside em Cabrousse Nialou – terra natal de Aline Sitoé –, onde ele vai com frequência fazer os preparativos místicos. A primeira Copa de Ziguinchor foi conquistada pela ASC Aline Sitoé Diatta frente ao ASC Djiringhor, categoria sénior, em 1993. E no campo musical desta associação desportiva e cultural – que dá ainda mais coragem aos futebolistas – destacam-se as canções em homenagem à sacerdotisa de Cabrousse. Havia um "mito" muito difundido entre a população de Ziguinchor: a chuva que caiu na final do campeonato de 1993 foi um sinal de vitória da ASC Aline Sitoé Diatta.

Em suma, é importante notar como a história da sacerdotisa de Cabrousse continua a motivar movimentos políticos diversos, a inspirar a juventude Diola atual, a enaltecer a identidade Diola, atentando-se para as diferentes interpretações do processo de "heroificação" e tentativas de manipulação do passado.

54 O movimento "Navétane", neste contexto, refere-se às atividades esportivas organizadas no Senegal anualmente durante as grandes férias escolares.

Referências bibliográficas

A. G. Adebayo. "Colonial Education in Africa: Legacies and Modern Reforms". *African Studies Review* 61, n.º 2 (2018): 83-102.

C. Akpabio. "Reclaiming African Identity Through Education". *Journal of African Cultural Studies* 31, n.º 3 (2019): 298-312.

Almeida, Juniele Rabêlo de, e Marta Gouveia Rovai, orgs. *Introdução à história pública.* Letras e Vozes, 2011.

Awenengo, Dalberto S. *L'idée de la Casamance autonome: Possibles et dettes morales de la situation coloniale au Sénégal.* Paris: Karthala, 2024.

Awenengo, Dalberto S., e V. Foucher, "Les Sciences sociales face au conflit casamançais: quelques résultats". *La gazette*, 23-07-2012, 1-7.

Baum, Robert M. *West Africa's Women of God: Alinesitoué and the Diola Prophetic Tradition.* Bloomington: Indiana University Press, 2016.

Bonnet, V., dir. *Conflits de mémoire.* Paris: Karthala, 2004.

Candau, J. *Anthropologie de la mémoire.* Paris: Presses universitaires de France, 1996.

Candau, J. *Mémoire et Identité.* Paris: Presses universitaires de France, 1998.

Chinua, Achebe. *The Education of a British-Protected Child.* Toronto: Doubleday Canada, 2009.

Cooper, Frederick. *Africa since 1940: The Past of the Present.* Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

Diatta, Christian Sina. *Parlons Jola: langue et culture des Diolas.* Paris: L'Harmatan, 1998.

Diédhiou, Paul. "Processus de construction de l'identité joola. Analyse socio-anthropologique des conflits en milieu ajamat (Casamance, Sénégal)". PhD diss., Besançon Université Franche-Comté, 2002.

Diédhiou, Paul. *L'Identité joola en question: la bataille idéologique du MFDC pour l'indépendance.* Paris : Karthala, 2011.

Diédhiou, Paul. "La gestion du conflit de Casamance: Abdoulaye Wade et la «tradition jóola". Em *Le Sénégal sous Abdoulaye Wade*, coordenado por Momar Coumba Diop. Paris: Karthala, 2013, 249-265.

Diédhiou, Paul. "Les conflits de mémoire au Sénégal". Em *La mémoire face à l'Histoire Traces, effacement et réinscriptions*, coordenado por Anne Le Guellec-Minel. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2019, 95-106.

Diédhiou, Paul. "Les chants comme savoirs historiques locaux: esquisse d'une anthropologie historique des Joola". *Cahiers d'Études africaines*, LXII, n.º 3 (2002): 247.

Diédhiou, Paul. "Le conflit de Casamance: la «petite phrase» de Léopold Sédar Senghor et le nationalisme casamançais". Em *Nouvelles voix/voies des discours politiques en Afrique francophones*, coordenado por Margareta Kastberg Sjöblom, Alpha Barry e Andrée Chauvin-Vileno. Besançon: Presses universitaires de Franche-Comté, 2023, 157-170.

Diédhiou, Paul. "Pour une analyse du processus d'héroïsation d'Aline Sitoué Diatta". Em *Comprendre le Sénégal et l'Afrique d'aujourd'hui: mélanges offerts à Momar-Coumba Diop*, coordenado por Ibou Diallo, Ibrahima Thioub, Alfred Inis Ndiaye e Ndiouga Benga. Paris: Karthala, 2023, 415-462.

Diop, Boubacar Boris. *Les tambours de la mémoire.* Paris: L'Harmattan, 1987.

Diouf, M. *Histoire du Sénégal.* Paris: Maisonneuve & Larose, 2001.

Diop, Momar Coumba. *Sénégal, trajectoires d'un état (1960-1990).* Dakar: CODESRIA, 1992.

Djigo, Adama. "Patrimoine culturel et identité nationale: construction historique d'une notion au Sénégal". *Journal des africanistes* 85, n.º 1-2 (2015): 312-357.

Ennigs, Eric T. *Vichy in the Tropics: Pétain's National Revolution in Madagascar, Guadeloupe, and Indochina, 1940–1944*. Stanford: Stanford University Press, 2001.

Falconieri, Silvia. "Pathologies de l'«âme indigène»". *Histoire, médecine et santé* 20 (2021).

Fall, Marouba. *Aliin Sitooye Jaata ou la Dame de kabrus*. Dakar: Les Nouvelles Editions Africaines du Sénégal, 1996.

Fall, Papis Comakha**.** "Trajectoire de deux prêtresses de la Sénégambie méridionale". *Revue sénégalaise d'Histoire* 9 (2019): 563-581.

Fall, Papis Comakha. "Les déportés de la Sénégambie et du Soudan: entre résistances et répressions dans un espace colonial de 1840 à 1946". **PhD diss.**, Sorbonne Université, Centre d'histoire du XIXe siècle, 2023.

Faye, Amade. "Histoire et imaginaire: Aline Sitoé ou la féminité héroïque". *Annales de la Faculté des Lettres et Sciences Humaines* (Université Cheikh Anta Diop) 37 B (2007).

Fonseca, Mariana Bracks. *Ginga e Angola: memórias e representações da rainha guerreira.* Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

Girard, Jean. "Genèse du pouvoir charismatique en basse Casamance (Sénégal)". *Initiations et études africaines* XXVII (1969): 344.

Halbwachs, M. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994.

Journet-Diallo, O. *Les Créances de la terre*. Turnhout: BEHE e Brepols, 2007.

Kane, Oumar, Hawa Kane. "Les origines du mouvement féministe au Sénégal: une histoire sociale de la pionnière Yewwu-Yewwi". *Revue sociologique africaine* 221 (2018).

Ki-Zerbo, Joseph. *Para quando a África?* Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

Klein, Martin A. *Slavery and Colonial Rule in French West Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Konaté, D. "Ultimate exclusion. Imprisoned women in Senegal". Em *History of Prison and Confinement in Africa*, coordenado por F. Bernault, traduzido por J. Roitman. Portsmouth: Heineman, 2003, 155-163.

Louis, Patrice. *La mission sacrée du Prince Ouanilo*. Saint-Denis: Ibis Rouge Éditions, 2016.

Manga, Mohamed Lamine. *La Casamance dans l'histoire contemporaine du Sénégal.* Paris: L'Harmattan, 2012.

Marut, Jean-Claude. *Le Conflit de Casamance. Ce que disent les armes*. Paris: Karthala, 2010.

Méguelle, Phillipe. *Chefferie coloniale et égalitarisme diola: les difficultés de la politique indigène de la France en Basse Casamance (Sénégal) 1828-1923*. Paris: L'Harmattan, 2012.

Mundimbe, V. Y. *The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy and the Order of Knowledge.* Bloomington: Indiana University Press, 1988.

Nora, P., dir. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1995.

Olúwolé, Sophie. B. *Socrates and Òrúnmìlà: Two Patron Saints of Classical Philosophy*. Lagos: Ark Publishers. 2014.

Panuntun, A. B., Istiqomah, L. N. T., e Arthatiya, A. Z. "Contesting Alinesitoué Diatta: The Polyphony of Prophetic Discourses in Boubacar Boris Diop's *Les tambours de la mémoire*. *LITERA* 23, n.º 3 (2024): 261-273.

Ranger, Terence. "Nationalist Historiography, Patriotic History and the History of the Nation: The Struggle over the Past in Zimbabwe". *Journal of Southern African Studies* 30, n.º 2 (2004): 215-234.

Roche, Christian. "Portraits des chefs casamançais". *Revue française d'Outre-mer* 123 (1971): 437-467.

Roche, Christian. *Conquête et résistance des peuples de Casamance (1850-1920)*. Dakar e Abidjan: Nouvelles Editions Africaines, 1976.

Roche, Christian. *Histoire de la Casamance*. Paris: Karthala, 1985.

Roche, Christian. "La déportation d'Alin Sitoé Diatta". *La voix de la Casamance* 48 (1995).

Roche, Christian. "Chronique casamançaise. Le cercle de Ziguinchor au Sénégal pendant la guerre de 1939-1945". *Revue française d'histoire d'outre-mer* 85, n.° 319 (1998): 87-115. DOI: https://doi.org/10.3406/outre.1998.3630.

Roche, Christian. *Le Sénégal à la conquête de son indépendance*. Paris: Karthala, 2000.

Sarr, Fodé. "Histoire, fiction et mémoire dans l'œuvre de Boubacar Boris Diop". PhD diss., Université de Montreal, 2011.

Saye, Faye. *Public History: A Practical Guide*. Bloomignton: Bloomsbury Publishing, 2015.

Senghor, Augustin Diamacoune. "Le ras-le-bol casamançais". *La voix de la Casamance* 45 (1978).

Senghor, Augustin Diamacoune. *Histoire de la Casamance (1645-1960). Foi-Patriostisme-Hommage*. Paris: L'Harmattan, 2018.

Soyinka, Wole. *The Man Died: Prison Notes of Wole Soyinka*. Londres: R. Collings Ltd., 1972.

Thiong'o, Ngũgĩ wa. *Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature*. Oxford: James Currey, 1986.

Thomas, Louis Vincent. *Les Diola: Essai d'analyse fonctionnelle sur une population de Basse Casamance*. 2 vols. Dakar: Institut Fondamental d'Afrique Noire, 1960.

Toliver-Diallo, Wilmetta J. "'The Woman Who Was More than a Man': Making Aline Sitoe Diatta into a National Heroine in Senegal". *Canadian Journal of African Studies / Revue canadienne des études africaines* 39, n.º 2 (2005): 338-360.

FONTES PRIMÁRIAS

Archives du Sénégal (ANS)

Affaire Alinesitoué Diatta. Archives Nationales du Sénégal 13G 13, Versement 17, Cercle de Ziguinchor Tribunaux, 1926-1943.

Secrétariat Général. Ier Bureau to Chiffre. Chap. 5. Art. 2. 39 APA/2, 18-01-1943. 11 D 1 226.

Courriel confidentiel écrit à Ziguinchor le 10 mars 1943, colonie du Sénégal, Cercle de Ziguinchor n.°137 Cf/APA. 11 D 226.

ENTREVISTAS*

Bruno de Nialou
Jannot Diatta
Charles Diatta
Kudiossobo Diatta
Philippe (Filidié) Diédhiou
L. Manga

*Entrevistas realizadas entre setembro de 2024 e janeiro de 2026.

DOCUMENTÁRIO ÁUDIO-VISUAL

Aline Sitoé Diatta: une guerriere sans armée. Direção Dooseh Vossah. 2024.

Referência para citação

Diedhiou, Paul, Papis Comakha Fall e Mariana Bracks Fonseca (2025). "Aline Sitoé Diatta: As lutas pela memória na construção da heroína senegalesa". *Práticas Da História. Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, (21), 171-209. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n21.41847

Monólogos e diálogos com a História
Entrevista com o cineasta moçambicano Sol de Carvalho

Renata Flaiban Zanete, Lurdes Macedo
e Viviane Almeida*

A História e a memória se entrelaçam na filmografia do cineasta moçambicano João Luís Sol de Carvalho (1953-). Tanto a sua história pessoal, que o artista almeja um dia filmar, como a sua obra podem ser vistas como arquivos que permitem aos moçambicanos reescrever a sua própria História. Estudou na Escola Piloto para a Formação de Profissionais de Cinema, do Conservatório Nacional (atual Escola Superior de Teatro e Cinema), em Portugal, no início dos anos 1970. Não terminou o curso porque considerou que deveria regressar ao país natal para se juntar à Frelimo[1], no limiar da independência do seu país. Após o 25 de Junho de 1975, participou no projeto Kuxa Kanema[2], e trabalhou como jornalista na Rádio Moçambique e na revista *Tempo*. A

* Renata Flaiban Zanete (renaflai@gmail.com). https://orcid.org/0000-0002-5241-7823. Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, Portugal; Lurdes Macedo (lurdes.macedo@ulusofona.pt). https://orcid.org/0000-0002-1577-1313. CICANT - Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias. DOI: https://doi.org/10.54499/UID/05260/2025, Universidade Lusófona, Portugal; Viviane Almeida (v_de_almeida@hotmail.com). https://orcid.org/0000-0002-3779-4890 NETCult / CEHUM - Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, Portugal. A investigadora Viviane Almeida teve o seu trabalho financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto com o identificador https://doi.org/10.54499/2023.03741.BD.

1 Frente de Libertação de Moçambique.

2 "O nascimento do cinema" (*kuxa*, em ronga; *kanema*, em makua). Foi um laboratório cinematográfico experimental cujo objetivo era filmar o povo moçambicano e devolver-lhe essas imagens, promovendo a construção da identidade nacional, após a independência do país.

partir de 1986 passou a dedicar-se definitivamente ao cinema, realizando filmes documentais e ficcionais em que entrelaça a memória histórica de Moçambique com questões sociais. O passado colonial, as lutas pela libertação nacional e os impasses do pós-independência são temas que trespassam sua filmografia.

O cinema é poderoso ao criar narrativas através de imagens e palavras, revendo epistemologicamente o passado de África no contexto pós-colonial. A figura paterna, a quem Sol de Carvalho dedica *Monólogos com a História* (2019, 18'), é recorrente, seja na imagem do fantasma, personagem da película, seja nas reflexões que fez, ao longo da entrevista, sobre as heranças que podem ou não ser evocadas e reinterpretadas pelos descendentes daqueles que construíram um certo passado histórico. Através de constructos simbólicos como as portas e janelas que recortam paisagens, os objetos deixados pelo pai, ao filho, e a ferrugem no espaço em ruínas, o diretor de cinema propicia ao espectador modos sensíveis e relacionais de olhar para o passado. Para Sol de Carvalho, a adaptação do conto "Diálogo à beira d'uma sepultura", de Aldino Muianga (1950-), ao cinema, em *Monólogos com a História*, é uma "via de mão dupla": há textos que suscitam imagens; e há imagens, como a do edifício em ruínas, cenário do filme, que inspiram o roteiro cinematográfico.

A 8 de março de 2023 conversámos com o premiado cineasta, via Zoom. Sol de Carvalho usava uma camisa polo com a inscrição "Mabata Bata", título de um de seus filmes[3], adaptado do conto "O dia em que explodiu Mabata Bata" (1986), de Mia Couto. Era como se nos dissesse que é preciso "vestir a camisa". Deparámos com um contador de histórias, homem de causas movido pela vontade de fazer e de manter a chama do sonho acesa. É realizador de cinema, gestor cultural e proprietário da produtora Promarte e do Cinema Scala, patrimônio arquitetônico de Maputo.

Esta entrevista foi realizada durante uma investigação sobre o modo como a literatura e o cinema, no período tardocolonial, e no pós-independência, interpelam o projeto de nação ambicionado para

3 *Mabata Bata* (2017, 74').

Moçambique. A este propósito, refira-se um artigo publicado pelas entrevistadoras sobre reescritas e memórias moçambicanas em *Monólogos com a História*, de Sol de Carvalho.

Entrevistadoras[4] – Iniciamos esta conversa refletindo sobre a tradução da literatura para as imagens, e das imagens para as palavras, principalmente em *Monólogos com a História*, que você dedica ao seu pai. Como são, neste caso, essas ligações entre as suas vivências, a sua memória, a literatura e o cinema?

Sol de Carvalho[5] – Li o conto "Um diálogo à beira d'uma sepultura", do Aldino Muianga, e gostei muito. É um diálogo com a morte, mas também com a sua própria consciência. Excitou-me a ideia de fazer um filme num cemitério: o de Inhambane, cidade onde eu cresci. Lá, existia aquele edifício em ruínas que, supostamente, esteve ligado à escravatura e, depois, a outras trocas comerciais. Então, resolvi sair da ideia do cemitério e ir para esse espaço em ruínas. Quando vi esse cenário, ele falou para mim tanto quanto o conto. As imagens suscitam-me palavras e as palavras suscitam-me imagens. Eu não gosto de pegar num conto e depois tentar encontrar os lugares para filmá-lo. Gosto de encontrar um espaço que me suscite paixões, e depois fazê-lo casar com as palavras. Eu comecei a retrabalhar o que aquele espaço me dizia, ainda para mais sendo no lugar onde cresci. A 200 metros dali fica o Cinema Tofo, que é o meu *Cinema Paraíso*[6], onde eu nasci para o cinema.

Nos primeiros anos da independência de Moçambique, já eu era adulto, tinha muitas dificuldades. O meu pai ainda estava cá, e a minha mãe também... uma vez, eu furei o pneu do carro. Eu disse: "Ó pai, ensina-me lá a mudar o pneu do carro", e ele respondeu: "Aprende tu." Eu falei: "Ó pai, mas tu já botaste tantas vezes o pneu do carro..." E ele: "Sim, mas tu tens que aprender por ti próprio." Ele acabou por legar-me algumas boas condições de vida, mas essa ideia de que eu não

4 Doravante E.

5 Doravante SC.

6 *Cinema Paraíso* (*Nuovo Cinema Paradiso*, 1988) é um filme franco-italiano, de Giuseppe Tornatore. Filme multipremiado nos principais festivais de cinema internacionais e vencedor do Óscar de Melhor Filme Estrangeiro em 1990. Celebra o poder transformador do cinema numa pequena vila italiana, no pós-II Guerra Mundial. É uma homenagem ao próprio cinema, num tempo em que as salas de cinema eram locais de encontro e de sociabilidade.

tenho o direito de usar a herança que me é dada começou a percorrer o meu espírito com uma força incrível, por razões políticas e pessoais. Esta história também é um pouco a análise do que eu sentia que estava a acontecer no país: o libertador ter direito a uma vênia até o final da vida. Eu só tenho direito a uma vênia do meu pai se eu fizer aquilo que ele, de uma certa maneira, fez também. Era essa a discussão que eu travava com ele, nos *Monólogos com a História*. Porque me deixaste estas ruínas? Se eras rico, eras um combatente, podias ter-te "aproveitado" [faz o gesto de aspas], como fizeram os teus colegas. Estive preso por 20 dias, antes do 25 de Abril, e penso que isto não me dá o direito de dizer "eu sou combatente antifascista, então deem-me lá os meus créditos". Não há muitos africanos que, depois de chegarem ao poder, tenham manifestado a capacidade de se retirar e dizer: "Ok, agora é o vosso tempo." Essa era a mensagem que o meu pai me transmitia: "Eu já fiz, agora é o teu tempo. Eu já tratei dos pneus, agora trata tu" [risos].

Enfim, fugi tanto do texto que quase me esqueci do original. Só voltei a falar com o Aldino Muianga quando o trabalho já estava completo. Enviei-lhe o pedido e fizemos o acerto dos direitos de autor. O conto foi o ponto de partida.

E – Como surgiu o título *Monólogos com a História*? Tem essa dimensão plural...

SC – É um monólogo no sentido de que é uma pessoa a pensar com a sua própria consciência: "O que é que eu devo fazer?" O que ele vai fazer não interessa, mas vai fazer algo que é ELE [enfatiza] que vai fazer, depois de o pai lhe ter explicado a mesma coisa, de diferentes maneiras: "Não quero medalhas, não quero poder, não quero aproveitar-me do meu passado; portanto, decide tu." O filho responde: "Ok, pai, percebi." Depois dessa conversa, é como se ele pensasse: "O que é que eu vou fazer amanhã?" É um monólogo, nesse aspeto. Já a História tem a ver com o meu passado e com a experiência do meu país. Reparem, eu não julgo o falhanço: quando alguém se mete numa aventura, pode falhar. O que eu julgo é a coerência e a única maneira de verificá-la é através da História. Hoje, já não faço o discurso político que fazia em 1974. Obviamente, as coisas mudam e o que

é realmente preocupante em Moçambique é a pobreza. Afinal, nós lutamos para sermos um dos países mais pobres do mundo? Não faz sentido.

Por isso, o título do filme é *Monólogos com a História*, no sentido em que a História nos ensina e, de fato, é preciso interrogar: "Qual é a motivação concreta e profunda que leva uma pessoa a lutar contra o regime opressor?" Muitas vezes, ficamos com a sensação de que é apenas uma mera substituição. Na verdade, o que move as pessoas é o poder da memória.

E – Em *Monólogos com a História*, as ruínas e a ferrugem são sugestivas. O filme tem imagens simbólicas: os cadeados, o personagem que passa por diferentes paisagens e janelas... parece que ele precisa da chave para abrir aquele cadeado, para entrar naquele espaço...

SC – A ferrugem é talvez o elemento morto com mais vida para mim; porque, para chegar à ferrugem, passou-se um processo, um tempo de vida. Sou fascinado por esses cenários: têm uma presença muito forte da morte, mas muitíssimo mais forte da vida, porque são memórias, são histórias. Não toquei no edifício [de *Monólogos com a História*]... foi filmado como o encontrei. A determinada altura, discuti com a minha equipa a possibilidade de limpar o capim e disseram-me: "Sol, aquele verde é sinal de vida." Eu achei que tinham razão. A única coisa que eu fiz foi colocar as esculturas, feitas com ferro velho, por mim e pelo motorista, que trabalha comigo há muito tempo. Há a escultura do punho fechado e a que representa a tecnologia – que passa os *slides* – e a cadeira do poder, que está na cova. Pus as medalhas, [que] são atiradas para a cova também, mas no cenário original eu não toquei. Foi ele que me tocou. É a maneira como eu gosto de fazer cinema: sobrepondo vários *layers*. No caso de *Mabata Bata*, transformei um conto breve de Mia Couto num longa-metragem, introduzindo uma história dentro da outra. Há uma história básica contada, e depois há as interrogações que estão lá atrás, num segundo, terceiro plano...

E – Em algum momento você ficou em dúvida se deveria personificar o fantasma, em *Monólogos com a História*?

SC – Não, porque, para mim, ele [o personagem principal] não está a conversar com o fantasma do pai. Está a conversar com ele próprio. E isso foi o que me aconteceu. Eu discutia comigo: "Porque é que o meu pai me disse isso?" Ele era um colono, uma pessoa de origem camponesa. As minhas avós eram analfabetas. Acabámos por decidir que o fantasma do pai devia entrar na imagem daquela forma – quase como uma sombra, um sonho. E quando o filho sai e olha para dentro da casa, ele está a olhar para o pai, outra vez. A casa é o pai.



Figura 1 – O filho entre sombras, o espectro do pai e a ruína
Imagem do cartaz do filme *Monólogos com a História*.
Crédito: Sol de Carvalho (realizador).

E – No filme, aparece o Che Guevara e outros combatentes. Como é que você pensou isso?

SC – A certa altura do filme, as imagens são um *pot-pourri* [carrossel de *slides* de *Monólogos com a História*] de grandes movimentos de libertação do século passado. Quase sempre, estes projetos não resultaram, nem por aproximação, do que era o sonho. O que aconteceu foi uma desistência

desse sonho. A discussão sobre as lutas de libertação pós-Segunda Guerra Mundial deve ser feita, porque a ideia e o ideal eram, e são, muito bonitos. Nem sempre se concretizaram. Por isso, fiz uma cronologia de algumas dessas lutas: Guerra Civil Espanhola, Guerras de África, Vietname... Coloquei naquelas imagens essa interrogação. O personagem principal, ao olhar para a história do pai, interroga-se sobre os caminhos que foram percorridos...

E – Em que medida os seus filmes, em particular *Monólogos com a História*, poderão ser entendidos como uma forma de reflexão sobre a sua identidade individual e a identidade nacional moçambicana?

SC – Eu pertenço a uma geração "meio louca". Fui participante ativo de três momentos políticos importantes: a opressão colonialista e a luta contra ela; o sonho socialista; e a prática de um capitalismo que se tornou selvagem. Isso para mim é um privilégio. Veja, sendo eu branco, filho de portugueses... educado no regime colonial por uma pessoa honesta [o pai], mas não de esquerda... Eu defendo a posição de que a Frelimo foi o primeiro ato de cultura nacional de Moçambique. Quando digo nacional, digo território. Moçambique é um somatório de diversas identidades... há uma anterior que é a da conquista colonial, feita pelo regime português, mas a primeira autenticamente moçambicana é a da Frelimo e a tentativa pós-independência de materializar um programa socialista, com maior igualdade. No início do meu trabalho na rádio, por exemplo, decidimos que a diferença entre o salário do porteiro e do diretor geral não deveria de ser mais de cinco vezes. Era uma forma concreta de assumirmos alguma igualdade, respeitando alguma diferença de responsabilidade. Agora, passados quase 50 anos, qual é a Frelimo que libertou o país? Há várias Frelimos. A Frelimo, ela própria, foi-se transformando ao longo da história, e foi assumindo diversas posições. Houve uma mudança radical com a morte de Samora Machel[7] e a adesão a um

7 Samora Machel (1933-1986) foi o segundo líder da Frelimo, em sucessão a Eduardo Mondlane (1920-1969), liderando a luta de libertação de Moçambique. Foi o primeiro presidente do país, após a independência, de 1975 até a sua morte.

novo sistema econômico e político. Assistimos ao abandono de uma "opção pelo povo" para uma "opção pelo bolso". Nestes momentos, as lutas internas passam a ser pela propriedade pessoal dos recursos dentro do partido. Não sei onde isto vai dar, mas terá de mudar, mais cedo ou mais tarde. Às vezes, as pessoas têm vergonha do seu passado e não querem assumir os erros que cometeram. Acham que tudo o que fizeram foi justificado pelo momento. Historicamente, isso aconteceu: quando houve a desagregação da União Soviética, os partidos que estavam no poder saíram. Em Angola e Moçambique, que são os casos que melhor conheço, o próprio partido fez esta transformação. Aquilo que imaginávamos ser um partido marxista-leninista passou a ser um partido ligado à economia capitalista. Em África, foram os próprios partidos que mudaram, mantendo-se no poder. Isto é uma característica muito recorrente em África. Posso dizer que no Vietname também aconteceu. Se você olha mais para a modernidade, não quer se mostrar como tradicionalista. Se você olha muito para a tradição, não se quer mostrar como modernista. Enfim, todas essas conflitualidades.

O cinema interroga a História: a ficcionalização do real

E – E essas conflitualidades reverberam na relação entre o cinema e a História?

SC – Uma parte da minha obra são filmes sobre História. Muitas vezes, procurar os fatos da História não é algo bem visto. Quando se trata de investigarmos as tradições é mais fácil. Quando se trata da história política já fica mais complicado. Há muito medo de libertar segredos que façam ricochete ou que possam comprometer alguma pessoa. Eu acho importante que, pelo menos, a reflexão seja deixada em aberto. Eu tenho quase 70 anos e há 50 que eu vivo em guerra, no meu país. Nunca disparei um tiro, nunca matei ninguém, felizmente; mas vivo com a guerra a bater-me nos ouvidos o tempo todo. O cinema, muitas vezes, interroga a História e isso é sempre, de alguma forma, incômodo.

E – Numa entrevista concedida à investigadora Ana Cristina Pereira, o Sol diz que "os moçambicanos e os ocidentais não olham da mesma maneira para as coisas". Poderia falar um pouco mais sobre isso?

SC – A maior parte dos trabalhos feitos sobre o cinema em Moçambique são à volta de duas personalidades: o Ruy Guerra[8], de quem sou amigo, foi meu tutor neste filme [indica o escrito "Mabata Bata" em sua camisa], e o Jean-Luc Godard[9]. Eu entrevistei-o numa das várias viagens que fez a Moçambique para o lançamento do célebre projeto da imagem[10]. Nessa entrevista ele me disse: "Não há hipótese de vocês pensarem um cinema novo e interessante se, antes de mais nada, não conseguirem saber como é que uma camponesa vê um autocarro que vem em sua direção na estrada." O que o Godard quis dizer foi: "Eu não tenho soluções para Moçambique. São vocês, os moçambicanos, que têm que encontrá-las, e vão depender muito do modo como as pessoas se veem." Agora vou contar-vos dois episódios que se relacionam com isso. No período inicial do cinema moçambicano havia o Instituto Nacional de Cinema, que centralizava tudo. Havia muito trabalho de educação. O cinema móvel foi a uma aldeia apresentar um filme sobre a luta contra a malária. No fim, um velho se levantou e disse assim: "Nós percebemos tudo o que você falou. Só que há um problema: os nossos mosquitos, aqui, são pequenininhos! [Sol reforça a palavra com um gesto, voz aguda e risos] Não são iguais a esses que apareceram na tela. Esses são muito grandes." Quando o filme sobre o combate ao HIV, *Pregos na Cabeça* (2003, 35'), estreou, fizemos uma apresentação na televisão e um debate em direto. Recebemos um telefonema do Norte de Moçambique: "Sr. diretor, sr. ator, muitos parabéns, o filme está muito bom. Agora, eu queria que esse senhor com HIV, que está ao seu lado,

8 Ruy Guerra (1931-) é um cineasta luso-brasileiro nascido em Moçambique e um dos expoentes do Cinema Novo brasileiro.

9 Jean-Luc Godard (1930-2022) foi um cineasta franco-suíço, grande influenciador do cinema moderno e da *Nouvelle Vague* francesa.

10 Segundo Carvalho e Augusta (2022), Godard intentou desenvolver um projeto de televisão em Moçambique, no pós-independência, quando 95% da população nunca tinha visto uma imagem audiovisual, mas o projeto não vingou.

me diga como é que vai resolver o problema." E eu expliquei: "Não, esse senhor não tem HIV. É um ator", mas o telespectador insistiu: "Você no filme disse que ele tinha HIV!" – e a discussão ficou por ali. Fiquei a pensar se seria justo construir um cinema em Moçambique sem refletir sobre essas representações. Nós [moçambicanos] de fato não vemos as coisas da mesma maneira que o europeu. Nós só podemos ser teóricos se tivermos o poder da abstração e isso falta por aqui. Quando fazemos os debates sobre os meus filmes, invariavelmente é assim: "Este filme é muito realista. É assim mesmo que as coisas se passam" ou "O senhor não tem razão, porque as coisas não se passam assim". Talvez seja por isso que o cinema documentário aqui tem tanta força.

Ninguém me dá a liberdade de inventar. Eu é que invento, sou obrigado a isso como artista. O cinema de ficção baseado na realidade de Moçambique acaba por criar alguma perturbação. Acontece com os filmes do Licínio[11] e com os meus. Nas sociedades animistas, como a moçambicana, os espíritos não estão lá, no céu. O espírito está aqui ao meu lado [indica a lateral do ombro], a conversar comigo. Por isso é que o pai aparece [em *Monólogos com a História*], porque o filho está a conversar com o pai, está a vê-lo. Não é uma aparição de Deus, ou da Virgem, como aconteceu com os pastorinhos. Existe, talvez, uma necessidade de, em vez de caminharmos para a maneira de ver europeia, ou ocidental, que o Ocidente reconheça a maneira de ver de cá.

Os sonhos que nos movem: o cinema como forma de resistência

E – Como é estar à frente da administração de um cinema histórico, num tempo em que estes viram igrejas, bingos...

SC – O Scala é um cinema de minha propriedade, que partilho com mais duas sócias. Foi construído em 1931 e é o único cinema que resiste em Maputo. Se abdicar dele para fazer um centro comercial é uma traição a mim próprio. O António Cabrita[12] escreveu um filme que eu

11 Licínio Azevedo (1951-), cineasta brasileiro-moçambicano.

12 António Cabrita (1959-), escritor português emigrado em Moçambique.

gostava muito de fazer. É a história da minha vida, de como saí desse *Cinema Paraíso* em Inhambane, e fui parar ao Scala, comprando-o. Nesse roteiro surge uma proposta para transformar o Scala num centro comercial. O dilema principal é a decisão de vender ou não. É muito duro aguentar o Scala, porque nós não temos apoios. O Scala tem uma pequena escola de música e um restaurante. Todas as quintas-feiras temos cinema moçambicano. Só fomos interrompidos pelo Covid. Se um dia eu vender o Scala, só poderá ser para fazer outro filme ou outra coisa com a cultura, para a memória. O Scala é um pouco esse meu sonho de ficar no cinema, de guardar a história...

Nesse filme, o qual eu tenho o sonho de um dia poder rodar, o menino vem de Inhambane. Depois a narrativa do filme vai aos anos 1960, quando havia a tertúlia dos intelectuais de esquerda, com o Craveirinha, o Rui Nogar e o Luís Bernardo Honwana[13], que aparecem como personagens. Nesse guião, a criança diz ao Craveirinha, com quem tem uma relação especial: "Senhor, toma atenção que eu um dia hei de ser dono do cinema." Quando cheguei a Lourenço Marques, vivia muito no Scala e no Continental, com outros miúdos. O Cineclube também era na Baixa. Éramos próximos dessa intelectualidade que vivia na oposição. O guião está pronto, mas duvido que um dia consiga fazer esse filme.

E – No entanto, tem feito filmes que resultam de uma parceria criativa com o escritor Mia Couto...

SC – Eu sou amigo do Mia há 40 anos. Fizemos o guião do meu último filme, *O Ancoradouro do Tempo*, baseado n'A *Varanda do Frangipani* (1996)[14]. Esse é o terceiro projeto audiovisual que nós fizemos em colaboração[15]. Há uma combinação entre a minha viagem para a literatura e a viagem dele para o cinema, essa dupla viagem. Na escrita do guião, nós gravámos as nossas discussões, sobre a relação imagem e texto. O

13 José Craveirinha (1922-2003), considerado o poeta maior de Moçambique; Rui Nogar (1932-1993), poeta e contista; Luís Bernardo Honwana (1942-), gestor cultural e escritor.

14 O filme estreou-se a 9 de novembro de 2024, no LEFFEST, em Lisboa.

15 Série *Não É Preciso Empurrar* (1993) e *Mabata Bata* (2017).

Mia era o primeiro que me dizia: "Esquece o *Varanda*." Ele tinha um sentido crítico e de recriação, que coincide com o que eu faço, uma recriação visual e literária, no sentido da narrativa. Tem de se ter sempre alguma emoção pessoal, senão não vale a pena. É uma linha literária-visual. O encontro do texto que me tocou com o espaço que me tocou, e com algo que tenha a ver com a minha vida. O filme foi rodado na Fortaleza da Ilha de Moçambique, como se na ilha não existisse mais nada a não ser aquele lugar.

E – Como se vê o Sol enquanto cineasta?

SC – Eu quero deixar às pessoas a possibilidade de, mais tarde, terem uma base para pensarem na história do país e saberem como é que as coisas aconteceram. Já fiz filmes em três línguas locais, para além do português. A realidade e o mundo mágico africano são mais do que suficientes para não ter necessidade de atirar folhas amarrotadas para o caixote do lixo. Essas viagens ao Moçambique profundo agradam-me sobremaneira. Mas fazer filmes é também uma maneira artística de eu satisfazer a minha motivação, porque, deixemo-nos de historietas, eu sou cineasta porque gosto de estar no palco, gosto de ouvir o aplauso das pessoas. Agora, atenção, não tenho nenhuma expectativa de que o Sol de Carvalho vá iluminar as pessoas, não é nada disso. Eu estou... fazendo a minha gotinha d'água, para deixar lá e para poder dizer "confesso que vivi".

Referências

Carvalho, Sol de, e Maria Augusta. "Jean-Luc Godard. Entrevista por Sol de Carvalho e Maria Augusta, na Rádio Moçambique, em 1980". In *Abrir os gomos do tempo: conversas sobre cinema em Moçambique,* editado por Ana Cristina Pereira e Rosa Cabecinhas. Braga: UMinho Editora/Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2022, 291-302. https://doi.org/10.21814/uminho.ed.49.15.

Pereira, Ana Cristina. "O poder ao centro – Um modo de ver moçambicano: conversa com Sol de Carvalho". In *Abrir os gomos do tempo: conversas sobre cinema em Moçambique*, editado por Ana Cristina Pereira e Rosa Cabecinhas. Braga: UMinho Editora/Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2022, , 147-184. https://doi.org/10.21814/uminho.ed.49.

Zanete, Renata Flaiban, Viviane Almeida, e Lurdes Macedo. "*Nós matamos o cão tinhoso* e *Monólogos com a História*: entre a literatura e o cinema – reescritas e memórias moçambicanas". *Revista de Estudos Literários* 13 (2023): 239-269. https://doi.org/10.14195/2183-847X_13_9.

Referência para citação:
Zanete, Renata Flaiban, Lurdes Macedo e Viviane Almeida (2025). "Monólogos e diálogos com a História – Entrevista com o cineasta moçambicano Sol de Carvalho". *Práticas Da História. Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, (21), 211-223. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n21.45609

Apresentação
História, ciências sociais, ciência arquivística: questões comuns na construção de conhecimento complexo

Maria de Lurdes Rosa*

O arquivo "está na moda" nas Ciências Sociais, e não só naquelas em que mais se esperaria encontrar interesse, como a História, mas antes alcançando um largo espetro de atenção. Tal tem contribuído para a visibilidade de uma instituição até há pouco tempo rodeada de ocultação e/ou de aborrecimento, que começou por ser descoberta, em modo de maravilhamento ou de suspeição, respetivamente, por historiadores à partida menos dispostos a frequentá-la, como os culturais, e antropólogos que esbarravam com essas imensas paredes de informação de controlo, no complemento dos inquéritos mais tradicionais da disciplina aos "controlados".[1] A par e passo, com desenvolvimentos próprios, interessaram-se pelo "arquivo" – e não já apenas, ou cada vez menos, pelos "arquivos" ou mesmo pelos "dados arquivísticos" – os sociólogos, os teóricos da literatura (menos, os filólogos...), os cientistas da comunicação,

* Maria de Lurdes Rosa (mlrosa@fcsh.unl.pt). https://orcid.org/0000-0002-2027-4485. Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa / IN2PAST — Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território, Av. Berna 26 C, 1069-061, Lisboa, Portugal.
Este dossiê foi realizado no âmbito do projeto VINCULUM, que recebeu financiamento do European Research Council (ERC), ao abrigo do programa de investigação e inovação da União Europeia Horizon 2020 (contrato de bolsa n.º 891734). O projeto VINCULUM esteve sedeado no IHC, que é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos UID/04209/2025. (DOI: https://doi.org/10.54499/UID/04209/2025) e LA/P/0132/2020 (DOI: https://doi.org/10.54499/LA/P/0132/2020).

1 Para uma abordagem mais completa e com referências, cfr. Maria de Lurdes Rosa, "História, ciências sociais e humanas, ciência arquivística, ciência da informação. Caminhos para a criação de espaços científicos comuns", *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* Extra 1 (2024): 209-270.

os artistas. Destes olhares das ciências sociais e humanas resultou uma vasta literatura, em crescendo, que, se enriquece o debate de ideias, apresenta também laivos do que se pode chamar de "imaginação do arquivo" (e falo da que se faz não propositadamente).

Em paralelo, mas estranhamente quase sem comunicação com os anteriores, os arquivistas libertaram-se dos limites técnicos e, de forma variável, teceram alianças com disciplinas afins até então também consideradas técnicas, construindo área(s) científica(s) e espaços académicos próprios. O arquivo já não é o mesmo para os cientistas arquivísticos ou para os cientistas da informação.

Assim, se os cientistas sociais e humanos desconstroem o arquivo largamente imaginando-o, também não conhecem aquele que os antigos arquivistas entretanto construíram. E os novos arquivistas, que albergavam ressentimentos em relação à tecnicidade e à subalternização científica a que eram sujeitos, pouco se revêm no arquivo das ciências sociais e humanas que – valha a verdade – chega a não ser reconhecível.

Serão paradoxos inevitáveis do desenvolvimento da ciência em múltiplos polos, em geral estanques apesar de todos os apelos ao trabalho interdisciplinar; serão reflexo, também, da impossibilidade prática de dominar o enorme conjunto de publicações e debates, no mundo do saber globalizado – onde, diga-se a título de exemplo, a produção de saber sobre o tema pelo continente asiático é tão esmagadora na sua quantidade como relevante na sua qualidade e, até há pouco, quase totalmente desconhecida. E é certo que um mesmo objeto pode ser passível de múltiplos olhares, em especial se nos afastarmos de uma perspetiva mais analítica e imanente, na direção da criatividade artística. Mas cabe perguntar se o "difusionismo arquivístico" não estará a prejudicar as construções de ciência, ao impedi-las de perceberem o que é esse objeto "arquivo", na sua génese e nas suas funções originais – por muito que tudo, depois, seja passível de desconstrução e recriação.[2]

2 Jeannette A. Bastian, "Moving the Margins to the Middle: Reconciling 'the Archive' with the Archives", in *Engaging with Records and Archives: Histories and Theories*, ed. Fiorella Foscarini *et al.* (Londres: Facet Publishing, 2016); Michelle Caswell, "'The Archive' Is Not an Archives: On Acknowledging the Intellectual Contributions of Archival Studies", *Reconstruction:*

A partir da absoluta convicção de que é imprescindível saber o que é o arquivo no seu estado essencial, para poder trabalhá-lo a partir de um prisma de questões extra-arquivísticas ou mesmo arquivísticas, o presente dossiê tem como objetivo dar a conhecer, através de textos de arquivistas e cientistas da informação, algumas das mais recentes propostas destes, no âmbito dos temas da construção da informação, documento e arquivo. Interessará em especial (do lado das ciências sociais e humanas) à história, o saber do qual a ciência arquivística/ciência da informação sem dúvida mais lutou para se emancipar. Blouin e Rosenberg, a quem se deve a cunhagem da expressão "archival divide" para nomear o resultado negativo desta luta, tiveram grande perspicácia ao situar a raiz do problema na autoridade disciplinar.[3] Para o historiador, o arquivo era uma "porta para o passado", zona sobre a qual a história tinha autoridade; para o arquivista, era a arquivística que devia ter autoridade sobre o seu material de estudo, pois este não era, afinal, "uma porta para o passado". Encontramos nas palavras do historiador-arquivista-historiador Charles Jeurgens uma feliz expressão da relação a reconstruir:

> Seen from the purely scientific archivistic approach, archives are not historical sources. Archives are just not created with the object of serving historical research as source material. The objective of archival science is therefore not to fathom the historical reality, but to understand archive creation. The historian can of course take advantage of this; even stronger, he must take advantage of this if he wants to give meaning to the content

Studies in Contemporary Culture 16, n.º 1 (2016), https://escholarship.org/uc/item/7bn4v1fk; Eric Ketelaar, "Archival Turns and Returns: Studies of the Archive", in *Research in the Archival Multiverse*, ed. Anne J. Gilliland *et al.* (Clayton, Victoria: Monash University Publishing, 2016); Anne Gilliland e Andrew Flinn, "Community Archives: What Are We Really Talking About?", in *Nexus, Confluence, and Difference: Community Archives Meets Community Informatics: Prato CIRN Conference*, ed. Larry Stillman *et al.* (Melbourne: Centre for Community Networking Research, Centre for Social Informatics, Monash University, 2013).

3 Francis X. Blouin Jr. e William G. Rosenberg, *Processing the Past: Contesting Authorities in History and the Archives* (Oxford: Oxford University Press, 2011); foi decisivo no lançamento do debate o artigo de Terry Cook, "The Archive(s) Is a Foreign Country: Historians, Archivists and the Changing Archival Landscape", *The Canadian Historical Review* 90, n.º 3 (2009): 497-534.

> of the documents. [...]. It is precisely because archives are not created with the object of serving as historical source that it is important to investigate methods to enable the research value of the archive material to be determined.[4]

O paulatino encurtamento desse "fosso" tem-se vindo a verificar, felizmente, de múltiplas formas, embora que tal seja com frequência prejudicado pelas rivalidades académicas.[5] Importa assim, cada vez mais, dar a conhecer os pontos de vista de um lado na casa do outro. A possibilidade de publicar estes textos na revista *Práticas da História* é, como tal, uma relevante oportunidade que, esperemos, poderá dar frutos e repetir-se, de forma a criarmos o "conhecimento complexo"[6] que certamente resultará de um trabalho conjunto entre historiadores, arquivistas, cientistas da informação e outros cientistas sociais, em que todos estejam mais conhecedores dos conceitos, teorias e metodologias específicas de cada área.

Os textos abordam temas de metodologia arquivística que reforçam a investigação histórica e que são indicativos de uma nova arquivística – configurada como ciência social –, bem como de novas pontes com a história e outras ciências sociais e humanas (o projeto de "bridging the divide", de forma a permitir um saber mais complexo). Situando-se

4 Charles Jeurgens, "Historians and Archivists: Two Disciplines Working with the Same Papers", Leiden University, 2005, acedido a 22 de dezembro de 2025, https://www.academia.edu/3201993/Historians_and_Archivists_Two_Disciplines_Working_with_the_Same_Papers.

5 Alex H. Poole, "Archival Divides and Foreign Countries? Historians, Archivists, Information-Seeking, and Technology: Retrospect and Prospect", *The American Archivist* 78, n.º 2 (2015): 375-433, https://doi.org/10.17723/0360-9081.78.2.375; Peter J. Wosh, "Reflections on Public History and Archives Education", *Journal of Archival Organization* 15, n.º 3-4 (2018): 95-99, https://doi.org/10.1080/15332748.2019.1613316; Francis X. Blouin Jr., "Epilogue: A Perspective on the Archival Divide", in *Recovered Voices, Newfound Questions: Family Archives and Historical Research (14th to 19th Centuries)*, ed. Maria de Lurdes Rosa *et al.* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019).

6 Os textos são versões originais de comunicações apresentadas à conferência «História e ciência arquivística: questões comuns na construção de conhecimento complexo», realizada em 19-20 de julho de 2024, em Lisboa, num evento colaborativo entre o projeto VINCULUM e a Fundação Fronteira e Alorna (https://www.vinculum.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/2024/07/Programa_Histo%CC%81ria-e-Cie%CC%82ncia-Arquivistica_FINAL.pdf). Podem ainda encontrar-se complemento e alargamento às ideias aqui apresentadas em Maria de Lurdes Rosa, Filipa Lopes e Abel Rodrigues, "Repensar o(s) arquivo(s) / Rethinking the Archive(s)", número especial, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* 38, n.º 1 (2025).

entre o ensaístico (Sonia Troitiño/Gabrielli Fonseca, Eric Ketelaar) e a análise mais alongada, estes textos focam áreas que, mais do que serem tradicionais da arquivística, pertencem ao próprio coração da disciplina e são, portanto, impossíveis de relegar para fora do debate. Ao mesmo tempo, interrogam-nas na sua genealogia e renovam-nas, refletindo o desenvolvimento do campo científico e, não menos relevante, interrogações interdisciplinares.

Assim, Sónia Troitiño e Gabrielli Fonseca propõem um enriquecimento da informação contextual documental (e, logo, histórica), através dos conceitos e metodologias dos "estudos documentais", abordando, no seu seio, as características e diferenças recíprocas da "tipologia documental" e a "identificação arquivística" – sendo que a primeira um ramo da diplomática estuda o tipo dos registos, entendidos como a configuração que um formulário assume a partir da atividade que gerou o documento; e que a segunda, propriamente arquivística, identifica os elementos que compõem um registo, a partir dos princípios arquivísticos, incluindo várias fases – estudo da proveniência, estudo dos processos; estudo da história institucional e da documentação produzida e, por fim, estudo da tipologia documental. São, no entanto, perfeitamente complementares e o artigo exemplifica a utilidade da aplicação destas metodologias em documentação oitocentista e de inícios do século XX, demonstrando formas de uso de cada uma delas.

A vida dos documentos e dos complexos arquivísticos não se esgota na sua produção e uso, mas inclui também, como processo dinâmico, algo que os historiadores estão pouco habituados a considerar – ao contrário dos responsáveis pela administração das instituições, dos gestores documentais e dos juristas, essa "clientela" primária dos arquivistas: a história custodial. Ou seja, como se processou no tempo o elemento fundamental da legalidade e fiabilidade arquivística que é a custódia (entendida como geradora e como condição de *ius archivi*). É a este tema que o texto de Sandra Patrício se dedica, examinando sucessivamente a história da prática e da sua conceptualização, para depois apresentar a importância do estudo da custódia para essa outra operação central que é a descrição arquivística. A história custodial é,

assim, explicada como um elemento essencial à compreensão da natureza do acervo – que pode recriar a identidade do produtor na diacronia – e à forma como ele é tornado compreensível para os utilizadores.

Podemos dizer que o texto de Édouard Vasseur toca um terreno mais conhecido do historiador, embora na historiografia e arquivística portuguesa seja pouco cultivado. Após um breve historial do desenvolvimento do campo historiográfico-arquivístico que é a História administrativa, o autor aborda, de forma pragmática e recorrendo a exemplos muito úteis pela clareza, a relevância do seu uso. Num primeiro momento, explicando como ela é fundamental para os arquivistas, nas várias vertentes do seu labor: aquisição, classificação e descrição, acesso e comunicação (aos utilizadores). A ênfase na importância da história administrativa para esta última fase é particularmente interessante: por exemplo, os documentos entrados num serviço de arquivo podem vir com frequência de outra instituição que não a produtora, por motivos vários, e a não identificação desta pode levar à invisibilidade daqueles. A segunda parte apresenta as várias maneiras como os arquivistas podem contribuir para a história administrativa. Se mais uma vez se apresenta a sua relevância nas fases do trabalho de aquisição, organização e descrição, a inclusão de um apartado sobre a "investigação" torna clara a importância desta prática para os arquivistas atuais, bem como o possível labor comum com historiadores.

Encerra o dossiê o artigo de síntese de Eric Ketelaar, decano da ciência arquivística e profundo conhecedor/cultor dos contextos históricos da mesma e da produção de arquivos. O texto insere-se na área que ajudou a criar e que tem vindo a incrementar e a comentar criticamente, quanto aos vários autores da mesma – a história social dos arquivos –, de que é exemplo maior *Archiving People. A Social History of Dutch Archives* (2020).[7] Entre vários outros tipos de arquivos que tem estudado, destacam-se os arquivos de família, numa abordagem pioneira que colocou estes sob a égide de um "olhar genealógico". Referimo-nos a

7 Eric Ketelaar, *Archiving People. A Social History of Dutch Archives* (Naarden: Stichting Archiefpublicaties, 2020), https://archivistics.home.blog/wp-content/uploads/2020/01/archiving-people_eric-ketelaar_2020_webversion.pdf.

"The Genealogical Gaze: Family Identities and Family Archives in the Fourteenth to Seventeenth Centuries", publicado em 2009.[8] Este texto foi muito inspirador para o programa de estudo e investigação criado em 2010 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, ARQFAM de seu nome, tendo caucionado de forma superior a deslocação de perspetiva defendida por este coletivo quanto aos arquivos de família – tanto em relação a um escasso uso historiográfico que, se ocorria, consistia sobretudo na extração de "dados fatuais", como em relação à forma anacrónica como eram tratados pelos arquivistas (as mais das vezes negando-lhe até o estatuto de arquivos). O desafio lançado a Ketelaar para a escrita deste texto visava uma apreciação do trabalho feito em vários quadrantes a partir do seu artigo. Resultou em algo maior: a par de uma reflexão sobre o próprio trabalho, Ketelaar desenvolve um conjunto de "topics and methodologies which might enrich our understanding of family archives". Na verdade, quanto a nós, pode enriquecer a compreensão de todos os tipos de arquivos: estruturas de memória, géneros (o arquivo como sistema de géneros), arquivalização (ou arquivagem), ausências, contextos, ética do cuidar. Enfim, uma estimulante leitura, que deve ser feita em modo direto, para boa apreensão de toda a riqueza argumentativa. Com ela deixamos os leitores curiosos deste dossiê e destes temas, ficando também o pedido de reações e de propostas de trabalho interdisciplinar que, esperamos, possam ser auxiliadas pelos artigos aqui reunidos.

8 Eric Ketelaar, "The Genealogical Gaze: Family Identities and Family Archives in the Fourteenth to Seventeenth Centuries", *Libraries & the Cultural Record* 44, n.º 1 (2009): 9-28.

Bibliografia

Bastian, Jeannette A. "Moving the Margins to the Middle: Reconciling 'the Archive' with the Archives". In *Engaging with Records and Archives: Histories and Theories*, editado por Fiorella Foscarini, Heather MacNeil, Mak Bonnie e Oliver Gillian. Londres: Facet Publishing, 2016.

Blouin Jr., Francis X.. "Epilogue: A Perspective on the Archival Divide." In *Recovered Voices, Newfound Questions. Family Archives and Historical Research*, editado por Maria de Lurdes Rosa, Rita Sampaio da Nóvoa, Alice Borges Gago e Maria João Câmara. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

Blouin Jr., Francis X., e William G. Rosenberg. *Processing the Past: Contesting Authorities in History and the Archives*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

Caswell, Michelle. "'The Archive' Is Not an Archives: On Acknowledging the Intellectual Contributions of Archival Studies". *Reconstruction: Studies in Contemporary Culture* 16, n.º 1 (2016). https://escholarship.org/uc/item/7bn4v1fk.

Cook, Terry. "The Archive(s) Is a Foreign Country: Historians, Archivists and the Changing Archival Landscape". *The Canadian Historical Review* 90, n.º 3 (2009): 497-534.

Gilliland, Anne, e Andrew Flinn. "Community Archives: What Are We Really Talking About?". In *Nexus, Confluence, and Difference: Community Archives Meets Community Informatics: Prato CIRN Conference*, editado por Larry Stillman, Amalia Sabiescu e Nemanja Memarovic. Clayton, Victoria: Centre for Community Networking Research, Centre for Social Informatics, Monash University, 2013.

Jeurgens, Charles. "Historians and Archivists: Two Disciplines Working with the Same Papers". Leiden University, 2005. Acedido a 22 de dezembro de 2025. https://www.academia.edu/3201993/Historians_and_Archivists_Two_Disciplines_Working_with_the_Same_Papers.

Ketelaar, Eric. "Archival Turns and Returns: Studies of the Archive". In *Research in the Archival Multiverse*, editado por Anne J. Gilliland, Sue McKemmish e Andrew J. Lau. Clayton, Victoria: Monash University Publishing, 2016.

Ketelaar, Eric. "The Genealogical Gaze: Family Identities and Family Archives in the Fourteenth to Seventeenth Centuries". *Libraries & the Cultural Record* 44, n.º 1 (2009): 9-28.

Ketelaar, Eric. *Archiving People. A Social History of Dutch Archives*. Naarden: Stichting Archiefpublicaties, 2020. https://archivisticshome.files.wordpress.com/2020/01/archiving-people_eric-ketelaar_2020_webversion.pdf.

Poole, Alex H. "Archival Divides and Foreign Countries? Historians, Archivists, Information-Seeking, and Technology: Retrospect and Prospect". *The American Archivist* 78, n.º 2 (2015): 375-433. https://doi.org/10.17723/0360-9081.78.2.375.

Rosa, Maria de Lurdes, Filipa Lopes, e Abel Rodrigues, eds. "Repensar o(s) arquivo(s) / Rethinking the Archive(s)". *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* 38, n.º 1, número especial (2025).

Rosa, Maria de Lurdes. "História, ciências sociais e humanas, ciência arquivística, ciência da informação. Caminhos para a criação de espaços científicos comuns". *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* Extra 1 (2024): 209-273.

Wosh, Peter J. "Reflections on Public History and Archives Education". *Journal of Archival Organization* 15, n.º 3-4 (2018): 95-99. https://doi.org/10.1080/15332748.2019.1613316.

Referência para citação:
Rosa, Maria de Lurdes (2025). "Apresentação - História e ciência arquivística: questões comuns na construção de conhecimento complexo". *Práticas Da História. Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, (21), 225-233. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n21.45610

Práticas da História, n.º 21 (2025): 235-255

Sonia Troitiño
and Gabrieli Aparecida da Fonseca

Unveiling Context: The Contribution of Documentary Typology Studies to Knowledge

Documentary typology and archival identification are well-established fields within Archival Science that often generate theoretical confusion, despite employing distinct methodological approaches to retrieve documentary context and clarify the origins of records and collections. This essay draws on theoretical considerations and documentary examples to explain the distinctive features of each field, contributing to more contextualized access to archival materials. Provenance and record type play a central role, constituting the primary objects of study of archival identification and documentary typology, respectively — values also essential for historical research, as they illuminate individuals, institutions, and socio-historical circumstances. The article concludes that the interaction between these two fields enables productive associations in archival processing, benefiting both archival description and researchers by offering significant information about the historical context that shapes documentary evidence over time.
Keywords: documentary typology; archival identification; provenance; historical criticism.

Revelando o contexto: a contribuição dos estudos de tipologia documental para o conhecimento

Tipologia documental e identificação arquivística são campos bem estabelecidos da Arquivologia que costumam causar confusão teórica, apesar de empregarem recursos metodológicos próprios para a recuperação do contexto documental e a compreensão da origem de documentos e arquivos. Este ensaio busca, por meio de considerações teóricas e exemplos documentais, pontuar as especificidades de cada campo, colaborando com um acesso mais circunstanciado aos materiais arquivísticos. Proveniência e tipo documental assumem destaque por constituírem os objetos de estudo da identificação arquivística e da tipologia documental, respetivamente — valores igualmente preciosos para a pesquisa histórica, na medida em que colaboram para o conhecimento de sujeitos, instituições e conjunturas. Conclui-se que a interação entre estes dois campos possibilita associações produtivas na organização documental, beneficiando tanto o tratamento arquivístico quanto os pesquisadores ao longo do tempo.
Resumo: tipologia documental; identificação arquivística; proveniência; crítica histórica.

Unveiling Context: The Contribution of Documentary Typology Studies to Knowledge

por Sonia Troitiño

and Gabrieli Aparecida da Fonseca*

Considering documentary typology as a field of study aimed at understanding the historical circumstances and constraints that influence the creation of documents is both timely and necessary. This approach reclaims contextual information embedded in historical records, allowing for a more in-depth understanding of the record and the event it represents. From this perspective – and complementarily –, archival identification stands out as an important scientific method in archival practice, as it enables the recognition of a document's provenance and its form within distinct cultural contexts, supporting the representation, standardization, and retrieval of records and information.

The relationship between form,[1] the actual function of the record, the activity that generates it, and its grouping within a record

* Sonia Troitiño (sonia.troitino@unesp.br). https://orcid.org/0000-0002-7204-3283. Unesp - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília, Av. Hygino Muzzi Filho, 737 – Mirante, Marília/SP - CEP 17.525-900, Brazil. Gabrieli Aparecida da Fonseca (gabrieli.arq@gmail.com). https://orcid.org/0000-0002-1785-9896. UNIVESP – Universidade Virtual do Estado de São Paulo, Av. Paulista, n° 352, 14º andar - Bela Vista, São Paulo - SP, CEP: 01310-905, Brazil. The authors would like to thank CAPES for supporting this research and publication of this work. Original article: 26-09-2025; Revised version: 28-11-2025; Accepted: 29-12-2025.

1 The concept of form adopted here is linked to the idea of a documentary formula, combining discourse and documentary configuration. According to Heloísa Bellotto, "espécie [form], understood as the characteristic form of a document's drafting, in accordance with the nature and purpose of the information it contains, must align with certain functions of the producing entity". Heloísa Liberalli Bellotto, "O entendimento da espécie e do tipo documentais na teoria e na prática arquivísticas," *Officina: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo* 1, n.º 1 (2022): 12-13, https://doi.org/10.29327/263416.1.1-2.

series forms a record symbiosis that must be taken into account when representing information. Not infrequently, terminological imprecision regarding the terms: form, type, function, activity, record series, and even archive may lead to inconsistencies in document interpretation.

During the process of archival organization, the adoption of typology series as a basis for constructing record series allows for more accurate characterization of archival records – especially considering that such records convey information beyond what is explicitly stated, subtly referencing the circumstances of their production, circulation, and use, which makes them unique from the standpoint of human knowledge. Therefore, documentary typology has the potential to contribute to various other scientific fields, insofar as its studies provide new insights into historical records, their contexts, and – why not say it? – their contradictions.

It seems both appropriate and necessary to engage in a discussion on documentary typology studies, especially in light of their inherent challenges and complexities. In this essay, we aim to explore the contributions of documentary typology to knowledge construction, particularly through its potential to shed light on current understandings as well as to foster new discoveries about the historical context that shapes documentary testimonies over time.

One of the major benefits brought by documentary typology studies is their ability to surface underlying information, revealing the circumstances, influences, and constraints surrounding the act of documenting everyday life, as reflected in human records. In this sense, the focus is placed on the potential of documentary typology studies to contribute to knowledge development and construction.

As noted by Troitiño,[2] archives are simultaneously both an object and a source of knowledge, as they serve a dual function: on one hand, various scientific fields rely on archives and their materials to access information that enables a critical examination of facts and the construction

2 Sonia Troitiño, "Patrimônio documental e arquivologia: fundamentos para o reconhecimento e a organização de acervos permanentes" (tese de livre docência, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – Unesp, 2023).

of their own knowledge base; on the other hand, archival science itself produces a body of knowledge, largely grounded in the principle of provenance and the fonds theory – with all that these entail, such as information on organic relationships, authenticity, territoriality, and systems for record creation, among many other elements essential to understanding the document.

In the 1990s, the so-called "archival turn" marked a moment of transformation in the understanding of the role traditionally played by archives (custody), towards the expectation that was emerging at the dawn of the new millennium: knowledge production. This was not a movement of isolation, self-absorbed in Archival Science. It advocates expansion and interaction, previously unconsidered, in which archival work meets historiography in an interdisciplinary association of intense possibilities and mutual benefits.

The understanding of the principle of provenance – the conceptual matrix of Archival Science – is no longer static, seen only as defining the institution itself. This is because provenance carries marks that define and explain the existence of the person, physical or legal, in their environment. Thus, signs of cultural, political, economic experiences... in short, signs of life, are clearly perceptible in the preserved documentary traces, requiring only the use of good methodological choices for the retrieval of this information.

In this context, studies on the relationship between Memory, Archives, and History have sparked interest, gaining space in research by reconsidering the interactions and relevance between them, as well as the perception that there is a common scientific field to be explored. As proof of this, the important reflections shared by Pollack,[3] Halbwachs,[4] Pierre Nora,[5] Paul Ricoeur,[6] Peter Burke,[7] among others, stand out.

3 Michael Pollack, "Memória, esquecimento, silêncio", *Estudos Históricos* 2, n.º 3 (1989): 3-15; Michael Pollack, "Memória e identidade social", *Estudos Históricos* 5, n.º 10 (1992): 200-212.

4 Maurice Halbwachs, *A memória coletiva* (São Paulo: Vértice, 1990).

5 Pierre Nora, "Entre memória e história: a problemática dos lugares", trad. Yara Aun Khoury, *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História* 10 (1993): 7-28, https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101.

6 Paul Ricoeur, *A memória, a história, o esquecimento* (Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007).

7 Peter Burke, *O que é história do conhecimento?* (São Paulo: Editora UNESP, 2016).

With a different approach, studies such as those by Derrida[8] and Foucault[9] have also had a significant impact and influenced many of the research projects developed in this field. Revisionist initiatives have emerged, not only in historiographical production, but also in referential values.

In turn, Nesmith,[10] when asking "What's History Got to Do With It?," while reflecting on the place of historical knowledge in archival work, highlights the pendulum movement between Archival Science and History, from the end of the 19th century to the beginning of the 21st. The oscillation in the intensity of connections, according to the author, varied according to the understanding of the professional status of working in archives.

It is worth recalling that, in addition to the documents, those who organize the information and those who seek the information are part of the archives. This is an essential link in the proposition of preserving memory and constructing History.

Recently, Sara Callahan[11] reflected on the archival turn, seeking to understand its meaning, effects, and permanence after more than 30 years since the emergence of this perspective. She found that, although the movement is more than three decades old, it is still far from being finalized, due to its renewing potential. Consequently, it persists.

In this regard, we emphasize the importance of Archival Identification in recognizing the organic relationships across archival records, as well as the record production process and its role in understanding the event, record content, and the knowledge embedded within them.

However, it is essential to highlight the distinctions between Archival Identification and Documentary typology. We stress the importance of understanding the connections between these different fields of

8 Jacques Derrida, *Mal de arquivo: uma impressão freudiana* (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001).

9 Michel Foucault, *A arqueologia do saber* (Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1987).

10 Tom Nesmith, "What's History Got to Do With It?: Reconsidering the Place of Historical Knowledge in Archival Work," *Archivaria* 57 (2004): 1-27, https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12450.

11 Sara Callahan, "When the Dust Has Settled: What Was the Archiva Turn, and Is It Still Turning?," *Art Journal* 83, n.º 1 (2024): 74-88, https://doi.org/10.1080/00043249.2024.2317690.

study and knowledge production, in order to dissect details pertaining to the context of record creation. This process brings to light information and meta-information related to the historical, political, and social circumstances in which the documents were produced.

To examine the applicability of typological analysis and archival identification methods, we incorporate into this discussion select sources from the *Historical Documents Collection* of the *Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin* (BBM/USP, Brazil)[12] and the *Juízo dos Órfãos* fonds (held at the Arquivo Público do Estado de São Paulo, Brazil). Through these materials, we propose a critical reflection on data extraction to capture the singularities of each historical moment, analyzing traces embedded in the documentation, in its structure, format, and vestiges of human agency.

Between Archival Identification and Knowledge: Possibilities Embedded in the Archival Context

Archival Identification is a preliminary activity in the processing and analysis of document collections. The literature presents it in different ways – sometimes understood as a method, other times as an archival function –, on which there is still no consensus within the field. Despite this uncertainty regarding the conceptualization of Archival Identification, the work processes that shape it are well-established and aligned with institutional studies, documentary typology, and the understanding of record genesis.

After all, record symbiosis is characterized by the interplay among form, the function of the record, the generating activity, and the record series. Within the document lies the manifestation of its record genesis, which embodies its essence and reason for existence. The documentary expression:

12 The documents presented here have been selected based on findings from the research project "Typological Study of the Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin (BBM) Collection." Sonia Troitiño, *Estudo tipológico do acervo da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin (BBM) (Relatório científico)* (Programa de Residência em Pesquisa da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin (PRCEU/USP, 2020).

> [...] refers to the union between *actio* and *conscriptio*, which are the elements that compose the document. According to Bellotto (2002b, p. 33), while *actio* corresponds to the content of the document (implicit message, provenance, function, context, etc.), *conscriptio* refers to its physical form (medium, writing, validation marks, etc.), which is expressed through a form. The documentary tradition, according to Bellotto (2002b, p. 25), is understood as the *form* of the document, referring to the stage of preparation and transmission of a document (draft, original, copy).
>
> The form consists of the formal configuration of the document, as it is composed of the elements of *conscriptio*. It is the form that gives rise to the record type, which, in turn, corresponds to the characteristic that this form assumes according to the activity that generated it.[13]

Archival Identification and related studies are essential not only for record processing but also for understanding the broader context surrounding the production of documents. Record symbiosis also reflects the historical and geographical circumstances it both mirrors and is shaped by. As such, it constitutes an important tool for comparing social scenarios, going beyond the rigidity of protocols established for archival records.

> Based on the premise that every archival document necessarily records an activity within the specific function that gave rise to it, tracing the evolution of certain record types, by comparing their *formulae* across different periods over the centuries, can help reveal administrative and social continuities and ruptures – especially when the records in question relate to activities embedded in daily life, such as those produced by judicial bodies.

13 Gabrieli Aparecida da Fonseca, "Identificação documental em arquivos pessoais: possibilidades, convergências e desafios" (master's diss., Universidade Estadual Paulista – Unesp, 2017), 57, https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/edbb375d-3e5c-4df9-86b-2-afb72a030e75/content.

> In seeking to determine the extent to which documents of the same record type, produced in distinct historical moments, maintain the documentary standards upon which they are based, the use of typological analysis techniques in examining record series becomes fundamental. Equally important is the incorporation of concepts and methods from diplomatic criticism when the analysis focuses on the form. The application of a comparative method across different units within the same record series, produced one, two, or even three centuries apart, as the case may be, combined with typological and diplomatic analysis, provides an especially fruitful methodological approach from an investigative perspective. The outcome of such analysis, naturally, reveals how information is recorded in accordance with the functions and activities of the organizational structures responsible for record creation.[14]

In this regard, there is a connection between investigative practices preceding archival processing and knowledge itself, since knowledge dissemination and development depend on these practices to occur, given that documentary substance is itself an expression of knowledge.

Information representation in archival activities is fundamental to knowledge dissemination. Within the archival context, archival identification becomes elemental in this process, as it underpins classification, which, in turn, is foundational and inherent to knowledge construction and diffusion. This is especially critical in an increasingly digital institutional landscape, where technologies shape both record creation and archival processing.

It is noteworthy that classification also belongs to knowledge organization. It proves valuable for records creation across diverse areas, fields, or specific purposes, facilitating knowledge expansion and progress. Through its logical framework, classification renders explicit the contextual elements intrinsic to records. Thus, classification is both

14 Sonia Troitiño, "De la crítica diplomática al análisis tipológico: abordajes y técnicas de análisis documental," *Scire: Representación y organización del conocimiento* 17, n.º 1 (2011): 71, https://doi.org/10.54886/scire.v17i1.3998.

part of knowledge and a distinct field of knowledge, serving the expansion of and access to scientific understanding.

However, the relationship between archival documents and knowledge is not limited to their organization. A connection can also be observed in other situations, for example, in the potential influence these human testimonies may exert on their social role, or, through the application of information representation techniques, in their ability to provide interested parties with access to the content of the document. Likewise, through document processing, valuable information is provided for investigative purposes. As for the nuances of knowledge:

> It could be said that knowledge, as a relationship between thought and reality, has shifted three times within the framework of Western culture. In the first instance, the excellence of knowing does not lie in representation. The foundation of knowledge is ontological; the proximity between human beings and the world, within the order of being, precedes and legitimizes all predicative relations within the order of judgment. In a second moment, to know is to represent, and the world exists only insofar as it is represented. Here, the foundation of knowledge is consciousness. In a third moment, the represented—now the product of knowledge in its semiotic form—manifests itself as autonomous, independent of both the subject and the object of knowledge. At this point, the foundation of knowledge is language, a system of meanings or semiotic matter. The question of access to objects and reflection on the conditions of experience is replaced by the question of the *fatum* of language and the reflection on its conditions of interpretation.[15]

Records embody knowledge, not only in the form of formal, scientific, historical, or philosophical content, but also through residual

15 Maria Nélida González de Gomez, "A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas," *Ciência da Informação* 22, n.º 3 (1993): 2, https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/479/479.

traces embedded in their documentary substance, which carry cultural elements, ethical or moral dimensions, among others.

Even when a record's structure is predetermined and consolidated within its form, records inevitably evolve across time and space, leaving discernible marks in their composition. As a result, similar record types or forms may exhibit formal distinctions despite sharing analogous structures. These variations reflect contextual differences tied to their temporal and spatial origins, as we will later demonstrate through selected examples. However subtle, such variations across record types can reveal a record's provenance, including its chronological and topical origins. As Maturana and Varela[16] remind us: "This interplay between action and experience [...] shows that **every act of knowing brings forth a world**. [...] All this can be encapsulated in the maxim: **all doing is knowing, and all knowing is doing.**"

It is essential to recognize that documents constitute both a means of acting upon and knowing the world, whose origin is also justified by the human need to remember.

Comparing and Differentiating: Archival Identification and Documentary Typology

Although Archival Identification and Documentary typology play central roles in the recognition of context, as well as in the identification and categorization of information, they must under no circumstances be regarded as synonymous. They refer to distinct concepts, with different functions, that coexist within applied archival science.

Archival identification may be considered, above all, an archival methodology, as it is tasked with identifying the elements that compose a record, based on archival principles. This methodology comprises various stages and phases, including: the study of provenance; process studies; the study of the institutional history and its documentation; typological recognition; among others.

16 Humberto Maturana and Francisco Varela, *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana* (São Paulo: Palas Athena, 2001), 31-32, *emphasis added.*

> Archival identification is oriented toward an in-depth study of record genesis, in which the producing body and the record type are central. In other words, it enables the reconstruction of the context in which the records were produced, thereby contributing to the development of various archival procedures.[17]

Documentary typology, in turn, refers to the study of record types, which represent the configuration that a form assumes based on the activity that generated the document. To illustrate, consider the case of the commonly issued *certidões* (certificates): *certidão* is a form – it has standardized discourse, language, format, and well-defined production protocols, which result in perceptible similarities in its material characteristics. This form, when issued for a specific purpose, gives rise to distinct record types, such as birth certificates, marriage certificates, death certificates, and many other variations. Below is an example of a certificate, referring to the baptism of Feliz Brevis, issued in 1904 by the Bom Jesus do Brás Parish (Paróquia Bom Jesus do Brás – São Paulo, Brasil).

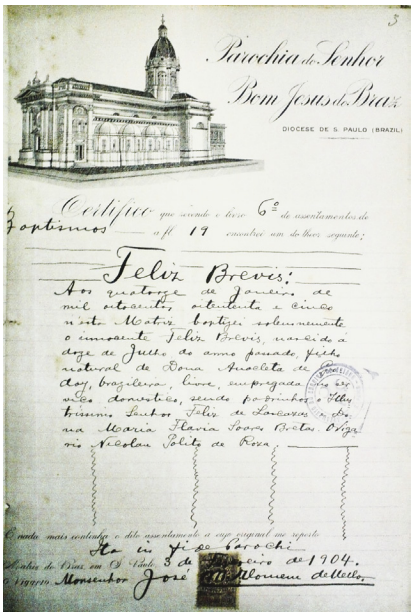


Figure 1. Certidão de Batismo de Feliz Breve, realizada em 14 de janeiro de 1885, na Paróquia do Senhor Bom Jesus do Brás (São Paulo, Brasil). Source: Juízo dos Órfãos de São Paulo Fonds. Arquivo Público do Estado de São Paulo (Brasil).

17 Fonseca, "Identificação documental," 11.

Upon examining the document above, we observe that it differs very little from baptism certificates issued today. This observation, beyond establishing the relationship between the documentary formula (*form*) and its function (baptism), reveals a certain stability of the record type over time. Even though minor differences may be found among documents of the same type produced across centuries, these variations usually pertain to content-related information – for instance, whether the baptized child or their mother was free or enslaved, a condition no longer present today – or even to the technology used to record the event, such as handwritten, printed, typewritten, or digital methods. Although these changes in the elaboration of the document are noteworthy and deserve attention, they rarely affect the documentary structure to the extent of reshaping the record type.

Documentary typology is a branch of Diplomatics concerned with the configuration each record type assumes once the form is applied to the activity that generated the document. In this way, it analyzes and defines how each record type should be shaped, based on its form and the activity that originated the record.

It is worth noting that the term Documentary typology stems from an Ibero-American tradition. Other scholars, such as Duranti,[18] refer to this diplomatic approach to archival documents as Archival Diplomatics or Contemporary Diplomatics – fields that are likewise concerned with record genesis, specifically focusing on the constitution of record types.

In the process of archival processing, especially when faced with a large volume of accumulated records, Archival Identification and Documentary typology may be applied simultaneously, thereby offering a stronger foundation for the organization of records. Each, within its own scope, investigates essential characteristics of the archival collection under analysis. In this way, it becomes possible to associate them, even though each retains its own identity and purpose.

While studies focused on the processes of record production and processing, both Identification and Documentary typology take the record and the actions surrounding it as their point of reference. The centrality of

18 Luciana Duranti, *Diplomática: usos nuevos para una antigua ciencia*, trans., prol. and pres. Manuel Vázquez (Carmona: S&C Ediciones, 1996).

the record in the analytical process allows for a deeper understanding of its origin and the event it represents. This constitutes a point of convergence between the two fields of study, one that may, at times, lead less specialized observers to conflate their applications.

The record, a key object for understanding the context of the actions that generated it, is a fundamental factor in the processes of knowledge construction. In fact, for Meyriat,[19] the record is understood as an object that provides structure to information, serving to communicate it continuously. The author also reminds us that:

> Any object may be assigned this function. For this reason, the notion of "record" is much broader than that of "writing." Written records are a privileged case, as writing is the most commonly used form to convey a message. However, it must be noted that writing can occur on many different objects: stones, ceramics, shells, parchment, paper, film... And one can write using different sign systems: alphabetic, phonetic, ideographic [...].[20]

In other words, there exists a wide variety of formats, media, genres, and form, all of which give rise to different record types. Consequently, postcards, photographs, musical scores, films, and microfiches are as much documents as letters or reports and, when used to reflect activities, they become archival records.

However, the record type, though often associated with the record itself, is not equivalent to the record. Rather, it is the representational expression conveyed by the record, resulting from the combination of its form and the activity that produced it.

> By relating and distinguishing record analysis from archival description, one must remember that the name of the record type (e.g., *consulta*, building permit file, letter, etc.) is one thing – and it

19 Jean Meyriat, "Documento, documentação, documentologia", trad. Camila Mariana A. da Silva *et al.*, *Perspectivas em Ciência da Informação* 21, n.º 3 (2016): 240-253, https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22480.

20 Meyriat, "Documento," 241.

> does not aim to represent only the individual record unit – while the titles or names of record units require, in addition to the name of the record type, other complementary data for accurate representation (e.g., *consulta* of the Council of the Indies proposing a viceroy for New Spain; building permit file for the Guadalajara sports complex; letter from Santiago Carrillo to Fulano regarding...).[21]

From this perspective, the record type is understood as a model, a parameter established for the recognition of documents that share similar structures, signs, and markings. As a predefined standard, the record type is highly useful when we think in terms of assigning logic to information and organization of archival collections.

However, Bellotto[22] warns that a record does not exist in the abstract. There is something above the record type, the form, as "while the latter is linked to the roles and functions of the record's producer, the former is associated with its activities."

Without a doubt, form and record types form fundamental components of a record's foundation – comprised of *actio* and *conscription* – and, when analyzed through methods such as Archival identification, they reveal the context and function that characterize the document. This knowledge contributes to knowledge construction by enabling the systematization of information, events, and systems underlying written culture.

Following, we present a pair of selected records to demonstrate, in practical terms, how the study of record types and the application of Archival Identification can bring to light important aspects of a record and the social context in which it is embedded.

We begin this reflection with the *Diploma da Medalha Geral da Campanha do Paraguay* (BBM, s/d). This document, a printed form intended to attest to an honor awarded to those who fought in the Paraguayan War,[23] was meant to confirm ownership of the decoration

21 Antonia Heredia Herrera, "Em torno do tipo documental", trad. Sonia Troitiño, *Officina – Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo* 1, n.º 1 (2022): 74, https://revista.arqsp.org.br/index.php/revista-da-associacao-de-arquivi/article/view/8.

22 Bellotto, "Entendimento da espécie," 11.

23 The Paraguayan War was an armed conflict between Paraguay and the so-called Triple

granted by the Brazilian government. The honor was materially composed of a medal and a silver clasp.

Upon analyzing the diploma below, one can observe that, despite being rich in information, it does not constitute an archival document, strictly speaking, for the simple reason that no record has actually been made. It is merely an unused form. Therefore, we can conclude that what we have in this example is a form, but not an actual record, due to the absence of a recorded event. It contains no names, dates, signatures, or seals. In short, there is no registered event, it is not a document that confirms the award, nor does it fulfill its intended evidentiary function. No documented activity has been identified.



Figure 2. Modelo do Diploma da Medalha Geral da Campanha do Paraguai, utilizado para condecorar os combatentes que participaram do conflito armado, episódio conhecido no Brasil como Guerra do Paraguai (1864-1870). Source: Coleção Documentos Históricos. Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin (BBM/USP)

Alliance, formed by Argentina, Brazil, and Uruguay, which took place between 1864 and 1870.

For the next analysis, a marriage petition processed by the *Juízo de Órfãos de São Paulo* was selected. This is a particularly interesting document, as it bears traces of two distinct events that converge at the moment of its documentary record.

The primary function of this document was to obtain, from the orphans' judge, the proper authorization for minors to marry before reaching the age of emancipation – considering that, in 19th-century Brazil, one of the legal means of obtaining emancipation was precisely through marriage. Without the appropriate exemption, it was not possible to enter into matrimonial vows. The process unfolded according to legally established procedures, ultimately authorizing the marriage upon confirmation that the minor's well-being would be safeguarded as a result of their new social status.

Simultaneously, the document bears signs of the structural political changes Brazil was undergoing at the time. November 15, 1889, marks the official date of Brazil's transition from an Empire to a Republic. As a consequence, all government offices and administrative structures underwent organizational and nominal changes. Since this document records a procedure carried out in 1890, we can observe in its printed form certain adjustments that reveal the broader political transition occurring throughout the public administration. For example, the phrase "*Juízo de Órfãos da Imperial Cidade de São Paulo*" was altered to "Juízo de Órfãos da Cidade de São Paulo". This change in nomenclature was implemented simply by manually striking through the word "*imperial*" with a handwritten bar, effectively suppressing it.

Some important points can be observed: 1) the adjustment of the formulaic discourse in order to meet the new reality that arises; 2) the use of printed forms used to register documents; 3) the most important aspect is the stability and permanence of the record type even in the face of major political and cultural changes.

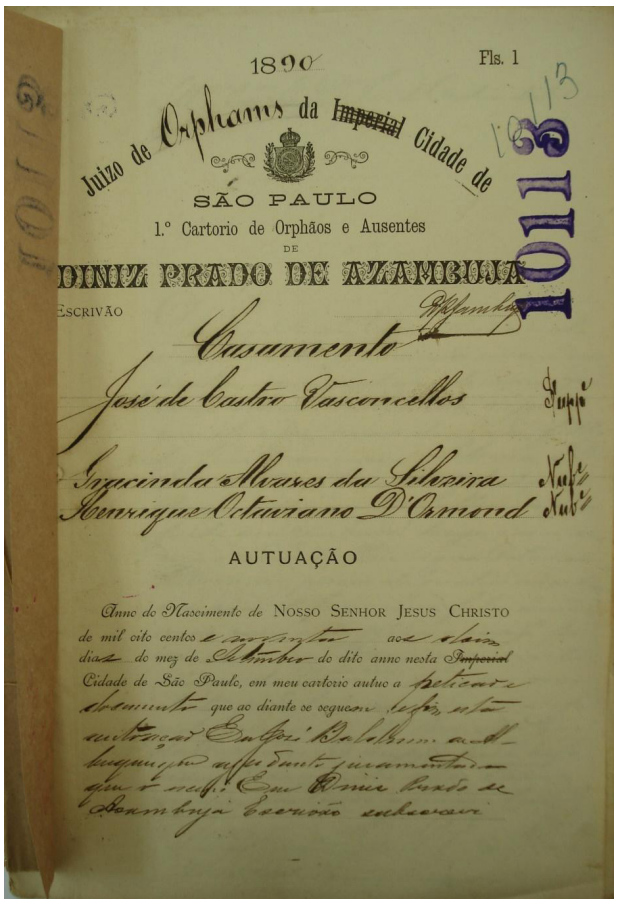


Figure 3. Petição de casamento de Gracinda Alvarez da Silveira e Henrique Octaviano D'Ormond, apresentada em 1890, pelo tutor José de Castro Vasconcellos ao Juiz de Órfãos da Comarca de São Paulo (Brasil), solicitando autorização para a celebração das núpcias dos menores. Source: Juízo dos Órfãos de São Paulo Fonds. Arquivo Público do Estado de São Paulo (Brasil).

Undeniably, a record belongs to and reflects its provenance. Nevertheless, as historical heritage, it is inseparably linked to the common good and to society, insofar as it offers unique forms of knowledge. Documentary typology and Archival Identification help us access this latent information.

Some Points Worth Considering

Ultimately, typological studies, such as Archival Identification and Documentary typology, interact with one another and enable associations that support archival processing. These interactions also benefit

archival research and knowledge construction both from and for documentary sources.

The clarification of record content provided by typological studies allows us to comprehend historical change in relation to a given period, location, and even cultural or linguistic issues. This highlights records as social instruments shaped by the contexts in which they are embedded, while at the same time possessing structural features capable of reflecting such contexts. It is also important to remember that records serve as portraits and references of mechanisms of social articulation, insofar as their documentary configuration – conceived through the framework of their form and the activity that generated them – can either facilitate or hinder certain actions.

The records analyzed in this study demonstrated the documentary structures that shape record series, as well as their relationship to the purposes they serve, the reason for their existence. We can also identify variations that result from the activity or motivating action. Moreover, these documentary sources allow us to reflect on the transformations undergone by record types over time, particularly as a result of changes in political systems and historical context. Undoubtfully, these are traces of knowledge present in the records themselves, through which we reflect and from which we expand our understanding.

Nesmith states that

> a record is an evolving mediation of understanding about some phenomenon – a mediation created by social and technical processes of inscription, transmission, and contextualization [...] And an archive is an ongoing mediation of understanding of records (and thus phenomena), or that aspect of record making which shapes this understanding through such functions as records appraisal, processing, and description, and the implementation of processes for making records accessible.[24]

24 Tom Nesmith, "Reopening Archives: Bringing New Contextualities into Archival Theory and Practice," *Archivaria* 60 (2006): 262, https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12523.

This is an essential understanding when carrying out historical criticism, as in addition to being sensitive to the set of phenomena that help explain the existence of the documentary record of a given event, it provides explanation of the criteria and references used in the archival organization process and, therefore, the logic necessary for the retrieval of sources. In short, archival organization seeks the contextualization of records, and this is the same principle to be employed to obtain detailed access to documentary sources.

In this sense, knowing and distinguishing the methods used by archival identification and documentary typology, as well as the knowledge they produce, is profoundly useful to the historian, considering the great contribution they provide to the understanding of sources, their context of production and use.

Bibliography

Bellotto, Heloísa Liberalli. "O entendimento da espécie e do tipo documentais na teoria e na prática arquivísticas." *Officina: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo* 1, n.º 1 (2022): 8-15. https://doi.org/10.29327/263416.1.1-2.

Burke, Peter. *O que é história do conhecimento?*. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

Callahan, Sara. "When the Dust Has Settled: What Was the Archiva Turn, and Is it Still Turning?" *Art Journal* 83, n.º 1 (2024): 74-88. https://doi.org/10.1080/00043249.2024.2317690.

Derrida, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

Duranti, Luciana. *Diplomática: usos nuevos para una antigua ciencia.* Translated, prologue and presentation by Manuel Vázquez. Carmona: S&C ediciones, 1996.

Fonseca, Gabrieli Aparecida da. "Identificação documental em arquivos pessoais: possibilidades, convergências e desafios." Master's diss., Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2017. https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/edbb375d-3e5c-4df9-86b2-afb72a030e75/content.

Foucault, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1987.

Gomez, Maria Nélida González de. "A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas." *Ciência da Informação* 22, n.º 3 (1993): 217-22. https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/479/479.

Halbwachs, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

Heredia Herrera, Antonia, "Em torno do tipo documental." Translated by Sonia Troitiño. *Officina – Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo* 1, n.º 1 (2022): 72-104. https://revista.arqsp.org.br/index.php/revista-da-associacao-de-arquivi/article/view/8.

Maturana, Humberto, and Francisco Varela. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 2001.

Meyriat, Jean. "Documento, documentação, documentologia." Translated by Camila Mariana A. da Silva, Marcílio de Brito, and Cristina Dotta Ortega. *Perspectivas em Ciência da Informação* 21, n.º 3 (2016): 240-253. https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22480.

Nesmith, Tom. "What's History Got to Do With It?: Reconsidering the Place of Historical Knowledge in Archival Work." *Archivaria* 57 (2004): 1-27. https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12450.

Nesmith, Tom. "Reopening Archives: Bringing New Contextualities into Archival Theory and Practice." *Archivaria* 60 (2006): 259-274. https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12523.

Nora, Pierre. "Entre memória e História: a problemática dos lugares." Tranlated by Yara Aun Khoury. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História* 10 (1993): 7-28. https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101.

Pollack, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio." *Estudos Históricos* 2, n.º 3 (1989): 3-15.

Pollack, Michael. "Memória e identidade social." *Estudos Históricos* 5, n.º 10 (1992): 200-212.

Ricoeur, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

Troitiño, Sonia. "De la crítica diplomática al análisis tipológico: abordajes y técnicas de análisis documental." *Scire: Representación y organización del conocimiento* 17, n.º 1 (2011): 65-72. https://doi.org/10.54886/scire.v17i1.3998.

Troitiño, Sonia. *Estudo tipológico do acervo da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin (BBM) (Relatório científico)*. Programa de Residência em Pesquisa da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin (PRCEU/USP), 2020.

Troitiño, Sonia. "Patrimônio documental e arquivologia: fundamentos para o reconhecimento e a organização de acervos permanentes." Tese de livre docência, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – Unesp, 2023.

Referência para citação:
Troitiño, Sonia, e Gabrieli Aparecida da Fonseca. "Unveiling Context: The Contribution of Documentary Typology Studies to Knowledge". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 21 (2025): 235-255. https://doi.org/ 10.48487/pdh.2025.n21.45611

Práticas da História, n.º 21 (2025): 257-279

Sandra Patrício

História custodial ou de como o guardião importa: as consequências da custódia para a informação arquivística

O objectivo deste artigo é demonstrar que a história custodial é fundamental para a compreensão dos arquivos e para a investigação e descrição arquivística. Utiliza uma abordagem teórica e metodológica, destacando a forma como a custódia – o ato de guardar, proteger e manter íntegros os documentos – é fundamental para garantir a autenticidade e a integridade da informação arquivística. Para atingir este desiderato, analisa-se o conceito de história custodial, desde a história do conceito até à mais recente abordagem pós-custodial, sem esquecer a análise terminológica e as operações técnicas que resultam na informação produzida para a descrição arquivística. Conclui-se que a cadeia de custódia é essencial para a autenticidade dos documentos. Conhecer a história custodial é indispensável para entender o contexto de produção e garantir boas práticas de descrição arquivística.
Palavras-chave: história custodial; sistema de informação; arquivística; contextos de produção.

Custodial History or How the Custodian Matters: The Consequences of Custody for Archival Information

The aim of this article is to demonstrate that custodial history is fundamental to understanding archives and to archival research and description. It uses a theoretical and methodological approach, highlighting how custody – the act of storing, protecting and maintaining the integrity of documents – is fundamental to ensuring the authenticity and integrity of archival information. To achieve this goal, the concept of custodial history is analysed from the history of the concept to the most recent post-custodial approach, without forgetting the terminological analysis and technical operations that result in the information produced for archival description. It is concluded that the chain of custody is essential for the authenticity of documents. Knowing the custodial history is indispensable for understanding the context of production and ensuring good archival description practices.
Keywords: custodial history; information system; archival science; contexts of production.

História custodial ou de como o guardião importa: as consequências da custódia para a informação arquivística

por Sandra Patrício*

Introdução

Esta é uma reflexão cujo objetivo primordial é demonstrar que a história custodial é fundamental para a compreensão dos arquivos e que é um dos campos essenciais da investigação e da descrição arquivísticas. Utiliza-se uma metodologia qualitativa que se inicia pela análise teórica, conceptual e terminológica, mediante a revisão da literatura, que inclui também as operações técnicas que resultam nas descrições.

A evolução do conceito de história custodial

Os vários significados de história custodial, desde as operações técnicas da descrição e da representação à exploração do conceito pela ciência da informação, são áreas em discussão num novo contexto pós-custodial. A comunidade arquivística tem vindo a questionar a pertinência do conceito de vínculo arquivístico e dos princípios e funções arquivísticas que foram sendo construídos a partir da noção de custódia física.

Nas sociedades da escrita que conhecemos desde há cerca de 5000 anos, a prova de atos e factos e a memória das comunidades são fixadas

* Sandra Patrício (spatricio@mun-sines.pt). https://orcid.org/0000-0002-4613-1036. Arquivo Municipal de Sines, Largo Ramos Costa, 7520-159 Sines, Portugal; Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade 1600-214 Lisboa. Artigo original: 26-09-2025; artigo revisto: 27-12-2025; aceite para publicação: 29-12-2025.

num suporte escrito para poderem ser partilhadas e utilizadas após o momento em que os atos que lhes deram origem ocorreram. Essa memória ocupa um espaço físico, a do registo escrito, mas sempre controlada e até sequestrada por quem a controla.[1] Esses lugares físicos são "alicerces à memória coletiva; serão também lugares simbólicos, onde esta memória coletiva irá expressar-se, revelar-se e era apreendida pelos sentidos",[2] sendo as memórias cumulativas e funcionais. Mas a memória coletiva escrita, em detrimento da oral, constrói evidência, pois a escrita é estática, registada, precisa e mecânica e, portanto, pode ser retificada. Já a memória coletiva oral está em constante atualização, assenta na vivência e é dinâmica, narrada, fidedigna e funcional.[3]

A "função custodial" é das mais antigas e primordiais de um arquivo, sendo identificada como tal desde a Antiguidade Clássica. A função de autenticação através da custódia arquivística foi "obscurecida" quando, a partir da Revolução Francesa, foi criada a distinção entre arquivos definitivos e arquivos administrativos.[4] Tem duas dimensões: a física, no sentido de presença física e de controlo dos documentos para que estes sejam protegidos de alterações, destruição ou roubo; legal, no sentido em que as instituições arquivísticas são as guardiãs legítimas e responsabilizadas como tal. A preservação é o seu objetivo essencial: assegurar e manter a integridade e a autenticidade dos documentos de arquivo.

Enquanto preservação segura e garantia da autenticidade, a custódia é a razão de ser dos arquivos, e pode ser identificada como tal desde o período romano, no Código Justiniano do século V e no *Tabularium* (o primeiro arquivo romano, do Senado, conservado no templo de Saturno, no século VI a.C.).[5] A autenticidade era conferida pelo local da guarda, no templo. Na Antiguidade romana, o ato de depósito num

1 Maria Cristina Vieira de Freitas, *Temas arquivísticos: entre a tradição e a mudança*, pref. Carlos Guardado da Silva (Lisboa: Edições Colibri, 2024), 159.

2 Freitas, *Temas arquivísticos*, 160.

3 Freitas, *Temas arquivísticos*, 163.

4 Reto Tschan, "Archival Custody", in *Encyclopedia of Archival Science*, ed. Luciana Duranti e Patricia C. Franks (Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2015), 37.

5 Armando Malheiro da Silva *et al.*, *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação* (Porto: Edições Afrontamento, 1998), 61-62.

arquivo público atribuía ao documento valor probatório e de memória.[6] Sendo a autoridade um valor externo aos documentos, que lhe era conferido pelo local da custódia, podia ser alvo de abusos e falsificações, dado que o simples ato de deposição conferia valor ao documento. Houve então a necessidade de definir caracteres externos e internos que os documentos apresentassem para lhes conferir autenticidade independentemente do local de custódia.

A ênfase nas características formais dos documentos não alterou a definição de arquivo da Antiguidade e, mais tarde, do Ocidente europeu, herdeiro das leis e jurisprudência romanas. Os arquivos continuaram a ser definidos como "locais físicos de depósito, sob uma autoridade pública, que confere aos documentos de arquivo autenticidade e confiabilidade, de forma que possam atuar como evidência e memória da ação".[7] Esta noção prevaleceu, apesar de os repositórios arquivísticos, em simultâneo com a autoridade imperial, terem começado a desaparecer nos séculos V-VI.

A função custodial dos arquivos públicos continuou a ser desempenhada pelos poderes remanescentes ou em ascensão num mundo fragmentado: Igreja, capelas palatinas, cidades e, posteriormente, universidades. A autenticidade era garantida pelos elementos diplomáticos dos documentos e por elementos que lhe eram extrínsecos, como as testemunhas de um evento registado, e atribuída pelos custodiantes, as instituições administrativas.

Nos séculos XII e XIII, a produção e a acumulação documental aumentaram, à medida que os Estados medievais europeus emergiram e se desenvolveram. O objetivo das administrações era proteger os documentos de arquivo necessários à sua atividade, garantindo que se encontravam num local seguro, formando uma unidade. Até à atualidade, os juristas continuam a reconhecer à custódia arquivística a função de autenticação de documentos.

Na Época Moderna desenvolveram-se os grandes arquivos régios, custodiantes de sistemas de arquivo cada vez mais multíplices, por

6 Tschan, "Archival Custody", 35-36.

7 Tschan, "Archival Custody", 36.

serem os seus produtores mais complexos, por um lado, e, por outro, por concentrarem documentos de várias proveniências.[8] Surgem os primeiros regulamentos na Península Ibérica, nomeadamente no Archivo de Simancas, em Castela; e na Torre do Tombo, em Portugal. A expansão europeia exigiu a criação de novas instituições para a gestão de novos pontos comerciais e coloniais, que eram responsáveis por fluxos informacionais entre as metrópoles e as periferias, como o Conselho da Índia, em Portugal.[9] No contexto do sul da Europa, em Portugal, Espanha e Itália, os tribunais da Inquisição utilizaram a gestão documental como parte do processo judicial, uma ferramenta burocrática que assegurava a integridade do processo de investigação.[10]

No século xvii, Ahasverus Fritsch (1629-1701), um jurista e poeta alemão, enumerou os requisitos necessários para que um arquivo assegurasse a autenticidade dos documentos de arquivo: encontrar-se sob uma autoridade soberana; que os documentos fossem depositados por uma autoridade pública; manutenção de uma ordem física e intelectual junto dos outros documentos. O grande contributo de Fritsch foi afirmar que o objetivo primordial dos arquivos é a guarda e proteção dos documentos para que mantenham o seu carácter probatório.[11]

A Revolução Francesa de 1789 iniciou uma alteração fundamental para a função da custódia arquivística: a criação dos arquivos nacionais como repositórios dos documentos de arquivo das instituições findas do Antigo Regime que tinham perdido valor legal, mas cuja preservação era necessária para a escrita da história, para a preservação da memória e da identidade dos novos Estados.

Determinou-se, assim, a separação física e intelectual entre os documentos das instituições findas e os documentos de arquivo produzidos

8 Silva *et al.*, *Arquivística*, 80-81, 87-90.

9 Fernanda Olival, "Mercês, serviços e circuitos documentais no Império português", in *O domínio da distância: comunicação e cartografia*, ed. Maria Emília Madeira Santos e Manuel Lobato (Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006), 64-70, http://hdl.handle.net/10174/2125.

10 Dee Anna Phares, "The Renaissance (1300-1600)", in *Libraries, Archives and Museums: An Introduction to Cultural Heritage Institutions through the Ages*, ed. Suzanne Stauffer (Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2021), 115-116.

11 Tschan, "Archival Custody", 37.

pelas novas administrações, o que resultou, em inglês, nos termos *archives e administrative archives/records.*[12] Nos arquivos nacionais custodiaram-se os documentos de arquivo de instituições extintas do Antigo Regime, enquanto que aqueles produzidos pelo novo regime eram conservados nos produtores que se identificavam também como custodiantes, responsáveis pela gestão e pela preservação. Aqui encontramos a distinção, na arquivística anglo-saxónica, entre *archives*, enquanto documentos de arquivos definitivos, e *records*, entendidos como documentos administrativos. A arquivística em língua portuguesa não faz distinção entre documentos administrativos e documentos históricos, são todos documentos de arquivo,[13] embora na prática se tenham criado arquivos definitivos públicos, distintos das entidades produtoras e já não sob a sua custódia.

A exceção no quadro europeu foi a Inglaterra, onde a relação entre custódia e autenticidade não foi quebrada e a função de autenticação da custódia arquivística se manteve central à gestão de documentos de arquivo. Para o arquivista britânico Hilary Jenkinson (1882-1961), a preservação de um documento de arquivo imparcial é a principal razão para a passagem de informação para a custódia arquivística; e o papel do arquivista, primevo e essencial, é a defesa moral e física dos arquivos. Este é um papel incompatível com o de produtor, porque o documento de arquivo deixa de cumprir os objetivos para os quais foi criado, o que o coloca em risco de sofrer alterações pelo produtor. Mas se o documento de arquivo, passada a sua idade ativa, deixa de ser útil ao produtor, este ainda pode ser responsabilizado através dele. Assim, argumenta Jenkinson, os documentos de arquivo que já não estão ativos devem ser transferidos para o arquivo, ficando à guarda do arquivista, um custodiante de confiança porque imparcial. Hoje, esta visão do papel e do perfil do arquivista mudou, mas não a ideia de que a cadeia de custódia não pode ser interrompida, desde o momento da criação até à sua transferência para o arquivo, e que esse é um elemento fundamental para assegurar a autenticidade dos documentos de arquivo.

12 Tschan, "Archival Custody", 37.

13 Freitas, *Temas arquivísticos*, 64.

Segundo Tschan[14] a cadeia de custódia (*chain of custody*) pode ter sido interrompida quando os arquivos nacionais custodiam demasiados documentos cuja relação com o produtor foi comprometida, como aconteceu nos países em que os arquivos das instituições extintas do Arquivo Regime nos séculos XVIII e XIX foram transferidos para arquivos nacionais e o contexto de produção se tornou ilegível. São os "documentos órfãos" sobre os quais não se consegue reconstituir o contexto de produção nem a sua relação com o produtor. Tschan não explora mais esta hipótese, mas seria interessante relacionar as transferências maciças de documentos de instituições extintas para arquivos nacionais, sem o respetivo tratamento arquivístico, e a sua correlação com os "documentos órfãos". Este foi, aliás, um problema explorado por Vieira,[15] em relação ao arquivo nacional brasileiro, no qual o modelo centralizado de custódia física em vigor não garante a preservação de todos os documentos que deveria, pois os serviços não transferem os documentos para a sua custódia, pelo que é necessário avaliar o modelo presente antes de se implementar outro.[16] Tschan adverte, no entanto, que o arquivista americano Theodore Roosevelt Schellenberg (1903-1970) sempre considerou a custódia física como essencial para a preservação da integridade do documento de arquivo.

O modelo de gestão e custódia moderno, ou modelo do ciclo de vida, assenta sob uma "metáfora biológica";[17] isto é, os documentos têm um ciclo de vida e, tal como os seres vivos, evoluem por etapas, do nascimento até à morte. Sustenta-se num conjunto de procedimentos e rotinas desenvolvidos sobre os documentos, que Silva *et alli* descrevem como tecnicista.[18] As funções arquivísticas reconhecidas são a produção/receção, a classificação, a seleção, a armazenagem e a utilização.

14 Tschan, "Archival Custody".

15 Thiago de Oliveira Vieira, "O patrimônio e as políticas arquivísticas: uma análise dos acervos (não) custodiados pelo Arquivo Nacional do Brasil" (tese de doutoramento, Universidade de Coimbra, 2021), https://hdl.handle.net/10316/98853.

16 *Vide* Freitas, *Temas arquivísticos*, 106-107, n28.

17 Freitas, *Temas arquivísticos*, 91.

18 Silva *et al.*, *Arquivística.*

A partir do momento em que os documentos de arquivo passam à custódia arquivística, argumenta Duranti,[19] pressupõe-se a sua autenticidade e a garantia da continuidade da mesma, pois a entidade que custodia é diferente da entidade que produz. A entidade que custodia tem nessa ação a sua razão de ser, nomeadamente a preservação dos documentos e da sua autenticidade, pelo que desempenhará melhor essas tarefas do que o produtor. Como se verá adiante, esta noção poderia contrariar a ideia de custódia distribuída do pós-custodialismo.

A mesma arquivista italiana refina o conceito e admite a necessidade de mudanças face às alterações tecnológicas do presente. A custódia arquivística está relacionada com a proteção e guarda da prova, independentemente do suporte e da posse física: "Os arquivistas não precisam ter a custódia física dos registros eletrônicos para exercer o controle sobre eles e proteger sua integridade: eles podem fazer isso à distância, contanto que detenham autoridade legal para essa função."[20] Se este é o fim da ideia de custódia física como a única possível, não é o da autoridade legal à distância, que exige controlo intelectual e contextual. A custódia torna-se intelectual, o que também pode abrir a porta para a noção de custódia partilhada. De acordo com Shein e Lapworth,[21] existe custódia partilhada ou distribuída quando um produtor custodia de forma temporária ou indefinida alguns ou todos os documentos de arquivo de valor permanente, enquanto os arquivos definitivos se responsabilizam pelo acesso aos documentos se os custodiarem. Neste momento, esta é a realidade das aplicações de negócio das organizações, que conservam a guarda física dos registos, mas que permitem o acesso através de plataformas eletrónicas mediadas pelos serviços de arquivo tradicionais, ou mesmo de cópias digitais.[22]

19 Luciana Duranti, "Registros documentais contemporâneos como provas de ação", *Estudos Históricos* 7, n.º 13 (1994): 49-64, https://bibliotextos.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/03/registro-documentais-contemporc3a2neos-como-provas-de-ac3a7c3a3o.pdf.

20 Duranti, "Registros documentais", 13.

21 Cyndi Shein e Emily Lapworth, "Say Yes to Digital Surrogates: Strengthening the Archival Record in the Postcustodial Era", *Journal of Western Archives* 7, n.º 1 (2016), https://digitalcommons.usu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1072&context=westernarchives.

22 É o caso, por exemplo, do Arquivo Municipal de Sines em relação à informação corrente produzida pelo município, custodiada nos servidores e produzida e acessível internamente através da aplicação de gestão documental e das aplicações de negócio. As consequências da custódia partilhada para a autenticidade e a acessibilidade presente e futuras não são ainda completamente claras.

Os documentos são de arquivo quando e apenas se, ao longo do tempo, mantiverem a sua organicidade, que lhe é atribuída pelo vínculo arquivístico (*archival bond*), o qual se manifesta nas relações que unem uns documentos a outros.[23] Para que este vínculo não seja quebrado é necessário que seja mantida a cadeia de custódia. Isto é, enquanto os documentos se mantiverem sob controlo do criador que os transfere para um arquivo definitivo e um novo custodiante, pois a ideia de custódia centralizada após a transferência ainda é fundamental e persistente.

Duranti[24] considera o vínculo arquivístico um princípio fundamental para a preservação de documentos de arquivo eletrónicos. Participou num estudo, o InterPARES (2002-2018),[25] cujo objetivo, face à emergência da informação digital, foi estabelecer o que é um documento de arquivo e como pode ser reconhecido num ambiente digital a partir da diplomática e da ciência arquivística.

Para a Diplomática, o documento de arquivo "é a forma mais autoritária de prova, dado que incorpora um facto jurídico e dá-lhe existência";[26] o documento de arquivo é "a system of formal elements that are universal in their application and decontextualized in nature".[27] Os documentos de arquivo são, assim, sistemas de elementos formais cuja universalidade pode ser usada para separar o que constitui o seu conteúdo e a sua forma externa. Esta última constitui a prova das suas origens, como a escrita manuscrita e o discurso, em contextos determinados.

Para o seu produtor, o documento de arquivo é o produto natural das suas atividades na prossecução da sua missão, sendo que a "prova/

23 Freitas, *Temas arquivísticos*, 116.

24 Luciana Duranti, "The Archival Bond", *Archives and Museum Informatics* 11, n.º 3 (1997): 213-218; Luciana Duranti, "Archival Bond", in Duranti e Franks, *Encyclopedia*.

25 InterPARES Project, "Project Overview", 2002-2018, acedido a 17 de dezembro de 2025, http://interpares.org/welcome.cfm.

26 André Pacheco e Carlos Guardado da Silva, "From the Archival Bond to the Informational Bond", *Preservation, Digital Technology & Culture* 52, n.º 2 (2023): 49-58, https://doi.org/10.1515/pdtc-2023-0004.

27 Duranti, "The Archival Bond", 215.

evidência emerge passivamente".[28] Assim, segundo Duranti,[29] o vínculo arquivístico é a "rede de relações" que cada documento de arquivo estabelece com os documentos que pertencem à mesma agregação:

- É originário: inicia-se quando o documento de arquivo é criado;
- É necessário: existe para cada documento de arquivo;
- É determinado: qualifica-se pela função que o documento de arquivo desempenha na agregação documental a que pertence;
- É incremental e finito: continua a desenvolver-se até que a atividade que lhe deu origem cessa.

Daqui se conclui que o vínculo arquivístico é a "manifestação empírica das inter-relações" (*idem*, *ibidem*) entre documentos de arquivo, e esta é uma característica essencial dos documentos de arquivo a par das identificadas por Jenkinson em 1937: imparcialidade, autenticidade e naturalidade. A naturalidade e a inter-relacionalidade estão relacionadas, segundo Eastwood.[30] Os documentos de arquivo são capturados/entram no sistema em função das necessidades do produtor, o que lhes confere naturalidade. Os documentos de arquivo só têm significado em conjunto e dependem uns dos outros pelo seu significado e capacidade de evidenciar a atividade que os gerou.

Apesar de a obra de Jenkinson ter influenciado a teoria arquivística, no final do século XX e início do século XXI desenvolveram-se três modelos de superação da Teoria das Três Idades: os modelos cíclico, contínuo e helicoidal.[31] Primeiro, a arquivística integrada do Canadá nos anos 80 do século XX, face à exigência de reposicionamento dos arquivistas em função das transformações tecnológicas decorridas. Segundo esta perspetiva, a intervenção dos arquivistas deve ser unificada e contínua antes mesmo da criação dos documentos até ao momento

28 Pacheco e Silva, "From the Archival Bond", 51-52.

29 Duranti, "The Archival Bond", 216.

30 Terry Eastwood, "What Is Archival Theory and Why Is it Important?", *Archivaria* 37 (1994): 128.

31 Freitas, *Temas arquivísticos*, 91-112.

da eliminação ou da conservação permanente.[32] Para Freitas, a Arquivística Integrada não nega a validade do modelo do ciclo de vida, mas pretende desfazer a dicotomia entre gestão documental e arquivística. Segundo Lopes,[33] na leitura de Freitas,[34] são duas as suas inovações: a informação (o conteúdo dos documentos de arquivo) é o objeto de estudo da disciplina; com uma abordagem interdisciplinar, para romper com a distinção entre arquivos permanentes (*archives*) e a divisão profissional daí decorrente (*records managers vs archivistes*).

Surgem então outras alternativas para substituir um modelo biológico estático e redutor, desadequado ao ambiente eletrónico. O modelo *records continuum* pretende ultrapassar a linearidade das etapas do modelo do ciclo de vida para se focar na transformação que o documento pode sofrer. Prevê práticas em que diferentes dimensões de gestão (criação, captura, organização e pluralização) e eixos de responsabilidade (probatório, identitário, transacional, contextual) se sobrepõem e relacionam.[35] Não distingue balizas temporais e físicas para racionalizar etapas de produção, "esbatendo inclusive estas fronteiras, porque negam toda a sua historicidade".[36] Logo, as ações de produção, descrição, avaliação, utilização e preservação no decorrer da existência dos documentos realizam-se em função do ciclo decisório da gestão da informação e dos documentos pela organização, bem como da articulação entre as dimensões e os eixos.

O modelo tem sido considerado complexo e pouco útil fora do contexto australiano, o que se pode explicar pelas dificuldades de tradução e pelas diferenças das tradições arquivísticas. No entanto, é um modelo de custódia continuada,[37] no qual os documentos não fazem apenas parte de um passivo cultural e social, mas são participantes ativos nas atividades do produtor. Não há confronto com o modelo

32 Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, *Os fundamentos da disciplina arquivística*, trad. Magda Bigotte Chorão, rev. cient. Pedro Penteado (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998), 260.

33 Luís Carlos Lopes, *A informação e os arquivos: teorias e práticas* (Niterói: EDUFF, 1996).

34 Freitas, *Temas arquivísticos*, 96.

35 Freitas, *Temas arquivísticos*, 98.

36 Freitas, *Temas arquivísticos*, 99.

37 Freitas, *Temas arquivísticos*, 101.

do ciclo de vida dos documentos, mas algumas diferenças: o ciclo de vida cria fronteiras físicas entre os documentos na fase ativa/semiativa (*records*) e inativa (*archives*); já no modelo *records continuum*, os documentos são utilizados em múltiplos contextos e representações, podem ser recontextualizados e reinterpretados, independentemente do espaço e do tempo. O modelo do ciclo de vida dos documentos tem uma base teórica custodial, enquanto o modelo de *records continuum* tem uma base teórica pós-custodial.

O modelo helicoidal, definido por Brothman,[38] pretende fazer a representação de múltiplos contextos de produção de documentos de arquivo. Os documentos são "(re)formação", tomam forma ou corpo, quer linear quer não-linear: apresentam uma "temporalidade multivalente", ganham "camadas sucessivas de temporalidade" ao longo da sua existência. Freitas resume assim: "presença de múltiplas cronologias e contextos num único documento ou conjunto de documentos, que não podem escapar ao processo representacional".[39]

Em conclusão, a diferença entre a vida e a morte dos documentos não permite compreender "os fenómenos complexos da semelhança e da diferença", o que se reflete nas discussões sobre estratégias de preservação (cópia, digitalização, migração, emulação e versionamento). O modelo *records continuum* está ainda preso à fixidez do registo original, o que reconhece é o uso com múltiplos propósitos. Freitas conclui que ambos os modelos são complexos e de difícil aplicação. O modelo helicoidal ainda não teve aplicação prática, pelo que não é possível avaliar a sua utilização.

A mesma arquivista[40] problematiza também a abordagem pós-custodial enquanto superação da custódia, tendo em conta que esta é um elemento essencial do trabalho arquivístico. O contraponto está na defesa da abordagem custodial por arquivistas como Luciana Duranti,[41]

38 Brien Brothman, "Archives, Life Cycles, and Death Wishes: A Helical Model of Record Formation", *Archivaria* 6 (2006): 235-269, https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12542.

39 Freitas, *Temas arquivísticos*, 102-103.

40 Freitas, *Temas arquivísticos*, 104-109.

41 Luciana Duranti, "Reliability and Authenticity: The Concepts and Their Implications", *Archivaria* 39 (1995): 5-10, https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12063.

que reafirma a ideia de arquivo como o local e a instituição que garante a custódia e a preservação da autenticidade dos documentos de arquivo. Do outro lado da barricada estão os arquivistas australianos. Bearman[42] advoga a necessidade de adotar a "custódia distribuída ou da não-custódia dos documentos". A custódia distribuída implica a partilha da responsabilidade pela preservação entre os produtores (custódia física) e os arquivistas (acesso). Deu origem à norma australiana AS 4390, de 1996, e à norma 15489 e 2, que em Portugal é a NP 4438 1-2, de 2005.[43] Já a não custódia, mais radical, perspetiva o abandono da custódia física como pressuposto principal *versus* o alargamento do controlo intelectual e legal dos documentos de arquivo.[44]

A custódia distribuída[45] pode ser entendida como uma abordagem em que, em primeiro lugar, os serviços produtores mantêm temporária ou indefinidamente a custódia total ou parcial dos documentos com valor arquivístico; em segundo lugar, os arquivos definitivos são responsáveis pelo acesso, mas não pela custódia. Os arquivos regulam, monitorizam e apoiam os produtores na preservação e acesso aos documentos, remetendo os utilizadores para os locais originais de guarda.[46]

Mas a abordagem tem limitações, como nota Freitas,[47] a partir do trabalho de Vieira:[48] é útil para tipos de documentos específicos, como bases de dados, mas não para os documentos de arquivo produzidos e armazenados em ambientes tradicionais, como os fundos custodiados pelos arquivos nacionais. Neste caso, o modelo centralizado de custódia física em vigor não garante a preservação de todos os documentos

42 David A. Bearman, "Moments of Risk: Identifying Threats to Electronic Records", *Archivaria* 62 (2006): 15-46, https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12912.

43 Instituto Português de Qualidade, *NP 4438-1: 2005, Informação e documentação – Gestão de documentos de arquivo: princípios directores* (Lisboa: IPQ, 2005); Instituto Português de Qualidade, *NP 4438-2: 2005, Informação e documentação – Gestão de documentos de arquivo: recomendações de aplicação* (Lisboa: IPQ, 2005).

44 Jeannette A. Bastian, "Taking Custody, Giving Access: A Postcustodial Role for a New Century", *Archivaria* 53 (2002): 76-93, https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12838, como descrito por Freitas, *Temas arquivísticos*, 105, n. 24.

45 Freitas, *Temas arquivísticos*, 106, a partir de Shein e Lapworth, "Say Yes to Digital Surrogates", 13.

46 Shein e Lapworth, "Say Yes to Digital Surrogates".

47 Freitas, *Temas arquivísticos*, 106-107.

48 Vieira, "O patrimônio e as políticas arquivísticas".

que deveria, pois os serviços não transferem os documentos para a sua custódia, pelo que é necessário avaliar o modelo presente antes de se implementar outro. Esta é, ali**ás**, uma reflexão que também urge fazer em Portugal, para avaliar o efeito das mais recentes políticas de reforço das secretarias de Estado enquanto produtoras e custodiantes de documentação, ao invés da sua transferência para um arquivo nacional e para os arquivos regionais com capacidades físicas e recursos humanos limitados para a dimensão da informação a transferir.[49] Apesar de a produção ser descentralizada, as decisões de avaliação continuam a ser centralizadas pelo órgão coordenador.[50]

As propostas de custódia distribuída e não-custódia podem ser úteis quando estão em causa os "archives without walls" de Cook.[51] De acordo com esta perspetiva, os arquivos disponibilizam informação em linha para ultrapassarem problemas de acesso físico, horários e número de acessos simultâneos. Este acesso pode materializar-se através de sistemas de gestão documental interligados com controlo partilhado entre os arquivos e os produtores, ou com outros arquivos. Por exemplo, o projeto português CLAV – Classificação e Avaliação da Informação Pública, em que a administração central e os municípios partilham o desempenho de funções e a consequente informação produzida, em custódia distribuída. Assim, os modelos opõem-se à noção de arquivo enquanto lugar físico e harmonizam-se com a abordagem pós-custodial.[52] Baseiam-se na premissa de que os arquivos podem assumir o acesso sem assegurarem a custódia física.[53] Mas as abordagens só são sustentáveis[54] se conjugadas

49 Sobre as mais recentes políticas e práticas do órgão de coordenação de política arquivística portuguesa, ver Alexandra Lourenço e Pedro Penteado, eds., *Avaliação Suprainstitucional da Informação Arquivística (ASIA): documento metodológico* (Lisboa: Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2016), https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2016/03/ASIA_Doc-metodologico2016-03-10.pdf, e para uma visão de avaliação e crítica, ver Luís Corujo, *Avaliação da informação de arquivo eletrónica* (Lisboa: Edições Colibri, 2023), 149.

50 Corujo, *Avaliação da informação*, 147.

51 Terry Cook, "Archival Science and Postmodernism: New Formulations for Old Concepts", *Archival Science* 1 (2001): 3-24, https://link.springer.com/article/10.1007/BF02435636.

52 Freitas, *Temas arquivísticos*, 107.

53 Philip C. Bantin, "Strategies for Managing Electronic Records: A New Archival Paradigm? An Affirmation of Our Archival Traditions?", *Archival Issues* 23, n.º 1 (1998): 17-34, https://doi.org/10.31274/archivalissues.10863.

54 Freitas, *Temas arquivísticos*, 108.

com práticas de gestão documental (*records management*) que garantam a produção e o armazenamento confiáveis. Freitas refere o exemplo dado por Gilliland[55] em relação aos ambientes de investigação científica, nos quais a custódia é distribuída entre gestores de documentos e arquivistas. Porém, os sistemas não garantem a preservação colaborativa, pois mantêm-se os riscos de apagamento de documentos e, logo, **é** posta em causa a memória coletiva e organizacional. De facto, a missão desses sistemas não é a preservação, essa é uma missão dos arquivos. Os mesmos problemas poderão vir a ter os sistemas de informação da administração pública portuguesa, já que os sistemas dos produtores nem sempre se adequam à preservação, antes têm como objetivo a gestão corrente.

A história custodial e a descrição

Custodiar, enquanto ação de guardar, proteger, manter íntegro, é, sem surpresa, um conceito primordial da arquivística, sendo os arquivos, na formulação de Jenkinson como relembrada por Freitas, "lugares de custódia e [com] importância para a manutenção da autenticidade dos documentos".[56] Por custódia, na área da informação arquivística, entende-se a guarda física que tem como objetivo a conservação dos documentos de arquivo. Exige responsabilidade jurídica sobre os documentos, isto é, inclui uma obrigação do custodiante em relação às alterações físicas que sofram e ponham em causa a sua integridade.[57]

Na definição da NP 4041,[58] a custódia é

> função primordial do serviço de arquivo que consiste na guarda física de documentos e/ou arquivos, com a consequente responsabilidade jurídica, sem necessariamente implicar a sua

55 Anne J. Gilliland, *Conceptualising 21st-century Archives* (Chicago: Society of American Archivists, 2014).

56 Freitas, *Temas arquivísticos*, 114.

57 Ivone Alves *et al.*, *Dicionário de terminologia arquivística* (Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993), 29; Direção Geral de Arquivos, *Orientações para a descrição arquivística*, 2.ª versão (Lisboa: Direção Geral de Arquivos, 2007), 73, http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2008/09/oda1_2_3.pdf.

58 Instituto Português de Qualidade, *NP 4041: 2005 - Informação e documentação – Terminologia arquivística: conceitos básicos* (Lisboa: IPQ, 2005), 12.

> propriedade. A interrupção da custódia pode pôr em causa a autenticidade e integridade dos documentos, logo, o seu valor probatório. Nota: a apreensão judicial, o depósito, a incorporação, a permuta, a sucessão na propriedade do arquivo e a transferência não constituem interrupções de custódia.

Porém, embora a custódia não seja considerada uma das funções arquivísticas identificadas pela arquivística canadiana, por exemplo, é uma condição para a manutenção do vínculo arquivístico e da integridade da informação. Nas normas de descrição, nomeadamente na ISAD(G),[59] a história custodial e arquivística, enquanto campo de informação, tem como objetivo "facultar informação sobre a história da unidade de descrição que seja significativa para a sua autenticidade, integridade e interpretação" (ISAD(G), 3.2.3). Trata-se de mostrar ao utilizador quais foram as condições materiais e jurídicas que determinaram a informação disponível. Regista-se a forma como a informação foi organizada, descrita, divulgada, reutilizada e conservada pelas organizações que, ao longo do tempo, foram suas guardiãs. Portanto, exige-se ao arquivista que, na descrição que produzir sobre uma unidade de informação, informe sobre as transferências de custódia, as perdas documentais, bem como todas as ações que determinaram a organização e a divulgação da unidade a descrever. Essa unidade pode estar ao nível do fundo ou no nível mais baixo de descrição, o documento simples. Não é um elemento obrigatório e, para as Orientações para a Descrição Arquivística (ODA) portuguesas, é um elemento obrigatório se aplicável.[60]

A descrição, enquanto operação arquivística de "representação das unidades arquivísticas, acervos documentais e coleções factícias, através da sua referência e de outros elementos [...] tem como objetivo o controlo e/ou a comunicação dos documentos" (NP 4041, 4.6.7), e precisa de ser continuamente renovada. Não só porque a descrição é essencial

59 Conselho Internacional de Arquivos, *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999*, 2.ª ed. (Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2004).

60 Direção Geral de Arquivos, *Orientações*, 21.

para ajudar os investigadores a encontrarem a informação pretendida, quando resultava na produção de instrumentos de descrição documental, mas também porque é um momento de análise e identificação dos documentos imprescindível para o conhecimento dos fundos.

De acordo com a arquivística integrada, a descrição faz-se por camadas, ao longo da vida dos documentos.[61] A descrição no momento da produção, através de metadados, responde às necessidades da administração, dos cidadãos, dos jornalistas, mas pode e deve ser alimentada pelos arquivistas para corresponder às necessidades de outros utilizadores, como os investigadores ou os curiosos.[62]

De facto, as novas necessidades dos utilizadores exigem novos instrumentos de descrição,[63] que são espelhos do momento em que foram produzidos. Como tal, os instrumentos de descrição são testemunho das teorias e práticas arquivísticas de cada momento, da tecnologia disponível e das necessidades informacionais dos utilizadores. Assim, se no século xix um bom instrumento era um catálogo que descrevia todos os documentos simples existentes numa coleção e apresentava os seus sumários,[64] no século xxi exige-se uma representação complexa, não linear, que permita compreender os múltiplos contextos e perspetivas nas quais os recursos são representados e interpretados.[65] Podemos ainda considerar a noção contemporânea de descrição reparadora, mesmo que polémica,[66] a qual "tem em vista remediar práticas assentes no passado, de que são exemplos os registos descritivos que identificam certas partes dos arquivos e excluem, silenciam, prejudicam, marginalizam ou descaraterizam, voluntária ou involuntariamente, outras partes, especialmente quando se trata de pessoas ou grupos sociais". A descrição é,

61 Dominique Maurel e Michel Champagne, "La description et l'indexation", in *Les Fonctions de l'archivistique contemporaine*, ed. Carol Couture (Québec: Presses de l'Université du Québec, 1999), 256.

62 Maurel e Champagne, "La description", 257, 263-264.

63 Gisela Garcia Gabriel, *A comunicação nos arquivos municipais. Área Metropolitana de Lisboa* (Lisboa: Edições Colibri, 2019), 24, 30.

64 Fernanda Ribeiro, *O acesso à informação nos arquivos*, 2 vols. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003), 662.

65 Pacheco e Silva, "From the Archival Bond", 56-57; Freitas, *Temas arquivísticos*, 143.

66 Freitas, *Temas arquivísticos*, 146.

portanto, uma operação infinita, feita a vários tempos, a várias mãos, e passível de alterações, correções e acumulações.

A história custodial e arquivística, como é designada na ISAD(G) e nas ODA, pode ser confundida com a história administrativa/biográfica, mas enquanto o objetivo desta é "facultar a história administrativa ou dados biográficos do(s) produtor(es) da unidade de descrição" (ISAD(G), 3.2.2), a história custodial, como vimos, debruça-se sobre todos os elementos "da história da unidade de descrição que sejam significativos para a sua autenticidade, integridade e interpretação" (ISAD(G), 3.2.3). A história administrativa/biográfica informa sobre a origem e o desenvolvimento do produtor que seja determinante para a contextualização e compreensão do documento descrito, enquanto a história custodial inquire e responde sobre todos os fatores que expliquem a sua estrutura e organização atual. Esses fatores relacionam-se intimamente com a guarda física e a responsabilidade jurídica de uma pessoa coletiva ou individual sobre um conjunto documental. O adjetivo "arquivística" aponta para o registo da sucessão de transmissão de responsabilidade, das perdas e incorporações, da organização, descrição e reutilização da unidade de descrição.[67]

De acordo com a ISAD(G) (3.2.2) a história administrativa e biográfica tem como objetivo "facultar a história administrativa ou dados biográficos do(s) produtor(es) da unidade de descrição, para contextualizar os documentos de arquivo e torná-los mais compreensíveis". Para isso, prevê-se o registo conciso de informações significativas sobre a origem, evolução, desenvolvimento e trabalho das pessoas coletivas, famílias e pessoas singulares responsáveis pela produção da unidade de descrição. A formulação das ODA é mais incisiva: "Facultar a história administrativa ou dados biográficos do produtor da unidade de descrição, para contextualizar os documentos de arquivo e torná-los mais compreensíveis."[68] Trata-se, aqui, de narrar todos os eventos que durante a atividade e/ou na vida do produtor tiveram consequências para a produção e a organização de informação. Portanto, uma refere-se aos

67 Direção Geral de Arquivos, *Orientações*, 73-76.

68 Direção Geral de Arquivos, *Orientações*, 66.

eventos e fenómenos do produtor que exigiram a produção de informação, enquanto a outra se refere aos constrangimentos que contribuíram para a condição presente da unidade de informação. Em síntese, segundo Reto Tschan, documenta alterações, destruição e roubo da unidade de descrição.[69]

O custodiante, portanto, não se pode confundir com o produtor. A informação arquivística pode ser separada do seu produtor por vários fatores: porque este se extingue e deixa de ter atividade, e as suas funções são transferidas para outra entidade que se torna produtora (isto é, tanto recebe os documentos produzidos pelas mesmas funções por outro produtor como produz nova informação); porque o produtor se extingue e as suas funções também, pelo que cessa a produção de informação, tornando-se a informação arquivística existente um fundo findo, fechado, que não vai agregar mais unidades de informação, embora a partir dela possam ser criados novos recursos[70] pelo uso diferente que deles se possa fazer.

Também a nível da descrição/representação é importante distinguir o entendimento da função segundo a perspetiva custodial daquele da pós-custodial. As normas de descrição atuais, que nasceram da ISAD(G), assentam num modelo hierárquico baseado no conceito de fundo, a partir da realidade dos documentos analógicos de fundos fechados de instituições que não produzem informação em ambiente digital.[71] A partir do reconhecimento desta inadequação, o Conselho Internacional de Arquivos já tem uma versão em discussão da nova norma internacional de descrição arquivística de recursos em contexto digital, a *Records in Contexts*, que consagra os múltiplos contextos e perspetivas nas quais os recursos são representados e interpretados. Nas palavras de Pacheco,[72] a descoberta e o uso de informação no ambiente digital caracterizam-se por uma "abordagem não-direcionada

69 Tschan, "Archival Custody", 35.

70 Sobre a noção de "recurso" na Ciência da Informação, ver Pacheco e Silva, "From the Archival Bond", 55.

71 André Pacheco, *Arquivos digitais: metadados e autenticidade* (Lisboa: Edições Colibri, 2022), 21.

72 Pacheco, *Arquivos digitais*, 21.

da descoberta de recursos na web", citando o Conselho Internacional de Arquivos.[73]

A dificuldade aumenta quando a informação relevante já não se encontra em documentos analógicos, mas sim em bases de dados e aplicações, que são sistemas de informação não arquivísticos, e que não associam desde o momento da produção a metainformação necessária para garantir a compreensibilidade das relações dos objetivos digitais entre si e entre o produtor (e, assim, o seu contexto de produção). É o contexto que garante a autenticidade dos documentos, através da metainformação produzida sempre que é executada uma ação sobre o objeto digital. Assim, é assegurada a integridade dos documentos, quando o vínculo informacional[74] é garantido, mesmo que a custódia seja partilhada entre produtores e instituições arquivísticas. No entanto, a preocupação com a custódia física não pode ainda ser dada como inútil e ultrapassada, quer porque os arquivos analógicos têm centenas de anos e ainda são utilizados, quer porque os arquivos digitais também não perderam ainda a sua materialidade, continuam a ser formados pelo suporte e pelo conteúdo, são conservados em servidores físicos, no fundo, pela tecnologia[75] e pelo contexto de produção que esta proporciona.[76]

Conclusões

Terminamos com uma reflexão sobre o conceito de cadeia de custódia inaugurado por Jenkinson. De acordo com Freitas, "os documentos de arquivo serão autênticos sempre e quando esta cadeia não seja interrompida"[77]. Isto é, os documentos conservam a sua autenticidade en-

73 International Council on Archives, *Records in Contexts: A Conceptual Model for Archival Description. Consultation Draft v.0.1.* (ICA, 2016), https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2016/12/RiC.pdf.

74 Acerca deste conceito e de como pode substituir aquele de vínculo arquivístico em contextos electrónicos, ver Pacheco e Silva, "From the Archival Bond", 55-57.

75 John Ridener, *From Polders to Postmodernism: A Concise History of Archival Theory* (Duluth, MN: Litwin Books, LLC, 2009), 102-103.

76 André Pacheco, *Arquivos digitais: metadados e autenticidade*, pref. de Maria Cristina Vieira de Freitas e Carlos Guardado da Silva (Lisboa: Edições Colibri, 2022), 14-15.

77 Freitas, *Temas arquivísticos*, 109.

quanto se mantiverem sob controlo do criador que os transfere para um arquivo definitivo e um novo custodiante, pois a ideia de custódia centralizada após a transferência ainda é fundamental e eficiente.

A manutenção da custódia pelo produtor nem sempre garantiu a manutenção do vínculo arquivístico, devido à frequência com que ele foi interrompido, quer em virtude de mudanças administrativas, quer por causas naturais ou ainda por inépcia humana. Estas quebras têm particular importância para a integridade da informação arquivística, pois facilmente a documentação desaparece sem apelo nem agravo.

A necessidade de conhecer a história custodial dos sistemas de informação arquivísticos dos pontos de vista teórico e prático mantém-se indispensável para o conhecimento do contexto da produção da informação arquivística em sistemas custodiais e pós-custodiais. É uma área de investigação da ciência da informação arquivística, que possibilita melhores práticas de descrição arquivística, a componente técnica desta área do saber.

Bibliografia

Alves, Ivone, Margarida Maria Ortigão Ramos, Maria Madalena Garcia, Maira Olinda Alves Pereira, Maria Paula Lomelino, e Paulo Coelho Nascimento. *Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.

Bantin, Phillip C. "Strategies for Managing Electronic Records: A New Archival Paradigm? An Affirmation of Our Archival Traditions?" *Archival Issues* 23, n.º 1 (1998): 17-34. https://doi.org/10.31274/archivalissues.10863.

Bastian, Jeannette A. "Taking Custody, Giving Access: A Postcustodial Role for a New Century". *Archivaria* 53 (2002): 76-93. https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12838.

Bearman, David A. "Moments of Risk: Identifying Threats to Electronic Records". *Archivaria* 62 (2006): 15-46. https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12912.

Brothman, Brien. "Archives, Life Cycles, and Death Wishes: A Helical Model of Record Formation". *Archivaria* 6 (2006): 235-69. https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12542.

Conselho Internacional de Arquivos. *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: Adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999*. 2.ª ed. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2004.

Cook, Terry. "Archival Science and Postmodernism: New Formulations for Old Concepts". *Archival Science* 1 (2001): 3-24. https://link.springer.com/article/10.1007/BF02435636.

Corujo, Luís. *Avaliação da informação de arquivo eletrónica*. Lisboa: Edições Colibri, 2023.

Direção Geral de Arquivos. *Orientações para a descrição arquivística*. 2.ª versão. Lisboa: Direção Geral de Arquivos, 2007. http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2008/09/oda1_2_3.pdf.

Duranti, Luciana. "Registros documentais contemporâneos como provas de ação". *Estudos Históricos* 7, n.º 13 (1994): 49-64. https://bibliotextos.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/03/registro-documentais-contemporc3a2neos-como-provas-de-ac3a7c3a3o.pdf.

Duranti, Luciana. "Reliability and Authenticity: The Concepts and Their Implications". *Archivaria* 39 (1995): 5-10. https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12063.

Duranti, Luciana. "The Archival Bond". *Archives and Museum Informatics* 11, n.º 3 (1997): 213-218.

Duranti, Luciana. "Archival Bond". In *Encyclopedia of Archival Science*, editado por Luciana Duranti e Patricia C. Franks. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2015.

Eastwood, Terry. "What Is Archival Theory and Why is it Important?" *Archivaria* 37 (1994): 122-130.

Freitas, Maria Cristina Vieira de. *Temas arquivísticos: entre a tradição e a mudança*. Prefácio de Carlos Guardado da Silva. Lisboa: Edições Colibri, 2024.

Gabriel, Gisela Garcia. *A comunicação nos arquivos municipais. Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri, 2019.

Gilliland, Anne J. *Conceptualising 21st-century archives*. Chicago: Society of American Archivists, 2014.

Instituto Português de Qualidade. *NP 4041: 2005 - Informação e documentação –Terminologia arquivística: conceitos básicos*. Lisboa: IPQ, 2005.

Instituto Português de Qualidade. *NP 4438-1: 2005, Informação e documentação – Gestão de documentos de arquivo: princípios directores*. Lisboa: IPQ, 2005.

Instituto Português de Qualidade. *NP 4438-2: 2005, Informação e documentação – Gestão de documentos de arquivo: recomendações de aplicação*. Lisboa: IPQ, 2005.

International Council on Archives. *Records in Contexts: A Conceptual Model for Archival Description. Consultation Draft v.0.1.* Paris: ICA, 2016. https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2016/12/RiC.pdf

InterPARES Project. *Project Overview, 2002-2018*, acedido em 17 de dezembro de 2025, http://interpares.org/welcome.cfm.

Lopes, Luís Carlos. *A informação e os arquivos: teorias e práticas*. Niterói: EDUFF, 1996.

Lourenço, Alexandra, e Pedro Penteado, eds. *Avaliação Suprainstitucional da Informação Arquivística (ASIA): documento metodológico*. Lisboa: Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2016. https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2016/03/ASIA_Doc-metodologico2016-03-10.pdf.

Maurel, Dominique, e Michel Champagne. "La description et l'indexation". In *Les Fonctions de l'archivistique contemporaine*, editado por Carol Couture. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1999.

Olival, Fernanda. "Mercês, serviços e circuitos documentais no Império português". In *O domínio da distância: comunicação e cartografia*, editado por Maria Emília Madeira Santos e Manuel Lobato. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006. http://hdl.handle.net/10174/2125.

Pacheco, André. *Arquivos digitais: metadados e autenticidade*. Prefácio de Maria Cristina Vieira de Freitas e Carlos Guardado da Silva. Lisboa: Edições Colibri, 2022.

Pacheco, André, e Carlos Guardado da Silva. "From the Archival Bond to the Informational Bond". *Preservation, Digital Technology & Culture* 52, n.º 2 (2023): 49-58. https://doi.org/10.1515/pdtc-2023-0004.

Phares, Dee Anna. "The Renaissance (1300-1600)". In *Libraries, Archives and Museums: An Introduction to Cultural Heritage Institutions through the Ages*, editado por Suzanne Stauffer. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2021.

Ribeiro, Fernanda. *O acesso à informação nos arquivos*. 2 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

Ridener, John. *From Polders to Postmodernism: A Concise History of Archival Theory*. Duluth, MN: Litwin Books, LLC, 2009.

Rousseau, Jean-Yves, e Carol Couture. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Tradução de Magda Bigotte Chorão. Revisão científica de Pedro Penteado. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

Shein, Cyndi, e Emily Lapworth. "Say Yes to Digital Surrogates: Strengthening the Archival Record in the Postcustodial Era". *Journal of Western Archives* 7, n.º 1 (2016). https://digitalcommons.usu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1072&context=westernarchives.

Silva, Armando Malheiro da, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos, e Manuel Luís Real. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

Tschan, Reto. "Archival Custody". In *Encyclopedia of Archival Science*, editado por Luciana Duranti e Patricia C. Franks. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2015.

Vieira, Thiago de Oliveira. "O patrimônio e as políticas arquivísticas: uma análise dos acervos (não) custodiados pelo Arquivo Nacional do Brasil". Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra, 2021. https://hdl.handle.net/10316/98853.

Referência para citação:
Patrício, Sandra. "História custodial ou de como o guardião importa: as consequências da custódia para a informação arquivística". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 21 (2025): 257-279. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n21.45612

Práticas da História, n.º 21 (2025): 281-304

Édouard Vasseur

L'histoire administrative et sa contribution à la pratique archivistique

L'histoire administrative, en tant que discipline universitaire, est en pleine évolution. Initialement cantonnée à l'étude des structures, processus et idées de gouvernement et principalement mise en œuvre par des juristes, elle s'est ouverte depuis plusieurs décennies à de nouveaux acteurs (historiens, sociologues, ethnologues) et à de nouvelles dimensions : étude des agents et de leur vie quotidienne, examen des procédures administratives et de leur mise en œuvre au plus près des administrés, analyse des représentations. L'histoire administrative est indispensable au travail au quotidien des archivistes, que ce soit en matière de collecte, de classement, de description et de communication des fonds dont ils ont la charge. Mais elle est aussi enrichie par le travail des archivistes qui contribuent à son développement via la connaissance des institutions et de leurs acteurs qu'ils acquièrent au quotidien. L'article insiste enfin sur l'importance pour les archivistes de valoriser cette compétence et sur l'intérêt pour eux de s'intéresser tout particulièrement à l'histoire des archives comme institutions.
Mots-clés : archives; archiviste; histoire administrative.

Administrative History and Its Contribution to Archival Practice

Administrative history, as an academic discipline, is undergoing rapid change. Initially confined to the study of government structures, processes and ideas, and mainly carried out by lawyers, it has opened up in recent decades to new actors (historians, sociologists, ethnologists) and new dimensions: the study of civil servants and their daily lives, the examination of administrative procedures and their implementation at the grassroots level, and the analysis of representations. Administrative history is essential to the daily work of records managers and archivists, whether in terms of acquisition, classification, description, or access of the holdings they are responsible for. But it is also enriched by the work of records managers and archivists who contribute to its development through the knowledge of institutions and their actors that they acquire daily. Finally, the article emphasises the importance for records managers and archivists to promote this skill and the value for them to take a particular interest in the history of archives as institutions.
Keywords: administrative history; archives; archivist.

L'histoire administrative et sa contribution à la pratique archivistique

por Édouard Vasseur*

La construction de l'Etat moderne et le rôle joué par les archives dans ce processus ont conduit, depuis quelques années, au regain d'intérêt pour l'histoire administrative dans l'Europe en général et en France en particulier. Or l'histoire administrative est largement considérée par la littérature archivistique professionnelle comme un des outils les plus utiles à l'archiviste.

C'est ce qui ressort du sondage réalisé en 1979 par Arthur D. Larson, de l'université du Wisconsin, qui constate que, pour plus de 90 % des fonctionnaires (*officials*) et des formateurs et pour plus de 98 % des archivistes, l'histoire administrative constitue une part importante du bagage culturel des archivistes et un des moyens fondamentaux pour eux de remplir leur mission. L'histoire administrative apparaît comme essentielle à la mise en œuvre des missions de l'archiviste.[1]

Fondé sur une revue de littérature et sur une expérience professionnelle de dix-sept années en tant qu'archiviste et de cinq années en tant qu'enseignant-chercheur en histoire des institutions et en archivistique, le présent article vise à démontrer la complexité du lien qui unit les archivistes et l'histoire administrative. Il se concentre sur l'histoire

* Édouard Vasseur (edouard.vasseur@chartes.psl.eu). https://orcid.org/0000-0003-1503-2075. École nationale des chartes – PSL, Centre Jean-Mabillon (EA 3624), École nationale des chartes 65, rue de Richelieu F-75002 Paris, France. Article original : 26-09-2025. Version révisée: 28-11-2025. Accepté : 29-12-2025.

1 Arthur D. Larson, «Administrative History: A Proposal for a Re-evaluation of its Contributions to the Archival Profession», *Archival Issues* 7, n.º 1 (1982): 35-45, https://doi.org/10.31274/archivalissues.8178.

des personnes morales et laisse de côté celle des familles, qui constituent en tant que telles des institutions.

1. Avant tout, définir l'histoire administrative

Avant toute chose, il convient de revenir sur le terme d'histoire administrative employé dans le titre de cet article. Il n'est en effet pas simple de définir ce qu'il recouvre et sa définition varie en fonction des périodes, des pays et des personnes. En 1955, Lynton K. Caldwell, ancien co-directeur de l'Institut d'administration publique pour la Turquie et le Moyen-Orient, la définit comme « l'étude des origines et de l'évolution des idées, institutions et pratiques administratives [the study of the origins or evolution of administrative ideas, institutions and practices] ».[2] En 1994, Jos C. N. Raadschelders, professeur en droit public à l'université d'Etat de l'Ohio et rédacteur en chef de la *Public Administration Review*, auteur de nombreux ouvrages sur l'histoire administrative, parle de « l'étude des structures, des processus et des idées de gouvernement tels qu'ils ont existé ou ont été voulus dans le passé, ainsi que la place réelle et idéale des fonctionnaires dans ces structures et processus [the study of structures and processes in and ideas about government as they have existed or have been wanted in the past and the actuzal and ideal place of public functionaries therein) ».[3] En Allemagne, une distinction est faite entre l'histoire administrative (*Verwaltungsgeschichte*), plus juridique et déduite des sources normatives et juridiques et l'histoire des pouvoirs publics (*Behördengeschichte*), plus sociale, qui explore le fonctionnement réel des institutions, leurs zones grises, leur dimension affective, leur imaginaire.[4]

2 Lynton K. Caldwell, «The Relevance of Administrative History», *Progress in Public Administration* 21, n.º 3 (1955): 453-466, https://doi.org/10.1177/002085235502100302.

3 Jos C. N. Raadschelders, «Administrative History: Contents, Meaning and Usefulness», *International Review of Administrative Sciences* 60, n.º 1 (1994): 117-129.

4 Olivier Poncet, "L'histoire des institutions de l'époque moderne en France depuis le XIXe siècle», in *Herrschaftsverdichtung, Staatsbildung, Bürokratisierung. Verfassungs-, Verwaltungs- und Behördengeschichte der Frühen Neuzeit*, éd. Michael Hochedlinger et Thomas Winkelbauer (Vienne: Böhlau-Oldenbourg, 2010).

En France, l'expression histoire administrative est employée concomitamment avec celle d'histoire des institutions, et traduit l'existence de différentes approches épistémologiques développées par les institutions universitaires impliquées dans l'enseignement de cette discipline, facultés de Droit, faculté des Lettres et École nationale des chartes. Les facultés de Droit ont principalement tourné leur enseignement vers l'identification, l'analyse et le commentaire des textes normatifs créant et organisant les institutions. Les manuels d'histoire du droit, même récents, perpétuent encore aujourd'hui cette approche comme le montre en 2009 la 12e édition du manuel rédigé par Pierre-Clément Timbal et qui explique que « l'histoire des institutions repose essentiellement sur la recherche des textes authentiques et leur interprétation correcte ».[5] Cette vision de l'histoire administrative fondée sur l'étude des textes normatifs fait cependant l'objet depuis longtemps de critiques récurrentes,[6] comme celles exprimées à l'occasion de la refonte des études de droit au milieu des années 1950 qui a donné lieu à la rédaction de nouveaux manuels. À titre d'exemple, en 1955, l'historien des institutions de la Révolution française et de l'Empire napoléonien Jacques Godechot dénonce la manière dont les juristes « ont borné leur étude des institutions à celle des lois en se limitant la plupart du temps aux lois politiques ». Il s'attire alors la réplique d'un professeur d'histoire du droit, Paul Ourliac, qui estime la critique injuste et dénonce la dilatation du champ de l'histoire des institutions.[7] En 1967, Lucien Mehl, membre du Conseil d'Etat, regrette que les travaux universitaires existants « ne portent pas, le plus souvent, sur l'essence du phénomène administratif et notamment pas, en général, sur l'élaboration des décisions ni sur les modalités et les conditions de l'activité administrative. Les textes sont analysés, les événements décrits, souvent avec précision. Mais l'analyse reste en quelque sorte extérieure, le fait administratif n'est pas analysé et interprété dans sa teneur intrinsèque ».[8]

5 Pierre-Clément Timbal, André Castaldo et Yves Mausen, *Histoire des institutions publiques et des faits sociaux*, 12e éd. (Paris: Dalloz, 2009).

6 François Monnier et Guy Thuillier, «Le manque d'intérêt de la recherche pour l'histoire administrative», *La Revue Administrative* 61, n.º 364 (2008): 342-347, http://www.jstor.org/stable/43573912.

7 Paul Ourliac, «L'objet de l'histoire des institutions», *Revue Historique de Droit Français et Étranger (1922-* 32) (1955): 282-293, http://www.jstor.org/stable/43847407.

8 Lucien Mehl, «Pour une histoire de l'administration publique», *La Revue administrative* 20, n.º 115 (1967): 9-13, http://www.jstor.org/stable/40779585.

Dès le 19e siècle, d'autres visions de l'histoire administrative ont cependant laissé davantage de place aux problématiques sociales et humaines. À la fin des années 1960, l'histoire administrative a connu en France un véritable regain d'intérêt, avec des perspectives élargies sous l'influence des autres sciences sociales comme l'histoire, la sociologie ou la science administrative.

Le français Guy Thuillier, administrateur et historien qui a joué un grand rôle dans le regain d'intérêt de l'histoire administrative,[9] a ainsi estimé qu'une histoire administrative réduite à une histoire juridique des institutions ou à une histoire politique des États était réductrice. Dans son esprit, l'histoire administrative devait recouvrir un champ plus large et comprendre également la connaissance : des agents des administrations (formation, recrutement, avancement, gestion, dénombrement, place des femmes, etc.) ; de la vie quotidienne des agents des administrations ; des procédures administratives (écrites comme orales) et de tous les instruments utilisés par les administrations pour la mise en œuvre de leurs missions (langage, matériels et techniques, instruments juridiques, etc.) ; des conditions d'action des administrations (modalités de contrôle comme de contournement de ceux-ci) ; de l'image des administrations et des critiques qui leur sont adressés par le corps social ; etc.[10]

Quant à André Molitor, haut-fonctionnaire belge et enseignant à l'université catholique de Louvain, il estimait que l'histoire administrative comprenait à la fois une histoire de la doctrine administrative (développement de la science administrative, concept de service public, etc.),

9 Guy Thuillier et Jean Tulard, «Problèmes de l'histoire de l'administration», *International Review of Administrative Sciences* 38, n.º 2 (1972): 128-132; Guy Thuillier et Jean Tulard, «L'histoire de l'administration du dix-neuvième siècle depuis dix ans. Bilan et perspectives», *Revue Historique* 258, n.º 2 (524) (1977): 441-455, http://www.jstor.org/stable/40952630; Guy Thuillier et Jean Tulard, «L'histoire de l'administration en France», *International Review of Administrative Sciences* 49, n.º 1 (1983): 13-16; Guy Thuillier, «Pour une prospective de l'histoire administrative contemporaine», *Le Mouvement Social*, 157 (1991): 71-83, https://doi.org/10.2307/3778433; François Monnier et Guy Thuilier, «Pour une prospective 1995-2005 de l'histoire administrative», *La Revue Administrative* 48, n.º 284 (1995): 127-130, http://www.jstor.org/stable/40774202; Guy Thuillier, «Pour une théorie générale de l'histoire de la bureaucratie», in *Pour une histoire de la bureaucratie en France* (Vincennes : Institut de la gestion publique et du développement économique, 1999), 5-36, https://doi.org/10.4000/books.igpde.8383; Monnier et Thuillier, «Manque d'intérêt», 342-347.

10 Thuillier, «Pour une théorie générale», 5-36.

une histoire des micro et macro-structures administratives, une géographie de l'administration, une histoire de ses agents (origines sociales, recrutement et formation, carrière, éthique, organisation syndicale, etc.), une histoire du service public (la position occupée par le service public par rapport à la société et au gouvernement, la gestion du personnel), une histoire des méthodes et techniques administratives (procédures, moyens d'action), une histoire du processus de décision administrative (modalités de prise de décisions, exécution des décisions, rôle de l'administration dans la formulation des politiques).[11]

Cette opposition entre une approche normative et une approche davantage influencée par les autres sciences sociales est cependant dépassée aujourd'hui. Juristes, historiens, sociologues et ethnologues s'influencent désormais mutuellement, au profit de l'écriture d'une histoire administrative plurielle et riche.

Les juristes ont en effet largement intégré les dimensions sociales dans leur approche de l'histoire des institutions, comme le montre l'*Histoire de l'administration française : du 18e au 20e siècle*, de François Burdeau, qui s'intéresse aux questions humaines et matérielles et pas seulement aux aspects juridiques et formelles de l'histoire des institutions.[12]

Les historiens ont également développé une approche plus syncrétiste de l'histoire des institutions, comme le montrent, pour la période moderne, les travaux de Roland Mousnier,[13] Denis Richet[14] et Michel Antoine.[15] Pour la période contemporaine, il est possible de citer à la fois des études sur les agents de l'administration,[16] des monographies

11 André Molitor, «The History of Administration», *International Review of Administrative Sciences* 49, n.º 1 (1983): 1-3, https://doi.org/10.1177/002085238304900101.

12 François Burdeau, *Histoire de l'administration française : du 18e au 20e siècle* (Paris: Montchrestien, 1994).

13 Roland Mousnier, *Le conseil du roi de Louis XII à la Révolution* (Paris : Presses universitaires de France, 1970); Roland Mousnier, *Les Institutions de la France sous la monarchie absolue : 1598-1789* (Paris: Presses universitaires de France, 1974).

14 Denis Richet, *La France moderne, l'esprit des institutions* (Paris : Flammarion, 1973).

15 Michel Antoine, *Le Conseil du Roi sous le règne de Louis XV* (Genève: Droz, 1970).

16 Christophe Charle, *La République des Universitaires (1870-1940)* (Le Seuil, 1994), https://doi.org/10.3917/ls.charl.2010.01; Jean Le Bihan, *Au service de l'État. Les fonctionnaires intermédiaires au XIXe siècle* (Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2008), https://doi.org/10.4000/books.pur.4155; Sébastien Richez, *Postes et postiers en Normandie : témoins*

d'institutions faisant une part importante aux questions humaines, sociales et culturelles,[17] des travaux consacrés à des procédures administratives comme l'identification des personnes, les enquêtes administratives, les statistiques ou encore des recherches portant sur les systèmes techniques mis en œuvre par les administrations.[18]

Quant aux sociologues, ils ont récemment développé un intérêt marqué pour ce qu'ils appellent l'administration au guichet, pratique qui a également influencé des historiens, particulièrement ceux travaillant sur l'histoire des étrangers en France.[19]

Le champ de l'histoire administrative est donc large. Mais en quoi celle-ci est-elle donc si utile aux archivistes dans l'exercice de leurs travaux au quotidien ?

2. En quoi l'histoire administrative est-elle utile aux archivistes ?

Avant tout chose, il convient de rappeler qu'au fondement de la pratique archivistique mise en œuvre aujourd'hui se trouve un principe essentiel : celui du respect des fonds. Pratiqué dès le XVIIIe siècle, il a été une première fois formalisé en France dans l'instruction de 1841 pour

des transformations nationales, 1830-1914 (Paris : Comité pour l'histoire de La Poste, L'Harmattan, 2009); Nathalie Carré de Malberg, *Le grand état-major financier : les inspecteurs des Finances, 1918-1946. Les hommes, le métier, les carrières* (Vincennes: Institut de la gestion publique et du développement économique, Comité pour l'histoire économique et financière de la France, 2011), https://doi.org/10.4000/books.igpde.95; Isabelle Dasque, *Les diplomates de la République (1871-1914)* (Paris: Sorbonne Université Presses, 2020); Pierre Karila-Cohen, *Monsieur le préfet : incarner l'État dans la France du XIXe siècle* (Ceyzérieu: Champ Vallon, 2021).

17 Agnès Callu, *La réunion des Musées Nationaux, 1870-1940. Genèse et fonctionnement* (Paris: École des chartes, Champion, 1994); Aude Terray, *Des francs-tireurs aux experts. L'organisation de la prévision économique au ministère des Finances, 1948-1968* (Vincennes: Institut de la gestion publique et du développement économique, Comité pour l'histoire économique et financière de la France, 2003), https://doi.org/10.4000/books.igpde.1470; Muriel Le Roux, éd. *Histoire de la Poste, de l'administration à l'entreprise* (Paris: Éditions rue d'Ulm, 2002).

18 Delphine Gardey, *Écrire, calculer, classer: comment une révolution de papier a transformé les sociétés contemporaines (1800-1940)* (Paris: La Découverte, 2008), https://doi.org/10.3917/dec.garde.2008.01; Aouatef Chérif, *La mécanographie au sein du ministère des finances en France : une révolution en douceur ?* (Sarrebruck: Éditions universitaires européennes, 2010).

19 Vincent Dubois, *La vie au guichet : administrer la misère* (Paris: Éditions du Seuil, 2015); Claire Zalc, *Dénaturalisés. Les retraits de nationalité sous Vichy* (Paris: Éditions du Seuil, 2016).

les archives départementales rédigée par Natalis de Wailly et consiste à : « rassembler les documents par fonds, c'est-à-dire réunir tous les titres qui proviennent d'un corps, d'un établissement, d'une famille ou d'un individu, et disposer d'après un certain ordre les différents fonds ».[20]

Le travail de l'archiviste a pour objectif, structurellement, de maintenir le lien entre le producteur des archives (entendu comme celui qui a produit et reçu des archives dans le cadre de ses activités) et les archives produites par ce dernier, ou à rétablir ce lien si jamais celui-ci a été rompu dans le temps, pour quelque raison que ce soit.

La connaissance des producteurs d'archives est donc essentielle pour les archivistes, ce qu'ont reconnu la plupart des théoriciens de l'archivistique. Arthur D. Larson rappelle en 1982 que Waldo Gifford Leland a souligné l'importance de la connaissance de l'histoire administrative pour ce qu'il a appelé la « classification » des documents. Le même point a été approfondi dans le manuel d'archivistique des archivistes hollandais Muller, Feith et Fruin, dans le manuel de l'archiviste anglais Hilary Jenkinson, dans les écrits de la doyenne des archivistes d'État américains, Margaret C. Norton, et par de nombreux autres archivistes. H. G. Jones affirmait que les archivistes, en plus d'une « connaissance générale de l'histoire et du gouvernement », devaient acquérir « une connaissance de première main de l'histoire, de l'organisation et des fonctions » d'une agence afin de procéder à ce qu'il appelait une « analyse critique » de ses documents. L'un des deux critères proposés par Schellenberg pour déterminer la valeur probante des documents est de savoir s'ils contiennent des informations concernant « l'organisation, les fonctions, les activités et les méthodes de procédure » des entités administratives ».[21] Le référentiel métier élaboré par l'Association des archivistes français place d'ailleurs l'histoire des institutions parmi les savoirs nécessaires à l'archiviste pour l'exécution d'un

20 Cité par Carol Couture *et al.*, 1994, «Le principe de respect des fonds et le fonds d'archives», in *Fondements de la Discipline Archivistique* (Sainte-Foy: Presses de l'Université du Québec, 1994), 62, https://doi.org/10.2307/j.ctv18pgsmk.8.

21 Larson, «Administrative History».

certain nombre de tâches (élaboration des calendriers de conservation, élaboration des plans de classement).[22]

Quelques exemples permettront d'illustrer le rôle important que joue l'histoire administrative dans la pratique quotidienne de l'archiviste.

En matière de collecte

La collecte des archives, qu'elle résulte d'un inventaire des documents (*records inventory*) ou d'une analyse fonctionnelle (*functional analysis*), nécessite d'avoir une vision claire des institutions existantes, soit dans le passé, soit dans le présent, même si d'aucuns affirment que l'histoire est moins utile désormais à l'archiviste pour ce faire que l'archivistique elle-même.[23]

Une bonne connaissance des institutions et de leur histoire permet tout d'abord à l'archiviste d'identifier l'ensemble des institutions relevant de sa sphère de compétence ou ayant un lien avec des institutions relevant de celle-ci. Une étude d'histoire administrative a, par exemple, été récemment menée aux archives de Paris pour identifier l'ensemble des institutions concourant à la politique de l'immigration et pour confronter la liste ainsi établie à celle des institutions ayant effectivement versé leurs archives dans ce dépôt d'archives. Cette étude a démontré que, si les institutions ayant des missions de répression procédaient régulièrement à des opérations d'archivage, celles ayant des missions d'insertion ne le faisaient guère. Il faut dire que, dans le second cas, il s'agit principalement d'associations de droit privé ayant une délégation de service public. L'absence d'acquisition de leurs archives ne peut qu'induire un biais dans la connaissance des politiques publiques mises en œuvre par l'administration française.[24]

22 Association des archivistes français, *Référentiel métiers. La profession d'archiviste ou les métiers des archives* (Paris: Association des archivistes français, 2017).

23 François Burgy, «L'évaluation et l'acquisition: De la formation des archivistes à la constitution du patrimoine archivistique», in *La formation des archivistes. Pour relever les défis de la société de l'information*, éd. Evelyne Vandevoorde (Louvain-la-Neuve: Academia, 2006), 117.

24 Pierre Marchandin, «Identifier les archives que l'on ne collecte pas. L'exemple des archives publiques de l'immigration en Île-de-France», *La Gazette des archives* 265 (2022): 51-59.

Une bonne connaissance de l'histoire administrative permet également à l'archiviste de mieux comprendre les procédures mises en œuvre au sein d'une ou de plusieurs institutions, et donc d'identifier les dossiers et documents cruciaux dans l'élaboration des décisions et la justification des droits des institutions et des personnes. Lors d'un récent colloque tenu à l'université de Louvain, les collègues archivistes suisses ont particulièrement insisté sur ce point s'agissant de la collecte des archives concernant la protection de l'enfance, politique à laquelle contribue toute une série d'institutions.[25]

À un niveau moins macroscopique, une bonne connaissance de l'histoire des institutions permet, au sein d'un fonds d'archives, de repérer l'absence d'une typologie attendue, soit que le service producteur ne veuille pas la montrer à l'archiviste, soit qu'il en ait tout simplement oublié l'existence. Lors d'une intervention effectuée dans une association qui avait fait appel à Archivistes sans frontières, il a fallu prospecter dans les locaux pour retrouver les plus anciens procès-verbaux de l'assemblée générale qui manquaient dans le récolement et avaient immanquablement existé. C'est en haut d'une armoire, bien dissimulés mais totalement oubliés qu'ils ont été retrouvés, alors qu'il s'agissait sans doute du document le plus important pour l'histoire de l'association. Une démarche similaire peut également être mise en œuvre pour l'acquisition d'archives communales (retrouver les délibérations, les registres d'état civil, par exemple).

Pour l'archiviste, bien connaître l'histoire administrative, du temps passé comme du temps présent, constitue donc un enjeu essentiel pour mettre en place une politique d'acquisition efficace, à un niveau macroscopique comme à un niveau microscopique. Il s'attire d'autant plus la confiance des institutions qu'il montre être capable de resituer l'action de celle-ci dans le temps, connaissance qu'il est parfois seul à avoir par suite de nombreuses réformes administratives.

25 Rebecca Crettaz et Alain Dubois, «Réflexions archivistiques sur les dossiers des mesures de coercition à des fins d'assistance et de placement extra-familiaux. Retour d'expérience des Archives de l'État du Valais», in *Un dossier pour se (re)construire ? Archives et enjeux d'identité*, éd. Véronique Fillieux *et al.* (Louvain: Presses universitaires de Louvain, 2022).

En matière de classement et de description

Une bonne connaissance de l'histoire des institutions – notamment de leur évolution, de leur procédure et du vocabulaire qu'elles emploient – est tout aussi indispensable pour procéder au tri, au classement et à la description des fonds d'archives, comme le soulignait dès 1972 l'archiviste Gérard Naud.[26]

Cette connaissance permet, tout d'abord, à l'archiviste d'identifier de manière correcte le périmètre d'un fonds d'archives, et, partant, d'en exclure tout ce qui n'a pas lieu d'en faire partie, au nom du principe de respect des fonds. Une institution peut, en effet, voir ses compétences évoluer dans le temps, soit que des attributions lui aient été ajoutées soit qu'elles lui aient été distraites, par déconcentration, décentralisation ou simple remodelage de ressorts administratifs. Deux exemples permettront d'illustrer ce point. Dans le premier cas, se trouvaient dans un versement d'archives à la fois des archives provenant du cabinet d'un ministre et des archives provenant d'une autre administration. Savoir que la directrice de la seconde avait d'abord été membre de la première avait permis d'isoler les deux fonds concernés qui étaient soumis à des règles d'accès totalement différentes. Dans le second cas, un versement d'archives s'avérait comprendre des documents n'ayant strictement aucun rapport avec les missions de l'administration qui les avait versées. Mais une étude historique avait montré qu'il s'agissait simplement d'un résidu laissé par une autre administration, hébergée auparavant dans les mêmes locaux.

Une bonne connaissance des procédures administratives et des systèmes techniques employés successivement par les administrations peut également s'avérer fort utile à l'archiviste pour comprendre les transformations subies par un fonds d'archives en termes de forme. Cette expertise permet à l'archiviste d'éviter de ne considérer les documents qu'il a sous les yeux que sous l'angle de leur forme actuelle. Il y a quelques années, une archiviste qui classait des archives exportées

26 Gérard Naud, Archives départementales et histoire de l'administration», in *Histoire de l'administration. [Journée d'études, Paris, 30 janvier 1971.]* (Paris: Éditions Cujas, 1972).

d'une base de données récente demanda des conseils à l'auteur de l'article. Il constata rapidement qu'elle avait l'impression de traiter un document d'archives nouveau parce que numérique, alors qu'il s'agissait simplement de la version numérique d'un document auparavant géré sous la forme d'un volume relié. Elle ne faisait donc pas le lien entre le tableur qu'elle avait sous les yeux et le volume relié tenu au XIX^e^ siècle, alors qu'une connaissance même minimale de l'histoire des institutions et de leurs techniques lui aurait évité de commettre pareille erreur et l'aurait aidée à traiter le document qu'elle avait sous les yeux (un registre).

Il ne s'agit ici que de quelques exemples en matière de classement et de description, mais il serait aisé de les multiplier à l'infini.

En matière de communication

Mais c'est surtout en matière d'accès et de communication que l'histoire administrative est particulièrement utile aux archivistes dans leur vie quotidienne.

Il peut, tout d'abord, s'agir de bien identifier la généalogie des administrations. Une institution peut, en effet, avoir créé un dossier mais une seconde l'avoir versé au service d'archives. Deux exemples permettent d'illustrer ce propos.

Lorsque l'auteur était chef de la mission des archives du ministère de la Culture, il était confronté aux demandes de personnes souhaitant préparer leur départ à la retraite. Une personne un jour contacta la mission et expliqua qu'elle avait été employée au Grand Palais dans les années 1970 – monument important de Paris construit pour l'Exposition universelle de 1900. Or ce bâtiment abritait à l'époque à la fois un musée (le palais de la Découverte), une galerie d'expositions (les galeries nationales du Grand Palais), un restaurant universitaire, diverses associations et une école d'architecture (groupe C puis unité pédagogique n.° 7). La dernière réponse était la bonne. Mais la difficulté ne s'arrêtait pas là. Cette école n'était, en effet, plus hébergée dans le bâtiment et son nom avait changé. Ensuite, à l'époque où la personne était employée, l'école ne gérait pas les dossiers de carrière des

agents qu'elle employait, tâche qui était effectuée par l'école nationale supérieure des Beaux-arts. C'est donc dans le fonds d'archives de cette dernière qu'il fallait aller chercher pour retrouver le dossier de carrière de la demanderesse. Sans ces connaissances d'histoire administrative, il aurait été impossible de répondre à sa demande.

Un autre jour, la mission a été contactée par un architecte chargé de préparer la restauration d'une statue au palais de l'Élysée où vivent et travaillent nos présidents de la République. Cette statue avait été créée dans les années 1850. Or, l'administration chargée de l'entretien des palais nationaux dont fait partie celui de l'Élysée a été successivement rattachée aux ministères de l'Intérieur, d'État, des Travaux publics, de l'Instruction publique puis de la Culture. Lequel avait versé le dossier de commande et d'installation de la statue aux Archives nationales ? Il s'agissait vraisemblablement soit du ministère d'État, soit de celui des Travaux publics. La deuxième solution était la bonne.

Il peut également s'agir, pour une question donnée à un instant donné, d'identifier l'ensemble des administrations impliquées dans une affaire, afin de retrouver la trace d'une action entreprise. Il est possible d'illustrer ce point avec un cas rapporté par un service d'archives départementales. Il s'agissait de confirmer les propos d'une personne indiquant que des soldats allemands avaient été exécutés en 1944 et dont les corps avaient été exhumés à la fin des années 1960. Or toute exhumation de corps ne peut se faire sans que les administrations en soient informées. Mais quelles administrations pouvaient être impliquées dans cette affaire ? Tel a été l'enjeu de cette recherche que seule une bonne connaissance de l'histoire administrative a permis de mener à bien.

Là encore, il serait possible de multiplier les exemples à loisir. A la suite d'une formation en histoire des institutions dispensée à des agents d'un service d'archives départementales, la responsable de ce dernier a constaté que ses collaborateurs se sentaient infiniment mieux préparés pour répondre aux questions des lecteurs et que, par ailleurs, ils avaient eu l'impression de voir leur rôle valorisé, en étant moins dépendants des archivistes diplômés responsables des fonds et de leur classement. Cette meilleure connaissance de l'histoire des institutions les a d'ailleurs amenés

à développer des outils permettant d'améliorer le renseignement des lecteurs, en étant davantage autonomes.

L'histoire administrative est donc indispensable aux archivistes dans leur pratique quotidienne. « Sans ce bagage, sans la maîtrise d'une 'généalogie' des services et organismes divers, de l'évolution de leurs compétences, d'éventuels transferts de celles-ci (accompagnés ou non de transferts d'archives), l'archiviste risque d'être sérieusement handicapé dans nombre de tâches journalières, qu'il s'agisse d'identifier et de classer des fonds ou de répondre à des demandes émanant tant des producteurs eux-mêmes que des divers publics ».[27] Encore faut-il que les archivistes disposent des outils pour faire ce travail.

Or, si de bons manuels généraux existent en histoire constitutionnelle ou en histoire administrative générale, manquent encore en France certains outils de connaissance des administrations, notamment au niveau local, ce qui était déjà mentionné à la fin des années 1960 dans *La Gazette des archives*.[28] En la matière, les archivistes ont véritablement un rôle à jouer !

3. En quoi les archivistes peuvent-il contribuer à l'histoire administrative ?

L'histoire administrative n'est, en effet, pas seulement un outil pour l'archiviste : elle constitue aussi une de ses missions.[29] L'archiviste est, il est vrai, particulièrement bien positionné pour contribuer au développement de cette discipline, même si sa contribution n'est pas toujours reconnue à sa juste valeur.

En effet, l'archiviste bénéficie de plusieurs atouts et possède certaines qualités dont sont dépourvus les universitaires. Premièrement,

27 Jean-Marie Yante, «Balises pour un profil de l'archiviste», in Vandevoorde, *Formation des archivistes*.

28 Robert Favreau et Elisabeth Houriez, «Guy Thuillier, *Témoins de l'administration de Saint-Just à Marx*, préface de Lucien Mehl. — Paris (éditions Berger-Levrault, collection L'Administration nouvelle), 1967», *La Gazette des archives* 60 (1968): 63-64, https://www.persee.fr/doc/gazar_0016-5522_1968_num_60_1_4061_t2_0063_0000_3.

29 Michel Lespérance, «Les archives dans l'organisation: La mémoire institutionnelle utile», in Vandevoorde, *Formation des archivistes*.

l'archiviste dispose souvent d'une formation académique, principalement en histoire. Formé aux méthodes de recherche et de critique des sources, il est à même de contribuer à une bonne écriture de l'histoire. Deuxièmement, il connaît l'administration de l'intérieur puisqu'il la sert. Les subtilités de son fonctionnement ne lui sont pas inconnues et il est particulièrement à même de comprendre la manière dont sont fabriquées les archives. Enfin, employé non seulement dans les ministères mais aussi au niveau local, il est capable d'appréhender les institutions localement et de rendre les travaux d'histoire administrative moins nationaux et plus locaux.[30]

Là encore, la contribution de l'archiviste intervient à la fois au moment de la collecte, du classement et de l'accès.

En matière de collecte

En matière de collecte, la contribution de l'archiviste à l'histoire administrative est cruciale, dans la mesure où c'est largement lui qui détermine quelles archives ont vocation à être conservées pour les besoins de la recherche. Ce point a été souligné très tôt aux États-Unis par Karl L. Trever dans un article publié en 1941 dans *The American Archivist*.[31]

Or, l'archiviste est souvent accusé de ne prendre qu'insuffisamment en compte les besoins des spécialistes de l'histoire administrative dans la définition de ses politiques de collecte. Pour de nombreux promoteurs de l'histoire administrative, l'archiviste procède à des tris trop sélectifs, s'intéresse insuffisamment aux documents produits par les services administratifs (ressources humaines, logistique, informatique), ne prend en charge que les dossiers administratifs des fonctionnaires de rang élevés, en négligeant les fonctionnaires de rang subalterne, au risque d'invisibiliser certaines catégories de personnes, notamment les femmes.[32] François Monnier et Guy Thuillier ont ainsi regretté que les

30 Thuillier, «Pour une prospective», 76-77; Jacques Caritey, «Perspectives européennes de l'histoire administrative», *La Revue administrative* 57, n.º 338 (2004): 207, http://www.jstor.org/stable/40772218.

31 Larson, «Administrative History».

32 Guy Thuillier, «Histoire administrative et archives de l'enseignement», *La Gazette des*

archivistes aient, par exemple, détruit les copies des concours de l'École nationale d'administration pour les candidats ayant échoué, sous prétexte que celles-ci ne seraient pas intéressantes pour l'historien.[33] Cette défaillance des politiques de collecte a conduit, en France, à une révision méthodologique en 2012, afin de mettre en place des critères d'évaluation, de sélection et de tri plus objectifs et davantage compatibles avec les pratiques d'histoire quantitative.[34]

La réalisation de campagnes d'histoire orale ainsi que le recueil de récits de vie peuvent également contribuer à combler les silences des archives écrites en faisant ressortir des informations non disponibles dans les archives écrites : coutumes administratives ; culture de l'organisation ; réseaux sous-jacents au fonctionnement de l'institution ; expériences, savoir-faire et observations par des personnes n'ayant pas une culture de l'écrit ; etc. Là encore, la réalisation de campagnes d'archives orales par l'archiviste, comme aux archives municipales de Chartres, peut s'avérer fort utile pour le développement de l'histoire administrative.[35]

En sauvant ou, au contraire, en vouant à la destruction les archives, l'archiviste joue donc un rôle majeur dans la capacité ou non à écrire l'histoire administrative.

En matière de classement et de description

Les opérations de classement et de description constituent également un moment privilégié de contribution des archivistes à la connaissance de l'histoire administrative.

archives 86 (1974): 173-190, https://doi.org/10.3406/gazar.1974.2383; Jacques Caritey, «Comment préserver la mémoire d'un ministère ?», *La Revue administrative* 44, n.º 262 (1991): 368-373, http://www.jstor.org/stable/40782562.

33 Monnier et Thuillier, «Pour une prospective».

34 Mélanie Rebours et Stéphanie Roussel, «Vers une révision des critères de sélection des archives contemporaines : point d'étape du groupe de travail 'évaluation et sélection des archives' », *La Gazette des archives* 227, n.º 3 (2012): 73-80, https://doi.org/10.3406/gazar.2012.4964.

35 Corinne Porte, «La collecte des témoignages oraux à la mairie de Chartres», *La Gazette des archives* 188-189 (2000): 93-100, https://doi.org/10.3406/gazar.2000.3628.

Comme il a été dit précédemment, pour mener à bien son travail de sélection, de tri et de classement des fonds d'archives, l'archiviste a l'obligation de se documenter et de rassembler le maximum d'informations sur les administrations et leurs missions. Ce travail de documentation d'histoire administrative est synthétisé au moment de la rédaction des instruments de recherche dont une des finalités consiste à fournir toutes les informations permettant aux usagers de contextualiser les archives décrites. Les normes de description archivistique élaborées sous l'égide du Conseil international des archives insistent d'ailleurs sur l'importance de décrire les producteurs d'archives, que ce soit la norme ISAD(G) dont le champ « Histoire administrative/ notice biographique » a pour objectif de « donner succinctement tout renseignement important sur l'origine, l'évolution et les fonctions du ou des organismes, ou sur la vie et les activités du ou des individus qui ont produit l'unité de description », ou la norme ISAAR(CPF), tout entière dévolue à la description des producteurs d'archives.

Les introductions des instruments de recherche rédigés par les archivistes constituent ainsi une mise d'information sur l'histoire administrative des institutions publiques comme privées.[36] Ces textes, qui constituent de véritables recherches en histoire administrative, sont malheureusement souvent ignorés des utilisateurs des archives et des historiens, ce qui ne fait que minorer le rôle joué par les archivistes dans cette discipline.

En matière de recherche

Au-delà des travaux ordinaires de collecte, de classement et de description des archives, les archivistes sont tout à fait habilités à participer ou à initier eux-mêmes des travaux de recherche en histoire administrative. Dans l'article qu'il publie en 1982, Arthur D. Larson insiste tout particulièrement sur ce point en affirmant que les archivistes peuvent non seulement effectuer eux-mêmes des recherches et rédiger des travaux en histoire administrative, mais

36 Guy Duboscq, «Henri Blaquière, *Conseils pour le tri et le classement des archives anciennes des communes*, 1966», *La Gazette des archives* 56 (1967): 71-72, www.persee.fr/doc/gazar_0016-5522_1967_num_56_1_1959_t1_0071_0000_2.

aussi contribuer à la formation des archivistes et des chercheurs ayant besoin, pour leurs travaux, de disposer de connaissances en histoire administrative.[37]

En France, un des cadres privilégiés de contribution des archivistes à la recherche en histoire administrative est constitué par les comités d'histoire qui sont créés par les administrations pour écrire leur histoire.[38] Initiés au début des années 1970, ces comités sont désormais très nombreux, présents dans des ministères comme ceux de la Sécurité sociale, de l'Économie et des finances, de l'Écologie, de la Culture, des Affaires sociales, ou dans des institutions comme la Bibliothèque nationale de France. C'est dans le cadre du comité d'histoire que les archivistes du ministère de la Culture ont ainsi rédigé, à la fin des années 1990, un petit manuel d'histoire du ministère toujours utilisé aujourd'hui.[39]

Soucieux de contribuer activement à la politique de recherche nationale, les services d'archives ont d'ailleurs identifié l'histoire administrative comme un axe essentiel de contribution à la recherche académique. Dans le rapport qu'elle a rendu à la ministre de la Culture française en 2017, intitulé *Une stratégie nationale pour la collecte et l'accès aux archives publiques à l'ère numérique*, Christine Nougaret, professeur à l'École nationale des chartes et vice-présidente du Conseil supérieur des archives, avait d'ailleurs attiré l'attention des pouvoirs publics sur ce point en proposant la réalisation, par les Archives nationales et avec le soutien de l'Agence nationale de la recherche, d'un dictionnaire de l'administration qui serait élaboré avec des chercheurs et servirait d'outil d'analyse et de mise en perspective historique de la production administrative.[40] En 2019, Rosine Lheureux, responsable de la mission des partenariats scientifiques et des relations internationales aux Archives nationales, allait dans son sens en suggérant la promotion d'un axe de recherche interrogeant l'histoire des systèmes

37 Larson, «Administrative History».

38 Guy Thuillier, «Les principes des comités d'histoire», *La Revue administrative* 57, n.º 338 (2004): 202-206, http://www.jstor.org/stable/40772217.

39 Fabien Oppermann, «Bernard Beaulieu et Michèle Dardy, *Histoire administrative du ministère de la Culture, 1959- 2002*, 2002», *Livraisons d'histoire de l'architecture* 5 (2003): 157, www.persee.fr/doc/lha_1627-4970_2003_num_5_1_939_t1_0157_0000_1.

40 Christine Nougaret, *Une stratégie nationale pour la collecte et l'accès aux archives publiques à l'ère numérique* (Paris: ministère de la Culture et de la Communication, 2017). https://francearchives.gouv.fr/file/b0d6555950508ab637adb10ece33d381644d6d37/2017_03_24_RAPPORT_DEFINITIF_NOUGARET.compressed.pdf.

administratifs comme savoir technique et savoir social, ce qui permettrait d'affirmer le rôle traditionnel de « mémoire administrative » de l'institution.[41] Le plan stratégique des Archives nationales pour les années 2021-2025 ne semble cependant pas avoir retenu cette proposition.

L'histoire administrative des archives, terrain de jeu privilégié des archivistes

Un des domaines de l'histoire administrative auquel les archivistes pourraient utilement contribuer est naturellement celui... de l'histoire administrative des archives elles-mêmes. Or, alors que le tournant archivistique a profondément marqué les recherches historiques ces dix dernières années et que les travaux sur l'histoire des archives comme objet se multiplient (ex. travaux de Sophie Coeuré sur les fonds de Moscou), l'histoire administrative des archives connaît encore des développements insuffisants, du moins en France, surtout pour la période contemporaine. N'est-ce pas un reflet de la difficulté des archivistes à s'intéresser à leur histoire et à leurs racines ?[42]

Certes, existent quelques monographies sur des dépôts d'archives – notamment l'ouvrage publié à l'occasion du bicentenaire de l'installation des Archives nationales au palais Soubise en 2008[43] –, mais la tendance est davantage à la publication de beaux livres qu'à celle de travaux de recherche approfondis d'histoire administrative. Les mémoires rédigés par des étudiants en master ou en doctorat se multiplient sur le sujet,[44] mais peu font l'objet de publications hors mise en ligne des mémoires eux-mêmes.

La connaissance de l'histoire administrative des archives en France repose donc encore largement sur les quelques pages rédigées dans des manuels

41 Rosine Lheureux, «De la recherche de partenariats scientifiques à la recherche aux Archives nationales : transformer l'essai ?», *La Gazette des archives* 254, n.º 2 (2019): 305-306, https://doi.org/10.3406/gazar.2019.5878.

42 Barbara L. Craig, «Outward Visions, Inward Glance: Archives History and Professional Identity», *Archival Issues* 17, n.º 2 (1992): 113, http://www.jstor.org/stable/41101829.

43 Claire Béchu, éd., *Les Archives nationales : des lieux pour l'histoire de France : bicentenaire d'une installation, 1808-2008* (Paris: Somogy, Archives nationales, 2008).

44 Patrice Marcilloux et Bénédicte Grailles, «Pour une archivistique sociale : esquisse d'un bilan de dix ans de recherche en archivistique à l'Université d'Angers», *Archives* 49, n.º 1-2 (2020): 37-56, https://doi.org/10.7202/1075705ar; Julie Lauvernier, «Classer et inventorier au XIXe siècle : administration des fonds et écriture de l'histoire locale dijonnaise par l'archiviste Joseph-François Garnier 1815-1903» (thèse de doctorat, Université de Dijon, 2012).

plus généraux[45] et quelques articles.[46] La France ne dispose pas d'ouvrages équivalents à ceux publiés en 2019 par Eric Ketelaar[47] et en 2022 par Byron Ellsworth Hamann[48] Les archivistes français sont peu nombreux à entamer des recherches universitaires sur l'histoire administrative des archives – à quelques exceptions près –, alors qu'ils trouveraient là un moyen parfait de contribuer au développement de l'histoire administrative et de se voir reconnus au sein de la communauté scientifique.

Conclusion

L'histoire administrative, entendue au sens large, reste donc toujours indispensable à l'archiviste, tant comme outil dans sa pratique quotidienne que comme produit de celle-ci.

Si l'archiviste doit être capable d'élargir ses horizons intellectuels et ne pas négliger d'autres disciplines (sciences sociales ou philosophie), il ne doit pas renier l'histoire administrative, et, au contraire, affirmer sa place dans le développement de cette discipline, à un moment où il est souvent un des derniers à être capable de donner une profondeur historique aux actions mises en œuvre par l'administration – les collègues archivistes dans les régions françaises insistent régulièrement sur ce sujet.

L'histoire administrative doit garder toute sa place dans la formation des archivistes, en ne négligeant pas le fonctionnement des administrations d'aujourd'hui et les questions de sociologie des organisations.[49] C'est à ce prix qu'il continuera à exercer ces missions au mieux des attentes de ses concitoyens.

45 Bruno Galland, *Les archives*, 2e éd. (Paris: Presses universitaires de France, 2020); Vincent Duclert et Sophie Coeuré, *Les archives*, 3e éd. (Paris: La Découverte, 2019).

46 Françoise Hildesheimer, «Échec aux archives : la difficile affirmation d'une administration», *Bibliothèque de l'École des chartes* 156, n.º 1 (1998): 91-106, https://doi.org/10.3406/bec.1998.450913; Marie Houllemare, «La fabrique des archives coloniales et la naissance d'une conscience impériale (France, XVIIIe siècle)», *Revue d'histoire moderne & contemporaine* 61-62, n.º 2 (2014): 7-31, https://doi.org/10.3917/rhmc.612.0007.

47 Eric Ketelaar, *Archiving People. A Social History of Dutch Archives* (Naarden: Stichting Archiefpublicaties, 2019).

48 Byron Ellsworth Hamann, *The Invention of the Colonial Americas: Data, Architecture, and the Archive of the Indies, 1781-1844* (Los Angeles: Getty Research Institute, 2022).

49 Burgy, «L'évaluation et l'acquisition».

Bibliographie

Antoine, Michel. *Le Conseil du Roi sous le règne de Louis XV*. Genève: Droz, 1970.

Association des archivistes français. *Référentiel métiers. La profession d'archiviste ou les métiers des archives*. Paris: Association des archivistes français, 2017.

Béchu, Claire, éd. *Les Archives nationales : des lieux pour l'histoire de France : bicentenaire d'une installation, 1808-2008*. Paris: Somogy et Archives nationales, 2008.

Burdeau, François. *Histoire de l'administration française : du 18e au 20e siècle*. Paris: Montchrestien, 1994.

Burgy, François. «L'évaluation et l'acquisition. De la formation des archivistes à la constitution du patrimoine archivistique.» In *La formation des archivistes. Pour relever les défis de la société de l'information*, édité par Evelyne Vandevoorde. Louvain-la-Neuve: Academia, 2006.

Caldwell, Lynton K. «The Relevance of Administrative History». *Progress in Public Administration* 21, n.º 3 (1955): 453-466. https://doi.org/10.1177/002085235502100302.

Callu, Agnès. *La réunion des Musées Nationaux, 1870-1940. Genèse et fonctionnement*. Paris: École des chartes et Champion, 1994.

Caritey, Jacques. «Comment préserver la mémoire d'un ministère ?» *La Revue administrative* 44, n.º 262 (1991): 368-373. http://www.jstor.org/stable/40782562.

Caritey, Jacques. «Perspectives européennes de l'histoire administrative». *La Revue administrative* 57, n.º 338 (2004): 207-212. http://www.jstor.org/stable/40772218.

Carré de Malberg, Nathalie. *Le grand état-major financier : les inspecteurs des Finances, 1918-1946. Les hommes, le métier, les carrières*. Vincennes: Institut de la gestion publique et du développement économique, Comité pour l'histoire économique et financière de la France, 2011. https://doi.org/10.4000/books.igpde.95.

Charle, Christophe. *La République des Universitaires (1870-1940)*. Paris : Le Seuil, 1994. https://doi.org/10.3917/ls.charl.2010.01.

Chérif, Aouatef. *La mécanographie au sein du ministère des Finances en France : une révolution en douceur?*. Sarrebruck: Éditions universitaires européennes, 2010.

Couture, Carol, Jean-Yves Rousseau, Florence Arès *et al.* «Le principe de respect des fonds et le fonds d'archives». In *Fondements de la discipline archivistique*. Sainte-Foy: Presses de l'Université du Québec, 1994. https://doi.org/10.2307/j.ctv18pgsmk.8.

Craig, Barbara L. «Outward Visions, Inward Glance: Archives History and Professional Identity». *Archival Issues* 17, n.º 2 (1992): 113-124. http://www.jstor.org/stable/41101829.

Crettaz Rebecca, et Alain Dubois. «Réflexions archivistiques sur les dossiers des mesures de coercition à des fins d'assistance et de placement extra-familiaux. Retour d'expérience des Archives de l'État du Valais». In *Un dossier pour se (re)construire ? Archives et enjeux d'identité*, édité par Véronique Fillieux, Aurore François, Marie Van Eeckenrode et Géraldine Mathieu. Louvain: Presses universitaires de Louvain, 2022.

Dasque, Isabelle. *Les diplomates de la République (1871-1914)*. Paris: Sorbonne Université Presses, 2020.

De Luca, Virginie. *Aux origines de l'État providence : les inspecteurs de l'Assistance publique et l'aide sociale à l'enfance (1820-1930)*. Paris: Institut national d'études démographiques, 2002.

Duclert, Vincent, et Sophie Coeuré. *Les archives*. 3e éd. Paris: La Découverte, 2019.

Dubois, Vincent. *La vie au guichet : administrer la misère*. Paris: Éditions du Seuil, 2015.

Duboscq, Guy. «Henri Blaquière, *Conseils pour le tri et le classement des archives anciennes des communes*, 1966». *La Gazette des archives* 56 (1967): 71-72. www.persee.fr/doc/gazar_0016-5522_1967_num_56_1_1959_t1_0071_0000_2.

Favreau, Robert, et Elisabeth Houriez. «Guy Thuillier, *Témoins de l'administration de Saint-Just à Marx*, préface de Lucien Mehl. — Paris (éditions Berger-Levrault, collection L'Administration nouvelle), 1967». *La Gazette des archives* 60 (1968): 63-64. https://www.persee.fr/doc/gazar_0016-5522_1968_num_60_1_4061_t2_0063_0000_3.

Galland, Bruno. *Les archives*. 2e éd. Paris: Presses universitaires de France, 2020.

Gardey, Delphine. *Écrire, calculer, classer : comment une révolution de papier a transformé les sociétés contemporaines (1800-1940)*. Paris: La Découverte, 2008. https://doi.org/10.3917/dec.garde.2008.01.

Hamann, Byron Ellsworth. *The Invention of the Colonial Americas: Data, Architecture, and the Archive of the Indies, 1781-1844*. Los Angeles: Getty Research Institute, 2022.

Hildesheimer, Françoise. «Échec aux Archives : la difficile affirmation d'une administration». *Bibliothèque de l'école des chartes* 156, n.º 1 (1998): 91-106. https://doi.org/10.3406/bec.1998.450913.

Houllemare, Marie. «La fabrique des archives coloniales et la naissance d'une conscience impériale (France, XVIIIe siècle)». *Revue d'histoire moderne & contemporaine* 61-62, n.º 2 (2014): 7-31. https://doi.org/10.3917/rhmc.612.0007.

Karila-Cohen, Pierre. *Monsieur le préfet : incarner l'État dans la France du XIXe siècle*. Ceyzérieu: Champ Vallon, 2021.

Ketelaar, Eric. *Archiving People. A Social History of Dutch Archives*. Naarden: Stichting Archiefpublicaties, 2019.

Larson, Arthur D. «Administrative History: A Proposal For a Re-evaluation of Its Contributions to the Archival Profession». *Archival Issues* 7, n.º 1 (1982): 35-45. https://doi.org/10.31274/archivalissues.8178.

Lauvernier, Julie. "Classer et inventorier au XIXe siècle : administration des fonds et écriture de l'histoire locale dijonnaise par l'archiviste Joseph-François Garnier 1815-1903». Thèse de doctorat, Université de Dijon, 2012.

Le Bihan, Jean. *Au service de l'État. Les fonctionnaires intermédiaires au XIXe siècle*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2008. https://doi.org/10.4000/books.pur.4155.

Le Roux, Muriel, éd. *Histoire de la Poste, de l'administration à l'entreprise*. Paris: Éditions rue d'Ulm, 2002.

Lespérance, Michel. «Les archives dans l'organisation: La mémoire institutionnelle utile». In *La formation des archivistes. Pour relever les défis de la société de l'information*, édité par Evelyne Vandevoorde. Louvain-la-Neuve: Academia, 2006.

Lheureux, Rosine. «De la recherche de partenariats scientifiques à la recherche aux Archives nationales : transformer l'essai ?». *La Gazette des archives* 254, n.º 2 (2019): 295-308. https://doi.org/10.3406/gazar.2019.5878.

Marchandin, Pierre. «Identifier les archives que l'on ne collecte pas. L'exemple des archives publiques de l'immigration en Île-de-France». *La Gazette des archives* 265 (2022): 51-59.

Marcilloux, Patrice, et Bénédicte Grailles. «Pour une archivistique sociale : esquisse d'un bilan de dix ans de recherche en archivistique à l'Université d'Angers». *Archives* 49, n.º 1-2 (2020): 37-56. https://doi.org/10.7202/1075705ar.

Mehl, Lucien. «Pour une histoire de l'administration publique». *La Revue administrative* 20, n.º 115 (1967): 9-13. http://www.jstor.org/stable/40779585.

Molitor, André. «The History of Administration». *International Review of Administrative Sciences* 49, n.º 1 (1983): 1-3. https://doi.org/10.1177/002085238304900101.

Monnier, François. «L'histoire administrative : bilan et méthodes». *La Gazette des archives*, 188-189 (2000): 23-30. https://doi.org/10.3406/gazar.2000.3618.

Monnier, François, et Guy Thuilier. «Pour une prospective 1995-2005 de l'histoire administrative». *La Revue administrative* 48, n.º 284 (1995): 127-130. http://www.jstor.org/stable/40774202.

Monnier, François, et Guy Thuillier. «Le manque d'intérêt de la recherche pour l'histoire administrative». *La Revue administrative* 61, n.º 364 (2008): 342-347. http://www.jstor.org/stable/43573912.

Mousnier, Roland. *Le Conseil du Roi de Louis XII à la Révolution*. Paris: Presses universitaires de France, 1970.

Mousnier, Roland. *Les Institutions de la France sous la monarchie absolue : 1598-1789*. Paris: Presses universitaires de France, 1974.

Naud, Gérard. «Archives départementales et histoire de l'administration». In *Histoire de l'administration. [Journée d'études, Paris, 30 janvier 1971.]*. Paris: Éditions Cujas, 1972.

Nougaret, Christine. *Une stratégie nationale pour la collecte et l'accès aux archives publiques à l'ère numérique*. Paris: Ministère de la Culture et de la Communication, 2017. https://francearchives.gouv.fr/file/b0d6555950508ab637adb10ece33d381644d6d37/2017_03_24_RAPPORT_DEFINITIF_NOUGARET.compressed.pdf.

Oppermann, Fabien. «Bernard Beaulieu et Michèle Dardy, *Histoire administrative du ministère de la Culture, 1959-2002*, 2002». *Livraisons d'histoire de l'architecture* 5 (2003): 157. www.persee.fr/doc/lha_1627-4970_2003_num_5_1_939_t1_0157_0000_1.

Ourliac, Paul. «L'objet de l'histoire des institutions». *Revue Historique de Droit Français et Étranger (1922-)* 32 (1955): 282-293. http://www.jstor.org/stable/43847407.

Poncet, Olivier. «L'histoire des institutions de l'époque moderne en France depuis le XIXe siècle». In *Herrschaftsverdichtung, Staatsbildung, Bürokratisierung. Verfassungs-, Verwaltungs- und Behördengeschichte der Frühen Neuzeit*, édité par Michael Hochedlinger et Thomas Winkelbauer. Vienne: Böhlau-Oldenbourg, 2010.

Porte, Corinne. «La collecte des témoignages oraux à la mairie de Chartres». *La Gazette des archives* 188-189 (2000): 93-100. https://doi.org/10.3406/gazar.2000.3628.

Raadschelders, Jos C.N. «Administrative History: Contents, Meaning and Usefulness». *International Review of Administrative Sciences* 60, n.º 1 (1994): 117-129.

Rebours, Mélanie, et Stéphanie Roussel. «Vers une révision des critères de sélection des archives contemporaines : point d'étape du groupe de travail Évaluation et sélection des archives». *La Gazette des archives* 227, n.º 3 (2012): 73-80. https://doi.org/10.3406/gazar.2012.4964.

Richet, Denis. *La France moderne, l'esprit des institutions*. Paris: Flammarion, 1973.

Richez, Sébastien. *Postes et postiers en Normandie : témoins des transformations nationales, 1830-1914*. Paris: Comité pour l'histoire de La Poste et L'Harmattan, 2009.

Terray, Aude. *Des francs-tireurs aux experts. L'organisation de la prévision économique au ministère des Finances, 1948-1968*. Vincennes: Institut de la gestion publique et du développement économique, Comité pour l'histoire économique et financière de la France, 2003. https://doi.org/10.4000/books.igpde.1470.

Thuillier, Guy. «Pour une prospective de l'histoire administrative contemporaine». *Le Mouvement social*, 157 (1991): 71-83. https://doi.org/10.2307/3778433.

Thuillier, Guy. «Pour une théorie générale de l'histoire de la bureaucratie». In *Pour une histoire de la bureaucratie en France*. Vincennes: Institut de la gestion publique et du développement économique, 1999. https://doi.org/10.4000/books.igpde.8383.

Thuillier, Guy. «Les principes des comités d'histoire». *La Revue administrative* 57, n.º 338 (2004): 202-206. http://www.jstor.org/stable/40772217.

Thuillier, Guy, et Jean Tulard. «Problèmes de l'histoire de l'administration». *International Review of Administrative Sciences* 38, n.º 2 (1972): 128-132.

Thuillier, Guy. «Histoire administrative et archives de l'enseignement». *La Gazette des archives* 86 (1974): 173-190. https://doi.org/10.3406/gazar.1974.2383.

Thuillier, Guy, et Jean Tulard. «L'histoire de l'administration du dix-neuvième siècle depuis dix ans. Bilan et perspectives.» *Revue historique* 258, n.º 2 (1977): 441-455. http://www.jstor.org/stable/40952630.

Thuillier, Guy, et Jean Tulard. «L'histoire de l'administration en France». *International Review of Administrative Sciences* 49, n.º 1 (1983): 13-16.

Timbal, Pierre-Clément, André Castaldo, et Yves Mausen. *Histoire des institutions publiques et des faits sociaux*.12ᵉ éd. Paris: Dalloz, 2009.

Yante, Jean-Marie. «Balises pour un profil de l'archiviste». In *La formation des archivistes. Pour relever les défis de la société de l'information*, édité par Evelyne Vandevoorde. Louvain-la-Neuve: Academia, 2006.

Zalc, Claire. *Dénaturalisés. Les retraits de nationalité sous Vichy*. Paris: Éditions du Seuil, 2016.

Referência para citação:

Vasseur, Édouard. "L'histoire administrative et sa contribution à la pratique archivistique". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 21 (2025): 281-304. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n21.45613

Práticas da História, n.º 21 (2025): 305-325

Eric Ketelaar

Fifteen Years after "The Genealogical Gaze". Constructing Family Archives

"The Genealogical Gaze: Family Identities and Family Archives in the Fourteenth to Seventeenth Centuries" was the title of a paper published in 2009. In that paper I argued that in Renaissance Florence, early modern England, and the Netherlands in the Golden Age, from the fourteenth century on, the "genealogical gaze" transfigured family archives into a cultural patrimony to be preserved, expanded, and transferred to future generations. In the same year that my article was published, it was welcomed by scholars of family archives at the Nova University of Lisbon as "part of a broader investigation into the birth of the patrimonial conception of archives, the most recent continuation of which was research into the occurrence of this conception precisely in family archives." Fifteen years later, I was asked to revisit the brief history of the concept of the "genealogical gaze." Following this review, I suggest some topics and methodologies that may enrich our understanding of family archives, past and present.
Keywords: genealogical gaze; family archives; social history of the archives.

Quinze anos após "The Genealogical Gaze". Construindo os arquivos familiares

"The Genealogical Gaze: Family Identities and Family Archives in the Fourteenth to Seventeenth Centuries" foi o título de um artigo publicado em 2009. Nesse artigo, argumentei que, na Florença renascentista, na Inglaterra moderna e na Holanda da Idade de Ouro, a partir do século XIV, o "olhar genealógico" transformou os arquivos familiares num património cultural a ser preservado, expandido e transferido para as gerações futuras. No mesmo ano em que o meu artigo foi publicado, foi acolhido por estudiosos de arquivos de família, na Universidade Nova de Lisboa, como "parte de uma investigação mais ampla sobre o nascimento da concepção patrimonial dos arquivos, cuja continuação mais recente foi a investigação sobre a ocorrência dessa concepção precisamente nos arquivos de família". Quinze anos mais tarde, foi-me pedido que revisitasse a breve história do conceito de "olhar genealógico". Após essa revisão, sugiro alguns tópicos e metodologias que podem enriquecer a nossa compreensão dos arquivos de família, passados e presentes.
Palavras-chave: olhar genealógico; arquivos de família; história social dos arquivos.

Fifteen Years after "The Genealogical Gaze". Constructing Family Archives

por Eric Ketelaar*

The Genealogical Gaze and beyond

"The Genealogical Gaze: Family Identities and Family Archives in the Fourteenth to Seventeenth Centuries" was the title of a paper I presented at the third ICHORA (International Conference on the History of Records and Archives) held in Boston in 2007. It was published in 2009 in *Libraries & the Cultural Record*.[1] The theme of the conference was "Personal Papers in History" but I focused on the family as a space in which identities and archives are constructed. Using Susan Crane's concept of the "historical gaze" which, through interacting with its object, creates a monument,[2] I argued that in Renaissance Florence, early modern England, and the Netherlands in the Golden Age, from the fourteenth century on, the "genealogical gaze" transfigured family archives into a cultural patrimony to be preserved, expanded, and transferred to future generations. Of course, the creation of any archival document entails an awareness of a *longue durée* stretching from what Australian colleagues call "a nanosecond" of archive making, well

* Eric Ketelaar (eketelaar@xs4all.nl). https://orcid.org/0000-0003-2966-1593. Department of Media Studies - University of Amsterdam, Turfdraagsterpad 9, 1012 XT Amsterdam, The Netherlands.

1 Eric Ketelaar, "The Genealogical Gaze: Family Identities and Family Archives in the Fourteenth to Seventeenth Centuries," *Libraries & the Cultural Record* 44, no. 1 (2009): 9-28.

2 Susan Crane, *Collecting and Historical Consciousness in Early Nineteenth-Century Germany* (Ithaca: Cornell University Press, 2000), 28-30.

into the future.[3] Every archive creator acts with a future use of the document in mind, even throwing away a piece of paper is an archival decision. I will come back later to that counter-archivalization. But this archival awareness is different from the notion that records created in the course of current business *may be transferred as a heritage to future generations who will value these records as cultural assets.* Some records are transfigured into archival and cultural patrimony. Felipa Lopez called it the archival metamorphosis.[4]

In the same year my paper appeared in print (2009), Maria de Lurdes Rosa welcomed it as "part of a wider investigation into the birth of the patrimonial conception of archives, the most recent continuation of which was the investigation into the occurrence of that conception precisely in family archives."[5] Maria de Lurdes Rosa adopted the concept of the genealogical gaze in her introduction to the book *Arquivos de Família, Séculos XIII-XX: Que Presente, Que Futuro?*, published in 2012.[6] Maria de Lurdes Rosa translated genealogical gaze by "perspectiva genealógica". The same translation was used in 2016 by Judit Gutierrez de Armas in her review of the state of the art with respect to family archives.[7] More recently, Judit used the expression "mirada genealogica".[8] I think that using the term "perspective" risks obscuring

3 Nanosecond archiving captures "direct relationships between actions, recorded inscriptions and business processes": Frank Upward *et al.*, *Recordkeeping Informatics for a Networked Age* (Clayton, Victoria: Monash University Publishing, 2018), 94.

4 Filipa Lopes, "Researching the Archive, Studying Family History: A Doctoral Research Project on the *Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima* Archive," in *Recovered Voices, Newfound Questions. Family Archives and Historical Research*, ed. Maria de Lurdes Rosa *et al.* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019), 218.

5 Maria de Lurdes Rosa, "Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (épocas medieval e moderna)," *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 9 (2009): 22: "parte de um inquérito mais vasto sobre o nascimento da concepção patrimonial dos arquivos, e que teve como mais recente continuação a investigação da ocorrência daquela concepção precisamente nos arquivos de família."

6 Maria de Lurdes Rosa, "Arquivos de família: para um roteiro de temas e problemas," in *Arquivos de Família, Séculos XIII-XX: Que Presente, Que Futuro?*, ed. Maria de Lurdes Rosa (Lisbon: Instituto de Estudos Medievais, 2012).

7 Judit Gutiérrez de Armas, "Estado de la cuestión de los estudios sobre archivos de familia," in *XXII Coloquio de Historia Canario-Americana (2016)* (XXII-088, 2017).

8 Judit Gutiérrez de Armas and Francisco Precioso-Izquierdo, "Representação da família nobre no Atlântico hispânico. O livro da família Ponte nas Ilhas Canárias (1615-1640)," *HiSTOReLo. Revista de Historia Regional y Local* 13, no. 28 (2021): 68-95.

the agency of the beholder, the agency so essential in the construction of the archive, as I will discuss later.

The concept of the genealogical gaze was slowly adopted. Some of the publications before 2020 include a reference to my "genealogical gaze", without however discussing or mentioning the concept in the main text. Since the 2020s more engagement with the concept was shown in a number of articles and theses, by scholars in history and archivistics from Portugal, Netherlands, Spain, Turkey, Germany, United Kingdom, and Australia. Two important books published in 2023 refer to the term or the concept of the "genealogical gaze": Markus Friedrich's *The Maker of Pedigrees* on the meanings of genealogy in early modern Europe, and Alexandra Walsham's *Generations. Age, Ancestry, and Memory in the English Reformations*.[9]

I feel honoured by Markus Friedrich's reference to my article, but it seems that we are using the term for different concepts and practices. Friedrich's genealogical gaze and Walsham's genealogical itch or fever[10] is the fascination with genealogy as a cultural, social, religious and political practice. That preoccupation led early modern Europeans to genealogical research and to making and using pedigrees and other documentary genres. These documents (supporting what Daniel Woolf terms "the genealogical imagination"[11]) were normally stored in the family archives. There they were intertwined (to use an expression by Alexandra Walsham[12]) with the records created and received by family members in the course of business and kept as evidence for future reference. Only subsequently were these legal and administrative archives

9 Markus Friedrich, *The Maker of Pedigrees: Jakob Wilhelm Imhoff and the Meanings of Genealogy in Early Modern Europe* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2023); Alexandra Walsham, *Generations. Age, Ancestry, and Memory in the English Reformations* (Oxford: Oxford University Press, 2023). See also Markus Friedrich, "Genealogy as Archive-Driven Research Enterprise in Early Modern Europe," *Osiris* 32, no. 1 (2017): 64-84, and Markus Friedrich, "Genealogy and the History of Knowledge," in *Genealogical Knowledge in the Making: Tools, Practices, and Evidence in Early Modern Europe*, ed. Jost Eickmeyer *et al.* (Berlin and Boston: De Gruyter, 2019).

10 Walsham, *Generations*, 172, 497.

11 Daniel Woolf, *The Social Circulation of the Past: English Historical Culture 1500–1730* (Oxford: Oxford University Press, 2023), 99-137.

12 Walsham, *Generations*, 498.

transfigured by the "genealogical gaze" into a cultural patrimony to be preserved, expanded, and transferred to future generations. Perhaps "patrimonial gaze" would be a better expression. Or "patrimony consciousness", as Alexandra Walsham suggests.

The two conceptions of genealogical gaze (Friedrich's and my transforming archives into patrimony) are linked. Many families, after having acquired genealogical knowledge recorded and preserved in pedigrees, encyclopedias and other documentary forms, would also keep in their muniment room administrative and evidential archival genres. Some of these would eventually be transfigured by the genealogical gaze. One genealogical gaze stimulated the other. Hybrid forms were used too: for example, by continuing their father's account books, sons would convey "patrimonial continuity", as Imogen Peck recently wrote.[13]

As I said, Maria de Lurdes Rosa introduced Portuguese scholars and practitioners to the concept of the genealogical gaze in *Arquivos de família* in 2012. That happened in the context of the renewed interest in and engagement with family archives.[14] *Arquivos de família*, a book of more than seven hundred pages, predominantly covered family archives in Portugal, Spain, and Italy. The more than fifty case studies framed family archives in patrimonialization, archiving and history.

After 2012, family archives stayed on the research agenda of universities and archival institutions, leading to (inter)national research projects, seminars, dissertations and numerous articles. Much of that research on family archives was carried out under the umbrella of *Arquivística Histórica*,

13 Imogen Peck, "'Of No Sort of Use'? Manuscripts, Memory, and the Family Archive in Eighteenth Century England." *Cultural and Social History* 20, no. 2 (2023): 193.

14 For an overview, see Rosa, "Arquivos de família: para um roteiro"; Maria de Lurdes Rosa, "Arquivos de família – o que são, para que servem, como preservá-los e estudá-los. Tendências actuais da investigação histórica e dos estudos em patrimonialização," in *Actas do 3.º Congresso Internacional Casa Nobre: Um Património para o Futuro* (Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2013); Gutiérrez de Armas, "Estado de la cuestión"; Rita Sampaio da Nóvoa and Maria de Lurdes Rosa, "O estudo dos arquivos de família de antigo regime em Portugal. Percursos e temas de investigação," *Revista Brasileira de História* 38, no. 78 (2018): 75-95; Abel Rodrigues, "Os arquivos pessoais e familiares em Portugal: uma reflexão crítica dos últimos vinte anos," in *Actas do I Encontro da Fundación Olga Gallego: arquivos privados de persoas e familias. Unha ollada á Fundación Penzol (Vigo, 27 de outubro de 2017)* (A Coruña: Fundación Olga Gallego, 2018).

introduced by Maria de Lurdes Rosa in 2011/2012 at the Universidade Nova de Lisboa, and recognized as a subdiscipline of archivistics in interdisciplinary conjunction with history and information science.[15]

In 2019, a new milestone was reached with the book *Recovered Voices, Newfound Questions. Family Archives and Historical Research.*[16] The book was to be launched on 6 April 2020 at a seminar connected to the VINCULUM project. However, the seminar was cancelled because of the pandemic. I am glad that I archived the speech and the slides I had prepared, and which form the basis of my presentation today.

In 2019, Maria de Lurdes Rosa contributed a chapter to Eickmeyer, Friedrich, and Bauer, *Genealogical Knowledge in the Making: Tools, Practices, and Evidence in Early Modern Europe.*[17] In 2021 and 2022, Maria published a short introduction to a collection of papers *Les archives familiales dans l'Occident médiéval et moderne: trésor, arsenal, mémorial*, followed by a paper *Ouvertures et fermetures des archives de famille, XIVe-XXIe siècles.*[18]

Although not specifically focusing on the history of family archives, a useful overview and bibliography of research on family archives was published in 2017 – a fruit of the UK research project "The Family Archive: Exploring Family Identities, Memories and Stories through Curated Personal Possessions."[19] The multinational project Archifam (2013-2015), yielded in 2021 the volume *Les archives familiales dans*

15 Maria de Lurdes Rosa, "Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas e proposta de percurso de investigação," *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* 30 (2017): 547-586; Maria de Lurdes Rosa and Rita Sampaio da Nóvoa, "Arquivística Histórica e arquivos de família, entre História e Ciência arquivística," *Revista Portuguesa de História* 49 (2018): 85-98.

16 Maria de Lurdes Rosa *et al.*, eds., *Recovered Voices, Newfound Questions.*

17 Maria de Lurdes Rosa, "The Production of Genealogical Knowledge for the Arrangement of Archives of Noble Families (Portugal, Fifteenth to Early Nineteenth Centuries)," in Eickmeyer *et al.*, *Genealogical Knowledge.*

18 Maria de Lurdes Rosa, "Preâmbulo da primeira parte," in *Les Archives familiales dans l'Occident médiéval et moderne: trésor, arsenal, mémorial*, ed. Véronique Lamazou-Duplan (Madrid: Casa de Velázquez, 2021); Maria de Lurdes Rosa, "Ouvertures et fermetures des archives de famille. Portugal et la Péninsule Ibérique, XIV-XXIe siècle," in *Les conflits d'archives: France, Espagne, Méditerranée*, ed. Stéphane Péquignot and Yann Potin (Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2022).

19 Anna Woodham *et al.*, "We Are What We Keep: The Family Archive, Identity and Public/Private Heritage." *Heritage & Society* 10, no. 3 (2017): 203-220.

l'Occident médiéval et moderne. Trésor, arsenal, mémorial, edited by Véronique Lamazou-Duplan.[20] The book contains 39 papers, a part of these based on doctorate research and theses. Universities in Portugal, Spain and France worked together with archival institutions and with owners of family archives to produce this magnificent result.

In concluding *The Genealogical Gaze*, I suggested that we use our understanding of the past in discussing current and future concerns of the archival endeavour. To what extent, I asked, are records constructive in creating and maintaining memories, communities, and identities of individuals, families, corporate bodies, social groups, nations? These are political questions but also questions that determine the agenda for research in archivistics: historical, comparative, future-oriented research. A lot of that agenda has been implemented in the past fifteen years. Essential and influential was the involvement of the community of scholars in archivistics in Portugal, reaching out to colleagues in other countries. Still, the research agenda is as yet not fully depleted, as the papers in this dossier make clear. As a start, I may suggest some topics and methodologies which might enrich our understanding of family archives.

Frameworks of memory

In my article, I quoted the French anthropologist and ethnologist Françoise Zonabend. Every person, she writes, "is fixed in a genealogical network in space and time, where past and present, kindred and community are intermingled. Each individual is set first and foremost in a time determined through the family."[21] This is what the "father of sociology" Maurice Halbwachs argued.[22] The first social framework of any individual's memories is constituted by his or her family. Personal memory (remembrance of what one has experienced) is not sealed

20 Véronique Lamazou-Duplan, ed., *Les Archives familiales dans l'Occident médiéval et moderne.*

21 Françoise Zonabend, *The Enduring Memory: Time and History in a French Village* (Manchester: Manchester University Press, 1984), 142.

22 Maurice Halbwachs, *The Collective Memory*, trans. Francis J. Ditter, Jr. and Vida Yazdi Ditter (New York: Harper & Row, 1980); Maurice Halbwachs, *On Collective Memory*, ed. and trans. Lewis A. Coser (Chicago: The University of Chicago Press, 1992).

off from other people's remembrances, from what Halbwachs called social or historical memory. The family too, has a memory: as with any other collective group the family has "its memories which it alone commemorates, and its secrets that are revealed only to its members."[23] However, family memory is embedded in (and permeated by) larger frameworks of kinship, local and regional memories, religion, nation, etc. Halbwachs therefore discussed the collective memory of the family first, before he went on to describe religious collective memory and that of social classes.

It looks like a simple step from a reification of family memory to reifying family archives. Who creates a family archives? At some point in time, the *pater familias* or another family member has cast a genealogical gaze on one or two or many documents in the archive chest or the muniment room or the library. Gazing at some documents, leaving others untouched. This leads to the primordial creation of a family archives, but only to the extent that other family members endorse the creative act. A patrimony "needs not only a testator and a will, but also an heir who accepts the conditions."[24] By sharing the genealogical gaze, family members become co-creators of the family archives, contributing to the "accumulated layers of meaning" of the archives.[25]

This creative process has very recently been unraveled by the Australian archivistics scholar Michael Piggott, who worked on his family's papers which he and his siblings had inherited.[26] We need more ethnographic and anthropological studies like Piggott's and Woodham's to understand more fully the constructing of contemporary family archives. In those endeavours, it is important to listen to the owner of the archives, following the example of several projects in Portugal and Spain.[27] And at this conference owners of archives are well represented

23 Halbwachs, *On Collective Memory*, 59.

24 Ketelaar, "Genealogical Gaze", referring to Jean-Marie Léniaud's "paradigm of patrimony".

25 Rosa *et al.*, *Recovered Voices*, 181; Rita Sampaio da Nóvoa, "Family Archives, the Archival Practices of Noble Families, and the Social Logic of Archival Preservation (Portugal, Fifteenth to Nineteenth Centuries)," in Rosa *et al.*, *Recovered Voices*.

26 Michael Piggott, "Family Archives, Fateful Options," *Archivaria* 96 (2023): 6-35.

27 Rosa, "Arquivos de família: para um roteiro"; Filipa Lopes, "L'accès aux archives familiales au Portugal: archives de familles nobles de la fin du Moyen Âge et de l'Ancien Régime," in *Les*

too. All the same, many researchers are concerned with medieval and premodern family archives only and not with their continuation or construction in modern times. Archival history (*Arquivística Histórica*) is not restricted to classical, medieval and early modern studies. Yesterday's archiving is history too. Furthermore, the current focus on archiving by nobility and elites should be extended by paying attention to other actors in society—past and present.[28] Research on family archives could profit from research on community archives.[29] As the editors of *Recovered Voices, Newfound Questions* argued, it is "useful to think of family archives as community archives, reinforcing with this concept the role they have played, and in some cases still play, in forming and consolidating a community identity."[30] But also vice versa: the experiences and discourse of community archives (and of the community archives movement) may serve as inspiration for all people working with family archives.[31]

Research in archival history can be enriched by sociology, anthropology and other social sciences, even by art. As yet there are very few archival scholars and practitioners who acknowledge the important contribution that art and artists could make to archivistics.[32]

The family as such is an archives creator too. Writing about commonplace books, Adam Smythe has argued "that a family might be

sources inédites en Histoire. Travaux issus des journées d'étude de jeunes chercheurs organisées à l'École nationale des chartes, les 25 et 26 mai 2018, par le centre Jean-Mabillon et l'association Chroniques chartists, ed. Léo Davy (Paris: École nationale des chartes, 2021); Maria de Lurdes Rosa and Randolph C. Head, eds., *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and Their Inventories from the 15th to the 19th Century* (Lisbon: Instituto de Estudos Medievais, 2015).

28 F. Borja Aguinagalde, "Gli archivi di famiglia nei Paesi Baschi (1990-2018): un ambito di gestione specifico e integrale," *Atlanti* 28, no. 1 (2018): 139-149.

29 The literature on community archives is abundant. See Rebecka Sheffield, "Community Archives," in *Currents of Archival Thinking*, ed. Heather MacNeil and Terry Eastwood, 2nd ed. (Santa Barbara, Denver and Oxford: Libraries Unlimited, 2017).

30 Rosa *et al.*, *Recovered Voices*, 17.

31 Anne Gilliland and Andrew Flinn, "Community Archives: What Are We Really Talking About?," keynote at IRN Prato Community Informatics Conference, 2013, https://www.semanticscholar.org/paper/Community-Archives-%3A-what-are-we-really-talking-Gilliland-Flinn/fc9057422d047559943b6da10572addb467e88e1.

32 Eric Ketelaar, "Archive Art," revised paper presented at the international symposium Archiving Exhibiting – Going Off-script in Art Archives, Museu Picasso Barcelona and Museu Nacional d'Art de Catalunya, Barcelona, March 16-17, 2023.

said to author" these texts. Since many were inscribed by people of successive generations, the books (not only commonplace books, but also recipe books,[33] the family bible, pedigrees, etc.) can be regarded as written *by* the family. We do not see anything wrong with the expression: the archives of the city X, or agency Y, knowing that the archive is practically formed by individuals working for that city or agency. This is also true for family archives and therefore the new ICA standard Records-in-contexts recognizes the family as an agent.[34]

The *Manual for the Arrangement and Description of Archives* by Muller, Feith, and Fruin (1898) considered "so called family archives" to be "a conglomerate of papers and documents", very often "gathered together in the strangest manner", they "do not form a whole" and lack the organic bond of an archive. "The rules for ordinary archives, therefore, cannot be applied to family archives."[35] This verdict lasted for nineteen years only. In 1917, at the annual meeting of State Archivists, under the presidency of National Archivist Fruin, it was acknowledged that a family archive is an organic whole, encompassing private documents, official and semi-official documents and manorial records. This was in fact a codification of archival practice and policies which, even before 1917, had been accepted. Unfortunately, the reversal of the 1898 verdict was not mentioned in the second edition of the Manual of 1920. It is a pity that in most foreign literature the Manual's rejection of archival quality of family archives was perpetuated.[36]

33 Elaine Leong, *Recipes and Everyday Knowledge. Medicine, Science, and the Household in Early Modern England* (Chicago and London: University of Chicago Press, 2018), 129.

34 International Council on Archives, *Records in Contexts – Conceptual Model (RiC-CM)*, version 1.0 (ICA, 2023), https://www.ica.org/resource/records-in-contexts-conceptual-model/.

35 Samuel Muller *et al.*, *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*, trans. Manoel Adolfo Wanderley (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973), http://arquivistica.fci.unb.br/titulo-da-obra/manual-de-arranjo-e-descricao-de-arquivos-2/, annotation of paragraph 13: "No entanto, não abrange o exposto os chamados «arquivos de família». Constituem estes, por via de regra, um aglomerado de papéis e escritos, que os vários membros de determinada família, ou os habitantes de uma casa ou castelo, na qualidade de pessoas privadas ou a títulos diversos, algumas vezes mesmo como colecionadores de curiosidades reuniram e conservaram. Os documentos de um arquivo de família não formam «um todo»; foram, não raro, agrupados segundo os mais estranhos critérios e falta-lhes a conexão orgânica de um arquivo no sentido em que o define o presente Manual. As regras para o arquivo em sua acepção própria não se aplicam, pois, aos arquivos de família."

36 Just one example: Lopes, "L'accès aux archives", 192.

Genres

The archiving by a family and any other community extends beyond its boundaries, involving addressees, senders, and all other parties who are participating in an intertextual genre system. Genres have been introduced into archivistics from the field of rhetorical genre studies. The journal *Archival Science* devoted a special issue to it in 2012. Genres are patterns of communication written and non-written—according to the norms of a certain community. A genre is a social category, linked to the expectations and norms of a social group. Genres offer social codes of conduct, which on the one hand stimulate a certain interaction, but which can also limit it. In my article *The Genealogical Gaze*, I showed how the "genealogical gaze" was expressed in various document genres: Florentine *ricordanze*, pedigrees, family histories, memoirs, cartularies, letters, *prioristi* and other office genealogies showing which family members were entitled to offices, etc. They were all important for transmitting values and family identity to descendants.

In the 1990s, the concept of a genre system was introduced by Charles Bazerman, who wrote that a genre system is a "complex web of interrelated genres, where each participant makes a recognizable act or move in some recognizable genre, which then may be followed by a certain range of appropriate generic responses by others".[37] "It is therefore a particularly useful concept for archival studies as it allows researchers and practitioners to consider a record's broader context, both within and beyond the organizational and physical setting where it was created."[38]

Genres provide social codes of behaviour and they can initiate actions: people know how to respond to a particular genre. An application for a patent triggers a specific social action involving different participants and genres, a petition for a writ of summons triggers a sequence of genres created and used by lawyers, judges, and parties directly or indirectly involved in the litigation.

37 Charles Bazerman, "Systems of genres and the enactment of social intentions," in *Genre and the New Rhetoric*, ed. Aviva Freedman and Peter Medway (London: Taylor & Francis, 1994), 97.

38 Pamela McKenzie and Elisabeth Davies, "Genre systems and 'keeping track' in everyday life," *Archival Science* 12 (2012): 441.

Consider, for example, the archival consequences of the death of a family member. The relatives at the death bed, the doctor or coroner, the funeral director—everyone knows what is expected of him or her. The doctor checks whether there is a donor codicil (genre 1) and he makes the death certificate (genre 2). It is delivered to the town hall when the death is formally notified (genre 3). No funeral or cremation may take place without a death notification. Extracts from the death certificate drawn up (genre 4) are provided to the relatives (genre 5). They need that extract for consulting the central register of wills (genre 6), for cancelling the rent (genre 7), for paying out a life insurance policy (genre 8), etc. A notary must draw up a certificate of inheritance (genre 9), allowing the heirs to access the bank account. In the meantime, the immediate family has prepared and disseminated the death notice (*faire part de décès*) (genre 10). The first letters of condolence come in (genre 11) ... and so the paper trail continues. In a short time the death led to eleven consecutive and interconnected documentary genres, according to a partly unwritten scenario in which each participant performs an action in a certain genre, which evokes certain reactions in others. Some of these documents end up in the family archives as muniments and/or monuments, depending on the genealogical gaze. Still, the documents stay "alive", "comprised in their continuing and future enactment and use; in layers of performance."[39] Archival documents are not static, "they are constantly refreshed so that their ephemerality endures", to quote Wendy Hui Kyong Chun.[40] I have discussed the ephemerality in my paper "Celebrating Change in Archives", at the seminar "Rethinking the Archive(s)/ Repensar o(s) Arquivo(s)', organized by l'Instituto de Estudos Medievais and the VINCULUM project, 9 November 2023.

Thus, the archive keeps its openness and transformative force that characterize a genre system.[41] Conceptualizing family archives as genre

39 Paul Clarke *et al.*, eds., *Artists in the Archive. Creative and Curatorial Engagements with Documents of Art and Performance* (Abingdon and Oxford: Routledge, 2018).

40 Wendy Hui Kyong, "The Enduring Ephemeral, or The Future Is a Memory," in *Media Archaeology: Approaches, Applications, and Implications*, ed. Erkki Huhtamo and Jussi Parikka (Berkeley: University of California Press, 2011), 184.

41 According to Fiorella Foscarini (in conversation with the author, April 2024), genre systems typically refer to ongoing activities where multiple, different genres interact with one another. She agreed, however, that a family archives that is "in progress" may qualify as a genre system.

systems brings "the social" embedded in archiving to the foreground, emphasizes what Bazerman calls the "multivocality" of the text and highlights the enabling (and constraining) power of archives and archiving.

Archivalization

Archiving happens in a social context. This contextuality implies that archiving changes in society, but vice versa also supports changes in society. I call this the duality of the archive (*a dualidade do arquivar*): we construct the archive and are constructed by the archive.[42] Joseph Morsel calls this the sociogenetic outcome of archiving. Or, to borrow from Anthony Giddens' duality of structure: structural (or structuring) properties of archiving (communicative action) are produced and reproduced in what people do, they are the medium *and* the outcome of activities of actors. As Filipa Lopes argued: "In fact, the profile, nature and social behavior of families conditioned the type of documentation that was produced and preserved. Consequently, their archives provide clues as to how families self-regulated and saw themselves."[43]

Archiving is a social practice, entailing a social logic. That logic is conditioned by what the Dutch historian Judith Pollmann calls the scripts available within a family, social group, or community. These scripts are included in Markus Friedrich's "archival ideologies". I have proposed the concept of archivalization:[44] the conscious or unconscious choice (determined by social and cultural factors) to consider something worth archiving: *arquivalização, a escolha consciente ou inconsciente (determinada por fatores sociais e culturais) para considerar se algo merece ser arquivado.*

Archivalization permeates the family too. We must be aware of the fact that a family archive, like every archive, is a construction. What did the family want to keep and what did they destroy? Think

42 Eric Ketelaar, "A dualidade do arquivar," in *Informação e Memória: Perspectivas em Movimento*, ed. Ricardo Medeiros Pimenta, Leyde Klebia Rodrigues da Silva and Thayron Rodrigues Rangel (Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2021).

43 Lopes, "Researching the Archive", 209.

44 Eric Ketelaar, "Archivalisation and Archiving," *Archives and Manuscripts. The Journal of the Australian Society of Archivists* 27, no. 1 (1999): 54-61.

of sensitive correspondence, diaries, financial documents concerning a bankruptcy.[45] "Understanding 'family archive' is dependent on understanding family politics," as Verne Harris wrote.[46] The family archive reflects the image that the family wants to give of itself. Timo de Nijs, who has been researching the family life of the well-to-do citizen of Rotterdam since the end of the nineteenth century, concludes that the content and form of a family archive, even its existence alone, was part of "the discourse that families kept about themselves". That is very normal. People in their dealings with objects—furniture, art, photos, books, musical instruments, scrapbooks and also archives—define who they are, or were or want to become. But that identification belongs to the "tacit narratives" of the family archive. When describing a family archive and when characterizing its components, account should be taken of the constructedness of the archive that results from the self-image not only that of the archive creators, but also that of the descendants who save the archive or donate or deposit it at an archive institution. These self-images are formed in a social context that varies according to time and place.

Absences

Studying archiving in the past, focusing on the people involved in archiving made me realize that, in fact, destruction is the default, and preservation is accidental. Olivier Poncet quotes Leibniz (1714): "Pourquoi il y a plutôt quelque chose que rien"?[47] "Why is there something rather than nothing." And Leibniz continues: "Car le rien est plus simple et plus facile que quelque chose." "After all, nothing is simpler and easier than something." And Poncet embarks on a quest for absences, for archives that have not been formed, for what Michelle Caswell calls the imaginary archive. To paraphrase Carolyn Steedman's *Dust*: an absence is not nothing, but is

45 Deborah Cohen, *Family Secrets: Living with Shame from the Victorians to the Present Day* (London: Penguin, 2013).

46 Verne Harris, "Archons, Aliens and Angels: Power and Politics in the Archive," in *The Future of Archives and Recordkeeping*, ed. Jennie Hill (London: Facet, 2011), 116.

47 Gottfried Wilhelm Leibniz, *Principes de la nature et de la grâce fondés en raison*, ed. Paul Janet (Paris: Félix Alcan, Éditeur, 1900), art. 7, https://fr.wikisource.org/wiki/Principes_de_la_nature_et_de_la_gr%C3%A2ce_fond%C3%A9s_en_raison.

rather the space left by what was never there or what has gone.[48] In principle, everything is lost simply because everything passes away over time. This also applies to emails, digital photos and WhatsApp messages that are stored on a device without any selection. They are irrevocably lost, at the latest when the device breaks down, is discarded or recycled. Only by that time do users take care of everything that has been kept and do they try to save anything from it. In terms of Michael Thompson's "rubbish theory": everything is rubbish or at best transient, the exception is whenever someone assigns value whereby the stuff becomes durable. Survival of archives is only a chance, which is a warning to archive users: beware of survivorship bias.[49] Destruction is the norm against which our archival consciousness goes.[50] As Derrida wrote: there is no archive fever without the threat of the anarchivic destruction.[51]

Archival history yields many examples of this primacy of destruction and other modes of what Markus Friedrich calls "counter-archival behaviour".[52] Not every record is meant to exist much longer than the transaction it attests. Anarchivic is not only destroying what has been created, but also not recording at all. I introduced the concept of "counter-archivalization": the conscious or unconscious choice not to record, not to put things on paper.[53]

Contexts

I argue for making the social context (or rather contexts) transparent—the contexts in which the archival documents are created, used, misused,

48 Carolyn Steedman, *Dust* (Manchester: Manchester University Press, 2002), 11.

49 "Why Do We Misjudge Groups by only Looking at Specific Group Members? The Survivorship Bias, Explained", The Decision Lab, accessed December 16, 2025, https://thedecisionlab.com/biases/survivorship-bias.

50 Arnold Esch, "Überlieferungs-Chance und Überlieferungs-Zufall als methodisches Problem des Historikers." *Historische Zeitschrift* 240, no. 3 (1985): 529-570; Nóvoa, "Family archives", 182-183. See also Michael Piggott, *Archives and Societal Provenance. Australian Essays* (Oxford: Chandos Publishing, 2012), "the silences of non-creation" (p. 3), and the "infertile opposite" of record creation (p. 188).

51 Jacques Derrida, *Archive Fever. A Freudian Impression* (Chicago: University of Chicago Press, 1996), 10 and 19.

52 Markus Friedrich, "Epilogue: Archives and Archiving across Cultures—Towards a Matrix of Analysis." In *Manuscripts and Archives: Comparative Views on Record-Keeping*, ed. Alessandro Bausi *et al.* (Berlin and Boston: De Gruyter, 2018).

53 Eric Ketelaar, *Archiving People. A Social History of Dutch Archives* ('s-Gravenhage: Stichting Archiefpublicaties, 2020), 14a.

selected, ordered, described and reformatted.[54] This makes the scripts that once applied in the genre system visible. A strictly diplomatic or legal description of the components of the family archive is not sufficient. This must be supplemented—sometimes replaced—by a new narrative that can often be literally a story or several stories that are added by family members, archivists and others. The relational description protocols recently proposed in archival literature are very suitable for this new standard for multidimensional description 'Records in contexts' (note the plural!) or RiC, distributed not long ago by the International Council on Archives.[55] The norm recognizes that the contexts in which archival documents arise and are used over time are dynamic and complex. The standard proposes a contextual description method in order to offer different perspectives and different access possibilities. The description of an archive item according to RiC makes the network of related actors, documents, functions and processes and their contextual history transparent.

Ethics of care

In these contexts family archivists work. They are placed in a web of relationships with each "archiver" within or outside the family. Archivers are record subjects, authors, clerks, registrars, antiquarians, genealogists and other users. Each "archiver" participates in the recursive production and mediation of the archive.[56] With each of them the archivist has (or should have) an affective responsibility. This view corresponds with a feminist ethics of care approach, wherein "archivists are seen as caregivers, bound to records creators, subjects, users, and communities through a web of mutual affective responsibility", according to Michelle Caswell and Marika Cifor in a groundbreaking essay published in 2016.[57] "The central focus of the ethics of care," writes feminist philosopher

54 Eric Ketelaar, "Archival contexts," *Archeion* 124 (2023): 35-56. https://doi.org/10.4467/26581264ARC.23.003.17863.

55 International Council on Archives, *Records in Contexts*.

56 Eric Ketelaar, "The Agency of Archivers," in *Archives: Power, Truth, and Fiction*, ed. Andrew Prescott and Alison Wiggins (Oxford: Oxford University Press, 2023).

57 Michelle Caswell and Marika Cifor, "From Human Rights to Feminist Ethics: Radical Empathy in the Archives," *Archivaria* 81 (2016): 23.

Virginia Held, "is on the compelling moral salience of attending to and meeting the needs of the particular others for whom we take responsibility."[58] This applies of course to the family and family members as cocreators of the family archive. But the archivist and the archival scholar are also caregivers, towards the family, towards researchers and colleagues in research and archival institutions. In a recent book, archivist and librarian Trevor Owens argues that "we need to consider how institutions of memory enable relations of care between the people they employ, the peoples documented in their collections, the communities they serve, and their broader memory function in society."[59]

Conclusion

The perception of the genealogical gaze which I proposed more than fifteen years ago is still a vibrant concept used by researchers in archivistics and other disciplines, dealing with family archives. The genealogical gaze transfigures administrative records and emanates from people situated in a particular context. They are agents in the construction of family archives, and their transfer through time and space.

The genealogical gaze is not only a historical phenomenon. Any individual scrolling through the messages and photos on their phone is constructing an archive by explicitly or implicitly creating, saving, expanding, sending, destroying documents. These actions are often triggered by a genealogical gaze. Over time, that gaze may lead to different outcomes depending on the context.

The archiving by a family or any other community (imagined or real) extends beyond its boundaries, involving various "archivers" who are engaged in an intertextual genre system. This entails for archivists and users adopting a wider gaze, looking at the contexts of the record and adopting an expanded view of provenance. An expanded view too of the role and responsibilities of archivists as caregivers.

58 Virginia Held, *The Ethics of Care: Personal, Political and Global* (Oxford: Oxford University Press, 2006), 10.

59 Trevor Owens, *After Disruption. A Future for Cultural Memory* (Ann Arbor: University of Michigan Press, 2024), 137.

Bibliography

Aguinagalde, F. Borja. "Gli archivi di famiglia nei Paesi Baschi (1990-2018): un ambito di gestione specifico e integrale." *Atlanti* 28, no. 1 (2018): 139-149.

Bazerman, Charles. "Systems of Genres and the Enactment of Social Intentions." In *Genre and the New Rhetoric*, edited by Aviva Freedman and Peter Medway. London: Taylor & Francis, 1994.

Caswell, Michelle, and Marika Cifor. "From Human Rights to Feminist Ethics: Radical Empathy in the Archives." *Archivaria* 81 (2016): 23-43.

Chun, Wendy Hui Kyong. "The Enduring Ephemeral, or The Future Is a Memory." In *Media Archaeology: Approaches, Applications, and Implications*, edited by Erkki Huhtamo and Jussi Parikka. Berkeley: University of California Press, 2011.

Clarke, Paul, Simon Jones, Nick Kaye, and Johanna Linsley, eds. *Artists in the Archive. Creative and Curatorial Engagements with Documents of Art and Performance*. Abingdon and Oxford: Routledge, 2018.

Cohen, Deborah. *Family Secrets: Living with Shame from the Victorians to the Present Day*. London: Penguin, 2013.

Crane, Susan. *Collecting and Historical Consciousness in Early Nineteenth-Century Germany*. Ithaca: Cornell University Press, 2000.

Derrida, Jacques. *Archive Fever. A Freudian Impression*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

Esch, Arnold. "Überlieferungs-Chance und Überlieferungs-Zufall als methodisches Problem des Historikers." *Historische Zeitschrift* 240, no. 3 (1985): 529-570.

Friedrich, Markus. "Epilogue: Archives and Archiving across Cultures⊠Towards a Matrix of Analysis." In *Manuscripts and Archives: Comparative Views on Record-Keeping*, edited by Alessandro Bausi, Christian Brockmann, Michael Friedrich and Sabine Kienitz. Berlin and Boston: De Gruyter, 2018.

Friedrich, Markus. "Genealogy as Archive-Driven Research Enterprise in Early Modern Europe." *Osiris* 32, no. 1 (2017): 64-84.

Friedrich, Markus. "Genealogy and the History of Knowledge." In *Genealogical Knowledge in the Making: Tools, Practices, and Evidence in Early Modern Europe*, edited by Jost Eickmeyer, Volker Bauer and Markus Friedrich. Berlin and Boston: De Gruyter, 2019.

Friedrich, Markus. *The Maker of Pedigrees: Jakob Wilhelm Imhoff and the Meanings of Genealogy in Early Modern Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2023.

Gutiérrez de Armas, Judit. "Estado de la cuestión de los estudios sobre archivos de familia." In *XXII Coloquio de Historia Canario-Americana (2016)*, XXII-088, 2017. http://coloquioscanariasmerica.casadecolon.com/index.php/aea/article/view/10033.

Gutierrez de Armas, Judit. Archival Practices in Early Modern Spain: Transformation, Destruction and (Re)construction of Family Archives in the Canary Islands. *Archives and Manuscripts*, 48, no. 1 (2020): 5-24.

Gutiérrez de Armas, Judit, and Francisco Precioso-Izquierdo. "Representação da família nobre no Atlântico hispânico. O livro da família Ponte nas Ilhas Canárias (1615-1640)." *HiSTOReLo. Revista de Historia Regional y Local* 13, no. 28 (2021): 68-95.

Halbwachs, Maurice. *The Collective Memory*. Translated by Francis J. Ditter, Jr., and Vida Yazdi Ditter. New York: Harper & Row, 1980.

Halbwachs, Maurice. *On Collective Memory*. Edited and translated by Lewis A. Coser. The Chicago: University of Chicago Press, 1992.

Harris, Verne. "Archons, Aliens and Angels: Power and Politics in the Archive." In *The Future of Archives and Recordkeeping*, edited by Jennie Hill. London: Facet, 2011.

Held, Virginia. *The Ethics of Care: Personal, Political and Global*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

International Council on Archives. *Records in Contexts–Conceptual Model (RiC-CM)*. Version 1.0. ICA, 2023. https://www.ica.org/resource/records-in-contexts-conceptual-model/.

Ketelaar, Eric. "Archivalisation and Archiving." *Archives and manuscripts. The Journal of the Australian Society of Archivists* 27, no. 1 (1999): 54-61.

Ketelaar, Eric. "The Genealogical Gaze: Family Identities and Family Archives in the Fourteenth to Seventeenth Centuries." *Libraries & the Cultural Record* 44, no. 1 (2009): 9-28.

Ketelaar, Eric. *Archiving People. A Social History of Dutch Archives*. 's-Gravenhage: Stichting Archiefpublicaties, 2020. https://archivisticshome.files.wordpress.com/2020/01/archiving-people_eric-ketelaar_2020_webversion.pdf.

Ketelaar, Eric. "A dualidade do arquivar." In *Informação e Memória: Perspectivas em Movimento*, edited by Ricardo Medeiros Pimenta, Leyde Klebia Rodrigues da Silva and Thayron Rodrigues Rangel. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2021.

Ketelaar, Eric. "Archival Contexts." *Archeion*, no. 124 (2023): 35-56. https://doi.org/10.4467/26581264ARC.23.003.17863.

Ketelaar, Eric. "The Agency of Archivers." In *Archives: Power, Truth, and Fiction*, edited by Andrew Prescott and Alison Wiggins. Oxford: Oxford University Press, 2023.

Lamazou-Duplan, Véronique, ed. *Les Archives familiales dans l'Occident médiéval et moderne: trésor, arsenal, mémorial*. Madrid : Casa de Velázquez, 2021.

Leibniz, Gottfried Wilhelm. *Principes de la nature et de la grâce fondés en raison*, edited by Paul Janet. Paris: Félix Alcan, Éditeur, 1900. https://fr.wikisource.org/wiki/Principes_de_la_nature_et_de_la_gr%C3%A2ce_fond%C3%A9s_en_raison.

Leong, Elaine. *Recipes and Everyday Knowledge. Medicine, Science, and the Household in Early Modern England*. Chicago and London: University of Chicago Press, 2018.

Lopes, Filipa. "Researching the Archive, Studying Family History: A Doctoral Research Project on the *Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima* Archive." In *Recovered Voices, Newfound Questions. Family Archives and Historical Research*, edited by Maria de Lurdes Rosa, Rita Sampaio da Nóvoa, Alice Borges Gago and Maria João Câmara. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

Lopes, Filipa. "L'accès aux archives familiales au Portugal: archives de familles nobles de la fin du Moyen Âge et de l'Ancien Régime." In *Les sources inédites en Histoire. Travaux issus des journées d'étude de jeunes chercheurs organisées à l'École nationale des chartes, les 25 et 26 mai 2018, par le centre Jean-Mabillon et l'association Chroniques chartists*, edited by Léo Davy. Paris: École nationale des chartes, 2021.

McKenzie, Pamela J., and Elisabeth Davies. "Genre Systems and 'Keeping Track' in Everyday Life." *Archival Science* 12 (2012): 437-60.

Muller, Samuel, Johan Adriaan Feith, and Robert Fruin. *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*. Translated by Manoel Adolfo Wanderley. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. http://arquivistica.fci.unb.br/titulo-da-obra/manual-de-arranjo-e-descricao-de-arquivos-2.

Nóvoa, Rita Sampaio da, and Maria de Lurdes Rosa. "O estudo dos arquivos de família de antigo regime em Portugal. Percursos e temas de investigação." *Revista Brasileira de História* 38, no. 78 (2018): 75-95.

Nóvoa, Rita Sampaio da. "Family Archives, the Archival Practices of Noble Families, and the Social Logic of Archival Preservation (Portugal, Fifteenth to Nineteenth Centuries)." In *Recovered Voices, Newfound Questions. Family Archives and Historical Research*, edited by Maria de Lurdes Rosa, Rita Sampaio da Nóvoa, Alice Borges Gago and Maria João Câmara. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

Owens, Trevor. *After Disruption. A Future for Cultural Memory.* Ann Arbor: University of Michigan Press, 2024.

Peck, Imogen. "'Of No Sort of Use'? Manuscripts, Memory, and the Family Archive in Eighteenth Century England." *Cultural and Social history* 20, no. 2 (2023): 183-204.

Piggott, Michael. *Archives and Societal Provenance. Australian Essays.* Oxford: Chandos Publishing, 2012.

Piggott, Michael. "Family Archives, Fateful Options." *Archivaria* 96 (2023): 6-35.

Rodrigues, Abel. "Os arquivos pessoais e familiares em Portugal: uma reflexão crítica dos últimos vinte anos." In *Actas do I Encontro da Fundación Olga Gallego: arquivos privados de persoas e familias. Unha ollada á Fundación Penzol (Vigo, 27 de outubro de 2017).* A Coruña: Fundación Olga Gallego, 2018.

Rosa, Maria de Lurdes. "Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (épocas medieval e moderna)." *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 9 (2009): 9-42.

Rosa, Maria de Lurdes. "Arquivos de família: para um roteiro de temas e problemas." In *Arquivos de Família, Séculos XIII-XX: Que Presente, Que Futuro?*, edited by Maria de Lurdes Rosa. Lisbon: Instituto de Estudos Medievais, 2012.

Rosa, Maria de Lurdes. "Arquivos de família – o que são, para que servem, como preservá-los e estudá-los. Tendências actuais da investigação histórica e dos estudos em patrimonialização." In *Actas do 3.º Congresso Internacional Casa Nobre: Um Património para o Futuro.* Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2013.

Rosa, Maria de Lurdes. "Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas e proposta de percurso de investigação." *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* 30 (2017): 547-586.

Rosa, Maria de Lurdes. "The Production of Genealogical Knowledge for the Arrangement of Archives of Noble Families (Portugal, Fifteenth to Early Nineteenth Centuries)." In *Genealogical Knowledge in the Making: Tools, Practices, and Evidence in Early Modern Europe*, edited by Jost Eickmeyer, Volker Bauer and Markus Friedrich. Berlin and Boston: De Gruyter, 2019.

Rosa, Maria de Lurdes. "Preâmbulo da primeira parte." In *Les Archives familiales dans l'Occident médiéval et moderne: trésor, arsenal, mémorial*, edited by Véronique Lamazou-Duplan. Madrid: Casa de Velázquez, 2021.

Rosa, Maria de Lurdes. "Ouvertures et fermetures des archives de famille. Portugal et Péninsule Ibérique, XIV-XXIe siècle." In *Les conflits d'archives: France, Espagne, Méditerranée*, edited by Stéphane Péquignot and Yann Potin. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2022.

Rosa, Maria de Lurdes, and Randolph C. Head, eds. *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and Their Inventories from the 15th to the 19th Century.* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2015.

Rosa, Maria de Lurdes, and Rita Sampaio da Nóvoa. "Arquivística Histórica e arquivos de família, entre História e Ciência arquivística." *Revista Portuguesa de História* 49 (2018): 85-98.

Rosa, Maria de Lurdes, Rita Sampaio da Nóvoa, Alice Borges Gago, and Maria João Câmara, eds. *Recovered Voices, Newfound Questions. Family Archives and Historical Research.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

Sheffield, Rebecka. "Community Archives." In *Currents of Archival Thinking*, edited by Heather MacNeil and Terry Eastwood. 2nd ed. Santa Barbara, Denver and Oxford: Libraries Unlimited, 2017.

Steedman, Carolyn. *Dust.* Manchester: Manchester University Press, 2002.

The Decision Lab. "Why Do We Misjudge Groups by Only Looking at Specific Group Members? The Survivorship Bias, Explained." Accessed December 16, 2025, https://thedecisionlab.com/biases/survivorship-bias.

Upward, Frank, Barbara Reed, Gillian Oliver, and Joanne Evans. *Recordkeeping Informatics for a Networked Age*. Clayton, Victoria: Monash University Publishing, 2018.

Walsham, Alexandra. *Generations. Age, Ancestry, and Memory in the English Reformations*. Oxford: Oxford University Press, 2023.

Woodham, Anna, Laura King, Liz Gloyn, Vicky Crewe, and Fiona Blair. "We Are What We Keep: The 'Family Archive', Identity and Public/Private Heritage." *Heritage & Society* 10, no. 3 (2017): 203-20.

Woolf, Daniel. *The Social Circulation of the Past: English Historical Culture 1500–1730*. Oxford: Oxford University Press, 2023.

Zonabend, Françoise. *The Enduring Memory: Time and History in a French Village*. Manchester: Manchester University Press, 1984.

Referência para citação:
Ketelaar, Eric. "Fifteen Years after 'The Genealogical Gaze'. Constructing Family Archives". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 21 (2025): 305-325. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n21.45614

Práticas da História, n.º 21 (2025): 327-363

João Miguel Melo de Góis

O silêncio *gay* e lésbico nas práticas da História da Arte portuguesa: reflexões sobre a dessexualização disciplinar

A historiografia da arte em Portugal tem negligenciado sistematicamente narrativas *queer*, refletindo um processo prolongado de dessexualização disciplinar que marginaliza artistas de sexualidade dissidente. O predomínio de um paradigma nacionalista, aliado ao foco em questões estilísticas e formais, silenciou práticas que adotam uma estética provocadora, política e transgressora, centrada na expressão de subjetividades marginalizadas. Este ensaio propõe uma reflexão crítica sobre a História da Arte portuguesa e a sua insuficiência para abordar género, identidade e sexualidade fora da norma heterossexual. A análise desenvolve-se em três eixos: uma introdução à teoria *queer* e ao surgimento do "outro" como objeto disciplinar; uma leitura crítica da dessexualização historiográfica no contexto português; e uma reflexão sobre como contrariar o silêncio em torno de artistas *queer*. O ensaio procura desconstruir a ideia de casos isolados e abrir o campo a leituras mais inclusivas da produção artística
Palavras-chave: História de Arte; **Queer**; Dessexualização; Sexualidades Dissidentes.

Queer Silence in Art Historiography Practices: Reflections on Disciplinary Desexualization in Portugal

The historiography of art in Portugal has systematically neglected queer narratives, reflecting a long-standing process of disciplinary desexualization that marginalizes artists of dissident sexuality. The dominance of a nationalist paradigm — combined with a focus on stylistic and formal concerns — has silenced practices embracing an aesthetic of attitude: provocative, political, transgressive, and centered on the expression of marginalized subjectivities. This essay proposes a critical reflection on Portuguese art history and its inadequacy in addressing gender, identity, and sexuality beyond the heterosexual norm. The analysis unfolds along three axes: an introduction to queer theory and the emergence of the "Other" as a subject of art historical inquiry; a critical reading of historiographical desexualization in the Portuguese context; and a reflection on how to resist the persistent silencing of queer artists. The essay seeks to deconstruct the notion of isolated cases and expand the field toward more inclusive readings of artistic production..
Keywords: History of Art; Queer; Dessexualization; Dissident Sexualities.

O silêncio *gay* e lésbico nas práticas da História da Arte portuguesa: reflexões sobre a dessexualização disciplinar

por João Miguel Melo de Góis*

1. Introdução

Os estudos *gay* e lésbicos na História da Arte têm permitido — juntamente com outras lentes de leitura que vão incluir o feminismo, o pós-colonial, racializantes, *queer* — desconstruir a ideia da autonomia da obra de arte do "artista-tipo", fundamentalmente homem, branco, heterossexual, de classe média-alta, cristão e europeu. Estas transformações teóricas têm desafiado perspetivas monolíticas do cânone moderno historiográfico, promovendo abordagens mais plurais que valorizam a multiplicidade de subjetividades envolvidas nos processos de criação e de leitura das obras.

O presente ensaio centra-se na análise crítica das referências da História da Arte portuguesa dos séculos XX e XXI — entendiddas como obras de síntese, panoramas historiográficos e textos de enquadramento canónico — que contribuíra, direta ou indiretamente par aprocessos de dessexualização e invisibilização das narrativas de artistas de sexualidade dissidente. A partir dessa análise, procura-se refletir sobre o impacto dessas leituras na interpretação de artistas gay e lésbicas, na compreensão da sua produção artística e no panorama académico em Portugal.

Partindo da crítica aos métodos do cânone modernista da História da Arte, nomeadamente nas leituras formalistas de pretensão neutra e

* João Miguel Melo de Góis (joaomelogois@gmail.com). https://orcid.org/0009-0008-6769-1594. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, Lisboa, Portugal. Artigo original: 31-7-2025; Artigo revisto: 16-10-2025; Aceite para publicação: 20-10-2025.

objetiva, pretende-se evidenciar de que forma estas contribuíram para a dessexualização e invisibilização de obras e de artistas de sexualidade dissidente. Sustentamos que as metodologias historiográficas tradicionais revelam-se inadequadas para abordar questões de género, identidade e sexualidade fora da matriz heterossexual dominante. Assim, propomos a desconstrução de leituras exclusivamente formais e estilísticas, e o alargamento do campo disciplinar a abordagens mais inclusivas e sensíveis às dinâmicas identitárias e à pluralidade dos seus contextos.

Ao sublinharmos a importância de um enquadramento teórico *gay* e lésbico nas práticas historiográficas portuguesas e na escrita académica da História da Arte, destacamos a urgência da criação e reinterpretação de novas narrativas, bem como de um trabalho de resgate e de arqueologia histórica em torno de artistas e obras de indivíduos de sexualidade dissidente no século XX. Este esforço visa reconhecer uma cultura artística e visual que tem se afasta do cânone cis-heteronormativo.

A recontextualização dessas práticas artísticas, frequentemente ignoradas pela historiografia dominante, será essencial para a consolidação de um património artístico e cultural dissidente em Portugal, mas também para o enriquecimento de novas perspetivas de análise em torno destas obras. Esta reconstituição permite, ainda, construir genealogias e tradições visuais que desafiam a noção de casos isolados e fomentar diálogos artísticos com artistas contemporâneos. A História da Arte deve, assim, considerar de que forma o contexto social, político e cultural influenciou o percurso de artistas dissidentes, bem como as estratégias através das quais estes negociaram a expressão da sua identidade sexual e afetiva.

2. Entre a invisibilização e a visibilidade: deslocações epistemológicas do formalismo aos discursos *gays* e lésbicos

A génese disciplinar da História da Arte é indissociável do projeto da modernidade que se afirmou na Europa a partir de meados do século XVIII. Marcado pela crença na potência da razão humana e pelo objetivismo, este projeto assistiu à tentativa de construção de um discurso historiográfico da arte que pretende inscrever-se no quadro científico

das humanidades, legitimando o estudo das formas visuais e afastando-se da especulação filosófica.

O cânone moderno da História da Arte constrói-se, entre outros aspetos, em torno do historicismo hegeliano, do eurocentrismo, da consolidação do "artista-tipo" — na figura romântica do génio isolado, geralmente homem, branco, heterossexual, de classe média-alta, cristão e europeu,[1] que nos surge frequentemente descontextualizada —, e da reivindicação da autonomia da arte no plano epistemológico. Entre as propostas de análise do objeto artístico, surge o projeto formalista, que define critérios rigorosos para a História da Arte, elegendo a forma como foco da sua investigação. Este projeto é consolidado na esteira de Immanuel Kant, que apresenta o belo como desinteressado, livre de gratificação pessoal ou satisfação dos desejos, numa procura pela universalidade do gosto,[2] impactando o modo como a forma é problematizada.

O formalismo na historiografia da arte desenvolve-se a partir do final do século XIX e início do século XX, impulsionado pelos discursos da pura visualidade e pelos historiadores da Escola de Viena. O historiador de arte Heinrich Wölfflin, herdeiro desta linha de pensamento, atribui primazia às formas visuais: "O objeto de nossas considerações é a forma, dentro da qual se percebe a presença de vida, sem que esta vida seja previamente determinada por seu conteúdo mais específico."[3] Num trabalho de categorização e de objetividade das características estilísticas da forma, Wölfflin desloca o interesse do significado para a forma de concepção, que tem uma importância decisiva também para o conteúdo da concepção.[4] Apesar das críticas dirigidas à hegemonia formalista ao longo do século XX, o paradigma continuou a ser consolidado

1 Amelia Jones, "Introduction: Sexual Differences and Otherwise", em *Otherwise: Imagining Queer Feminist Art Histories (Rethinking Art's Histories)*, ed. Amelia Jones e Erin Silver (Manchester: Manchester University Press, 2016), 20.

2 Carolyn Korsmeyer, *Gender and Aesthetics: An Introduction* (Nova Iorque e Londres: Routledge, 2004), 45.

3 Heinrich Wölfflin, *Conceitos fundamentais da história da arte. O problema da evolução dos estilos na arte mais recente* (São Paulo: Martins Fontes, 2006), 316.

4 Wölfflin, *Conceitos fundamentais da história da arte*, VIII.

por outros teóricos da arte como Ernst Gombrich, Clement Greenberg ou Dave Hickey, através da defesa de uma universalidade estética, neutra e objetiva.

Neste processo, as questões de género, sexualidade e subjetividade foram sistematicamente excluídas, preservando-se o olhar objetivo do historiador da arte. A partir da década de 1960, os princípios modernistas começaram a ser criticamente questionados pelos discursos pós-modernistas que procuram desconstruir a autoridade das grandes narrativas e questionar categorias de conhecimento e sistemas de valor até então considerados como objetivos. Paralelamente, estas mudanças teóricas foram acompanhadas pelos movimentos ativistas à época — como o movimento de libertação *gay*, o feminismo radical ou a luta pelos direitos civis —, que vão promover novas formas de pensar e compreender a identidade e a diferença.[5] Estas transformações contribuíram para reconfigurar o cânone e abrir a História da Arte a novos modos de escrita mais plurais, desconstruindo a ilusão de uma cultura artística e visual monolítica que, historicamente, se organizou em torno de um "sujeito-tipo".

No cruzamento destas múltiplas genealogias críticas, emergem nas décadas de 1970 e 1980 os estudos *gays* e lésbicos, que partilham com os estudos feministas e pós-coloniais uma genealogia comum de resistência à universalidade do sujeito moderno ocidental. À semelhança das análises interseccionais de raça, género e classe, o pensamento *gay* e lésbico desvela os mecanismos através dos quais o cânone artístico moderno se constituiu pela exclusão de sujeitos não-normativos. É precisamente a partir dessa exclusão que a investigação histórica das dissidências e resistências homossexuais porta em si uma dimensão emancipatória e política — articulando a dimensão biográfica com a dimensão comunitária —,[6] recuperando todas as formas pelas quais as pessoas de sexualidade dissidente reagiram, se defenderam e resistiram às práticas

5 Jennifer Doyle, "Queer Wallpaper", em *The Art of Art History: A Critical Anthology*, org. Donald Preziosi (Oxford: Oxford History of Art, 2009), 396.

6 António Fernando Cascais, *Dissidências e resistências homossexuais no século XX português* (Lisboa: Letra Livre, 2024), 19.

discursivas e não-discursivas sexológicas, médicas, psiquiátricas e forenses, construindo e reconstruindo contraidentidades de resistência.[7] Neste âmbito, a História da Arte — através do trabalho pioneiro de Emmanuel Cooper —[8] resgata, contextualiza e reinterpreta esses discursos, examinando de que modo as dimensões da identidade sexual e afetiva condicionaram e enformaram o percurso destes artistas.

Pensar sobre uma cultura visual de artistas de sexualidade dissidente implica pensarmos mais do que em obras de arte produzidas por *gays* e lésbicas. O modo como o contexto social, cultural e político determinou o percurso destes artistas é fundamental. É preciso perguntar: quem produziu a obra? Com que intenções? A quem era dirigida? Quem a encomendou? Quem a legitimou ou recusou? Como foi recebida e lida nos seus contextos? Como circulou? Como foi silenciada? De que modo se ajusta à categoria de Arte? Qual é a sua relevância cultural? Em que medida a identidade sexual e afetiva do artista foi incorporada, codificada, omitida ou reprimida na obra? Que relações de poder moldaram essa negociação? Como é que estas obras se tornam visíveis em alguns contextos e invisíveis noutros?[9]

É nas várias relações em que são criadas que estas e outras questões — que pertencem ao âmbito da História da Arte — se tornam centrais para a renovação da disciplina. Os métodos do cânone moderno da História da Arte baseiam-se numa epistemologia incompatível com as políticas de identidade e diferença, excluindo a dimensão pessoal, erótica e afetiva da criação artística, com o intuito de manter a objetividade analítica. O olhar kantiano, aparentemente desinteressado e despolitizado, pressupõe, no entanto, um espectador universal que na prática é masculino, branco e heterossexual, revelando assim a sua posição política e subjetiva.[10]

Se os estudos *gays* e lésbicos procuraram, legitimamente, reinscrever artistas e obras na história da arte, a teoria *queer* desestabiliza

7 Cascais, *Dissidências e resistências*, 6.

8 Emmanuel Cooper, *The Sexual Perspective. Homosexuality and Art in the Last 100 Years in the West* (Londres: Routledge & Kegan Paul Books Ltd, 1986).

9 Doyle, "Queer Wallpaper", 391.

10 Jones, "'Every Man Knows", 375-390.

essa lógica de inclusão, deslocando a questão da visibilidade para a da estrutura disciplinar. A crítica epistemológica da teoria *queer* — que emerge na década de 1990, impulsionada por Judith Butler ou Eve Sedgwick, como um conceito afeito à variedade de identidades, práticas sexuais e de género que se desviam da heterossexualidade normativa, ou que demonstram a sua ambiguidade — vai apresentar uma atitude semelhante à dos discursos pós-modernistas em relação à problematização da identidade múltipla e fragmentária.[11] Contudo, é na reflexão em torno da sexualidade que a teoria *queer* encontra o seu elemento definidor e distintivo.[12] Caracterizada pela natureza plural,[13] questiona a centralidade das categorias de identidade fixas de *gay* e lésbica, propondo uma conceção fluida de subjetividade. No âmbito da História da Arte, esta perspetiva assume uma crítica epistemológica aos métodos tradicionais da disciplina, marcadamente masculinos, eurocêntricos e heteronormativos, permitindo compreender práticas artísticas multidisciplinares fora do cânone que problematizam género, sexo e sexualidade,[14] e os modos como estas foram construídas através da cultura visual. Ao nível da revisão estrutural, propõe uma desconstrução do edifício disciplinar, para que o reconhecimento do "outro" não termine numa adição às estruturas imutáveis da disciplina.

O pluralismo *queer* pós-moderno corre o risco de reduzir as diferenças numa lógica universalista, simplificando a questão da diferença sexual. Tal vai exigir uma reflexão crítica sobre a reintrodução de categorias essencialistas que defendem a preservação de espaços identitários específicos e subjetividades próprias ao género e às sexualidades dissidentes, resistindo à sua desconstrução total. Estas poderão ser relevantes no âmbito da escrita da História da Arte, nomeadamente na análise da arte de indivíduos segundo categorias de sexualidade que podem,

11 David Walton, *Doing Cultural Theory* (Los Angeles: SAGE Publications, 2012), 186-187.

12 Hannah Mccann e Whitney Monaghan, *Queer Theory Now: From Foundations to Futures* (Londres: Bloomsbury Academic, 2019), 8.

13 Donald E. Hall, *Queer Theories* (Londres: Red Globe Press, 2003), 5.

14 Amelia Jones, "Introduction: Sexual Differences and Otherwise", em *Otherwise: Imagining Queer Feminist Art Histories (Rethinking Art's Histories)*, ed. Amelia Jones e Erin Silver (Manchester: Manchester University Press, 2016), 21.

assim, revelar-se fundamentais quando situadas nos seus contextos históricos, com muitos destes artistas a assumirem um papel pioneiro na interrogação de questões de género e sexualidade,[15] antecipando debates que só mais tarde seriam teorizados no campo académico.

Embora estas transformações tenham marcado significativamente os estudos académicos de arte e cultura visual, especialmente nos contextos norte-americano e britânico, no contexto português verifica-se uma ausência ou resistência significativa à incorporação destas mudanças no discurso da historiografia da arte. A descriminalização da homossexualidade, em 1982, marcou uma mudança legislativa importante. No entanto, ao nível das mentalidades, o heterossexismo persistiu como estrutura dominante,[16] exercendo impacto no campo académico. Estas transformações teóricas nunca foram plenamente integradas ou debatidas de forma sistemática no contexto nacional, mesmo após o surgimento dos primeiros estudos *queer* portugueses em 2004,[17] denunciando dinâmicas estruturais e metodológicas que caracterizam a História da Arte em Portugal.

3. A dessexualização de artistas de sexualidade dissidente na História da Arte: o caso português

3.1. Fatores disciplinares e contextuais

Para além dos condicionantes históricos e políticos que marcaram o século XX em Portugal — tais como a transição para o regime democrático após o fim do Estado Novo, a redefinição de direitos no contexto da consolidação da democracia e as dificuldades do associativismo LGBT português em gerar uma mobilização clara e uma intervenção pública

15 Amelia Jones e Erin Silver, "Queer Theory and Feminist Art History: An Imperfect Genealogy", em *Otherwise: Imagining Queer Feminist Art Histories (Rethinking Art's Histories)*, ed. Amelia Jones e Erin Silver (Manchester: Manchester University Press, 2016), 77.

16 Raquel Afonso, "Homossexualidade e resistência durante a ditadura portuguesa: estudos de caso" (dissertação de mestrado em antropologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2018), 116.

17 António Fernando Cascais, org., *Indisciplinar a teoria. Estudos gays, lésbicos e queer* (Lisboa: Fenda, 2004).

eficaz —,[18] existem razões específicas inerentes à disciplina da História da Arte portuguesa que contribuem para a exclusão de abordagens que contribuam para a compreensão do impacto da dimensão identitária sexual e afetiva da produção artística de artistas de sexualidade dissidente.

Entre estas destacam-se o carácter predominantemente nacionalista da historiografia da arte portuguesa, que presta pouca atenção a temas não nacionais. A influência francófona nas práticas da disciplina, mais dominante do que a tradição anglo-saxónica, na qual estas abordagens ganharam maior expressão;[19] a debilidade da crítica da arte em Portugal, numa diversidade limitada de autorias e posicionamentos;[20] e a tradição historiográfica da arte portuguesa que coloca a ênfase em questões estilísticas, formais e compositivas que valorizam a obra em si mas que subestimam o contexto de produção do objeto artístico[21] vão perpetuar a marginalização destes discursos.

3.2. Celebração do erotismo cis-heteronormativo *vs.* silenciamento *gay*: a neutralidade seletiva no discurso do "outro"

A análise das principais referências da historiografia da arte portuguesa revela um padrão sistemático de dessexualização — ou de des-homossexualização —[22] em relação a artistas cuja dissidência sexual está historicamente documentada. Figuras como Mário Cesariny e Cruzeiro Seixas são frequentemente referidas na historiografia da arte portuguesa segundo uma leitura formalista que se centra quase exclusivamente no surrealismo e nas técnicas plásticas,[23] contribuindo para uma ocultação

18 Ana Maria Brandão, "Lesbianismo, feminismo e activismo gay: alianças difíceis", *LES Online* 1, n.º 1 (2009): 17.

19 Filipa Vicente, "História da arte e feminismo: uma reflexão sobre o caso português", *Revista de História da Arte* 10 (2012): 213.

20 João Lima Pinharanda, org., *Mário Cesariny* (Lisboa: Assírio & Alvim, 2004), 17.

21 Vicente, "História da arte e feminismo", 213.

22 Doyle, "Queer Wallpaper", 394.

23 Alexandre Melo, *Artes plásticas em Portugal. Dos anos 70 aos nossos dias* (Lisboa: Difel, 1998), 88; João Lima Pinharanda, "O declínio das vanguardas: dos anos 50 ao fim do milénio", em *História da arte portuguesa; o declínio das vanguardas*, dir. Paulo Pereira, vol. 10 (Lisboa: Círculo de Leitores, 2008), 144; José-Augusto França, *História da arte em Portugal. O Modernismo* (Lisboa: Editorial Presença, 2004), 137.

contínua do impacto das suas identidades sexuais e afetivas no conteúdo das suas obras.

Nas obras referenciadas pela História da Arte nas quais o corpo e o desejo se tornam evidentes — como se verá a respeito de *Desenho* (1948)[24] (Fig. 1), *Os Braços sobre a Areia* (1950)[25] e *Brinquedos de Corda* (1972),[26] de Cruzeiro Seixas —, os discursos historiográficos tendem a neutralizar essas dimensões:

> *Desenho*, de 1948, é significativo do início de um grande desenhador que explora as ambiguidades como modo de revelar os desejos sensuais e o sentido do maravilhoso. Repare-se na representação das pernas ou no pássaro, ou nas formas agressivas.[27]



Figura 1 - Cruzeiro Seixas, *Desenho* (1948). Coleção particular

24 Rui Mário Gonçalves, *100 pintores portugueses do século XX* (Lisboa: Alfa, 1986), 108; Rui Mário Gonçalves, *História da arte em Portugal. De 1945 à actualidade* (Lisboa: Alfa, 1986), 52.

25 Gonçalves, *História da arte em Portugal. De 1945 à actualidade*, 25.

26 Gonçalves, *100 pintores portugueses*, 108.

27 Gonçalves, *100 pintores portugueses*, 108.

Em *Desenho* (1948), observa-se uma composição surrealista caracterizada por formas fluidas. Entre estas, destaca-se uma figura que parece ser composta por duas pernas e que, com a mão direita, segura um outro elemento que emerge à altura do sexo, remetendo para a imagem de um falo masculino ereto. A obra, contudo, é esvaziada do seu potencial afetivo-erótico e transgressor. O desenho insere-se no contexto político de ditadura salazarista, em que a representação de motivos associados ao erotismo masculino, e em particular ao homoerotismo, poderia implicar, no mínimo, formas de repressão social. Perante a ausência de referências claras à forma masculina, a descrição da obra introduz ambiguidades e carece de especificidade relativamente aos "desejos sensuais" que, de acordo com o autor, se manifestam na obra. É particularmente significativo notar igualmente que, entre as obras escolhidas para ilustrar a produção plástica de Cruzeiro Seixas, se destaque *Os Braços sobre a Areia* (1950), cuja evocação da sexualidade feminina contrasta com a presença, no seu espólio artístico, de várias composições centradas na sexualidade masculina.

As referências ao erotismo presentes nas obras de artistas de sexualidades dissidentes são rapidamente seguidas ou antecedidas por justificações mais minuciosas centradas em torno da técnica, da forma e do estilo:

> [Cruzeiro Seixas] constitui um momento alto do surrealismo português, prosseguindo enorme fidelidade a um imaginário de forte raiz erótica e de elevada aura poética: uma obra misteriosa, cujo fascínio provém, sobretudo, da sua capacidade de recriar, em ambientes metafísicos de nítida evocação chiriquiana, um imaginário português, pleno de simbologia e de referências mitológicas.[28]

Quando o "imaginário de forte raiz erótica" do artista é convocado, observa-se uma dessexualização do desejo homoerótico, sem aprofundamento crítico sobre a forma como a identidade sexual e afetiva dissidente do artista faz parte desse imaginário. A neutralidade em

28 Bernardo Pinto de Almeida, *Pintura portuguesa do século XX* (Porto: Lello Editores, 2002), 100.

torno da sexualidade dissidente contrasta com as leituras heteronormativas de desejo, essas que, por sua vez, vão ter maior visibilidade e ser tratadas com maior pormenorização no discurso crítico.

Vamos encontrar a obra de vários artistas a ser regularmente interpretada a partir do desejo, da sensualidade e da sexualização do corpo, num reconhecimento de temáticas eróticas quando associadas a artistas considerados heterossexuais. Essa leitura vai ser feita na obra de artistas como António Pedro,[29] António Soares,[30] Carlos Vidal,[31] Eduardo Batarda,[32] Eduardo Viana,[33] Eurico Gonçalves,[34] Fernando Lemos,[35] João Cutileiro,[36] Joaquim Lima Carvalho,[37] José Rodrigues,[38] Julião Sarmento,[39] Júlio Pomar,[40] Marcelino Vespeira,[41] Mário Eloy,[42]

29 Almeida, *Pintura portuguesa do século XX*, 96; José-Augusto França, *A arte em Portugal no século XX. 1911-1961* (Lisboa: Livros Horizonte, 2009), 230 e 233; França, *História da Arte em Portugal*, 128; Rui Mário Gonçalves, *100 pintores portugueses*, 73; Rui Mário Gonçalves, *História da arte em Portugal. Pioneiros da modernidade* (Lisboa: Alfa, 1986), 157; Raquel Henriques da Silva, "Sinais de ruptura: «livres» e humoristas", em *História da arte portuguesa. A ruptura moderna (século XX)*, dir. Paulo Pereira, vol. 9 (Lisboa: Círculo de Leitores, 2008), 37.

30 França, *História da arte em Portugal*, 51.

31 Bernardo Pinto de Almeida, *Transição – ciclopes, mutantes, apocalípticos. A nova paisagem artística no final do século XX* (Lisboa: Assírio & Alvim, 2003), 220-221.

32 Melo, *Artes plásticas em Portugal*, 124.

33 Almeida, *Pintura portuguesa do século XX*, 45; França, *A arte em Portugal*, 108; França, *História da arte em Portugal. O Modernismo*, 150; Gonçalves, *História da arte em Portugal. Pioneiros da modernidade*, 117.

34 Gonçalves, *100 pintores portugueses*, 163; Gonçalves, *História da arte em Portugal. De 1945 à actualidade*, 56.

35 Almeida, *Pintura portuguesa do século XX*, 96; França, *A arte em Portugal*, 264; França, *História da arte em Portugal. O Modernismo*, 137.

36 França, *História da arte em Portugal. O Modernismo*, 173; Pinharanda. *Alguns corpos*, 22.

37 Gonçalves, *100 pintores portugueses*, 210.

38 França, *História da arte em Portugal. O Modernismo*, 166; Gonçalves, *História da arte em Portugal. De 1945 à actualidade*, 108-109.

39 Melo, *Artes plásticas em Portugal*, 34 e 144; Alexandre Melo, *Cúmplice dos artistas. Conversas com Sara Antónia Matos e Pedro Faro seguido de uma conversa com João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira (Rádio Quântica)* (Lisboa: Documenta, 2018), 38 e 59; Almeida, *Pintura portuguesa do século XX*, 186-187; Fernando Pernes, *Um olhar sobre a arte contemporânea* (Porto: Casa de Serralves e Secretaria de Estado da Cultura, 1988), 21; Pinharanda. *Alguns corpos*, 38; Pinharanda, "O declínio das vanguardas", 112 e 119.

40 França, *História da arte em Portugal. O Modernismo*, 147; Gonçalves, *100 pintores portugueses*, 139; Melo, *Artes plásticas em Portugal*, 96; Pinharanda, "O declínio das Vanguardas", 114.

41 França, *História da arte em Portugal. O Modernismo*, 135-136; Gonçalves, *100 pintores portugueses*, 128; Gonçalves, *História da arte em Portugal. De 1945 à actualidade*, 57; Silva, "Sinais de ruptura", 40.

42 Gonçalves, *100 pintores portugueses*, 32.

Moniz Pereira[43] ou Pedro Casqueiro,[44] centrada na provocação visual e no erotismo, com referências a formas fálicas:

> Em outras obras, como Óleo 54 (1950, CAM/FCG), as figuras todas identificáveis vêm, como que ectoplasmaticamente, de um fundo precioso, trabalhado em lacas que o carmim colore com várias tonalidades, e são corpos de mulheres que terminam em glandes ou que com elas se confundem num apelo imediatamente sexual.[45]

Aqui, os argumentos formais dão lugar à exploração do desejo cis-heteronormativo, com uma descrição mais pormenorizada do corpo feminino, que contrasta com as leituras equivalentes no que diz respeito a obras que permitem uma interpretação de caráter homoerótico:

> Após uma pequena prática académica, no século XIX, os dois nus de Viana apresentam um valor insólito – e a sua sensualidade franca (que o pintor não repetirá mais, em raros nus posteriores, de 1931 ou de 1943) tem uma qualidade carnal que depende da poderosa construção plástica das figuras. O entendimento estrutural dos corpos, registado nos esboços que se conhecem, foi trabalhado conforme uma rigorosa disciplina formal que lhes imprimiu um dinamismo interior, fazendo palpitar a animalidade das figuras – que se rebolam ou enrodilhar de cio.[46]

À caracterização feita a respeito dos dois nus de Eduardo Viana, o autor complementa a descrição: "Um de dorso virado ao espectador com notável tratamento plástico de ancas e nádegas." O autor conclui

43 França, *A arte em Portugal*, 260.
44 Melo, *Artes plásticas em Portugal*, 180.
45 França, *História da arte em Portugal. O Modernismo*, 135.
46 França, *A arte em Portugal*, 108.

que "nus mais sensuais não existem, decerto, na pintura nacional, com tal gosto carnal e palpável, que essa é qualidade da pintura de Eduardo Viana."[47] Na aparente neutralidade da avaliação artística, o atributo "carnal e palpável" torna-se numa "qualidade" de hierarquia estética, que nos ajuda a compreender, interpretar e valorizar a obra de Viana.

Este duplo critério, que celebra o erotismo cis-heteronormativo enquanto invisibiliza o desejo dissidente, denuncia uma assimetria crítica que ainda estrutura profundamente o campo historiográfico. Se, de acordo com José-Augusto França, um dos autores canónicos da História da Arte portuguesa, "a crítica da arte de hoje [1965] não fala mais de «formas» nem de «conteúdo» – conceitos que, a pretexto de integração dialéctica, foram abandonados no arsenal passado de moda das estéticas ideológicas",[48] o certo é que a "moda das estéticas ideológicas" não é observada no seu trabalho historiográfico nem no dos seus pares.

O formalismo denuncia uma pretensão de objetividade que é ideologicamente carregada. Ao abstrair o conteúdo sexual dissidente das obras artísticas, o formalismo tende a dessexualizar e a deserotizar as produções plásticas de artistas *gays* e lésbicas, invisibilizando dimensões centrais da experiência dissidente: o desejo, afetividade, a transgressão e o político. Paradoxalmente, no caso de artistas homens considerados heterossexuais, o mesmo método valoriza o erotismo nas obras, interpretando-as como sinais de transgressão moral, inovação estética e redefinição de cânones de beleza.[49] Essa assimetria estrutural evidencia o caráter normativo do formalismo: o erotismo heterossexual é lido como estético e universal. A despolitização formalista, de caráter seletivo, naturaliza o desejo heterossexual e neutraliza o desejo dissidente.

Uma análise que tenha em conta o impacto da identidade sexual e afetiva no percurso de artistas de sexualidade dissidente vai permitir releituras dos trabalhos produzidos por estes. Se vamos ver invisibilizado o potencial afetivo-erótico na obra de Cruzeiro Seixas, vamos observar

47 França, *História da arte em Portugal. O Modernismo*, 50.

48 José-Augusto França, *Oito ensaios sobre arte contemporânea* (Lisboa: Publicações Europa-América, 1967), 157.

49 Alyce Mahon, *Eroticism & Art* (Oxford: Oxford University Press, 2006), 20.

também em artistas abertamente homossexuais como Mário Cesariny um conjunto de leituras sobre a sua produção plástica que acabam por absorver o seu trabalho num cânone de ascendência heterossexual.

As leituras formalistas situam Cesariny como artista de relevância no desenvolvimento da arte portuguesa, particularmente na definição do Surrealismo e no Abstracionismo não-geométrico em Portugal, através das experiências plásticas "informes" que precedem um conjunto de experiências abstratas inéditas a nível nacional.[50] Estas leituras permitem compreender e analisar uma grande parte da sua obra pictórica. Contudo, uma maior atenção crítica é exigida para analisar algumas das obras do artista que se inserem numa tradição simbólica e visual homoerótica, como vai ser o caso das suas pinturas dos *Marinheiros*.[51] Quando analisadas à luz da evolução formal e estilística, estas pinturas são relegadas para caso isolado sem unidade formal,[52] sofrendo o destino de muitas obras homoeróticas que, por falta de uma leitura que tenha em conta o(s) seu(s) contexto(s), acabam por ser marginalizadas por métodos que não se adequam à sua análise.

A vida de Cesariny é indissociável da sua obra. A sua atitude ideológica e estético-política, centrada na transgressão, resistência e subversão de normas; o seu declarado desejo pelos marinheiros, documentado em filmes como *Autografia* (2004), em artigos e entrevistas;[53] o seu estilo de vida clandestino associado aos *bas-fonds* lisboetas, bem como o seu envolvimento sexual com elementos da Marinha Portuguesa, que o colocaram repetidamente sob vigilância da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE); a sua paixão pelo mar refletida no espólio pessoal, que reúne livros da especialidade sobre a Marinha

50 Pinharanda, org., *Mário Cesariny*, 24.

51 João Góis, "Imaginar histórias da arte *queer* em Portugal: o caso de Mário Cesariny", *Revista de História da Arte* 20 (2025): 70-77.

52 Pinharanda, org., *Mário Cesariny*, 31.

53 Miguel Gonçalves Mendes, *Verso de Autografia. Miguel Mendes conversa com Mário Cesariny* (Lisboa: Jumpcut, 2004); Vladimiro Nunes, "Entrevista: fui suspeito de vagabundagem" (Lisboa: Galeria Perve, 2006); Miguel Carvalho, "Mário Cesariny: o homossexual que trocou a Grécia por Roma", *Visão*, 9-08-2023; Maria João Martins, "Mário Cesariny — Um homem aceso como um barco", *Diário de Notícias*, 9-08-2023.

Portuguesa,[54] correspondência e diversos objetos ligados ao universo marítimo;[55] bem como a herança simbólica e cultural da figura homoerótica do marinheiro como epítome de liberdade, são elementos contextuais que são intrínsecos às representações dos *Marinheiros*.[56]

Uma abordagem que considera não só as questões formais mas que coloca ênfase no contexto biográfico, social, sexual e político do artista permite fazer uma leitura das subjetividades identitárias presentes nas suas pinturas e compreender de que modo o desejo e a clandestinidade se inscrevem material e simbolicamente na sua obra. Em *Pintura* (1960) (Fig. 2), Cesariny recorre à simplificação e esquematização das formas para representar o marinheiro, que nos é apresentado de frente, numa pose orgulhosa e altiva, evidenciando a musculatura do tronco e dos braços. O rosto é tratado de modo uniforme, sem qualquer definição de atributos faciais, mantendo o anonimato do retratado, permitindo associá-lo não a um marinheiro em específico mas a um arquétipo do marujo.

54 O acervo pessoal de Cesariny, hoje na Fundação Cupertino de Miranda, mostra-nos a importância do mar na vida do artista. Funcionando quase como um gabinete de curiosidades, o espólio inclui livros, correspondência e diversos objetos diretamente relacionados com o universo marítimo, refletindo o seu interesse e apropriação simbólica destes elementos na sua produção artística. A sua biblioteca pessoal vai incluir livros anotados como *Questionário de marinharia* (1968), da autoria do comandante António Marques Esparteiro, um dos fundadores da Academia de Marinha; *Dicionário de linguagem de marinha antiga e actual* (1974), dos comandantes Humberto Leitão e José Vicente Lopes; *Gírias militares portuguesas* (1926), de Afonso do Paço; bem como 19 folhas soltas datilografadas, com furos de furador e que se encontravam agrafadas, com anotações manuscritas sobre estas temáticas.

55 No que diz respeito ao universo náutico, vamos encontrar peças como um barco intervencionado por Mário Cesariny, um prato de cerâmica com a representação de um barco da Marinha Portuguesa e que contém a inscrição "N.R.P. Rovuma", um prato de cerâmica com a inscrição "Marinha de Guerra Portuguêsa", com relação às Forças Armadas Portuguesas, um espelho incorporado numa boia tipicamente associada às embarcações com a inscrição "*Bienvenu à bord*", um objeto representativo de uma boia com a inscrição "H.M.S Intrepid", um farol de madeira e ainda uma peça composta em três elementos com a descrição "Marujinho", que vamos encontrar exposta na Fundação Cupertino de Miranda. Em relação ao mundo dos marinheiros, vamos encontrar um prato de cerâmica com a representação monocromática de um marinheiro em contraposto, uma peça de cerâmica com dois marinheiros cujos corpos se unem simetricamente, espelhando a pose com os braços fletidos na anca, bem como um retrato de um senhor identificado como "Tio Granzina" que veste o uniforme de marinheiro. No seu acervo pessoal vamos encontrar também fotografias analógicas tiradas no âmbito das celebrações do 25 de Abril em 1974, que nos mostram dois marinheiros a passear pelas ruas de Lisboa, dentro do carro e em espaços interiores.

56 Góis, "Imaginar histórias", 77-86.



Figura 2 - Mário Cesariny, *Pintura* (1960). Têmpera e verniz sobre papel colado em platex (36.5 cm x 24 cm). Coleção particular

A presença de um álbum de fotografias dos seus amantes no espólio do artista confirma a relação entre as suas aventuras, o desejo e a representação pictórica, onde podemos encontrar a fotografia que serve de base ao sujeito representado.[57] Nesta oscilação entre o reconhecimento e o apagamento do sujeito, o marujo é desprovido de subjetividade representativa, ganhando um estatuto de símbolo erótico impessoal. Esta leitura permite adicionar dimensões de aventura, errância e estigma que vão estar presentes noutras pinturas em que assistimos a uma maximização do corpo que ocupa a composição, como se verá a respeito das pinturas *Figura* (1972) ou *Sem Título* (1982).

57 Miguel Gonçalves Mendes. "Autografia". Documentário. Publicado a 16 de dezembro de 2022, pela Perve Galeria. Youtube, 1:42:45, 2004.

A iconografia *gay* destas produções ganha outra dimensão quando o artista se faz retratar como marinheiro no desenho *Sem Título* (1984) (Fig. 3). Ao tornar-se num marinheiro, Cesariny assume a potência simbólica do marujo como parte integrante da sua identidade — uma identidade em fuga, como a do marinheiro —, incorporando a liberdade sexual que recusa as convenções sociais, num mundo que foi feito de acordo com as suas próprias regras.

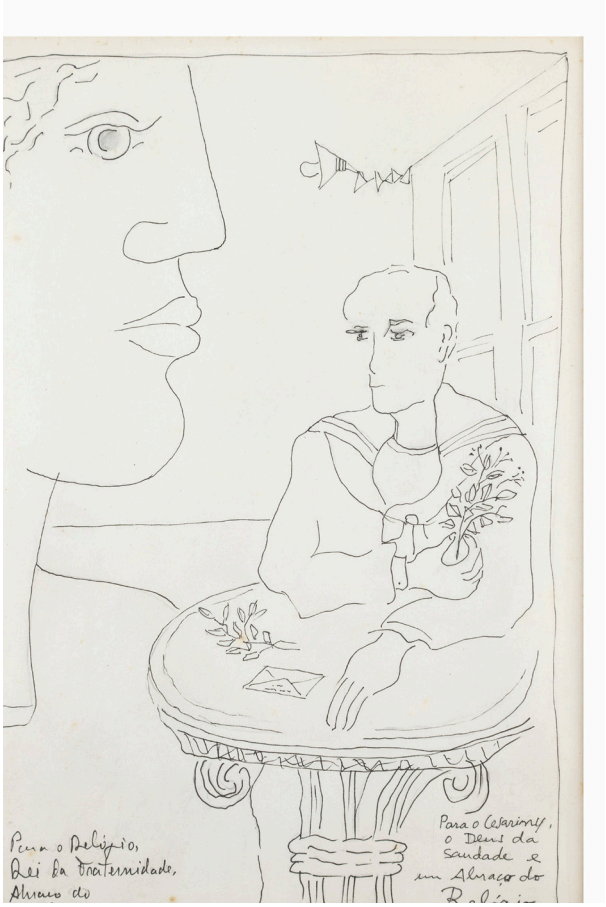


Figura 3 - Francisco Relógio e Mário Cesariny, *Sem título* (1984).
Tinta da china sobre papel (30.7 x 21.6 cm). Coleção Fundação Cupertino de Miranda

Uma leitura exclusivamente formal de certas obras do artista vai mostrar-se insuficiente para interpretar as pinturas de *Marinheiros*, mas também a série de *Moby Dick*,[58] as obras patentes na exposição "30

58 Góis, "Imaginar histórias", 83.

Pinturas de Mário Cesariny Sendo 14 com Títulos Colhidos nas *Iluminações* de Rimbaud" (1971) (poeta precursor do Surrealismo, cuja obra literária homoerótica e transgressora será retomada e traduzida por Cesariny), e pinturas como *Heliogábalo ou o Último Scrandro* (1983) — baseada no livro *Héliogabale ou l'anarchiste couronné* (1934), de Antonin Artaud, traduzido por Cesariny em 1982, que explora de um modo subversivo a biografia do imperador romano, numa desconstrução dos códigos binários que vão tornar Heliogábalo andrógino e fluido em termos de género e sexualidade[59] — ou o *Retrato Rotativo de Jean Genet* (1972), um dos escritores *gays* mais influentes do século xx.

A resistência a estas leituras observa-se igualmente no tratamento de artistas contemporâneos que abordam explicitamente a sexualidade dissidente. A dupla João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira bem como Vasco Araújo são exemplos paradigmáticos. Apesar de o conteúdo identitário e político ser central nas suas obras — como se observa na subversão das normas de género, identidade e transformismo em *Diva, a Portrait* (2000), na performance *Some Enchanted Evening* (2001) ou na instalação-vídeo *La Stupenda* (2001), de Vasco Araújo; na reinterpretação de símbolos da cultura *gay* em *Too Much Love Will Kill You (FLAG)* (2000) e *Pink Triangle* (2002); na celebração melvilliana da sexualidade *gay* no filme *Moby Dick* (2009); ou no trabalho de recuperação das memórias LGBTQI+ em Portugal na instalação-performance *1983* (2022), da dupla de artistas João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira — estas dimensões tendem a ser marginalizadas.[60] Mesmo quando surgem breves discussões teóricas sobre dissidência sexual, raramente são integradas de modo sistemático no discurso das referências da História da Arte portuguesa.[61] Nesse âmbito, a curadoria e a crítica da arte portuguesa têm feito um trabalho mais ativo na inserção do trabalho destes artistas num contexto que tenha em conta a sua dissidência sexual e, nos últimos anos, começamos a observar estudos

59 Antonin Artaud, *Heliogabalus or, The Anarchist Crowned* (Paris: Creation Books, 2003), 62.

60 Almeida, *Transição*, 103.

61 Bernardo Pinto de Almeida, "A situação portuguesa (entrevista com João Fernandes e Ulrich Loock)", em *Anos 80. Uma topologia*, ed. Ulrich Loock (Porto: Museu Serralves, 2007), 97-98; Almeida, *Transição*, 28, 88, 89, 94 e 184.

de caso em torno das obras de artistas contemporâneos de sexualidade dissidente no âmbito da historiografia da arte.[62]

Na ausência de contextualização histórica, os artistas contemporâneos de sexualidades dissidentes têm sido responsáveis pelo trabalho de arqueologia histórica, assumindo um papel pioneiro na recuperação da memória LGBTQI+ em Portugal,[63] através do trabalho de resgate e de reinterpretação de histórias invisibilizadas, promovendo a construção de genealogias históricas e artísticas dissidentes. Observa-se, por exemplo, em trabalhos como a instalação *Ama Como a Estrada Começa* (2019), da dupla João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira, ou a instalação *Se Pensavas Que Te Livravas de Mim...* (2020), de Vasco Araújo, que vão dialogar com a identidade sexual e afetiva de Mário Cesariny e, no caso desta última, com as pinturas dos *Marinheiros*, inscrevendo-as numa tradição homoerótica que as antecede,[64] e que ganha continuidade nos diálogos contemporâneos.

Apesar destes esforços, vamos encontrar uma invisibilização na historiografia da arte de artistas *gays* e de sexualidade dissidente que contribuíram para a definição de questões identitárias e de sexualidade *gay* — como vamos ver a respeito de Barahona Possolo, Colin Ginks, Roberto Lopes, Miguel Bonneville e João Gabriel, entre outros —, bem como iniciativas coletivas que contribuíram para problematização destas questões, como "Shocking Pinks" (2009) ou "Isto Também Sou Eu / I Am This Also" (2012). Este silenciamento revela o esforço da historiografia dominante em manter uma aparência de neutralidade, evitando abordagens políticas, identitárias ou de desejo que possam desestabilizar o cânone cis-heteronormativo.

62 Bruno Marques, "João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: *cruising* no reino do não-dito", *Diálogos* 26, n.º 1 (2022): 98-122; Bruno Marques, "Com aquilo naquilo, por João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: para uma «história imaginada» sobre repressão à vivência homossexual", em *Dissidências e resistências homossexuais no século XX português*, ed. António Fernando Cascais (Lisboa: Letra Livre, 2024), 277-318; Ana Catarina Caldeira e Bruno Marques, "Queering Moby Dick. Pornography as a Political Strategy in João Pedro Vale and Nuno Alexandre Ferreira", *Miguel Hernández Communication Journal* 15, n.º 1 (2024): 113-137. Góis, "Imaginar histórias".

63 Cascais, ed., *Dissidências e resistências*, 71.

64 Góis, "Imaginar histórias", 70-77.

3.3. Invisibilidades estruturais: a ausência das artistas lésbicas nos discursos da História da Arte portuguesa

As artistas lésbicas enfrentam uma invisibilização dupla: como mulheres, foram sistematicamente excluídas das genealogias da arte moderna; como lésbicas, o seu desejo foi neutralizado, quando não ignorado, por leituras dessexualizadas. Alargando o horizonte epistemológico através da desconstrução do "artista-tipo" e do génio romântico isolado masculino, que permite reconhecer artistas *gays* pela sua genialidade individual — segundo uma perspetiva estilística —, as artistas lésbicas desafiam profundamente o paradigma epistemológico que sustenta o cânone modernista que as exclui.

Em Portugal, existem breves passagens de breves passagens nos volumes de referência da História da Arte portuguesa, que mencionam mulheres artistas e o reconhecimento de uma estética feminina, nas obras que remetem "para o universo do feminino",[65] de Joana Vasconcelos; nos trabalhos de Fátima Mendonça que revelam "expressionisticamente temas da condição feminina";[66] "nas questões do feminino",[67] de Fernanda Fragateiro; ou na "arte de mulher e de mistérios incontáveis",[68] de Paula Rego, que apresenta uma série que "refere-se ao enigma da maternidade e ao aparente tabu da interrupção voluntária da gravidez ou ao flagelo do aborto – uma vez mais, o universo feminino, traduzido em figurações anteriores ao ato ou imediatamente posteriores".[69] Observa-se uma tendência para absorver o trabalho destas artistas em categorias simbólicas de um universo feminino sensível que esvazia o potencial político e transgressor da condição de género na sua obra. A leitura das obras destas artistas parece oferecer um desafio às ferramentas metodológicas de análise: "Outra zona de fronteira pode ser definida em torno de trabalhos que, de novo, são de difícil classificação: Patrícia Garrido, Joana Vasconcelos e Susanne Themlitz não deixam de nos aproximar da problemática do

65 Paulo Pereira, *Arte portuguesa. História essencial*. (Lisboa: Temas e Debates, 2014), 830.
66 Pinharanda, "O declínio das vanguardas", 132.
67 Pinharanda. *Alguns corpos*, 64.
68 Pereira, *Arte portuguesa*, 829.
69 Pereira, *Arte portuguesa*, 830.

feminino mas numa perspectiva que é muito subjectivizada e aberta a problemas mais genéricos."[70] Vai ser no "universo feminino" da produção artística de Clara Menéres[71] que vamos encontrar o reconhecimento de uma posição ideológica e política:

> Clara Menéres, pouco considerada historiograficamente (ou reduzida à sua representação na Alternativa Zero, a popularizada "mulher de relva"), desenvolve desde finais de 60 uma obra de preceitos ideológico-políticos claros, embora explorando linguagens e temas pouco uniformes. São momentos de afirmação feminista, provocação sexual e denúncia social; soluções cenográficas politicamente insultuosas mesmo para o gosto do público moderno.[72]

A leitura da obra da artista é inserida numa prática discursiva transgressiva e de reconfiguração de regimes de visibilidade e de poder, num reconhecimento da dimensão ideológico-política feminista que é inerente ao seu trabalho. Esta passagem de aprofundamento crítico mais elaborado será, no entanto, uma exceção.

Quando são exploradas outras dimensões de transgressão feminina, como a reivindicação do desejo ou o erotismo, encontramos o reconhecimento destas dimensões inseridas no "universo erótico feminino" de Paula Rego;[73] no tema do erotismo em Graça Morais, que "tornar-se-ia fatalmente uma constante";[74] ou na rara coragem de Maria José Aguiar de exaltar os "seus desejos de mulheres, de modo tão directo e tão abrupto que só encontraria paralelo, no caso masculino, no escritor americano Henry Miller".[75] A falta de aprofundamento crítico destas

70 Pinharanda. *Alguns corpos*, 76.

71 França, *História da arte em Portugal. O Modernismo*, 175; João Fernandes e Maria Ramos, *Perspectiva: Alternativa Zero* (Catálogo de Exposição) (Porto: Fundação Serralves, 1997), 242; Gonçalves, *História da arte em Portugal. De 1945 à actualidade*, 141.

72 Pinharanda. *Alguns corpos*, 40-41.

73 França, *História da arte em Portugal. O Modernismo*, 170; Gonçalves, *100 pintores portugueses*, 188.

74 Gonçalves, *100 pintores portugueses*, 234.

75 Gonçalves, *100 pintores portugueses*, 232.

passagens revela um sintoma do cânone modernista que nomeia o erotismo sem o interpretar, descrever e problematizar.

Apesar de estes excertos retirados das referências canónicas da História da Arte portuguesa revelarem, na sua maioria, uma superficialidade no tratamento do feminino e da estética feminista, vamos encontrar esforços para uma massa crítica em torno da visibilização, recuperação e recontextualização do trabalho de mulheres artistas na arte portuguesa, tanto ao nível da historiografia como a nível museológico, em exposições como "Tudo o Que Eu Quero – Artistas Portuguesas de 1900 a 2020" (2021), no Museu Calouste Gulbenkian. No entanto, no caso das artistas de sexualidade dissidente, vamos continuar a assistir a uma invisibilização disciplinar. Apesar das condições históricas e institucionais que contribuíram para a invisibilização das mulheres na História da Arte, desde a exclusão dos circuitos de ensino e exposição até à desvalorização crítica do seu trabalho, é fundamental reconhecer que existiram mulheres artistas que se identificavam abertamente como lésbicas, que formaram comunidades de sociabilidade e desenvolveram linguagens artísticas próprias.

A realidade lésbica portuguesa retratada nas revistas satíricas do início do século XX apresenta uma imagem que não corresponde à situação portuguesa, sendo importada de capitais como Paris, cidade para onde estas mulheres de alta burguesia lisboeta partem nos anos de 1920, longe de um olhar social conservador.[76] Observamos nestes anos a formação de comunidades de mulheres artistas e intelectuais de sexualidade dissidente em Paris, que incluem portuguesas como a escultora Ana de Gonta Colaço, que acompanha a atriz e cantora Corina Freire na década de 1930, com quem mantinha uma relação afetiva, frequentando espaços como o *Le Perroquet*, onde a comunidade dissidente parisiense se encontrava.[77] Este espaço era também frequentado por amigas próximas da artista, como a poetisa Virgínia Vitorino ou a escritora Olga de Morais Sarmento. O *salon* de Olga Morais era frequentado por

76 Fernando Curopos, "La portugayse (in)visible", *Iberic@l, Revue d'études ibériques et ibéro-américaines* 11 (2017): 21.

77 Fernando Curopos, "A garçonne: de Paris a «Lesboa»", *Moderna Språk* 2 (2022): 176.

uma elite cultural que incluía mulheres de sexualidade dissidente como a princesa Edmond de Polignac, a duquesa Élisabeth de Clermont-Tonnerre ou a princesa Eugenie Murat. Encontramos também, nesta rede de sociabilidade lésbica, a pioneira do cinema português Virgínia de Castro e a sua companheira, a escultora inglesa Pamela Boden.

Se podemos detetar um erotismo lesboerótico em obras como *Fumadora de Ópio* (1912), de Emília dos Santos Braga, na viragem para a década de 1920 observa-se uma iconografia lesboerótica que se começa a definir em pinturas como *Elegantes* (1926) (Fig. 4), de Maria Adelaide Lima Cruz, que vai representar duas mulheres à *garçonne*, a fumar, de cabelo curto, com um vestuário de código masculino e com a presença de um monóculo, elemento adotado pela comunidade lésbica parisiense à época,[78] ou em leituras dos desenhos de *Deux amies*, de Mily Possoz, que explora um tema apropriado por artistas lésbicas para representar relações afetivas entre mulheres.



Figura 4 - Maria Adelaide Lima Cruz, *Elegantes* (1926). Coleção particular

78 Curopos, "A garçonne", 176.

No entanto, vai ser nos desenhos de temática sáfica de Ofélia Marques que esta expressão se intensifica, quando se faz autorrepresentar como *garçonne*. Desde 1933, Ofélia Marques começa a produzir desenhos de temática sáfica com cenas íntimas entre mulheres, naquele que constituiu o único caso conhecido em Portugal. No desenho a tinta-da-china *Sem Título* (1933) vamos encontrar o contraste entre a mulher feminina e o estereótipo da mulher lésbica masculina, representadas deitadas, num discurso de binariedade de género que se perde quando nos aproximamos do final da década de 1940, após o seu divórcio. A artista vai representar espaços frequentados por mulheres lésbicas em *Sélect* (1938), ilustrando duas mulheres no *Le Sélect*, bar de Montparnasse frequentado pela comunidade *gay* e lésbica, que ficava perto do espaço de diversão noturna reservado exclusivamente a mulheres *Le Monocle*.[79] Tendo viajado para Paris em 1936, a artista parece querer registar a liberdade de que este casal usufruía, numa situação contrastante com o caso português. A componente identitária vai ganhar mais expressão quando se faz representar em 1936 (Fig. 5), num espaço interior caseiro com um quadro atrás da sua cabeça. Esse quadro, que parece fazer parte do seu pensamento, mostra-nos duas mulheres nuas num ambiente idílico, em plena cumplicidade, a passearem entre as árvores, um exemplo do tipo de representações que permaneceram marginalizadas durante décadas. A produção artística lesboerótica de Ofélia Marques ficou escondida numa gaveta privada até à sua descoberta em 1988, refletindo o mutismo que se vai intensificar com a repressão da homossexualidade durante o período da ditadura em Portugal, mas também levando-nos a questionar que trabalhos desta e de outras artistas de sexualidade dissidente poderão ainda estar por descobrir.

A identificação de comunidades lésbicas e de obras com iconografia lesboerótica no século XX constitui uma evidência que desafia o pressuposto de ausência e invisibilidade produzido pelas limitações epistemológicas dos métodos de análise da historiografia da arte portuguesa, que não dispõe de categorias para uma leitura situada, contextual e

79 Curopos, "A garçonne", 176.

interseccional do desejo lesboerótico. A problematização da interseccionalidade vai ser relevante não só para as artistas lésbicas contemporâneas portuguesas que exploram estas dimensões no seu trabalho,[80] mas também para a museologia portuguesa. O Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado abordou a interseccionalidade dos discursos feministas e feministas *queer* na exposição "Hetero q.b." (2013). Impulsionada pela teorização histórica de Judith Butler, a exposição apresenta um conjunto de obras em vídeo realizadas por mulheres artistas, que vão incluir o feminismo histórico e realidades consideradas periféricas ao discurso do feminismo clássico como o lesbianismo e o transgénero. Ao considerarem o enquadramento da heterossexualidade na sociedade contemporânea como normalizador do género, estas artistas abordam novos modelos de sexualidade e o seu enquadramento legal e político, confrontando a complexidade do género.[81]



Figura 5 - Ofélia Marques, *Autorretrato* (1936). Tinta da china sobre papel (30 x 22.2 cm). Fundação Calouste Gulbenkian

80 Apesar de não abordada com aprofundamento, a interseccionalidade vai ser igualmente trabalhada por grande parte dos seus pares masculinos contemporâneos, como vamos ver a respeito de artistas como a dupla João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira ou Vasco Araújo, nomeadamente na problematização do *queer*.

81 Emília Tavares, "hetero q.b.", em *HETERO Q.B. Exposição colectiva internacional de vídeo* (Dossier de imprensa), org. paula roush e Emília Tavares (Lisboa: Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado, 2013), 3.

A exposição "Histórias de (Des)encantar: Estratégias Artísticas Queer" contou com a presença das artistas Ana Pérez-Quiroga e Patrícia Guerreiro, com *As Aventureiras Again* (2010), e de Maria Lusitano e paula roush, com *Exchanging Gifts Out There in the Orient* (2013). No vídeo *As Aventureiras Again* (2010), a dupla de artistas representa um casal de lésbicas que passeia pela cidade, descontraídas e sem tabus, vivendo a sua história de amor. Ao longo da sua narrativa visual, o casal depara-se com contextos coletivos potencialmente adversos — a visita do papa Bento XVI ou uma celebração da claque futebolística do Benfica —, questionando a necessidade de frontalidade do privado para resistir às pressões coletivas e a necessidade de desmontar qualquer ameaça às liberdades individuais.[82]

Mas se encontramos uma abertura institucional para estes discursos, vamos continuar a observar uma resistência por parte dos discursos historiográficos na abordagem da identidade sexual dissidente de artistas contemporâneas lésbicas, como é o caso de Ana Pérez-Quiroga.[83] É precisamente no trabalho de Pérez-Quiroga que se concretiza o esforço pioneiro de recuperação de vozes e de visibilização de artistas lésbicas, como Ana de Gonta Colaço,[84] num esforço que viria a ser continuado por casos de estudo que surgem fora da disciplina da História da Arte.[85]

3.4. Exclusões materiais e simbólicas de artistas de sexualidade dissidente na academia

A subalternização de obras que revelam o impacto da identidade sexual e afetiva destes artistas parece também espelhar o estatuto daqueles que escrevem sobre elas, estando intimamente ligada à precariedade material e simbólica das vozes que as estudam. Como podemos constatar, as

82 paula roush e Emília Tavares, *HETERO Q.B. Exposição colectiva internacional de vídeo* (Dossier de imprensa) (Lisboa: Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado, 2013), 25.

83 Isabel Nogueira, *História da arte em Portugal: do marcelismo ao final do século xx* (Lisboa: Bookbuilders, 2021), 149.

84 Ana Pérez-Quiroga, "Ana de Gonta Colaço, 1903-1954 – Escultora" (dissertação de mestrado em Artes Visuais, Évora, Universidade de Évora, 2006).

85 Fernando Curopos, "Du rose *Années Folles* au noir Salazar", *Iberc@l* 18 (2020): 223-238; Curopos, "A garçonne", 167-182.

obras de referência da História da Arte portuguesa revelam omissões e falta de aprofundamento crítico no que diz respeito ao tratamento da sexualidade ou do género. Essa omissão vai espelhar a realidade da oferta curricular nas instituições de ensino superior.

Nos currículos das quatro universidades públicas que oferecem o primeiro ciclo de estudos (licenciatura) em História da Arte, vamos encontrar unidades curriculares no âmbito do ensino da teoria e métodos em História da Arte. Duas destas, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) e a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) descrevem explicitamente no seu programa o ensino de teorias e metodologias pós-modernistas, que vão incluir bibliografia que remete para a crítica feminista. Fora das unidades curriculares de teoria não existe uma menção explícita à contextualização de obras feitas por artistas *gays*, lésbicas ou *queer* nas cadeiras de História da Arte contemporâneas portuguesas ou internacionais. No segundo ciclo de estudos (mestrado), a unidade curricular Teoria, Métodos e Debates no mestrado em História da Arte e Museologia pela NOVA FCSH inclui um seminário sobre os desafios dos estudos de género, que inclui na bibliografia uma referência sobre estudos *gays*. Também no mestrado em História da Arte e Património pela FLUC vamos encontrar a unidade curricular História da Arte: Métodos e Desafios que vai abordar as teorias pós-modernistas, não existindo, contudo, especificações sobre o aprofundamento de estudos *gays*, lésbicos ou *queer*. No terceiro ciclo de estudos (doutoramento) não vamos encontrar especificidades em relação a estes temas nos currículos apresentados. Dentro das instituições de ensino superior e no âmbito dos estudos *queer*, o grupo de investigação CITCOM, parte do Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, é responsável pelo Quir Research Hub, uma comunidade transdisciplinar de investigadores que trabalham no domínio alargado dos estudos de género e da sexualidade, com particular foco nos estudos literários e culturais, na performance e na representação.

As discussões sobre sexualidades dissidentes foram habitualmente posicionadas fora dos circuitos da historiografia da arte, sendo que a

hostilidade duradoura da História da Arte em relação à identidade é a razão pela qual as investigações *gays*, lésbicas e *queer* sobre a arte e a cultura visual surgem fora da disciplina.[86] Portugal não constitui exceção à regra, com os estudos a centrarem-se maioritariamente em torno da história da homossexualidade em Portugal no século XIX e XX. Outros campos de estudo, como a Antropologia, as Artes Performativas, a Literatura e a Sociologia têm-se revelado particularmente produtivos para a investigação das práticas de artistas de sexualidade dissidente. É precisamente neste âmbito que, a partir da década de 2000, surgem narrativas e estudos de caso sobre arte, cultura visual e performance desenvolvidos à margem da historiografia da arte tradicional.[87]

As conferências e as iniciativas coletivas têm ocorrido igualmente fora da disciplina, com as sessões dedicadas à discussão teórica da arte, do cinema e da cultura visual no Queer Lisboa que têm lugar desde a década de 2000, o colóquio internacional "Queering Afro-Luso-Brazilian Studies", organizado desde 2014, que se centra nos estudos literários e artísticos de países de língua portuguesa — com edições no Brasil (Universidade de São Paulo), em França (Sorbonne Université), em Portugal (Universidade de Lisboa e Universidade do Porto), no Reino Unido (Birmingham University) e na Suécia (Dalarna University) —, ou o congresso internacional "Intersexualidades. Cruzando corpos, cruzando fronteiras" (2017), na Faculdade de Letras do Porto, que aborda a literatura, artes e ciência.

86 Doyle, "Queer Wallpaper", 393.

87 João M. Diniz Ferreira, "Em busca de um devir performativo queer em Portugal", *Sinais de Cena* 4 (2005): 17-20; Pérez-Quiroga, *Ana de Gonta Colaço*; São José Almeida, *Homossexuais no Estado Novo* (Lisboa: Sextante Editora, 2010); António Fernando Cascais e João Ferreira, *Cinema e cultura queer* (Lisboa: Associação Cultural Janela Indiscreta, 2014); Mariana Gonçalves, "Identidades em performance: Para a memória de uma cinematografia *queer* da produtora portuguesa Cineground (1975-78)" (dissertação de mestrado em Antropologia, Lisboa, ISCTE, 2015); Fernando Curopos, *L'émergence de l'homosexualité dans la littérature portugaise (1875-1915)* (Paris: L'Harmattan, 2016); Curopos, "Du rose *Années Folles*", 223-238; Curopos, "A garçonne", 167-182; Cláudia Madeira, "Body and Mind, and Vice-Versa, or the Continuing Performative Sexual Revolution in Portuguese Arts", *Revista Arts* 11 (2022); António Fernando Cascais, "Resgatar ao presente Barahona Possollo", *Revista Língua-Lugar* 7 (2024): 133-149; André Murraças, "Um outro teatro? A presença *queer* no Museu Nacional do Teatro e da Dança", *Sinais de Cena* 3, n.º 3 (2024): 28-63; Tiago Lourenço Casaca, "*Queer* in Portuguese Contemporary Artistic Practices: Galleries Fostering Dialogue and Acceptance" (dissertação de mestrado em Mercados de Arte, Lisboa, ISCTE, 2025).

No domínio da museologia, os museus têm aberto a discussão a estas temáticas através das reflexões em torno do género na arte e das interseccionalidades *queer*, em iniciativas como o "Género na Arte. Corpo, Sexualidade e Resistência" (2017), organizada pelo Museu Nacional de Arte Contemporânea (Chiado, Lisboa) ou o seminário "*Queer*? Narrativas LGBT em Museus Portugueses" (2019), organizado pelo Museu Calouste Gulbenkian, com o objetivo de repensar o lugar do museu em relação às questões de género e sexualidade.

No campo da crítica de arte encontramos um esforço mais consistente de reconhecimento e contextualização de práticas artísticas *gay*, lésbicas e *queer* — abrindo espaço para debates que a historiografia académica evita —, como podemos observar, em iniciativas mais recentes, no projeto "Uma Densa Nuvem de Amor" (2025), que apresenta uma programação que procura mostrar hipóteses de reflexão, criação, projeção e performatividade *queer* no âmbito artístico e académico.

No campo disciplinar da História da Arte, os contributos são mais recentes, com os estudos sobre a dimensão *queer* e não binária da obra de Vasco Araújo,[88] o trabalho de arqueologia histórica da homossexualidade nas práticas da dupla João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira,[89] e na visibilidade da produção artística de mulheres lésbicas em Ana Pérez-Quiroga.[90]

No domínio editorial, são raros os exemplos de publicações originais de teóricos *gays*, lésbicas e *queer* em livrarias nacionais, sendo ainda mais escassas as traduções para português de obras de referência, com *Gender Trouble*, de Judith Butler, traduzida quase trinta anos após a sua publicação original. A situação é particularmente crítica no caso específico da História da Arte: as bibliotecas universitárias de

88 Designadamente no ponto "Um retrato", quando se disserta sobre obras tão fundamentais no domínio da fluidez de género como *Diva, a Portrait* ou *Far de Donna*, em Bruno Marques e Ivo André Braz, "Vasco Araújo et alli: A in-atualidade da identidade contemporânea", *Revista de História da Arte* 12 (2015): 217-233.

89 Bruno Marques, "João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira", 98-122; Marques, "Com aquilo naquilo", 277-318; Caldeira e Marques, "Queering Moby Dick", 113-137.

90 Bruno Marques, "*A arte como revolução em nome da visibilização das mulheres lésbicas: Entrevista com Ana Pérez-Quiroga*", *Revista 2i: Estudos de Identidade e Intermedialidade* 6, n.º 10 (2024): 133-154.

referência, como a Biblioteca de Arte Gulbenkian, carecem de acervos sobre arte *gay*, lésbica e *queer*, sem referências essenciais para a compreensão destes artistas como as de Emmanuel Cooper[91] ou Harmony Hammond.[92]

Os manuais de referência utilizados ignoram estas abordagens, os currículos raramente contemplam artistas ou movimentos dissidentes. E quando o fazem, não abordam o impacto da sua identidade sexual e afetiva na sua produção artística. Ao contrário do que se poderia supor, não é a falta de conteúdo que justifica o silêncio institucional, mas a persistência de um modelo académico que continua a definir os limites do saber legítimo e, com ele, as fronteiras do visível.

4. A persistência do "não dito" na historiografia da arte portuguesa: o silêncio como estrutura e sintoma

Perante este silêncio, torna-se urgente reimaginar os pressupostos da prática historiográfica. Ao desafiar os mecanismos de dessexualização e neutralização que operam fora, mas também dentro, da hegemonia heterossexual, a construção de discursos historiográficos da arte *gay* e lésbica em Portugal exige mais do que a mera inclusão de artistas de sexualidade dissidente ou de obras até aqui silenciadas. Implica uma reavaliação dos métodos que estruturaram o cânone historiográfico, confrontando os regimes de visibilidade que legitimam determinados discursos e apagam outros.

Apesar dos contributos históricos para o desenvolvimento da disciplina, as obras de referência da historiografia da arte portuguesa têm revelado uma profunda inércia na renovação dos seus discursos,[93] promovendo uma aparente neutralidade e resistindo à receção de propostas artísticas

91 Cooper, *The Sexual Perspective*.

92 Harmony Hammond, *Lesbian Art in America: A Contemporary History* (Nova Iorque: Rizzoli, 2000).

93 Almeida, "A situação portuguesa", 102 e 106; Mariana Pinto dos Santos, "O legado de José-Augusto França na escrita da História da Arte em Portugal: caracterização crítica do cânone e de exemplos da sua persistência", *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1 (2015): 64.

fora do cânone evolutivo-formal,[94] colocando dificuldades à construção de uma História da Arte plural, crítica e atenta às múltiplas subjetividades que atravessam a produção artística.

A dessexualização disciplinar dos artistas de sexualidade dissidente produziu uma invisibilidade institucionalizada, na qual a sexualidade e o desejo, quando dissidentes, são neutralizados. Como consequência, observa-se uma dessexualização dos artistas *gays* integrados no cânone historiográfico, esvaziados das suas dimensões afetivas e eróticas, e uma invisibilização sistemática das artistas lésbicas, perpetuando a exclusão das suas experiências e representações do discurso histórico-artístico. As biografias, quando omitidas ou despolitizadas, vivem no arquivo, mas não no discurso. Ao remeter estes indivíduos ao conformismo e à invisibilidade, a sua recusa é uma forma de morte social.[95] As investigações feitas para visibilizar o trabalho destes indivíduos tornam-se insuficientes, se não forem colocadas perguntas diferentes que tenham em conta a sua realidade.

Na análise do filme de terror *The Haunting* (1963), Patricia White descreve a estratégia representacional que torna a homossexualidade uma invisibilidade assombradora.[96] O fantasma homossexual ganha representatividade através da sua negação: a sua aparição fantasmagórica permite que a cultura registe e recuse simultaneamente a sua existência.[97] A questão da homossexualidade parece continuar a ameaçar a integridade da obra de arte. A lógica estrutural neoliberal[98] de inclusão permite que estes "outros" discursos na História da Arte circulem, desde que não desestabilizem o edifício crítico e institucional. O que se produz, nesse contexto, é uma visibilidade sem reconhecimento. Uma adição às estruturas imutáveis que mantêm os métodos tradicionais de uma disciplina que, ao apresentar narrativas heterossexuais como universais,

94 Santos, "O legado de José-Augusto França", 80.

95 Cascais, *Dissidências e resistências*, 15.

96 Patricia White, *Female Spectator, Lesbian Specter: The Haunting in Inside/Out: Lesbian Theories, Gay Theories* (Nova Iorque: Routledge, 1991), 157.

97 Terry Castle, *The Apparitional Lesbian* (Nova Iorque: Columbia University Press, 1993), 62.

98 Jennifer Nelson, "What Is the Historical Specificity of Current Calls to Decolonize Art History? How Are They Different from Previous Challenges to the Discipline (such as Postcolonialism, Feminism, Queer Studies, Marxism)?", em *Decolonizing Art History*, ed. Catherine Grant e Dorothy Price (Londres: Association for Art History, 2020), 42.

acaba por absorver as narrativas *queer*,[99] falhando na criação de outras perspetivas para uma História da Arte mais rica, plural e inclusiva que foi feita, também, para os outros.

As discussões sobre artistas de sexualidades dissidentes surgem frequentemente fora dos circuitos da História da Arte portuguesa, em campos disciplinares que, estruturalmente, fizeram um percurso de transformação teórica que permite investigar estes artistas. Ao deixar a responsabilidade da sua visibilização, contextualização, discussão, reinterpretação e resgate a outros agentes, incluindo os próprios artistas, a historiografia académica criou um atraso epistemológico relativamente a outros campos disciplinares em Portugal. As iniciativas tardias na pesquisa sobre questões identitárias nos artistas *gays* e lésbicas evidenciam o atraso da História da Arte, que é intensificado quando encontramos as instituições museológicas na frente destes discursos interseccionais, ficando só atrás dos próprios artistas multidisciplinares *queer* portugueses que, devido ao foco metodológico *gay* e lésbico, não foram plenamente explorados neste texto.

A partir do momento em que os críticos e os historiadores são formados numa certa tradição que produz leituras idênticas, abordando as sexualidades dissidentes de forma semelhante, estes temas vão continuar a ser desconsiderados na crítica académica da História da Arte, perpetuando o silêncio em torno destes artistas e obras. Quando este silêncio ganha voz, acabamos por descobrir que estes artistas não são casos isolados — pertencendo à comunidade imaginada[100] que existiu na mente dos homossexuais à época —, fazendo parte de uma tradição cultural maior. A construção destes "outros" contextos, estas "outras" histórias da arte, permite-nos imaginar como seria uma cultura artística não imaginada pela mente heterossexual.

99 Doyle, "Queer Wallpaper", 394.

100 Benedict Anderson, *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo* (Lisboa: Edições 70, 2005), 25.

Bibliografia

Afonso, Raquel. "Homossexualidade e resistência durante a ditadura portuguesa: estudos de caso". Dissertação de mestrado em Antropologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2018.

Almeida, Bernardo Pinto de. *Pintura portuguesa do século XX*. Porto: Lello Editores, 2002.

Almeida, Bernardo Pinto de. *Transição. Ciclopes, mutantes, apocalípticos. A nova paisagem artística no final do século XX*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003.

Almeida, Bernardo Pinto de. "A situação portuguesa (entrevista com João Fernandes e Ulrich Loock)". Em *Anos 80. Uma topologia*, editado por Ulrich Loock. Porto: Museu Serralves, 2007, 96-109.

Almeida, Bernardo Pinto de. *Arte portuguesa no século XX. Uma história crítica*. Matosinhos: Coral Books, 2017.

Almeida, São José. *Homossexuais no Estado Novo*. Lisboa: Sextante Editora, 2010.

Anderson, Benedict. *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2005.

Artaud, Antonin. *Heliogabalus or, The Anarchist Crowned*. Paris: Creation Books, 2003.

Brandão, Ana Maria. "Lesbianismo, feminismo e activismo gay: alianças difíceis". *LES Online*, 1, n.º 1 (2009): 12-20.

Braz, Ivo André, e Bruno Marques. "Vasco Araújo et alli: A in-atualidade da identidade contemporânea". *Revista de História da Arte* 12 (2015): 217-233.

Caldeira, Ana Catarina, e Bruno Marques. "Queering Moby Dick. Pornography as a Political Strategy in João Pedro Vale and Nuno Alexandre Ferreira". *Miguel Hernández Communication Journal* 15, n.º 1 (2024): 113-137.

Carvalho, Miguel. "Mário Cesariny: o homossexual que trocou a Grécia por Roma". *Visão*, 9-08-2023.

Casaca, Tiago Lourenço. "*Queer* in Portuguese Contemporary Artistic Practices: Galleries Fostering Dialogue and Acceptance". Dissertação de mestrado em Mercados de Arte, Lisboa, ISCTE, 2025.

Cascais, António Fernando, org. *Indisciplinar a teoria. Estudos gays, lésbicos e queer*. Lisboa: Fenda, 2004.

Cascais, António Fernando, ed. *Dissidências e resistências homossexuais no século XX português*. Lisboa: Letra Livre, 2024.

Cascais, António Fernandes. "Resgatar ao presente Barahona Possollo". *Revista Língua-Lugar* 7 (2024): 133-149.

Cascais, António Fernando, e João Ferreira. *Cinema e cultura queer*. Lisboa: Associação Cultural Janela Indiscreta, 2014.

Castle, Terry. *The Apparitional Lesbian*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1993.

Cooper, Emmanuel. *The Sexual Perspective. Homosexuality and Art in the Last 100 Years in the West*. Londres: Routledge & Kegan Paul Books Ltd, 1986.

Curopos, Fernando. *L'émergence de l'homosexualité dans la littérature portugaise (1875-1915)*. Paris: L'Harmattan, 2016.

Curopos, Fernando. "La portugayse (in)visible". *Iberic@l, Revue d'études ibériques et ibéro-américaines* 11 (2017): 15-31.

Curopos, Fernando. "Du rose *Années Folles* au noir Salazar". *Iberc@l* 18 (2020): 223-238.

Curopos, Fernando. "A garçonne: de Paris a «Lesboa»". *Moderna Språk* 2 (2022): 167-182.

Doyle, Jennifer. "Queer Wallpaper". Em *The Art of Art History: A Critical Anthology*, organizado por Donald Preziosi. Oxford: Oxford History of Art, 2009, 391-401.

Fernandes, João, e Maria Ramos. *Perspectiva: Alternativa Zero*. Porto: Fundação Serralves, 1997.

Ferreira, João M. Diniz. "Em busca de um devir performativo queer em Portugal". *Sinais de Cena* 4 (2005): 17-20.

França, José-Augusto. *Oito ensaios sobre arte contemporânea.* Lisboa: Publicações Europa-América, 1967.

França, José-Augusto. *História da arte em Portugal - O Modernismo*. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

França, José-Augusto. *A arte em Portugal no s*éculo *xx. 1911-1961.* Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

Góis, João. "Imaginar histórias da arte queer em Portugal: o caso de Mário Cesariny". *Revista de História da Arte* 20 (2025).

Gonçalves, Mariana. "Identidades em performance: Para a memória de uma cinematografia queer da produtora portuguesa Cineground (1975-78)". Dissertação de mestrado em Antropologia, Lisboa, ISCTE, 2015.

Gonçalves, Rui Mário. *100 pintores portugueses do século xx*. Lisboa: Alfa, 1986.

Gonçalves, Rui Mário. *História da arte em Portugal. De 1945 à actualidade*. Lisboa: Alfa, 1986.

Gonçalves, Rui Mário. *História da arte em Portugal. Pioneiros da modernidade*. Lisboa: Alfa, 1986.

Hall, Donald E. *Queer Theories*. Londres: Red Globe Press, 2003.

Hammond, Harmony. *Lesbian Art in America: A Contemporary History*. Nova Iorque: Rizzoli, 2000.

Jones, Amelia. "'Every Man Knows Where and How Beauty Gives Him Pleasure': Beauty Discourse and the Logic of Aesthetics". Em *The Art of Art History: A Critical Anthology*, organizado por Donald Preziosi. Oxford: Oxford History of Art, 2009.

Jones, Amelia. "Introduction: Sexual Differences and Otherwise". Em *Otherwise: Imagining Queer Feminist Art Histories (Rethinking Art's Histories)*, editado por Amelia Jones e Erin Silver. Manchester: Manchester University Press, 2016, 1-50.

Jones, Amelia, e Erin Silver. "Queer Theory and Feminist Art History: An Imperfect Genealogy". In *Otherwise: Imagining Queer Feminist Art Histories (Rethinking Art's Histories)*, editado por Amelia Jones e Erin Silver. Manchester: Manchester University Press, 2016, 51-104.

Korsmeyer, Carolyn. *Gender and Aesthetics: An Introduction*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2004.

Madeira, Cláudia. "Body and Mind, and Vice-Versa, or the Continuing Performative Sexual Revolution in Portuguese Arts". *Revista Arts* 11 (2022).

Mahon, Alyce. *Eroticism & Art*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

Marques, Bruno. "João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: *cruising* no reino do não-dito". *Diálogos* 26, n.º 1 (2022): 98-122.

Marques, Bruno. "Com aquilo naquilo, por João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: para uma «história imaginada» sobre repressão à vivência homossexual". Em *Dissidências e resistências homossexuais no século xx português*, editado por António Fernando Cascais. Lisboa: Letra Livre, 2024, 277-318.

Marques, Bruno. "A arte como revolução em nome da visibilização das mulheres lésbicas: Entrevista com Ana Pérez-Quiroga". *Revista 2i: Estudos de Identidade e Intermedialidade* 6, n.º 10 (2024): 133-154.

Martins, Maria João. "Mário Cesariny — Um homem aceso como um barco". *Diário de Notícias*, 9-08-2023.

Mccann, Hannah, e Whitney Monaghan. *Queer Theory Now: From Foundations to Futures*. Londres: Bloomsbury Academic, 2019.

Melo, Alexandre. *Artes plásticas em Portugal. Dos anos 70 aos nossos dias*. Lisboa: Difel, 1998.

Melo, Alexandre. *Cúmplice dos artistas. Conversas com Sara Antónia Matos e Pedro Faro seguido de uma conversa com João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira (Rádio Quântica)*. Lisboa: Documenta, 2018.

Mendes, Miguel Gonçalves. "Autografia". Documentário. Publicado a 16-12-2022, pela Perve Galeria. Youtube, 1:42:45, 2004.

Mendes, Miguel Gonçalves. *Verso de Autografia. Miguel Mendes conversa com Mário Cesariny*. Lisboa: Jumpcut, 2004.

Murraças, André. "Um outro teatro? A presença *queer* no Museu Nacional do Teatro e da Dança". *Sinais de Cena* 3, n.º 3 (2024): 28-63.

Nelson, Jennifer. "What Is the Historical Specificity of Current Calls to Decolonize Art History? How Are They Different from Previous Challenges to the Discipline (such as Postcolonialism, Feminism, Queer Studies, Marxism)?". Em *Decolonizing Art History*, organizado por Catherine Grant e Dorothy Price. Londres: Association for Art History, 2020, 42-43.

Nogueira, Isabel. *História da arte em Portugal: do marcelismo ao final do século XX*. Lisboa: Bookbuilders, 2021.

Nunes, Vladimiro. "Entrevista: fui suspeito de vagabundagem". Lisboa: Galeria Perve, 2006.

Pereira, Paulo. *Arte portuguesa. História essencial*. Lisboa: Temas e Debates, 2014.

Pérez-Quiroga, Ana. "Ana de Gonta Colaço, 1903-1954 – Escultora". Dissertação de mestrado em Artes Visuais, Évora, Universidade de Évora, 2006.

Pernes, Fernando. *Um olhar sobre a arte contemporânea*. Porto: Casa de Serralves e Secretariado de Estado da Cultura, 1988.

Pinharanda, João Lima. *Alguns corpos: imagens na arte portuguesa entre 1950-1990*. Lisboa: EDP - Eletricidade de Portugal, 1998.

Pinharanda, João Lima, org. *Mário Cesariny*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.

Pinharanda, João Lima. "O declínio das vanguardas: dos anos 50 ao fim do milénio". Em *História da arte portuguesa. O declínio das vanguardas*, dirigido por Paulo Pereira, vol. 10. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008, 93-135.

roush, paula, e Emília Tavares. *HETERO Q.B. Exposição colectiva internacional de vídeo* (dossier de imprensa). Lisboa: Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado, 2013.

Santos, Mariana Pinto dos. "O legado de José-Augusto França na escrita da História da Arte em Portugal: caracterização crítica do cânone e de exemplos da sua persistência". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1 (2015): 61-87.

Silva, Raquel Henriques da. "Sinais de ruptura: «livres» e humoristas". Em *História da arte portuguesa. A ruptura moderna (século XX)*, dirigido por Paulo Pereira, vol. 9. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008, 7-41.

Tavares, Emília. "hetero q.b.", em *HETERO Q.B. Exposição colectiva internacional de vídeo* (dossier de imprensa), organizado por Emília Tavares e paula roush. Lisboa: Museu Nacional de Arte Contemporânea, 2013, 2-3.

Vicente, Filipa. "História da arte e feminismo: uma reflexão sobre o caso português". *Revista de História da Arte* 10 (2012): 211-225.

Walton, David. *Doing Cultural Theory*. Los Angeles: SAGE Publications, 2012.

White, Patricia. "Female Spectator, Lesbian Specter: The Haunting". Em *Inside/Out: Lesbian Theories, Gay Theories*. Nova Iorque: Routledge, 1991.

Wölfflin, Heinrich. *Conceitos fundamentais da história da arte. O problema da evolução dos estilos na arte mais recente*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Referência para citação:
Góis, João Miguel Melo de (2025). "O silêncio gay e lésbico nas práticas da História da Arte portuguesa: reflexões sobre a dessexualização disciplinar". *Práticas Da História. Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, (21), 327-363. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n21.42441

Práticas da História, n.º 21 (2025): 365-389

Rodolfo Reyes Macaya y Barbara Kirsi Silva

Investigación interdisciplinaria e historia de la ciencia: entre fronteras y cruces

Este ensayo busca proponer puntos de convergencia entre la interdisciplina y la historia de la ciencia, como un campo en que se articulan las tres áreas tradicionales del saber: las ciencias, las ciencias sociales y las humanidades. Revisitamos los fundamentos conceptuales de la interdisciplina y su conexión con sus desarrollos disciplinares e institucionales, para luego abordar parte del propio desarrollo historiográfico de la historia de la ciencia, especialmente en el siglo XX. Eso nos permite plantear una reflexión sobre el posible carácter interdisciplinario de la historia de la ciencia, en tanto campo especializado de la disciplina histórica en comunicación con el paradigma científico, que se sitúa en una posición de ductilidad en la producción del conocimiento.
Palabras clave: investigación interdisciplinaria, historia de la ciencia, historiografía de la ciencia, siglo XX.

Interdisciplinary Research and History of Science: between Borders and Crossings

This essay proposes points of convergence between interdisciplinarity and the history of science, understood as a field where the three traditional domains of knowledge –science, the social sciences, and the humanities– intersect. We revisit the conceptual foundations of interdisciplinarity and examine its disciplinary and institutional development. We then turn to the historiographical evolution of the history of science, particularly throughout the twentieth century. This exploration allows us to reflect on the potentially interdisciplinary nature of the history of science, considered as a specialized branch of history that engages with scientific paradigms and maintains a ductility in the production of knowledge.
Keywords: Interdisciplinary Research, History of Science, Historiography of Science, 20th Century.

Investigación interdisciplinaria e historia de la ciencia: entre fronteras y cruces

por Rodolfo Reyes Macaya y Barbara Kirsi Silva*

Introducción

Comprender el conocimiento a partir de la combinación, intersección, articulación, o cualquier otro tipo de relación entre distintas disciplinas no es una práctica nueva. No sería exagerado afirmar que, quizás, esa práctica es tan antigua como la misma pulsión del conocer. Sin embargo, en los procesos de sistematización de esas formas de conocer, ha habido momentos en que se han producido intenciones más explícitas por definir dicha combinatoria de disciplinas. Uno de ellos fue la conferencia internacional de Niza, en 1970,[1] a partir de la cual la investigación interdisciplinaria ha sido un concepto proteico en el mundo universitario y se ha instalado con fuerza en las agencias de investigación. El historiador Peter Burke indicó que el ser humano había pasado de una era de especialización institucionalizada en la segunda mitad del siglo XIX a una era de anti-especialización institucionalizada en la segunda mitad del siglo XX.[2] Aunque puede ser cuestionable, pues en la actualidad se observan

* Rodolfo Reyes Macaya (rodolfo.rm1@gmail.com). https://orcid.org/0000-0002-9889-203X. College UC, Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, Chile; Bárbara Kirsi Silva (bsilvaa@uc.cl). https://orcid.org/0000-0002-9234-4198. College UC y Facultad de Historia, Geografía y Ciencia Política, Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, Chile. Este trabajo es resultado del proyecto de investigación postdoctoral titulado "La investigación interdisciplinaria: botánica, hidrografía, antropología y astronomía a partir de sus imágenes científicas", con financiamiento interno UC con folio n.º 73080075-501-41 y del proyecto FONDECYT regular 1240398. Artículo original: 16-6-2025; Artículo revisado: 10-09-2025; Aceptado para publicación: 01-10-2025

1 OECD, *Interdisciplinarity: Problems of Teaching and Research in Universities* (OECD Publications Center, 1972).

2 Peter Burke, *El polímata* (Alianza editorial, 2022), 338.

diversos modos de creciente especialización, también es visible esa tendencia reactiva que tiende, más bien, a la convergencia de saberes.

La disciplina histórica es uno de esos modos de conocer de los seres humanos, vinculada con la temporalidad y con el pasado. Una de las especializaciones en este campo es la historia de la ciencia. Si bien ella existe como práctica con sustantiva anterioridad, su reconocimiento como área específica de la historia se estructura en torno a finales del siglo xix y es delimitada en el xx.[3] Y quizás lo más evidente: la historia de la ciencia, en sí misma, puede ser considerada un ejemplo de interdisciplina.

El término 'interdisciplina' suele ser utilizado de forma genérica para referirse a diferentes enfoques que interrelacionan disciplinas en la producción de conocimientos científicos y humanistas.[4] Esgrimida en los proyectos de investigación, invocada por académicos, guirnalda de los eslóganes de los centros de investigación, la práctica interdisciplinaria, sin embargo, suscita más preguntas que respuestas. Quizás una de las áreas más desafiantes de esa propuesta interdisciplinaria es la convergencia de las ciencias y las humanidades, debido a una virtual o tradicional distancia epistemológica. En este sentido, la idea de las 'dos culturas' se extendió con la célebre conferencia dictada por el físico y novelista Charles Percy Snow en Cambridge en 1959.[5] Snow sostenía que la ruptura de comunicación entre las ciencias y las humanidades, y la consiguiente ausencia de verdaderos vínculos interdisciplinarios, constituía uno de los principales obstáculos para enfrentar y resolver los problemas de alcance global. Pocos años más tarde, en 1966, Susan Sontag retomó la cuestión al problematizar el supuesto abismo entre la cultura artístico-literaria y la científica. En su análisis, señaló que dicha

3 Cfr. Lorraine Daston, "The History of Science and the History of Knowledge", en *Know: A Journal on the Formation of Knowledge* 1, no. 1 (2017): 131-154; Kapil Raj, "History of Science, Intellectual History, and the World, 1900-2020", en *The Routledge Handbook of the History and Sociology of Ideas*, ed. S. Geroulanos y G. Sapiro (Routledge, 2023).

4 Andrew Barry y Georgina Born, eds., *Interdisciplinarity: Reconfigurations of the Social and Natural Sciences* (Routledge, 2013).

5 Charles Percy Snow, *The Two Cultures* (Cambridge University Press, 2001 [1959]). Cfr. Frank James, "Introduction: Some Significances of the Two Cultures Debate", *Interdisciplinary Science Reviews* 41 (2016): 107-117.

separación respondía más bien a una falsa presunción, puesto que las artes, al igual que las ciencias, habían alcanzado un nivel de complejidad que exigía un esfuerzo de especialización comparable.[6]

En esa área de vinculación, emerge la historia de la ciencia como uno de los puntos de convergencia que, al ser estudiado, podría ofrecer perspectivas en torno a esa desafiante relación entre ciencias y humanidades. ¿Qué tan lejanos son los paradigmas de ambas áreas del conocimiento y en qué sentido la historia de la ciencia es un enfoque interdisciplinario de las humanidades para el estudio de las ciencias exactas[7] y viceversa? Este ensayo es una propuesta para indagar sobre la investigación interdisciplinaria, en relación con el desarrollo de la historia de la ciencia, de modo de contribuir a la comprensión de la interrelación entre ciencias y humanidades.

En términos simples, la historia de la ciencia es aquella área de la historia cuyo objeto de estudio son las prácticas, conceptos y/o procesos científicos en relación con una temporalidad pasada. Pero también, y sin ser excluyente, la historia de la ciencia se puede comprender como un puente entre las ciencias y las humanidades. De cualquier modo, existe una explícita conexión entre dos campos distintos del saber, lo que proponemos como puntos de partida para abordar algunos aspectos y perspectivas de la investigación interdisciplinaria.

Antes de ahondar en los detalles de las taxonomías estructurales y en el énfasis sincrónico, parece necesario volver sobre los elementos fundamentales. Debido a lo anterior, este ensayo presenta las definiciones generales de los componentes principales de la familia semántica de la interdisciplina, y luego establecemos una mirada en relación con la historia de la ciencia y su tradición historiográfica, como puesta en práctica de los principios de la investigación interdisciplinaria. Este ensayo se sostiene sobre bibliografía diversa que aborda la concepción

6 Susan Sontag, *Against Interpretation: and Other Essays* (Dell, 1966), 293-295.

7 Al mencionar las 'ciencias exactas' nos referimos a aquellas ciencias que se sostienen sobre el método científico y/o el lenguaje matemático en la búsqueda de un conocimiento preciso y objetivo. Para referir a ellas se usan otras nomenclaturas, como ciencias naturales. Para efectos de este ensayo, referimos a ellas de manera genérica, en distinción de las ciencias sociales y de las artes y humanidades.

interdisciplinaria ya sea a partir de sí misma, o bien en relación con la historia de la ciencia.

Conocimiento disciplinar

En la clasificación de la OCDE, la disciplina corresponde a un cuerpo específico de conocimientos con su propia experiencia en educación, teorías, procedimientos, métodos y áreas de contenido.[8] Una disciplina se refiere a un campo de estudio académico que tiene su propio enfoque distintivo para identificar y resolver problemas.[9] Así pues, las disciplinas se ocupan del desarrollo del conocimiento y también de su certificación.[10] En este sentido, las disciplinas son conservadoras por definición, a pesar de que a menudo se afirme que la innovación es el objetivo de las ciencias o de las ciencias aplicadas. Esto opera como una paradoja, que articula continuidad y cambio: la necesidad de innovación, o desarrollo de conocimiento nuevo, y el resguardo disciplinar, en que un campo específico del conocimiento necesita identificarse y replicarse a sí mismo. Su dinámica se basa en la capacidad de producir conocimiento nuevo, incluyendo aquel que desafía a la disciplina misma, que a su vez se valida en la persistencia de su canon, que cambia, pero en ritmo pausado. Esta contradicción se relaciona con la condición dual de la disciplina: ellas se conforman por medio de una institucionalidad educativa, no sólo son unidades de conocimiento, sino que también son unidades de administración.

El desarrollo de los saberes organizados como disciplinas, por supuesto, no se dio en el vacío. Hubo una serie de condiciones históricas que permitieron y codificaron la conformación disciplinar. Este proceso se habría desarrollado de la mano con la creación de las universidades con propósitos de investigación, desde finales del siglo xviii, y con intensidad

8 OECD, *Interdisciplinarity*, 25.

9 Thomas Kuhn, *La estructura de las revoluciones científicas* (FCE, 2004); Julie Thompson Klein, "A Taxonomy of Interdisciplinarity", en *The Oxford Handbook of Interdisciplinarity*, ed. Robert Frodeman, Julie Thompson Klein y Robert Mitcham (Oxford University Press, 2010); OECD, "Addressing Societal Challenges Using Transdisciplinary Research", *OECD Science, Technology and Industry Policy Papers* 88 (2020).

10 Mitchell Ash, "Interdisciplinarity in Historical Perspective", *Perspectives on Science* 27, no. 4 (2019): 619-642, 622-623.

durante el siglo XIX y XX.[11] En este periodo se desarrolló un "imperativo de investigación"[12] en relación con la función de certificación de las universidades, es decir, su configuración como el lugar idóneo para acoger la producción de conocimiento.[13] En este proceso se intensificó la diferencia de aquello que es ciencia y lo que no lo es, se establecieron los códigos de legitimidad científica y se desterró al espacio de la pseudociencia a disciplinas que en otro tiempo gozaron de gran influencia en el medio ilustrado, como la alquimia, la astrología y la investigación psíquica, entre otras. Ya en el desarrollo de las disciplinas en el marco de la universidad moderna, podemos encontrar interdisciplinas *avant la lettre*, por ejemplo: la físicoquímica (1876)[14] o la psicología experimental (1879). A pesar de las notables diferencias entre las disciplinas humanísticas y de las ciencias exactas, el proceso de conformación disciplinar que experimentaron ambos campos en el siglo XIX fue bastante similar entre sí en términos estructurales, en cuanto a conformación disciplinar, organización y prácticas institucionales.[15]

En consecuencia, el conjunto moderno de disciplinas científicas y humanísticas y la interdisciplina parecen haber surgido a la par. En cuanto se establecieron los límites disciplinarios, se establecieron también los modos en que las parcelas del conocimiento dialogaban y trabajaban entre sí. No obstante, los tipos de relacionamiento disciplinar no se encontraban estandarizados, y variaban considerablemente entre las distintas áreas culturales. En la tradición germana, por ejemplo, durante la primera mitad del siglo XIX la propuesta de Alexander von Humboldt planteaba un método científico que interrelacionaba arte, historia, poesía y política junto con datos objetivos o cuantificables.[16]

11 Ash, "Interdisciplinarity", 624.

12 Término acuñado en Steven Turner, "The Growth of Professorial Research in Prussia, 1818 to 1848: Causes and Context", *Historical Studies in the Physical Sciences* 3 (1972): 137-182. Citado en Ash, "Interdisciplinarity", 624.

13 Ash, "Interdisciplinarity", 624.

14 Cfr. Mary Jo Nye, *From Chemical Philosophy to Theoretical Chemistry: Dynamics of Matter and Dynamics of Disciplines, 1800–1950* (University of California Press, 1993).

15 Ash, "Interdisciplinarity", 627.

16 Andrea Wulf, *La invención de la naturaleza: el nuevo mundo de Alexander von Humboldt* (DeBolsillo, 2020).

En 1866, uno de sus seguidores, Ernst Haeckel elaboró una crítica al panorama general de las ciencias de la segunda mitad de dicho siglo. "Los científicos, escribía Haeckel, habían perdido de vista el conjunto, el alto número de especialistas había creado en las ciencias una 'confusión babilónica'."[17] Haeckel, quien era artista además de botánico, acuñó el término 'ecología', la ciencia de la interrelación de los organismos con su entorno; en el fondo era la idea de Humboldt de la naturaleza como una totalidad unida e interrelacionada. ¿Cómo podía ser estudiada y comprendida esta naturaleza, entonces, sino con un enfoque que integrara distintas disciplinas? Tal como podemos apreciar, durante el siglo xix en una misma tradición de conocimiento se planteó una tensión entre la conformación disciplinar y la práctica interdisciplinaria. La 'confusión babilónica' apuntaba, precisamente, a la divergencia de lenguajes y posibilidades de comprensión entre disciplinas.

Es interesante notar que los naturalistas incluían el conocimiento histórico en sus indagaciones, pero estos no eran enunciados como "historia de la ciencia", cuestión que sucedería más tarde.[18] En efecto, la práctica no siempre se condice sincrónicamente con su enunciación. Como disciplina, la historia estaba ya bien delimitada.[19] La pregunta entonces es cómo una disciplina humanista tendría la posibilidad de convertirse en interdisciplina, en este caso, a través del estudio de las ciencias naturales o exactas.

A ello se agrega una dimensión espacial, que apunta al movimiento de los propios flujos de conocimiento, en complejos procesos de circulación, adaptación y apropiación. Dichos movimientos, que alguna vez se comprendieron como procesos unidireccionales, contribuyeron a las jerarquías espaciales definidas en términos de 'centros' y 'periferias'. Al tiempo que esto era propuesto en Los Anales, bajo la idea del sistema-mundo de Braudel –y luego Wallerstein[20]–, también era implementado en las

17 Wulf, *La invención de la naturaleza*, 374.

18 Daston, "The History of Science and the History of Knowledge", 132.

19 Cfr. Nicolas Offenstadt, *L'historiographie* (Presses Universitaires de France, 2011), 34-48.

20 Immanuel Wallerstein, *El moderno sistema mundial*, tomo i, México, Siglo XXI Editores, 1979.

ideas circundantes a la CEPAL, con Prebisch,[21] por mencionar solo unos ejemplos, Sin embargo, los avances recientes de la historia transnacional y global han cuestionado la rigidez de tales categorías, proponiendo una comprensión más dinámica e inclusiva de los intercambios culturales e intelectuales.[22] En este marco, el conocimiento disciplinar aparece como el resultado de negociaciones, apropiaciones y desarrollos multidireccionales, cuyas dinámicas, en gran medida, siguen siendo una incógnita para la investigación histórica. Ello también sería parte del conocimiento científico y, por cierto, de la historia de la ciencia. Habría que agregar que la historiografía ha tendido, de manera tradicional, a interpretar los flujos de conocimiento como procesos unidireccionales, lo que ha contribuido a consolidar jerarquías espaciales definidas en términos de 'centros' y 'periferias'.

En el siglo XIX surgieron nuevos campos en los límites de las disciplinas existentes, a los que siguieron iniciativas multi y transdisciplinares en el siglo XX y, por último, la investigación programática transdisciplinar a finales del siglo XX y principios del XXI.[23] En la coexistencia de disciplinas surgió el estadio multidisciplinario, o la coexistencia de varias disciplinas, algunas veces sin conexión aparente entre ellas. La yuxtaposición fomentaba el desarrollo de un conocimiento, una articulación de la información y unos métodos más amplios. Sin embargo, las disciplinas permanecían separadas; los elementos disciplinarios conservaban su identidad original y no se cuestionaba la estructura existente del conocimiento.[24] Solo cuando la integración y la interacción se vuelven proactivas, se cruzaría la línea que tiende a separar la multidisciplinariedad de la interdisciplina.[25] La integración del conocimiento pareciera ser, entonces, la piedra angular de la interdisciplina.

21 Raul Prebisch, *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*, CEPAL, 1948.

22 Tessa Hauswedell, Axel Körner, and Ulrich Tiedau, eds., *Re-Mapping Centre and Periphery: Asymmetrical Encounters in European and Global Contexts* (UCL Press, 2019).

23 Ash, "Interdisciplinarity", 626.

24 Klein, "A Taxonomy", 18.

25 Klein, "A Taxonomy", 18.

Interdisciplina o los intentos por cruzar las fronteras

En la trayectoria institucional, después de la conformación disciplinar, el desarrollo multidisciplinario ha sido identificado como una segunda fase de la investigación interdisciplinaria.[26] Esta abarcaría desde principios hasta el último tercio del siglo xx y, desde el punto de vista administrativo, se centraría en la emergencia e impacto de organismos de financiamiento de la investigación a gran escala, con apoyo privado o público, que actúan principalmente, aunque no en su totalidad, en dimensión nacional.[27] En este periodo surgieron interdisciplinas como la astrofísica, la geofísica, la biología molecular y la historia de la ciencia, entre otras.

Como es evidente, la interdisciplina describe la interacción entre dos o más disciplinas diferentes. Esta interacción puede variar en coexistencia, integración, y colaboración. Así, un grupo interdisciplinario está formado por personas capacitadas en diferentes campos del conocimiento, organizadas en un esfuerzo por trabajar sobre un problema común.[28] Sin embargo, se establecen diferencias entre las formas del relacionamiento interdisciplinar y su alcance.[29] La interdisciplina amplia, por ejemplo, refiere al tipo de investigación interdisciplinar entre ámbitos en apariencia poco o nada compatibles, como las ciencias naturales o aplicadas y las humanidades, al tener paradigmas y métodos diferentes.[30] Por oposición, una interdisciplina focalizada aunaría saberes dentro de un mismo ámbito del conocimiento. En otras palabras, existe una amplia variedad de relaciones disciplinares, siendo su versión más amplia aquellas en los que sus métodos, teorías y contenidos difieren.[31]

26 Ash, "Interdisciplinarity", 627-628.

27 Ash, "Interdisciplinarity", 627-628.

28 Ash, "Interdisciplinarity", 627-628.

29 Klein, "A Taxonomy".

30 James Kelly, "Wide and Narrow Interdisciplinarity", *The Journal of Education* 45, no. 2 (1996): 95-113. Dirk Van Dusseldorp y Seerp Wigboldus, "Interdisciplinary Research for Integrated Rural Development in Developing Countries: The Role of Social Sciences", *Issues in Integrative Studies* 12 (1994): 96.

31 William Newell, "Professionalizing Interdisciplinarity", en *Interdisciplinarity: Essays from the literature*, ed. William Newell, (College Board, 1998): 533.

Aunque el uso del concepto se hubiera extendido en la segunda mitad del siglo XX, la búsqueda colectiva de un conocimiento general que trascendiera las fronteras disciplinarias antecede a la conformación y uso extendido del concepto "interdisciplina" en la década de 1950, al menos en el habla inglesa, alemana y francesa.[32] Antes se empleaba otra nomenclatura, como cooperación intelectual, fecundación cruzada, interrelación de las ciencias, investigación de frontera, etcétera.[33] Entre los antecedentes de esta práctica, al menos en Occidente, podemos mencionar numerosas tentativas por integrar los distintos campos del saber, como por ejemplo, las enciclopedias del siglo XVIII, las expediciones científicas del mismo siglo y siguientes, el desarrollo de la ciencia aplicada en los laboratorios de investigación industrial desde fines del siglo XIX, o bien los proyectos tecnocientíficos financiados por gobiernos nacionales antes y después de las guerras mundiales del siglo XX.

A pesar de estos precedentes, la primera conformación de una gran tipología sobre la interdisciplina fue creada en la instancia que se autoidentificó como la primera conferencia internacional sobre interdisciplina. Esta se realizó en Niza, Francia, en 1970 y fue patrocinada por la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE).[34] Entre sus participantes se encuentran al biólogo suizo, precursor de la psicología evolutiva, Jean Piaget, y al astrofísico y filósofo austriaco Erich Jantsch, entre otros. Allí se describió la interdisciplina como un conjunto de formas de trabajo entre disciplinas, desde la simple comunicación de ideas hasta la integración mutua de conceptos organizativos, metodología, procedimientos, epistemología, terminología, datos y organización de la investigación y la educación.[35] Se indicó que los marcos disciplinarios eran relativamente nuevos en la ciencia occidental y en la enseñanza, y se mostró que la práctica interdisciplinaria suele producirse dentro de una estructura universitaria y que esta, al

32 Burke, *El polímata*, 335. También cabe señalar que el origen del término 'interdisciplina' es ambiguo en la primera mitad del siglo XX: Roberta Frank, "Interdisciplinary: The First Half-Century", en *Words*, ed. E. G. Stanley y T. F. Hoad (D.S Brewer, 1988), 92.

33 Frank, "Interdisciplinary", 92.

34 Klein, "A Taxonomy", 15-30.

35 OECD, *Interdisciplinarity*, 25-26.

ser parte de un sistema educativo, varía considerablemente de un país a otro.[36]

Entre las principales dificultades y obstáculos para el desarrollo de la práctica interdisciplinaria se mencionó a la rigidez de las estructuras institucionales y de las personas involucradas en estas, así como la resistencia que ejercen los marcos disciplinares.[37] Sin embargo, es preciso considerar que ello se tensiona, por ejemplo, con la necesidad de legitimidad disciplinaria en los distintos campos de conocimiento. La especificidad y especialización entregan legitimidad, al tiempo que dificultan una integración con otras disciplinas.

El informe de esta conferencia introdujo un conjunto terminológico para diferenciar formas de interacción disciplinar. Así, los tres términos más utilizados –'multidisciplinar', 'interdisciplinar' y 'transdisciplinar'– constituyen un vocabulario básico para comprender tanto el género de la interdisciplina como los tipos individuales dentro de la clasificación general. Estas categorías pertenecen a un mismo campo semántico, o familia semántica de la interdisciplina, y como tales expresan diferentes modos de interacción disciplinar. La integración es el punto de referencia más común[38] y, combinada con los grados de interacción disciplinaria, proporciona un marco comparativo para comprender las diferencias en los tipos de trabajo interdisciplinario.

Es necesario mencionar que el papel de los Estados ha sido fundamental para el impulso de la investigación interdisciplinaria en la búsqueda de una aplicabilidad para la resolución de problemas complejos. Aunque no es el objeto de este ensayo, esto nos lleva a considerar la relación tortuosa pero íntima entre ciencia y política.[39] Desde la Segunda Guerra Mundial en adelante, por ejemplo, el gobierno de EUA ha apoyado la investigación interdisciplinar. Así, se creó la Oficina de investigación y desarrollo científico (1941), dirigida por el ingeniero Vannevar Bush, cuyo resultado más conocido fue la bomba atómica, cuya acción:

36 OECD, *Interdisciplinarity*, 25-26.

37 OECD, *Interdisciplinarity*, 25-26.

38 Klein, "Interdisciplinarity", 78 y 109.

39 Cfr. John Krige, *American Hegemony and the Postwar Reconstruction of Science in Europe* (MIT Press, 2008).

"Vino a ilustrar las ventajas de un enfoque centrado en problemas, en contraposición con un enfoque centrado en las disciplinas."[40] Durante la Guerra Fría surgieron otras instituciones gubernamentales con enfoque interdisciplinario, como la NASA (1958), respuesta directa a la puesta en órbita de Sputnik por parte de la USSR. El desarrollo de la ciencia aplicada nos lleva al último concepto de la familia semántica de la interdisciplina que atañe a la vinculación entre investigación científica y el mundo más allá de la academia.

La transdisciplina es una forma de investigación que trasciende las fronteras disciplinarias para abordar y resolver problemas no exclusivamente científicos.[41] Hasta ese punto, podría coincidir con la interdisciplina aplicada. Christian Pohl y Hirsch Hadorn resumieron la transdisciplina como colaboración entre investigadores disciplinarios y agentes del mundo de la vida.[42] El punto de partida no es un paradigma disciplinario específico, sino un problema socialmente relevante, y la integración es el proceso clave de la investigación transdisciplinar y coproducción de conocimiento.[43] En la tipología de la OCDE, la transdisciplina se definió como un sistema común de axiomas que trasciende el estrecho ámbito de las visiones disciplinarias del mundo mediante una síntesis global.[44] Cincuenta años después, otro informe de la OCDE insistió en que la transdisciplina opera en una combinatoria de conocimientos de distintas disciplinas científicas en relación con el sector público y privado, para la solución de desafíos sociales complejos, tales como la crisis multidimensional de la pandemia del COVID-19,[45] a los que se suman problemas tan relevantes como la transversalidad de la

40 Burke, *El polímata*, 352. Este autor también ofrece un largo listado acerca de las universidades y centros de investigación con enfoque interdisciplinario fundados durante el siglo xx (356-357).

41 Juergen Mittelstrass, "On Transdisciplinarity", *Trames Journal of the Humanities and Social Sciences* 15, no. 4 (2011): 329-338.

42 Christian Pohl y Hirsch Hadorn, *Principles for Designing Transdisciplinary Research* (Oekom Verlag, 2007).

43 Christian Pohl, Julie Thompson Klein, Sabine Hoffmann, Cynthia Mitchell y Dena Fam, "Conceptualising Transdisciplinary Integration as a Multidimensional Interactive Process", *Environmental Science & Policy* 118, (2021): 18-26.

44 OECD, *Interdisciplinarity*, 26.

45 OECD, "Addressing Societal Changes", 4.

crisis medioambiental, la necesidad de políticas de sustentabilidad globales, la gestión social del patrimonio, la tecnociencia ciudadana, entre otros, que de un modo u otro persisten en la relevancia de la ciencia aplicada.

Tanto la interdisciplina como la transdisciplina han sido impulsadas principalmente por organismos de financiamiento que pretendían orientar las ciencias en determinadas direcciones.[46] En la segunda mitad del siglo xx, el rápido crecimiento demográfico, el desarrollo de tecnología y otros factores se vincularon con una crisis de recursos naturales. La especialización suponía un riesgo, al no poder reconocer los posibles efectos secundarios negativos para la civilización moderna. La sociedad civil, el sector privado y los organismos públicos también participaban en la investigación científica. Las ciencias sociales y las humanidades se implicaron en actividades como la evaluación de tecnologías y los comités éticos sobre tecnologías moralmente sensibles. A partir de esto, se podría sugerir que uno de los peligros de la investigación transdisciplinaria es la posible pérdida de autonomía en la investigación científica y que esta responda a criterios utilitaristas de comunidades o corporaciones extra-disciplinares.

La investigación interdisciplinar es una modalidad de investigación realizada por equipos o individuos que integra información, datos, técnicas, herramientas, perspectivas, conceptos y/o teorías de dos o más disciplinas para avanzar en la comprensión fundamental o resolver problemas cuyas soluciones van más allá del alcance de una sola disciplina. La interdisciplina es necesaria por multiplicidad de perspectivas, concretamente por la estructura y el comportamiento de problemas complejos. Los problemas complejos[47] son aquellos que involucran a diferentes actores sociales con puntos de vista heterogéneos y, además, se presentan conjuntamente como problemas de conocimiento, de acción y de ética. Así, estos justifican el estudio interdisciplinario y su examen aporta nuevos conocimientos sobre la práctica interdisciplinaria.

46 Ash, "Interdisciplinarity".

47 Leonardo Rodríguez y Paula Rodríguez, "Problematización y problemas complejos", *Gazeta de Antropología*, 35, no. 2 (2019): http://hdl.handle.net/10481/59082.

Tal como mencionamos, aunque en la práctica existió investigación interdisciplinaria desde la conformación disciplinar de las ciencias modernas, no fue sino hasta la década de 1970 cuando este concepto tendió a la estandarización. No parece coincidencia que, en la segunda mitad del siglo XX, mientras este proceso estaba en marcha, también se estableciera la historia de la ciencia como interdisciplina institucionalizada, ni que surgieran conceptos revolucionarios que habrían de incidir en la percepción del conocimiento científico y de los procesos que conducen a este. Así, la historia de la ciencia permite indagar en la práctica interdisciplinaria, a través de un caso que tiene la posibilidad de enlazar paradigmas de la matriz disciplinar de las ciencias humanas y de las ciencias naturales. Conviene subrayar, además, que dicha estandarización fue fruto de una negociación multidireccional entre los distintos espacios de los países miembros de la OCDE, en la cual el conocimiento disciplinar se configuró mediante desarrollos diversos. Lo anterior apunta a una dimensión global que solo se comprende a partir de los fenómenos de circulaciones, adaptaciones, apropiaciones, resignificaciones de la producción y aplicación del conocimiento. Una de las áreas de esa producción es la ciencia, cuya trayectoria histórica se puede examinar como práctica interdisciplinaria, atendiendo a los modos en que articuló tradiciones diversas y generó un terreno común para el diálogo entre disciplinas.

La historia de la ciencia como práctica interdisciplinaria

La historia de la ciencia se ocupa de observar y analizar prácticas, conceptos, relaciones científicas del pasado. Es de suponer que, para hacerlo, se estructure a partir de métodos de la disciplina histórica, con un objeto de estudio definido en el campo de las ciencias. Desde las ciencias, la perspectiva es del presente: cómo explicar la trayectoria de conocimiento hasta llegar al momento actual. Para la historia, el enfoque es situar a sus actores históricos del pasado en su propio contexto de conocimiento.[48] Sin embargo, creemos que, más allá de esta

48 Evelyn Fox Keller, "Between Science and History", en *Positioning The History of Science*, ed. Kostas Gavroglu y Jurgen Renn (Springer, 2007), 56.

aproximación elemental, la historia de la ciencia es un caso de estudio que puede comprenderse como una de las conexiones posibles entre las ciencias y las humanidades y ciencias sociales. Para ello, en esta parte del ensayo abordaremos su desarrollo como interdisciplina en el siglo xx, en relación con el concepto de paradigma, vinculado con la historiografía de la ciencia. La investigación interdisciplinaria ha sido el fundamento de la historia de la ciencia, la cual enlaza las mal denominadas "dos culturas".[49]

Por cierto, la historia de la ciencia no ha sido la única vinculación interdisciplinaria de la historia. En su trayectoria, la historia ha experimentado diversas tendencias en torno a escuelas, movimientos, vanguardias, etcétera. Uno de los momentos clave en torno a las posibilidades de la historia, así como a su vinculación interdisciplinaria se produjo con la Escuela de los Anales, en tanto ella trabajó sobre la apertura hacia otras disciplinas: la economía, la sociología, la geografía, entre otras, integraron las propuestas analíticas que, en el giro crítico de 1988-1989, se expresaran como una práctica transdisciplinaria de diálogo y apropiación crítica de conceptos y métodos.[50] Sin embargo, Los Anales no apuntan como objeto y sujeto de la historia hacia la ciencia.

Durante el siglo xx, filósofos, historiadores, sociólogos, antropólogos e incluso los mismos científicos, produjeron historias de la ciencia con variadas formas de análisis y, por lo tanto, la historiografía de las ciencias es, en palabras de Mauro Condé y Marlon Salomon, fundamentalmente "un campo transdisciplinario".[51] Tales investigadores esbozaron una sugerente metáfora geográfica: la historia de la ciencia como un delta fluvial cuyas aguas de ciencia, historia, sociología y filosofía

49 Cfr. Frank James, "Introduction: Some Significances of the Two Cultures Debate", *Interdisciplinary Science Reviews* 41 (2016): 107-117; D. Graham Burnett, "A View from the Bridge: The Two Cultures Debate, Its Legacy, and the History of Science", *Daedalus*, 128, no. 2 (1999): 193-218

50 François Dosse, "À l'école des Annales, une règle: l'ouverture disciplinaire", *Hermès, La Revue*, no. 67 (2013): 106-112.

51 Mauro Condé y Marlon Salomon, *Handbook for the Historiography of Science* (Springer, 2023), vii. En realidad, el uso que le están dando a lo 'transdisciplinario' corresponde más bien a la definición de lo interdisciplinario que hemos dado en este ensayo.

fluyen juntas.[52] En efecto, en dicho siglo, la historiografía construyó la idea que la ciencia poseía una historicidad y esta idea permitió que luego proliferaran numerosas vertientes historiográficas de la ciencia,[53] muchas de las cuales aparecen estudiadas en el *Handbook for the Historiography of Science*. Dentro de este compendio, se plantea que la historiografía de la ciencia es un espacio fundamental para la comprensión crítica del desarrollo y la dinámica de la ciencia y su historia.[54] El objeto de esta historiografía es la crítica y la problematización de la "escritura de la historia de la ciencia".[55] En ello, se observa la tensión presente en la historia de la ciencia, en tanto ella podría concentrarse en por qué la ciencia es eminentemente humana, es decir, el poder, la pasión, las circunstancias, o bien debía centrarse en la ciencia como actividad única dentro del quehacer humano.[56] Una posición es que la disciplina de la historia debía considerar la práctica, el lugar social de producción y el oficio del historiador de la ciencia de manera que la disciplina no se cristalizara en el tiempo.[57] De este modo, resulta relevante el papel de las humanidades en relación con las ciencias, ya que permite la conformación de una profundidad crítica y visión del conjunto del conocimiento.

En efecto, la historia de la ciencia ha experimentado transformaciones significativas. La conciencia de la historicidad de la ciencia habría surgido recién a finales del siglo XIX en la Europa continental como un proceso amplio en el que los científicos empezaron a concebir a la ciencia como un panorama dinámico, en el que el conocimiento científico expresaba distintas ramificaciones y circulaban múltiples interpretaciones de las teorías científicas.[58] Sin embargo, hay una distancia temporal entre

52 Condé y Salomon, *Handbook*, VII.

53 Peter Galison, "Ten Problems in History and Philosophy of Science", *Isis* 99 (2008): 122.

54 Andrea Viera, "Historiography of Science and the Relationship between History and the History of Science", *Handbook for the Historiography of Science*, ed. Condé y Salomon (Springer, 2023), 586.

55 Viera, "Historiography", 586.

56 Kostas Gavroglu y Jurgen Renn, eds., *Positioning The History of Science* (Springer, 2007), 1.

57 Viera, "Historiography", 586.

58 Stefano Bordoni, "The Emergence of a Sophisticated Historiography of Science in Continental Europe in the Late Nineteenth Century", en *Handbook for the Historiography of Science*, ed. Condé y Salomon (Springer, 2023), 436.

la conciencia de la historicidad de la ciencia y la institucionalización de la historia de la ciencia como disciplina con vocación interdisciplinaria.

Según Lorraine Daston, "la historia de la ciencia es casi tan antigua como la ciencia misma, pero la disciplina de la historia de la ciencia apenas tiene un siglo".[59] Como disciplina esta se estableció en departamentos, centros y programas académicos de Europa y Norteamérica en las décadas de 1950 y 1960, a tal punto que la autora mencionada declara sentirse parte de la primera generación doctorada en esta disciplina o subdisciplina. En aquellos años de guerra fría, la historia de la ciencia surgió como una actividad académica y profesional que buscó diferenciarse tanto en enfoque como en contenido tanto de la ciencia como de la historia, pero en relación con ambas.[60] Para Kapil Raj, el desarrollo de la historia de la ciencia como disciplina académica autónoma puede sintetizarse en las prácticas académicas de George Sarton, uno de sus fundadores, en su contexto histórico, social y económico, que llevó a la fundación de las revistas *Isis* en 1913 y *Osiris* en 1936, en Estados Unidos.[61]

La oleada de institucionalización de la postguerra a la que antes hacía alusión Daston habría sido, en gran medida, una respuesta al torbellino de transformaciones provocadas por la tecnociencia en el transporte, las comunicaciones, la industria y la guerra, y a la afirmación, presentada en un puñado de influyentes libros publicados entre 1920 y 1960 en inglés, francés y alemán de que la ciencia era el motor de la modernidad del capitalismo. Era un argumento sencillo, que daba fundamento a la disciplina en aquellos años: la ciencia creó el mundo moderno y, con él, el dominio geopolítico de Occidente. Esto implicaría que quien quisiera entender cómo surgió la modernidad y cómo hacer frente a sus desafíos debía comprender la historia de la ciencia. Este razonamiento habría tomado urgencia con la detonación de las bombas atómicas sobre Hiroshima y Nagasaki en agosto de 1945. Así, no era casualidad que el impulsor de uno de los mayores y más influyentes departamentos de historia de la ciencia, el químico y presidente de la Uni-

59 Daston, "The History of Science", 132.

60 Helge Kragh, "History, Science, and History of Science", en *Positioning the History of Science*, ed. Kostas Gavroglu y Jurgen Renn (Springer, 2007), 104.

61 Raj, "History of Science", 185.

versidad de Harvard, James Bryant Conant, fuera un administrador de alto nivel del Proyecto Manhattan.[62]

Daston plantea que estas narrativas fundacionales potenciaron un mandato contradictorio a la joven historia de la ciencia. Por un lado, esta era la encargada de explicar la ciencia moderna como un proyecto occidental nacido en el siglo XVII a ciudadanos que no eran científicos pero que aun así podrían tener que llegar a tomar decisiones políticas. Por el otro lado, en cambio, proliferaba la sensación nostálgica de una pérdida de pertenencia con el mundo y la naturaleza. Así, Alexandre Koyré consideraba que la transición del "mundo cerrado al universo infinito" equivalía a un aviso de desahucio del cosmos medieval, acogedor y centrado en el ser humano.[63]

Para la década de 1960, los historiadores de la ciencia se concentraron en las relaciones entre geopolítica nuclear y ciencia, reexaminando la neutralidad y objetividad de la ciencia en la historia, resultado también de una densa circulación de personas, ideas y prácticas,[64] lo que además contribuyó a resignificar las ideas de centro y periferia. Con la circulación del concepto socio-epistemológico de paradigma, el campo de la historia de la ciencia atrajo a cada vez más profesionales procedentes de las humanidades y ciencias sociales, y ya no únicamente a los científicos de las ciencias exactas, lo que produjo una renovación historiográfica. En la misma época, surgió la propuesta del campo de Ciencia, Tecnología y Sociedad (STS, por sus siglas en inglés), que articularía una mirada en que la ciencia dejaba de ser concebida como un sistema de proposiciones formales o descubrimientos, para dar cabida al estudio de otros factores, tales como la relación entre científicos, el uso de los instrumentos de laboratorio y la configuración del espacio de trabajo.[65] En el fondo, los llamados 'STS' buscaban visibilizar la dimensión social a las prácticas científicas.

62 Daston, "The History of Science", 133.

63 Daston, "The History of Science", 136.

64 Raj, "History of Science", 192.

65 Raj, "History of Science", 192. Entre las principales obras de los STS vale la pena mencionar al libro de Bruno Latour y Steve Woolgar, cuya influencia ha sido notoria a nivel global: *Laboratory Life: The Social Construction of Scientific Facts* (Sage Publication 1979). Para abordar los estudios STS en América Latina, véase: Nicolás Sanhueza y Sebastián Ureta, "Emergencia de una disciplina: Los estudios CTS en el mundo y en Latinoamérica", en *Tecnopolíticas: Aproximaciones a los estudios en Ciencia, Tecnología y Sociedad en Chile* (Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2018), 19-66.

En esta línea, surgieron teorías con enfoque interdisciplinario, como SCOT (*Social Construction of Technology*),[66] ANT (*Actor-Network Theory*)[67] y LTS (*Large Technical Systems*). La primera de ellas ponía acento en la acción clave de los seres humanos al dar forma a la tecnología y a los modos de entenderla, cuestión basal en la dimensión histórica. La popular ANT ponía atención en actores humanos y no humanos en redes dinámicas de construcción social, incluyendo personas, pero también conceptos, objetos, contextos naturales, etcétera, tal como se propusiera en Los Anales, o en los comienzos de la historia ambiental en los años 70, entre otros. Por último, la LTS ha propuesto desplazar la atención del artefacto aislado hacia los sistemas complejos – como redes eléctricas, transporte o producción industrial – entendidos como unidades primarias de análisis, donde múltiples elementos interactúan y se alinean para configurar transformaciones técnicas y sociales profundas.[68] Los tres enfoques, surgidos en la década de 1980, favorecen una mirada interdisciplinaria al integrar distintas variables en sus propuestas de comprensión social.

Aunque el cruce disciplinario está presente tanto en la historia de la ciencia como en los estudios de ciencia, tecnología y sociedad, la historia de la ciencia aún se basa en la búsqueda de fuentes históricas y de evidencia para la reconstrucción e interpretación de un pasado vinculado a la ciencia, y solo desde allí avanza hacia una posible teorización. Los STS, más cercanos a las ciencias sociales, se sostienen en otras metodologías y marcos temporales, dado que sus intereses no se articulan en torno al pasado como catalizador de la comprensión del presente.

Aun cuando la metodología histórica esté enraizada en la historia de la ciencia, su propia historiografía parece indicar algo más. Por lo tanto, la cuestión radicaría en si aquella es parte de un paradigma disciplinario o interdisciplinario, según si la ciencia es el objeto de estudio

66 Hans Klein y Daniel Lee Kleinman, "The Social Construction of Technology: Structural Considerations". *Science, Technology & Human Values* 27, no. 1 (2002): 28-52.

67 Bruno Latour, "On Actor-Network Theory: A Few Clarifications". *Soziale Welt* 47, no. 4 (1996): 369-381. http://www.jstor.org/stable/40878163.

68 Erik Van der Vleuten, "Large Technical Systems", en *A Companion to the Philosophy of Technology* (Blackwell, 2009) 218-222. https://doi.org/10.1002/9781444310795.ch39.

o impacta en la disciplina misma. El término paradigma, central en las reflexiones de Kuhn, es útil para fundamentar la propuesta. Un paradigma es lo que comparte una comunidad científica, mientras que una comunidad científica es aquella que comparte un paradigma.[69] Causa y consecuencia; tal es un razonamiento circular o tautológico. Aun sí, Kuhn propuso una definición de tipo sociológica de comunidad científica conformada por profesionales de una especialidad científica.[70] Un paradigma es el conjunto de compromisos asumidos por la comunidad de científicos, sus creencias y axiomas, dentro de una disciplina, los cuales suelen tener numerosos elementos que pueden ser calificados como arbitrarios.[71] ¿Podría existir entonces un paradigma interdisciplinario?

El lenguaje disciplinar, al ser parte del paradigma, posee una gran importancia para establecer consenso y comunidad. Entonces, una relación entre disciplinas debería poner atención a una suerte de traducción disciplinar, esto es, el paso de un concepto, teoría o método de una disciplina a otra. La historia de la ciencia, en consecuencia, podría configurar uno de esos espacios de traducción disciplinaria en una aplicación del lenguaje tanto histórico como científico. Si no existe un involucramiento con conceptos científicos, la ciencia sería un objeto de estudio distante y apartado para la historia, reemplazable por cualquier otro. Si se produce esa imbricación, la historia de la ciencia comenzaría a transitar en un paradigma interdisciplinario. Esa compenetración de historia y ciencia podría incluso comprenderse como una revolución en los supuestos disciplinarios.[72]

De este modo, el movimiento oscilatorio propuesto entre estudios disciplinarios e interdisciplinarios parece estar en el centro de la propia historia de la ciencia, que puede comportarse como uno y otro, según el lugar que

69 Kuhn, *La estructura.*

70 Kuhn, *La estructura*, 294.

71 La noción de paradigma otorgó herramientas a los historiadores de la ciencia para el estudio de las prácticas científicas. Daston, "The History of Science", 139.

72 Daston, "The History of Science", 141; Raj, "History of Science", 192-193. Las ramificaciones historiográficas de la historia de la ciencia con posterioridad a la década de 1960 fueron diversas, y no corresponde analizarlas en estas páginas, aunque sí mencionar que el giro global, las críticas poscoloniales, las teorías feministas hacia finales del siglo XX han hecho replantear los supuestos difusionistas de la historia de la ciencia, su geografía, cronología y temática.

le entrega a la ciencia: un objeto de estudio independiente de la historia, o bien un campo de análisis que entra en la misma disciplina histórica. Si la historia de la ciencia habita el paradigma interdisciplinario, es el resultado de una negociación incesante sólo resuelta de manera provisoria entre un contenido científico experimental y una teoría y metodología historiográfica. En este sentido, la historia de la ciencia, en un nivel de legitimidad disciplinaria, opera como una mediación reactualizada en cada publicación, alterada por la circulación y socialización continua de nuevas ideas, individuos, tecnologías y formas de relacionamiento institucional, que tensiona y echa por tierra la escisión tajante entre ciencias y humanidades.

Propuestas más recientes insisten en valor heurístico del paradigma interdisciplinario de la historia de la ciencia para comprender los modos en que históricamente las disciplinas interactúan entre sí. Por ejemplo, el concepto de *flow of cognitive goods* (o flujo de 'bienes cognitivos') permite analizar sistemáticamente el flujo de conocimiento entre disciplinas, entendiendo que estos "bienes" pueden entenderse como metodologías, conceptos o instrumentos.[73] Tal marco historiográfico permitiría estudiar las transferencias epistémicas entre las fronteras disciplinarias desde la historia de la ciencia. O incluso más, la interdisciplina se concibe aquí no como la simple colaboración entre campos distintos, sino como un flujo de bienes cognitivos que atraviesan y reconfiguran los límites disciplinares. Desde esta perspectiva, las disciplinas no son estáticas ni cerradas, sino dinámicas y permeables, y las innovaciones surgen precisamente de esos cruces. En vez de reforzar las divisiones entre ciencias y humanidades, la propuesta impulsa una mirada 'postdisciplinaria', que estudia cómo el conocimiento se construye a través de transferencias, hibridaciones y transformaciones entre diferentes ámbitos del saber.

Palabras finales

En este ensayo nos propusimos estudiar y comprender la investigación interdisciplinaria desde una perspectiva de historia de la ciencia. La

73 Rens Bod, Jeroen van Dongen, Sjang L. ten Hagen, Bart Karstens, y Emma Mojet, "*The Flow of Cognitive Goods: A Historiographical Framework for the Study of Epistemic Transfer*", *Isis* 110, no. 3 (2019): 643-651. https://doi.org/10.1086/704673.

investigación interdisciplinaria no es lo contrario a la especialización, sino que es un proceso para integrar el conocimiento producido por esta. Hay evidencia de investigación interdisciplinaria desde la conformación disciplinar de las ciencias modernas, sin embargo, no fue sino solo hasta la década de 1970 en que este concepto se estandarizó, conformándose como una parte insoslayable del campo de la ciencia por medio de la agencia de instituciones, nacionales e internacionales. El desfase entre práctica y su enunciación y tipificación es un indicio de procesos mayores de transformación del conocimiento. En esa transformación se conformó la familia semántica de la interdisciplina, y en aquellos mismos años la disciplina de la historia de la ciencia alcanzó un nivel de identificación y de desarrollo que abrió nuevas perspectivas historiográficas.

La práctica de la historia de la ciencia y su estudio historiográfico nos permite comprender la investigación interdisciplinaria con un contenido científico experimental y una metodología y teoría de la historia. Aquella está conformada, de este modo, por una unión de paradigmas de las humanidades, las ciencias sociales y de las ciencias naturales. La legitimidad de los actores y autores de esta disciplina es el resultado de una mediación constante entre las áreas del conocimiento natural y humano. Quizás uno de los indicios que arroja la observación sobre la historia de la ciencia es que la interdisciplina no es fija, sino que habita en una ductilidad que la hace poder moverse entre mayor acercamiento o alejamiento a la linealidad disciplinar y al enlazamiento entre más disciplinas.

Las fronteras de las ciencias y las humanidades inevitablemente se entrecruzan en el campo de la historia de la ciencia. Parte de ese movimiento involucra una dificultad de definición, pero tiene la fortaleza de poder ser flexible a lenguajes ajenos y a tiempos cambiantes. El objeto de estudio, la ciencia y aquello que la rodea, parece necesitar de una especificidad conceptual más lejana a las humanidades. La temporalidad de la historia, y su articulación de presente y pasado permite esa mirada doble; quizás, en esa distancia se halla la posibilidad de las traducciones disciplinarias que provoquen el entrelazamiento de los

paradigmas y que al hacerlo contribuyan a abrir nuevas compuertas del conocimiento. Desde esta perspectiva, resulta especialmente relevante impulsar estudios que atiendan a las circulaciones multidireccionales del conocimiento interdisciplinar en términos globales, con el propósito de descentrar los modelos rígidos de las disciplinas, y desafiar el estereotipo según el cual las humanidades y ciencias sociales y las ciencias naturales transitan por caminos opuestos.

Bibliografía

Ash, Mitchell. "Interdisciplinarity in Historical Perspective". *Perspectives on Science* 27, no. 4 (2019): 619-642.

Barry, Andrew, y Georgina Born, eds. *Interdisciplinarity: Reconfigurations of the Social and Natural Sciences*. Routledge, 2013.

Bod, Rens, Jeroen van Dongen, Sjang L. ten Hagen, Bart Karstens, y Emma Mojet. 2019. "The Flow of Cognitive Goods: A Historiographical Framework for the Study of Epistemic Transfer". *Isis* 110, no. 3: 643-651. https://doi.org/10.1086/704673.

Bordoni, Stefano. "The Emergence of a Sophisticated Historiography of Science in Continental Europe in the Late Nineteenth Century". En *Handbook for the Historiography of Science*, editado por Mauro Condé y Marlon Salomon. Springer, 2023.

Burke, Peter. *El polímata*. Alianza editorial, 2022.

Burnett, D. Graham. "A View from the Bridge: The Two Cultures Debate, Its Legacy, and the History of Science". *Daedalus* 128, no. 2 (1999): 193-218.

Condé, Mauro, y Marlon Salomon, eds. *Handbook for the Historiography of Science*. Springer, 2023.

Daston, Lorraine. "The History of Science and the History of Knowledge". *Know: A Journal on the Formation of Knowledge* 1, no. 1 (2017): 131-154. https://doi.org/10.1086/691678.

Dosse, François. "À l'école des Annales, une règle: l'ouverture disciplinaire". *Hermès, La Revue*, 67 (2013): 106-112. https://shs.cairn.info/revue-hermes-la-revue-2013-3-page-106?lang=fr.

Frank, Roberta. "Interdisciplinary: The First Half-Century". En *Words*, editado por E. G. Stanley y T. F. Hoad. D.S. Brewer, 1988.

Galison, Peter. "Ten Problems in History and Philosophy of Science". *Isis* 99 (2008): 111-124.

Gavroglu, Kostas, y Jurgen Renn, eds. *Positioning The History of Science*. Springer, 2007.

James, Frank. "Introduction: Some Significances of the Two Cultures Debate". *Interdisciplinary Science Reviews* 41 (2016): 107-117. https://doi.org/10.1080/03080188.2016.1223651.

Kelly, James. "Wide and Narrow Interdisciplinarity". *The Journal of Education* 45, no. 2 (1996): 95-113.

Klein, Julie T. "Interdisciplinarity and the Prospect of Complexity: The Test of Theory". *Issues in Integrative Studies*, 19 (2001): 43-57.

Klein, Julie T. "A Taxonomy of Interdisciplinarity". En *The Oxford Handbook of Interdisciplinarity*, editado por Robert Frodeman, Julie Thompson Klein y Robert Mitcham. Oxford University Press, 2010.

Klein, Hans, y Daniel Kleinman. "The Social Construction of Technology: Structural Considerations". *Science, Technology, & Human Values* 27, no. 1 (2002): 28-52.

Krige, John. *American Hegemony and the Postwar Reconstruction of Science in Europe*. MIT Press, 2008.

Kuhn, Thomas. *La estructura de las revoluciones científicas*. FCE, 2004 [1970].

Latour, Bruno. "On Actor-Network Theory: A Few Clarifications". *Soziale Welt* 47, no. 4 (1996): 369-381. http://www.jstor.org/stable/40878163.

Mittelstrass, Juergen. "On Transdisciplinarity". *Trames Journal of the Humanities and Social Sciences* 15, no. 4 (2011): 329-338. http://dx.doi.org/10.3176/tr.2011.4.01.

Newell, William. "Professionalizing Interdisciplinarity". En *Interdisciplinarity: Essays from the Literature*, editado por William Newell. College Board, 1998.

Nye, Mary Jo. *From Chemical Philosophy to Theoretical Chemistry: Dynamics of Matter and Dynamics of Disciplines, 1800–1950*. University of California Press, 1993.

OECD. "Addressing Societal Challenges Using Transdisciplinary Research". *OECD Science, Technology and Industry Policy Papers* 88 (2020): 1-80.

OECD. *Interdisciplinarity: Problems of Teaching and Research in Universities*. OECD, 1972.

Offenstadt, Nicolas. *L'historiographie*. Presses Universitaires de France, 2017.

Pohl, Christian, Julie Thompson Klein, Sabine Hoffmann, Cynthia Mitchell, y Dena Fam. "Conceptualising transdisciplinary integration as a multidimensional interactive process". *Environmental Science & Policy* 118 (2021): 18-26. https://doi.org/10.1016/j.envsci.2020.12.005.

Pohl, Christian, y Hirsch Hadorn. *Principles for Designing Transdisciplinary Research*. Oekom Verlag, 2007.

Prebisch, Raul. *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*. CEPAL, 1948.

Raj, Kapil. "History of Science, Intellectual History, and the World, 1900-2020". En *The Routledge Handbook of the History and Sociology of Ideas*, editado por Stefanos Geroulanos y Gisèle Sapiro. Routledge, 2023.

Rodríguez, Leonardo, y Paula Rodríguez. "Problematización y problemas complejos". *Gazeta de Antropología* 35, no. 2 (2019). http://hdl.handle.net/10481/59082.

Snow, Charles Percy. *The Two Cultures*. Cambridge University Press, 2001 [1959].

Sontag, Susan. *Against Interpretation: and Other Essays*. Dell, 1966.

Turner, Steven R. "The Growth of Professorial Research in Prussia, 1818 to 1848: Causes and Context". *Historical Studies in the Physical Sciences* 3 (1971): 137-182.

Van der Vleuten, Erik. "Large Technical Systems". En *A Companion to the Philosophy of Technology* (2009): 218-222. https://doi.org/10.1002/9781444310795.ch39.

Van Dusseldorp, Dirk, y Seerp Wigboldus. "Interdisciplinary Research for Integrated Rural Development in Developing Countries: The Role of Social Sciences". *Issues in Integrative Studies* 12 (1994): 93-138.

Vieira, Andrea. "Historiography of Science and the Relationship Between History and the History of Science". En *Handbook for the Historiography of Science*, editado por Mauro Condé y Marlon Salomon. Springer, 2023.

Wallerstein, Immanuel. *El moderno sistema mundial*, tomo I. Siglo XXI Editores, 1979.

Wulf, Andrea. *La invención de la naturaleza: el nuevo mundo de Alexander von Humboldt*. DeBolsillo, 2020.

Referência para citação:
Reyes Macaya, Rodolfo y Barbara Kilsi Silva (2025). "Investigación interdisciplinaria e historia de la ciencia: entre fronteras y cruces". *Práticas Da História. Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, (21), 365-389. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n21.42023

Étienne Anheim, Massimo Miglio e Catherine Virlouvet, dir.

Jacques Le Goff. L'Italia e la storia. Atti del Convegno Internazionale di Studi (Roma, 4-5 giugno 2015)

Roma: Istituto Storico Italiano per il Medioevo e École Française de Rome, 2017, 197 pp.

Felipe Brandi*

Jacques Le Goff amava a Itália. Desde a sua primeira estada romana, em 1950, manteve ao longo de toda a vida uma relação estreita e privilegiada com a península, um apego profundo que se reflete de forma constante na sua obra. Tendo-lhe fornecido temas inesgotáveis de investigação e reflexão, que alimentaram as suas pesquisas sobre a Idade Média, mas também todo um conjunto de interlocutores com os quais estabeleceu um diálogo intelectual destinado a prolongar-se por mais de meio século, a Itália representou, para Le Goff, não apenas um lugar de formação, mas igualmente um terreno de investigação e um meio de trocas científicas particularmente fecundas, no cerne da elaboração de vários dos seus livros. Muito mais do que simples parênteses académicos, as estadias de Jacques Le Goff em Itália constituíram verdadeiras experiências fundadoras, nas quais se cristalizaram interesses de investigação chamados a estruturar de forma duradoura a sua obra, alimentados pela frequência assídua de cidades como Roma, Veneza,

* Felipe Brandi (felipebrandi@fcsh.unl.pt). https://orcid.org/0000-0002-0947-7986 Instituto de História Contemporânea, Universidade NOVA de Lisboa/IN2PAST.

Florença, mas também Assis, Spoleto, Bari ou Bolonha, as quais lhe ofereceram um observatório privilegiado das formas urbanas medievais, das suas instituições, das suas práticas económicas e culturais. Dessa longa imersão, que se estende até à sua última visita ao país no ano 2000, emergiram algumas das linhas-mestras da sua reflexão historiográfica, desde os mercadores e banqueiros medievais até às universidades, das ordens mendicantes a São Francisco de Assis e ao nascimento do Purgatório, num percurso em que a descoberta apaixonada de um país e da sua cultura acabaria por fazer de Jacques Le Goff um dos historiadores estrangeiros mais admirados em Itália, com uma notoriedade que ultrapassou amplamente o círculo dos especialistas.

Autor de uma obra imensa, diversa, amplamente traduzida e internacionalmente consagrada, Jacques Le Goff encontrou na Itália o país onde teceu um companheirismo intelectual duradouro com historiadores que desempenhariam um papel central na sua trajetória, e onde o tipo de história que praticava foi objeto de uma das suas receções mais entusiásticas, como prova o facto, talvez surpreendente, de os seus livros em italiano superarem significativamente em número aqueles publicados no seu próprio país. Graças à visão e à audácia de alguns dos mais renomados editores italianos, logrou desenvolver projetos que marcaram época. Basta recordar a sua participação ativa na *Enciclopedia Einaudi* e na célebre coleção *Storia d'Italia*, dirigida por Ruggiero Romano e por Corrado Vivanti, ou ainda a direção que assumiu, com Franco Cardini, Enrico Castelnuovo e Giovanni Cherubini, do volume *L'Uomo medievale* e, com Cesare De Seta, de *La città e le mura*, ambos publicados pela Laterza, editora que desempenhou um papel central na difusão italiana da sua obra. Tornando-se um nome familiar aos leitores dos grandes diários italianos, como o *Corriere della Sera*, *La Stampa* ou *La Repubblica*, Le Goff parece ter alcançado em Itália um sucesso comparável àquele que o seu grande amigo Umberto Eco conheceu, por sua vez, em França. Aos olhos de numerosos colegas italianos, a sua obra representava uma abordagem menos institucional, menos centrada no acúmulo de erudição, mais próxima das ciências sociais e mais disposta a abrir-se a um público mais vasto, para além do âmbito académico.

Reconhecendo este lugar singular que a Itália veio a ocupar entre as múltiplas geografias intelectuais que estruturaram a carreira e a obra de Jacques Le Goff, o Istituto storico italiano per il Medioevo e a École Française de Rome organizaram, nos dias 4 e 5 de junho de 2015, um encontro frutífero que reuniu investigadores de ambos os lados dos Alpes, e cujo resultado é o livro *Jacques Le Goff. L'Italia e la storia*, organizado por Étienne Anheim, Massimo Miglio e Catherine Virlouvet. Publicado em 2017, o volume, que passou quase despercebido, está longe de se reduzir a uma simples celebração das trocas franco-italianas. Para além de explorar o papel da Itália como fio condutor da formação intelectual de um dos mais destacados historiadores do último século, apresenta, através da figura de Jacques Le Goff, um testemunho vivo do valor da interação transnacional na vida intelectual europeia, em que o cruzamento de fronteiras alimenta inspiração e produção científica, demonstrando como a circulação de ideias, temas de investigação e debates entre intelectuais de diferentes países da Europa é capaz de estimular novas perspetivas e expandir o conhecimento histórico. Reunindo contribuições de historiadores franceses e italianos, o volume propõe, não uma síntese temática, mas um retorno reflexivo sobre um longo itinerário intelectual, visando explorar, sob diferentes ângulos, a inserção de Le Goff no espaço intelectual italiano e o papel estruturante desse país na elaboração do seu pensamento historiográfico. Enquanto algumas intervenções remontam às suas estadias no país e ao seu uso dos arquivos italianos, outras debruçam-se sobre objetos emblemáticos da obra, destacando a forma como o terreno italiano serviu de enquadramento privilegiado à elaboração de alguns de seus mais famosos ensaios. No conjunto, forma-se assim um mosaico de leituras convergentes que privilegia a continuidade e a coerência de um percurso intelectual, ainda que, por vezes, à custa de uma problematização mais acentuada das interpretações.

Jacques Le Goff. L'Italia e la storia abre com uma intervenção de Patrick Boucheron sobre a arte da narrativa em Le Goff, explorada a partir de uma série de paralelismos com a obra de seu amigo de longa data: Umberto Eco. Jogando com os possíveis efeitos de simetria entre

os seus respetivos trabalhos, Boucheron centra-se num dos seus temas de predileção: a imbricação das narrativas literária e histórica. Assim, mostra-nos como os trabalhos clássicos do medievalista francês, como *O Nascimento do Purgatório*, *A Bolsa ou a Vida* e *A Civilização do Ocidente Medieval*, acabam desenhando uma visão "outra" da Idade Média, que encontra uma espécie de *pendant* e de *répondant* nos escritos medievalizantes do semiólogo italiano: desde *O Nome da Rosa* e *O Pêndulo de Foucault* até *Baudolino* – nas palavras de Boucheron, "o mais legoffiano dos livros de Eco". O tema central da descoberta da Itália por Jacques Le Goff é, a seguir, o objeto da excelente intervenção de André Vauchez. Retorno aos passeios do jovem Le Goff pela Roma dos anos 1950, ao deslumbramento do aprendiz de historiador por esta cidade imbuída de história, o seu inigualável património cultural e as suas bibliotecas. Com precisão de detalhes, Vauchez reconstrói o encontro precoce de Le Goff com Ruggiero Romano, Ugo Tucci e sobretudo Alberto Tenenti, os chamados "italianos de Braudel", e relembra o impacto da descoberta de Florença, Siena, Pádua, Veneza e Nápoles, onde frequentou o Istituto Croce e conheceu Giuseppe Galasso e Cesare De Seta. Mas assim como a Itália exerceu sobre Le Goff uma fascinação profunda, oferecendo-lhe temas de investigação, também ele a parece ter cativado, com a sua personalidade generosa, descontraída e com o seu insaciável apetite de conhecimento e a sua curiosidade sem limites. Junto ao grande público italiano, Le Goff atingiu uma estatura intelectual que ia além da de um grande historiador, sendo reconhecido como um pensador influente, frequentemente consultado sobre os mais diversos assuntos, assinando inúmeros artigos e entrevistas em quase todos os grandes jornais italianos, sobretudo os de orientação progressista, como o *Corriere della Sera*, o *La Stampa* e o *La Repubblica*.

Na esteira de Vauchez, também Franco Cardini dedica o seu contributo aos laços pessoais e profissionais de Le Goff com a Itália. Fala-nos de como, europeu convicto e avesso a qualquer forma de nacionalismo, Le Goff elegeu a Itália como uma segunda pátria de adoção, a par da Polónia da sua esposa, Hanka. Evocando as origens lígures da sua linhagem materna, Cardini sublinha a ligação quase "de sangue" de

Le Goff às cidades marítimas italianas, o seu interesse pelos mercadores genoveses, a afinidade intelectual que encontrou nas cidades do Norte e do Noroeste de Itália, bem como o papel desempenhado por universidades como Parma, Pavia e Turim no seu reconhecimento académico. Quanto aos temas italianos propriamente ditos, que despertaram o interesse de Le Goff e fizeram o sucesso excecional da sua obra, eles são o objeto de um outro conjunto de capítulos do volume. O texto de Jean-Claude Maire Vigueur mostra-nos, de forma convincente, como as cidades italianas constituem um tema estruturante da obra de Le Goff, dentro da qual parecem adquirir o valor de "facto social total", capaz de mobilizar simultaneamente as dimensões económica, social, jurídica, religiosa, política e simbólica, funcionando como um ponto de convergência a partir do qual se torna possível desnudar a integralidade de um sistema histórico. Sylvain Piron debruça-se, por sua vez, sobre a importante investigação acerca das ordens mendicantes, a qual, iniciada em 1966, imediatamente após o Concílio Vaticano II, mobilizou um grande número de colaboradores, ocupando durante vários anos as discussões do seminário de Le Goff na VI seção da École Pratique des Hautes Études (EPHE). No interior da sua obra, a pesquisa sobre as ordens mendicantes permanece, do ponto de vista historiográfico, como a melhor expressão de uma época há muito extinta da escola histórica francesa, então dominada por um modelo de organização do trabalho científico assente na constituição de projetos coletivos, reunindo equipas de investigadores atentos a fenómenos sociais passíveis de tradução estatística. Medievalista e, por isso mesmo, pouco à vontade com o manuseio do material quantitativo, Le Goff encontrou, neste projeto, a oportunidade de explorar a aplicação do tratamento estatístico no terreno medieval. O leitor é convidado, assim, a adentrar os bastidores deste ambicioso e importante projeto coletivo, erguido sobre a hipótese que articulava crescimento urbano à fundação dos conventos, bem como a compreender as razões que levaram ao fracasso desta investigação, que jamais resultou numa grande publicação de síntese. Por fim, Chiara Frugoni dedica a sua comunicação a uma das obras-chave da produção de Le Goff: *O Nascimento do Purgatório*, e aos debates, muitas vezes

virulentos e aqui minuciosamente retraçados, que ele suscitou dos dois lados da fronteira alpina.

Num outro registo situam-se as contribuições de Jacques Revel e de Étienne Anheim. O primeiro toma como seu ponto de partida uma declaração, não isenta de polêmica, de Pierre Nora,[1] segundo a qual Le Goff, devido à sua própria voracidade e à sua curiosidade insaciável, se teria sentido sempre mais à vontade preparando artigos do que monografias, sendo todos os seus melhores livros, a seu ver, coletâneas de artigos. Esta declaração controversa, já evocada noutros momentos no volume, é aqui revista por quem esteve, tanto quanto o próprio Nora, muito perto do trabalho de escrita e de redação de seus grandes livros. Imersão na relação do grande medievalista com a escrita da história; e, mais particularmente, no desafio enfrentado por todo o escritor, seja ele historiador ou não, ao confrontar-se a si mesmo e ao testar os seus próprios limites. Quanto a Étienne Anheim, a sua proposta consiste em retomar – num gesto que prolonga uma interrogação já esboçada pelo próprio Jacques Revel alguns anos antes[2] – um elemento central da consagração internacional de Le Goff: a sua relação com os *Annales*. Trata-se de um exercício delicado e escorregadio, muito mais complexo do que poderia deixar transparecer o papel amplamente conhecido de Le Goff como codiretor da revista *Annales* a partir de 1969, a sua eleição como presidente da VI Secção da EPHE (1972) – transformada, sob a sua presidência, na EHESS (1975) – e a sua atuação como porta-voz da *Nouvelle histoire*, herdeira dos *Annales*, ao longo dos anos 1970. Partindo das primeiras publicações de Le Goff nas páginas dos *Annales*, Étienne Anheim sublinha, em particular, a contribuição decisiva de Le Goff, enquanto leitor incansável e criativo no seio do comité de redação, bem como o papel central que aí desempenhou na definição da orientação científica da publicação como um dos principais espaços de difusão da antropologia histórica. No entanto, o maior interesse da contribuição de Anheim reside na própria dificuldade que enfrenta ao

1 Pierre Nora, "Le Goff en livres", em *Une autre histoire. Jacques Le Goff (1924-2014)*, dir. Jacques Revel e Jean-Claude Schmitt (Paris: EHESS, 2015), 141-145.

2 Jacques Revel, "L'Homme des *Annales*", em *L'Ogre historien. Autour de Jacques Le Goff*, dir. Jacques Revel e Jean-Claude Schmitt (Paris: Gallimard, 1998), 33-54.

tentar definir a que se refere ao falar em "*Annales*". Tal como Jacques Revel já havia sugerido, este percurso condu-lo a questionar a própria pertinência da etiqueta "*Annales*", que a partir dos anos 1970 designa algo distinto e maior do que a revista epónima. O que assim se vê posto em causa é, enfim, a aparente sinonímia entre a revista *Annales* e a própria ideia de uma "escola" histórica que carrega o seu nome, convidando-nos a questionar as nossas convicções sedimentadas quanto à unidade e aos contornos desse imponente legado historiográfico.

Como não poderia deixar de acontecer, o volume reúne ainda os testemunhos particularmente valiosos de Giuseppe Laterza e de Walter Barberis, representantes das duas principais editoras que não só acolheram a obra de Le Goff como também impulsionaram projetos marcantes da historiografia dos anos 1980. Giuseppe Laterza traça o retrato de Le Goff como um verdadeiro "companheiro de estrada" da editora, e relembra a publicação de mais de vinte títulos do historiador, com uma difusão que ultrapassou os 500 000 exemplares. Por seu lado, Walter Barberis, representando as edições Einaudi, sublinha o alcance singular do sucesso de Le Goff, que soube conjugar reconhecimento académico e ampla receção no espaço cultural italiano mais amplo. Recordando a publicação, em 1981, de *La civiltà dell'Occidente medievale* e de *Fare storia*, seguida, em 1982, de *La nascita del Purgatorio*, evoca esse momento especial em que Le Goff se impõe, junto da intelectualidade, da imprensa e do grande público italianos, como uma referência incontornável, afirmando-se não apenas como historiador de primeira grandeza, mas também como intelectual público plenamente reconhecido. O volume encerra com as contribuições de Jérôme Baschet e de Daniela Romagnoli. Enquanto o primeiro se foca no papel das descontinuidades na obra e no pensamento histórico de Jacques Le Goff – tópico instigante, considerando o apreço bem conhecido do medievalista pelas permanências e os sistemas de longa duração –, a intervenção final, a cargo de Daniela Romagnoli, propõe levar o leitor a um *giro del mondo* pelas traduções que asseguraram a difusão internacional do trabalho e do modelo historiográfico promovido pelo medievalista. Mostrando que a sua receção internacional esteve sempre ligada à dos *Annales*, a autora

aborda as resistências encontradas no mundo anglo-saxão e na Alemanha, o surpreendente entusiasmo pela antropologia histórica no Japão, assim como os efeitos de *décalage* provocados pela conjuntura política de determinadas historiografias (*e.g.* Espanha e Portugal, Argentina e Brasil pós-ditaduras) onde o trabalho de Le Goff acabou por encontrar um acolhimento especialmente caloroso. Merece destaque a atenção aqui dada a esses casos, onde a receção de Le Goff, já precedida pelo acolhimento da historiografia dos *Annales*, se combina com a influência do marxismo (Espanha), ajudando, aquando das transições democráticas, a expandir e a reformular a historiografia medieval, afastando-a de um enfoque exclusivamente político em favor de novos métodos de análise que ampliaram a compreensão das dimensões social e cultural, permitindo, assim, uma abordagem mais profunda e multifacetada do passado medieval.

Sem que isso retire valor à qualidade científica das contribuições, pode lamentar-se, contudo, que o formato de homenagem limite o alcance crítico do conjunto, nomeadamente no que respeita à discussão das categorias historiográficas centrais da obra de Le Goff. O tom celebratório, assumido e coerente com o projeto do livro, confere-lhe grande legibilidade e uma real qualidade pedagógica, fazendo, no entanto, com que certas tensões historiográficas, embora bem conhecidas, acabem por permanecer em segundo plano. O leitor fica, inevitavelmente, com um sentimento de insatisfação face à ausência de análise acerca do encontro entre o tipo de história praticado por Le Goff e a obra de alguns eminentes historiadores italianos. Pensemos em Ruggiero Romano, Carlo Ginzburg ou Giovanni Levi, para citar apenas alguns. Quais os efeitos produzidos, por exemplo, pelo avanço da *microstoria* italiana sobre o modelo francês de história social e das mentalidades? Qual foi o impacto das abordagens desenvolvidas em Itália a partir das décadas de 1970 e 1980 sobre o paradigma historiográfico que a França exportara orgulhosamente para o resto do mundo, deslocando os seus pressupostos e reintroduzindo de forma decisiva os jogos de escala, os constrangimentos sociais e a lógica dos atores? Com efeito, ausência de qualquer consideração acerca deste tipo de tensão produtiva entre mo-

dos de fazer história que não se sobrepõem inteiramente acaba por fazer com que a Itália surja aqui menos como instrumento de distanciamento crítico do que como espaço de reconhecimento e de fidelidade intelectual, a partir do qual se esboça uma leitura coerente, mas na maioria das vezes consensual, da obra de Le Goff. O leitor lamentará igualmente a quantidade excessiva de gralhas presentes na obra. Ela está, de facto, atravessada de ponta a ponta por numerosas falhas tipográficas, demasiadas para serem apenas meros pormenores, evidenciando a falta de uma revisão cuidadosa e o seu desleixado processo de edição. No seu conjunto, porém, *Jacques Le Goff. L'Italia e la storia* oferece muito mais do que um retrato circunstanciado da relação privilegiada de um grande historiador com um espaço intelectual estrangeiro que marcou profundamente a sua formação intelectual: contribui para uma reflexão mais ampla sobre o papel decisivo das interações transnacionais na construção de percursos historiográficos singulares. Longe de se limitar a uma homenagem, este livro convida, assim, a reler Jacques Le Goff a partir das geografias intelectuais que moldaram a sua obra e a reconhecer, nesse itinerário, uma das expressões mais fecundas dos modos de circulação das ideias, das práticas historiográficas e das formas de consagração intelectual no espaço europeu do pós-guerra.

Referência para citação:
Brandi, Felipe (2025). "Recensão a *Jacques Le Goff. L'Italia e la storia. Atti del Convegno Internazionale di Studi*, dir. Étienne Anheim, Massimo Miglio e Catherine Virlouvet.". *Práticas Da História. Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, (21), 391-399. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n21.45615

Amélia Polónia, coord.

Construtoras de Impérios. Vozes de Mulheres na Expansão Portuguesa

Lisboa: Temas e Debates, 2025, 528 pp.

Cátia Sofia Teixeira*

A obra *Construtoras de Impérios. Vozes de Mulheres na Expansão Portuguesa*, coordenada por Amélia Polónia e publicada pela Temas e Debates em 2025, surge num momento em que a historiografia da expansão e do império português continua a ser intensamente revisitada, tanto à luz das epistemologias feministas como das abordagens pós-coloniais e da história global. A proposta central deste compêndio, dar visibilidade à participação das mulheres na dinâmica imperial, não é inteiramente nova, mas distingue-se pela amplitude de casos, pela diversidade das fontes utilizadas e pela natureza crítica da reflexão que acompanha os estudos incluídos. Ao recuperar estas presenças femininas, a obra não se limita a corrigir uma omissão historiográfica: procura repensar as próprias categorias de análise que sustentaram a construção secular de um imaginário imperial profundamente masculinizado. Este esforço de reequacionar o campo historiográfico revela uma clara consciência dos limites interpretativos herdados e da necessidade de construir narrativas mais inclusivas, plurais e sensíveis às múltiplas formas de poder.

Desde o início, a coordenação de Amélia Polónia revela sensibilidade para a tensão entre presença e invisibilidade. O livro parte do pressuposto, amplamente defendido pela historiografia de género, de

* Cátia Sofia Teixeira (catia.teixeira90@gmail.com). https://orcid.org/0000-0002-8445-3060. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal

que as mulheres sempre estiveram presentes nos múltiplos cenários da expansão, quer na metrópole, quer nos espaços coloniais, mas que as condições materiais e discursivas da produção do arquivo as tornaram menos visíveis ou até deliberadamente omitidas. A obra não recorre a um discurso meramente laudatório das figuras femininas, nem se limita a apresentar exemplos isolados; procura antes compreender criticamente os contextos sociais, políticos e imperiais que moldaram as suas trajetórias. Por outras palavras, interroga a própria estrutura epistemológica que permitiu que essas ausências se naturalizassem, alinhando-se assim com uma tendência contemporânea que procura desmontar os mecanismos de silenciamento, entendidos como parte constitutiva do processo imperial. A reflexão sobre o arquivo, sobre o que é preservado, omitido ou transformado pelas vozes dominantes, é uma das dimensões mais ricas do livro e coloca-o em diálogo com preocupações centrais da teoria da História, sobretudo no eixo que problematiza a relação entre memória, poder e narração histórica.

Um dos aspetos mais significativos da obra é a variedade de escalas e contextos analisados. O livro demonstra que o império português não foi um bloco homogéneo, mas um conjunto de realidades heterogéneas, articuladas por redes de poder, comércio, religião e sociabilidade. As mulheres (metropolitanas, africanas, americanas ou asiáticas; livres, libertas ou escravizadas; aristocratas, plebeias ou religiosas) aparecem como agentes dessas redes, desempenhando papéis que vão muito além das classificações tradicionais que as remetiam ao espaço doméstico. A obra evidencia uma pluralidade de funções: mulheres que administravam patrimónios e negócios; que mediavam contactos diplomáticos; que geriam economias informais; que estabeleciam alianças matrimoniais estratégicas; que atuavam como intérpretes culturais; que participavam em redes missionárias; ou que sobreviveram, e resistiram, dentro de estruturas coloniais profundamente violentas.

Esta diversidade evidencia um dos maiores méritos do compêndio: a recusa de uma visão monolítica da experiência feminina no império. Ao invés de uma "história das mulheres" homogénea, o que se oferece ao leitor é um mosaico de experiências marcadas pela interseção entre

género, raça, estatuto jurídico, classe, religião e localização geográfica. Esta abordagem, embora nem sempre explicitamente teorizada em todos os capítulos, aproxima-se dos debates contemporâneos sobre a multidimensionalidade social e permite compreender os modos como a agência feminina não pode ser lida de forma isolada, mas como resultado de múltiplas relações de poder. Ao mesmo tempo, o livro convoca o conceito de agência numa dimensão não romântica: não se trata de recuperar figuras heróicas, mas de reconhecer espaços de atuação, por vezes mínimos, ambíguos ou contraditórios, a partir dos quais as mulheres negociavam a sua sobrevivência e influenciavam o funcionamento quotidiano do império.

Do ponto de vista metodológico, o livro destaca-se pela riqueza documental. Os autores recorrem a cartas, testamentos, processos inquisitoriais, registos judiciais, documentação eclesiástica, escrituras notariais e relatos de viagem, entre outros. Este ecletismo de fontes permite não só traçar trajetórias individuais, mas também evidenciar dinâmicas estruturais que escapam ao olhar centrado exclusivamente na elite política e militar. A crítica interna das fontes, e dos seus silêncios, é um elemento recorrente na obra, que demonstra consciência dos limites e potencialidades do arquivo colonial. Em diversos momentos, percebe-se como as mulheres surgem apenas de forma indireta, mediada por discursos masculinos, o que exige dos investigadores um exercício interpretativo delicado, mas necessário, para reconstruir as suas vozes. Essa capacidade de extrair sentido historiográfico de fontes fragmentárias ou enviesadas é um dos pontos fortes do livro, e reforça o seu contributo para o campo investigacional da História.

Apesar dos muitos méritos, alguns aspetos merecem problematização. Em certos capítulos, nota-se uma tendência para privilegiar a narrativa descritiva em detrimento da reflexão teórica mais aprofundada, o que, por vezes, atenua o potencial crítico que a obra globalmente ambiciona. Embora o livro dialogue com debates relevantes, como a crítica ao eurocentrismo, a centralidade das mulheres na história global ou a revisão das categorias de agência e de poder, há momentos em que seria útil explicitar mais claramente os pressupostos teóricos que

orientam as análises, sobretudo quando se trata de interpretar fontes marcadas por assimetrias de género e de poder. Esse maior cuidado teórico permitiria aproximar ainda mais o volume das linhas centrais da historiografia feminista e dos estudos pós-coloniais, reforçando o diálogo com autores e abordagens que problematizam de forma sistemática a construção das categorias de "império", "civilização" ou "expansão", tantas vezes utilizadas como naturalizadas.

Outro ponto que pode ser discutido é a distribuição geográfica dos casos de estudo. Apesar da intenção de abarcar diversos espaços do império, nota-se uma concentração maior em certos territórios, com outros a surgirem de forma mais marginal. Isto não compromete o valor global do livro, mas sugere que o campo investigacional ainda tem espaço para investigações mais sistemáticas sobre regiões menos estudadas, especialmente no que se refere às experiências femininas não europeias dentro do império português. Esta limitação, contudo, pode ser lida mais como uma indicação das lacunas historiográficas existentes do que como falha da obra em si, revelando antes a necessidade de aprofundar futuras pesquisas que integrem uma maior diversidade de contextos coloniais e permitam comparações mais amplas no quadro imperial, enriquecendo assim o entendimento das múltiplas dinâmicas que configuraram o espaço ultramarino.

Apesar destas questões, *Construtoras de Impérios. Vozes de Mulheres na Expansão Portuguesa* constitui um marco importante na renovação da historiografia da expansão portuguesa. A obra não apenas recupera vozes silenciadas como também problematiza a natureza desse próprio silêncio, evidenciando a forma como a produção do conhecimento histórico esteve, durante séculos, condicionada por critérios de relevância profundamente marcados por hierarquias de género, raça e estatuto social. Ao devolver agência a sujeitos historicamente marginalizados, a obra força o leitor a confrontar-se com os limites das narrativas tradicionais e a reconhecer que a História, enquanto disciplina, é igualmente um campo de disputa simbólica. A obra convida, assim, a uma reflexão crítica sobre os modos como o conhecimento histórico é produzido, validado e transmitido, questionando as naturalizações

que moldaram o imaginário imperial português e desmontando a ideia de que o império foi uma construção exclusivamente masculina, racional e teleológica. Este impulso crítico aproxima claramente a obra das preocupações metodológicas e epistemológicas contemporâneas, nomeadamente aquelas que procuram repensar o papel da História como instrumento de problematização do passado, em vez de reafirmação celebratória de mitos identitários.

O contributo da obra excede, portanto, o domínio estrito da história das mulheres; inscreve-se num esforço mais ambicioso de reformular a compreensão do império português como fenómeno heterogéneo, interconectado e plurivocal. Ao articular escalas locais e globais, e ao revelar a forma como as práticas quotidianas das mulheres, muitas vezes invisíveis na documentação tradicional, sustentaram, reconfiguraram ou tensionaram a lógica imperial, a obra contribui para desmontar leituras simplificadoras e unidirecionais. Mostra que o império se construiu também através de gestos pequenos, relações sociais densas, negociações culturais e estratégias de sobrevivência que escapam à macronarrativa clássica das "descobertas" e da "expansão". Ao evidenciar o papel das mulheres nas redes de sociabilidade, na economia formal e informal, na circulação de bens materiais e imateriais, nos processos de mediação cultural e até em esferas de poder aparentemente inacessíveis, a obra amplia o repertório de agentes históricos e reforça uma imagem do império como entidade permeável, instável e negociada.

Trata-se, assim, de um livro que abre caminhos fundamentais para uma leitura mais complexa e crítica do passado imperial, contribuindo para um campo historiográfico em plena transformação. A sua relevância estende-se não apenas aos investigadores de história global, história social, estudos de género e história do império, mas também a todos os que se interessam pelas questões epistemológicas que atravessam a disciplina histórica, especialmente no que diz respeito à relação entre memória, poder e narrativa. Ao mostrar que as categorias de género moldam não só o passado, mas também as formas como escrevemos e interpretamos esse passado, o livro assume uma função pedagógica importante: lembra-nos que o trabalho historiográfico exige

permanente vigilância crítica, capacidade de desconstrução e abertura a novas perguntas. Por isso mesmo, *Construtoras de Impérios* afirma-se como uma obra incontornável para qualquer reflexão séria sobre os desafios de repensar a História à luz das vozes que durante muito tempo permaneceram na margem.

Referência para citação:
Teixeira, Cátia Sofia (2025). "Recensão a *Construtoras de Impérios. Vozes de Mulheres na Expansão Portuguesa*, coord. Amélia Polónia.". *Práticas Da História. Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, (21), 401-406. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n21.44170

Iracema Dulley e Marlon Miguel, ed.
Stella do Patrocínio,
Falatório / Chatter
Berlim: ICI Berlin Press, 2025, 287 pp.

Marcela Santander*

Nascida no Rio de Janeiro em 1941, Stella do Patrocínio foi uma mulher negra detida aos 21 anos e internada de forma compulsória no Centro Psiquiátrico Pedro II, sendo posteriormente transferida, em 1966, para a Colônia Juliano Moreira, onde permaneceu até sua morte, em 1992, aos 51 anos. Tal como Arthur Bispo do Rosário, Patrícia Ruth, Dirce Maia e tantos outros brasileiros cujas trajetórias foram implicadas pela internação compulsória, Stella foi capturada por um dispositivo psiquiátrico-policial que operava a exclusão de existências consideradas indesejáveis, sobretudo racializadas e provenientes das classes trabalhadoras. A sua trajetória não pode, portanto, ser dissociada da história da própria colônia, inaugurada em 1924 como parte de um projeto higienista de modernização do Estado brasileiro (p. 272), inspirado no modelo europeu das colónias agrícolas e sustentado por uma articulação entre saberes médicos, jurídicos, pedagógicos e policiais, num país marcado por mais de três séculos de escravidão.

Falatório / Chatter, editado por Iracema Dulley e Marlon Miguel, não é apenas um livro dedicado a Stella do Patrocínio, mas uma publicação que toma como problema central a ética das relações entre fala e escuta, perguntando não o que fazer com a voz de Stella, mas como deixá-la falar sem reiterar as formas de captura que marcaram sua trajetória. O volume propõe-se como uma obra editorial que enfrenta, sem a arrogância de tentar resolver, a instabilidade própria da

transcrição da oralidade, sobretudo quando esta emerge de um espaço historicamente marcado pelo silenciamento, como a instituição psiquiátrica. Neste sentido, o livro não oferece uma voz recuperada, mas expõe o gesto de edição como mediação inevitável e politicamente situada, colocando em primeiro plano questões fundamentais, como quem fala quando Stella fala, e sob que condições essa fala se torna legível, audível ou publicável.

Com isso em mente, quero chamar atenção para alguns aspectos éticos fundamentais que permeiam a obra: 1) usos de materiais de arquivos e possibilidades de consentimento; 2) tradução; e 3) alteridade – ou a nossa relação enquanto antropólogos com sujeitos (d)e pesquisas.

Ao lidar com materiais de arquivo sensíveis, gravações de áudio, transcrições, imagens e documentos produzidos no interior de uma instituição psiquiátrica brasileira, o livro recusa tanto a neutralidade do arquivo quanto a redenção simbólica da visibilidade, assumindo-se como um gesto necessariamente parcial, atravessado por limites, pontos cegos e impasses éticos incontornáveis. Nesse sentido, as preocupações com dilemas éticos atravessam a obra com diferentes nuances.

No que diz respeito aos materiais visuais que compõem *Falatório / Chatter*, há fotografias de pavilhões, corredores e corpos institucionalizados. Essas imagens reinscrevem no presente imagens produzidas num contexto de confinamento, vigilância e violência estrutural. A presença dessas imagens não é tratada como evidência documental, mas como problema explicitamente assumido, onde os editores reconhecem a opacidade das condições de consentimento (p. xi) e o caráter sensível dos materiais mobilizados. A decisão de nomear os pacientes sempre que possível, apresentar os documentos em sua forma original e recentrar a dignidade e a vitalidade dos indivíduos não é apresentada como garantia ética, mas como escolha situada, consciente de sua insuficiência, tornando a tensão visível e assumindo o trabalho editorial como um ato necessariamente parcial.

A atenção ética que atravessa *Falatório / Chatter* é percebida também pela descrição minuciosa das fontes a partir das quais a fala de Do Patrocínio é reconstituída. O livro reúne materiais remanescentes do *Falatório* (p. 18), provenientes de três conjuntos heterogêneos

de gravações, transcrições e imagens em movimento, produzidos entre meados da década de 1980 e o início da década de 1990. Ao explicitar as condições materiais dessas inscrições, oficinas artísticas, sessões terapêuticas, gravações parciais, transcrições muitas vezes perdidas, os editores recusam a ilusão de uma cena de enunciação originária recuperável. O que está em jogo não é a fidelidade a um ponto de partida, mas o reconhecimento da dimensão performática da fala de Stella, entendida como acontecimento situado, corporal e relacional.

Essa opção metodológica orienta as escolhas de transcrição, anotação e tradução, que procuram marcar, tanto quanto possível, o contexto da enunciação, sem apagar as mediações que o constituem. A própria estrutura do livro evidencia as lacunas do arquivo, como fitas ausentes, documentos únicos e vídeos fragmentários, e faz das ausências um dado analítico central. Ao incluir *links* para os áudios e vídeos disponíveis no site da ICI Berlin Press, os editores não propõem a restauração da presença, mas expõem os limites da representação textual, sublinhando que a ressonância da fala de Stella do Patrocínio excede o texto impresso. O gesto editorial, assim, não pretende estabilizar o *Falatório* como obra acabada, mas sustentar sua circulação entre suportes, línguas e regimes de escuta, assumindo que toda edição é uma forma de tradução marcada por perdas, escolhas e responsabilidades.

Essa postura atravessa também a materialidade da edição. O livro é bilíngue, inglês e português, e a tradução ocupa um lugar central, não como operação objetiva ou técnica, mas como problema político e epistemológico. Stella do Patrocínio era brasileira e falava em um português fortemente coloquial, marcado por inflexões idiomáticas, repetições, desvios sintáticos, ritmos próprios e um vocabulário que resiste à normalização. Traduzir esse *Falatório* implica lidar com perdas inevitáveis, sobretudo quando se trata de preservar o ritmo, a insistência e a força performativa da fala, fazendo do intraduzível um dado constitutivo do livro. Ao tornar visível o trabalho de tradução e suas falhas, a edição recusa a fantasia da equivalência e assume a responsabilidade pelo que se perde, se transforma ou permanece opaco no processo. Esse gesto inscreve a tradução no mesmo regime ético da escuta, como mediação arriscada, nunca neutra.

O problema da tradução, no entanto, não pode ser separado da questão mais ampla da escuta. Um dos grandes méritos de *Falatório / Chatter* é insistir na dimensão relacional da fala de Stella. Ouvir os áudios que compõem a obra leva a uma inflexão decisiva na leitura do livro, pois torna impossível pensar o *Falatório* como texto autônomo ou como pura literatura ou poesia. O que se ouve é uma fala de alta frequência, quase sem pausas, marcada por um ir e vir incessante. O *Falatório* de Do Patrocínio é sempre endereçado, produzido em relação às/com interlocutoras específicas, ao gravador, ao olhar, ao silêncio. Stella comenta o próprio ato de falar, questiona a gravação, negocia o cansaço, afirma não ter mais voz. Longe de uma expressão espontânea ou inconsciente, trata-se de uma fala situada, por vezes consciente de sua circulação futura e atravessada pela assimetria da situação de escuta.

Nos registros apresentados, a violência institucional aparece como experiência reiterada. A fome, a escassez de comida, o trabalho doméstico forçado, a recusa da produtividade, o corpo medicado, os eletrochoques, tudo isso surge de forma direta, sem mediação metafórica. Quando Stella afirma querer dinheiro apenas para se alimentar (p. 54), ou quando diz estar "passando mal de boca" (p. 82) ou "morrendo de fome" (p. 54) dentro da instituição, o *Falatório* se ancora em materialidade que é inegável. Há nessas falas uma crítica implícita à moral do trabalho e à economia da produção, que se articula a uma recusa explícita de produzir sob coerção, identificando a vigilância como forma de exploração.

Ao mesmo tempo, os áudios tornam audível uma dimensão frequentemente silenciada, a da violência sexual, narrada não como evento isolado, mas como marco fundacional de uma entrada forçada no mundo, na linguagem e na consciência. A repetição de imagens de ser "agarrada" (p. 110), "fodida" (pp. 114, 156), "carregada de relação sexual" (p. 114), inscreve o corpo de Stella num regime de exploração que articula gênero, classe e racialização. Tais imagens circulam, retornam, contaminam outras cenas de fala, recusando a forma estabilizada do relato traumático e escapando às convenções do que deve ser dito numa determinada situação. Nesse sentido, o *Falatório* desafia as expectativas

de inteligibilidade associadas ao testemunho, insistindo em uma temporalidade própria, marcada pela repetição e pela exaustão.

Contudo, talvez o aspecto mais perturbador dos áudios seja a consciência que Stella demonstra em relação à economia da escuta. Em diferentes momentos, ela afirma estar sendo "comida pelos olhos" (p. 102), perder força ao falar (p. 104), ser capturada pelo olhar e pelas palavras da interlocutora. Essas falas expõem o risco de um extrativismo da escuta, no qual a fala do outro se torna recurso, material, arquivo. Ao incluir esses excertos sem neutralizá-los, o livro não resolve essa tensão, mas a mantém aberta, deslocando a questão ética para o próprio ato de leitura. Não se trata de perguntar se Stella consente, mas de reconhecer que sua fala já contém uma crítica explícita à apropriação e à captura que a tornam audível.

Esse deslocamento é particularmente importante quando se considera a história da circulação da obra de Stella no campo literário e artístico brasileiro. O *Falatório* tornou-se amplamente conhecido a partir da publicação de *Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*, organizada por Viviane Mosé e lançada em 2001. A reorganização das transcrições em forma poética abriu espaço para metáforas, ambiguidades e interpretações múltiplas, características próprias da poesia, mas também produziu um deslocamento significativo do regime de sentido da fala. Ao serem apresentados como poemas, os fragmentos tornaram-se menos literais, afastando-se das condições materiais de sua produção e da situação de enunciação que os atravessava.

A inclusão de textos como o "Prefácio em forma de carta", escrito por Mônica Ribeiro de Souza (p. 196), revela uma intenção solidária e politicamente engajada, ao apresentar Stella como porta-voz de pacientes psiquiatrizados e institucionalizados. Deste modo, o *Falatório* de Stella pode ser compreendido não como expressão individual isolada, mas como produção intelectual forjada no interior de um regime de confinamento forçado, designado como terapêutico. Conhecida como o "fim da linha" (p. 2), a Colônia Juliano Moreira destinava-se aos considerados incuráveis, e a institucionalização, frequentemente arbitrária e indefinida, funcionava como forma de morte social. Importante reforçar que o fato

de Stella não ter vivido o processo de Reforma Psiquiátrica brasileira, iniciado juridicamente apenas em 2001, e de a desinstitucionalização da colônia só se ter concluído em 2021, impede qualquer leitura retrospectiva que projete sobre a sua vida a promessa de justiça tardia.

É nesse contexto que merece relevo o trabalho recente desenvolvido pelo Museu de Arte Contemporânea Bispo do Rosário. A partir de 2020, o museu passou a refletir criticamente sobre seu próprio legado institucional e sobre como lidar com a memória de Stella sem reiterar a violência psiquiátrica. Programas centrados na escuta do *Falatório*, no diálogo com ex-internados, trabalhadores da colônia e pesquisadores, bem como iniciativas como *Stella do Patrocínio: História Que Fala* e o grupo Falatório: escutas e estudos, deslocam o eixo da representação para a escuta prolongada e para a especulação historiográfica.

No entanto, essa inserção artístico-literária implica uma generalização que dilui a singularidade da experiência de Stella, inscrevendo-a como figura representativa. Como têm apontado críticas recentes, a entrada de Stella no mercado literário estabeleceu muitas vezes uma interlocução com instituições psiquiátricas, artísticas e acadêmicas, mais do que com Stella enquanto sujeito de fala (p. 265). A "Stela" apresentada como poeta nessas edições aproxima-se menos da mulher que falou e mais de uma personagem literária produzida por dispositivos que, ainda que bem-intencionados, reproduzem formas de exclusão.

Ao enfrentar esse legado e contrapô-lo aos áudios e materiais gravados, *Falatório / Chatter* recusa a estabilização poética como horizonte interpretativo privilegiado. Sem negar a dimensão estética da fala, o livro insiste em sua condição de acontecimento relacional, marcado por repetição, cansaço, interrupção e conflito. Ao deslocar a ênfase da poesia para a escuta, da metáfora para a materialidade da voz, a edição propõe uma ética da apresentação, e não da representação (p. 266), permitindo que a fala continue a reverberar (p. 267) sem ser capturada por um regime de sentido que a pacifique. O *Falatório* aparece, assim, menos como obra literária, e mais como memória e legado da trajetória intelectual de Stella do Patrocínio, uma memória que resiste à fixação e exige responsabilidade contínua.

Essa responsabilidade lança luz a um dos maiores dilemas do ofício antropológico, a saber, como falar a partir do outro sem falar por ele. A edição não se apresenta como restituição de uma voz, nem como mediação, mas como gesto implicado, consciente da assimetria que estrutura qualquer operação de escuta e publicação. Ao deixar falar sem apagar as condições dessa fala, inclusive ao incluir os áudios das entrevistas e transcrevê-los literalmente, o livro desloca a ética do campo da intenção para o da prática, mostrando que o problema não é "dar voz", mas sustentar a exposição do outro sem convertê-lo em objeto de saber ou apresentá-lo como resultado de uma alteridade produzida em contextos de pesquisa.

Referência para citação:
Santander, Marcela (2025). "Recensão a *Stella do Patrocínio, Falatório / Chatter*, ed. Iracema Dulley e Marlon Miguel.". *Práticas Da História. Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, (21), 407-413. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n21.45616